



Metropolitano de Lisboa

Relatório Consolidado 2021

31.05.2022

Versão não conforme com ESEF



Formato Eletrónico Único Europeu (ESEF)

Relatório
Consolidado
2021

O presente documento constitui uma versão não oficial e não auditada do documento oficial de prestação de contas do Metropolitano de Lisboa, EPE, submetido no *site* da CMVM no dia 31 de maio de 2022. Não obstante, corresponde a uma cópia fiel da referida informação financeira de prestação de contas, e que se encontra igualmente no *site* do Metropolitano de Lisboa com o nome “Relatório e Contas Anual 2021 – Versão não oficial – não auditada”. Em caso de discrepância, prevalece a informação financeira oficial submetida à CMVM.



Índice

Relatório
Consolidado
2021



NATUREZA DO RELATÓRIO // 5

SUMÁRIO EXECUTIVO // 7

Mensagem do Presidente. Destaques do ano // 8

Principais indicadores do grupo de empresas Metropolitano de Lisboa // 17

ORGANIZAÇÃO // 18

O ML e as suas Participadas // 19

Propósito, Âmbito e Princípios de Gestão // 20

Política de Gestão // 22

Carta do Cliente // 24

ANÁLISE DE CONTEXTO // 26

Análise Externa // 29

Análise Interna // 35

Riscos e Oportunidades // 39

Estrutura de *Governance* // 44

Órgãos Sociais // 48

ESTRATÉGIA // 51

Objetivos Estratégicos // 52

MODELO DE NEGÓCIO // 56

Áreas de Negócio e Criação de Valor // 57

Investimento e expansão da rede // 59

Conservação e manutenção da infraestrutura e material circulante // 66

Oferta do serviço de transporte // 70

Procura // 73

A atividade comercial // 76



Índice

Relatório
Consolidado
2021



DESEMPENHO // 84

Capital financeiro // 85

Capital intelectual // 108

Capital humano // 110

Capital social // 117

Capital natural // 135

CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS // 138

Objetivos de gestão (artigo 38.º do RJSPE) e Plano de Atividades e Orçamento // 139

Gestão do risco financeiro // 144

Limite de crescimento do endividamento // 144

Prazo médio de pagamentos // 145

Recomendações do acionista // 146

Remunerações // 146

Estatuto do gestor público // 151

Despesas não documentadas ou confidenciais // 152

Relatório sobre remunerações pagas a mulheres e homens // 152

Relatório anual sobre prevenção da corrupção // 153

Contratação pública // 153

Sistema nacional de compras públicas // 155

Medidas de otimização da estrutura de gastos operacionais // 156

Contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria // 159

Princípio da unidade de tesouraria do estado // 159

Auditorias conduzidas pelo tribunal de contas nos últimos três anos // 160



Índice

Relatório
Consolidado
2021



Elaboração e divulgação do Plano para a Igualdade // 160

Elaboração e divulgação da demonstração não financeira // 160

Divulgação de informação no sítio da internet do SEE // 161

Quadro resumo – Cumprimento de orientações legais // 162

SÍNTESE DE RESULTADOS // 163

Efeitos e impactos da pandemia COVID-19 // 164

Eventos subsequentes // 164

Perspetivas futuras // 166

Proposta de aplicação de resultados // 168

ANEXOS // 169

Declarações Finais // 170

Anexo ao Relatório de Gestão (Conselho de Administração, n.º 5, art.º 447 CSC) // 171

Anexo ao Relatório de Gestão (Conselho Fiscal, n.º 5, art.º 447 CSC) // 172

Demonstrações Financeiras e seus Anexos // 173

Demonstrações Orçamentais // 325

Parecer do Conselho Fiscal às Contas Individuais e Consolidadas // 337

Certificação Legal das Contas Individuais e Consolidadas // 349

Relatório do Auditor Externo // 365

Indicadores GRI e Tabela de Indicadores GRI // 382

Glossário de Termos e respetivas Fontes // 413

Siglas e Acrónimos // 422



Índice

Relatório
Consolidado
2021



ÍNDICE DE QUADROS

- Quadro 1 – Principais indicadores do Grupo de Empresas Metropolitano de Lisboa // 17
- Quadro 2 – Alinhamento dos *stakeholders* com as formas de auscultação // 28
- Quadro 3 – Variação do PIB em Portugal // 30
- Quadro 4 – Total de dormidas em Portugal // 30
- Quadro 5 – Taxa de desemprego em Portugal // 32
- Quadro 6 – Proporção da população empregada em teletrabalho // 32
- Quadro 7 – Análise de riscos à corrupção // 42
- Quadro 8 – Comunicação e formação sobre políticas e procedimentos anticorrupção // 43
- Quadro 9 – Tabela de correspondência com a divulgação da informação não financeira // 46
- Quadro 10 – Tabela de correspondência com setor público empresarial // 47
- Quadro 11 – Identificação dos Membros do CA do Grupo de Empresas Metropolitano de Lisboa 2019-2021 // 48
- Quadro 12 – Identificação dos Membros do CF do Metropolitano de Lisboa – Mandato 2017-2019 // 49
- Quadro 13 – Membros do SROC/ROC do Metropolitano de Lisboa – Mandato 2019-2021 // 49
- Quadro 14 – Evolução da oferta // 71
- Quadro 15 – Taxa de realização da oferta // 72
- Quadro 16 – Evolução da procura // 74
- Quadro 17 – Produção de cartões Lisboa Viva // 75
- Quadro 18 – Metrocom – Indicadores de Atividade // 76
- Quadro 19 – Faturação Metrocom // 78
- Quadro 20 – Ferconsult – Indicadores de Atividade // 79
- Quadro 21 – EBITDA e Resultado Operacional da Ferconsult // 80
- Quadro 22 – TREM Situação Patrimonial em 31 de dezembro // 82
- Quadro 23 – TREM II Situação Patrimonial em 31 de dezembro // 83



Índice

Relatório
Consolidado
2021



| |
|--|
| Quadro 24 – Receitas de títulos de transporte // 87 |
| Quadro 25 – Receitas complementares // 89 |
| Quadro 26 – Resultados – Contas individuais // 91 |
| Quadro 27 – Contas consolidadas – 2021 // 92 |
| Quadro 28 – Resultados – Contas consolidadas // 92 |
| Quadro 29 – Rendimentos operacionais – Contas individuais // 93 |
| Quadro 30 – Rendimentos operacionais – Contas consolidadas // 94 |
| Quadro 31 – Gastos operacionais – Contas individuais // 95 |
| Quadro 32 – Gastos operacionais – Contas consolidadas // 95 |
| Quadro 33 – Gastos operacionais (COVID-19) – Contas individuais // 96 |
| Quadro 34 – Gastos com Pessoal – Contas individuais // 96 |
| Quadro 35 – Resultados financeiros – Contas individuais // 97 |
| Quadro 36 – Demonstração de fluxos de caixa – Contas individuais // 98 |
| Quadro 37 – Atividades de financiamento – Contas individuais // 99 |
| Quadro 38 – Ativo total – Contas individuais // 100 |
| Quadro 39 – Passivo e capital próprio – Contas individuais // 102 |
| Quadro 40 – <i>Rating</i> Do ML // 104 |
| Quadro 41 – Passivo remunerado ML (2020-2021) – Contas individuais // 104 |
| Quadro 42 – Passivo remunerado (2020-2021) – Contas consolidadas // 105 |
| Quadro 43 – Despesa de investimento 2021// 106 |
| Quadro 44 – Evolução do investimento 2019-2021 // 107 |
| Quadro 45 – Efetivo do grupo de empresas Metropolitano de Lisboa // 111 |
| Quadro 46 – Dados do efetivo do grupo de empresas Metropolitano de Lisboa, por género // 112 |
| Quadro 47 – N.º total de recursos humanos // 112 |
| Quadro 48 – Acidentalidade do grupo de empresas Metropolitano de Lisboa // 115 |



Índice

Relatório
Consolidado
2021



| |
|--|
| Quadro 49 – Acidentalidade por género // 116 |
| Quadro 50 – Taxa de absentismo // 116 |
| Quadro 51 – Atividade de fiscalização // 122 |
| Quadro 52 – Outros Indicadores de atividade // 123 |
| Quadro 53 – Objetivos de gestão // 139 |
| Quadro 54 – Investimento // 140 |
| Quadro 55 – Grau de execução do orçamento financeiro // 142 |
| Quadro 56 – Evolução da taxa média anual de financiamento e juros suportados // 144 |
| Quadro 57 – Passivo (corrente e não corrente) e variação do endividamento // 144 |
| Quadro 58 – Prazo médio de pagamentos // 145 |
| Quadro 59 – Dívidas vencidas // 145 |
| Quadro 60 – Identificação dos membros do Conselho de Administração // 146 |
| Quadro 61 – Acumulação de Funções // 146 |
| Quadro 62 – Estatuto do Gestor Público // 147 |
| Quadro 63 – Remuneração anual // 147 |
| Quadro 64 – Benefícios sociais // 147 |
| Quadro 65 – Encargos com viaturas // 148 |
| Quadro 66 – Gastos anuais associados a deslocações em serviço // 148 |
| Quadro 67 – Identificação do Conselho Fiscal // 149 |
| Quadro 68 – Remuneração anual do Conselho Fiscal // 149 |
| Quadro 69 – Identificação do Revisor Oficial de Contas // 149 |
| Quadro 70 – Valor anual do contrato de prestação de serviços do Revisor Oficial de Contas // 150 |
| Quadro 71 – Identificação do Auditor Externo // 150 |
| Quadro 72 – Valor anual do contrato de prestação de serviços do Auditor Externo //150 |
| Quadro 73 – Gastos com comunicações // 151 |



Índice

Relatório
Consolidado
2021



| | |
|--|-----|
| Quadro 74 – Gastos anuais associados a viaturas // | 151 |
| Quadro 75 – Eficiência operacional // | 156 |
| Quadro 76 – Detalhe da perda de receita tarifária atribuível à COVID-19 // | 157 |
| Quadro 77 – Detalhe da perda de receita não tarifária atribuível à COVID-19 // | 157 |
| Quadro 78 – Disponibilidades no IGCP // | 159 |
| Quadro 79 – Disponibilidades na Banca Comercial // | 159 |
| Quadro 80 – Informação divulgada no site do SEE // | 161 |
| Quadro 81 – Quadro resumo – Cumprimento de orientações legais // | 162 |
| Quadro 82 – Priorização dos Aspetos Materiais // | 383 |
| Quadro 83 – Alinhamento dos Aspetos Materiais com a Estratégia // | 385 |
| Quadro 84 – Tabela Resumo GRI (I) // | 408 |
| Quadro 85 – Tabela Resumo GRI (II) // | 409 |
| Quadro 86 – Tabela Resumo GRI (III) // | 410 |
| Quadro 87 – Tabela Resumo GRI (IV) // | 411 |
| Quadro 88 – Tabela Resumo GRI (V) // | 412 |



Índice

Relatório
Consolidado
2021



ÍNDICE DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração 1 – Organograma de participações sociais // 19

Ilustração 2 – Os *Stakeholders* do grupo de empresas Metropolitano de Lisboa // 27

Ilustração 3 – Análise SWOT // 39

Ilustração 4 – Organograma do Metropolitano de Lisboa // 50

Ilustração 5 – Os ODS assumidos pelo Metro // 55

Ilustração 6 – Modelo de Criação de Valor do Grupo de Empresas Metro// 58

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Indisponibilidade média mensal da infraestrutura principal (valores em horas) // 66

Gráfico 2 – Fiabilidade de infraestrutura principal (média de 12 meses) // 67

Gráfico 3 – Disponibilidade média mensal do material circulante // 67

Gráfico 4 – Fiabilidade de material circulante, considerando todas as ocorrências (média de 12 meses) // 68

Gráfico 5 – Fiabilidade de material circulante, considerando ocorrências de supressão de comboios (média de 12 meses) // 69

Gráfico 6 – Receitas de títulos de transporte // 88

Gráfico 7 – Gastos Totais – Contas individuais // 97

Gráfico 8 – Formação // 108

Gráfico 9 – Efetivo por Género e por faixa etária // 113

Gráfico 10 – Rácio do salário base do grupo de empresas Metropolitano De Lisboa, entre mulheres e homens // 114

Gráfico 11 – Eficiência energética // 136



Natureza do Relatório

Relatório
Consolidado
2021

O Relatório Consolidado engloba a informação financeira e não financeira do grupo de empresas Metropolitano de Lisboa, correspondente ao exercício de 2021.

O presente relatório foi elaborado dando cumprimento ao disposto nos artigos 66º - “Relatório de Gestão”, 66º-A - “Anexo às contas” e 66º-B - “Demonstração não financeira” do Código das Sociedades Comerciais e tendo em conta as Diretrizes do IIRC – Internacional Integrated Reporting Council (Conselho Internacional para o Relato Integrado), respeitantes à informação relativa à estratégia, gestão e desempenho dos principais vetores de negócio do grupo empresarial.

Pretende-se ainda, dar resposta às “Instruções sobre o processo de prestação de contas referente a 2021”, emanadas no Ofício-Circular SAI_DGTF/2022/364, de 20 de janeiro de 2022, da Direção-Geral do Tesouro e Finanças, bem como, melhorar a perceção de estratégia de negócio e de transferência de valor que os *stakeholders* têm relativamente à atividade desenvolvida pelo grupo de empresas Metropolitano de Lisboa, enquadrando a mesma com os objetivos estratégicos definidos no Plano de Atividades e Orçamento (PAO), e justificando os principais desvios observados nesse período. Adicionalmente contém, ainda, informação relativa à governação, análise de contexto, estratégia, bem como a divulgação e o desempenho alcançado pelos diferentes capitais (financeiro, intelectual, humano, social e natural).

A informação apresentada no presente relatório evidencia o empenho e o rigor que o Metropolitano de Lisboa, E.P.E., a Ferconsult, S.A., a Metrocom, S.A., o TREM, A.C.E. e o TREM II, A.C.E. adotaram na implementação contínua de medidas e de procedimentos que potenciam a criação de valor e o reforço da qualidade do serviço prestado, potenciando a mobilidade sustentável, a descarbonização e a melhoria da qualidade de vida dos seus clientes e trabalhadores.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas em conformidade com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, com as alterações subsequentes e com a republicação dada pelo Decreto-Lei n.º 98/2015,



Natureza do Relatório

Relatório
Consolidado
2021

de 2 de junho, e com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (*International Financial Reporting Standards - IFRS*), Normas Internacionais de Contabilidade e Interpretações (*International Accounting Standards and Interpretations*), coletivamente denominadas IFRS, emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), tal como adotadas na União Europeia (UE).

Nos termos do artigo 29.ºG do Código dos Valores Mobiliários, os documentos que integram o presente Relatório e Contas foram preparados sob o Formato ESEF e em conformidade com as especificações previstas no Regulamento Delegado (UE) 2018/815 da Comissão, de 17 de dezembro de 2018, e nos termos das alterações subsequentes, tendo igualmente em conta os *guidances* disponibilizados pela Autoridade Europeia dos Valores Mobiliários e dos Mercados (ESMA) através da versão atualizada do ESEF Reporting Manual.

A informação não financeira foi elaborada de acordo com as diretrizes do GRI Standards. De referir ainda que a informação não financeira do presente relatório não foi sujeita a qualquer verificação externa. No entanto, foi dado cumprimento ao ponto 6 do artigo 451.º do Decreto-Lei n.º 89/2017, de 28 de julho, que refere que “no caso de sociedades que estejam obrigadas a apresentar uma demonstração não financeira, nos termos do artigo 66.a-B ou do artigo 508.a-G, o revisor oficial de contas deve apenas atestar que a mesma ou o relatório separado foram apresentados”.



1

Sumário Executivo



Metropolitano de Lisboa

Relatório
Consolidado

2021

Mensagem do Presidente

Relatório
Consolidado
2021



A todos os interessados.

Apresentamos neste documento o Relatório Consolidado que refere, com detalhe e rigor, a atividade do Metropolitano de Lisboa e das empresas por si detidas a Ferconsult, S.A., a Metrocom, S.A., o TREM, A.C.E. e o TREM II, A.C.E., bem como os resultados obtidos no ano de 2021.

O ano de 2021 viveu-se na continuação do surto epidémico iniciado em 2020 e sempre com a expectativa de que neste ou naquele mês veríamos o seu termo. Infelizmente tal não aconteceu e só nesta altura em que vos escrevo estas linhas, neste início de 2022, é que iniciamos o que esperamos ser não o seu fim mas a passagem a um novo estado de epidemia de infeção menos generalizada, mais pontual mas obrigando-nos sempre a medidas de defesa pessoal. E nos finais de 2021 começamos a assistir a um novo ciclo económico inflacionário, com graves problemas de fornecimentos vários e de roturas da cadeia logística.

E como se isto já não fosse suficientemente duro para a pretendida recuperação da nossa normalidade demos de cara nos telejornais com a invasão da Ucrânia pela Rússia, situação que se encontra a decorrer à data de produção deste documento, e que se prevê que a economia europeia venha a ser seriamente penalizada e com consequências imprevisíveis.

Nesta envolvente de contínuo combate à situação pandémica o Metropolitano de Lisboa deu continuidade às fortes medidas de higienização e limpeza diária e mensal de todos os espaços de trabalho e de uso pelos nossos clientes, designadamente as estações e comboios, medidas estas implementadas em 2020.

De modo idêntico e a nível interno, demos continuidade às medidas implementadas no ano transato com vista à proteção dos colaboradores, tais como a criação de equipas “espelho”, repartidas entre trabalho presencial e equipas em reserva no seu domicílio em esquema rotativo, a implementação e generalização do regime de teletrabalho, o desfasamento de horários de trabalho, o reforço da limpeza e higienização das instalações, a adequação dos espaços comuns à nova realidade.



Mensagem do Presidente

Relatório Consolidado
2021

No âmbito das medidas adotadas, a empresa continuou a ver reconhecida a eficácia da higienização e limpeza das suas estações e do material circulante, em auditorias independentes realizadas pela SGS, através da atualização do selo “Viaje com confiança”.

Ao nível das estações e dos clientes, manteve-se a sinalética colocada em 2020 em toda a rede do Metro, relativa à obrigatoriedade do uso da máscara e correta utilização da mesma, à necessidade de manter o distanciamento social recomendado, à importância da lavagem das mãos e do uso de gel desinfetante.

Neste cenário de continuidade da situação pandémica a procura e a receita continuaram a ressentir-se e apresentar valores muito distantes de 2019. No tocante à procura, em 2021 o Metropolitano de Lisboa registou 81,3 milhões de passageiros, número apurado com base nas validações efetuadas. Este indicador corresponde a menos 4,3 milhões de passageiros face ao período homólogo de 2020 e menos 92,4 milhões face ao ano de 2019, período pré pandémico. Estes valores de 2021 correspondem a uma redução na procura, em 2020 e 2019, respetivamente, de 5,1% e 53,2%.

No fim do segundo semestre de 2021 verificou-se um ligeiro aumento do número de passageiros mantendo-se esta tendência positiva em janeiro de 2022, o qual revela um aumento de 40,8 % da procura nos passageiros relativamente ao período homólogo de 2021, prevendo-se uma tendência para uma recuperação sustentável da afluência de clientes durante o corrente ano.

O Metropolitano de Lisboa atingiu, em 2021, uma receita total de € 104,9 milhões. Esta receita inclui compensações financeiras com passes sociais (4_18, Sub23, Social+ e Antigos Combatentes), pagamentos PART – Programa de Apoio à Redução Tarifária, e receitas provenientes dos apoios extraordinários disponibilizados pelo Governo às Áreas Metropolitanas e Comunidades Intermunicipais, através de verbas do Fundo Ambiental para compensação no âmbito da crise pandémica COVID-19. Sem estas compensações extraordinárias a empresa não teria condições financeiras para fazer face aos seus custos operacionais.

Apesar deste contexto adverso e com enormes dificuldades, o Metropolitano conseguiu dar continuidade aos projetos que tinha em curso e prosseguiu com a implementação de outros.



Mensagem do Presidente

Relatório
Consolidado
2021

No tocante ao Plano de Recuperação dos Ativos, da Rede e de implantação de acessibilidades plenas, o Metropolitano de Lisboa adjudicou a empreitada de reabilitação das estações Cidade Universitária e Entre Campos, que inclui a instalação de elevadores, permitindo a existência de mais duas estações com acessibilidade plena. Este contrato insere-se num vasto plano de adaptação e modernização das estações que o Metropolitano de Lisboa tem vindo a concretizar, no âmbito do Plano Nacional para a Promoção da Acessibilidade, tendo em vista alcançar o princípio de “Acessibilidade e Mobilidade para Todos” estabelecido no D.L. 163/2006, de 8 de agosto. No seu Plano de Acessibilidades o ML tem previsto concluir até 2023/2024 as estações Campo Grande, Campo Pequeno e Picoas (linha Amarela), Praça de Espanha, (linha Azul), Anjos, Intendente e Martim Moniz (linha Verde). No fim deste programa prevê-se que 51 estações de um total de 56 estejam dotadas de acessibilidade plena.

Ainda referente a projetos de acessibilidades há que referir a inauguração da estação de Arroios (linha Verde), totalmente remodelada, com capacidade para receber comboios de seis carruagens e dotada de elevadores que lhe conferem acessibilidade plena. Com um investimento de 6,67 milhões de euros, a empreitada, finalizada em setembro de 2021, incluiu, também, a remodelação dos átrios, abrangendo a reorganização dos espaços de apoio à exploração.

Ainda no âmbito do Plano de Recuperação dos Ativos, o Metropolitano de Lisboa prosseguiu com a concretização do processo de substituição de escadas mecânicas em diversas estações (Anjos, Rato, Avenida), bem como outros trabalhos de recuperação das degradações naturais existentes no que respeita ao tratamento de patologias estruturais, remodelação dos sistemas de bombagem, refrescamento e instalação de novos equipamentos de telecomunicações, entre outros.

Na área das instalações e sistemas técnicos é de salientar a continuidade da instalação, renovação e revisão de vários sistemas fundamentais para o controle e supervisão da rede do Metropolitano de Lisboa: SADI (Sistema de Apoio à Detecção de Incêndios), o SSIT (Sistema de Supervisão de Instalações Técnicas) e o CITV (Circuito Interno de Televisão). No que ao projeto de Modernização da Rede do Metropolitano de Lisboa diz respeito, e na sequência do concurso lançado, em setembro de 2018,



Mensagem do Presidente

Relatório
Consolidado
2021

para a substituição do atual sistema de sinalização por um sistema CBTC – *Communications-Based Train Control* e para aquisição de 14 novas unidades triplas, bem como a adaptação de 70 unidades triplas existentes ao novo sistema de sinalização, o Metropolitano de Lisboa recebeu o visto prévio pelo Tribunal de Contas em maio de 2021 o que permitiu dar início ao contrato celebrado, pelo valor de 114,5 milhões de euros, com o prazo global de execução de setenta e sete meses. A aquisição deste novo material circulante e do sistema de sinalização CBTC para as linhas Azul, Amarela e Verde, afigura-se essencial para o reforço da oferta e melhoria da qualidade de serviço prestado, sendo considerado um dos projetos mais relevantes do Metropolitano de Lisboa. Infelizmente, a litigância concorrencial impossibilitou, durante largos meses, o desenvolvimento deste projeto.

Quanto ao material circulante existente, o Metropolitano de Lisboa continuou, em 2021, a proceder à sua recuperação, procurando anular os atrasos de manutenção de anos anteriores dando seguimento aos contratos de reabilitação dos sistemas de portas em toda a frota de material circulante de exploração iniciados em 2020. Nos comboios ML90 está prevista a substituição do antigo mecanismo de acionamento pneumático por um novo mecanismo de acionamento elétrico. Nas restantes frotas ML95, ML97 e ML99 está em curso a grande revisão dos mecanismos existentes. Estas alterações têm um investimento global de 7,4 milhões de euros ao longo de três anos.

Porque a manutenção da infraestrutura de via-férrea é um dos aspetos fulcrais dos sistemas ferroviários já que dela dependem a operacionalidade e a segurança da exploração do sistema de transporte Metro, no ano em apreço, o Metropolitano de Lisboa investiu na substituição de equipamento para esmerilagem dos carris, substituindo a atual esmeriladora datada de 1976 por um novo equipamento, pelo valor de cerca de 8 milhões de euros que permita corrigir, de forma sistemática, todos os desvios à geometria e resistência dos carris, maximizando a sua durabilidade nas melhores condições de desempenho geométrico e ambiental.

No âmbito da bilhética, o Metropolitano de Lisboa deu continuidade ao investimento iniciado em 2018, relativo aos sistemas tecnológicos para uma alteração muito significativa do sistema de



Mensagem do Presidente

Relatório Consolidado
2021

bilhética, tornando-o mais simples, mais fácil e mais fiel. Em 2021 iniciou novos desenvolvimentos na área da bilhética seja por criar a facilidade de pagamento via *contactless* seja por via de utilização do cartão bancário, que esperamos vir a finalizar em 2022.

Em termos financeiros, o Metropolitano de Lisboa viu mantido, em 2021, o seu *rating* de longo prazo de BBB *investment grade*, com Outlook estável, relativamente ao ano transato, medida que teve em conta o nivelamento da avaliação do Metropolitano de Lisboa com a notação da República.

Paralelamente, procurou-se, internamente, dar seguimento à implementação de medidas que reforçam a gestão pela melhoria de sistemas de controlo internos, entre os quais, as ferramentas de apoio à Contratação, ao Sistema de Gestão de Risco e ao *Compliance*, a consolidação do Regulamento Geral de Proteção de Dados, a utilização generalizada na empresa da assinatura digital qualificada a par da implementação de procedimentos relacionados com a cibersegurança. Por outro lado, consciente do quadro legal publicado em 2021 relativo ao combate à corrupção, a promoção da ética e da integridade tem sido um caminho seguido pela empresa, alinhada com o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 16 da ONU, tendo divulgado, em parceria com o Conselho de Prevenção da Corrupção ou a Associação Portuguesa de Ética Empresarial campanhas internas e externas sobre o tema.

Também merece especial relevo, a continuidade da política de rentabilização do património do Metropolitano de Lisboa não afeto à operação, tendo as negociações relativas à aprovação do plano urbanístico para os terrenos do antigo Parque de Material e Oficinas de Sete Rios sido retomadas com a Câmara Municipal de Lisboa, após a tomada de posse do novo elenco Camarário por forma a se prosseguir com a alienação daqueles terrenos.

Em 2021, o Metropolitano de Lisboa obteve a Certificação pela Norma NP 4475:2020, em Serviço público de transporte de passageiros em modo metropolitano, certificação que incide diretamente no serviço prestado ao cliente. Esta empresa passa, assim, a dar cumprimento a todos os requisitos de qualidade, juntando esta certificação às restantes certificações do seu Sistema de Gestão da Qualidade e Sistema de Gestão Ambiental.



Mensagem do Presidente

Relatório
Consolidado
2021

Já em relação à Expansão da Rede, o Metropolitano de Lisboa prosseguiu os trabalhos relativos ao prolongamento das linhas Amarela e Verde (Rato – Cais do Sodré). Em relação ao Lote 1 – Execução dos toscos entre o término da Estação Rato e a Estação Santos os trabalhos prosseguiram em bom ritmo nos vários pontos de intervenção da empreitada, estando, na altura da presente mensagem, já executadas várias centenas de metros dos respetivos túneis e estando praticamente executados os poços da Estrela e do ISEG.

Em relação ao Lote 2 - Execução dos toscos entre a estação Santos e o Término da estação Cais do Sodré, a empreitada sofreu um ligeiro atraso pela necessidade de elaboração de estudos complementares ao RECAPE o que atrasou a emissão da DCAPE e consequente consignação dos trabalhos que esperamos ainda efetuar no 2º trimestre de 2022.

Relativamente ao Lote 3 - Construção de dois novos viadutos no Campo Grande, a consignação ocorreu no primeiro trimestre de 2021 e a obra encontra-se, também, em curso.

No tocante ao Lote 4 - Empreitada de projeto e construção dos acabamentos e sistemas, o Metropolitano de Lisboa aprovou o lançamento de concurso público com publicidade internacional em agosto de 2021, com um investimento de 76,5 milhões de euros, aguardando-se a apreciação das propostas pelo Júri nomeado para o concurso.

Ainda no referente a futuras expansões, o Metropolitano de Lisboa concluiu a fase de Estudo Prévio do Prolongamento da linha Vermelha entre a estação São Sebastião e a estação Alcântara para efeitos da Avaliação de Impacte Ambiental e submeteu à Agência Portuguesa do Ambiente em dezembro de 2021, o Processo de Licenciamento Ambiental relativo a esse estudo. Este prolongamento terá uma extensão total de cerca de 4 km e 4 novas estações (Campolide/Amoreiras, Campo de Ourique, Infante Santo e Alcântara, esta última à superfície). Tem abertura prevista para 2026.

O Metropolitano de Lisboa celebrou um Protocolo com as Câmaras de Lisboa, Oeiras, Loures e Odivelas, para a realização dos estudos referentes ao LIOS – Linha Intermodal Ocidental e Oriental Sustentável.



Mensagem do Presidente

Relatório
Consolidado
2021

O LIOS constituirá uma ligação rápida e estruturante com as linhas ribeirinhas de elétrico e de comboio da Linha de Cascais e Linha do Norte. Serão cerca de 24,4 quilómetros de uma nova linha de Metro Ligeiro de Superfície (MLS). Foi também assinado um segundo protocolo com as Câmaras Municipais de Loures e Odivelas para a elaboração dos estudos referentes a um MLS ligando Odivelas e Loures mais exatamente entre o Hospital Beatriz Ângelo e o Infantado com cerca de 12 km de extensão.

Com a publicação em Diário da República do Decreto-Lei n.º 68/2021, de 30 de julho, o objeto da concessão atribuída ao Metropolitano de Lisboa passa a contemplar as expansões da rede de metropolitano de Lisboa que sejam ou venham a ser realizadas através de sistemas de transporte coletivo em sítio próprio de elevada capacidade, designadamente na modalidade de metro ligeiro de superfície.

O Metropolitano de Lisboa e a Estrutura de Missão “RECUPERAR PORTUGAL” celebraram, em 2021, os contratos de financiamento para a realização dos investimentos para a linha Vermelha do Metropolitano de Lisboa até Alcântara e o Metro Ligeiro de Superfície Odivelas/Loures, previstos no Plano de Recuperação e Resiliência 2026 que determinam o apoio financeiro destinado à concretização e operacionalização destes investimentos.

Ao nível da inovação, realça-se o lançamento de um programa interno de Ideias e Projetos – #MetroGO que resultou no envolvimento de 60 trabalhadores de diversas áreas que, distribuídos por grupos de seis, formalizaram a apresentação de número igual de ideias de Inovação tendo um Júri de Avaliação selecionado três das mais impactantes no Metropolitano. Já em 2022 iniciaram-se os processos de implementação. Em paralelo, encetou-se a colaboração com duas escolas de referência (ISEL e UA) através do estabelecimento de protocolos com vista ao desenvolvimento de iniciativas de inovação conjuntas.

Por outro lado, o Metropolitano de Lisboa prosseguiu a implementação de um conjunto de medidas com vista ao aumento da eficiência energética, alinhadas com o compromisso da mobilidade sustentável, e com o PISA 2030 – Plano Integrado de Sustentabilidade Ambiental, iniciadas em 2020. Espera no decorrer de 2022 dar início ao projeto de implementação de uma central fotovoltaica no PMO II.



Mensagem do Presidente

Relatório
Consolidado
2021

Ao nível da gestão do capital humano realça-se o reforço dos compromissos com os temas de responsabilidade social com várias iniciativas de significativo impacto no ML. Relevante também a concretização de admissões para áreas de especial relevo na empresa, quer para reforço de equipas de várias direções, quer para substituição de quadros que entretanto atingem a idade de reforma. Uma especial referência ao lançamento do Programa *Trainees* para a descoberta e eventual reforço de jovens quadros. Cumpre salientar a continuidade na valorização da importância da contratação coletiva, enquanto instrumento indispensável à promoção da paz social e à melhoria do bem-estar dos trabalhadores.

No tocante à Ferconsult, S.A., a sua atividade no decorrer de 2021 continuou focada no âmbito do encerramento dos projetos internacionais, nomeadamente na Argélia.

No que respeita à Metrocom, S.A., empresa que explora os espaços comerciais existentes nas estações e igualmente detida a 100% do seu capital pelo Metropolitano de Lisboa, a mesma prosseguiu a sua atividade com uma gestão focada na mitigação do impacto da crise pandémica, e no estudo e planeamento da transformação e do reposicionamento do negócio. Não obstante, esta empresa apresentou um volume de negócios de cerca de 1,8 milhões de euros, ou seja uma evolução de + 9,9% em comparação com o ano de 2020.

A atividade do TREM, ACE e TREM II, ACE centrou-se na gestão dos seus ativos e passivos, e obrigações decorrentes.

Em 2021 o Metropolitano de Lisboa continuou empenhado em reforçar o seu papel na AML enquanto operador e agente estruturante da mobilidade na cidade. O Metropolitano de Lisboa aferiu que a satisfação dos seus clientes atingiu o valor mais alto de sempre, resultados do Índice de Satisfação do Cliente realizado através de inquéritos nos meses de outubro e novembro de 2021. Os resultados demonstram uma subida generalizada na satisfação dos nossos clientes em todas as componentes do serviço.

Aos trabalhadores do Metropolitano de Lisboa, as palavras serão de reconhecido agradecimento pela forma profissional que sempre mantiveram ao garantir nestes dois últimos e difíceis anos, a atividade



Mensagem do Presidente

Relatório
Consolidado
2021

diária da empresa, garantindo o seu contributo para a manutenção de um transporte essencial na mobilidade sustentável da cidade e na área metropolitana de Lisboa.

Um agradecimento é devido, também, a todos aqueles que colaboraram com o Metropolitano de Lisboa e que contribuíram diariamente para fazer desta empresa uma empresa de referência, fundamental para o serviço público de transportes.

É igualmente devido um agradecimento aos titulares dos órgãos sociais e suas equipas pelo empenho que sempre evidenciaram, disponibilizando-se, no quadro das respetivas competências, para apoiar o Conselho de Administração, de modo a alcançar os objetivos referidos no presente relatório, assegurando o normal funcionamento da empresa.

Por último, e pela sua especial importância para a mobilidade estruturante na Área Metropolitana de Lisboa, julga-se importante referir que o Metropolitano de Lisboa é um dos sócios fundadores da AMOLIS - Associação Metropolitana de Operadores de Transporte de Lisboa, uma associação de direito privado sem fins lucrativos constituída em fevereiro de 2022, tendo sido igualmente eleito para a Presidência do Conselho Diretivo para o triénio 2022-2024.

Lisboa, 31 de maio 2022.


Digitally signed by VÍTOR MANUEL
DOMINGUES DOS SANTOS
134163522256...1111-29641-4011007
Presidente
Metropolitano de Lisboa

Presidente do Conselho de Administração

Vítor Domingues dos Santos

Principais indicadores do grupo de empresas Metropolitano de Lisboa

Relatório
Consolidado
2021

Quadro 1 — Principais indicadores do grupo de empresas Metropolitano de Lisboa

| INDICADORES DE ATIVIDADE | Un. | 2021 | 2020 | Var. 2021/2020 | |
|--|-----------------|----------------|----------------|----------------|--------------|
| | | | | Abs | % |
| Indicadores de PROCURA | | | | | |
| PT (Passageiros Transportados) | 10 ³ | 83 716 | 90 567 | (6 851) | (7,6) |
| PKT (Passageiros x km) | 10 ³ | 403 679 | 433 114 | (29 435) | (6,8) |
| Indicadores de OFERTA | | | | | |
| Ckm (Carruagens x km) | 10 ³ | 24 398 | 26 373 | (1 975) | (7,5) |
| LKO (Lugares x km) | 10 ⁶ | 3 123 | 3 376 | (253) | (7,5) |
| Qualidade de Serviço | | | | | |
| Regularidade | % | 96,8 | 96,9 | - | (0,1) p.p. |
| Taxa de Ocupação | % | 12,9 | 12,8 | - | 0,1 p.p. |
| INDICADORES DE RH | | | | | |
| Nº de efetivos a 31.Dez | Un. | 1 521 | 1 515 | 6 | 0,4 |
| Número médio de efetivos | Un. | 1 518 | 1 517 | 1 | 0,1 |
| Massa Salarial | m€ | 59 267 | 58 359 | 908 | 1,6 |
| Indemnizações por Rescisão | m€ | 0 | 0 | 0 | - |
| ESTRUTURA ACIONISTA | | | | | |
| Total do Capital Social | M€ | 3 667,9 | 3 414,0 | 254 | 7,4 |
| Cap. Social detido pelo Estado | % | 100 | 100 | - | 0,0 p.p. |
| SITUAÇÃO PATRIMONIAL | | | | | |
| Ativo não corrente | M€ | 5 680,6 | 5 662,6 | 18 | 0,3 |
| Ativo corrente | M€ | 196,5 | 111,4 | 85 | 76,4 |
| Total Ativo | M€ | 5 877,1 | 5 774,0 | 103 | 1,8 |
| Capital Próprio | M€ | 1 730,4 | 1 501,0 | 229 | 15,3 |
| Passivo | M€ | 4 146,7 | 4 273,0 | (126) | (3,0) |
| Total Capital Próprio e Passivo | M€ | 5 877,1 | 5 774,0 | 103 | 1,8 |
| INVESTIMENTOS ¹ | | | | | |
| Infraestruturas de Longa Duração | M€ | 52,8 | 16,4 | 36 | 221,7 |
| Outros Investimentos | M€ | 34,5 | 5,0 | 30 | 592,2 |
| Despesa de Investimento | M€ | 87,4 | 21,4 | 66 | 308,1 |
| INDICADORES DE ESTRUTURA | | | | | |
| Passivo Remunerado | M€ | 3 395,1 | 3 494 | (98) | (2,8) |
| Autonomia Financeira % | % | 29,44 | 26,00 | - | 3,4 p.p. |
| Solvabilidade % | % | 41,73 | 35,13 | - | 6,6 p.p. |
| INDICADORES FINANCEIROS | | | | | |
| Prazo médio de pagamentos (PMP) | Dias | 36 | 41 | (5) | (12,2) |
| Volume de Negócios | M€ | 67,4 | 67,5 | (0) | (0,1) |
| EBITDA (corrigido) ² | M€ | (3,97) | (28,43) | 24 | (86,1) |
| Margem do EBITDA (corrigido) | % | (5,88) | (42,10) | - | 36,2 p.p. |
| Rendimentos Operacionais (corrigidos) ² | M€ | 112,70 | 92,31 | 20 | 22,1 |
| Gastos Operacionais (corrigidos) ² | M€ | 116,67 | 120,74 | (4) | (3,4) |
| Taxa de Cobertura dos Gastos Operacionais (corrigidos) | % | 96,6 | 76,5 | - | 20,1 p.p. |

¹A "Despesa de investimento" apenas considera o investimento líquido de TPE e de Encargos financeiros.

²Valor corrigido de Provisões, Ajustamentos, Imparidades, Aumentos/reduções de justo valor, Equivalência patrimonial/subsidiárias e outras rubricas non-cash.



2

Organização



Metropolitano de Lisboa

Relatório
Consolidado

2021

O ML e as suas Participadas

Relatório
Consolidado
2021

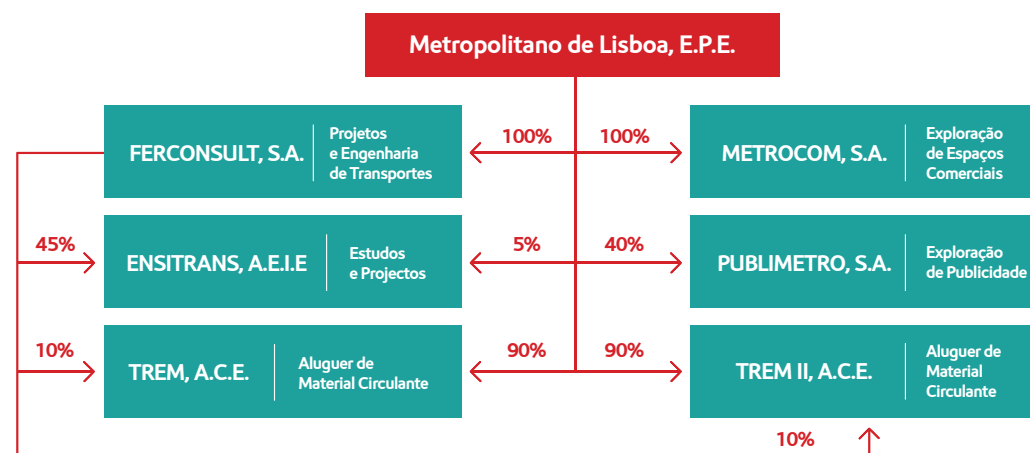
O Metropolitano de Lisboa presta serviços de transporte público de passageiros por metropolitano na cidade de Lisboa e concelhos limítrofes em regime de concessão. Para o efeito desenvolve atividades conexas como sejam a operação, a promoção do Transporte Público (TP) e a manutenção da infraestrutura.

Explora ainda, de forma comercial, os espaços existentes na rede, através da cedência de espaços para lojas, máquinas de *vending* e outros, através da Metrocom, S.A. e venda de serviços de publicidade, através da Publimetro, S.A..

A participada Ferconsult S.A., detida a 100% pelo ML, assumiu-se como o principal parceiro do Metropolitano de Lisboa para o desenvolvimento da sua rede, designadamente na construção de novas linhas e a expansão das existentes. Na sequência da implementação do plano de reestruturação, no final de 2020 os trabalhadores desta entidade foram integrados no quadro de pessoal da empresa-mãe.

Através da nomeação do Conselho de Administração para o mandato 2019–2021 pela R.C.M. n.º 56/2019, de 28 de fevereiro (D.R. 1ª série – n.º 53, de 15 de março de 2019), o atual Conselho de Administração entrou em funções a 01 de março de 2019.

Ilustração 1 – Organograma de participações sociais



Propósito, Âmbito e Princípios de Gestão

Relatório
Consolidado
2021

O Metropolitano de Lisboa, E.P.E. é uma entidade com personalidade jurídica, dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial, regendo-se por estatutos próprios e pela lei aplicável às empresas públicas.

A Ferconsult, S.A. e a Metrocom, S.A. são empresas detidas integralmente pelo Metropolitano de Lisboa.

O “Manual do Sistema de Gestão de Qualidade e Ambiente” foi aprovado pela Deliberação n.º 1416182, de 15 de novembro de 2018, que autorizou a integração dos Sistemas de Gestão do Metropolitano de Lisboa, da Ferconsult e a sua extensão à Metrocom.

O referido Manual é um documento onde são definidas as diretrizes do “Sistema de Gestão da Qualidade e do Ambiente” do grupo de empresas Metropolitano de Lisboa.

Em 2021¹ o Conselho de Administração deliberou aprovar a adoção dos conceitos “Propósito, Âmbito e Princípios de Gestão”, que a seguir se enunciam:

PROPÓSITO

Ser o eixo central da mobilidade na Área Metropolitana de Lisboa (AML).

ÂMBITO

Prestar um Serviço de transporte público de passageiros no modo metropolitano ou noutros sistemas de mobilidade em canal dedicado, onde se insere a gestão global da infraestrutura nomeadamente a conceção, a produção da construção e a exploração, incluindo a exploração de espaços comerciais, orientado para o cliente, em regime de concessão atribuída pelo Estado promovendo a mobilidade sustentável e visando a melhoria da qualidade de vida das gerações atuais e futuras.

¹ Deliberação n.º 1587859, de 2021.09.16.



Propósito, Âmbito e Princípios de Gestão

Relatório
Consolidado
2021

PRINCÍPIOS DE GESTÃO

As decisões gestionárias tomadas pelo Metropolitano de Lisboa refletem os seguintes princípios de gestão:

- O superior interesse dos nossos clientes.
- As expectativas das diferentes partes interessadas construindo relações duradouras de confiança com os nossos colaboradores, clientes, parceiros e comunidades.
- O desenvolvimento do negócio de forma socialmente responsável e sustentável articulando-se de forma estreita e concertada com os restantes operadores de transporte público.
- A promoção do transporte público e da mobilidade sustentável.
- O rigor, a transparência e o comportamento ético.
- A qualidade e segurança na prestação do serviço com recurso a soluções inovadoras, eficientes e criando valor nas áreas em que atuamos.



Política de Gestão

Relatório
Consolidado
2021

- 1. A satisfação do cliente como objetivo central** – Concebendo e mantendo um serviço de transporte público de passageiros que dê resposta às expectativas e necessidades dos nossos clientes e demais partes interessadas.
- 2. Uma liderança empenhada e comprometida** – Garantindo o alinhamento organizacional aos diversos níveis, definindo uma estratégia e objetivos claros para a organização e acompanhando a consecução desses objetivos.
- 3. Responsabilidades partilhadas e claramente definidas** – Definindo responsabilidades claras aos vários níveis da organização e fornecendo os meios para que as responsabilidades possam ser assumidas.
- 4. O envolvimento e qualificação das colaboradoras e dos colaboradores** – Sensibilizando, qualificando e incentivando as colaboradoras e os colaboradores a participarem ativamente na melhoria dos processos, ao nível da sua eficiência, do seu desempenho ambiental e da mitigação dos riscos associados.
- 5. A gestão da Organização como um sistema composto por processos interrelacionados** – Identificando os processos chave da cadeia de valor, e as suas interações, de forma a garantir a eficiência da gestão.
- 6. A melhoria contínua do desempenho** – Através de um Sistema de Gestão da Qualidade e Ambiente - SGQA dotado de mecanismos que permitem monitorizar a eficiência dos processos e o desempenho ambiental incluindo o desempenho energético, divulgar esses dados de forma transparente e identificar e implementar oportunidades de melhoria.
- 7. A tomada de decisões de forma sustentada** – Garantindo que existem dados que permitam que a tomada de decisões seja baseada em factos.
- 8. O estabelecimento de relações de parceria com fornecedores** – Definindo níveis de serviço e boas práticas de qualidade e ambiente, e trabalhando conjuntamente com vista a garantir o

Política de Gestão

Relatório
Consolidado
2021

seu cumprimento e melhoria contínua com vantagens para ambas as partes.

9. A gestão dos impactes ambientais – Identificando e avaliando os aspetos e impactes ambientais, implementando medidas com vista a minimizar os aspetos ambientais significativos negativos, incluindo os consumos energéticos e maximizando os impactes ambientais positivos.

10. O cumprimento integral dos requisitos aplicáveis – Identificando os requisitos aplicáveis à Organização (legislação, normas e compromissos assumidos voluntariamente) e definindo medidas com vista a ser assegurado o seu cumprimento e a transposição célere para a organização de novos requisitos.

11. A inovação como fator diferenciador da qualidade do serviço prestado – Procurando em permanência conhecer as melhores práticas e as melhores soluções no mercado, verificar da sua aplicabilidade ao serviço prestado e implementá-las sempre que adequado.



Carta do Cliente

Relatório
Consolidado
2021

O Metropolitano de Lisboa assume a sua missão para com os seus clientes no cumprimento da “Carta do Cliente” onde estão especificados os seguintes compromissos:

I. Oferta de serviço de transporte:

- Fornecer um serviço de qualidade e adequado às expectativas do cliente;
- Contribuir para o reforço da articulação intermodal;
- Implementar horários de comboios que correspondam eficazmente à procura existente.

II. Segurança:

- Promover e aplicar, em permanente colaboração com as forças de autoridade, as ações necessárias para garantir elevados padrões de segurança no serviço de transporte e na sua utilização, bem como garantir a segurança dos clientes;
- Manter os veículos em bom estado de conservação;
- Assegurar que os equipamentos ao dispor do cliente se encontram em perfeitas condições de funcionamento.

III. Regularidade:

- Manter elevados índices de regularidade do serviço, promovendo as ações possíveis para minimizar os transtornos causados por perturbações da circulação perturbações do serviço.

IV. Informação e apoio ao cliente:

- Disponibilizar de uma forma perceptível e rigorosa, em espaços próprios e através dos diversos suportes de comunicação com o cliente, a informação relevante sobre o serviço prestado, em situações normais ou de perturbação do serviço;
- Dinamizar a rede de vendas disponibilizando diversas formas e meios para aquisição dos títulos de transporte;



Carta do Cliente

Relatório
Consolidado
2021

- Disponibilizar canais e espaços próprios que permitam ao cliente resolver situações anómalas ou que pela sua especificidade necessitem de uma análise especializada.

V. Limpeza e conservação:

- Garantir que as estações, os veículos e os equipamentos se encontram em bom estado de conservação e limpeza, sendo, para o efeito, regularmente, vistoriados e limpos.

VI. Recursos humanos:

- Assegurar a qualidade dos recursos humanos para que executem o seu serviço de forma competente e profissional, assegurando condições de conforto, qualidade e rigor.

VII. Acessibilidade:

- Em colaboração com as entidades competentes assegurar a acessibilidade de todos os clientes mesmo daqueles cuja mobilidade se encontre, por algum modo, reduzida.

VIII. Sugestões e reclamações:

- Colocar ao dispor dos clientes os meios necessários para a apresentação de sugestões e reclamações, fazer a sua análise, promover medidas de melhoria e providenciar em tempo útil a respetiva resposta;
- Avaliar periodicamente, através de inquérito específico, o nível de satisfação dos clientes.

IX. Ambiente

- Cumprir os requisitos legais quanto a emissões poluentes, contribuindo para a proteção do meio ambiente;
- Promover e disponibilizar meios que facilitem ao cliente as boas práticas de proteção do ambiente.



3

Análise de Contexto



Análise de contexto

Relatório
Consolidado
2021

Partes Interessadas

As partes interessadas foram identificadas em concordância com as orientações da AA1000 *Stakeholder Engagement Standard* 2011 e são todos os grupos cuja qualidade de vida possa ser afetada pela atividade do Metropolitano de Lisboa, E.P.E., da Ferconsult, S.A. e da Metrocom, S.A., tanto no presente, como no futuro.

Para o efeito, e para além da inclusão de todos aqueles com que estas empresas têm relações contratuais ou regulamentares (clientes, colaboradores e reformados, fornecedores e tutela), foi efetuada uma análise do impacto da atividade destas empresas de forma a identificar outro tipo de dependências ou relações.

Ilustração 2 – Os stakeholders do grupo de empresas Metropolitano de Lisboa



Análise de contexto

Relatório Consolidado 2021

Para as diversas partes interessadas foram identificadas as obrigações de conformidade e os documentos que as traduzem, bem como a forma de auscultação.

Quadro 2 – Alinhamento dos *stakeholders* com as formas de auscultação

| | OBRIGAÇÕES DE CONFORMIDADE | FORMAS DE AUSCULTAÇÃO / COMUNICAÇÃO |
|--|---|--|
| CLIENTES | Carta do Cliente NP 4475 – Transporte público de passageiros – Rede de Metro – Características e fornecimento do serviço (<i>em fase de implementação</i>) | ISC – Inquérito de Satisfação do Cliente Reclamações Site da Empresa |
| TUTELA | Contrato de concessão (<i>em fase de revisão</i>) | Reuniões Correio eletrônico Plataformas do Setor do Estado |
| ENTIDADES REGULADORAS, DE SUPERVISÃO E DE INSPEÇÃO | Legislação e outros requisitos legais aplicáveis em vigor ISO 9001 – Sistema de Gestão da Qualidade – Requisitos | Auditorias Reportes de informação financeira e não financeira |
| COLABORADORES | Contrato de Trabalho Acordos de Empresa: AE II (Licenciados e Bacharéis) e AEI (Trabalhadores não licenciados) ISO 45001 – Sistema de Gestão de Segurança e Saúde no trabalho – Requisitos e linhas de orientação para a sua utilização (<i>em fase de implementação</i>) | Questionário de Satisfação dos Colaboradores (Estudo de Clima da Empresa) Portal da Empresa Correio eletrônico |
| FORNECEDORES | Contratos | Avaliação de Fornecedores SaphetyGov |
| COMUNIDADE | ISO 14001 – Sistema de Gestão Ambiental – Requisitos e linhas de orientação para a sua utilização ISO 50001 – Sistema de Gestão de Energia – Requisitos e linhas de orientação para a sua utilização (<i>em fase de implementação</i>) | Site da Empresa Reclamações ambientais |
| OUTROS OPERADORES DE TRANSPORTE | Decisões documentadas tomadas na OTLIS (em liquidação) | Reuniões Correio eletrônico |
| LOJISTAS DO ESPAÇO ML | Acordos de cedência de espaços | Inquérito de Satisfação aos lojistas Auditorias internas |



Análise Externa

Relatório
Consolidado
2021

A análise anual ao contexto externo, elaborada no presente Relatório Consolidado, é efetuada de acordo com a metodologia PESTAL, utilizando, para o efeito, uma análise com base nos seguintes vetores:

Política

A pandemia de COVID-19 marcou o ano de 2021 e toda a ação política se centrou na resposta a dar à crise sanitária e à crise económica subsequente.

O Governo português, tal como muitos outros governos, procurou compensar, através de apoios sociais, pessoas e empresas que, fruto da pandemia, se encontravam em sérias dificuldades económicas.

No âmbito da recuperação económica foi lançado o Programa de Resiliência e Recuperação pelo Governo Português, que incluiu fortes incentivos à recuperação económica e no qual foi previsto o financiamento à expansão da rede do ML. A recuperação económica, na opinião de muitos especialistas e políticos, pretende-se mais sustentável. A palavra de ordem é que o financiamento para a recuperação tem de ter em consideração a decisão da União Europeia, e nacional, de atingir a neutralidade carbónica em 2050.

A nível global, vivemos, assim, um momento onde nunca como agora, as questões ambientais estão na ordem do dia, sendo necessária a adoção de uma política global de promoção da utilização progressiva do transporte público, sobretudo o transporte com propulsão a energia elétrica.

A nível nacional, o ano de 2021 foi um ano de eleições, presidenciais e autárquicas. Os municípios de Lisboa e Loures tiveram alterações na sua presidência passando a haver novos interlocutores nesses dois municípios.

O orçamento de estado proposto pelo Governo para 2022 foi chumbado na Assembleia da República o que veio a provocar a dissolução da mesma e o agendamento de eleições legislativas para o início de 2022. Até à tomada de posse de novo governo e aprovação de novo orçamento o país será gerido por duodécimos.



Análise Externa

Relatório Consolidado 2021



Económica

O choque exógeno derivado da crise sanitária causada pela COVID-19 continuou a fustigar a atividade económica em Portugal. Em resultado da 3ª vaga da pandemia nos primeiros meses de 2021, cuja gravidade obrigou a decretar um novo confinamento geral, as restrições à normalidade levaram a um intenso abrandamento da atividade produtiva, que levou a uma contração do Produto Interno Bruto no 1º Trimestre de 5,4% em termos homólogos e 3,3% face ao último trimestre de 2020. Ao contrário de recessões anteriores, ao nível setorial, o principal impacto foi registado em setores mais intensivos em contacto humano, e não em setores produtores de bens, tais como a indústria ou a construção.

Quadro 3 - Variação do PIB em Portugal

| Variação do PIB em Portugal (%) | | | | | | |
|---------------------------------|------|-----------|-----------|-----------|-----------|------|
| 2019 | 2020 | 1.ºT 2021 | 2.ºT 2021 | 3.ºT 2021 | 4.ºT 2021 | 2021 |
| 2,7 | -8,4 | -5,4 | 15,5 | 4,2 | 5,8 | 4,9 |

No seguimento da abertura faseada da sociedade, a atividade económica foi retomada, tendo sido registado um crescimento de 15,5% em variação homóloga no 2º trimestre, e de 4,9% em cadeia, ou seja, face ao primeiro trimestre de 2021, uma diferença assinalável de 10,3 pp..

Analisando a balança comercial, com foco nas exportações, constatamos que o valor ainda é substancialmente mais baixo quando comparado com o de 2019, devido à forte quebra sentida no setor do Turismo.

Quadro 4 - Total de dormidas em Portugal

| | Total de Dormidas (10³) | | | Var 2019/2021 (%) |
|-----------|-------------------------|----------|----------|-------------------|
| | 2019 | 2020 | 2021 | |
| Nacional | 70 159,0 | 25 798,3 | 37 455,8 | -46,61 |
| AM Lisboa | 18 639,1 | 5 254,4 | 7 788,7 | -58,21 |

Fonte: INE

Análise Externa

Relatório
Consolidado
2021

De facto, essa redução é assinalável com particular intensidade na Área Metropolitana de Lisboa, cujos valores de dormidas em 2021 fixaram-se 58,21% abaixo face ao registado em 2019. Acresce ainda o facto de a evolução da procura do Metropolitano estar positivamente correlacionada com a atividade turística, pelo que a tendência do número de passageiros transportados comportou-se de maneira idêntica à evolução do Turismo, tendo recuado 7,6% face a 2020 e 54,5% quando comparado com o ano de 2019.

Durante o ano de 2021, o comportamento da taxa de inflação medida pelo índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC) foi variável, contudo sempre com um ritmo crescente. Em Portugal, a taxa de inflação média anual atingiu os 0,9%, em contraste com a ligeira deflação de 0,1% apurado no final do ano de 2020. Ainda assim, Portugal ficou abaixo do valor atingido na área do Euro, que chegou aos 2,6%. É de assinalar a evolução que a taxa de inflação tem vindo a sofrer, sobretudo devido ao aumento dos custos relativos a matérias-primas, bens energéticos e custos intermédios, extremamente afetados pelo constrangimento da oferta que se fez sentir desde o início da pandemia nas cadeias de abastecimento globais e que, por conseguinte, geram pressões ascendentes nos preços.

A crise pandémica e económica deram também origem a uma crise logística o que veio provocar um aumento, e mesmo escassez, de alguns materiais e a um aumento substancial do custo da energia (gás e eletricidade).

Social

As restrições à mobilidade decretadas pelo governo desde março de 2020, apesar de ajustadas a cada período vivido, levaram a cabo uma transformação na maneira como as pessoas se relacionam. O encerramento de estabelecimentos comerciais, culturais, o abrandamento do setor empresarial e o receio de contágio pelo SARS-CoV-2 resultou numa menor necessidade de mobilidade das pessoas e, por consequência, uma baixa utilização dos transportes públicos.

A taxa de desemprego foi 6,6% e a taxa de subutilização do trabalho foi 12,5%, tendo ambas diminuído em relação a 2020 (0,4 p.p. e 1,6 p.p., respetivamente).



Quadro 5 – Taxa de desemprego em Portugal

| | Taxa de Desemprego (%) | | | | | | 2021 |
|-----------|------------------------|------|----------|----------|----------|----------|------|
| | 2019 | 2020 | 1ºT 2021 | 2ºT 2021 | 3ºT 2021 | 4ºT 2021 | |
| Nacional | 6,6 | 7 | 7,1 | 6,7 | 6,1 | 6,3 | 6,6 |
| AM Lisboa | 7,1 | 7,7 | 6,9 | 6,7 | 6,7 | 6,7 | 6,8 |

Fonte: INE

Efetivamente, a introdução de novas alterações ao paradigma laboral, como o teletrabalho, vieram densificar a redução de deslocações necessárias pela população.

Quadro 6 – Proporção da população empregada em teletrabalho

| Proporção da População Empregada em Teletrabalho (%) | | | |
|--|-------------|-------------|-------------|
| 1ºTrimestre | 2ºTrimestre | 3ºTrimestre | 4ºTrimestre |
| 20,7 | 14,9 | 12,7 | 9,3 |

Fonte: INE

Durante o primeiro trimestre de 2021, 967,7 mil pessoas encontravam-se em regime de teletrabalho, sendo que 48% do total desenvolviam a sua atividade profissional na Área Metropolitana de Lisboa. Apesar de, com o alívio das restrições à mobilidade, a proporção da população empregada em teletrabalho ter diminuído, uma parcela relevante ainda se encontra em trabalho remoto. A perpetuação do teletrabalho em várias atividades e empresas é uma realidade crescente que deverá ter-se em consideração, estimando-se que em alguns setores de atividade se mantenham definitivamente em teletrabalho e outros em regime misto.



Análise Externa

Relatório Consolidado
2021

Tecnológica

As novas tecnologias, principalmente ao nível do digital, têm provocado uma verdadeira disrupção nos diversos modelos de negócio, ao qual o setor dos transportes não é exceção.

A pandemia veio acelerar fortemente este processo, ao nível tecnológico, mas sobretudo ao nível da disponibilidade das pessoas para o seu uso.

As APP para *smartphones* generalizaram-se e servem, não apenas de suporte para modelos de mobilidade partilhada, como o “*car sharing*” ou o “*bike sharing*” mas, também, servem de suporte para informação em tempo real para os modos de transporte dito tradicionais, como o ML.

Também ao nível da bilhética, soluções de aquisição de títulos de transporte por multibanco, telemóvel ou online serão, cada vez mais, frequentes, sendo obrigatório ao ML, a integração destas novas tecnologias.

A evolução tecnológica tem vindo a permitir evoluções relevantes ao nível da eficiência energética, permitindo a otimização da gestão de recursos naturais. Ferramentas como o *Blockchain* ou a inteligência artificial / *Machine Learning* tornaram-se mais disponíveis, permitindo, de forma rigorosa, a melhoria da eficiência dos processos.

No final do ano intensificaram-se as situações de ciberataques em empresas sediadas em território nacional, que resultaram em perdas totais ou parciais da informação e sistemas internos, acentuando a importância da Cibersegurança para todas as organizações.

Ambiental

As alterações climáticas provenientes do aumento global da temperatura já se começaram a fazer sentir, aumentando a frequência de fenómenos extremos, designadamente a seca, chuva torrencial ou ciclones.

Em Portugal é a seca que se tem vindo sentir com maior intensidade provocando uma escassez de recursos e o aumento dos preços.



Análise Externa

Relatório
Consolidado
2021

O Metropolitano de Lisboa possui uma estrutura resiliente para os impactos diretos destes fenómenos, ainda que haja uma preocupação permanente face aos riscos de inundação. O Plano Metropolitano de Adaptação às Alterações Climáticas da Área Metropolitana de Lisboa (PMAAC-AML) que o Metropolitano de Lisboa acompanhou, na fase da sua elaboração, sintetiza os riscos, atuais e futuros, em termos climatéricos para a AML, identificando zonas críticas e medidas de mitigação.

Legal

A evolução dos requisitos legais aplicáveis ao grupo de empresas do ML, quer da legislação nacional, quer da comunitária, tem vindo a tornar-se mais exigente em termos de obrigações, nomeadamente, a nível ambiental e na obrigatoriedade de reporte.

Ao nível da proteção de dados, a legislação, que entrou em vigor em 25 de maio de 2018, criou novos desafios e obrigou as empresas a adaptarem-se às novas exigências legais. Neste sentido, o ML passou a dispor de um DPO e introduziu todas as alterações necessárias para garantir o cumprimento cabal da legislação em vigor.

Por outro lado, a revisão do contrato de concessão, atualmente em curso, exigirá um maior nível de rigor ao ML, não só ao nível do reporte mas, sobretudo, no controlo das exigências de qualidade do serviço público prestado.

A existência de um contrato de concessão adequado, mesmo que exigente, poderá ajudar a empresa a focar-se nos seus objetivos, garantindo o alinhamento organizacional e permitindo, de forma mais fácil, separar o essencial do acessório.

A pandemia trouxe um conjunto de obrigações legais, quer em termos da organização do trabalho, quer em termos do serviço ao cliente, que compeliu a empresa a adaptar-se, por forma a garantir o seu cabal cumprimento. De entre estas destacam-se as obrigações relacionadas com o teletrabalho e com a restrição a 2/3 da utilização da capacidade do comboio durante parte do período de abrangência do presente relatório.



Análise Interna

Relatório
Consolidado
2021

A par da análise ao contexto externo é elaborada também uma análise ao contexto interno da organização. Esta análise é feita para os seguintes vetores:

Organização

O Metropolitano de Lisboa possui uma organização estável, em vigor desde 1 de abril de 2017, que corresponde à data em que foi reposta a autonomia orgânica da empresa (ver Ilustração 3 – Organograma, na página 39).

Em 2021 a Direção de Clientes (DCL) e a Gabinete de Auditoria Interna (GAI) sofreram ligeiros ajustes com o intuito de imprimir uma maior dinâmica de inovação na empresa alicerçada na garantia de sustentabilidade. Consequentemente, a DCL alterou a sua designação para “Direção de Clientes, Comercial e Marketing” e o GAI para “Gabinete de Auditoria Interna, Risco e *Compliance*”.

Estas alterações deram continuidade a um conjunto de ajustes que o Conselho de Administração pretende implementar até 2022 com vista a adequar a organização do ML face aos desafios que se avizinham.

No decurso da pandemia o ML viu-se obrigado a adaptar a organização do trabalho estabelecendo equipas em teletrabalho permanente, teletrabalho rotativo e equipas em espelho. Esta organização foi sendo adaptada ao longo do tempo consoante a intensidade da pandemia e as orientações do Governo.

Processos

Os processos de trabalho e a forma como são desenvolvidas as atividades no Metropolitano de Lisboa encontram-se definidos e documentados, entre outros, nos Manuais de Processo.

Dada a estabilidade da atividade do Metro, a experiência já existente e a prática de ter processos sempre baseados nas melhores práticas nacionais e internacionais e sustentadas pelo conhecimento e acompanhamento por via do *benchmarking* de organizações internacionais, como a UITP, a ALAMYS ou o COMET, leva a que os processos de trabalho sejam, na sua grande maioria, eficazes e eficientes.



Análise Interna

Relatório
Consolidado
2021

Tal não significa que a procura da melhoria contínua não se mantenha enquanto desiderato da organização e não traga os seus resultados.

Durante a pandemia, houve necessidade de promover alguns ajustes aos processos de fora a adequar os mesmos a novas formas de trabalho e a uma menor interação com o Cliente mas não houve alterações significativas nos fluxos dos processos.

O projeto de implementação de uma cultura de inovação tem vindo, paulatinamente, a alterar, também, a metodologia seguida por alguns processos, abrindo a empresa ao exterior e implementando novos métodos de trabalho.

Em 2021 o ML certificou o seu serviço de transporte público de passageiros pela NP 4475:2020, ficando claramente definidos os requisitos a cumprir para que o serviço ao cliente seja considerado como de qualidade e obrigando o ML a monitorizar permanentemente esses mesmos requisitos.

Recursos Humanos

Ao nível dos recursos humanos, de uma forma geral, existem as competências necessárias para a realização das atividades previstas.

A elevada idade média dos trabalhadores do Metropolitano de Lisboa, situação transversal às diferentes categorias profissionais, mas, particularmente crítica em área com competências específicas associadas ao sistema da empresa, constitui uma dificuldade identificada, cuja resolução assenta numa estratégia de recrutamento de novos trabalhadores para os próximos 5 a 10 anos, que permita a adequada transferência de conhecimentos e experiências profissionais e, também, a atualização e a valorização das competências profissionais dos trabalhadores em geral, assente na aprendizagem de novas tecnologias presentes nos projetos em curso de expansão e de modernização do ML.



Análise Interna

Relatório
Consolidado
2021

Em 2021 deu-se continuidade, assim, ao processo iniciado em 2018 de recrutamento de novos colaboradores para as áreas comercial e de manutenção, mas também de técnicos superiores para outras áreas chave da empresa ainda que se tenha verificado a dificuldade em contratar para algumas áreas por falta de mão-de-obra especializada mas também por força dos valores do mercado, às quais acresce o facto do ML não oferecer regimes de trabalho híbridos ou em teletrabalho.

Em 2021 foi aberto concurso para *trainees* de diferentes especialidades tendo sido admitidos em estágios pelo período de um ano, 10 (dez) *trainees*.

O absentismo continua a ser o problema mais impactante na empresa, ao nível dos recursos humanos, dada a escassez de recursos. Ainda assim, e em ano de pandemia, o valor baixou face ao ano anterior.

Recursos materiais

A legislação em vigor, nomeadamente o Código da Contratação Pública e a necessidade de autorização da tutela, através de Portarias de Extensão de Encargos para contratos plurianuais, tornam os processos aquisitivos mais demorados do que o desejável.

Em 2021 manteve-se a preocupação de garantir stock de produtos específicos de combate à COVID-19, equipamento informático necessário à generalização do teletrabalho e a contratação de prestações de serviço de limpeza e verificação de boas práticas.

Recursos financeiros

Em 2021, relativamente às contas individuais do Metropolitano de Lisboa, o volume de negócios fixou-se nos 66,9 milhões de euros, registando um crescimento de 81 mil euros (+0,1%), face a 2020. No PAO 2021 estimava-se um volume de negócios na ordem dos 59,5 milhões de euros, tendo esta estimativa sido superada em 7,4 milhões de euros (+12,5%).



Análise Interna

Relatório
Consolidado
2021

O EBITDA (corrigido) manteve-se em terreno negativo, atingindo -14,4 milhões de euros, no entanto regista-se uma melhoria de 16,2 milhões de euros, quando comparado com 2020. No comparativo com a estimativa do PAO 2021, também se regista uma melhoria de 10,1 milhões de euros.

Em 2021, o grupo de empresas Metropolitano de Lisboa registou, nas suas contas consolidadas, um decréscimo do volume de negócio de 0,14% (-94 mil euros) face a 2020, resultante fundamentalmente da diminuição da procura média (-7,6%).

O EBITDA (corrigido) manteve-se em terreno negativo com um valor de -4,0 milhões de euros, registando uma melhoria de 24,5 milhões de euros. O Resultado Operacional situou-se nos 2,1 milhões de euros, representando uma inversão de resultados, registando uma melhoria de 34,8 milhões de euros.

Infraestrutura e Material Circulante

A infraestrutura e o material circulante são elementos essenciais para o cumprimento da missão do Metropolitano de Lisboa, sendo a sua disponibilidade um fator crucial para a qualidade do serviço prestado.

As atividades de manutenção, grandes intervenções e manutenção corrente, garantem o funcionamento dos equipamentos, prolongando a sua vida útil.

Em 2021 os efeitos da pandemia permaneceram, mantendo-se por isso as medidas de proteção dos trabalhadores, designadamente a constituição de equipas em espelho nos períodos de confinamento, ou ainda ajustes pontuais dos planos de manutenção.

Não obstante os constrangimentos provocados pela pandemia foi possível registar um aumento de 5,5% da disponibilidade do material circulante face a 2020. A disponibilidade registada no final do ano de 2021 foi de 85,9%.

No que diz respeito, a disponibilidade mensal da infraestrutura principal em 2021 foi ao longo de todo o ano superior ao valor objetivo.



Riscos e Oportunidades

Relatório
Consolidado
2021

Na sequência da análise ao contexto externo e interno é feita uma análise de riscos e oportunidades estratégicos que se encontram traduzidos na seguinte análise SWOT:

Ilustração 3 – Análise SWOT

| | | |
|---|---|---------------|
|  | <ul style="list-style-type: none"> _ Política (Inclusão no PRR – Plano de Recuperação e Resiliência de novas expansões do ML) _ Social (o ISC obteve o melhor resultado de sempre) _ Processos (elevado know-how interno) _ Infraestrutura (infraestrutura resiliente às alterações climáticas; mobilidade elétrica de baixas emissões de CO₂; projetos de expansão e modernização em curso) | STRENGTHS |
|  | <ul style="list-style-type: none"> _ Recursos humanos (elevada idade média dos Colaboradores; falta de retenção do conhecimento; absentismo elevado) | WEAKNESSES |
|  | <ul style="list-style-type: none"> _ Política: (Na sequência da pandemia, espera-se o financiamento para um desenvolvimento económico, mais sustentável; Transporte gratuito para jovens até aos 23 anos e idosos residentes na cidade de Lisboa). _ Tecnologia (existência de novas soluções ao nível da Bihética e da Transformação Digital) | OPPORTUNITIES |
|  | <ul style="list-style-type: none"> _ Economia (permanência do COVID-19 mantendo o Turismo a um nível bastante inferior ao histórico; aumento significativo dos custos associados à energia e a algumas matérias primas) _ Social (Teletrabalho; permanência do COVID-19 contribuindo para a alteração estrutural de hábitos; Receio no uso dos transportes públicos) _ Tecnologia (Maiores problemas ao nível da Cibersegurança) | THREATS |

Em 2021 o Metropolitano de Lisboa apostou no desenvolvimento e implementação do Sistema de Gestão de Risco (SGR), suportado por uma ferramenta informática (desenvolvida internamente), tendo sido revisto o Manual de Risco (com aplicação residual às suas participadas Metrocom e Ferconsult), avaliados os riscos e definidos os planos e medidas de mitigação. Neste contexto, o Comité de Risco da

Riscos e Oportunidades

Relatório
Consolidado
2021

Organização cumpriu as atribuições previstas no seu Regulamento, tendo reunido trimestralmente.

O processo de gestão de risco assenta na metodologia COSO² (*Enterprise Risk Management – Integrating with Strategy and Performance*, junho 2017) que tem por base um ciclo contínuo de acompanhamento e gestão de riscos, devendo assegurar que todos os riscos relevantes, e que possam ter um impacto significativo no grupo de empresas do ML, são considerados neste processo.

Em 2021, os riscos da Organização eram os seguintes:

- Saúde pública
- Controlo de receita tarifária
- Envolvente política, social e macroeconómica
- Gestão da expansão da rede
- Gestão de tesouraria
- Segurança das Tecnologias de Informação
- Gestão da dívida, crédito e financiamento
- Fraude, corrupção e comportamentos não éticos
- Processos judiciais
- Fraude de passageiros
- *Security*

Para além da visão macro do SGR existem subsistemas de gestão de risco.

Destaca-se, a este respeito, entre outros, o subsistema da expansão da rede do Metropolitano para o prolongamento entre a estação Rato e a estação Cais do Sodré, incluindo as novas ligações nos viadutos do Campo Grande.

² Committe of Sponsoring Organizations of the Treadway Comission.



Riscos e Oportunidades

Relatório
Consolidado
2021

O Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas (PPRCIC) assume-se como outro subsistema de gestão de risco relevante, mantendo-se em vigor a sua 6.ª edição, de 2020, que incluiu a participada Ferconsult.

No PPRCIC são identificadas as Áreas que podem estar sujeitas à prática de atos de corrupção, os principais riscos daí decorrentes, os controlos internos implementados que visam a mitigação e prevenção desses riscos, os respetivos impactos e a probabilidade de ocorrência.

A metodologia seguida para a identificação dos riscos elencados no PPRCIC, que englobam a corrupção, conflitos de interesse, manipulação de informação e apropriação indevida de ativos, é a recomendada pela *Association of Certified Fraud Examiners (ACFE)* no “*Fraud Risk Manual*”, adaptada à realidade do Metropolitano de Lisboa.

No exercício de 2021, destaca-se a realização dos seguintes trabalhos de auditoria no Metropolitano de Lisboa:

- Auditoria ao processo de recolha de valores nas MAVT das estações do ML;
- Auditoria ao processo de venda – depósito de valores e controlos da receita – referente às MAVT;
- Auditoria aos procedimentos de controlo e registo do inventário permanente dos stocks da DMT (em curso).

Foram ainda efetuadas ações de acompanhamento (*follow-up*) à implementação de recomendações de relatórios de auditoria aprovados pelo Conselho de Administração, nomeadamente da auditoria aos fundos (de maneiio, fixos de caixa e de devolução); da auditoria ao controlo de acessos em locais de trabalho: PMO II e III e edifícios da Av. Sidónio Pais e da Av. Fontes Pereira de Melo; da auditoria à execução do contrato de fornecimento de serviços de refeição; da auditoria às MAVT; da auditoria ao processo de recolha de valores nas MAVT das estações do ML e da auditoria ao processo de venda – depósito de valores e controlo da receita referente às MSAVT.

Considerando ainda a aplicação transversal à Empresa do risco de fraude, corrupção e comportamentos não éticos, do PPRCIC, enquanto subsistema e dos demais projetos no âmbito da promoção da ética e



Riscos e Oportunidades

Relatório Consolidado
2021



integridade, em 2021, todas as direções passaram a ser alvo de análises de riscos à corrupção, não tendo sido identificado qualquer caso.

Quadro 7 – Análise de riscos à corrupção

| | 2021 | | 2020 | | 2019 | |
|---|------|-----|------|-----|------|-------|
| | N.º | % | N.º | % | N.º | % |
| Unidades de negócio alvo de análise de riscos à corrupção | 14 | 82% | 11 | 64% | 21 | 100%* |
| Nº de casos de corrupção identificados | 0 | - | 0 | - | 0 | - |

*A partir de 01.03.2021 as unidades de negócio passam a ser 21 (20 em 2020 e 17 em 2019).

As campanhas de comunicação e as ações de formação são um elemento essencial para a promoção da ética e integridade, reforçados no recente Regime Geral de Prevenção da Corrupção, aprovado pelo DL 109-E/2021, de 9 de dezembro. Neste sentido, foram divulgadas diversas campanhas através de *e-mail* e do portal interno da Empresa para toda a Comunidade de Trabalho, incluindo os membros do Conselho de Administração e Diretores. Por outro lado, e em alinhamento com a ISO 37001 (Sistema de Gestão Anticorrupção), foram divulgados aos parceiros comerciais as políticas e procedimentos anticorrupção adotados pela Empresa, incluindo o Código de Ética e Conduta e as normas sobre recebimento de ofertas. Por último, ainda que em 2021 a formação tenha sido centrada nos elementos do Gabinete de Auditoria Interna, Risco e *Compliance*, encontra-se planeado para 2022 o alargamento progressivo da mesma à Comunidade de Trabalho.

Riscos e Oportunidades

Relatório Consolidado
2021



Quadro 8 – Comunicação e formação sobre políticas e procedimentos anticorrupção

| | 2021 | | 2020 | | 2019 | |
|---|----------|---------|------|---------|------|---------|
| | N.º | % | N.º | % | N.º | % |
| Membros do órgão de governança aos quais foram comunicadas as políticas e procedimentos anticorrupção adotados pela organização | 24 | 88,90% | 23 | 88,50% | 19 | 86,40% |
| Colaboradores aos quais foram comunicadas as políticas e procedimentos anticorrupção adotados pela organização | 1515 | 100,00% | 1467 | 100,00% | 1435 | 100,00% |
| Parceiros de negócio aos quais foram comunicadas as políticas e procedimentos anticorrupção adotados pela organização | (*) 1003 | 100,00% | 0 | 0,00% | 0 | 0,00% |
| Membros do órgão de <i>governance</i> que receberam formação no combate à corrupção | 1 | 3,70% | 0 | 0,00% | 1 | 4,50% |
| Colaboradores que receberam formação no combate à corrupção | 5 | 0,30% | 0 | 0,00% | 0 | 0,00% |

(*) Coincide com o n.º total de fornecedores nacionais do ML com movimentos contabilísticos 2020-2021 e com e-mail associado.

Estrutura de Governance

Relatório
Consolidado
2021

O Metropolitano de Lisboa, E.P.E., enquanto operador de transporte estruturante para a mobilidade da área metropolitana de Lisboa, pretende contribuir para o desenvolvimento de um novo e dinâmico modelo empresarial, com foco na melhoria da intermodalidade, eficiência e aumento da qualidade dos serviços prestados. A estrutura de *governance* do Metropolitano de Lisboa desenvolve-se de forma integrada.

Modelo de governo

São órgãos sociais do Metropolitano de Lisboa, E.P.E.: O Conselho de Administração (CA), o Conselho Fiscal (CF), o Revisor Oficial de Contas (ROC) ou uma Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (SROC) e o Conselho Consultivo (CC), nos termos dos Estatutos da Empresa.

Os membros do CA são nomeados por Resolução do Conselho de Ministros (R.C.M.), sob proposta dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e dos transportes. O mandato dos membros do CA tem a duração de três anos e é renovável, até ao máximo de três renovações e todos são membros executivos. Todos os membros são membros executivos.

A fiscalização é constituída por um CF e por um ROC ou uma SROC que não seja membro daquele órgão. O Conselho Fiscal é constituído por três membros efetivos e um suplente, sendo um deles o Presidente.

Os membros do CF são nomeados por despacho conjunto dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e dos transportes, por um período de três anos, renovável até ao máximo de três vezes.

O Revisor Oficial de Contas tem um mandato com a duração de três anos, renovável por uma única vez. Decorrido o prazo mínimo de dois anos sobre o termo do prazo de renovação, pode voltar a ser designado o mesmo ROC.

A existência do Conselho Consultivo está prevista, nos Estatutos do Metropolitano de Lisboa, E.P.E. como opcional, sendo que não foi efetuada a sua nomeação.



Estrutura de Governance

Relatório
Consolidado
2021

Estatuto remuneratório

A remuneração dos administradores do Metropolitano de Lisboa resulta da classificação prevista na Resolução do Conselho de Ministros n.º 16/2012, de 9 de fevereiro, com as alterações previstas no Decreto-Lei n.º 18/2016, de 13 de abril.

O artigo 28º do Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro determina no seu ponto 1 que “A remuneração dos gestores públicos integra um vencimento mensal que não pode ultrapassar o vencimento mensal do primeiro-ministro”, acrescida de um abono mensal para despesas de representação no valor de 40% do respetivo vencimento, pago 12 vezes ao ano. Os administradores auferem apenas uma remuneração e não beneficiam de qualquer abono adicional em virtude da acumulação de funções.

Os membros executivos do Conselho de Administração auferem, ainda, as seguintes regalias ou benefícios remuneratórios:

- a) Benefícios sociais de aplicação generalizada a todos os trabalhadores da empresa;
- b) O valor mensal de combustível e portagens afeto às viaturas de serviço é de um quarto do valor do abono mensal para despesas de representação fixadas, nos termos definidos no n.º 3 do artigo 33º do Estatuto do Gestor Público (Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, alterado pelo Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro);
- c) Abono para despesas com comunicações, onde se inclui o telefone móvel, o telefone domiciliário e a internet, cujo valor máximo global mensal não pode exceder 80,00 euros.

O estatuto remuneratório dos elementos do Conselho Fiscal, designado para o mandato 2017-2019, foi determinado pelo Despacho Conjunto do Ministério das Finanças e do Ministério do Ambiente, de 11 de janeiro de 2017.

A remuneração anual ilíquida do Revisor Oficial de Contas é a constante do contrato de prestação de serviços celebrado entre o Metropolitano de Lisboa e o ROC em funções, nos termos e condições definidos por despacho conjunto dos Secretário de Estado do Ambiente e do Tesouro, a qual cumpre o limite máximo equivalente a 22,5% da quantia correspondente a 12 meses da remuneração global mensal



Estrutura de Governance

Relatório Consolidado
2021

ilíquida atribuída, nos termos legais, ao Presidente do Conselho de Administração da Empresa, de acordo com o estabelecido nos artigos 58.º e 59.º dos Estatutos da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Obrigações de Governance

Quadro 9 – Tabela de correspondência com a divulgação da informação não financeira

| Decreto-Lei n.º 89/2017, de 28 de julho | Capítulo / Seção | Página(s) |
|--|---|---------------|
| Art.º 3.º (remetido para art.º 66.º-B e 508.º-G do CSC): | | |
| A demonstração não financeira deve conter as informações bastantes para uma compreensão da evolução, do desempenho, da posição e do impacto das suas atividades, referentes, no mínimo, às questões ambientais, sociais e relativas aos trabalhadores, à igualdade entre homens e mulheres, à não discriminação, ao respeito dos direitos humanos, ao combate à corrupção e às tentativas de suborno, incluindo: | | |
| a. Breve descrição do modelo empresarial do Grupo; | Propósito, Âmbito e Princípios de Gestão | Pág. 20 |
| | Análise de Contexto | Pág. 27 |
| | Objetivos estratégicos | Pág. 52 |
| b. Descrição das políticas seguidas pelo Grupo em relação a essas questões, incluindo os processos de diligência devida aplicados e os resultados dessas políticas; | PPRCIC | Pág. 39, 154 |
| | Código de Ética e de Conduta | Pág. 380 |
| c. Os resultados das políticas seguidas pelo Grupo; | Relatório de execução PPRCIC | Pág. 39, 154 |
| | Políticas do Sistema de Gestão | Pág. 21 |
| d. Os principais riscos associados a essas questões, ligados às atividades do Grupo, como sejam as suas relações empresariais, os seus produtos ou serviços suscetíveis de ter impactos negativos nesses domínios e a forma como esses riscos são geridos pela empresa; | PPRCIC | Pág. 39, 154 |
| | Relatório de execução do PPRCIC | |
| | Relatório do Governo Societário (disponível no site ML) | - |
| e. Descrição da política de diversidade aplicada em relação aos órgãos de administração e fiscalização, em termos de idade, sexo, habilitações e antecedentes profissionais, os objetivos dessa política, a forma como foi aplicada e os resultados no exercício de referência; | Riscos e Oportunidades | Pág. 39 |
| | Carta de Responsabilidade Social | Pág. 110, 117 |
| f. Indicadores-chave de desempenho relevantes para a sua atividade específica. | Indicadores de Atividade | Pág. 17 |
| | Riscos e Oportunidades | Pág. 39 |
| | Indicadores GRI | Pág. 382 |
| Art.º 4.º (remetido para art.º 245.º, n.º 1, alínea r) e n.º 2 do CVM): | | |
| Descrição da Política de Diversidade aplicada pela sociedade relativamente aos seus órgãos de administração e de fiscalização, designadamente, em termos de idade, sexo, habilitações e antecedentes profissionais, os objetivos dessa política de diversidade, a forma como foi aplicada e os resultados no período de referência. | Desempenho Social | Pág. 117 |
| | Indicadores GRI | Pág. 382 |
| | Relatório do Governo Societário (disponível no site ML) | - |



Estrutura de Governance

Relatório Consolidado 2021



Quadro 10 – Tabela de correspondência com setor público empresarial

| Decreto-Lei n.º 62/2017, de 1 de agosto | Capítulo / Seção | Página(s) |
|--|---|--------------------|
| Art.º 4.º <i>Setor público empresarial</i> | | |
| 1. A proporção de pessoas de cada sexo designadas para cada órgão de administração e de fiscalização de cada empresa não pode ser inferior a 33,3%, a partir de 1 de janeiro de 2018. | Identificação dos Órgãos Sociais Relatório do Governo Societário (disponível no site) | Pág. 48 - |
| 2. Se os órgãos de administração integrarem administradores executivos e não executivos, o limiar deve ser cumprido relativamente a ambos. | Modelo de Governo Estatuto Remuneratório Relatório do Governo Societário (disponível no site) | Pág. 44 Pág. 45 |
| 3. Os resultados das políticas seguidas pelo Grupo; 3. O limiar definido no n.º 1 não se aplica aos mandatos em curso, sem prejuízo do disposto no n.º 5. | Relatório do Governo Societário (disponível no site) | - |
| 4. Para efeitos do disposto nos números anteriores, os membros do Governo responsáveis pela área das finanças e pelo respetivo setor de atividade, quando aplicável, apresentam propostas que permitam cumprir o limiar definido no n.º 1. | Modelo de Governo Relatório do Governo Societário (disponível no site) | Pág. 46 |
| 5. A renovação e a substituição no mandato obedecem ao limiar definido no n.º 1. | Modelo de Governo Relatório do Governo Societário (disponível no site) | Pág. 46 |

Identificação dos Órgãos Sociais

O atual Conselho de Administração, para o mandato 2019–2021, foi nomeado pela R.C.M. n.º 56/2019, de 28 de fevereiro (D.R. 1. série – n.º 53, de 15 de março de 2019), entrando em funções a 1 de março de 2019.

Quadro 11 – Identificação dos Membros do CA do grupo de empresas Metropolitano de Lisboa 2019–2021

| Mandato (Início - Fim) | Cargo | Nome | Formação Académica | Pelouros |
|------------------------|------------|---|--|---|
| 2019–2021 | Presidente | Eng.º Vitor Manuel Jacinto Domingues dos Santos | PADE – AESE - Escola de Negócios MBA em Gestão Internacional - Universidade Católica Portuguesa Licenciatura em Engenharia Civil - Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto | Gabinete da Secretaria Geral (SG) Direção de Capital Humano (DCH) Direção de Tecnologias de Informação (DTI) Gabinete de Auditoria Interna (GAI) - Extinto em 17/06/2021 - Del. 019-1575781 Gabinete de Auditoria Interna, Risco e Compliance (GAI) - Criado em 17/06/2021 - Del. 019-1575781 Gabinete de Valorização do Património (GVP) Gabinete Jurídico e Contencioso (GJC) |
| 2019–2021 | Vogal | Eng.ª Maria Helena Arranhado Carrasco Campos | - Doutoramento - Universidade do Minho, Escola de Engenharia, Dep. de Engenharia Civil, Guimarães; - Mestrado - Universidade do Minho, Escola de Engenharia, Dep. de Engenharia Civil, Guimarães; - Pós-Graduação - Universidade do Minho, Escola de Engenharia, Dep. de Engenharia Civil, Guimarães - Licenciatura em Engenharia Civil - Universidade de Coimbra, Fac. de Ciências e Tecnologia, Coimbra | Direção de Coordenação de Empreendimentos (DCE) Direção de Manutenção (DMT) Direção de Logística (DLO) Direção de Segurança e Vigilância (DSV) |
| 2019–2021 | Vogal | Dr. Pedro Miguel de Bastos Veiga da Costa | - Licenciatura em Gestão de Empresas pelo Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa - Pós-Graduação em Análise Financeira pelo Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa - Especialização em Corporate Finance pela Cass Business School - Especialização em Leadership (essentials e transitions) pela Harvard Business School | Direção Financeira (DFI) Direção de Clientes (DCL) - Extinta em 11/03/2021 - Del. 019-1563276 Direção de Clientes, Comercial e Marketing (DCL) - Criada em 11/03/2021 - Del. 019-1563276 Direção de Operações (DOP) Centro de Inovação e Desenvolvimento Sustentável (CIDS) |

A nomeação do Conselho Fiscal para o mandato 2017–2019, foi determinado pelo Despacho Conjunto do Ministério das Finanças e do Ministério do Ambiente, de 11 de janeiro de 2017, entrando em funções a 1 de janeiro de 2017.

À data do presente relatório ainda não houve nomeação por despacho conjunto do Governo de novos membros do Conselho Fiscal, pelo que se mantém em funções o Conselho Fiscal designado para o triénio 2017-2019.

Quadro 12 – Identificação dos Membros do CF do Metropolitano de Lisboa – Mandato 2017-2019

| Mandato (Início - Fim) | Cargo | Nome | Designação | | N.º de mandatos |
|---------------------------|----------------|--|------------------|------------|-----------------|
| | | | Forma (1) | Data | |
| 2017-2019 | Presidente | Dr. José Carlos Pereira Nunes | DC SETF e SEAMB | 11/01/2017 | 2 |
| 2017-2019 | Vogal Efetivo | Dra. Cristina Maria Pereira Freire | DC SETF e SEAMB | 11/01/2017 | 1 |
| 2017-2019 | Vogal Efetivo | Dra. Margarida Carla Campos Freitas Taborda | DC SETF e SEOPTC | 11/01/2017 | 1 |
| 2017-2019 | Vogal Suplente | Dra. Maria Teresa Vasconcelos Abreu Flor de Morais | DC SETF e SEOPTC | 11/01/2017 | 2 |

(1) De acordo com o Despacho Conjunto de 11 de janeiro de 2017 do Senhor Secretário de Estado Adjunto do Tesouro e Finanças e do Senhor Secretário de Estado Adjunto e do Ambiente.

À data do presente relatório ainda não houve nomeação por despacho conjunto do Governo de novos membros do Conselho Fiscal, pelo que se mantém em funções o Conselho Fiscal designado para o triénio 2017-2019.

A atual Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (SROC) decorreu da proposta apresentada pelo Conselho Fiscal ao membro do Governo responsável pela área das Finanças, tendo sido nomeada para o triénio 2019-2021 pelo Despacho Conjunto entre a Secretária de Estado do Tesouro e o Secretário de Estado Adjunto e da Mobilidade em 15 de outubro de 2019.

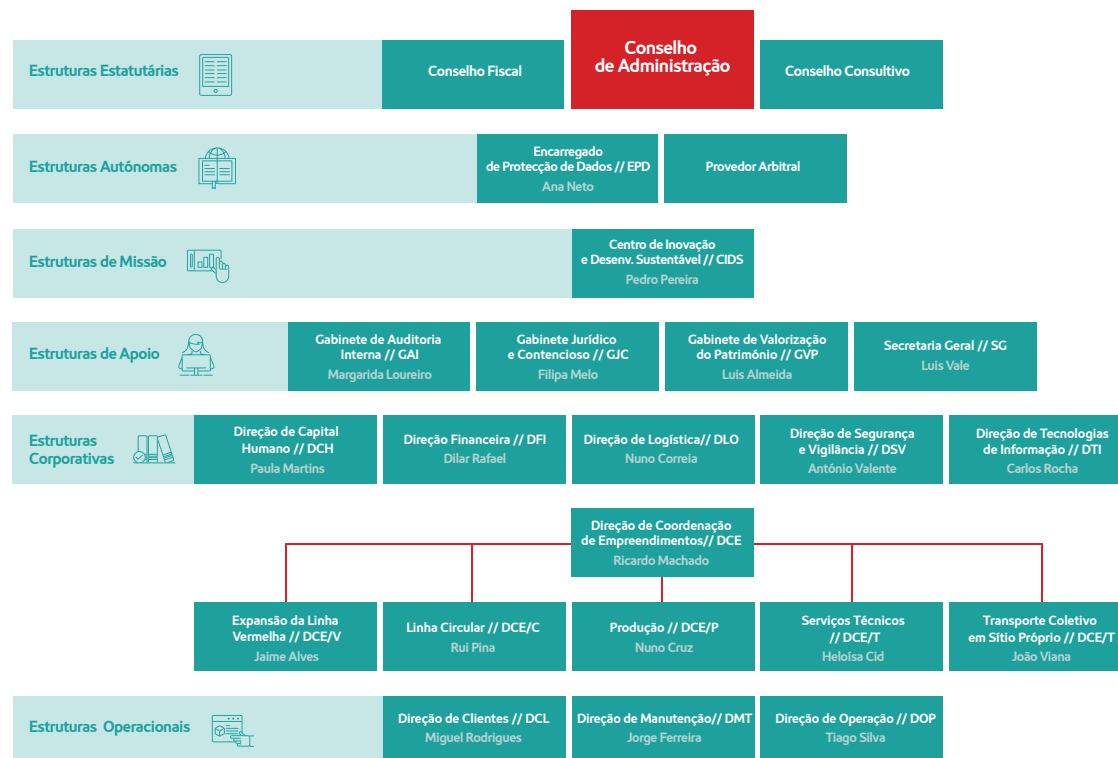
Quadro 13 – Membros do SROC/ROC do Metropolitano de Lisboa – Mandato 2019-2021

| Mandato (Início - Fim) | Cargo | Identificação SROC/ROC | | | Designação | | |
|---------------------------|--------------|--|--------------------------|---------------------|---|------------|------------------|
| | | Nome | N.º de Inscrição na OROC | N.º Registo na CMVM | Forma | Data | Data do contrato |
| 2019-2021 | ROC Efetivo | Alves da Cunha, A. Dias & Associados, SROC, representados por: Dr. José Luís Areal Alves da Cunha | 74 | 20161409 | Despacho Conjunto do SE do Tesouro e Secretário de Estado Adjunto e da Mobilidade | 15/10/2019 | 15/10/2019 |
| | ROC Suplente | Sociedade Oliveira, Reis & Associados, SROC, representada por: Dr. Joaquim Oliveira de Jesus | 585 | 20160240 | | | |
| | | | 23 | 20161381 | | | |
| | | | 1056 | 20160668 | | | |



Estrutura Organizacional

Ilustração 4 – Organograma do Metropolitano de Lisboa



4



Estratégia



Metropolitano de Lisboa

Relatório
Consolidado
2021

Objetivos Estratégicos

Relatório
Consolidado
2021

O Metropolitano de Lisboa definiu, para o triénio 2021–2023, os seguintes objetivos estratégicos que devem servir de orientação para toda a atividade desenvolvida pela empresa e empresas subsidiárias:

1. Promover e desenvolver a mobilidade urbana através da utilização do transporte público
 - a. Melhoria contínua da regularidade e fiabilidade do serviço prestado;
 - b. Melhoria da oferta, nomeadamente com horários e frequências adequados à procura;
 - c. Procura e implementação de novas soluções que deem resposta a novos aumentos de procura.
2. Melhorar os níveis de serviço prestados ao Cliente
 - a. Implementação de novos sistemas de pagamento do título de transporte, facilitando e simplificando a sua utilização; criação de novos títulos de transporte;
 - b. Melhoria das acessibilidades, aumentando o número de estações de plena acessibilidade;
 - c. Melhoria da limpeza das estações e comboios;
 - d. Melhoria e inovação nos sistemas de informação ao cliente;
 - e. Aumento da oferta e da qualidade dos espaços comerciais existentes nas estações.
3. Expandir e planear o futuro, melhorar e renovar o existente

Dar continuidade ao projeto de expansão da rede e modernização, aprovados pela Tutela, a saber:

 - a. Substituição do atual sistema de sinalização convencional por um sistema CBTC – *Communications Based Train Control* e aquisição de novo Material Circulante;
 - b. Construção de um Anel Circular no Centro de Lisboa, prolongando a linha entre o Rato e o Cais do Sodré com duas novas estações, na Estrela e Santos;
 - c. Lançamento do concurso da extensão da linha Vermelha entre São Sebastião a Alcântara (projeto em fase de financiamento), com data prevista de entrada em exploração do novo troço antes de 2027.
 - d. Alargamento da sinalização CBTC à linha Vermelha e ao Material Circulante ainda não revisto (41 UT)



Objetivos Estratégicos

Relatório
Consolidado
2021

- e. Construção de um novo Posto de Comando Central resultante da alteração do Sistema de sinalização;
- f. Programação da criação das acessibilidades plenas em mais 11 estações até 2024;
- g. Renovação do sistema de videovigilância centralizada, do sistema de supervisão das instalações técnicas e revisão das portas de todo o Material Circulante existente;
- h. Alteração do Sistema Central de Bilhética e renovação dos equipamentos de venda e canais;
- i. Estudar, analisar, propor e procurar aprovar as futuras ampliações da rede do ML.

4. Promover a sustentabilidade ambiental e energética

O Metropolitano de Lisboa, em conformidade com o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 13 de Combate às alterações climáticas e com a política nacional para a neutralidade carbónica em 2050, assume como um pilar para o seu desenvolvimento a promoção da sustentabilidade ambiental, por via de:

- a. Substituição genérica dos sistemas tradicionais de iluminação por sistemas LED;
- b. Implementação de uma central fotovoltaica nas instalações do PMO II;
- c. Melhoria da eficiência energética através de alterações tecnológicas e comportamentais ao nível dos sistemas de ventilação e AVAC;
- d. Redução do consumo de papel;
- e. Eliminação do uso de plástico descartável.

5. Reforço da vertente Inovação

- a. Reforço de uma estratégia de inovação que permita a monitorização permanente pela empresa da sua envolvente externa, integrando os respetivos resultados numa base assente numa cultura com critérios de liderança que contribuam progressivamente para um ambiente propício à inovação e mudança na organização.



Objetivos Estratégicos

Relatório
Consolidado
2021

b. Definição de uma estratégia de inovação valorizando o seu alinhamento com a estratégia corporativa através da definição de um plano de atividades e objetivos concretos e mensuráveis que permitam o seu acompanhamento e subsequente monitorização.

c. Adequação gradual da cultura da empresa à dinâmica de mudança inerente à inovação.

6. Assegurar o equilíbrio financeiro da empresa

a. Assinatura de um novo Contrato de Concessão de Serviço Público clarificando a situação dos ativos ILD, a gestão dos ativos e a forma de remuneração do ML;

b. Resolução de situações de dívidas existentes;

c. Rentabilização dos ativos não operacionais, nomeadamente do atual PMO I;

d. Procurar o aumento da receita tarifária e não tarifária.

7. Assegurar o bem-estar e motivação dos colaboradores (e dar resposta à COVID-19)

a. Reforço das competências, alinhamento e motivação por via da formação e da comunicação interna;

b. Reforço do quadro de pessoal e início da renovação dos quadros do ML;

c. Melhoria das condições de trabalho;

d. Implementação do plano para a igualdade de género.



Objetivos Estratégicos

Relatório
Consolidado
2021

Simultaneamente, e de acordo com compromisso público assumido, o Metropolitano de Lisboa, integra na sua estratégia 4 (quatro) dos ODS da Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável da ONU que se cruzam com os primeiros.

Ilustração 5 – Os ODS assumidos pelo METRO



ALCANÇAR A IGUALDADE DE GÉNERO E EMPODERAR TODAS AS MULHERES E RAPARIGAS



CONSTRUIR INFRAESTRUTURAS RESILIENTES, PROMOVER A INDUSTRIALIZAÇÃO INCLUSIVA E SUSTENTÁVEL E FOMENTAR A INOVAÇÃO



ADOTAR MEDIDAS URGENTES PARA COMBATER AS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS E OS SEUS IMPACTOS



PROMOVER SOCIEDADES PACÍFICAS E INCLUSIVAS PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, PROPORCIONAR O ACESSO À JUSTIÇA PARA TODOS E CONSTRUIR INSTITUIÇÕES EFICAZES, RESPONSÁVEIS E INCLUSIVAS A TODOS OS NÍVEIS



5

Modelo de Negócio

Saída
Avenida da Liberdade
Rua do Salitre

Saída
Rua de São José
Rua de Santa Marta

Não é permitida a passagem se:
- Não estiver presente o bilhete válido
- Não estiver presente o cartão de identificação
- Não estiver presente o cartão de identificação
- Não estiver presente o cartão de identificação
- Não estiver presente o cartão de identificação
Por favor, utilize o canal especial

Não é permitida a passagem se:
- Não estiver presente o bilhete válido
- Não estiver presente o cartão de identificação
- Não estiver presente o cartão de identificação
- Não estiver presente o cartão de identificação
- Não estiver presente o cartão de identificação
Por favor, utilize o canal especial

Canal especial
Exclusivo para:
- Pessoas com mobilidade reduzida
- Crianças de idade inferior a 4 anos
- Crianças com deficiência
- Crianças com deficiência
- Crianças com deficiência
Utilize só com a ajuda do agente da estação
Use o ponto de ajuda para falar com o agente da estação

Canal especial
Exclusivo para:
- Pessoas com mobilidade reduzida
- Crianças de idade inferior a 4 anos
- Crianças com deficiência
- Crianças com deficiência
- Crianças com deficiência
Utilize só com a ajuda do agente da estação
Use o ponto de ajuda para falar com o agente da estação



Áreas de Negócio e Criação de Valor

Relatório
Consolidado
2021

O ML enquanto prestador de um serviço de transporte público de passageiros, tendo como eixo principal a satisfação do cliente, tem procurado desenvolver um serviço de excelência que permita melhorar a mobilidade na área metropolitana de Lisboa, bem como, proporcionar experiências que vão de encontro às diferentes exigências dos seus utilizadores.

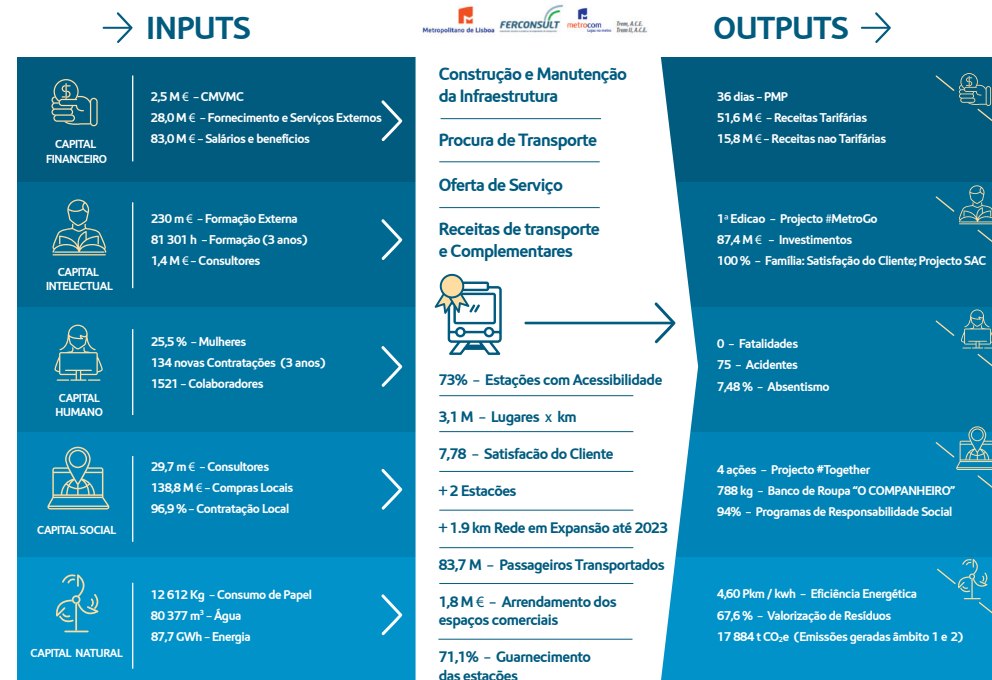
A promoção da mobilidade sustentável é um fator essencial ao cumprimento das metas de descarbonização firmadas no programa Portugal 2030. As atividades complementares do ML e suas participadas, onde se insere a reabilitação e manutenção da infraestrutura, a expansão da rede e a exploração de espaços comerciais, são um motor indispensável ao alcance de um serviço de transporte único, que permita satisfazer as principais necessidades do cliente e garantir a sua fidelização, sendo este o meio de transporte mais relevante na prossecução dos objetivos estratégicos traçados para a mobilidade verde.



Áreas de Negócio e Criação de Valor

Relatório Consolidado
2021

Ilustração 6 – Modelo de criação de valor do Grupo de Empresas METRO



Qualidade

Em 2021, o Metropolitano de Lisboa obteve a certificação da qualidade do serviço prestado ao cliente, pela Norma NP 4475 – Serviço Público de Transporte de Passageiros no modo metropolitano. Esta norma define um conjunto de requisitos qualitativos e quantitativos nas diversas dimensões do Serviço prestado ao cliente, passando o Metro a cumprir e a monitorizar esses requisitos.

Esta certificação vem juntar-se às certificações do Sistema de Gestão da Qualidade e do Sistema de Gestão Ambiental que o ML já possuía.

A melhoria contínua da qualidade do serviço prestado ao cliente tem vindo a ser reconhecida tendo os resultados do último inquérito de satisfação do cliente atingido o valor mais elevado de sempre.



Investimento e expansão da rede

Relatório
Consolidado
2021

Expansão e Manutenção da Infraestrutura

Melhorar os níveis de serviço ao Cliente

Para melhorar a acessibilidade à rede, que está entre os parâmetros que merecem a mais baixa satisfação dos clientes, foram concluídos, e enviados à Câmara Municipal de Lisboa para compatibilização com o espaço público, os estudos prévios necessários para inserir ascensores nas estações Martim Moniz, Intendente, Anjos, Campo Grande, Picoas, Campo Pequeno e Praça de Espanha. Em julho foram iniciadas as obras necessárias à instalação de ascensores nas estações Entrecampos e Cidade Universitária, que deverão ter acessibilidade a pessoas de mobilidade condicionada em 2022. De forma a facilitar o interface com os modos suaves, foram instalados suportes para bicicletas no exterior de várias estações de metro.

Expandir e planear o futuro, melhorar e renovar o existente

Linha Circular

Em fevereiro foram obtidos os vistos prévios do Tribunal de Contas para as empreitadas dos lotes 2 e 3 da linha Circular. O lote 2 refere-se à construção da estação Santos, do túnel que a ligará à estação do Cais do Sodré e do novo átrio de interface com a estação ferroviária, e o lote 3 diz respeito à construção dos novos viadutos do Campo Grande, cujas obras se iniciaram no final do ano.

Em abril, 28 meses depois do lançamento do concurso, foi iniciada a construção da nova estação Estrela e dos túneis adjacentes que a irão ligar às estações Rato e Santos.

Em 2021 foi ainda lançado o procedimento para a formação do contrato dos acabamentos e instalação de equipamentos dos novos túneis e estações.

Investimento e expansão da rede

Relatório
Consolidado
2021

Expansão da linha Vermelha entre São Sebastião e Alcântara

No âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência, foi assinado em setembro o contrato para o financiamento da expansão da linha da Linha Vermelha, cuja Avaliação de Impacte Ambiental foi iniciada no final do ano. Esta expansão, que contará com 4 novas estações, permitirá alargar a rede de metro às zonas de Campolide / Amoreiras, de Campo de Ourique, da Av. Infante Santo e de Alcântara.

Linha Violeta: Linha de Metro Ligeiro entre o Hospital Beatriz Ângelo e o Infantado (Concelhos de Loures e Odivelas)

Foram desenvolvidos os estudos necessários, e iniciado estudo prévio, para criação de uma linha de metro ligeiro nos concelhos de Loures e Odivelas, entre o Hospital Beatriz Ângelo e estação de metro de Odivelas e entre esta estação e o Infantado, cujo contrato de financiamento, assegurado no âmbito do PRR, foi assinado em setembro.

Expansão da linha Amarela

Prosseguiram os estudos de expansão da futura linha amarela entre a estação Telheiras e Benfica, com ligação ao Parque de Materiais e Oficinas situado na estrada da Pontinha.

Remodelação de estações

Em setembro foi reaberta a estação Arroios, encerrada desde 2017. Com a conclusão da obra a estação passou a ser acessível a pessoas de mobilidade condicionada e ficou concluído o plano de alargamento dos cais das estações mais antigas. Em consequência, todas as estações da rede podem, desde setembro, receber comboios de 6 carruagens.

Foi concluído o projeto de execução para a remodelação a estação Cais do Sodré e solicitada a Portaria de Extensão de Encargos, imprescindível ao lançamento do procedimento de formação do contrato.

Renovação de escadas mecânicas

Em 2021 procedeu-se à substituição das escadas mecânicas das estações Rato e Avenida e iniciada a substituição destes equipamentos na estação Anjos.



Investimento e expansão da rede

Relatório
Consolidado
2021

Incrementar a segurança

Foram concluídas as substituições dos Sistemas Automáticos de Detecção de Incêndio para as estações dos Anjos, Intendente, Cidade Universitária, Entre Campos e Baixa-Chiado.

Aumentar a resiliência

Contratados e iniciados os projetos para a execução de um novo Posto de Comando Central, o cérebro da gestão e controlo da circulação de comboios, no Parque de Materiais e Oficinas da estrada da Pontinha e de uma nova subestação de tração em Sete-rios para substituição da existente.

Promover a sustentabilidade ambiental e energética

Geração de energia

Foi concluído o estudo de viabilidade e iniciado o projeto para a instalação de uma central fotovoltaica no Parque de Materiais e Oficinas de Calvanas.

Assegurar o bem-estar e a motivação dos colaboradores

Foram renovadas e melhoradas as condições de trabalho através da renovação das instalações dos trabalhadores nas estações São Sebastião e Terreiro do Paço.

CBTC e Novo Material Circulante

Este projeto prevê a aquisição de 14 novas unidades triplas (42 carruagens) e a contratação de um sistema internacionalmente designado de CBTC – *Communications Based Train Control*. Estas novas aquisições representam um profundo salto qualitativo na operação, na programação e na gestão da rede do Metro. A aquisição do novo material circulante proporcionará:

- Melhoria da oferta de comboios e serviços do ML;

Investimento e expansão da rede

Relatório
Consolidado
2021

- Supervisão técnica remota do comboio em linha;
- Sistemas de segurança e vídeo vigilância mais modernos;
- Maior conforto para os clientes e maior ergonomia para o maquinista;
- Melhoria da acessibilidade para clientes de mobilidade condicionada;
- Sistema de comunicação com os clientes com informação variável e flexível;

O sistema CBTC previsto neste investimento irá permitir:

- A condução e supervisão automática do comboio em nível GoA2;
- Controlo contínuo do movimento dos comboios, garantindo a não ultrapassagem de pontos de paragem e dos limites de velocidade em cada ponto da rede;
- Substituição do sistema de controlo de passagem de sinais proibitivos, instalado nos anos 70 e já obsoleto e sem fabrico;
- Registos técnicos e operacionais que facilitem o diagnóstico de avarias e análise de incidentes.

Este sistema, associado aos novos comboios, permitirá, igualmente, um aumento da frequência e da regularidade do serviço público de transporte prestado pelo Metropolitano de Lisboa, garantindo, de um modo mais eficaz, a oferta de comboios, em número e frequências mais adaptados às necessidades do serviço público e com segurança acrescida.

O Metropolitano de Lisboa celebrou em fevereiro de 2020 o contrato para a aquisição de um novo sistema de sinalização ferroviária e a aquisição de novas unidades triplas ao Agrupamento Stadler Rail Valencia, S.A.U./ Siemens Mobility Unipessoal, Lda., pelo valor de 114,5 milhões de euros.

Em consequência de processo judicial por impugnação intentada por um concorrente foram, nos termos da lei, suspensos os efeitos da adjudicação do contrato, paralisando assim o processo de aquisição que já se encontrava em curso.

Julgado pelo Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa da sentença, que julgou extinta a instância

Investimento e expansão da rede

Relatório
Consolidado
2021

na sequência da desistência de queixa e submetido o processo para fiscalização prévia pelo Tribunal de Contas, obteve visto por esse tribunal em maio de 2021, impondo um atraso global de 308 dias na execução do contrato.

O Metropolitano de Lisboa prevê como data limite da entrada em conclusão de todos os trabalhos no ano de 2026.

Sistemas e equipamentos

Relativamente aos sistemas e equipamentos da empresa, em 2021 foram desenvolvidos os seguintes projetos e lançados os respetivos concursos públicos:

- Aquisição de Veículo Esmerilador para Manutenção de Via, pelo valor de 5,6M€;
- Aquisição e instalação de um sistema de acionamento elétrico para as portas de passageiros do material circulante do ML90;
- Revisão geral das portas de passageiros do material circulante do ML95, ML97 e ML9;
- Prestação de serviços para a manutenção dos sistemas de iluminação das estações Odivelas, Sr. Roubado, Lumiar, Quinta das Conchas, Alfovelos e Amadora Este;
- Aquisição e instalação de equipamento para a rede Gigabit Ethernet;
- Empreitada para aquisição e instalação de transformadores de 160kVA (30kV/400V), nas subestações Amadora-Este, S. Apolónia e Alameda;
- Prestação de Serviços de manutenção preventiva e corretiva da rede telefónica;
- Prestação de serviços para a inspeção técnica da rede seca de proteção contra incêndios das estações e túneis;
- Aquisição de serviços de gestão e operação da frota automóvel p/transporte de equipas de piquete e de apoio à manutenção da rede de transporte público por Metropolitano.

Investimento e expansão da rede

Relatório
Consolidado
2021

Os principais projetos desenvolvidos em 2021 no que diz respeito ao processo dos Sistemas de Informação foram os seguintes:

- Plataforma SAP BW/4HANA

No ano de 2021 foram implementados mais indicadores na Plataforma BW/4HANA, como é o caso dos indicadores de satisfação do cliente e das cargas de passageiros e iniciou-se o desenvolvimento dos indicadores de gestão de risco e do *Tableau de Bord*.

- Plataforma SAP PIN

Implementação de uma Plataforma colaborativa para gestão da documentação dos grandes empreendimentos do ML que possibilita a participação dos diferentes intervenientes no projeto. Em 2021, foi implementado nesta Plataforma de colaboração o projeto da Gestão da documentação da Linha Circular do ML.

- Plataforma SAP de orçamentação (BPC – *Business Planning Consolidation*)

Implementação de uma Plataforma integrada que inclui o planeamento, a orçamentação e reporte orçamental.

- Sistema gestão de riscos (SGR)

Implementação no sistema SAP de uma Plataforma para registo e classificação do risco, respetivo plano e medidas de mitigação que lhe estão associadas.

- *Upgrade* da plataforma de *backoffice* de bilhética (CORE2), incluindo a renovação das MSAVT (ainda em execução)

Com este projeto que ainda está na sua fase final de implementação, foi atualizada toda a vertente de *backoffice* do sistema de bilhética do ML, o que permitiu dotar a organização de uma plataforma tecnológica atual, dotada dos recursos que permitem perspetivar a adoção de novas formas de adquirir e validar títulos de transporte. Com este projeto foi igualmente

Investimento e expansão da rede

Relatório
Consolidado
2021

implementada uma nova MSAVT (máquina semiautomática de venda de títulos) que disponibiliza uma interface mais apelativa, ágil e com mais funcionalidades, que permitem servir melhor o cliente.

- *Upgrade* da infraestrutura de acessos remotos

Com esta iniciativa foi efetuada uma expansão de toda a infraestrutura que suporta o acesso remoto ao ML de forma segura, o que permitiu disponibilizar os recursos necessários para que a organização pudesse dar resposta às necessidades decorrentes da pandemia, recorrendo nomeadamente aos mecanismos de teletrabalho.

- Implementação de postos de trabalho com mobilidade

Foi iniciado em 2021 um projeto que consiste na substituição de alguns postos de trabalho, baseados em PC, em formato *Desktop*, por equipamentos portáteis, o que permitiu disponibilizar os recursos necessários para que a organização pudesse estar preparada para dar resposta imediata às necessidades decorrentes da pandemia, recorrendo nomeadamente aos mecanismos de teletrabalho e acrescentar valor ao desempenho diário das suas funções. Com esta iniciativa a organização passou a dispor de um número mais alargado de postos de trabalho com capacidade de mobilidade.

- Atualização da infraestrutura de segurança que suporta o acesso à Internet

Com este projeto foi efetuada a substituição da infraestrutura tecnológica de segurança (*Firewall*) que assegura o acesso de/para a Internet. Esta medida permitiu renovar a tecnologia utilizada anteriormente, o que possibilitou robustecer os mecanismos de segurança e dispor de mais recursos técnicos que são, cada vez mais, necessários para garantir a interoperabilidade entre as plataformas *On Prem* e *Cloud*.

Conservação e manutenção da infraestrutura e material circulante

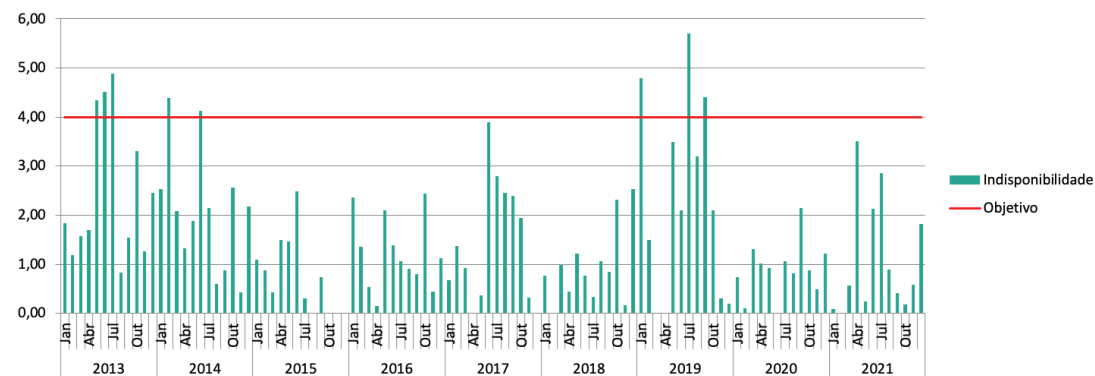
Relatório Consolidado
2021

Desempenho operacional da infraestrutura principal

Considera-se infraestrutura principal o conjunto de sistemas técnicos que diretamente contribuem para a circulação de comboios na rede, designadamente os sistemas de sinalização ferroviária, viáférrea e alimentação de energia de tração.

A indisponibilidade da infraestrutura principal registou valores relativamente estáveis em 2021, superando largamente o objetivo operacional traçado de 4 horas de indisponibilidade máxima mensal acumulada em todas as ocorrências na rede.

Gráfico 1 – Indisponibilidade média mensal da infraestrutura principal (valores em horas)



O gráfico seguinte representa a evolução da fiabilidade (MTBF – Mean Time Between Failures), indicador que representa o tempo médio, medido em horas entre falhas da infraestrutura principal com perturbação de serviço público de transporte. Os valores apresentados representam uma média móvel mensal, com período de 12 meses.

A fiabilidade da infraestrutura principal manteve valores estabilizados e com tendência crescente acima do objetivo operacional em praticamente todo o ano de 2021.

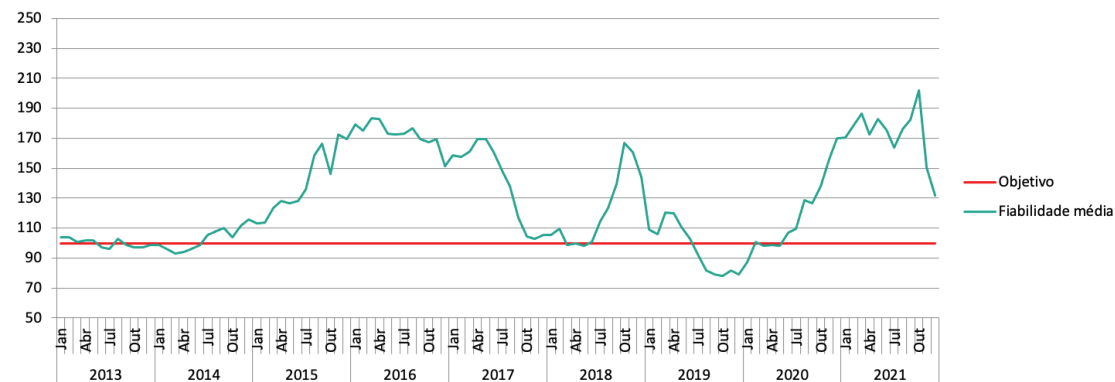
Nos últimos dois meses do ano foi registado aumento de falhas em alguns sistemas, consequência direta da inevitável redução do esforço de manutenção resultante da pandemia por COVID-19.



Conservação e manutenção da infraestrutura e material circulante

Relatório Consolidado
2021

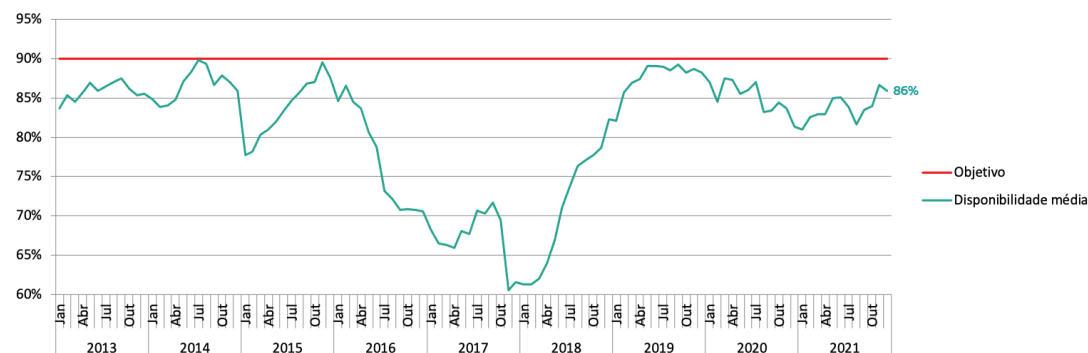
Gráfico 2 – Fiabilidade de infraestrutura principal (média de 12 meses)



Desempenho operacional do material circulante

O ano de 2021 ficou caracterizado pela estabilização da disponibilidade do material circulante, embora ainda com valores de disponibilidade média abaixo do objetivo operacional, consequência direta da imobilização para afetação de unidades aos projetos de reabilitação ou investimento em curso no material circulante de exploração, designadamente para reabilitação geral de portas de passageiros e instalação de sistema CBTC.

Gráfico 3 – Disponibilidade média mensal do material circulante

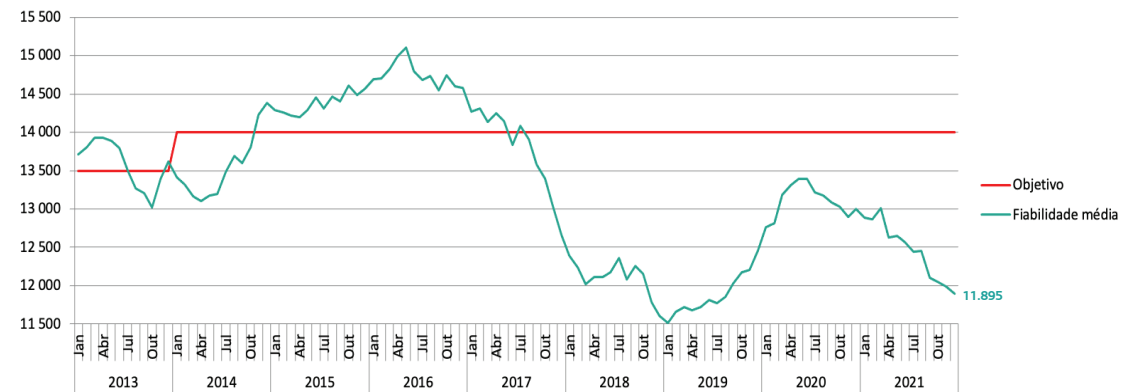


Conservação e manutenção da infraestrutura e material circulante

Relatório Consolidado
2021

O gráfico que se segue representa a evolução da fiabilidade (MKBF – Mean Kilometers Between Failures) medida em quilómetros percorridos entre qualquer falha da composição, quer tenha ou não consequência no seu serviço comercial. A série histórica revela a tendência para o decréscimo progressivo da fiabilidade do material circulante, sobretudo nas séries mais antigas, o ML 90 e ML95, atualmente com mais de 20 anos de serviço.

Gráfico 4 – Fiabilidade de material circulante, considerando todas as ocorrências (média de 12 meses)



Mais expressivo do impacto da fiabilidade na operação diária, o intervalo médio entre falhas com supressão de comboios revelou a estabilização desse indicador operacional no 2º semestre de 2021. Fortemente dependente do comportamento técnico dos equipamentos de portas, no final do período de análise, a fiabilidade média com supressão de comboios foi de 33.689 km.

Essa estabilização resultará do esforço desenvolvido na recuperação dos planos de manutenção dos equipamentos, bem como do programa de reabilitação ou renovação dos equipamentos de portas de passageiros em todas as unidades da frota de material circulante.

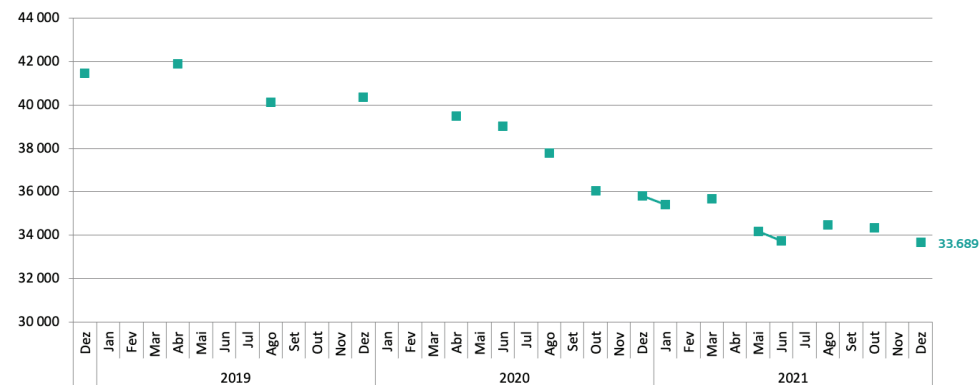


Conservação e manutenção da infraestrutura e material circulante

Relatório Consolidado 2021



Gráfico 5 - Fiabilidade de material circulante, considerando ocorrências de supressão de comboios (média de 12 meses)



Oferta do serviço de transporte

Relatório
Consolidado
2021

No ano em análise, a oferta do Metropolitano de Lisboa foi adaptada à evolução da pandemia de COVID-19, acompanhando as flutuações de procura originada pelas restrições à mobilidade decretadas nas sucessivas declarações do Estado de Emergência e Estado de calamidade em Portugal, com especial incidência na obrigatoriedade ou recomendação do teletrabalho.

Os vários ajustes aos planos de oferta ao longo do ano foram feitos recorrendo à alteração do número de comboios em circulação nos diferentes períodos do dia e da semana, bem como alterando o número de carruagens por comboio em circulação. Estes ajustes à oferta consideraram sempre o pressuposto de cumprir o limite máximo legal de carga por comboio de 2/3, o que obrigou à monitorização sistemática do limite de carga dos comboios em circulação.

O valor médio de carruagens x km e respetivos lugares x km produzidos na rede em 2021 foi ainda assim inferior a 2020, bem como foi inferior ao previsto no PAO 2021.

Já o número de circulações produzidas em 2021, em toda a rede, sofreu uma redução de 0,8% face a 2021. Esta redução, menos acentuada que a produção de lugares x km ou carruagens x km deveu-se especificamente à redução do número de carruagens por comboio em circulação em alguns períodos, opção que privilegia a manutenção dos tempos de espera nesses mesmos períodos.



Oferta do serviço de transporte

Relatório
Consolidado
2021

Quadro 14 – Evolução da oferta

| Evolução da oferta (serviço público) | | 2021 | 2020 | PAO 2021 | Var. 2021/20 | | Desvio PAO | |
|---|-----------------------|------------------|------------------|------------------|-------------------|---------------|-------------------|----------------|
| | | | | | Abs. | % | Abs. | % |
| Carruagens x km | | | | | | | | |
| Linha Azul | 10 ³ | 7 911 | 8 572 | 9 307 | (660) | (7,7) | (1 396) | (15,0) |
| Linha Amarela | 10 ³ | 6 040 | 6 356 | 7 129 | (315) | (5,0) | (1 088) | (15,3) |
| Linha Verde | 10 ³ | 5 028 | 5 453 | 5 996 | (425) | (7,8) | (968) | (16,1) |
| Linha Vermelha | 10 ³ | 5 418 | 5 993 | 6 253 | (575) | (9,6) | (834) | (13,3) |
| Total | 10³ | 24 398 | 26 373 | 28 685 | (1 975) | (7,5) | (4 287) | (14,9) |
| Lugares x km | | | | | | | | |
| Linha Azul | 10 ³ | 1 012 633 | 1 097 174 | 1 191 334 | (84 541) | (7,7) | (178 701) | (15,0) |
| Linha Amarela | 10 ³ | 773 181 | 813 511 | 912 449 | (40 330) | (5,0) | (139 268) | (15,3) |
| Linha Verde | 10 ³ | 643 601 | 697 969 | 767 549 | (54 368) | (7,8) | (123 948) | (16,1) |
| Linha Vermelha | 10 ³ | 693 523 | 767 104 | 800 337 | (73 581) | (9,6) | (106 814) | (13,3) |
| Total | 10³ | 3 122 938 | 3 375 758 | 3 671 669 | (252 820) | (7,5) | (548 731) | (14,9) |
| Circulações | | | | | | | | |
| Linha Azul | n.º | 112 692 | 115 530 | 122 925 | (2 838) | (2,5) | (10 233) | (8,3) |
| Linha Amarela | n.º | 112 914 | 117 996 | 126 555 | (5 082) | (4,3) | (13 641) | (10,8) |
| Linha Verde | n.º | 116 002 | 112 625 | 120 079 | 3 377 | 3,0 | (4 077) | (3,4) |
| Linha Vermelha | n.º | 109 430 | 108 482 | 112 065 | 948 | 0,9 | (2 635) | (2,4) |
| Total | n.º | 451 038 | 454 633 | 481 624 | (3 595) | (0,8) | (30 586) | (6,4) |



Oferta do serviço de transporte

Relatório
Consolidado
2021

Não obstante as adaptações da oferta à evolução da procura, o cumprimento do plano de oferta foi afetado, ainda assim mantendo-se a taxa de realização de circulações praticamente inalterada face a 2020. Tal deveu-se, nomeadamente, a absentismo por motivo de isolamentos e isolamentos profiláticos de maquinistas, bem como a ocorrências com material circulante ou infraestrutura.

No entanto, a taxa de realização de lugares x km teve uma redução mais acentuada, de cerca de 9 p.p. em relação a 2020. Esta diferença deve-se a alterações feitas ao plano em vigor em determinado momento, por motivo de adequação da oferta à procura com a redução do número de carruagens em circulação por comboio, o que privilegia a manutenção dos tempos de espera.

Quadro 15 – Taxa de realização da oferta

| Taxa de Realização | | 2021 | 2020 | 2019 |
|------------------------------------|---|-------|--------|--------|
| Taxa de realização de lugares x km | | | | |
| Linha Azul | % | 90,65 | 95,64 | 100,65 |
| Linha Amarela | % | 96,13 | 103,12 | 102,66 |
| Linha Verde | % | 87,39 | 105,05 | 112,11 |
| Linha Vermelha | % | 86,76 | 96,32 | 101,98 |
| Na rede | % | 90,33 | 99,38 | 103,61 |
| Taxa de realização de circulações | | | | |
| Linha Azul | % | 96,41 | 96,38 | 98,44 |
| Linha Amarela | % | 96,24 | 97,03 | 98,40 |
| Linha Verde | % | 96,97 | 96,94 | 98,82 |
| Linha Vermelha | % | 97,70 | 97,16 | 99,27 |
| Na rede | % | 96,82 | 96,87 | 98,67 |

O exercício de 2021, a par do ano de 2020, foi fortemente marcado pela crise pandémica COVID-19 e consequentes medidas de contenção, como a imposição de confinamentos sucessivos, dever de recolhimento, restrições à circulação e a retração do turismo, a procura desceu para níveis ainda mais reduzidos que os verificados no ano transato.

As medidas de contenção da pandemia de COVID-19, divulgadas a nível nacional, originaram impactos sem precedentes na procura, sentidos desde o dia 10 de março de 2020. As medidas sucessivas de confinamento conduziram a uma menor mobilidade e a uma redução drástica do turismo na cidade de Lisboa.

Face ao envolvente pandémica, existente em 2021, a procura registou as seguintes variações:

- Face a 2020, verificou-se um decréscimo de 5,2% nos passageiros com título pago e de 7,6% nos passageiros totais;
- Face à estimativa inscrita no PAO, registou-se um decréscimo de 32,4% nos passageiros com título pago e de 33,7% nos passageiros totais;
- Face a 2019, ano de Pré-Pandemia, verificou-se um decréscimo de 53,9% nos Passageiros com título pago e de 54,5% nos passageiros totais.



Quadro 16 – Evolução da procura

| Passageiros | | 2021 | 2020 | PAO 2021 | 2019 | Var. 2021/20 | | Desvio PAO | | Var. 2021/19 | |
|----------------------------------|-----------------|---------|---------|-------------|---------|--------------|---------|------------|---------|--------------|---------|
| | | | | | | Abs. | % | Abs. | % | Abs. | % |
| Titulos ocasionais | 10 ³ | 14 863 | 13 139 | 17 972 | 39 812 | 1 723 | 13,11 | (3 109) | (17,30) | (24 950) | (62,67) |
| Bilhete Viagem Carris Metro | 10 ³ | 7 349 | 6 310 | 8 598 | 18 809 | 1 039 | 16,47 | (1 249) | (14,52) | (11 460) | (60,93) |
| Zapping | 10 ³ | 5 939 | 5 365 | 6 998 | 13 857 | 574 | 10,70 | (1 060) | (15,14) | (7 918) | (57,14) |
| Outros titulos ocasionais | 10 ³ | 1 574 | 1 465 | 2 376 | 7 146 | 110 | 7,50 | (801) | (33,72) | (5 572) | (77,97) |
| Passes | 10 ³ | 62 314 | 68 304 | 96 211 | 127 727 | (5 990) | (8,77) | (33 898) | (35,23) | (65 414) | (51,21) |
| Navegante Metropolitano | 10 ³ | 45 275 | 48 264 | 66 132 | 66 182 | (2 988) | (6,19) | (20 857) | (31,54) | (20 907) | (31,59) |
| Navegante Lisboa | 10 ³ | 10 549 | 12 893 | 19 183 | 20 951 | (2 344) | (18,18) | (8 634) | (45,01) | (10 402) | (49,65) |
| Outros Navegantes | 10 ³ | 4 920 | 5 354 | 8 143 | 6 605 | (434) | (8,11) | (3 223) | (39,58) | (1 685) | (25,51) |
| Navegante urbano e rede | 10 ³ | 890 | 1 111 | 1 562 | 19 130 | (221) | (19,91) | (672) | (43,01) | (18 240) | (95,35) |
| Combinados | 10 ³ | 679 | 681 | 1 191 | 9 065 | (2) | (0,30) | (512) | (43,01) | (8 386) | (92,51) |
| Total com titulos pagos | 10 ³ | 77 176 | 81 443 | 114 183 | 167 539 | (4 267) | (5,24) | (37 007) | (32,41) | (90 363) | (53,94) |
| Gratuitos | 10 ³ | 4 094 | 4 166 | 5 162 | 6 117 | (72) | (1,74) | (1 068) | (20,69) | (2 024) | (33,08) |
| Total de validações | 10 ³ | 81 270 | 85 609 | 119 345 | 173 657 | (4 339) | (5,07) | (38 075) | (31,90) | (92 387) | (53,20) |
| Fraude | 10 ³ | 2 446 | 4 958 | 6 899 | 10 145 | (2 512) | (50,66) | (4 453) | (64,55) | (7 699) | (75,89) |
| Total transportados | 103 | 83 716 | 90 567 | 126 244 | 183 801 | (6 851) | (7,56) | (42 528) | (33,69) | (100 086) | (54,45) |
| Percurso médio por passageiro | km | 4,82 | 4,78 | 4,78 | 4,79 | 0,04 | 0,83 | 0,04 | 0,78 | 0,03 | 0,60 |
| Passageiro x km transportados | 10 ³ | 403 679 | 433 114 | 604 043 | 880 985 | (29 435) | (6,80) | (200 364) | (33,17) | (477 306) | (54,18) |



Atividades Complementares

Relativamente aos Cartões Lisboa Viva, no ano em apreço, o Metropolitano de Lisboa personalizou cerca de 106 mil cartões, dos quais 65,4% foram Lisboa Viva urgentes. Face a ano transato a variação foi de +25,7% (mais 22 mil personalizações), face a 2019 a variação foi de -51,1% (menos 111 mil personalizações).

Quadro 17 - Produção de cartões Lisboa Viva

| Produção cartões LV 2021 | | Metro |
|--------------------------|--------|----------------|
| 10 dias | Normal | 24 241 |
| | 4_18 | 1 806 |
| | Sub23 | 1 979 |
| | CML | 8 444 |
| Total | | 36 470 |
| Urgentes | Normal | 56 513 |
| | 4_18 | 3 216 |
| | Sub23 | 8 852 |
| Total | | 68 581 |
| Portal Viva | | 0 |
| Trabalhadores | | 1 064 |
| TOTAL | | 106 115 |

Em 12 de outubro de 2020, foram instalados na estação Alameda 2 quiosques para emissão de cartões Lisboa viva no momento (Kiosks Viva). Embora não sejam cartões produzidos pelo ML, uma parcela do valor pago pelo cliente representa receita do ML.

Este serviço registou uma adesão crescente, em especial desde março de 2021, altura em que foram retomadas as aulas presenciais. No total de 2021, foram produzidos um total de 20.648 cartões, nos dois Kiosks Viva, gerando uma receita para o Metropolitano de Lisboa de 79.780 euros.



A atividade comercial

Relatório
Consolidado
2021

Metrocom, S.A.

A Metrocom, S.A. explora, em regime de concessão em exclusividade, a promoção e a comercialização de lojas, vitrinas e espaços comerciais existentes ou a criar nas estações do Metropolitano de Lisboa, bem como nas demais instalações ou espaços sob a sua jurisdição, quer existentes quer futuros. Paralelamente, a empresa assegura a manutenção dos espaços das estações da rede do Metropolitano de Lisboa.

Ao longo de 2021 a Metrocom continuou a ser fortemente afetada pelos impactos da pandemia de COVID-19, quer no que respeita à sua atividade comercial e ao Volume de Negócios dela decorrente, quer no referente ao negócio do retalho nas estações da rede do Metropolitano de Lisboa, com uma substancial redução da procura de espaços comerciais e um aumento atípico de pedidos de rescisão.

Quadro 18 – Metrocom – Indicadores de Atividade

| INDICADORES DE ATIVIDADE | Un. | 2021 | 2020 | Var. 2021/20 | |
|--|-----------|----------------|----------------|---------------|---------------|
| | | | | Abs. | % |
| Atividade Comercial | | | | | |
| Volume de Negócios (Linha Azul) | m€ | 637 | 577 | 61 | 10,5 |
| Volume de Negócios (Linha Amarela) | m€ | 652 | 578 | 74 | 12,8 |
| Volume de Negócios (Linha Verde) | m€ | 127 | 110 | 17 | 15,5 |
| Volume de Negócios (Linha Vermelha) | m€ | 374 | 365 | 9 | 2,4 |
| INDICADORES DE RH | | | | | |
| Volume de Emprego (RCM n.º 16/2012) ¹ | Un. | 5 | 4 | 1 | 25,0 |
| Número médio de efetivos | Un. | 5 | 4 | 1 | 25,0 |
| Massa Salarial | m€ | 165 | 106 | 59 | 55,1 |
| ESTRUTURAACIONISTA | | | | | |
| Total do Capital Social | m€ | 750 | 750 | 0 | 0,0 |
| Cap. Social detido pelo METRO | % | 100 | 100 | - | 0,0 p.p. |
| SITUAÇÃO PATRIMONIAL | | | | | |
| Ativo não corrente | m€ | 554,1 | 485,8 | 68 | 14,1 |
| Ativo corrente | m€ | 3 296,3 | 3 497,5 | (201) | (5,8) |
| Total Ativo | m€ | 3 850,4 | 3 983,3 | (133) | (3,3) |
| Capital Próprio | m€ | 3 221,3 | 3 245,5 | (24) | (0,7) |
| Passivo | m€ | 629,1 | 737,8 | (109) | (14,7) |
| Total Capital Próprio e Passivo | m€ | 3 850,4 | 3 983,3 | (133) | (3,3) |
| INDICADORES DE ESTRUTURA | | | | | |
| Autonomia Financeira % | % | 83,7 | 81,5 | - | 2,2 p.p. |
| Solvabilidade % | % | 512,0 | 439,9 | - | 72,1 p.p. |
| INDICADORES FINANCEIROS | | | | | |
| Volume de Negócios | m€ | 1 790,7 | 1 630,1 | 161 | 9,9 |
| EBITDA (Corrigido) | m€ | 32,1 | 36,3 | (4) | (11,3) |
| Margem do EBITDA (Corrigido) | % | 1,8 | 2,2 | - | (0,4) p.p. |
| Rendimentos Operacionais (corrigidos) ² | m€ | 1 868,1 | 1 726,5 | 142 | 8,2 |
| Gastos Operacionais (corrigidos) ² | m€ | 1 890,2 | 1 693,8 | 196 | 11,6 |
| Taxa de Cobertura dos Gastos Operacionais (corrigidos) | % | 98,83 | 101,93 | - | (3,1) p.p. |

¹ Conforme alínea n.º 6 da RCM n.º 16/2012, são considerados os trabalhos colocados fora do território nacional e os prestadores de serviços com trabalho efetivo superior a 3 meses.

² Rendimentos e Gastos Operacionais corrigidos de provisões, imparidades.



A atividade comercial

Relatório
Consolidado
2021

A atividade assegurada durante o exercício em análise ficou marcada pela continuação dos efeitos da pandemia, tendo-se mantido as condicionantes à estratégia antes delineada para o período em questão. Com efeito, apesar do esforço na mitigação das consequências, para o seu negócio, da conjuntura económica e financeira vivida em Portugal e particularmente na cidade de Lisboa, foi assegurada a continuidade no esforço do aumento da rentabilidade, da diversificação de serviços comerciais existentes na rede de estações, bem como na necessidade de acrescentar valor aos clientes utilizadores do TP/Metro. Estas tarefas, alinhadas com o Plano estratégico aprovado para o desenvolvimento do negócio/retalho, tiveram como princípio o também necessário trabalho ao nível da promoção, junto do mercado, do *portfolio* da Metrocom, no sentido de garantir novas soluções comerciais em estação.

Em termos globais, e apesar da entrada de novos lojistas, destaca-se o reduzido saldo positivo na ocupação de lojas físicas (+1), passando de 173 em 2020 para 174 em 2021, num total de 211 lojas. Em termos de ocupação de espaço com carácter temporário, o período em análise fica marcado pela aumento de *stands* temporários (+8), comparativamente com os resultados obtidos no anterior exercício, de 19 para 27.

O número de feiras manteve-se em 4, tal como o número de ATM na rede se manteve em 52. Por outro lado, o número de equipamentos de *vending* instalados na rede viu-se reduzido de 119 para 118 unidades, quando comparado com o período homólogo de 2020.

Apesar da envolvente adversa e dos efeitos nocivos no desempenho da sua atividade, foi possível garantir no fim do exercício o cumprimento das suas obrigações legais e financeiras, junto do seu acionista.



A atividade comercial

Relatório
Consolidado
2021

Quadro 19 – Faturação Metrocom

| Ano | Faturação da Metrocom | Un. m€ |
|------|-----------------------|--------------------------------------|
| | | Valor entregue ao acionista (72% VN) |
| 2020 | 1 630,1 | 1 173,7 |
| 2021 | 1 790,7 | 1 289,3 |

À semelhança de 2020, o ano de 2021 caracterizou-se por um contraciclo no crescimento dos resultados líquidos que a Empresa vinha apresentando:

- O EBIT apresentou uma redução de 10,9 milhares de euros face a 2020;
- Em consequência, o Resultado antes de Impostos registou uma redução de cerca de 61,6 milhares de euros;
- O Resultado líquido do período cifrou-se em -24,2 milhares de euros, representando uma variação negativa de -185,3% face ao ano anterior.

No que respeita aos Rendimentos Operacionais, verifica-se um aumento de 8,2% face ao ano anterior, correspondente a cerca de 141,6 milhares de euros.

Os Gastos Operacionais registaram um aumento de 9,0% em relação ao ano anterior, que se traduziu num aumento de 152,6 milhares de euros. O principal aumento verificou-se nos gastos com o pessoal.

Ferconsult, S.A.

A Ferconsult, S.A. é uma empresa multidisciplinar e especializada nas áreas de Consultoria, Estudos e Projetos de Engenharia de Transportes, que atua nos mercados nacional e internacional desde 1991. A empresa tem como acionista único o Metropolitano Lisboa, E.P.E..

A atividade comercial

Relatório
Consolidado
2021

A Ferconsult, no final de 2020 deu cumprimento à integração dos seus trabalhadores no Metropolitano de Lisboa, de acordo com o aprovado por Despacho N.º 602/2020 – SET, de 08 de outubro, mantendo-se a empresa apenas como veículo instrumental que constitui parte integrante do ACE (Agrupamento Complementar de Empresas) dos TREM – Aluguer de Material Circulante.

Em 2021 a empresa efetuou cessões de posição contratual, com o objetivo de reduzir ao mínimo os gastos, dado não ter existido qualquer atividade comercial.

Quadro 20 – Ferconsult – Indicadores de Atividade

| INDICADORES DE ATIVIDADE | Un. | 2021 | 2020 | Var. 2021/20 | |
|---|-----------|--------------|----------------|-------------------|----------------------|
| | | | | Abs. | % |
| Atividade Comercial | | | | | |
| Volume de Negócios (Mercado Nacional) | m€ | 35,7 | 2 058,2 | (2 022,5) | (98,3) |
| Volume de Negócios (Mercado Internacional) | m€ | 0,0 | 0,0 | 0,0 | - |
| Indicadores de PRODUÇÃO | | | | | |
| Horas trabalhadas (Mercado Nacional) | % | 0,0 | 100,0 | - | (100,0) p.p. |
| Horas trabalhadas (Mercado Internacional) | % | 0,0 | 0,0 | - | 0,0 p.p. |
| INDICADORES DE RH | | | | | |
| Volume de Emprego (RCM n.º 16/2012) ¹ | Un. | 0 | 48 | (48,0) | (100,0) |
| Número médio de efetivos | Un. | 0 | 44 | (44,0) | (100,0) |
| Massa Salarial | m€ | 0,0 | 1 572,0 | (1 572,0) | (100,0) |
| ESTRUTURAACIONISTA | | | | | |
| Total do Capital Social | m€ | 5 295,3 | 5 295,3 | 0,0 | 0,0 |
| Cap. Social detido pelo METRO | % | 100 | 100 | - | 0,0 p.p. |
| SITUAÇÃO PATRIMONIAL | | | | | |
| Ativo não corrente | m€ | 0,0 | 0,0 | 0,0 | - |
| Ativo corrente | m€ | 645,0 | 1 823,0 | (1 178,0) | (64,6) |
| Total Ativo | m€ | 645,0 | 1 823,0 | (1 178,0) | (64,6) |
| Capital Próprio | m€ | (1 019,4) | (1 094,0) | 74,6 | (6,8) |
| Passivo | m€ | 1 664,4 | 2 917,1 | (1 252,7) | (42,9) |
| Total Capital Próprio e Passivo | m€ | 645,0 | 1 823,0 | (1 178,0) | (64,6) |
| INDICADORES DE ESTRUTURA | | | | | |
| Autonomia Financeira % | % | (158,0) | (60,0) | - | (98,0) p.p. |
| Solvabilidade % | % | (61,2) | (37,5) | - | (23,7) p.p. |
| INDICADORES FINANCEIROS | | | | | |
| Volume de Negócios | m€ | 35,7 | 2 058,2 | (2 022,5) | (98,3) |
| EBITDA (Corrigido) | m€ | (45,7) | (106,1) | 60,4 | (57,0) |
| Margem do EBITDA (Corrigido) | % | (128) | (5) | - | (122,8) p.p. |
| Rendimentos Operacionais (corrigidos) ² | m€ | 43,2 | 2 279,4 | (2 236,3) | (98,1) |
| Gastos Operacionais (corrigidos) ² | m€ | 88,8 | 2 385,5 | (2 296,7) | (96,3) |
| Taxa de Cobertura dos Gastos Operacionais (corrigidos) | % | 48,58 | 95,55 | - | (47,0) p.p. |

¹ Conforme alínea n.º 6 da RCM n.º 16/2012, são considerados os trabalhos colocados fora do território nacional e os prestadores de serviços com trabalho efetivo superior a 3 meses.
² Rendimentos e Gastos Operacionais corrigidos de provisões, imparidades e ganhos/perdas de subsidiárias.



A atividade comercial

Relatório
Consolidado
2021

Face ao acumulado de resultados deficitários que a Ferconsult vinha reunindo nos últimos anos, fruto de constrangimentos relacionados com questões de organização e gestão interna, designadamente a existência de uma estrutura de custos desajustada face aqueles que eram os proveitos, foi desenvolvido pelo Conselho de Administração um plano de reestruturação da empresa.

Concretizadas as medidas do Plano de Reorganização da Ferconsult apresentado em dezembro de 2017 (N/ref.1262910, de 05/05/2017), e na sequência da análise da informação da UTAM n.º 4/2019, relativa à proposta de Fusão da Ferconsult com o Metropolitano de Lisboa, objeto do Despacho do Senhor SET n.º461/19-SET, foi reavaliada a sua atividade, e apresentada uma nova proposta, em setembro de 2019, de integração imediata dos trabalhadores da Ferconsult no ML, mantendo-se a empresa apenas como veículo instrumental que constitui parte integrante do ACE (Agrupamento Complementar de Empresas) dos TREM – Aluguer de Material Circulante.

Quadro 21 – EBITDA e Resultado Operacional da Ferconsult

| RÚBRICAS | Unid. monetária (Euro) | | | |
|--|------------------------|------------------|----------------------|---------------|
| | 2021 REAL | 2020 REAL | Δ 2021 / 2020 Abs | % |
| Prestação de Serviços | 35 744 | 2 058 201 | -2 022 457 | -98,3% |
| Ganhos/perdas imputadas a subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos | 158 681 | -113 827 | 272 507 | -239,4% |
| Outros Rendimentos | 7 413 | 221 220 | -213 807 | -96,6% |
| Total Rendimentos Operacionais [1] | 201 838 | 2 165 594 | -1 963 756 | -90,7% |
| Fornecimentos e serviços externos | 34 852 | 397 930 | -363 077 | -91,2% |
| Gastos com o pessoal | 824 | 1 971 095 | -1 970 271 | -100,0% |
| Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões) | 0 | -225 643 | 225 643 | -100,0% |
| Provisões (aumentos/reduções) | 0 | -310 363 | 310 363 | -100,0% |
| Outros gastos e perdas | 53 161 | 15 810 | 37 351 | 236,3% |
| Gastos Operacionais (sem depreciações e amortizações) [2] | 88 837 | 1 848 828 | -1 759 991 | -95,2% |
| EBITDA [3] = [1] - [2] | 113 001 | 316 766 | -203 765 | 64,3% |
| Gastos / reversões de depreciação e de amortização [4] | 0 | 707 | -707 | -100,0% |
| Total Gastos Operacionais [5] = [2] + [4] | 88 837 | 1 849 535 | -1 760 698 | -95,2% |
| Resultado Operacional [1] - [5] | 113 001 | 316 059 | -203 058 | 64,2% |



A atividade comercial

Relatório
Consolidado
2021

No ano de 2021, a Ferconsult, como delineado no plano de reestruturação da empresa implementado, não desenvolveu qualquer atividade de projetos e consultoria. O EBITDA regista um decréscimo face a 2020 (-64,3%), explicado pela cessação da atividade desenvolvida pela empresa, ressalvando-se que a redução de rendimentos operacionais (-90,7%) e gastos operacionais (-95,2%) teve uma diminuição de igual magnitude.

Adicionalmente, destaca-se a redução de gastos com pessoal (-100%), resultado da integração dos trabalhadores da Ferconsult no ML, conforme previsto no plano de reestruturação.

ENSITRANS

O Ensitrans, A.E.I.E (agrupamento europeu de interesse económico) é detido 45% pela Ferconsult, S.A. e 5% pelo Metropolitano de Lisboa, E.P.E., sendo as restantes empresas participadas o Metro de Barcelona e a SENER (empresa de consultoria e projetos de engenharia). Embora já sem projetos ativos, o Ensitrans não pode dissolver a sociedade por ainda ter verbas a receber dos contratos celebrados com a EMA – *Entreprise du Métro d’Alger* (sendo, contudo, que a grande maioria dessas verbas em dívida ao Ensitrans pela EMA pertencem à Ferconsult por trabalhos que desenvolveu).

TREM, A.C.E.

O TREM – Aluguer de material Circulante, ACE (TREM) foi constituído em 02 de março de 2000, tendo como objeto principal proceder à aquisição e locação de equipamento ferroviário que, eventualmente, venham a ser necessárias ou a ter relação com o objeto principal.

As relações contratuais estabelecidas em 2000 pelo TREM, nomeadamente o contrato de aluguer de carruagens celebrado com o Metropolitano de Lisboa, E.P.E. e o contrato de financiamento celebrado com a Caixa Geral de Depósitos, S.A (CGD), o Banco Santander Totta, S.A. (BST) e o Banco Santander de Negócios Portugal, S.A. (BSNP) – que em maio de 2010 foi incorporado por fusão no BST, passando o BST a assumir todos os ativos e passivos do BSNP enquanto sociedade incorporada – foram mantidas sem qualquer alteração.



A atividade comercial

Relatório
Consolidado
2021

Em 2014 ocorreram as exonerações das entidades CGD e BST, sem haver lugar a qualquer pagamento ou reembolso das respetivas contribuições para o ACE, nos termos previstos nos números 3 e 4 do art.º 8 dos respetivos estatutos, pelo que o capital afeto se mantém inalterado.

A 29 de dezembro de 2014, o Agrupamento passa a ter a seguinte composição e estrutura:

- 1) Metropolitano de Lisboa, E.P.E. com a participação no capital de 90%
- 2) FERCONSULT – Consultoria, Estudos e Projetos de Engenharia de Transportes, S.A. com uma contribuição de 10%.

Quadro 22 – TREM Situação patrimonial em 31 de dezembro

| Situação Patrimonial (Unid: €) | 2021 | 2020 | Δ 2021 / 2020 | |
|--|---------------|---------------|----------------|---------------|
| | | | Abs | % |
| Total Ativo | 40 557 | 43 111 | (2 553) | -5,92% |
| Capital Próprio | (49 684 992) | (49 755 315) | 70 323 | -0,14% |
| Passivo | 49 725 549 | 49 798 426 | (72 877) | -0,15% |
| Total Capital Próprio e Passivo | 40 557 | 43 111 | (2 553) | -5,92% |
| Resultado Líquido | 70 323 | 594 082 | (523 759) | -88,16% |

TREM II, A.C.E.

O TREM II – Aluguer de material Circulante, ACE (TREM II) foi constituído em 21 de setembro de 2001, tendo como objeto principal proceder à aquisição e locação de equipamento ferroviário que, eventualmente, venham a ser necessárias ou a ter relação com o objeto principal.

As relações contratuais estabelecidas entre 2001 e 2002 pelo TREM II, nomeadamente os contratos de aluguer de carruagens celebrados com o Metropolitano de Lisboa, EPE e os contratos de financiamento celebrados com a Caixa Geral de Depósitos, SA (CGD), o Caixa – Banco de Investimentos, SA (CaixaBI) e o Crédito Predial Português, SA, que em dezembro de 2004 alterou a denominação social para Banco Santander Totta, SA, foram mantidas sem qualquer alteração.



A atividade comercial

Relatório
Consolidado
2021

Em 2015 ocorreram as exonerações das entidades CGD e BST, sem haver lugar a qualquer pagamento ou reembolso das respetivas contribuições para o ACE, nos termos previstos nos números 3 e 4 do art.º 8º dos respetivos estatutos, pelo que o capital afeto se mantém inalterado.

A 29 de dezembro de 2015, o Agrupamento passa a ter a seguinte composição e estrutura:

- 1) Metropolitano de Lisboa, E.P.E. com a participação no capital de 90%
- 2) FERCONSULT – Consultoria, Estudos e Projetos de Engenharia de Transportes, S.A. com uma contribuição de 10%.

Quadro 23 – TREM II Situação patrimonial em 31 de dezembro

| Situação Patrimonial (Unid: €) | 2021 | 2020 | Δ 2021 / 2020 | |
|--|------------------|------------------|--------------------|----------------|
| | | | Abs | % |
| Total Ativo | 1 338 969 | 3 400 274 | (2 061 305) | -60,62% |
| Capital Próprio | (107 267 028) | (112 146 268) | 4 879 240 | -4,35% |
| Passivo | 108 605 997 | 115 546 542 | (6 940 545) | -6,01% |
| Total Capital Próprio e Passivo | 1 338 969 | 3 400 274 | (2 061 305) | -60,62% |
| Resultado Líquido | 4 879 240 | 5 547 453 | (668 213) | -12,05% |



6

Desempenho



Metropolitano de Lisboa

Relatório
Consolidado

2021

Receitas Tarifárias e Complementares

As medidas tomadas no sentido da contenção da pandemia COVID-19, conduziram a uma elevada redução da procura, com os consequentes efeitos na receita.

Paralelamente, há a destacar outros fatores que influenciaram as receitas tarifárias em 2021, nomeadamente:

- Não existiu qualquer aumento de tarifário face a 2020;
- Acréscimo das quantidades vendidas de títulos ocasionais em 17,2% e decréscimo das quantidades vendidas de passes em 3,3%, na rede de vendas do Metropolitano de Lisboa, face ao ano transato. Comparativamente a 2019, verificam-se decréscimos de 55,1% e de 42,8% nas quantidades vendidas de títulos ocasionais e de Passes, respetivamente;
- Atribuição de pagamentos por conta, no âmbito do PART e incrementos nestes pagamentos por via da crise Pandémica COVID-19;
- Gratuidade do passe nos transportes públicos aos antigos combatentes, bem como para a viúva e viúvo, através da atribuição do Passe Antigo Combatente, em vigor desde 5 de novembro.

Em resultado destes fatores e principalmente devido ao efeito da pandemia COVID-19, as receitas de Títulos Ocasionalmente e Passes de 2021 registaram as seguintes variações:

- Comparando com 2020, verificou-se um acréscimo de 3,1% na receita de Títulos Ocasionalmente e Passes. Considerando as participações 4-18/Sub23, Social + e Antigos Combatentes, o acréscimo foi de +3,3%;
- Comparando com a receita inscrita no PAO, verificou-se um acréscimo de 26,2% nos Títulos Ocasionalmente e Passes. Considerando as participações 4-18/Sub23, Social + e Antigos Combatentes, o acréscimo foi de 24,6%;
- Comparando com 2019, verificou-se um decréscimo de -50,5% na receita de Títulos Ocasionalmente

e Passes. Considerando as comparticipações 4-18/Sub23, Social + e Antigos Combatentes, verificou-se um decréscimo de 48,2%.

Ao abrigo da Portaria n.º 198/2021, que define as condições de atribuição do Passe Antigo Combatente, desde 5 de novembro que está em vigor a gratuidade do passe nos transportes públicos, para todos os antigos combatentes detentores do cartão de antigo combatente, bem como para a viúva e viúvo de antigo combatente. Neste âmbito, em 2021, as compensações financeiras atribuídas ao ML cifraram-se em 92.160,38€ (27.745,28€ em novembro e 64.415,09€ em dezembro).

Para obviar o decréscimo da receita, pela alteração tarifária ocorrida em abril de 2019, (Regulamento n.º 278-A/2019), a AML assegurou verbas a título de pagamento por conta. O Decreto-Lei n.º 6-B/2021 de 15 de janeiro, veio prolongar a sua vigência para o ano de 2021. Neste contexto, no acumulado de janeiro a julho de 2021, no âmbito do Programa de Apoio à Redução do Tarifário dos Transportes Públicos (“PART”), foram atribuídos 5.167.921,40€ (sem IVA). Ainda sem informação das verbas atribuídas para os restantes meses, as mesmas foram estimadas sendo o valor contabilisticamente apurado de 7,8 milhões de euros.

Depois de considerados os valores dos Pagamentos por Conta (“PART”), a variação da receita de 2021, face a 2020, foi de +1,20%. Comparativamente a 2019, a variação foi de -43,0%.

No cenário de pandemia, visando o reforço do transporte público, através do Despacho n.º 8459/2020, foram disponibilizadas verbas adicionais em Pagamentos por Conta em 2020. O Decreto-Lei n.º 6-B/2021 de 15 de janeiro veio também prolongar a sua vigência para o ano de 2021. No acumulado de janeiro a agosto de 2021, foram atribuídos 31.036.345,80 €. Considerando os valores estimados de setembro a dezembro de 2021 e um acerto final às compensações financeiras de 2020 foram contabilisticamente apurados 36,7 milhões de euros em pagamentos por conta COVID-19.



Capital financeiro

Relatório Consolidado 2021

Quadro 24 – Receitas de títulos de transporte

| Receitas de títulos de transporte (sem IVA) | | 2021 | 2020 | PAO 2021 | 2019 | Var. 2021/20 | | Desvio PAO | | Var. 2021/19 | |
|--|------------------------|---------------|---------------|---------------|----------------|---------------|--------------|---------------|-------------|------------------|---------------|
| | | | | | | Abs. | % | Abs. | % | Abs. | % |
| Títulos ocasionais | 10 ³ € | 19 141 | 16 848 | 13 409 | 51 166 | 2 293 | 13,6 | 5 732 | 42,7 | (32 025) | (62,6) |
| Bilhete Viagem Carris Metro | 10 ³ € | 9 383 | 7 731 | 6 383 | 24 591 | 1 653 | 21,4 | 3 001 | 47,0 | (15 207) | (61,8) |
| Zapping | 10 ³ € | 7 898 | 7 000 | 6 381 | 18 448 | 898 | 12,8 | 1 517 | 23,8 | (10 550) | (57,2) |
| Outros títulos ocasionais | 10 ³ € | 1 860 | 2 117 | 646 | 8 127 | (258) | (12,2) | 1 214 | 188,1 | (6 268) | (77,1) |
| Passes | 10³€ | 32 485 | 33 209 | 27 512 | 53 026 | (723) | (2,2) | 4 973 | 18,1 | (20 541) | (38,7) |
| Navegante Metropolitano | 10 ³ € | 21 451 | 21 089 | 18 149 | 24 072 | 361 | 1,7 | 3 302 | 18,2 | (2 622) | (10,9) |
| Navegante Lisboa | 10 ³ € | 7 800 | 8 890 | 6 595 | 12 423 | (1 090) | (12,3) | 1 206 | 18,3 | (4 623) | (37,2) |
| Outros Navegantes | 10 ³ € | 1 958 | 1 903 | 1 808 | 1 870 | 55 | 2,9 | 149 | 8,3 | 88 | 4,7 |
| Navegante urbano e rede | 10 ³ € | 1 009 | 1 064 | 960 | 8 916 | (55) | (5,1) | 49 | 5,1 | (7 907) | (88,7) |
| Intermodais | 10 ³ € | 0 | 262 | 0 | 2 648 | (262) | (100,0) | 0 | - | (2 648) | (100,0) |
| Combinados | 10 ³ € | 267 | 0 | 0 | 3 096 | 267 | - | 267 | - | (2 829) | (91,4) |
| Total das receitas | 10³€ | 51 626 | 50 057 | 40 921 | 104 192 | 1 569 | 3,1 | 10 705 | 26,2 | (52 566) | (50,5) |
| Comparticipações 4-18 / sub23 / social+ | 10 ³ € | 3 574 | 3 458 | 3 467 | 2 502 | 116 | 3,4 | 108 | 3,1 | 1 073 | 42,9 |
| Comparticipações Antigos Combatentes | 10 ³ € | 92 | 0 | 0 | 0 | 92 | - | 92 | - | 92 | - |
| Total das receitas com participações | 10³€ | 55 293 | 53 515 | 44 387 | 106 694 | 1 777 | 3,3 | 10 905 | 24,6 | (51 401) | (48,2) |
| Pagamentos por Conta (AML) ⁽¹⁾ | 10 ³ € | 7 848 | 8 903 | 8 700 | 4 014 | (1 055) | (11,8) | (851) | (9,8) | 3 834 | 95,5 |
| Total das receitas com participação | 10³€ | 63 141 | 62 418 | 53 087 | 110 708 | 723 | 1,2 | 10 054 | 18,9 | (47 567) | (43,0) |
| Pagamentos por Conta (COVID-19) ⁽²⁾ | 10 ³ € | 36 718 | 21 451 | 19 520 | 0 | 15 267 | 71,2 | 17 198 | 88,1 | 36 718 | - |

⁽¹⁾ Compreende o valor de pagamentos por conta (AML). Foi estimado o valor de setembro a dezembro de 2021.

⁽²⁾ Atribuição do PART "variável", o qual foi registado como subsídio à exploração. Foi estimado o valor de setembro a dezembro de 2021.



Gráfico 6 – Receitas de títulos de transporte



Relativamente à receita complementar, o ano de 2021 apresentou quebras de 15,2%, face a 2020, e de 54,0%, relativamente a 2019, em parte explicadas pela desaceleração económica nacional provocada pela situação pandémica, que prevaleceu em todo o ano de 2021 e, por outro lado, face à consequente diminuição da procura no consumo de serviços e produtos ML.

Observou-se um elevado decréscimo na componente relacionada com a subconcessão da Publímetro, dado que paralelamente aos efeitos da pandemia, foi emitida uma nota de crédito, relativa ao acerto da contrapartida variável de 2020, no montante de 618.999,17 €. Assim, esta subconcessão registou uma perda de 1,2 milhões de euros, face a 2020 e de 1,3 milhões de euros, face a 2019.

Positivamente, destacam-se as receitas obtidas com os Cartões Viva Viagem com um acréscimo de receita de 279 mil euros, face a 2020, no entanto, comparativamente a 2019 verificou-se uma quebra de 1,8 milhões de euros.



Capital financeiro

Relatório Consolidado
2021

Quadro 25 – Receitas complementares

Un:€

| Receitas Complementares (sem IVA) | 2021 | 2020 | PAO 2021 | 2019 | Var. 2021/20 | | Desvio PAO | | Var. 2021/19 | |
|---|------------------|------------------|------------------|------------------|--------------------|---------------|-------------------|---------------|--------------------|---------------|
| | | | | | Abs. | % | Abs. | % | Abs. | % |
| Receitas Complementares Tarifárias | 1 766 911 | 1 311 622 | 1 905 807 | 4 010 814 | 455 289 | 34,7 | (138 896) | (7,3) | (2243 904) | (55,9) |
| Cartões Viva Viagem | 1 142 527 | 863 259 | 1 354 022 | 2 971 454 | 279 267 | 32,4 | (211 495) | (15,6) | (1 828 927) | (61,5) |
| Fee de Personalização | 262 819 | 157 201 | 220 038 | 383 159 | 105 618 | 67,2 | 42 782 | 19,4 | (120 340) | (31,4) |
| Taxa de Urgência | 290 498 | 240 526 | 253 546 | 509 375 | 49 971 | 20,8 | 36 952 | - | (218 877) | (43,0) |
| Comissões | 70 933 | 50 539 | 78 201 | 146 270 | 20 393 | 40,4 | (7 269) | (9,3) | (75 337) | (51,5) |
| - Comissão venda Bilhete Viagem CA/ML | 34 657 | 26 770 | 41 401 | 77 741 | 7 887 | 29,5 | (6 743) | (16,3) | (43 083) | (55,4) |
| - Comissão venda Zapping | 36 275 | 23 769 | 36 801 | 67 871 | 12 506 | 52,6 | (525) | (1,4) | (31 596) | (46,6) |
| - Comissão venda títulos sem quota ML | 0 | 0 | 0 | 658 | 0 | - | - | - | (658) | (100,0) |
| Outras receitas complementares tarifárias | 135 | 96 | 0 | 557 | 39 | - | 135 | - | (422) | (75,8) |
| Receitas Complementares não Tarifárias | 1 934 152 | 3 051 576 | 2 403 758 | 4 031 303 | (1 117 425) | (36,6) | (469 606) | (19,5) | (2 097 151) | (52,0) |
| Património | 369 392 | 395 629 | 350 280 | 420 288 | (26 237) | (6,6) | 19 112 | 5,5 | (50 895) | (12,1) |
| Aluguer de Espaços | 25 457 | 50 832 | 27 255 | 74 278 | (25 375) | (49,9) | (1 798) | (6,6) | (48 821) | (65,7) |
| Aluguer de Fibra Ótica e Telecomunicações | 343 935 | 344 797 | 323 025 | 346 010 | (862) | (0,3) | 20 910 | 6,5 | (2 075) | (0,6) |
| Frota – Estações – Meios diversos | 46 898 | 41 527 | 44 462 | 88 951 | 5 371 | 12,9 | 2 436 | 5,5 | (42 053) | (47,3) |
| Filmagens | 21 500 | 32 900 | 20 143 | 54 100 | (11 400) | (34,7) | 1 357 | 6,7 | (32 600) | (60,3) |
| Diversos (Inserção PUB, Merchandising/ Publicações, Roy.) | 7 648 | 8 627 | 7 691 | 15 351 | (979) | (11,3) | (43) | (0,6) | (7 703) | (50,2) |
| Serviço Especial | 17 750 | 0 | 16 629 | 19 500 | 17 750 | - | 1 121 | 6,7 | (1 750) | (9,0) |
| Outras Receitas⁽¹⁾ | 87 287 | 95 634 | 0 | 56 763 | (8 347) | (8,7) | - | - | 30 524 | 53,8 |
| Subconcessões | 1 430 574 | 2 518 786 | 2 009 015 | 3 465 301 | (1 088 212) | (43,2) | (578 441) | (28,8) | (2 034 727) | (58,7) |
| Metrocom | 1 280 628 | 1 169 004 | 1 112 444 | 2 060 546 | 111 624 | 9,5 | 168 184 | 15,1 | (779 918) | (37,9) |
| Publimetro – MOP | 149 946 | 1 349 782 | 896 571 | 1 404 755 | (1 199 836) | (88,9) | (746 625) | (83,3) | (1 254 809) | (89,3) |
| Total das receitas complementares | 3 701 063 | 4 363 198 | 4 309 565 | 8 042 117 | (662 136) | (15,2) | (608 502) | (14,1) | (4 341 055) | (54,0) |

⁽¹⁾ Receita não gerida pela Direção de Clientes (DCL)

Resultados

Em 2021, a gestão económica e financeira do Metropolitano de Lisboa caracterizou-se pelos seguintes factos:

O **volume de negócios** totalizou 66,9 milhões de euros, o que representa um acréscimo de 81 mil euros, evidenciando uma ligeira recuperação, face a 2020. Merece especial destaque o acréscimo de receita com os Títulos Individuais (+2,3 milhões de euros), apresentando os Passes um valor inferior ao ano transato (-0,7 milhões de euros); a venda de Cartões e Personalização Lisboa Viva apresenta uma variação positiva de 0,4 milhões de euros. Apesar do decréscimo de 963 mil euros no valor do PART fixo, regista-se um acréscimo de 116 mil euros, nas compensações financeiras relativas aos passes 4_18, sub23 e Social+. O aluguer de espaços comerciais regista um acréscimo de 111 mil euros, no entanto a exploração de publicidade regista um decréscimo de 1,2 milhões de euros.

O desvio positivo de 7,4 milhões de euros, face ao PAO 2021, reflete uma visão conservadora na estimativa da procura/receitas, no seguimento da pandemia, tendo o ML registado uma ligeira recuperação face ao ano de 2020.

O **EBITDA** regista um valor positivo de 16,1 milhões de euros. Expurgadas as rubricas *non-cash*, que totalizam 30,6 milhões de euros, obtemos um EBITDA corrigido no valor de -14,4 milhões de euros.

As rubricas *non-cash* expurgadas são as seguintes:

| | |
|--|-----------|
| - Perdas imputadas de subsidiárias, assoc. e empr. conjuntos | - 4,60 M€ |
| - Trabalhos para a própria entidade | 5,83 M€ |
| - Imparidades (reversões) | 1,2 m€ |
| - Provisões (reduções) | 40,5 m€ |
| - Aumentos de justo valor | 24,01 M€ |
| - Subsídios ao investimento | 1,24 M€ |
| - Ganhos em Inventários | 1,46 m€ |
| - Diferenças cambiais (favoráveis ao ML) | 4,05 M€ |

Capital financeiro

Relatório
Consolidado
2021

Os rendimentos operacionais apresentam um acréscimo de 30,3 milhões de euros (26,9%) e os gastos operacionais apresentam um decréscimo de 4,8 milhões de euros (-3,3%), produzindo um resultado operacional positivo de 2,3 milhões de euros.

No ano em análise, o Estado manteve a política de financiamento às Empresas Públicas Recllassificadas, suportada na concessão de empréstimos e de dotações de capital, através de entradas em numerário, para cobertura de défice operacional, pagamento de serviço da dívida e da despesa de investimento.

Quadro 26 – Resultados – Contas individuais

| Resultados (valores em milhares de euros) | 2021 | 2020 | PAO 2021 | Var. 2021/2020 | | Desvio PAO | |
|--|-----------|-----------|-------------|----------------|---------|------------|---------|
| | | | | Abs. | % | Abs. | % |
| Volume de Negócios | 66 890 | 66 809 | 59 450 | 81 | 0,1 | 7 440 | (98,9) |
| Rendimento do Serviço Público* | 63 141 | 62 418 | 53 087 | 723 | 1,2 | 10 054 | (98,8) |
| Rendimentos Operacionais | 143 012 | 112 674 | 129 302 | 30 337 | 26,9 | 13 709 | (98,9) |
| Gastos Operacionais | 140 672 | 145 424 | 143 812 | (4 752) | (3,3) | (3 140) | (99,0) |
| EBITDA | 16 148 | (17 253) | 514 | 33 400 | (193,6) | 15 634 | (68,6) |
| EBITDA Corrigido ** | (14 417) | (30 613) | (24 501) | 16 196 | (52,9) | 10 084 | (99,4) |
| Resultado Operacional | 2 339 | (32 750) | (14 510) | 35 089 | (107,1) | 16 849 | (100,2) |
| Resultado Financeiro | (25 234) | (24 381) | (25 356) | (854) | 3,5 | 122 | (99,0) |
| Resultado Líquido | (22 901) | (57 131) | (39 866) | 34 231 | (59,9) | 16 965 | (99,4) |

* Inclui receita de venda de bilhetes, passes e compensações tarifárias.

** Exclui efeitos de equiv. patrimonial /subsidiárias, TPE, imparidades, provisões, aumentos/reduções de justo valor, subsídios ao investimento, diferenças cambiais e ganhos e perdas em inventários.

Em termos consolidados, o Volume de Negócios sofreu um ligeiro decréscimo, no valor de 94 mil euros; os Rendimentos Operacionais registam um acréscimo de 30,2 milhões de euros e os Gastos Operacionais decresceram em 4,8 milhões de euros, originando um Resultado Operacional positivo de 2,4 milhões de euros, o que se traduz numa melhoria de 35,1 milhões de euros.

O EBITDA corrigido apresenta uma melhoria de 24,5 milhões de euros.

O Resultado Líquido, embora se mantenha em terreno negativo (-22,9 M€) melhorou em 34,2 milhões de euros (+59,9%).



Quadro 27 – Contas consolidadas – 2021

| Resultados (valores em milhares de euros) | Contas Consolidadas | Contas Individuais | | | | |
|--|---------------------|--------------------|------------|-------------|-----------|--------------|
| | | ML | Ferconsult | Metrocom | TREM | TREM II |
| Volume de Negócios | 67 431 | 66 890 | 36 | 1 791 | - | 4 845 |
| Rendimentos Operacionais | 144 688 | 143 010 | 202 | 1 868 | 79 | 4 911 |
| Gastos Operacionais | 142 295 | 140 671 | 89 | 1 901 | 3 | 13 |
| EBITDA | 26 823 | 16 148 | 113 | 21 | 76 | 4 897 |
| EBITDA corrigido * | (3 965) | (14 417) | (46) | 32 | 76 | 4 897 |
| Resultado Operacional | 2 393 | 2 339 | 113 | (33) | 76 | 4 897 |
| Resultado Líquido | (22 901) | (22 901) | 75 | (24) | 76 | 4 879 |

* Exclui efeitos de equivalência patrimonial/subsidiárias, TPE, imparidades, provisões, aumentos/reduções de justo valor.

Quadro 28 – Resultados – Contas consolidadas

| Resultados (valores em milhares de euros) | Contas Consolidadas | | Variação | |
|--|---------------------|-----------------|---------------|----------------|
| | 2021 | 2020 | Abs. | % |
| Volume de Negócios | 67 431 | 67 525 | (94) | (0,1) |
| Rendimentos Operacionais | 144 688 | 114 441 | 30 246 | 26,4 |
| Gastos Operacionais | 142 295 | 147 129 | (4 834) | (3,3) |
| EBITDA | 26 823 | (6 628) | 33 451 | (504,7) |
| EBITDA corrigido * | (3 965) | (28 426) | 24 461 | (86,1) |
| Resultado Operacional | 2 393 | (32 688) | 35 081 | (107,3) |
| Resultado Líquido | (22 901) | (57 134) | 34 232 | 59,9 |

* Exclui efeitos de equivalência patrimonial/subsidiárias, TPE, imparidades, provisões, aumentos/reduções de justo valor.

RENDIMENTOS OPERACIONAIS

Regista-se uma variação de 30,3 M€ e um desvio, em relação a 2020, de 13,7 M€ nos Rendimentos Operacionais. Nas variações/desvios mais significativos, incluem-se:

Subsídios à exploração apresentam uma variação de 16,3 M€, com registo de recebimento de 0,1M€



Capital financeiro

Relatório
Consolidado
2021

relativos ao Fundo Ambiental, 1,2 M€ relativos ao PRR e 36,7 M€ relativos ao PART “variável”.

Comparativamente com os valores estimados no PAO, o desvio atinge os 18,5 M€, maioritariamente justificado pelo recebimento do PART, que tinha uma estimativa de recebimento na ordem dos 19,5 M€.

Justo valor com variação de 7,9 M€, essencialmente pela variação favorável dos instrumentos financeiros (SWAP).

Outros rendimentos: variação de 4,3 M€, por via das diferenças de câmbio favoráveis; e desvio de -19,4 M€ essencialmente pela não concretização da venda do Parque de Materiais e Oficinas I (PMO I).

Quadro 29 – Rendimentos Operacionais – Contas individuais

| Rendimentos Operacionais (valores em milhares de euros) | 2021 | 2020 | PAO 2021 | Var. 2021/2020 | | Desvio PAO | |
|---|----------------|----------------|----------------|----------------|-------------|---------------|-------------|
| | | | | Abs. | % | Abs. | % |
| Vendas de Passes e bilhetes | 51 626 | 50 057 | 40 921 | 1 569 | 3,1 | 10 705 | 26,2 |
| Compensação 4_18/sub_23/Social+ e Compensação PART (AML) | 11 515 | 12 361 | 12 166 | (847) | (6,8) | (651) | (5,4) |
| Receita Serviço público | 63 141 | 62 418 | 53 087 | 723 | 1,2 | 10 054 | 18,9 |
| Subsídios à exploração | 38 044 | 21 741 | 19 520 | 16 303 | 75,0 | 18 524 | 94,9 |
| Receitas não tarifárias | 3 749 | 4 390 | 6 363 | (641) | (14,6) | (2 614) | (41,1) |
| Trabalhos p/ Própria Empresa | 5 825 | 4 652 | - | 1 173 | 25,2 | 5 825 | - |
| Imparidade de inventários (reversões) | - | 300 | - | (300) | (100,0) | 0 | - |
| Imparidades de dívidas a receber (reversões) | 1 | 314 | - | (313) | (99,6) | 1 | - |
| Provisões (reduções) | 40 | - | - | 40 | - | 40 | - |
| Justo valor (aumentos) | 24 006 | 16 131 | 23 907 | 7 875 | 48,8 | 99 | 0,4 |
| Outros rendimentos | 7 018 | 2 728 | 26 425 | 4 290 | 157,3 | (19 408) | (73,4) |
| Imparidade de investimentos depreciables/ amortizáveis (reversões) | 1 187 | - | - | 1 187 | - | 1 187 | - |
| Outros rendimentos | 79 871 | 50 256 | 76 216 | 29 615 | 58,9 | 3 655 | 4,8 |
| Total dos Rendimentos Operacionais | 143 012 | 112 674 | 129 302 | 30 337 | 26,9 | 13 709 | 10,6 |

Quadro 30 – Rendimentos operacionais – Contas consolidadas

| Rendimentos Operacionais (valores em milhares de euros) | Contas Consolidadas | | Variação | |
|--|---------------------|----------------|---------------|-------------|
| | 2021 | 2020 | Abs. | % |
| Vendas e serviços prestados | 67 431 | 67 525 | (94) | (0,1) |
| Subsídios à exploração | 38 044 | 21 741 | 16 303 | 75,0 |
| Ganhos / perdas imp. Subsid., assoc. e emp. conjuntos | 927 | - | 927 | - |
| Trabalhos para a própria entidade | 5 825 | 4 923 | 902 | 18,3 |
| Imparidade de inventários (perdas / reversões) | - | 300 | (300) | (100,0) |
| Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões) | - | 535 | (535) | (100,0) |
| Provisões (aumentos / reduções) | 40 | 240 | (200) | (83,2) |
| Aumentos / reduções de justo valor | 24 006 | 16 131 | 7 875 | 48,8 |
| Outros rendimentos | 7 227 | 3 046 | 4 181 | 137,3 |
| Imparidade ativos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões) | 1 187 | - | 1 187 | - |
| Total dos Rendimentos Operacionais | 144 688 | 114 441 | 30 246 | 26,4 |

Gastos Operacionais

Regista-se um decréscimo de 4,8 milhões de euros nos Gastos Operacionais, com especial incidência nos Fornecimentos e serviços externos (-3,4 M€), verificando-se uma redução nas rubricas: Trabalhos especializados (-1,6 M€) e Energia de alta tensão (-1,5M €) e no relativo aos Outros Gastos (-3,7 M€) variaram, essencialmente, as rubricas: Diferenças de câmbio (-4,9 M€) e Regularização IVA (+1,8 M€).



Quadro 31 – Gastos Operacionais – Contas individuais

| Gastos Operacionais (valores em milhares de euros) | 2021 | 2020 | PAO 2021 | Var. 2021/2020 | | Desvio PAO | |
|--|----------------|----------------|----------------|----------------|--------------|----------------|--------------|
| | | | | Abs. | % | Abs. | % |
| Perdas imputadas subsidiárias | 4 602 | 4 139 | - | 463 | 11,2 | 4 602 | - |
| Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas | 2 530 | 2 614 | 3 630 | (84) | (3,2) | (1 100) | (30,3) |
| Fornecimentos e serviços externos | 32 717 | 36 135 | 38 351 | (3 418) | (9,5) | (5 634) | (14,7) |
| Gastos com o pessoal | 82 774 | 80 232 | 85 805 | 2 542 | 3,2 | (3 031) | (3,5) |
| Provisões (aumentos) | - | 70 | - | (70) | (100,0) | 0 | - |
| Outros gastos | 3 053 | 6 738 | 1 002 | (3 685) | (54,7) | 2 051 | 204,6 |
| Gastos de Depreciação e Amortização | 14 996 | 15 179 | 15 023 | (183) | (1,2) | (27) | (0,2) |
| Imparidades de Ativos depreciáveis (perdas) | - | 318 | - | (318) | (100,0) | 0 | - |
| Total dos Gastos Operacionais | 140 672 | 145 424 | 143 812 | (4 752) | (3,3) | (3 140) | (2,2) |

Quadro 32 – Gastos operacionais – Contas consolidadas

| Gastos Operacionais (valores em milhares de euros) | Contas Consolidadas | | Variação | |
|--|---------------------|----------------|----------------|--------------|
| | 2021 | 2020 | Abs. | % |
| Ganhos / perdas imp. Subsid., assoc. e emp. conjuntos | - | 332 | (332) | (100,0) |
| Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas | 2 530 | 2 614 | (84) | (3,2) |
| Fornecimentos e serviços externos | 28 000 | 29 017 | (1 018) | (3,5) |
| Gastos com o pessoal | 82 981 | 82 336 | 645 | 0,8 |
| Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões) | 10 | - | 10 | - |
| Outros gastos e perdas | 3 156 | 6 771 | (3 615) | (53,4) |
| Gastos / reversões de depreciação e de amortização | 25 618 | 25 742 | (124) | (0,5) |
| Imparidade ativos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões) | - | 318 | (318) | (100,0) |
| Total dos Gastos Operacionais | 142 295 | 147 129 | (4 834) | (3,3) |

Os gastos operacionais relacionados com COVID-19 ascenderam a 1 milhão de euros, apresentando um decréscimo de cerca de 12 mil euros, face a 2020.

Quadro 33 – Gastos operacionais (COVID-19) – Contas individuais

| Gastos Operacionais (COVID-19) (valores em euros) | 2021 | 2020 | PAO 2021 | Var. 2021/2020 | | Desvio PAO | |
|--|------------------|------------------|----------------|-----------------|--------------|----------------|-------------|
| | | | | Abs. | % | Abs. | % |
| Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas | 59 335 | 80 377 | - | (21 042) | (26,2) | 59 335 | - |
| Fornecimentos e serviços externos | 886 061 | 891 346 | 771 846 | (5 285) | (0,6) | 114 215 | 14,8 |
| Gastos com o pessoal | 62 325 | 49 570 | 20 000 | 12 755 | 25,7 | 42 325 | 211,6 |
| Outros gastos | 1 301 | - | - | 1 301 | - | 1 301 | - |
| Total | 1 009 022 | 1 021 293 | 791 846 | (12 271) | (1,2) | 217 176 | 27,4 |

Gastos com Pessoal

Os gastos com pessoal, em 2021, totalizaram 82,8 milhões de euros, representando um acréscimo de 2,5 milhões de euros, decorrente de novas contratações e do impacto da aplicação do Instrumento de Regulamentação Coletiva de Trabalho (IRCT).

Comparando com o estimado no PAO 2021, verifica-se um desvio -3 milhões de euros, devido essencialmente à elevada estimativa do valor de responsabilidades com pensões, e, adicionalmente, pelo atraso nos processos de contratação de novos trabalhadores previstos e aprovado pela tutela.

Quadro 34 – Gastos com pessoal – Contas individuais

| Gastos com Pessoal (valores em milhares de euros) | 2021 | 2020 | PAO 2021 | Var. 2021/2020 | | Desvio PAO | |
|--|---------------|---------------|---------------|----------------|------------|-----------------|--------------|
| | | | | Abs. | % | Abs. | % |
| Remunerações | 59 416 | 57 103 | 60 149 | 2 313 | 4,1 | (733) | (1,2) |
| Complemento de Pensões | 12 054 | 12 310 | 12 845 | (256) | (2,1) | (791) | (6,2) |
| Responsabilidades c/ Pensões | 6 621 | 7 315 | 8 470 | (694) | (9,5) | (1 849) | (21,8) |
| Outros gastos | 4 682 | 3 503 | 4 340 | 1 179 | 33,7 | 342 | 7,9 |
| TOTAL | 82 774 | 80 232 | 85 805 | 2 542 | 3,2 | (3 031) | (3,5) |
| Massa salarial | 59 103 | 56 787 | 59 817 | 2 316 | 4,1 | (715) | (1,2) |



Capital financeiro

Relatório
Consolidado
2021

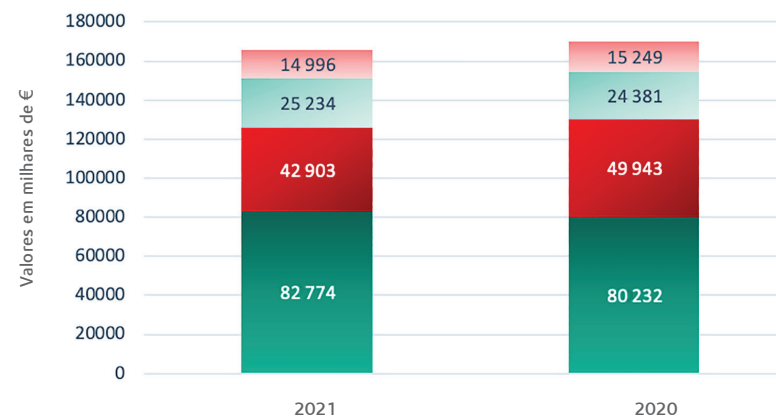
Resultados Financeiros

Os resultados financeiros totalizam 25,2 milhões de euros, representando uma variação de 854 mil euros e um desvio de 122 mil euros.

Quadro 35 – Resultados financeiros – Contas individuais

| Resultados financeiros (valores em milhares de euros) | 2021 | 2020 | PAO 2021 | Var. 2021/2020 | | Desvio PAO | |
|--|--------|--------|-------------|----------------|--------|------------|--------|
| | | | | Abs. | % | Abs. | % |
| Juros suportados c/ financ. banc./DGTF | 3 595 | 4 913 | 4 707 | (1 318) | (26,8) | (1 112) | (23,6) |
| Juros a liquidar | 21 639 | 19 468 | 20 649 | 2 172 | 11,2 | 990 | 4,8 |
| Gastos financeiros de exploração | 25 234 | 24 381 | 25 356 | 854 | 3,5 | (122) | (0,5) |

Gráfico 7 – Gastos totais – Contas individuais



| | | |
|--------------------------|--------|--------|
| Amortização e provisões | 14 996 | 15 249 |
| Juros e Gastos similares | 25 234 | 24 381 |
| Outros gastos de func. | 42 903 | 49 943 |
| Gastos com pessoal | 82 774 | 80 232 |

Capital financeiro

Relatório
Consolidado
2021

Fluxos financeiros

Em 2021 os fluxos de caixa da atividade operacional geraram um défice operacional de 17,3 milhões de euros, o que representa uma redução de 58,1% face a 2020, traduzindo uma melhoria de 24,0 milhões de euros. O desvio face ao PAO é de 24,1 milhões de euros. Em ambos os casos, a diferença deve-se aos recebimentos do 'Apoio à reposição da oferta de transportes públicos', no valor de 31,1 milhões de euros e ao resgate de € 5,8 milhões depositados em excesso para cobertura de garantia referente a depósito colateral, no âmbito da operação TREM - *Leasing* operacional de material circulante. Este montante foi utilizado para fazer face ao comportamento sistematicamente deficitário do *cash-flow* operacional.

Os fluxos das atividades de investimento registaram um *superavit* de 3,6 milhões de euros, traduzindo-se numa melhoria de 46,0 milhões de euros face a 2020 e de 97,6 milhões de euros face ao PAO. Estas diferenças prendem-se com os subsídios ao investimento recebidos, no valor 153,5 milhões de euros.

Os fluxos das atividades de financiamento registam recebimentos de financiamentos no total de 119,2 milhões de euros, dividindo-se entre 18,3 milhões de euros de suprimentos e 100,9 milhões de euros em financiamentos. As realizações de capital totalizam 253,9 milhões de euros.

Foram amortizados financiamentos no valor de 139,9 milhões de euros e registados pagamentos de juros e gastos similares no valor de 142,0 milhões de euros.

O saldo de caixa, no final do período, foi de 124,8 milhões de euros.

Quadro 36 - Demonstração de fluxos de caixa - Contas individuais

| DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA (valores em milhares de euros) | 2021 | 2020 | PAO 2021 | Var. 2021/2020 | | Desvio PAO | |
|---|---------------|---------------|-----------------|----------------|----------------|---------------|----------------|
| | | | | Abs. | % | Abs. | % |
| Fluxo Atividades Operacionais | (17 290) | (41 302) | (41 350) | 24 012 | (58,1) | 24 059 | (58,2) |
| Fluxo das Atividades Investimento | 3 563 | (42 431) | (94 074) | 45 994 | (108,4) | 97 637 | (103,8) |
| Fluxo das Atividades Financiamento | 91 256 | 101 274 | 115 132 | (10 018) | (9,9) | (23 876) | (20,7) |
| Variação de caixa e seus equivalentes | 77 529 | 17 542 | (20 291) | 59 987 | (342,0) | 97 820 | (482,1) |
| Caixa e seus equivalentes no início do período | 47 271 | 29 730 | 47 271 | 17 542 | (59,0) | 0 | 0,0 |
| Caixa e seus equivalentes no fim do período | 124 800 | 47 271 | 26 980 | 77 529 | (164,0) | 97 820 | 362,6 |

Capital financeiro

Relatório
Consolidado
2021



O quadro seguinte apresenta a desagregação das atividades de financiamento. O desvio apresentado deve-se essencialmente à redução das necessidades de financiamento, nomeadamente, no que respeita ao pagamento de juros associados aos contratos SWAP, e pela execução de projetos de investimento não participados por fundos comunitários e/ou nacionais abaixo do estimado.

Quadro 37 – Atividades de financiamento – Contas individuais

| ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO (valores em milhares de euros) | 2021 | PAO 2021 | 2020 | Var. 2021/2020 | | Desvio PAO | |
|--|---------|-------------|---------|----------------|--------|------------|--------|
| | | | | Abs. | % | Abs. | % |
| Recebimentos respeitantes a: | | | | | | | |
| Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio | 253 905 | 274 298 | 320 681 | (66 776) | (20,8) | (20 393) | (7,4) |
| Empréstimos Bancários – DGTF | 119 188 | 127 990 | 203 813 | (84 626) | (41,5) | (8 803) | (6,9) |
| Financiamento | 373 092 | 402 288 | 524 494 | (151 402) | (28,9) | (29 196) | (7,3) |
| Pagamentos respeitantes a: | | | | | | | |
| Empréstimos Bancários | 139 864 | 139 864 | 216 515 | (76 651) | (35,4) | 0 | 0,0 |
| Juros e gastos similares | 141 972 | 147 292 | 206 705 | (64 733) | (31,3) | (5 320) | (3,6) |
| Pagamentos | 281 836 | 287 156 | 423 220 | (141 384) | (33,4) | (5 320) | (1,9) |
| Fluxos de caixa das atividades de financiamento | 91 256 | 115 132 | 101 274 | (10 018) | (9,9) | (23 876) | (20,7) |

Estrutura Patrimonial

Ativo

O ML manteve o critério indicado pela tutela, de apresentar no Balanço os valores da atividade de construção de infraestruturas de longa duração (ILD), evidenciando o impacto do investimento realizado em infraestruturas por conta do Estado e as responsabilidades correspondentes.

O valor do Ativo totalizou 5.820 milhões de euros, com a seguinte distribuição:

Capital financeiro

Relatório
Consolidado
2021

Quadro 38 – Ativo total – Contas individuais

| Ativo (valores em milhões de euros) | 2021 | PAO 2021 | 2020 | Var. 2021/2020 | | Desvio PAO | |
|--|--------------|--------------|--------------|----------------|-------------|--------------|---------------|
| | | | | Abs. | % | Abs. | % |
| Não corrente | 5 401 | 5 449 | 5 391 | 10 | 0,2 | (48) | (0,9) |
| Corrente | 0 | 0 | 0 | 0 | - | 0 | - |
| ILD | 5 401 | 5 449 | 5 391 | 10 | 0,2 | (48) | (0,9) |
| Não corrente | 228 | 248 | 201 | 28 | 13,7 | (20) | (7,9) |
| Corrente | 192 | 137 | 105 | 87 | 82,6 | 55 | 40,0 |
| ML | 420 | 385 | 306 | 114 | 37,3 | 35 | 9,1 |
| Ativo Total | 5 820 | 5 833 | 5 696 | 124 | 2,2 | (13) | (0,2) |

O Ativo regista um acréscimo de 124 milhões de euros, com as seguintes variações/desvios:

ILD (10,0 milhões de euros):

| Ativo não corrente | Varição | Desvio |
|--|-----------|----------|
| - Ativos Fixos Tangíveis | 13,2 M€ | -48,0 M€ |
| - Investimentos em Curso | 45,4 M€ | 32,5 M€ |
| - Estado Conta a Receber | 1,4 M€ | 16,3 M€ |
| - Recebimento Subsídio Investimento | - 48,8 M€ | 51,6 M€ |
| - Reconhecimento de perda por imparidade | - 2,0 M€ | - |
| - Justo valor instrumentos financeiros | 0,9 M€ | 0,9 M€ |



Capital financeiro

Relatório
Consolidado
2021

ML (114,0 milhões de euros):

| Ativo não corrente | Varição | Desvio |
|-----------------------------------|----------------|---------------|
| - Ativos Fixos Tangíveis | 19,9 M€ | -61,3 M€ |
| - Propriedades de Investimentos | 0,7 M€ | 4,3 M€ |
| - Ativos intangíveis | -0,1 M€ | -0,1 M€ |
| - Participações financeiras - MEP | 8,8 M€ | 39,1 M€ |
| - Outros ativos financeiros | -1,8 M€ | -1,9 M€ |

| Ativo corrente | Varição | Desvio |
|----------------------------------|----------------|---------------|
| - Inventários | -1,1 M€ | 0,8 M€ |
| - Clientes | 0,3 M€ | 0,3 M€ |
| - Estado e outros entes públicos | 4,1 M€ | 4,1 M€ |
| - Outros créditos a receber | 5,4 M€ | -49,0 M€ |
| - Diferimentos | 0,4 M€ | 0,6 M€ |
| - Caixa e Depósitos bancários | 77,5 M€ | 97,8 M€ |



Capital financeiro

Relatório
Consolidado
2021

Passivo e Capital Próprio

O Passivo e Capital Próprio apresentam a seguinte estrutura:

Quadro 39 – Passivo e Capital Próprio – Contas individuais

| Passivo e Capital Próprio (valores em milhões de euros) | 2021 | PAO 2021 | 2020 | Var. 2021/2020 | | Desvio PAO | |
|--|-------|-------------|-------|----------------|--------|------------|-------|
| | | | | Abs. | % | Abs. | % |
| Não corrente | 1 730 | 1 743 | 1 946 | (216) | (11,1) | (13) | (0,7) |
| Corrente | 1 169 | 1 070 | 1 056 | 113 | 10,7 | 99 | 9,2 |
| ILD | 2 899 | 2 814 | 3 002 | (103) | (3,4) | 86 | 3,0 |
| Não corrente | 436 | 479 | 510 | (73) | (14,4) | (43) | (9,0) |
| Corrente | 724 | 695 | 680 | 44 | 6,5 | 28 | 4,1 |
| ML | 1 160 | 1 175 | 1 189 | (29) | (2,5) | (15) | (1,3) |
| Passivo total | 4 059 | 3 989 | 4 192 | (132) | (3,2) | 71 | 1,8 |
| Capitais próprios | 1 761 | 1 845 | 1 505 | 256 | 17,0 | (84) | (4,5) |
| Total do passivo e capitais próprios | 5 820 | 5 833 | 5 696 | 124 | 2,2 | (13) | (0,2) |

O Passivo regista um decréscimo de 132,0 M€, com as seguintes variações/desvios:

ILD (-103 milhões de euros):

| Passivo não corrente | Varição | Desvio |
|---------------------------------|------------|----------|
| - Provisões ILD | 2,4 M€ | 2,3 M€ |
| - Financiamentos obtidos ILD | - 96,8 M€ | -30,8 M€ |
| - Outros ativos financeiros ILD | - 121,3 M€ | 41,5 M€ |
| Passivo Corrente | | |
| - Fornecedores | 0,2 M€ | -0,5 M€ |
| - Financiamentos obtidos | 28,5 M€ | 28,5 M€ |
| - Outras dívidas a pagar | 83,8 M€ | 83,9 M€ |



Capital financeiro

Relatório
Consolidado
2021

ML (-29 milhões de euros):

| Passivo não corrente | Varição | Desvio |
|--|-----------|----------|
| - Provisões | -38,6 M€ | -54,1 M€ |
| - Financiamentos obtidos | - 6,8 M€ | 2,6 M€ |
| - Responsabilidades por benefícios pós-emprego | - 3,8 M€ | 8,6 M€ |
| - Outros ativos financeiros | - 24,1 M€ | -0,2 M€ |
| Passivo Corrente | | |
| - Fornecedores | -6,1 M€ | -6,6 M€ |
| - Estado e outros entes públicos | 0,1 M€ | 0,1 M€ |
| - Financiamentos obtidos | 54,4 M€ | 24,1 M€ |
| - Outras dívidas a pagar | - 4,3 M€ | -6,2 M€ |

O Capital Próprio regista um acréscimo de 256,0 milhões de euros, com as seguintes variações/desvios:

| Passivo não corrente | Varição | Desvio |
|---------------------------------------|----------|----------|
| - Capital subscrito | 253,9 M€ | -54,9 M€ |
| - Resultados transitados | -57,1 M€ | -1,9 M€ |
| - Ajustamentos/outras variações no CP | 25,3 M€ | -75,7 M€ |

Gestão de risco financeiro

O ML tem vindo a consolidar a sua estrutura de capitais através do permanente reforço que o acionista tem promovido, com a conseqüente redução do endividamento.

Rating do Metropolitano de Lisboa

Quadro 40 – Rating do ML

| Rating Metro | Standard & Poor's | |
|-------------------------|-------------------|---------|
| | Rating | Outlook |
| 22 de fevereiro de 2022 | BBB | Estável |

Passivo Remunerado

Em 2021, o ML contratou dívida no valor de 100,9 milhões de euros e amortizou dívida no valor de 139,9 milhões de euros, representando um decréscimo de 1,2% no passivo remunerado (-39M€).

Quadro 41 – Passivo remunerado ML (2020-2021) – Contas individuais

| Passivo remunerado (Valores em milhares de euros) | 2021 | 2020 | Var. 2021/2020 | |
|--|-----------|-----------|----------------|--------|
| | | | Abs. | % |
| Empréstimos obrigacionistas | 910 000 | 910 000 | 0 | 0,0 |
| BEI | 0 | 80 963 | (80 963) | - |
| Outros de longo prazo / Tesouro | 539 388 | 562 025 | (22 637) | (4,2) |
| Shuldschein | 300 000 | 300 000 | 0 | 0,0 |
| Dívida de médio e longo prazo | 1 749 388 | 1 852 988 | (103 599) | (5,9) |
| BEI | 80 963 | 139 864 | (58 901) | (99,4) |
| Outros de curto prazo / Tesouro | 1 508 686 | 1 385 193 | 123 493 | 8,2 |
| Dívida de curto prazo | 1 589 648 | 1 525 057 | 64 591 | 4,1 |
| Total | 3 339 037 | 3 378 045 | (39 008) | (1,2) |

Adicionalmente, em termos consolidados, o efeito da liquidação do financiamento (LEP 2001) em setembro de 2021, relativo ao TREM II, traduz a amortização de 59,4 milhões de euros e a passagem de 56,1 milhões de euros para passivo corrente, refletindo uma redução de 2,9%, (98,4 milhões de euros), no passivo remunerado.



Capital financeiro

Relatório
Consolidado
2021

O total do Passivo remunerado do grupo de empresas Metropolitano de Lisboa está refletido no Balanço Consolidado nas rubricas “Financiamentos Obtidos” e “Investimentos de Infraestruturas de Longa Duração”, no Passivo Corrente e no Passivo não Corrente, de acordo com a natureza do financiamento em causa.

Quadro 42 - Passivo remunerado (2020-2021) – Contas consolidadas

| Passivo remunerado (Valores em milhares de euros) | 2021 | 2020 | Var. 2021/2020 | |
|--|-----------|-----------|----------------|--------|
| | | | Abs. | % |
| Empréstimos obrigacionistas | 910 000 | 910 000 | 0 | 0,0 |
| BEI | 0 | 80 963 | (80 963) | - |
| Outros de longo prazo / Tesouro | 539 388 | 618 125 | (78 737) | (14,6) |
| Shuldschein | 300 000 | 300 000 | 0 | 0,0 |
| Dívida de médio e longo prazo | 1 749 388 | 1 909 088 | (159 699) | (9,1) |
| BEI | 80 963 | 139 864 | (58 901) | (72,8) |
| Outros de curto prazo / Tesouro | 1 564 786 | 1 444 634 | 120 152 | 7,7 |
| Dívida de curto prazo | 1 645 748 | 1 584 498 | 61 250 | 3,7 |
| Total | 3 395 137 | 3 493 585 | (98 449) | (2,9) |



Capital financeiro

Relatório
Consolidado
2021

Investimento

Em 2021, a Formação Bruta de Capital Fixo registou um valor de 87,4 milhões de euros, compreendendo o montante de investimentos que foi capitalizado nas contas do Ativo Fixo do ML.

Quadro 43 – Despesa de investimento 2021

| Despesa de investimento 2021 (Unid.: €) | Formação Bruta de Capital Fixo | Investimentos a Custos Técnicos | Despesa de Investimento |
|--|-----------------------------------|------------------------------------|----------------------------|
| ILD | 52 820 071 | 58 567 393 | 58 567 393 |
| Plano Nacional de Acessibilidades | 1 056 929 | 1 182 862 | 1 182 862 |
| Prolongamento Rato / Cais do Sodré | 41 002 811 | 45 898 936 | 45 898 936 |
| Remodelação da Linha A | 259 382 | 274 493 | 274 493 |
| Remodelação da Linha B | 335 518 | 352 145 | 352 145 |
| Remodelação da Linha C | 4 961 654 | 5 487 917 | 5 487 917 |
| Remodelação e ampliação Areeiro | 318 800 | 320 268 | 320 268 |
| Remodelação e ampliação Arroios | 4 353 931 | 4 880 205 | 4 880 205 |
| Outros | 288 923 | 288 923 | 288 923 |
| Remodelação da Linha D | 155 233 | 164 462 | 164 462 |
| Remodelação Olivais | 2 482 | 2 482 | 2 482 |
| Outros | 152 751 | 152 751 | 152 751 |
| Substituição e Modernização de Escadas Mecânicas | 1 266 076 | 1 413 171 | 1 413 171 |
| Remodelação da Rede Global | 3 782 469 | 3 793 408 | 3 793 408 |
| Modernização linhas Azul, Amarela e Verde (CBTC – Sinalização) | 3 295 050 | 3 295 050 | 3 295 050 |
| Outros | 487 419 | 487 419 | 487 419 |
| ML | 34 539 182 | 34 608 092 | 34 608 092 |
| Edifícios e outras Construções | 365 253 | 394 165 | 394 165 |
| Relocalização do Posto de Comando Central | 0 | 0 | 0 |
| Remodelação e Ampliação de Espaços no Comp. Carnide | 301 127 | 330 039 | 330 039 |
| Outros | 64 126 | 64 126 | 64 126 |
| Equipamento Básico | 33 524 309 | 33 524 309 | 33 524 309 |
| Veículo esmerilador | 2 398 241 | 2 398 241 | 2 398 241 |
| CITV | 596 042 | 596 042 | 596 042 |
| Reabilitação Mat. Circulante ML 95-97-99 | 1 177 462 | 1 177 462 | 1 177 462 |
| Modernização linhas Azul, Amarela e Verde (CBTC-Mat. Circulante) | 20 226 473 | 20 226 473 | 20 226 473 |
| Modernização linhas Azul, Amarela e Verde (CBTC-Sinalização) | 7 893 867 | 7 893 867 | 7 893 867 |
| Remodelação Sistema Central de Bilhética | 619 784 | 619 784 | 619 784 |
| Atualização dos validadores e visores dos canais de acesso | 0 | 0 | 0 |
| Outros | 612 441 | 612 441 | 612 441 |
| Ferramentas e Utensílios | 67 418 | 67 418 | 67 418 |
| Equipamento Administrativo | 582 201 | 622 199 | 622 199 |
| COVID-19 | 937 | 937 | 937 |
| Outros | 581 264 | 621 262 | 621 262 |
| Metrocom | 0 | 0 | 0 |
| Ferconsult | 0 | 0 | 0 |
| Investimento total | 87 359 253 | 93 175 485 | 93 175 485 |



Capital financeiro

Relatório
Consolidado
2021

Comparando com o período homólogo, regista-se um acréscimo de 65,5 M€ (+74,9%), salientando-se alguns projetos tais como: Rato / Cais do Sodrê, com uma execução de 41,0 M€, Projeto de Modernização com 31,4 M€, Remodelação e ampliação da estação Arroios com 4,4 M€, aquisição de Veículo esmerilador com 2,4 M€, Substituição e Modernização de Escadas Mecânicas com 1,3 M€, revisão geral de portas ML95, ML97 e ML99 com 1,2 M€, e PNPA com 1,1 M€, com principal incidência no projeto de acessibilidades das estações Entre Campos e Cidade-Universitária, com financiamento do Fundo Ambiental.

Quadro 44 – Evolução do investimento 2019-2021

| Investimento (Unid.: €) | 2021 | 2020 | 2019 | Var. 2021/20 | |
|--|------------|------------|------------|--------------|--------|
| | | | | V.Abs | % |
| Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) | 87 359 253 | 21 888 243 | 13 928 719 | 65 471 009 | 74,94% |
| Investimentos a Custos Técnicos (ICT) | 93 175 485 | 26 522 065 | 17 000 354 | 66 653 420 | 71,54% |
| Despesa de investimento (DI) (inclui custos financeiros) | 93 175 485 | 26 522 065 | 17 000 354 | 66 653 420 | 71,54% |



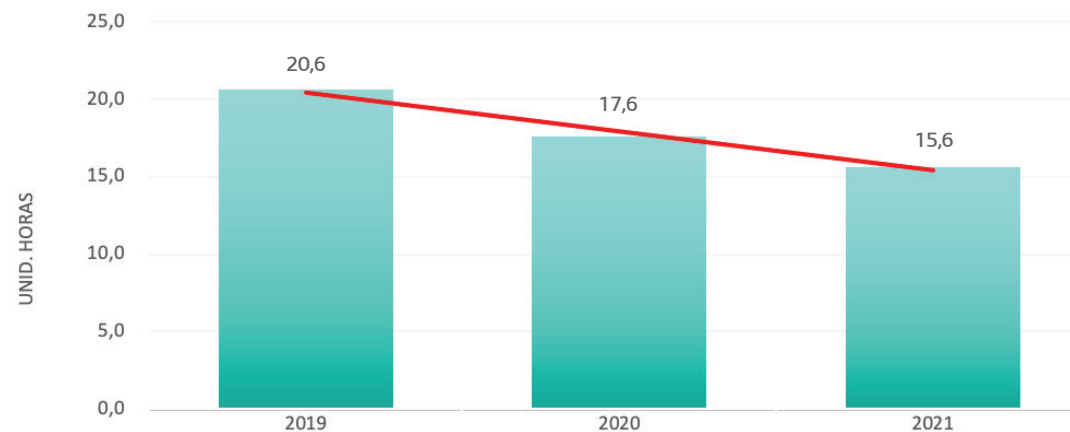
Capital intelectual

Relatório
Consolidado
2021

O ano de 2021 ficou marcado pela transição para um modelo digital de formação e pelo reforço da ligação com as universidades no desenvolvimento de competências de gestão e liderança das equipas. Destaque ainda para a atividade da Academia ML com a colaboração no desenvolvimento de projetos que visam potenciar uma cultura de inovação na Empresa.

No entanto, o reforço da digitalização da formação, em resposta às novas medidas de proteção e prevenção da pandemia, refletiu-se numa nova diminuição das horas de formação por efetivo médio (-11%), ainda que tenha sido possível aumentar 9% o número de ações realizadas relativamente ao ano anterior. Esta variação deriva do modelo de formação em formato digital ser de menor duração.

Gráfico 8 – Formação



Capital intelectual

Relatório
Consolidado
2021

As soluções formativas desenvolvidas procuraram dar continuidade às seguintes linhas de orientação e tendências:

- O Cliente como foco central;
- Reforço das competências de gestão e liderança;
- Promoção de uma cultura de inovação e de sustentabilidade ambiental;
- Desenvolvimento de competências de gestão de projetos, contribuindo para promover uma cultura e práticas de projeto;
- Envolvimento, motivação e qualificação dos colaboradores, com o alargamento tendencial da formação a todos os trabalhadores, com prioridade a áreas e a populações estratégicas;
- Ajustamento progressivo das horas de formação realizadas à obrigatoriedade legal.
- Promoção do princípio da igualdade e não discriminação entre mulheres e homens, designadamente no que respeita às oportunidades de qualificação.

No âmbito destas políticas e linhas de orientação, relevo para o *Follow Up* Programa de Liderança Estratégica, destinado aos Quadros Dirigentes, e para a iniciativa #MetroGo visando divulgar, testar e envolver os colaboradores na metodologia de inovação.



Capital humano

Relatório
Consolidado
2021

O modelo de gestão do Capital Humano está ancorado nos mesmos princípios de sustentabilidade integrados na estratégia do negócio e focado na valorização do conhecimento. Partimos do pressuposto que são as nossas pessoas que permitem que sejamos o operador de transporte público estruturante da mobilidade em Lisboa, pelo que orientamos as políticas de desenvolvimento para a promoção de competências, para o reconhecimento do desempenho e para a manutenção de um bom ambiente e clima social.

Reconhecemos a necessidade permanente de otimização e adequação equilibrada do capital humano às efetivas necessidades de uma organização eficiente no cumprimento da missão de serviço público que lhe está confiada e à necessidade de responder à evolução e aos desafios que se perspetivam para a mobilidade do futuro.

No âmbito da gestão do capital humano, 2021 continuou a ser fortemente marcado pela pandemia de COVID-19, destacando-se:

- Acordo com as associações sindicais representativas dos trabalhadores do AE I e do AE II, em sede de negociação coletiva, para atualização da tabela salarial, mantendo o empenho demonstrado na valorização da importância da contratação coletiva, enquanto instrumento indispensável à promoção da paz social e à melhoria do bem-estar dos trabalhadores;
- Reforço do quadro de pessoal com vista a assegurar a oferta e a qualidade de serviço, com especial relevo para a contratação de técnicos de várias especialidades para a área da manutenção, e para a contratação de Técnicos Superiores para reforço do *know-how* instalado, nomeadamente nas áreas de Engenharia, Capital Humano e Tecnologias de Informação;
- A transição de parte significativa da formação para o formato *online* foi realizada mantendo o foco na valorização do conhecimento e na melhoria das qualificações e competências dos trabalhadores, em especial no desenvolvimento de competências técnicas e de liderança, em linha com o valor estratégico assumido para o Capital Humano. Relevo ainda para a atividade da Academia ML,



Capital humano

Relatório
Consolidado
2021

- suportando a realização da iniciativa de promoção de uma cultura de inovação na empresa;
- Reforço dos projetos para melhoria das condições de trabalho, destacando-se nesta área, nos momentos de agravamento da pandemia de COVID-19, as medidas de prevenção, controlo e vigilância da saúde dos trabalhadores;
 - A continuidade da intervenção junto da comunidade e contributo para causas solidárias, de acordo com os princípios da sustentabilidade e da responsabilidade social assumidos na Carta de Responsabilidade Social;
 - Consolidação da adoção, promoção e divulgação de valores e práticas de acordo com os princípios orientadores do compromisso de gestão para a promoção da igualdade de oportunidades e não discriminação.

Colaboradores

Com a aprovação do Plano de Atividades e Orçamento para o exercício de 2021, foram autorizadas dez novas contratações, essencialmente para as estações e técnicos superiores. Considerando ainda as contratações por concretizar decorrentes das autorizações anteriores, apesar dos constrangimentos causados pela pandemia, foi possível dar continuidade à contratação de novos trabalhadores, especialmente para a área de manutenção, assegurando o efetivo necessário ao cumprimento dos Planos de Manutenção e ao rejuvenescimento de quadros, reforçando do *know-how* instalado, em diversas áreas.

Quadro 45 - Efetivo do grupo de empresas Metropolitano de Lisboa

| Efetivo por tipo de contrato (Unid.: nº) | 2021 | 2020 | Var 2021/2020 |
|---|-------------|-------------|---------------|
| Contratos a Termo | 2 | 1 | 1 |
| Contrato sem termo | 1519 | 1516 | 3 |
| TOTAL | 1521 | 1517 | 4 |



Capital humano

Relatório
Consolidado
2021

Quadro 46 – Dados do efetivo do grupo de empresas Metropolitano de Lisboa, por género

| | 2021 | | TOTAL | 2020 | | TOTAL |
|----------------------------------|----------|--------|-------|----------|--------|-------|
| | Mulheres | Homens | | Mulheres | Homens | |
| Efetivo global (Unid: n.º) | 388 | 1133 | 1521 | 385 | 1132 | 1517 |
| Peso do efetivo global (Unid: %) | 25% | 75% | 100% | 25% | 75% | 100% |
| Idade média (Unid: anos) | 48,7 | 49,7 | 49,4 | 47,3 | 48,5 | 48,2 |
| Antiguidade média (Unid: anos) | 19,8 | 22,9 | 22,1 | 18,6 | 21,7 | 20,9 |

Quadro 47 – N.º total de recursos humanos

| N.º total de RH (O.S. + Cargos de Direção + Trabalhadores) | Un.: N.º efetivo | | | | |
|---|------------------|------|----------|------------------|--------------------|
| | 2021 | 2020 | PAO 2021 | Var 2020/2021 | Desvio PAO 2021 |
| N.º Órgãos Sociais (O.S.) | 6 | 6 | 6 | 0 | 0 |
| N.º Cargos de Direção sem O.S. | 21 | 20 | 21 | 1 | 0 |
| N.º Trabalhadores sem O.S. e sem Cargos de Direção | 1500 | 1497 | 1544 | 3 | -44 |
| TOTAL | 1527 | 1523 | 1571 | 4 | -44 |

O efetivo global do grupo de empresas Metropolitano de Lisboa, a 31 de dezembro de 2021, era de 1521 colaboradores, dos quais 388 eram mulheres e 1133 homens, a que corresponde uma representação de 25% de mulheres e 75% de homens. A estrutura do efetivo é composta maioritariamente por trabalhadores do sexo masculino, verificando-se que a expressividade de homens é superior em todas as carreiras profissionais. Esta representação reflete-se igualmente nos cargos de estrutura com a expressividade de mulheres a situar-se nos 33,3%.

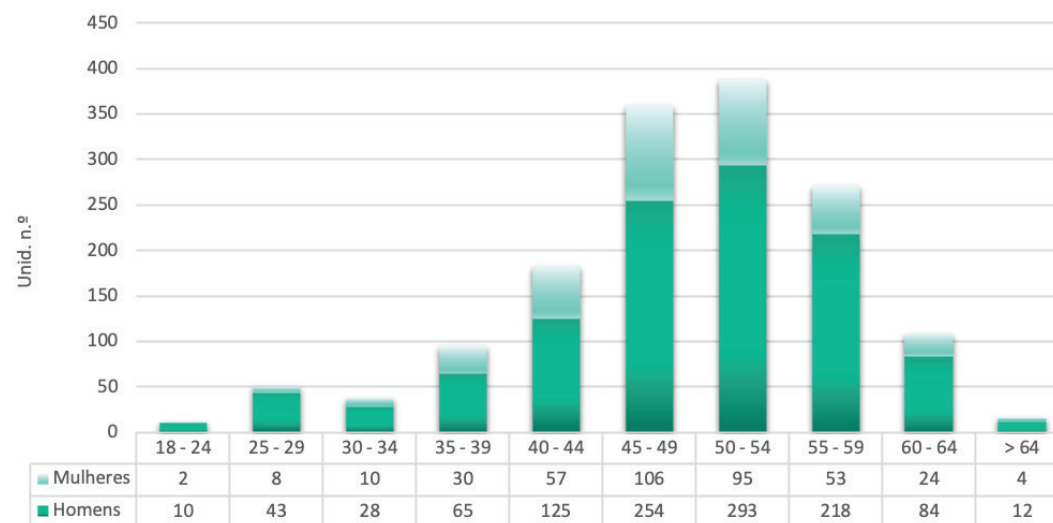
O efetivo caracteriza-se ainda por uma idade média elevada (49,4 anos), verificando-se que 47% do efetivo total está acima dos 50 anos idade. Analisando este indicador por género, verificamos que os homens apresentam uma idade mais elevada face à média (49,7) quando comparados com as mulheres (48,7). Em áreas core para o negócio do grupo de empresas do ML, o envelhecimento dos colaboradores é ainda mais significativo, apresentando idades médias superiores que ultrapassam mesmo os 50 anos no caso da Operação.



Capital humano

Relatório Consolidado 2021

Gráfico 9 – Efetivo por gênero e por faixa etária



À semelhança da idade média, a antiguidade média do efetivo é elevada (22,1 anos), elevando a necessidade da reposição do efetivo em áreas específicas de negócio e de rejuvenescimento do quadro que assegure a transferência de conhecimento e garanta a sustentabilidade a longo prazo.

A Lei do Orçamento de Estado para 2018 repôs a totalidade dos direitos adquiridos, ao decretar no art.º 23º a aplicação do disposto nos instrumentos de regulamentação coletiva.

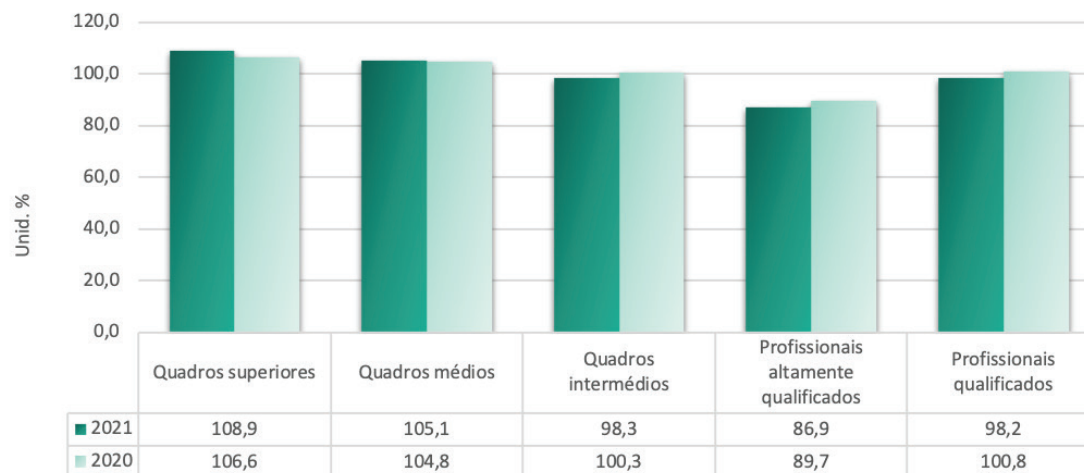
Assim, em 2021 consolidou-se a retoma da prática da avaliação de desempenho, sendo processados a totalidade dos efeitos em matéria de progressão na carreira e de prémios de desempenho.



Capital humano

Relatório Consolidado 2021

Gráfico 10 – Rácio do salário base do grupo de empresas Metropolitano de Lisboa, entre Mulheres e Homens



Da análise dos salários base das mulheres face aos homens por nível de qualificação, destacam-se os rácios dos profissionais altamente qualificados, profissionais qualificados e quadros intermédios em que as mulheres têm um salário base mais elevado. Nos restantes níveis de qualificação, quadros superiores e quadros médios, os rácios indicam um salário superior para os homens. Apesar das diferenças registadas entre salários de homens e mulheres, estas diferenciações resultam de critérios objetivos justificados na antiguidade e avaliação do desempenho, que influenciam o posicionamento e a progressão no nível de categoria profissional, não existindo qualquer diferença na atribuição do salário base de mulheres e homens.



Segurança e saúde no trabalho

No âmbito da Segurança e Saúde no Trabalho, foram desenvolvidas, de forma continuada, medidas e ações para melhorar as condições de prestação de trabalho e para promoção das condições de saúde, destacando-se nesta área as medidas adotadas para prevenção, controlo e vigilância da saúde dos trabalhadores no âmbito da controlo da pandemia de COVID-19, bem como os programas para prevenção dos acidentes e doenças profissionais e melhoria da qualidade de vida.

Todos os trabalhadores exercem as suas funções em condições de vigilância médica adequada.

Em 2021 a atividade do Serviço de Saúde foi novamente fortemente impactada pela pandemia, nomeadamente na execução das medidas de prevenção e proteção da saúde dos trabalhadores, no entanto, com um esforço adicional foi possível realizar 96,11% dos exames periódicos previstos.

No âmbito da prevenção, o grupo de empresas ML deu continuidade ao programa de sensibilização sobre segurança no trabalho com a realização do Ciclo de Webinars Segurança para Todos e do programa de formação em Gestão de Resíduos na área da manutenção e iniciou a formação nos novos regulamentos de segurança.

No âmbito da análise das condições de trabalho, destacamos a realização de um novo estudo sobre os riscos psicossociais presentes nos ambientes de trabalho, atualizando e aprofundando aqueles riscos por categoria profissional.

Quadro 48 – Acidentalidade do grupo de empresas Metropolitano de Lisboa

| Acidentalidade (Unid. N.º) | 2021 | 2020 | Var. 2021/2020 | |
|-------------------------------|-------|-------|----------------|---------|
| | | | V.Abs | % |
| Acidentes de trabalho | 75 | 60 | 15 | 25% |
| Dias perdidos | 3 364 | 2 409 | 955 | 40% |
| Taxa de absentismo (Unid.: %) | 7,48 | 8,05 | - | -7 p.p. |



Capital humano

Relatório
Consolidado
2021

Em 2021, a nível da acidentalidade laboral verificou-se um aumento significativo do número de acidentes de trabalho comparativamente ao ano anterior (25%) e de dias perdidos (39,6%). Estes valores, apesar das medidas de organização do trabalho adotadas para proteção da saúde dos trabalhadores no âmbito da pandemia, refletem já o retomar da atividade operacional.

Quadro 49 – Acidentalidade por género

| Acidentalidade (Unid. N.º) | 2021 | | TOTAL 2021 | 2020 | | TOTAL 2020 |
|----------------------------|----------|--------|---------------|----------|--------|---------------|
| | Mulheres | Homens | | Mulheres | Homens | |
| Acidentes de trabalho | 11 | 64 | 75 | 6 | 54 | 60 |
| Dias perdidos | 272 | 2 519 | 2 791 | 168 | 2 241 | 2 409 |

Na expressividade por género, a acidentalidade laboral reflete a predominância masculina da estrutura de efetivos do grupo de empresas do ML e a ausência de expressividade feminina em profissões de maior risco.

No que concerne à taxa de absentismo, não obstante ter-se verificado uma redução de 0,57 p.p. em relação a 2020, o cumprimento do plano de oferta e o guarnecimento das estações foram fortemente impactados, nomeadamente por motivo de isolamentos e isolamentos profiláticos de maquinistas e pessoal afeto às estações.

Quadro 50 – Taxa de absentismo

| Absentismo | 2019 | 2020 | 2021 | Var. 2021/2020 | |
|------------------------------|------|------|------|----------------|------------|
| | | | | V.Abs | % |
| Taxa de absentismo (Unid. %) | 8,13 | 8,05 | 7,48 | - | -0,57 p.p. |

Tal como nos anos anteriores, as ausências por doença continuam a ser o motivo com maior expressão neste indicador, representando 51% das horas de ausência em 2021, embora tenha diminuído o seu peso relativamente ao ano anterior.



Capital social

Relatório
Consolidado
2021

Clientes

Durante o ano de 2021, o ML, em consonância com as orientações emanadas pela Direção Geral de Saúde e Tutela, reintroduziu o conjunto de medidas de reforço das condições de segurança aplicadas no ano de 2020 dirigidas aos seus clientes, bem como aos seus trabalhadores a prestar funções nas estações.

Os níveis acentuados de quebra da procura verificada ao longo do ano, ainda assim, permitiram, sem depreciar significativamente os níveis de serviço percecionados pelos nossos clientes, reduzir o número de postos habitualmente guarnecidos com trabalhadores do ML. Sem embargo dessa redução, mantiveram-se sempre em funcionamento, nos horários habituais e todos os dias do ano, os serviços habitualmente prestados em Postos de venda, Espaços Cliente, Espaços Navegante e Espaços de Produção dos cartões Lisboa Viva Urgente.

Por condições de segurança sanitária permaneceram encerrados, durante o ano de 2021, apenas o “Espaço Bebê” situado na estação Alameda e as Instalações sanitárias, abertas anteriormente ao público.

Ao nível dos Recursos Humanos no ano de 2021 foram reintroduzidas as rotações profiláticas implementadas em 2020 nos horários dos trabalhadores, possibilitando em determinadas alturas mais críticas do ano, manter, em sistema rotativo, equipas em espelho (equipas em casa/equipas a desempenhar funções presenciais).

O acompanhamento dos casos positivos verificados nas estações e as ações imediatas de desinfeção dos postos de trabalho mantiveram-se em prática no ano de 2021 e foram fatores determinantes para o cumprimento em pleno dos níveis de serviço programados ao longo de todo o horário habitual em exploração.

Ao longo de 2021, para proteção dos trabalhadores e clientes foram implementadas/mantidas as seguintes medidas e ações:

- Manutenção de sistemas de controlo da afluência às estações com maior procura (Entre Campos, Cais do Sodré e Jardim Zoológico) com o apoio da PSP e vigilantes, de modo a identificarem e dissuadirem a criação de situações de aglomerações nos cais ou do incorreto uso de máscara;

Capital social

Relatório
Consolidado
2021

- Manutenção da sinalética de distanciamento e encaminhamento nas estações, bem como de difusão de mensagens de proteção individual nas estações, visando o cumprimento de distâncias de segurança no acesso às máquinas de venda, na utilização de escadas rolantes ou de distribuição dos passageiros nos cais de embarque e respetivos bancos;
- Aplicação mensal, através de nebulização, de produto Zoono, nas zonas de maior contacto pelos nossos clientes (corrimãos, máquinas de venda, MB, canais de acesso, botões de elevador, pontos de ajuda e outros pontos de risco). Trata-se de uma solução de desinfeção com ação mecânica, criada para garantir uma proteção duradoura (até 30 dias) contra cargas microbianas de largo espectro (bactérias, vírus e fungos), com reflexos diretos ao nível da saúde, por via da redução drástica de propagações indesejadas;
- Reforço diário de limpeza e desinfeção dos pontos de maior contacto dos clientes com os equipamentos existentes nas estações;
- Disponibilização em todas as estações de dispensadores de álcool gel para utilização dos nossos clientes;
- Manutenção de salas de isolamento por estação para confinamento temporário de casos suspeitos, se necessário;
- Disponibilização a todos os trabalhadores com contacto direto com o público de material de proteção individual: viseiras, máscaras, luvas, toalhetes e gel desinfetante;
- Implementação de metodologia de controlo diário da temperatura dos trabalhadores;
- Revalidação da certificação SGS “COVID-19”, com a atribuição do selo “Viaje com confiança”, validado pela SGS Portugal. A SGS reconheceu a eficácia da higienização e da limpeza das estações e do material circulante do Metro tendo revalidado a certificação iniciada em 2020, confirmando que somos um operador de transporte higienizado e seguro, e que todos podem viajar com confiança;

Capital social

Relatório
Consolidado
2021

- Oferta de transporte gratuito para a Vacinação –Tendo como finalidade contribuir para a concretização do Plano Nacional de Vacinação contra a COVID-19, o Metro apoia a população de Lisboa que se desloca para o Centro ao Centro de Vacinação da FIL (Parque das Nações) para ser vacinada através da cedência de um cartão viva viagem carregado com duas viagens metro (ida e volta). Este apoio resultou da colaboração com a Câmara Municipal de Lisboa.

Pese embora a generalidade da atividade da área de Clientes nas estações se tenha orientado para minimizar os impactos da pandemia e consequente restabelecimento dos níveis de segurança habitualmente percecionados pelos nossos clientes, em 2021 foi ainda possível o desenvolvimento de projetos, entre os quais se destacam:

- No âmbito do plano de promoção das acessibilidades das estações, a substituição das escadas mecânicas da estação Rato e da estação Avenida, aumentando significativamente o grau de disponibilidade das mesmas;
- Conclusão do processo de remoção, em larga escala de *tags* e *graffitis* iniciado em 2020, nas estações (interior e exterior) e posterior aplicação de produtos anti graffiti, para proteção das superfícies, mantendo-se a rotina diária da sua eliminação em 2021;
- Instalação do primeiro módulo fotovoltaico para iluminação autónoma do pilar de sinalização de estação, na entrada da estação Laranjeiras localizada na Estrada da Luz. O módulo fotovoltaico é o primeiro de quatro, estando, igualmente, prevista, logo que reunidas as condições técnicas, a instalação de novos equipamentos nas estações de Telheiras, Campo Grande e Baixa Chiado;
- Considerando estudos técnicos que confirmam que a inversão periódica do sentido de rotação dos equipamentos mecânicos (escadas e tapetes rolantes) prolonga a vida dos mesmos, deu-se início à alternância de sentido destes equipamentos, de forma periódica, nas estações de Metro com equipamentos mecânicos. Para o efeito foi necessário reforçar a informação nos locais, comunicando a inversão periódica dos sentidos, e enviada informação a algumas associações que prestam apoio aos cidadãos cegos e ambliopes;



Capital social

Relatório
Consolidado
2021

- Procedeu-se ao reforço da oferta, em setembro 2021, para dar resposta ao aumento da procura de clientes na rede, atendendo ao início do novo ano letivo e ao regresso ao trabalho presencial, foi implementado o aumento da oferta de serviço, ajustando à procura expetável;
- Realização do estudo de Satisfação do Cliente que decorreu de acordo com os critérios de qualidade definidos na EN 13816 e NP 4415/2020. A Satisfação Global obtida através das várias componentes de serviço foi pontuada com 7,78 pontos, numa escala de 0 a 10, evidenciando uma melhoria da satisfação dos clientes (+3,46%), tendo sido este resultado o mais elevado de sempre;
- Decorreram estudos de Cliente Mistério através de auditorias ao serviço prestado, de acordo com os critérios de qualidade definidos na norma EN 13816 – Qualidade de Serviço no Transporte Público de Passageiros. Face ao enquadramento vivido (COVID-19), foram realizadas auditorias específicas e relacionadas com as condições de higiene e segurança em estações/ comboios (limpeza). Os dados apresentados foram, de modo geral, positivos com uma taxa de cumprimento correspondente a 91,2%.

APOIO AO CLIENTE E MARKETING

Atendendo ao contexto de pandemia, algumas das iniciativas desenvolvidas tiveram como objetivo melhorar as condições do serviço de atendimento e de apoio ao Cliente, nomeadamente:

- A remodelação do Posto de Vendas da estação do Rossio;
- O reforço da presença policial nas estações, em articulação com as equipas de fiscalização do Metro, coadjuvadas por vigilantes;
- Disponibilização de um serviço *online* que permite a adesão e a renovação dos perfis 4_18 ou Sub23 no cartão Lisboa VIVA, com o preenchimento de um formulário disponível no *site* do Metro. Com esta medida o ML pretendeu melhorar o atendimento aos jovens estudantes e descongestionar a afluência aos Espaços Cliente;



Capital social

Relatório
Consolidado
2021

- Abertura de postos temporários de atendimento Lisboa viva Urgente. A adoção desta medida pretende contribuir para a redução de filas de espera nos postos de atendimento, procurando prestar um serviço mais rápido e eficaz aos seus clientes;
- Lançamento do navegante antigo combatente, medida implementada pela TML que visa atribuir benefício aos antigos combatentes, detentores do cartão de Antigo Combatente, e a/o viúva/o do antigo combatente.

COMBATE À FRAUDE

Não obstante os condicionalismos da pandemia com os consequentes reflexos na atividade da fiscalização, foram implementadas um conjunto de medidas no âmbito do combate à fraude, das quais se destacam as seguintes:

- A entrada em funcionamento da plataforma de envio para o IMT dos Autos de Notícia elaborados no âmbito da atividade de fiscalização com o posterior envio dos mesmos para a Autoridade Tributária para a abertura e instrução dos processos contraordenacionais para a cobrança coerciva das coimas não pagas;
- O lançamento de uma campanha de informação aos clientes, com cartazes nos comboios e informação no *site*, alertando para a importância da aquisição e validação dos títulos de transporte e para as consequências do incumprimento, com o envio do processo para a Autoridade Tributária;
- A integração de Vigilantes nas equipas de Fiscais.

Estas medidas, ainda que com os condicionalismos referidos, e com a atividade de fiscalização exercida por um efetivo muito reduzido de Fiscais, traduziram-se em resultados muito positivos, como se pode constatar pelo quadro anexo

Capital social

Relatório
Consolidado
2021

Quadro 51 – Atividade de fiscalização

| | Un. | 2019 | 2020 | 2021 |
|-----------------------|-----|---------|--------|---------|
| Abordagens | n.º | 132.747 | 70.640 | 121.850 |
| Coimas Aplicadas | n.º | 8.064 | 3.871 | 3.719 |
| Coimas pagas ao ML | n.º | 2.240 | 1.146 | 1.145 |
| Coimas pagas ao ML a) | % | 30,25 | 29,6 | 38,85 |
| Valor pago ao ML b) | € | 146.400 | 68.670 | 86.670 |

a) Pagamentos efetuados ao fiscal, por referência Multibanco ou no Posto de cobrança de coimas

b) Deste valor apenas 30% cabem ao ML; os restantes 70% são distribuídos do seguinte modo: 60% para o Estado e 10% para o Serviço Público de Transportes



Capital social

Relatório
Consolidado
2021

OUTROS INDICADORES DE ATIVIDADE

Do exercício de 2021, há ainda a destacar alguns indicadores de atividade, relacionados com o serviço ao cliente:

Quadro 52 – Outros indicadores de atividade

| Indicadores de Atividade | 2021 | 2020 | 2019 |
|--|---------------|-----------|-----------|
| Índice de Satisfação do Cliente | 7,78 | 7,52 | 7,35 |
| Absentismo Operacional (média mensal) | % 7,2% | 7,4% | 8,2% |
| Taxa de cumprimento do plano de guarnecimento das estações | % 71,1% | 76,3% | 74,8% |
| Nível de serviço do Centro de Atendimento Telefónico | % 82,5% | 79,8% | 80,5% |
| Número de chamadas atendidas | un. 32 384 | 34 911 | 70 665 |
| Número de chamadas recebidas | un. 39 252 | 43 728 | 87 779 |
| Site ML – n.º visitas (páginas visitadas) | un. 1 839 473 | 1 042 858 | 4 169 715 |
| Site ML – n.º visualizações/campanha (média mensal) | un. 758 | 702 | 3 395 |
| Reclamações | un. 3 253 | 1 593 | 4 813 |
| Resposta no prazo de 30 dias (média mensal) | % 95,0% | 94,0% | 86,9% |
| Fiscalização – n.º abordagens | un. 121 850 | 70 640 | 132 747 |
| Fiscalização – Coimas | un. 3 719 | 3 871 | 8 064 |

COMUNICAÇÃO DA MARCA

No âmbito do contexto de pandemia e considerando as medidas adotadas pela Empresa, foi constante a comunicação com o Cliente, sempre com o objetivo de promover a utilização do Metro com confiança e em segurança. A divulgação da informação materializou-se através do site e redes sociais, bem como na produção de informação na rede:

- Criação de [nova página no site Metro sobre as medidas COVID-19 implementadas pela empresa](#);
- Lançamento de campanhas de comunicação sensibilizando para o uso e para a manutenção do distanciamento de segurança nos átrios, elevadores e comboios, bem como para o cumprimento das regras de utilização do Metro.
- Campanhas informativas sobre produtos comerciais/serviços:



Capital social

Relatório
Consolidado
2021

- Reforço de comunicação – Kiosks Viva (estação Alameda), que permitem a emissão do cartão navegante personalizado na hora;
- Reforço de comunicação – sistema de gestão de senhas & App Proximo® – com destaque para a possibilidade de tirar senhas eletrónicas através da App Proximo®;
- Coimas – comunicação sobre a obrigatoriedade de adquirir e validar o título de transporte;
- Postos temporários de atendimento Lisboa viva Urgente;
- Novas tarifas em vigor a partir de 1 de janeiro de 2021.

PLANO DE CONTINGÊNCIA “VAGA DE FRIO”

Em colaboração com a Câmara Municipal de Lisboa, devido à vaga de frio extremo, o Metropolitano de Lisboa apoiou a comunidade das pessoas em situação de sem-abrigo mantendo abertas as estações Santa Apolónia, Oriente e Rossio, de modo a permitir o acolhimento às pessoas em condição de sem-abrigo, nas noites com temperaturas mais baixas.

CAMPANHA DE COMUNICAÇÃO “ALINHA QUE NOS UNE”

Lançamento de uma campanha de comunicação com o objetivo de recuperar e reforçar a confiança dos clientes na utilização do Metro. Com o início de uma nova fase de desconfinamento (abril 2021), esta campanha teve como finalidade transmitir confiança aos clientes que deixaram de utilizar o Metro ou àqueles com receio em fazê-lo em resultado de um clima de desconfiança em relação à utilização dos transportes públicos, no contexto da situação pandémica verificada.

A campanha de comunicação, sob a assinatura “A linha que nos une, é o teu Metro de confiança” demonstrou que o Metro é um operador de transporte higienizado e seguro. A mensagem remete para os procedimentos de contingência adotados pela Empresa no que respeita à metodologia e frequência das ações de higienização e limpeza das estações e do material circulante, procurando garantir as condições de higiene e segurança adequadas para defesa da saúde

Capital social

Relatório
Consolidado
2021

pública, dos seus trabalhadores e dos seus clientes. Para além dos meios próprios do Metro (*site*, cartazes no interior dos comboios e junto às entradas das estações), a campanha também este presente em anúncios nas plataformas digitais sociais como o Facebook, Instagram, Google e Youtube e na plataforma digital Spotify.

LANÇAMENTO DO ESTADO DAS LINHAS NO TWITTER

Com esta funcionalidade disponível na página oficial do Metro no Twitter, os clientes podem assim aceder em tempo real às notificações sobre o estado da circulação em todas as linhas. Sempre que existirem perturbações essa informação é divulgada automaticamente no feed de publicações da página do Metropolitano.

Esta nova funcionalidade tem como principal objetivo reforçar, facilitar e reforçar a comunicação com o cliente, fomentando a presença da empresa junto dos seus clientes e da comunidade em geral.

EXPOSIÇÃO “METRO EM SEGURANÇA E COM SAÚDE”

No âmbito da Semana Europeia da Mobilidade foi realizada uma exposição fotográfica na estação Marquês de Pombal (linha Amarela) intitulada “Metro em segurança e com saúde”, através da qual se procurou demonstrar as medidas adotadas pela Empresa para garantir as melhores condições de higiene e segurança aos clientes e trabalhadores, apesar da pandemia que vivemos.

EXPOSIÇÃO FOTOGRÁFICA “A FERRO E FOGO”

Em parceria com a Câmara Municipal da Amadora, decorreu na estação Amadora-Este a exposição fotográfica “A Ferro e Fogo”, alusiva a duas unidades fabris dos ramos da metalomecânica pesada e da metalúrgica, Sorefame e Cometna, que se fixaram na Venda Nova entre 1943 e 1946. Estas empresas tiveram projeção a nível internacional e participaram na construção, entre muitos outros, de grandes empreendimentos ferroviários, nomeadamente, e no caso da Sorefame, de material circulante para o Metro.

Capital social

Relatório
Consolidado
2021

Esta mostra surge no âmbito do projeto cultural de dinamização das estações que o Metro desenvolve há vários anos, acolhendo projetos das diversas áreas da cultura, através de parcerias estabelecidas com múltiplas entidades.

HÁ MÚSICA AO FUNDO DO TÚNEL

No âmbito da iniciativa “Há música ao fundo do túnel”, promovida pelo Ministério da Saúde (DGS) e pelo seu Programa Nacional para a Saúde Mental, o Metro acolheu um ciclo de concertos que decorreram nas estações Marquês de Pombal, Alameda e Cais do Sodré.

Esta ação teve como objetivo alertar a população para a importância de cuidarem de si e de promoverem o seu bem-estar e a saúde mental, sendo a música o veículo escolhido para consciencializar as pessoas sobre esses temas.

CAMPANHA DE NATAL DO METRO

“Este Natal, conto com o Metro para me levar!” foi o mote da Campanha de comunicação do Metro para o Natal, que teve como principal objetivo incentivar a utilização do metro durante esta época festiva. Com este propósito, foram desenvolvidas três mensagens relacionadas com comportamentos típicos da época natalícia, nomeadamente a realização das compras de Natal, os encontros e convívios entre amigos, ou simplesmente para ver as tradicionais luzes de Natal em Lisboa. A campanha decorreu nos meios próprios do Metro (*offline* e meios digitais).

Segurança das instalações

No exercício do ano de 2021, o Metropolitano de Lisboa retomou o plano de ação conjunta com o Regimento de Sapadores Bombeiros, que permitiu a execução de exercícios semanais nas estações e de simulacros na rede.

Iniciou-se a renovação do plano de Segurança Interno, com medidas de autoproteção de acordo com modelo previamente discutido com a ANEPC – Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil.



Capital social

Relatório
Consolidado
2021

Na vertente da vigilância e tendo em conta as novas realidades securitárias, foram implementados novos serviços com um maior enfoque à visibilidade e segurança das instalações. Estes serviços concretizaram-se com rondas duplas, durante um período mais alargado, e em circulação no interior dos comboios e nos cais das estações, com vista a melhorar os níveis de segurança dos nossos clientes.

Ao nível securitário foi possível estreitar junto da Divisão de Segurança a Transportes Públicos da PSP uma melhor coordenação nas ações de segurança e de Fiscalização. Iniciou-se igualmente o projeto para renovação e melhoria das instalações da esquadra na estação marquês de Pombal.

Através da implementação das metodologias adequadas, o Metropolitano de Lisboa deu cumprimento a 100% do requisito legal SCIE, que respeita à manutenção anual dos Extintores e da rede húmida de carretéis.

De realçar também o desenvolvimento dos trabalhos de instalação de novo sistema de supervisão da infraestrutura da rede e da renovação do CITV (circuito interno de televisão), com a instalação de novo sistema de gestão do sistema de videovigilância da rede (CITV) e instalação de sistema de deteção de descida à via e intrusão no túnel.

Deu-se também continuação ao programa a 4 anos de atualização dos sistemas automáticos de deteção de incêndios nos edifícios e estações da rede.

Nas renovações das estações, e em novas construções, introduziu-se a utilização de sistemas de extinção de incêndio por sais minerais em ativos estratégicos da estação. Esta instalação já foi possível na renovação e alargamento da estação Arroios.

Comunicação institucional

Ao longo do ano em apreço, o Metropolitano de Lisboa marcou presença em diversos eventos/ conferências do setor, na sua maioria em formato digital face ao contexto pandémico que se verificou, partilhando e apreendendo as novas tendências do mercado.

A nível externo, foram, igualmente, organizadas cerimónias institucionais que contaram com a presença da Tutela, tais como assinaturas de contratos, reabertura de átrios, lançamento de novos produtos no que concerne a inovação do sistema de transportes, equipamentos e bilhética, entre outros.

Capital social

Relatório
Consolidado
2021

De assinalar, igualmente, a manutenção do microsite sobre a expansão e modernização da rede do Metropolitano de Lisboa. Nesta matéria, foram atualizados os respetivos conteúdos tendo em conta a evolução das diferentes frentes de obra bem como os projetos e estudos em análise. Foram atualizados os planos de comunicação referentes a situação de condicionamentos face às obras, bem como relativamente às ocupações temporárias de imóveis. Este plano de comunicação específico para a expansão da rede do Metropolitano de Lisboa, levou a um incremento dos contactos institucionais com órgãos autárquicos e com outros *stakeholders*, contactos esses que continuarão a ser desenvolvidos ao longo de 2022, até o término das obras em curso e projetadas, como é o caso do prolongamento da linha Vermelha de S. Sebastião a Alcântara e o Metro Ligeiro de Superfície Loures/Odivelas que envolve as Câmaras Municipais de Loures e Odivelas e as respetivas Juntas de Freguesia das zonas de influência das futuras estações/paragens.

O Metropolitano de Lisboa procedeu igualmente ao refrescamento da sua página na WEB institucional (Empresa), conferindo uma apresentação gráfica e de conteúdos mais apelativa na ótica do utilizador. Reformulou, igualmente, o site da Ferconsult, S.A., empresa detida a 100% pelo Metropolitano de Lisboa.

A nível interno, a empresa organizou diversas cerimónias institucionais que contaram com a presença da Tutela, das quais se destacam as comemorações do 73.º aniversário de fundação do Metropolitano de Lisboa se assinalaram em outubro de 2021 face à situação pandémica verificada e, ainda, reuniões periódicas de Diretores e de Quadros, com vista à atualização e partilha de informação, no âmbito da estratégia da empresa.

Ainda a nível interno, foi igualmente instituído o procedimento de atendimento ao cliente e público em geral a seguir no que concerne aos contactos externos rececionados no Metropolitano de Lisboa relativamente a pedidos de esclarecimentos, informação e reclamações relativas à modernização e expansão da rede, essencial para manter a reputação e a boa imagem desta empresa.

Relativamente aos contactos com a imprensa, é de destacar a participação do Metropolitano de Lisboa, em diversos programas televisivos de informação e reportagens que proporcionaram uma imagem positiva da empresa.

Capital social

Relatório
Consolidado
2021

Em 2021 o Metropolitano de Lisboa foi alvo de 5.654 notícias, presentes em 352 órgãos de comunicação social e que deram origem a um AVE no valor de 87.288.258 euros e a um ROI de 48.918.488 euros.

O número de artigos positivos/informativos representou 78% da totalidade das notícias no período em análise. A televisão foi o segundo meio com maior número de reportagens. O meio com mais notícias foi o canal televisivo "TVI". Do total de notícias, 61% foram publicadas em meios online, 28% em meios audiovisuais e 11% em meios de imprensa escrita. Relativamente à classe das fontes, destacam-se os meios de informação geral com 92% do total de notícias.

Participação em atividades de organismos nacionais e internacionais

Em 2021, os constrangimentos impostos pela pandemia COVID-19 mantiveram-se durante todo o ano, o que levou à manutenção das restrições de deslocações ao estrangeiro, determinadas pelo Conselho de Administração em 2020. Apesar disso, a empresa manteve uma energética participação nas suas atividades internacionais, tanto ao nível das entidades em que o Metropolitano de Lisboa se encontra filiado, como através da participação em eventos diversos do setor dos transportes que se realizaram, em 2021, sobretudo em formato virtual.

Neste contexto, em 2021, o Metropolitano de Lisboa manteve ativa a sua participação no Policy Board da União Internacional dos Transportes Públicos (UITP), órgão de cúpula daquela associação, sendo representado pelo Presidente do Conselho de Administração, Eng.º Vítor Domingues dos Santos, na qualidade de Embaixador nacional naquele órgão, posição a que Portugal tem direito em função do montante de quotizações atualmente pagas pelos membros portugueses da UITP. Com o acordo da Transtejo, S.A. e da Companhia Carris de Ferro de Lisboa E.M., S.A. a representação naquele órgão continuará a ser assumida pelo Metropolitano de Lisboa durante o mandato 2021/2023.

Durante o ano, manteve-se igualmente a participação do Vogal do Conselho de Administração, Dr. Pedro Miguel de Bastos Veiga Costa, no Comité União Europeia da UITP, na qualidade de membro efetivo do órgão que representa os interesses dos operadores europeus e que exerce influência sobre o processo legislativo e decisório nas instituições comunitárias.

Capital social

Relatório
Consolidado
2021

Importa, ainda, realçar a renovação no cargo em 2021, para um novo mandato até 2023, do Diretor de Segurança e Vigilância do Metropolitano de Lisboa, Eng.º António Valente, no cargo de Presidente do Comité de Segurança da UITP, cargo que exerce desde 2019, com representação nos principais órgãos de gestão da UITP.

Ao longo do ano a empresa participou, também, em várias reuniões virtuais dos órgãos de governo e de trabalho da UITP, com destaque para as reuniões do Policy Board (abril e novembro), da Assembleia Geral (junho), Assembleia de Metros (novembro) e do PresCom da Associação (janeiro), todas realizadas em formato virtual.

Para além das reuniões de órgãos estatutários, o Metropolitano de Lisboa manteve uma participação ativa através reuniões de trabalho dos diferentes órgãos em que se encontra representado e, também, em diferentes *workshops* e *webinars* que a Associação foi organizando ao longo do ano sobre os mais variados temas relacionados com o setor dos transportes públicos.

Em 2021, o Metropolitano de Lisboa participou, de igual forma, nas principais reuniões da Associação Latino-Americana de Metros e Subterrâneos (ALAMYS), com a presença assegurada pela Vogal do Conselho de Administração, Eng.ª Maria Helena Campos, que ocupa o cargo de 5.º Vogal do Comité de Direção da referida associação, entre as quais, o Comité de Direção e a Assembleia Geral, realizadas virtualmente durante o mês de novembro. Sublinha-se a participação do Metropolitano de Lisboa na 26.ª reunião dos Comités Técnicos da ALAMYS, de 28 a 30 de junho (em formato virtual), este ano subordinada ao tema “*A un año de la Pandemia: Cambois y Avances del transportes Metroferroviario*”.

O Metropolitano de Lisboa participou, ainda, durante 2021, em atividades relevantes de benchmarking de metros, tendo estado representado nas reuniões gerais do Grupo de Benchmarking de Metros NOVA/CoMET, que se realizaram em formato virtual, nos meses de janeiro, março, abril, julho, outubro e novembro.

No que se refere à participação do Metropolitano de Lisboa em eventos de outras entidades, destaca-se a intervenção do Presidente do Conselho de Administração, Eng.º Vítor Domingues dos Santos, na qualidade de orador, no “Portugal Railway Summit 2021”, organizado pela Plataforma Ferroviária Portuguesa (PFP) no âmbito do Ano Europeu da Ferrovia que se comemorou em 2021, com uma intervenção intitulada “Investments planned by Metropolitano de Lisboa and its prospects for the future of railway”.

Capital social

Relatório
Consolidado
2021

Outros eventos virtuais contaram com a presença da Empresa, tais como, as Cimeiras “Leading the Digital Decade” (fevereiro) e “Digital Day 2021” (março), ambas organizadas pela Comissão Europeia; os *Webinars* “The Company and its Evolving Role in Society” e “Urban Future with a Purpose” (março), organizados pela Delloitte; o Fórum “Budapest Smart Ticketing and Digital Services” (maio); a Conferência “Global Mass Transit - Ticketing and Fare Collection in the EU” (junho) e a Cimeira “Transport Innovation Summit 2021” (novembro).

No que se refere a deslocações físicas, assinala-se a participação no XIV Encontro COTEC Europa, que se realizou em Málaga, durante o mês de novembro e, ainda, diversas visitas técnicas no âmbito do projeto de modernização do sistema de sinalização e aquisição de novo material circulante para a expansão da rede entre a estação Rato e Cais do Sodré, nomeadamente à fábrica STADLER em Valência (maio, novembro e dezembro) e aos Metro de Sófia e de Berlim (novembro).

Outro aspeto de relevo no âmbito das Relações Internacionais, durante o ano de 2021, foi a adesão do Metropolitano de Lisboa à Calypso Network Association (CNA), uma organização belga sem fins lucrativos, que reúne mais de 100 membros internacionais ligados ao sector dos transportes e mobilidade, para o intercâmbio de ideias e experiências com o objetivo de desenvolver sistemas abertos que atendam às necessidades contínuas da bilhética sem contacto.

Em 2021, em virtude das restrições aplicadas às deslocações internacionais na maioria dos países, o Metropolitano de Lisboa não acolheu visitas de delegações estrangeiras às suas instalações e obras.

Responsabilidade social

O ano de 2021 foi de continuidade no compromisso com as partes interessadas, quer junto dos colaboradores suportando medidas tendentes à conciliação com a vida familiar e proteção da parentalidade, quer reforçando a intervenção junto da comunidade e no contributo para causas solidárias.



Capital social

Relatório
Consolidado
2021

De acordo com os princípios da sustentabilidade e da responsabilidade social assumidos na Carta de Responsabilidade Social, o ML desenvolveu e apoiou várias iniciativas de solidariedade social e de ajuda a grupos carenciados ou de risco, destacando-se as seguintes iniciativas:

- Renovação do protocolo de colaboração com O “COMPANHEIRO” – IPSS que apoia a inclusão psicossocial de reclusos e ex-reclusos e suas famílias através do desenvolvimento de competências pessoais e profissionais, para integração de ex-reclusos ou outros cidadãos em situação desfavorecida numa equipa de trabalho e participação em atividades de carácter oficial;
- Colaboração com o CASA – Centro de Apoio ao Sem-Abrigo, IPSS que presta apoio à população mais carenciada de Lisboa na realização do Almoço Solidário de Natal para Sem-Abrigo. Neste ano, o evento decorreu em três estações da rede metro, tendo sido distribuídos 300 almoços de natal, às pessoas em situação de sem abrigo.
- Desenvolvimento do programa #Together, inspirado na Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável da ONU, nomeadamente nas prioridades estratégicas definidas pelo Governo Português e pelo Metropolitano no âmbito desta agenda, a Educação, a Igualdade de Género, a Redução das Desigualdades, e a Sustentabilidade. Este programa traduziu-se no apoio efetivo à Academia do Johnson, ao Lar Madre Teresa de Saldanha e à ReFood.
- Campanhas de recolha de alimentos no âmbito da iniciativa “Corrida por Bens”, onde a troca de dorsais gratuitos, foi possível recolher bens para ajuda à Fundação Obra do Ardina e ao Banco do Bebê – Associação de Ajuda ao Recém-Nascido;
- Campanhas de angariação de vestuário no âmbito da iniciativa “Vista esta Causa”, a favor da Associação O COMPANHEIRO, que permitiu doar ao Banco de Roupas d’O Companheiro 788 kg de roupa e brinquedos;
- Parceiro estratégico do movimento “Giving Tuesday”, permitindo doar ao CASA – Centro de Apoio ao Sem-abrigo, bens alimentares para apoio à preparação de refeições quentes que são servidas às pessoas nas ruas durante todos os dias do ano;

- Apoio ao ASE – Lar de Idosos da Assistência Social Evangélica no âmbito da Iniciativa “Caixinha dos Desejos”, com o apadrinhamento dos desejos e confortando o Natal dos seus residentes.

Igualdade e não discriminação

O grupo de empresas Metropolitano de Lisboa assumiu um compromisso para com o Desenvolvimento Sustentável, integrando na sua estratégia quatro dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável da ONU:

- ODS5 – Alcançar a igualdade de género e empoderar todas as mulheres e raparigas.
- ODS9 – Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação.
- ODS13 – Adotar medidas urgentes para combater as alterações climáticas e os seus impactos.
- ODS16 – Reduzir substancialmente a corrupção e o suborno em todas as suas formas. Desenvolver instituições eficazes, responsáveis e transparentes.

[\(https://www.metrolisboa.pt/institucional/conhecer/sustentabilidade/\)](https://www.metrolisboa.pt/institucional/conhecer/sustentabilidade/)

Neste sentido, em convergência com a Estratégia Nacional para a Igualdade e Não Discriminação 2018-2030 (ENIND) – Portugal Mais Igual, o Metropolitano promoveu valores e práticas de acordo com os princípios orientadores do compromisso de gestão para a promoção da igualdade de oportunidades e não discriminação, salientando-se:

- Enquanto associada do BCSD (Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável) o ML integra o conjunto das grandes empresas preocupadas com as temáticas da sustentabilidade e empenhadas numa abordagem comprometida com os direitos humanos, tornando-se signatária do Guia do CEO sobre Direitos Humanos;

Capital social

Relatório
Consolidado
2021

- Enquanto membro da “Union Internationale des Transports Publics” (UITP), o Metropolitano aderiu à declaração sobre igualdade de oportunidades para mulheres e homens no setor dos transportes públicos/”Women in Transport-EU Platform for Change”, identificando boas práticas de Igualdade entre géneros, seguidas no ML, para integração na plataforma coordenada pela UITP “Women un Trasport-EU Plataform for Change”;

- No âmbito da IGEN, o Metropolitano integra, desde 27 de março de 2014 o “Fórum Organizações para a Igualdade”, renovando anualmente o Acordo de Adesão como compromisso pela diversidade, conciliação e comunicação garantindo a igualdade de oportunidades dos colaboradores.

- Enquanto membro do iGen-Fórum Organizações para a Igualdade, o Metropolitano associou-se à CITE - Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego na divulgação de campanha nacionais de sensibilização em matérias como a violência doméstica, igualdade salarial, igualdade e não discriminação, reafirmando a importância de relevar a igualdade de oportunidades no desempenho de diferentes papéis, junto do maior número possível de colaboradores;

- Ainda no âmbito da Igualdade, o Metropolitano incluiu no Manual de Acolhimento um capítulo destinado ao tema da iGen e não discriminação, num compromisso claro com a promoção da igualdade profissional e com o fim de todos os processos discriminatórios de género no trabalho;

O Metropolitano participou ainda em ações de sensibilização sobre Assédio Moral, Igualdade de Género, Cidadania e Não-Discriminação, Agenda 2030 – uma agenda de inovação na gestão pública e sustentabilidade.



Capital natural

Relatório
Consolidado
2021

A adequação do serviço de transporte às necessidades de procura e ao cumprimento de ocupação de 2/3 para segurança sanitária do cliente ML, revelou-se indispensável à manutenção da atividade económica, permitindo a mobilidade a todos os trabalhadores dos serviços essenciais quando a cidade de Lisboa esteve confinada.

O Metropolitano de Lisboa assume-se como ator relevante para a descarbonização da economia e contribuindo na minimização dos impactes ambientais. Nesse âmbito, e para além do esforço no sentido da transferência modal de meios de mobilidade mais poluentes para o ML, existe uma monitorização constante do desempenho ambiental da organização que implementou e certificou o Sistema de Gestão Ambiental pela NP EN ISO 14001 como referencial para o efeito.

Anualmente é feita uma análise dos impactes ambientais significativos, positivos e negativos, resultantes das atividades desenvolvidas pelo grupo de empresas ML, sendo estes:

Positivos:

- Valorização de resíduos promovendo a economia circular.

Negativos:

- Consumo de energia elétrica nos edifícios e estações no ML;
- Emissões atmosféricas indiretas decorrentes do consumo de energia elétrica;
- Consumo de gás natural.

Durante o ano de 2021 encetaram-se esforços no sentido de implementar soluções mais eficientes do ponto de vista energético, nomeadamente em termos dos sistemas de iluminação e de ventilação.

Os passageiros x km transportados por unidade de energia em 2021 registaram uma ligeira subida de 6,5%, contrariando a tendência verificada no ano anterior, fruto da pandemia.



Capital natural

Relatório
Consolidado
2021

Gráfico 11 – Eficiência energética



Em 2020, e no âmbito da assunção do compromisso com “Lisboa – Capital Verde”, o Metropolitano de Lisboa elaborou um Plano Integrado de Sustentabilidade Ambiental que se propõe implementar até 2030, e cujas seguintes ações incidem ao nível da energia, água, papel, qualidade do ar e ruído, economia circular, comunicação e cidadania.

Durante os dois últimos anos de vigência do PISA 2030, das ações previstas, foram concluídas com sucesso as seguintes medidas:

- Aumento da quantidade de resíduos enviados para valorização;
- Instalação de sistemas de rega inteligentes;
- Divulgação de eventos e metas definidas no âmbito de Lisboa Capital Verde através dos meios de divulgação do Metro;
- Informação multimodal no *site* do Metro.

Das restantes ações ainda estão por iniciar os projetos “Adoção do uso de água reutilizada para lavagem e rega nas novas estações e no PMO III” e “Instalação nas estações e edifícios de equipamentos de monitorização da qualidade do ar e partilha dos dados com a CML”, estando este último dependente da



Capital natural

Relatório
Consolidado
2021

disponibilidade da CML para avançar. Apresentam-se de seguida os trabalhos realizados nas ações ao longo de 2021:

| AÇÕES / PROJETOS | TRABALHOS REALIZADOS |
|---|--|
| Substituição integral da iluminação nas estações por tecnologia LED | A iluminação integral a LED está completa em 19 das 56 estações de metro (o correspondente a 33,9%). |
| Instalação de central fotovoltaica no PMO II | Foram concluídos os estudos prévios nas componentes: fotovoltaica e infraestrutura, estando em preparação a contratação dos projetos de execução. |
| Melhoria da eficiência energética e redução do coeficiente de emissão da energia consumida por via de aquisição de energia mais limpa e de produção própria | Redução da intensidade carbónica de 6,7%. |
| Aumento do número de carregadores para veículos elétricos nos parques de estacionamento do Metro | Projeto revisto e procedimento em preparação para lançamento público. |
| Alteração das regras de estacionamento dando prioridade aos veículos elétricos | Em estudo a identificação dos veículos elétricos e a situação dos veículos híbridos. |
| Garantia de um conjunto de lugares reservados para veículos elétricos | Em estudo a distribuição adequada de marcação de lugares reservados para os veículos elétricos. |
| Promoção da aquisição de materiais e produtos sustentáveis através do uso de critérios ambientais no processo aquisitivo | Em preparação uma comunicação definindo que procedimentos deverão adotar critérios ambientais na fase de contratação (10,8%). |
| Redução do consumo de papel, com a digitalização dos processos internos | Em resultado das medidas implementadas na sequência da pandemia, em 2021 a redução do consumo de papel só atingiu os 1,8% face ao ano anterior. No entanto, quando comparado com 2019 a variação atinge os -42,3%. |
| Divulgação do presente compromisso pelas partes interessadas e do grau de implementação das ações definidas | A divulgação é feita, trimestralmente, pelo Portal da empresa e no site ML. |

7

Cumprimento das Orientações Legais



Objetivos de gestão (artigo 38.º do RJSPE) e Plano de Atividades e Orçamento

Relatório
Consolidado
2021

Quadro 53 – Objetivos de gestão

| | ANO 2021 | | Grau de Execução | Observações/Justificação desvios |
|---|--------------|---------------|------------------|----------------------------------|
| | REAL | PAO | | |
| Observações/Justificação desvios | | | | |
| Eficiência Operacional (rácio dos gastos operacionais sobre volume de negócios) | 96,7% | 101,1% | -4,4 p.p. | Pág.ª 156 |
| PRC (1) – manutenção ou redução de gastos com pessoal | 81.682.434 | 85.804.757 | 95,2% | Pág.ª 156 |
| PRC (2) – manutenção ou redução de encargos com deslocações, ajudas de custo e alojamento | 3.797 | 38.758 | 9,8% | Pág.ª 156 |
| PRC (3) – manutenção ou redução de encargos com a frota automóvel | 305.212 | 375.611 | 81,3% | Pág.ª 156 |
| PRC (4) – manutenção ou redução de encargos com contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria | 1.440.154 | 3.524.183 | 40,9% | Pág.ª 156 |
| Investimento ¹ | | | | |
| Investimento ILD | 52.820.071 € | 77.791.250 € | 67,9% | Pág.ª 140 |
| Investimento ML | 34.539.870 € | 39.782.326 € | 86,8% | Pág.ª 140 |
| Total de Investimento | 87.359.940 € | 117.573.576 € | 74,3% | |
| Endividamento | | | | |
| Variação do endividamento | 3,37% | 2,07% | 1,30 p.p. | Pág.ª 144 |

¹ Os valores de investimento ILD e ML são líquidos de TPE e de Encargos financeiros.



Objetivos de gestão (artigo 38.º do RJSPE) e Plano de Atividades e Orçamento

Relatório Consolidado 2021

INVESTIMENTO

Quadro 54 – Investimento

| Despesa de investimento 2021 (Unid.: €) | Executado 2021 | PAO 2021 | Desvio | |
|--|-------------------|--------------------|--------------------|---------------|
| | | | Abs. | % |
| ILD | 52 820 071 | 77 791 250 | -24 971 179 | -32,1% |
| Plano Nacional de Acessibilidades | 1 056 929 | 1 567 552 | -510 623 | -32,6% |
| Prolongamento Rato / Cais do Sodré | 41 002 811 | 57 025 906 | -16 023 095 | -28,1% |
| Remodelação da Linha A | 259 382 | 1 840 849 | -1 581 468 | -85,9% |
| Remodelação da Linha B | 335 518 | 483 087 | -147 570 | -30,5% |
| Remodelação da Linha C | 4 961 654 | 7 069 725 | -2 108 071 | -29,8% |
| Remodelação e ampliação Areeiro | 318 800 | 314 670 | 4 130 | 1,3% |
| Remodelação e ampliação Arroios | 4 353 931 | 5 054 118 | -700 187 | -13,9% |
| Outros | 288 923 | 1 700 937 | -1 412 014 | -83,0% |
| Remodelação da Linha D | 155 233 | 979 284 | -824 052 | -84,1% |
| Remodelação Olivais | 2 482 | 107 669 | -105 187 | -97,7% |
| Outros | 152 751 | 871 616 | -718 865 | -82,5% |
| Substituição e Modernização de Escadas Mecânicas | 1 266 076 | 2 157 967 | -891 891 | -41,3% |
| Remodelação da Rede Global | 3 782 469 | 6 666 879 | -2 884 411 | -43,3% |
| Modernização linhas Azul, Amarela e Verde (CBTC – Sinalização) | 3 295 050 | 5 857 534 | -2 562 484 | -43,7% |
| Outros | 487 419 | 809 346 | -321 927 | -39,8% |
| ML | 34 539 182 | 39 782 326 | -5 243 145 | -13,2% |
| Edifícios e outras Construções | 365 253 | 1 768 279 | -1 403 027 | -79,3% |
| Relocalização do Posto de Comando Central | 0 | 110 000 | -110 000 | -100,0% |
| Remodelação e Ampliação de Espaços no Comp. Carnide | 301 127 | 663 279 | -362 153 | -54,6% |
| Outros | 64 126 | 995 000 | -930 874 | -93,6% |
| Equipamento Básico | 33 524 309 | 36 491 443 | -2 967 133 | -8,1% |
| Veículo esmerilador | 2 398 241 | 2 406 667 | -8 426 | -0,4% |
| CITV | 596 042 | 967 970 | -371 928 | -38,4% |
| Reabilitação Mat. Circulante ML 95-97-99 | 1 177 462 | 1 858 065 | -680 603 | -36,6% |
| Modernização linhas Azul, Amarela e Verde (CBTC-Mat. Circulante) | 20 226 473 | 23 149 268 | -2 922 795 | -12,6% |
| Modernização linhas Azul, Amarela e Verde (CBTC-Sinalização) | 7 893 867 | 2 406 318 | 5 487 549 | 228,0% |
| Remodelação Sistema Central de Bilhética | 619 784 | 400 000 | 219 784 | 54,9% |
| Atualização dos validadores e visores dos canais de acesso | 0 | 2 900 000 | -2 900 000 | -100,0% |
| Outros | 612 441 | 2 403 155 | -1 790 715 | -74,5% |
| Ferramentas e Utensílios | 67 418 | 259 149 | -191 731 | -74,0% |
| Equipamento Administrativo | 582 201 | 1 263 455 | -681 254 | -53,9% |
| COVID-19 | 937 | 10 000 | -9 063 | -90,6% |
| Outros | 581 264 | 1 253 455 | -672 191 | -53,6% |
| Investimento total | 87 359 253 | 117 573 576 | -30 214 324 | -25,7% |



Objetivos de gestão (artigo 38.º do RJSPE) e Plano de Atividades e Orçamento

Relatório
Consolidado
2021

Principais desvios na execução de Investimento:

1. Prolongamento Rato/Cais do Sodré, -16,0 M€;
 - A não consignação do lote 2 em consequência do prazo adicional imposto pela APA para aceitar o RECAPE;
 - Atraso na consignação do lote 3 em resultado de algumas indecisões condicionadas pelas eleições autárquicas que ocorreram neste período;
 - O enquadramento legal e as intervenções legais e regulamentares de entidades externas (por exemplo da DGPC, APA, CCDR, CML), continuam a incutir um grau de imprevisibilidade no desenvolvimento dos trabalhos;
 - Todo o empreendimento se tem desenvolvido, até esta data, no contexto da pandemia de COVID-19 que se agravou no 3º trimestre de 2021. Tal, tem condicionado a disponibilidade dos meios humanos e provocado diversos atrasos na entrega de materiais em sequência da disrupção das cadeias de fornecimentos, além de ter impacto significativo nos custos.
2. Remodelação da estação Arroios e projeto de remodelação da estação do Cais do Sodré, -1,2 M€;
3. Renovação de equipamentos nas estações Anjos, Alvalade, Intendente e Roma, -0,8 M€;
4. Remodelação dos sistemas de ventilação e bombagem entre a estação Alameda e S.Sebastião (Linha Vermelha), -0,8 M€;
5. Processo em contencioso do projeto de expansão da Linha Azul de Amadora Este à Reboleira: -0,7 M€;
6. Remodelação de equipamentos e Substituição de travessas de pinho do PMO II, -0,9 M€;
7. Renovação geral de portas ML 90, -0,9 M€;
8. Reabilitação da infra-estrutura de rede de dados, ampliação da rede telefónica e aquisição de equipamento oficial, -1 M€.

Objetivos de gestão (artigo 38.º do RJSPE) e Plano de Atividades e Orçamento

Relatório Consolidado 2021

Orçamento financeiro (carregado no SIGO/SOE)

Quadro 55 – Grau de execução do orçamento financeiro

| | Rubrica | Orçamento | Realização | Grau de execução | Justificação |
|--------|---|---------------|---------------|------------------|---|
| R06.03 | 01-ADMINISTRAÇÃO CENTRAL | 17 100 000 € | 3 963 263 € | 23,2% | Da dotação inscrita de € 17,1M na SGMAAC apenas foram transferidos € 3,9M, relativos a compensações financeiras pela venda de títulos com tarifa social (4_18, sub_23, social +). |
| R06.03 | 07-ADMINISTRAÇÃO CENTRAL - SFA | 4 520 000 € | 4 520 000 € | 100,0% | |
| R06.05 | 01-ADMINISTRAÇÃO LOCAL | 31 088 008 € | 31 088 003 € | 100,0% | |
| R06.09 | 01-UNIÃO EUROPEIA - INSTITUIÇÕES | 10 000 000 € | 123 159 € | 1,2% | A dotação inscrita correspondeu à previsão de antecipação de fundos dos projetos considerados no PRR. Foram executados estudos preliminares da expansão da Linha Vermelha até Alcântara e do Metro Ligeiro de Superfície (MLS). |
| R07.02 | 02-SERVIÇOS | 69 985 383 € | 69 247 991 € | 98,9% | |
| R08.01 | 01-OUTRAS | 17 059 162 € | 6 666 489 € | 39,1% | O grau de execução de investimento não acompanhou as estimativas orçamentais de cálculo de restituição de imposto. |
| R09.03 | 03-EDIFÍCIOS | 645 076 € | 645 076 € | 100,0% | |
| R09.04 | 04-OUTROS BENS DE INVESTIMENTO | 799 150 € | 799 150 € | 100,0% | |
| R10.03 | 01-ADMINISTRAÇÃO CENTRAL | 800 000 € | 800 000 € | 100,0% | |
| R10.03 | 08-ADMINISTRAÇÃO CENTRAL - SFA | 36 844 200 € | 37 494 200 € | 101,8% | |
| R10.09 | 09-UNIÃO EUROPEIA | 38 683 399 € | 38 683 399 € | 100,0% | Crédito Especial de €15.930.062,83, na sequência de pagamento de despesa a uma taxa de cofinanciamento majorada até 100% (Deliberação n.º 3/2021 de 25 de outubro, da Comissão Especializada Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos). |
| R11.03 | 12-ATIVOS FINANC-TIT. MLP-ENT. INTERNACIONAIS | 5 809 762 € | 5 809 761 € | 100,0% | |
| R12.06 | 06-APOIO FINANCEIRO | 119 187 522 € | 119 187 522 € | 100,0% | Reajuste dos valores de dotação e financiamento dado que no orçamento aprovado apenas constavam fundos a título de dotação. |
| R12.07 | 07-OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS | 266 769 467 € | 253 904 909 € | 95,2% | |
| R15.01 | 01-REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS | 33 399 € | 33 399 € | 100,0% | |
| R16.01 | 01- SALDO GERÊNCIA | 47 271 470 € | 47 271 470 € | 100,0% | |
| R17.02 | 00 - OUTRAS OPERAÇÕES DE TESOURARIA | 0 € | 71 896 841 € | - | Registo dos adiantamentos PRR, a transitarem para 2022, conforme orientações do Guia de Operações Final do Ano - PRR de 20 dezembro 2021/ DGO. |



Objetivos de gestão (artigo 38.º do RJSPE) e Plano de Atividades e Orçamento

Relatório Consolidado 2021

| | Rubrica | Orçamento | Realização | Grau de execução | Justificação |
|--------|---------------------------------------|---------------|---------------|------------------|--|
| D01.01 | 01-REMUNERAÇÕES CERTAS E PERMANENTES | 65 248 439 € | 54 685 974 € | 83,8% | A quebra na receita própria, em consequência da situação pandémica, criou dificuldades de tesouraria, tendo sido necessário o reforço do apoio DGTF, através de crédito especial, conforme Despacho 309/2021/SEO (6,4M €). |
| D01.02 | 02-ABONOS VARIÁVEIS OU EVENTUAIS | 4 497 415 € | 4 397 404 € | 97,8% | |
| D01.03 | 03-SEGURANÇA SOCIAL | 28 778 669 € | 26 203 448 € | 91,1% | |
| D02.01 | 01-AQUISIÇÃO DE BENS | 3 980 744 € | 2 349 620 € | 59,0% | O desvio deve-se essencialmente à redução de venda de títulos ocasionais, que permitiu reduzir a necessidade de aquisição deste tipo de bens. |
| D02.02 | 02-AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS | 57 768 903 € | 44 569 951 € | 77,2% | A quebra na receita própria, em consequência da situação pandémica, criou dificuldades de tesouraria, tendo sido necessário o reforço do apoio DGTF, através de crédito especial, conforme Despacho 309/2021/SEO (11,9M €). |
| D03.01 | 01- JUROS DIVIDA PÚBLICA | 147 230 741 € | 141 913 895 € | 96,4% | |
| D03.05 | 05-OUTROS JUROS | 0 € | | - | |
| D03.06 | 06-OUTROS ENCARGOS FINANCEIROS | 61 231 € | 58 400 € | 95,4% | |
| D06.02 | 02-DIVERSAS | 4 596 654 € | 2 538 213 € | 55,2% | O grau de execução de receita não acompanhou as estimativas orçamentais de cálculo de pagamento de imposto. |
| D07.01 | 01-INVESTIMENTOS | 47 412 229 € | 35 226 996 € | 74,3% | O desvio está essencialmente relacionado com a falta de realização de investimentos não cofinanciados, não só devido às dificuldades de tesouraria que caracterizaram o ano de 2021 mas também pela demora na aprovação de Portarias de Extensão de Encargos e processos de contratação pública demorados. |
| D07.01 | 10 - EQUIPAMENTO BÁSICO | 52 777 778 € | 52 777 778 € | 100,0% | |
| D07.03 | 03-BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO | 111 233 197 € | 62 749 138 € | 56,4% | O desvio deve-se principalmente pela execução do projeto RA/CS não ter acompanhado as previsões iniciais. Os principais motivos estão relacionados com o atraso na cosignação do Lote 2 e no processo de adjudicação da empreitada relativa ao Lote 4, que ainda se encontra em análise e avaliação de proposta pelo Juri. |
| D10.06 | 06-EMPRÉSTIMOS A MEDIO E LONGO PRAZOS | 139 863 959 € | 139 863 958 € | 100,0% | |



Gestão do risco financeiro

Limite de crescimento do endividamento

Relatório
Consolidado
2021



Quadro 56 – Evolução da taxa média anual de financiamento e juros suportados

| Anos | 2021 | 2020 | 2019 | 2018 | 2017 |
|---------------------------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| Encargos Financeiros (€) | 141 972 295 | 206 705 313 | 218 372 006 | 498 051 303 | 163 652 365 |
| Taxa Média de Financiamento (%) | 3,93 | 5,61 | 5,44 | 4,99 | 4,80 |

Quadro 57 – Passivo (corrente e não corrente) e variação do endividamento

| Variação do Endividamento (execução) | 2021 | 2020 | Variação 2021/2020 | |
|---|---------------|---------------|--------------------|-------|
| | Valores (€) | | Valor | % |
| Financiamento (Corrente e Não Corrente) | 3 406 668 453 | 3 427 344 889 | -20 676 436 | -0,6 |
| Capital Social | 3 667 903 891 | 3 413 998 982 | 253 904 909 | 7,4 |
| Novos Investimentos no ano 2020 | 2 398 241 | 51 114 446 | -48 716 205 | -95,3 |
| Variação do endividamento | 3,37% | | | |

Não foi possível ao ML cumprir o limite da variação do endividamento (2,0%) devido, essencialmente, à não concretização da conversão de passivo ILD (dívida corrente DGTF), por incorporação em ativo do Estado (operação prevista no PAO 2021), cujo valor previa a redução do financiamento remunerado em 97,8 M€. Com a redução referida, a variação do endividamento seria de 1,94%.

Prazo médio de pagamentos

Relatório Consolidado
2021

Quadro 58 – Prazo médio de pagamentos

| PMP | 2021 | 2020 | Variação 2021/2020 | |
|--------------|------|------|--------------------|-------|
| | | | Valor | % |
| Prazo (dias) | 36 | 41 | -5 | -12,2 |

Quadro 59 – Dívidas vencidas

| Dívidas Vencidas (valores em euros) | Valor (€) 0-90 dias | Valor das dívidas vencidas de acordo com o art. 1.º DL 65-A/2011 (€) | | | |
|--|------------------------|--|---------------|---------------|---------------|
| | | 90-120 dias | 120-240 dias | 240-360 dias | >360 dias |
| Aquisição de Bens e Serviços | 503 474 | 4 719 | 5 788 | 20 967 | 3 350 |
| Aquisições de Capital | 546 770 | 15 782 | 37 329 | 0 | 26 691 |
| Total | 1 050 244 | 20 500 | 43 117 | 20 967 | 30 041 |

Nota: Valores após 90 dias não reconciliáveis. Em processo de análise em 2022.



Recomendações do acionista

Remunerações

Relatório Consolidado
2021

As contas de 2020 aguardam aprovação da tutela.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Quadro 60 - Identificação dos membros do Conselho de Administração

| Mandato (Início-Fim) | Cargo | Nome | Designação | | OPRLO ou Opção pela Média dos últimos 3 anos (2) | | | | N.º de mandatos |
|----------------------|------------|---|-----------------|------------|--|--------------------|-------------------------|--|-----------------|
| | | | Forma | Data | Sim/Não | Entidade de Origem | Entidade Pagadora (O/D) | Identificação da data da autorização e forma | |
| 2019-2022 | Presidente | Eng.º Vítor Manuel Jacinto Domingues dos Santos | RCM n.º 56/2019 | 15/03/2019 | Não | n.d. | D | | 1 |
| 2019-2022 | Vogal 1 | Eng.ª Maria Helena Arranhado Carrasco Campos | RCM n.º 56/2019 | 15/03/2019 | Não | n.d. | D | | 1 |
| 2019-2022 | Vogal 2 | Dr. Pedro Miguel de Bastos Veiga da Costa | RCM n.º 56/2019 | 15/03/2019 | Não | n.d. | D | | 1 |

Quadro 61 - Acumulação de funções

| Membro do CA | Acumulação de Funções | | | |
|---|-----------------------|---------------|---------|-----------------------------|
| | Entidade | Função | Regime | Data de autorização e forma |
| Eng.º Vítor Manuel Jacinto Domingues dos Santos | Ferconsult | Presidente | Público | Ata AG n.º 60 de 09/01/2017 |
| | Metrocom | Presidente | Público | Ata AG n.º 48 de 30/01/2017 |
| Eng.ª Maria Helena Arranhado Carrasco Campos | Ferconsult | Administrador | Público | Ata AG n.º 60 de 09/01/2017 |
| | Metrocom | Administrador | Público | Ata AG n.º 51 de 14/05/2018 |
| Dr. Pedro Miguel de Bastos Veiga da Costa | Ferconsult | Administrador | Público | Ata AG n.º 67 de 29/03/2019 |
| | Metrocom | Administrador | Público | Ata AG n.º 52 de 11/03/2019 |
| | TREM A.C.E. | Presidente | Público | Ata AG n.º 30 de 12/04/2019 |
| | TREM II A.C.E. | Presidente | Público | Ata AG n.º 28 de 12/04/2019 |

Remunerações

Relatório
Consolidado
2021

Quadro 62 – Estatuto do Gestor Público

| Membro do CA | EGP | | | |
|---|-----------------|--------------------------|------------------------------|---------------------------|
| | Fixado [S/N] | Classificação [A/B/C] | Remuneração mensal bruta (€) | |
| | | | Vencimento mensal | Despesas de Representação |
| Eng.º Vítor Manuel Jacinto Domingues dos Santos | S | B | 4 864,34 | 1 945,74 |
| Eng.ª Maria Helena Arranhado Carrasco Campos | S | B | 3 891,47 | 1 556,59 |
| Dr. Pedro Miguel de Bastos Veiga da Costa | S | B | 3 891,47 | 1 556,59 |

Quadro 63 – Remuneração anual

| Membro do CA | Remuneração Anual - 2021 (€) | | | | |
|---|------------------------------|-----------------|-------------------|-------------------------|-------------------|
| | Fixa (1) | Variável (2) | Valor Bruto | Reduções Remuneratórias | Valor Bruto Final |
| | | | (3)=(1)+(2) | (4) | (5)=(3)-(4) |
| Eng.º Vítor Manuel Jacinto Domingues dos Santos | 91 449,64 | 0,00 | 91 449,64 | 3 488,94 | 87 960,70 |
| Eng.ª Maria Helena Arranhado Carrasco Campos | 73 159,66 | 0,00 | 73 159,66 | 2 778,04 | 70 381,62 |
| Dr. Pedro Miguel de Bastos Veiga da Costa | 73 159,66 | 0,00 | 73 159,66 | 3 657,94 | 69 501,72 |
| | | | 237 768,96 | 9 924,92 | 227 844,04 |

(1) O valor da remuneração Fixa corresponde ao vencimento + despesas de representação (sem reduções).

(4) redução prevista no artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho.

Valor resultante dos acertos efetuados pela passagem da classificação da Empresa de A para B.

Quadro 64 – Benefícios sociais

| Membro do CA | Benefícios Sociais (€) | | | | | | | |
|---|------------------------|-------------------|---------------------------|------------------|-------------------------------|------------------------------|-----------------------|-----------------|
| | Subsídio de Refeição | | Regime de Proteção Social | | Encargo Anual Seguro de Saúde | Encargo Anual Seguro de Vida | Outros | |
| | Valor / Dia | Montante Pago Ano | Identificar | Encargo Anual | | | Identificar | Valor |
| Eng.º Vítor Manuel Jacinto Domingues dos Santos | 10,35 | 2 442,60 | SNS | 16 016,97 | 583,44 | 0,00 | Seguro acid. trabalho | 1 045,43 |
| Eng.ª Maria Helena Arranhado Carrasco Campos | 10,35 | 2 266,65 | CGA | 12 536,12 | 583,44 | 0,00 | Seguro acid. trabalho | 840,43 |
| Dr. Pedro Miguel de Bastos Veiga da Costa | 10,35 | 2 339,10 | SNS | 16 759,94 | 583,44 | 0,00 | Seguro acid. trabalho | 831,65 |
| | | 7 048,35 | | 45 313,03 | 1 750,32 | 0,00 | | 2 717,51 |



Remunerações

Relatório
Consolidado
2021

Quadro 65 – Encargos com viaturas

| Membro do CA | Encargos com Viaturas – 2021 | | | | | | | | |
|---|------------------------------|------------------------------|------------------------------------|------------|------------|-----------|------------------------|----------------------------|--|
| | Viatura atribuída [S/N] | Celebração de contrato [S/N] | Valor de referência da viatura (€) | Modalidade | Ano Início | Ano Termo | Valor Renda Mensal (€) | Gasto Anual com Rendas (€) | Prestações Contratuais Remanescentes (n.º) |
| Eng.º Vítor Manuel Jacinto Domingues dos Santos | S | S | 45 353,00 € | AOV | 2017 | 2022 | 496,17 € | 6 619,14 € | 3 |
| Eng.ª Maria Helena Arranhado Carrasco Campos | S | S | 42 072,00 € | AOV | 2017 | 2022 | 946,68 € | 11 070,72 € | 3 |
| Dr. Pedro Miguel de Bastos Veiga da Costa | S | S | 41 401,00 € | AOV | 2017 | 2022 | 465,30 € | 6 195,89 € | 3 |

Nota: O valor de renda mensal indicado é o contratualmente em vigor em 31/12/2021.

Quadro 66 – Gastos anuais associados a deslocações em serviço

| Membro do CA | Gastos anuais associados a Deslocações em Serviço (€) | | | | | |
|---|---|----------------------|-----------------|-------------|-------|-----------------------------|
| | Deslocações em Serviço | Custo com Alojamento | Ajudas de Custo | Outras | | Gasto total com viagens (Σ) |
| | | | | Identificar | Valor | |
| Eng.º Vítor Manuel Jacinto Domingues dos Santos | * 70,00 | 0,00 | 50,20 | | 0,00 | 120,20 |
| Eng.ª Maria Helena Arranhado Carrasco Campos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | 0,00 |
| Dr. Pedro Miguel de Bastos Veiga da Costa | 185,98 | 147,00 | 125,10 | | 0,00 | 458,08 |
| | | | | | | 578,28 |

* Custos de cancelamento da deslocação a Madrid (RAIL Live Conference)



Remunerações

Relatório
Consolidado
2021

CONSELHO FISCAL

Quadro 67 – Identificação do Conselho Fiscal

| Mandato (Início - Fim) | Cargo | Nome | Designação | | Estatuto Remuneratório Fixado Mensal (€) | N.º de mandatos |
|---------------------------|----------------|--|------------------|------------|---|--------------------|
| | | | Forma (1) | Data | | |
| 2017-2019 | Presidente | Dr. José Carlos Pereira Nunes | DC SETF e SEAMB | 11/01/2017 | 1 362,01 | 2 |
| 2017-2019 | Vogal Efetivo | Dra. Cristina Maria Pereira Freire | DC SETF e SEAMB | 11/01/2017 | 1 021,51 | 1 |
| 2017-2019 | Vogal Efetivo | Dra. Margarida Carla Campos Freitas Taborda | DC SETF e SEOPTC | 11/01/2017 | 1 021,51 | 1 |
| 2017-2019 | Vogal Suplente | Dra. Maria Teresa Vasconcelos Abreu Flor de Moraes | DC SETF e SEOPTC | 11/01/2017 | - | 2 |

(1) De acordo com o Despacho Conjunto de 11 de janeiro de 2017 do Senhor Secretário de Estado Adjunto do Tesouro e Finanças e do Senhor Secretário de Estado Adjunto e do Ambiente.
À data do presente relatório ainda não houve nomeação por despacho conjunto do Governo de novos membros do Conselho Fiscal, pelo que se mantém em funções o Conselho Fiscal designado para o triénio 2017-2019.

Quadro 68 – Remuneração anual do Conselho Fiscal

| Nome | Remuneração Anual (€) | | |
|--|-----------------------|----------------------------|------------------|
| | Bruto | Reduções Remuneratórias | Valor Final |
| | (1) | (2) | (3)=(1)-(2) |
| Dr. José Carlos Pereira Nunes | 19 068,13 | 0,00 | 19 068,13 |
| Dra. Margarida Carla Campos Freitas Taborda | 14 301,19 | 0,00 | 14 301,19 |
| Dra. Cristina Maria Pereira Freire | 14 301,19 | 0,00 | 14 301,19 |
| Dra. Maria Teresa Vasconcelos Abreu Flor de Moraes | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | | 47 670,51 |

REVISOR OFICIAL DE CONTAS

Quadro 69 – Identificação do Revisor Oficial de Contas

| Mandato (Início- Fim) | Cargo | Identificação SROC/ROC | | | Designação | | | N.º de anos de funções exercidas no grupo | N.º de anos de funções exercidas na sociedade |
|-------------------------------|-----------------|---|--------------------------------|------------------------|---|------------|---------------------|--|---|
| | | Nome | N.º de Inscrição na OROC | N.º Registo na CMVM | Forma | Data | Data do contrato | | |
| 2019-2021 | ROC Efetivo | Alves da Cunha, A. Dias & Associados, SROC, Lda., representada por: | 74 | 20161409 | Despacho conjunto SE Tesouro e SE adjunto Mobilidade | 15/10/2019 | 15/10/2019 | 6 | 6 |
| | | Dr. José Luís Areal Alves da Cunha | 585 | 20160240 | | | | | |
| | ROC Suplente | Oliveira, Reis & Associados, SROC, Lda., representada por: | 23 | 20161381 | | | | | |
| Dr. Joaquim Oliveira de Jesus | | 1056 | 20160668 | | | | | | |



Remunerações

Relatório
Consolidado
2021

Quadro 70 – Valor anual do contrato de prestação de serviços do Revisor Oficial de Contas

| Nome | Valor Anual do Contrato de Prestação de Serviços – 2021 (€) | | | Valor Anual de Serviços Adicionais – 2021 (€) | | | |
|--|---|--------------|-------------------------|---|-----------|--------------|-------------------------|
| | Valor (1) | Reduções (2) | Valor Final (3)=(1)-(2) | Identificação do Serviço | Valor (1) | Reduções (2) | Valor Final (3)=(1)-(2) |
| Alves da Cunha, A. Dias & Associados, SROC | 27 360,00 | 0,00 | 27 360,00 | | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

AUDITOR EXTERNO

Quadro 71 – Identificação do Auditor Externo

| Identificação do Auditor Externo | | | Data da Contratação | Duração do Contrato | N.º de anos de funções exercidas no grupo | N.º de anos de funções exercidas na sociedade |
|---|----------|----------|---------------------|---------------------|---|---|
| Nome Auditor Externo | N.º OROC | N.º CMVM | | | | |
| BDO & ASSOCIADOS, SROC, LDA. representada por: | 29 | 20161384 | 08/02/2021 | 3 anos | 5 | 5 |
| Dr. António José Correia de Pina Fonseca | 949 | 20160566 | | | | |

Quadro 72 – Valor anual do contrato de prestação de serviços do Auditor Externo

| Nome Auditor Externo | Valor Anual do Contrato de Prestação de Serviços – 2021 (€) | | | Valor Anual de Serviços Adicionais – 2021 (€) | | | |
|------------------------------|---|--------------|-------------------------|---|-----------|--------------|-------------------------|
| | Valor (1) | Reduções (2) | Valor Final (3)=(1)-(2) | Identificação do Serviço | Valor (1) | Reduções (2) | Valor Final (3)=(1)-(2) |
| BDO & ASSOCIADOS, SROC, LDA. | 30 479,40 | 0,00 | 30 479,40 | - | 0,00 | 0,00 | 0,00 |



Estatuto do gestor público

Relatório
Consolidado
2021

Em 2021:

- Nos termos dos artigos 32.º e 33.º do Estatuto do Gestor Público, não houve lugar à utilização de cartões de crédito e outros instrumentos de pagamento pelos membros do Conselho de Administração, tendo por objetivo a realização de despesas ao serviço da Empresa;
- Não houve lugar a qualquer reembolso de despesas no âmbito do conceito de representação pessoal;
- Valor de despesas associadas a comunicações:

Quadro 73 – Gastos com comunicações

| Membro do CA | Gastos com Comunicações (€) | | |
|---|-----------------------------|---------------|-------------|
| | Plafond Mensal Definido | Valor Anual | Observações |
| Eng.º Vitor Manuel Jacinto Domingues dos Santos | 80,00 | 268,92 | |
| Eng.ª Maria Helena Arranhado Carrasco Campos | 80,00 | 211,81 | |
| Dr. Pedro Miguel de Bastos Veiga da Costa | 80,00 | 284,21 | |
| | | 764,94 | |

- Valor de combustível e portagens afeto mensalmente às viaturas de serviço:

Quadro 74 – Gastos anuais associados a viaturas

| Membro do CA | Plafond Mensal Combustível e Portagens | Gastos anuais associados a Viaturas (€) | | | Observações |
|---|--|---|---------------------|-------------------|----------------------------|
| | | Combustível | Portagens e Parques | Total | |
| Eng.º Vitor Manuel Jacinto Domingues dos Santos | 462,11 € | 2 082,06 € | 1 086,51 € | 3 168,57 € | |
| Eng.ª Maria Helena Arranhado Carrasco Campos | 369,69 € | 2 690,48 € | 2 176,79 € | 4 867,27 € | Plafond excedido: 430,99€* |
| Dr. Pedro Miguel de Bastos Veiga da Costa | 369,69 € | 1 093,87 € | 186,91 € | 1 280,78 € | |
| | | | | 9 316,62 € | |

* Valor regularizado.



Despesas não documentadas ou confidenciais

Relatório sobre remunerações pagas a mulheres e homens

Relatório
Consolidado
2021

O Metropolitano de Lisboa cumpriu o disposto no n.º 2 do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, RJSPE, e do artigo 11.º do EGP, não tendo realizado despesas não documentadas.

O Metropolitano de Lisboa está comprometido com a promoção de uma política remuneratória transparente, assente na avaliação das componentes dos postos de trabalho e com base em critérios objetivos. Simultaneamente, repudia a desvantagem generalizada e estrutural das mulheres no mercado de trabalho em matéria de remunerações assente num contexto mais abrangente de desigualdades entre os géneros.

Assim, nos termos da Resolução do Conselho de Ministros n.º 18/2014, o Metropolitano de Lisboa, elaborou e divulgou internamente e disponibilizou no seu *site* o “Relatório sobre Remunerações por Género 2018”, visando diagnosticar e prevenir qualquer diferença remuneratória injustificada que se comprovasse existir na estrutura remuneratória da empresa e nas remunerações pagas a mulheres e a homens.

A elaboração deste relatório foi também uma medida de promoção da igualdade de género na empresa, de eliminação definitiva de qualquer forma de discriminação e para alcançar a plena igualdade de oportunidades entre mulheres e homens.

Neste Relatório o Metropolitano de Lisboa concluiu que não se verificam situações de discriminação salarial por motivos de género. Os critérios de retribuição são comuns a mulheres e a homens, e as diferenças de remuneração não constituem discriminação por se considerarem assentes em critérios objetivos, comuns a mulheres e a homens, nomeadamente, baseados no desenvolvimento de carreira, desempenho, produtividade, assiduidade ou antiguidade.

Ainda em 2021, nos termos do n.º 1, do artigo 7.º, da Lei n.º 62/2017, de 1 de agosto, em articulação com o Despacho Normativo n.º 23-A/2021, o Metropolitano remeteu à CITE – Comissão para Igualdade no Trabalho e Emprego, o Plano para a Igualdade entre Mulheres e Homens para 2022.



Relatório anual sobre prevenção da corrupção

O Metropolitano de Lisboa possui um Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas (PPRCIC) desde 2009, encontrando-se em vigor a 6.ª edição (2020), dando cumprimento à Recomendação do Conselho de Prevenção da Corrupção (CPC) de 1 de julho de 2009.

Anualmente, é elaborado e devidamente publicitado um Relatório de Execução do PPRCIC, conforme o disposto no n.º 1 do artigo 46.º do RJSPE, onde é indicado o grau de implementação no ano transato das medidas elencadas no mesmo Plano. Em 2021, tal como anteriormente referido, foi elaborado e aprovado o Relatório de Execução do PPRCIC referente a 2020, tendo sido remetido para o CPC bem como para os órgãos de tutela, superintendência e controlo, nos termos da Lei.

O PPRCIC e o respetivo Relatório de Execução estão disponíveis na página da Internet da Empresa.³

Contratação pública

Relatório Consolidado
2021

Em 2021, o ML aplicou o Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação à contratação pública que está submetida a esse regime jurídico.

O ML respeitou igualmente as orientações constantes da Recomendação n.º 1/2015, de 7 de janeiro, do Conselho de Prevenção contra a Corrupção (Tribunal de Contas), transmitidas através do ofício circular n.º 4766, de 10 de agosto, bem como do Despacho n.º 438/10-SETF, de 10 de maio, transmitidas através do ofício circular n.º 6132, de 6 de agosto de 2010.

A Empresa cumpriu ainda todas as normas aplicáveis no que respeita à contratação, designadamente as relativas à auscultação da Agência de Modernização Administrativa nas aquisições de bens e serviços abrangidas pelo Decreto-Lei n.º 107/2012, de 18 de maio, na redação dada pela Lei n.º 83-C/2014, de 31 de dezembro, bem como pelo Decreto-Lei n.º 151/2015, de 6 de agosto, bem como

³ Cfr. <https://www.metrolisboa.pt/institucional/informar/relatorios-e-documentos/>

Contratação pública

Relatório
Consolidado
2021

nos pedidos de autorização para a assunção de compromissos plurianuais exigidos pelo artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na redação dada pela Lei n.º 22/2015, de 17 de março e pelo artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 99/2015, de 2 de junho, deu ainda cumprimento ao disposto no n.º 2 do artigo 66.º da LOE 2021, conjugado com artigo 49.º do Decreto-Lei n.º 84/2019 de 28 de junho, referente ao pedido de parecer prévio à Parpública – Participações Públicas, SGPS, S. A. e, ainda, à comunicação da contratação de serviços jurídicos externos à JurisAPP e ao pedido prévio à Parpública – Participações Públicas, SGPS, S. A.

Internamente, o ML cumpriu o previsto no Manual do Processo de Compras, tendo ainda sido tramitadas, de forma a promover maior transparência, as pequenas aquisições através de uma aplicação web desenvolvida para o efeito que assegura a confidencialidade das propostas até ao termo do prazo para a sua apresentação.

Foi desenvolvida, no sistema de informação da Empresa, uma Plataforma de registo e gestão dos procedimentos de contratação. Esta plataforma permite o acompanhamento efetivo do estado e o registo das informações relevantes dos procedimentos de contratação tramitados pelo ML (excluindo as pequenas aquisições). Foi igualmente desenvolvido um relatório que permite a consulta e o reporte de indicadores de gestão e de cumprimento de obrigações desses procedimentos.

Para além do cumprimento das regras de contratação, procedeu-se ainda à elaboração e envio de relatórios estatísticos sobre esta matéria para as entidades competentes e outros relatórios de contratação no âmbito de auditorias.

Adicionalmente, foi celebrado em 2021 um contrato com valor superior a 5.000.000€ que em cumprimento do CCP e do art.º 47 da Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas (LOPTC), foram sujeitos a visto prévio desta entidade:

- Aquisição de máquina Pesada de Esmerilagem de Carril de Rolamento para o Metropolitano de Lisboa E.P.E., obteve o visto prévio do Tribunal de Contas, com a referência 999/2021;



Sistema nacional de compras públicas

Relatório
Consolidado
2021

Nesta matéria, desde 2010 que o Metropolitano de Lisboa implementa as medidas previstas no Plano de Estabilidade e Crescimento (PEC) 2010–2013, tendo aderido voluntariamente ao Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP).

De referir que, no âmbito do novo modelo organizacional, a área de Gestão Corporativa responsável pela Logística passou a centralizar os procedimentos de contratação, procurando, sempre que possível, obter as melhores condições na aquisição de bens e serviços, procedendo à contratação com recurso à modalidade de agregação de entidades adjudicantes.



Medidas de otimização da estrutura de gastos operacionais

Relatório Consolidado 2021

Quadro 75 – Eficiência operacional

Un.: €

| PRC | 2021 | 2021 | 2020 | 2019 | 2021/2020 | | 2021/2019 | |
|--|--------------------|--------------------|--------------------|--------------------|-------------------|---------------|-------------------|---------------|
| | Exec. | Orç. | Exec. | Exec. | Δ Absol. | Var. % | Δ Absol. | Var. % |
| (0) EBITDA (corrigido) | -14 416 821 | -24 500 683 | -30 613 090 | -225 028 | 16 196 269 | -53% | -14 191 794 | 6307% |
| (1) CMVMC | 2 530 223 | 3 630 256 | 2 613 840 | 3 596 083 | -83 617 | -3,2% | -1 065 860 | -30% |
| (2) FSE | 32 717 165 | 38 351 245 | 36 134 918 | 36 878 739 | -3 417 754 | -9,5% | -4 161 575 | -11% |
| (3) Gastos com o pessoal | 82 773 918 | 85 804 757 | 80 231 596 | 80 056 942 | 2 542 322 | 3,2% | 2 716 976 | 3% |
| i. Indemnizações pagas por rescisão | 0 | 100 000 | 0 | 0 | 0 | - | 0 | - |
| ii. Valorizações remuneratórias | 0 | 0 | 438 678 | 0 | -438 678 | -100% | 0 | - |
| iii. Impacto da aplicação dos IRCT | 1 091 484 | 1 160 066 | 1 137 320 | 1 173 821 | -45 836 | -4,0% | -82 337 | -7% |
| iv. Integração de trabalhadores da Ferconsult ^{a)} | 1 830 040 | 2 035 306 | | | | | | |
| (4) Gastos com pessoal sem os impactos i, ii, iii e iv | 79 852 395 | 82 509 385 | 78 655 599 | 78 883 121 | 1 196 795 | 1,5% | 969 273 | 1% |
| (5) Impactos da pandemia por COVID-19 nos Gastos Operacionais ^{b)} | 1 009 022 | 771 846 | 1 021 293 | 0 | -12 271 | - | 1 009 022 | - |
| (6) Gastos operacionais para efeitos do apuramento da eficiência operacional = (1)+(2)+(4)-(5)-(3.iv) | 115 182 245 | 124 979 106 | 116 383 065 | 119 357 944 | -1 200 820 | -1,0% | -2 974 879 | -2,5% |
| (7) Volume de negócios (VN) | 66 889 972 | 59 449 951 | 66 808 955 | 118 794 598 | 81 018 | 0,1% | -51 904 626 | -44% |
| Subsídios à exploração | 38 044 153 | 31 686 340 | 0 | 0 | 38 044 153 | - | 38 044 153 | - |
| Indemnizações compensatórias | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | - | 0 | - |
| (8) Perda de receita decorrente da pandemia por COVID-19 ^{b)} | 54 114 816 | 64 110 217 | 48 663 010 | 0 | 5 451 807 | 11,2% | 54 114 816 | - |
| (9) Volume de negócios para efeitos do apuramento da eficiência operacional = (7+8) | 121 004 788 | 123 560 168 | 115 471 964 | 118 794 598 | 5 532 824 | 4,8% | 2 210 190 | 1,9% |
| (10) Peso dos Gastos/VN = (6)/(9) | 95,2% | 101,1% | 100,8% | 100,5% | -5,6 p.p. | - | -5,3 p.p. | - |
| i. Gastos com Deslocações e Alojamento (FSE) | 1 821 | 33 500 | 7 473 | 40 013 | -5 652 | -75,6% | -38 192 | -95% |
| ii. Gastos com Ajudas de custo (Gastos c/ Pessoal) | 1 977 | 5 258 | 2 068 | 6 857 | -91 | -4,4% | -4 880 | -71% |
| iii. Gastos associados à frota automóvel ^{c)} | 305 212 | 375 611 | 263 774 | 292 344 | 41 438 | 15,7% | 12 868 | 4% |
| (11) Total = (i) + (ii) + (iii) | 309 009 | 414 369 | 273 314 | 339 213 | 35 695 | 13,1% | -30 204 | -8,9% |
| (12) Encargos com contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria | 1 440 154 | 2 660 283 | 3 089 203 | 1 614 032 | -1 649 048 | -53,4% | -173 877 | -10,8% |
| Número Total de RH (OS+CD+Trabalhadores) | 1 522 | 1 618 | 1 519 | 1 458 | 3 | 0% | 64 | 4% |
| N.º Órgãos Sociais (OS) | 6 | 6 | 6 | 6 | 0 | 0% | 0 | 0% |
| N.º Cargos de Direção (CD) | 21 | 21 | 17 | 17 | 4 | 24% | 4 | 24% |
| N.º Trabalhadores (sem OS e sem CD) | 1 495 | 1 591 | 1 496 | 1 435 | -1 | 0% | 60 | 4% |
| N.º Trabalhadores/N.º CD | 71 | 76 | 88 | 84 | -17 | -19% | -13 | -16% |
| N.º de viaturas | 47 | 47 | 47 | 39 | 0 | 0% | 8 | 21% |

(a) De forma a ser comparável com o real de 2019, é retirado o efeito do aumento de gastos com pessoal com a integração dos trabalhadores da Ferconsult no ML

b) [Os impactos das medidas tomadas para fazer face à pandemia COVID-19 deverão ser devidamente justificados e discriminados (se aplicável), bem como os impactos COVID-19 nas rubricas de vendas e serviços prestados (se aplicável)].

c) Os gastos com as viaturas incluem: rendas/amortizações, inspeções, seguros, portagens, combustíveis, manutenção, reparação, pneumáticos, taxas e impostos.

Medidas de otimização da estrutura de gastos operacionais

Relatório
Consolidado
2021

Quadro 76 – Detalhe da perda de receita tarifária atribuível à COVID-19

| RECEITA TARIFÁRIA | Estimativa PAO 2021 | Real 2021 | Desvio | |
|--|---------------------|------------------|---------------|-------|
| | | | Valor | % |
| Passageiros títulos ocasionais (n.º) | 38 076 287 | 14 862 541 | -23 213 746 | -61% |
| Receita de títulos ocasionais (€) | 49 567 647 € | 19 141 087 € | -30 426 561 € | -61% |
| Receita média de títulos ocasionais por passageiro (€) | 1,30 € | 1,29 € | -0,01 € | -1,1% |
| Passageiros Passes (n.º) | 152 099 221 | 62 313 523 | -89 785 698 | -59% |
| Receita de passes (€) | 54 259 485 € | 32 485 054 € | -21 774 431 € | -40% |
| Receita média de passes por passageiro (€) | 0,36 € | 0,52 € | 0,16 € | 46,1% |
| Perda de receita tarifária atribuível à pandemia COVID-19 (Deduzida de compensação PART) | | -52 200 991,58 € | | |

Quadro 77 – Detalhe da perda de receita não tarifária atribuível à COVID-19

| RECEITA NÃO TARIFÁRIA | Estimativa PAO 2021 | Real 2021 | Desvio | |
|---|---------------------|-----------------|----------|------|
| | | | Valor | % |
| Cartões Viva Viagem | 2 031 746 | 1 433 137 | -598 609 | -29% |
| Personalização LV | 482 856 | 262 819 | -220 037 | -46% |
| Espaços Comerciais | 1 506 428 | 1 280 628 | -225 800 | -15% |
| Publicidade | 1 019 324 | 149 946 | -869 378 | -85% |
| Perda de receita tarifária atribuível à pandemia COVID-19 | | -1 913 824,43 € | | |

O rácio Peso dos Gastos/Volume de Negócios cumpre o estabelecido para a eficiência operacional, atingindo 96,7%, com redução de custos na maioria das rubricas, com exceção dos Gastos com Pessoal, que sofreu um acréscimo de 2,5 M€ e que se detalha na pág. 96;

Os gastos com COVID-19 encontram-se detalhados no Quadro 28 – Gastos operacionais (COVID-19) – Contas Individuais, pág.^a 96;

Os Subsídios à Exploração, no ano em análise, encontram-se autonomizados e estão detalhados na pág.^a 93;



Medidas de otimização da estrutura de gastos operacionais

Relatório
Consolidado
2021

Os Gastos com Deslocações e Alojamento registam forte decréscimo (-75,6%) devido às restrições provocadas pela pandemia COVID-19, fazendo-se também refletir nos gastos com Ajudas de Custo (-4,4%).

Os gastos associados à frota automóvel apresentam um incremento de 41 mil euros, por via da incorporação dos veículos pertencentes à Ferconsult no ativo do ML. O desvio é de -70,4 mil euros, face ao orçamentado.

As variações identificadas são:

- Combustível (inclui energia) 8,1 mil euros; Conservação e Reparação 18,8 mil euros; Rendas 6,9 mil euros; Seguros 3,8 mil euros e Portagens/Parques 3,9 mil euros.

Desvios identificados:

- Combustível (inclui energia) 2,1 mil euros; Rendas -81,7 mil euros; Seguros -4,8 mil euros; Impostos -3,6 mil euros e Portagens/Parques 18,0 mil euros (verificou-se um lapso no processo orçamental).

Encargos com contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria: variação de -1,6 milhões de euros e desvio de -2,1 milhões de euros, causados por atrasos nos processos de concurso/contratação.



Contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria

Princípio da unidade de tesouraria do estado

Relatório Consolidado
2021

Em 2021, o ML aplicou o Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação à contratação pública que está submetida a esse regime jurídico.

O ML respeitou igualmente as orientações constantes da Recomendação n.º 1/2015, de 7 de janeiro, do Conselho de Prevenção contra a Corrupção (Tribunal de Contas), transmitidas através do ofício circular n.º 4766, de 10 de agosto, bem como do Despacho n.º 438/10-SETF, de 10 de maio, transmitidas através do ofício circular n.º 6132, de 6 de agosto de 2010.

Quadro 78 – Disponibilidades no IGCP

| IGCP | 1.º Trimestre (€) | 2.º Trimestre (€) | 3.º Trimestre (€) | 4.º Trimestre (€) |
|------------------------|-------------------|-------------------|-------------------|--------------------|
| Disponibilidades | 48 508 312 | 51 462 532 | 32 121 807 | 124 752 521 |
| Aplicações financeiras | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Total | 48 508 312 | 51 462 532 | 32 121 807 | 124 752 521 |

Quadro 79 – Disponibilidades na Banca Comercial

| Banca Comercial | 1.º Trimestre (€) | 2.º Trimestre (€) | 3.º Trimestre (€) | 4.º Trimestre (€) |
|---------------------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|
| Wilmington Trust | 24 966 310 | 24 966 310 | 24 966 310 | 24 966 310 |
| Wells Fargo | 29 096 203 | 23 395 629 | 23 395 629 | 23 395 629 |
| Banco Português de Investimento | 227 184 | 1 056 382 | 2 262 171 | 19 210 |
| Banco Santander Totta | 3 881 | 328 | 1 182 | 4 165 |
| Caixa Banco Investimento | 4 062 | 4 062 | 4 062 | 4 062 |
| Millennium BCP | 2 194 | 20 894 | 0 | 0 |
| Caixa Geral de Depósitos | 95 599 | 94 777 | 51 572 | 252 |
| Total | 54 395 433 | 49 538 383 | 50 680 927 | 48 389 628 |
| Juros auferidos | 0 | 0 | 0 | 0 |

O documento 1702/2020 emitido pelo IGCP execiona o ML do cumprimento da UTE, para os anos de 2020 e 2021, somente nos valores inerentes às operações de financiamento contratualizados com a banca.

Auditorias conduzidas pelo tribunal de contas nos últimos três anos

- Dívida pública financeira.
- Património financeiro público.

Elaboração e divulgação do Plano para a Igualdade

Vide ponto 9. Relatório sobre remunerações pagas a mulheres e homens, pág.^a 152.

Elaboração e divulgação da demonstração não financeira

Vide páginas 382 a 408.



Divulgação de informação no sítio da internet do SEE

Relatório Consolidado 2021

Quadro 80 – Informação divulgada no site do SEE

| Informação a constar no site do SEE | Divulgação | | Comentários |
|--|------------|------------------|-------------|
| | S/N/N.A. | Data atualização | |
| Estatutos | S | nov/2020 | |
| Caraterização da Empresa | S | jan/2020 | |
| Função de tutela e acionista | S | jan/2020 | |
| Modelo de Governo / Membros dos Órgãos Sociais | S | | |
| - Identificação dos Órgãos Sociais | S | jan/2020 | |
| - Estatuto Remuneratório Fixado | S | jan/2020 | |
| - Divulgação das remunerações auferidas pelos Órgãos Sociais | S | jan/2020 | |
| - Identificação das funções e responsabilidades dos membros do Conselho de Administração | S | jan/2020 | |
| - Apresentação das sínteses curriculares dos membros dos Órgãos Sociais | S | jan/2020 | |
| Esforço Financeiro Público | S | jan/2020 | |
| Ficha Síntese | S | jan/2020 | |
| Informação Financeira histórica e atual | S | jul/2021 | |
| Princípios de Bom Governo | S | | |
| - Regulamentos internos e externos a que a empresa está sujeita | S | nov/2018 | |
| - Transações relevantes com entidades relacionadas | S | nov/2018 | |
| - Outras transações | S | nov/2018 | |
| - Análise de sustentabilidade da empresa nos domínios: | S | nov/2018 | |
| Económico | S | nov/2018 | |
| Social | S | nov/2018 | |
| Ambiental | S | nov/2018 | |
| - Avaliação do cumprimento dos Princípios do Bom Governo | S | nov/2018 | |
| - Código de ética | S | nov/2018 | |



Quadro resumo – Cumprimento de orientações legais

Relatório
Consolidado
2021

Quadro 81 – Quadro resumo – Cumprimento de orientações legais

| Cumprimento das Orientações Legais – 2021 | Cumprimento | Quantificação/ Identificação | Justificação/Referência ao ponto do Relatório |
|--|-------------|--|---|
| | S/N/A. | | |
| Objetivos de gestão | | | |
| Objetivo de gestão definidos para 2021 | | | Pág.ª 139 |
| Metas a atingir constantes no PAO 2021 | | | |
| Investimento | N | Grau de execução: 74,3% | Pág.ª 140 |
| Nível de endividamento | N | Varição do endividamento: 3,37% | Pág.ª 144 |
| Grau de execução do orçamento carregado em SIGO/SOE | S | Receita: 103,8% Despesa: 85,5% | Pág.ª 142 |
| Gestão do Risco Financeiro | S | 3,93% | Pág.ª 144 |
| Limites de Crescimento do Endividamento | S | 3,37% | Pág.ª 144 |
| Evolução do PMP a fornecedores | S | -5 dias | Pág.ª 145 |
| Divulgação dos Atrasos nos Pagamentos (“Arrears”) | S | 114.625€ | Pág.ª 145 |
| Recomendações do acionista na última prestação de contas | N.A. | - | Pág.ª 145 |
| Reservas emitidas na última CLC | N | 4 Reservas | Pág.ª 346 |
| Remunerações/honorários | | | |
| Não atribuição de prémios gestão | S | — | Pág.ª 152 |
| CA – reduções remuneratórias vigentes em 2021 | S | 9.924,92€ | Pág.ª 147 |
| Fiscalização (CF) – reduções remuneratórias vigentes em 2021 | N.A. | — | Pág.ª 149 |
| Auditor Externo – redução remuneratória vigentes em 2021 | N.A. | — | Pág.ª 151 |
| EGP – artigo 32.º e 33.º do EGP | | | |
| Não utilização de cartões de crédito | S | — | Pág.ª 152 |
| Não reembolso de despesas de representação pessoal | S | — | Pág.ª 152 |
| Valor máximo das despesas associadas a comunicações | S | — | Pág.ª 152 |
| Valor máximo de combustível e portagens afeto mensalmente às viaturas de serviço | S | Plafond excedido em 430,99€. Valor regularizado. | Pág.ª 152 |
| Despesas não documentadas ou confidenciais – n.º 2 do art.º 16.º do RJSPE e art.º 11.º do EGP | | | |
| Proibição de realização de despesas não documentadas ou confidenciais | S | — | Pág.ª 153 |
| Promoção da igualdade entre mulheres e homens – n.º 2 da RCM n.º 18/2014 | | | |
| Elaboração e divulgação do relatório sobre as remunerações pagas a mulheres e homens | S | Link | Pág.ª 153 |
| Elaboração de relatório anual sobre prevenção da corrupção | S | Link | Pág.ª 154 |
| Contratação Pública | | | |
| Aplicação das normas de contratação pública pela Empresa | S | — | Pág.ª 154 |
| Aplicação das normas de contratação pública pelas participadas | S | — | Pág.ª 154 |
| Contratos submetidos a visto prévio do TC | S | Contratos: 1; Valor: 7.994.137€ | Pág.ª 154 |
| Adesão ao Sistema Nacional de Compras Públicas | S | | Pág.ª 156 |
| Gastos Operacionais das Empresas Públicas | S | | Pág.ª 157 |
| Contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria (art. 49.º do DLEO 2019) | S | | Pág.ª 159 |
| Princípio da Unidade de Tesouraria (artigo 28.º do DL 133/2013) | | | |
| Disponibilidades e aplicações centralizadas no IGCP | S | 70,5% | Pág.ª 160 |
| Disponibilidades e aplicações na Banca Comercial | S | 52.240.774€ | Pág.ª 160 |
| Juros auferidos em incumprimento da UTE e entregues em Receita do Estado | N.A. | — | Pág.ª 160 |
| Auditorias do Tribunal de Contas | | | |
| Elaboração do plano para a igualdade conforme determina o art.º 7.º da Lei 62/2017, de 1 de agosto | S | — | Pág.ª 161 |
| Apresentação da demonstração não financeira | S | — | Pág.ª 161 |



8

Síntese de Resultados



Metropolitano de Lisboa

Relatório
Consolidado

2021

Efeitos e impactos da pandemia COVID-19

O despoletar da pandemia de COVID-19 em março de 2020 impactou, forçosamente, a sociedade portuguesa, o tecido empresarial e o Metropolitano não foi exceção. Com efeito, em 2021 foi dada continuidade à implementação das medidas de mitigação dos efeitos gerados pela COVID-19, fortalecendo e ajustando, quando necessário, os planos de contingência, medidas e protocolos adotados em 2020.

Durante o ano de 2021, o Metropolitano pautou-se por um espírito de antecipação de cenários mais adversos, acautelando-se com a aquisição de produtos específicos de combate à COVID-19, visando reduzir os riscos quer junto dos seus trabalhadores, quer junto dos seus clientes. Invariavelmente, os danos causados pela pandemia, seja a nível da saúde física e mental, seja a nível económico, existiram e continuam a impactar a maneira como a sociedade se comporta. A trajetória descendente no número de passageiros transportados manteve-se e atingiu os 50%, face a 2019. Também a variação negativa no volume de negócios cifrou-se nos 43,8%, ilustrando assim os efeitos produzidos no presente exercício pela pandemia na operação da empresa.

Eventos subsequentes

Relatório Consolidado 2021

5ª Vaga da Pandemia COVID-19

Desde meados de 2021, a adesão em massa à vacinação, aliada à manutenção de determinadas restrições e posturas preventivas, permitiu obter um maior grau de previsibilidade quanto ao comportamento da pandemia, facilitando o seu controlo e antecipação de cenários. Não obstante, no final de 2021 e início de 2022 verificou-se a evolução de uma quinta vaga. Contudo, em contraste com vagas anteriores, o padrão de restrições foi aliviado. Um leque de medidas, como o teletrabalho obrigatório, foram reaplicadas, evidenciando-se portanto uma menor mobilidade da população durante o mês de janeiro, ainda que, consequentemente, não se tenha assistido a uma desaceleração significativa da atividade económica.



Eventos subsequentes

Relatório
Consolidado
2021

Invasão da Ucrânia pela Rússia

Em 24 de fevereiro de 2022, a Rússia lançou uma operação militar de grande escala na Ucrânia. No seguimento da condenação do evento pela comunidade internacional, países ocidentais e Estados Membro da União Europeia, incluindo Portugal, têm vindo a aplicar sanções em vários setores de atividade à Federação Russa, incluindo-se a nível económico, por exemplo, a redução das trocas comerciais e a exclusão do sistema de pagamentos SWIFT. No contexto da economia global, os efeitos de uma guerra regional, não só na instância humanitária como também económica, extravasam massivamente para o resto do mundo. Em 2021, a Rússia figurava como um dos principais produtores de bens energéticos, sendo o terceiro principal fornecedor de gás natural a Portugal, pelo que, sem embargo da incerteza que caracteriza a magnitude do impacto económico do conflito, a substituição das importações de gás russo levará possivelmente a que se incorram em custos acrescidos, para além das restantes repercussões nas cadeias de valor globais, que elevarão os custos de bens e serviços.

Subida de Preços

Confirmando a rota ascendente que já vinha sendo traçada desde 2021, a estimativa para a variação do IHPC, relativa ao mês de março de 2022, fixou-se, de acordo o INE, nos 5,5%. A variação da componente dos bens energéticos tem-se revelado um dos principais motores deste aumento, sofrendo esse agregado uma variação de 19,8%. De facto, o constrangimento e instabilidade das cadeias de abastecimento, sobretudo no setor energético, a exposição aos conflitos geopolíticos, nomeadamente a guerra na Ucrânia, e as implicações que lhes são adjacentes, geram um quadro económico de incerteza, provocando uma vincada volatilidade dos preços das *commodities*. No que se refere às flutuações do preço da energia, o seu aumento origina um efeito *spillover* no custo de bens e serviços, sobretudo em setores altamente dependentes de energia elétrica para a prossecução das suas operações, como é o caso do Metropolitano onde se prevê um elevado agravamento nos gastos de energia, que inevitavelmente, penalizará o rácio de eficiência operacional do ML.



Perspetivas futuras

Relatório
Consolidado
2021

Desenvolvimento da Operação

No ano em análise, muitos foram os desafios colocados ao Metropolitano, sem que, no entanto, o ML se tenha desviado dos objetivos estratégicos traçados, e da sua missão de prestação de um serviço público de efetiva qualidade. Assim, para além do forte empenho na prestação do serviço diário, o ML continuará fortemente empenhado na prossecução dos seus projetos de investimento, nomeadamente, os projetos de modernização e expansão da rede, levando o Metropolitano a cada vez mais pessoas, e afirmando-se como verdadeiro prestador de serviço público e agente ativo numa mobilidade mais sustentável. Verdadeiramente, o ML pretende estar na vanguarda da mobilidade urbana e com uma postura inovadora e de melhoria contínua.

O prolongamento Rato/Cais do Sodré, eixo basilar na formação da futura linha circular, contará em 2022 com a adjudicação do lote 4 relativo aos acabamentos, revestimentos e telecomunicações do projeto. O anel circular projetado permitirá uma oferta e uma distribuição dos clientes na rede do Metropolitano de Lisboa mais equilibrada.

Aliado ao projeto da linha circular, a modernização do sistema de sinalização impõe-se como um projeto essencial à melhoria do serviço de transporte público, que permitirá reduzir tempos de espera, aumentar a segurança e consequentemente a disponibilidade de material circulante em operação.

Parte integrante dos investimentos estruturantes do ML, já contratados, será também o prolongamento entre S. Sebastião e Alcântara financiado pelo Plano de Recuperação e Resiliência. Efetivamente, esta extensão de 4,1 km servirá a zona ocidental da cidade, uma zona dinâmica, com forte atividade e geração de viagens. Adicionalmente, o projeto do Metro Ligeiro de Superfície entre Loures e Odivelas, também com financiamento do PRR, desempenhará um papel essencial como instrumento alternativo e de conexão ao centro de Lisboa. Este projeto visa regenerar áreas urbanas, consolidar polos do sistema urbano existentes, aumentando a oferta de Transporte Público para assegurar uma maior coesão territorial.

A Linha Intermodal Sustentável (LIOS) que assenta na intermodalidade como alicerce para chegar a zonas com carência de oferta de transportes seguirá em 2022 com os estudos relativos ao traçado.



Perspetivas futuras

Relatório
Consolidado
2021

Em linha com o objetivo traçado de dotar 100% das estações equipadas com acessos mecânicos acessíveis a pessoas com mobilidade reduzida, o ML prosseguirá com as empreitadas previstas no seu plano de acessibilidades, sublinhando a importância da sua execução com vista ao alcance célere da plena acessibilidade.

Em paralelo continuará a sua política de investimentos de recuperação e substituição de ativos em fim de vida, sejam equipamentos oficiais (Nova esmeriladora, novo Torno), sejam de equipamentos de conforto das estações (Escadas e elevadores), sejam de recuperação material circulante (Renovação Portas e Sistemas embarcados), sejam dos mais variados sistemas da infraestrutura existente.

Por último referir a expectativa da necessária recuperação dos Recursos Humanos do ML, pela admissão dos recursos necessários para fazer face aos atuais e futuros desafios nomeadamente para as áreas operacionais e de manutenção.

Retoma da Procura

Contrastando com a redução conjuntural da utilização de transportes públicos gerada pela pandemia COVID-19, a crescente consciencialização dos cidadãos face às alterações climáticas aliada aos projetos de expansão de rede do ML, que inclui investimentos no quadro da transição climática, cuja natureza se cimenta na mobilidade sustentável e tem o seu eixo na descarbonização, terá um papel determinante na retoma da procura de transportes públicos de passageiros a curto prazo, como também na fidelização de clientes a longo prazo.

Acrescem ainda as pressões inflacionistas e de subida generalizada dos preços de bens e serviços, nomeadamente o preço dos combustíveis fósseis, que poderão ter um papel de transferência para o transporte coletivo como alternativa para os cidadãos se deslocarem, em detrimento do transporte individual.

Estes fatores podem ser essenciais na análise dos dados de procura do primeiro trimestre de 2022, onde o ML assistiu a uma forte recuperação, registando-se uma variação homóloga de 146% nos passageiros transportados, superior também em 16% ao previsto no PAO 2022.

Proposta de aplicação de resultados

Relatório
Consolidado
2021

No exercício de 2021, o grupo de empresas Metropolitano de Lisboa, apresentou resultados líquidos consolidados negativos de 22.901.284 euros, e resultados líquidos negativos nas contas individuais de 22.900.570 euros, tendo os mesmos sido objeto de proposta por parte do Conselho de Administração no sentido de serem integralmente transferidos para resultados transitados.

As demonstrações financeiras anexas a este relatório evidenciam a perda de metade do capital social, nos termos referidos no art.º 35.º do Código das Sociedades Comerciais.

O Conselho de Administração deverá submeter a deliberação do acionista a adoção de medidas que visem a reposição do capital social da Sociedade.

O Conselho de Administração


 Digitally signed by VÍTOR
 MANUEL JACINTO
 DOMINGUES DOS
 SANTOS
 Presidente Date: 2022.05.31 11:32:45
 Metropolitano LISBOA

Eng.º Vítor Manuel Jacinto Domingues dos Santos

MARIA HELENA
 ARRANHADO
 CARRASCO
 CAMPOS
 Digitally signed by
 MARIA HELENA
 ARRANHADO
 CARRASCO CAMPOS
 Date: 2022.05.31
 11:05:59 +01'00'

Eng.ª Maria Helena Arranhado Carrasco Campos

Lisboa, 31 de maio de 2022



9

Anexos



Metropolitano de Lisboa

Relatório
Consolidado
2021

Declarações Finais

Relatório
Consolidado
2021

Nos termos da Lei, cumpre ao Conselho de Administração declarar que:

1. Para além dos factos acima referidos, e daqueles que, em maior detalhe, constam da documentação que acompanha as Demonstrações Financeiras, relativas ao exercício de 2021, não tem conhecimento da ocorrência, após o termo do exercício, de outras situações que, pela sua especial relevância, mereçam ser destacadas;
2. Nos termos do artigo 21º do Decreto-lei n.º 441/91, não existem dívidas em mora à Segurança Social;
3. Nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 324º do Código das Sociedades Comerciais, não houve movimento de compras e vendas de ações próprias ou outras no corrente exercício;
4. Não ocorreram quaisquer negócios entre os administradores e a sociedade no período em análise.

O Conselho de Administração


Digitally signed by VÍTOR
MANUEL JACINTO
DOMINGUES DOS
SANTOS
Date: 2022.05.31 11:32:45
+01'00' Lisboa
Metropolitano

Eng.º Vítor Manuel Jacinto Domingues dos Santos

MARIA HELENA
ARRANHADO
CARRASCO
CAMPOS
Digitally signed by
MARIA HELENA
ARRANHADO
CARRASCO CAMPOS
Date: 2022.05.31
11:05:39 +01'00' Lisboa
Metropolitano

Eng.ª Maria Helena Arranhado Carrasco Campos

Lisboa, 31 de maio de 2022

Anexo ao Relatório de Gestão (Conselho de Administração, n.º 5, art.º 447 CSC)

Relatório
Consolidado
2021

Cumprindo o disposto no n.º 5 do artigo 447.º do Código das Sociedades Comerciais, informa-se que os membros do Conselho de Administração não eram, à data de 31 de dezembro de 2021, detentores de quaisquer ações representativas do capital social da sociedade.

O Conselho de Administração


Digitally signed by VITOR
MANUEL JACINTO
DOMINGUES DOS
SANTOS
Presidente
Date: 2022.05.31 11:32:45
Metropolitan+01'00' Lisboa

Eng.º Vitor Manuel Jacinto Domingues dos Santos

MARIA HELENA
ARRANHADO
CARRASCO
CAMPOS
Digitally signed by
MARIA HELENA
ARRANHADO
CARRASCO CAMPOS
Date: 2022.05.31
11:05:39 +01'00'

Eng.ª Maria Helena Arranhado Carrasco Campos

Lisboa, 31 de maio de 2022



Anexo ao Relatório de Gestão

(Conselho Fiscal, n.º 5,
art.º 447 CSC)

Relatório
Consolidado
2021

Cumprindo o disposto no n.º5 do artigo 447º do Código das Sociedades Comerciais, informa-se que os membros do Conselho de Fiscal não eram, à data de 31 de dezembro de 2021, detentores de quaisquer ações representativas do capital social da sociedade.

O Conselho Fiscal

Assinado por: **José Carlos Pereira Nunes**
Num. de Identificação: BI04833126
Data: 2022.05.31 15:15:50+01'00'

Dr. José Carlos Pereira Nunes

Assinado por: **CRISTINA MARIA PEREIRA FREIRE**
Num. de Identificação: 10415151
Data: 2022.05.31 15:32:19+01'00'

Dra. Cristina Maria Pereira Freire

Assinado por: **MARGARIDA CARLA CAMPOS
FREITAS TABORDA**
Num. de Identificação: BI09504700

Dra. Margarida Carla Campos Freitas Taborda

Lisboa, 31 de maio de 2022



Demonstrações Financeiras e seus Anexos

Relatório Consolidado
2021

| Balanco individual em 31 de dezembro de 2021 | | | Unid. monetária (Euro) | |
|---|-------|----------------------|------------------------|--|
| Rubricas | Notas | 31 dezembro 2021 | 31 dezembro 2020 | |
| ATIVO | | | | |
| Ativo não corrente | | | | |
| Investimentos de infraestruturas de longa duração | 5 | 5 400 543 332 | 5 390 701 851 | |
| Ativos fixos tangíveis | 6 | 118 351 247 | 98 448 584 | |
| Propriedades de investimento | 7 | 13 353 294 | 12 621 462 | |
| Ativos intangíveis | 8 | 1 721 469 | 1 830 425 | |
| Participações financeiras – método da equivalência patrimonial | 9 | 42 655 774 | 33 832 449 | |
| Outros ativos financeiros | 10 | 52 218 573 | 54 065 280 | |
| Total do ativo não corrente | | 5 628 843 688 | 5 591 500 051 | |
| Ativo corrente | | | | |
| Inventários | 11 | 9 771 398 | 10 836 101 | |
| Clientes | 12 | 2 059 472 | 1 718 818 | |
| Estado e outros entes públicos | 13 | 7 891 979 | 3 815 038 | |
| Outros créditos a receber | 14 | 16 308 269 | 10 929 504 | |
| Diferimentos | 15 | 30 809 340 | 30 388 665 | |
| Caixa e depósitos bancários | 16 | 124 800 233 | 47 271 470 | |
| Total do ativo corrente | | 191 640 691 | 104 959 596 | |
| Total do ativo em investimentos de infraestruturas de longa duração | | 5 400 543 332 | 5 390 701 851 | |
| Total do ativo afeto à operação | | 419 941 048 | 305 757 796 | |
| TOTAL DO ATIVO | | 5 820 484 379 | 5 696 459 647 | |



CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO

| Capital próprio | | | |
|---|----|----------------------|----------------------|
| Capital subscrito | 17 | 3 667 903 891 | 3 413 998 982 |
| Reservas legais | | 21 597 | 21 597 |
| Outras reservas | | 1 501 878 | 1 501 878 |
| Resultados transitados | 17 | (1 940 806 395) | (1 883 675 004) |
| Excedentes de revalorização | | 37 234 076 | 37 234 076 |
| Ajustamentos / outras variações no capital próprio | 17 | 18 104 175 | (7 181 254) |
| | | 1 783 959 221 | 1 561 900 274 |
| Resultado líquido do período | | (22 900 570) | (57 131 391) |
| Total do capital próprio | | 1 761 058 651 | 1 504 768 883 |
| Passivo | | | |
| Passivo não corrente | | | |
| Investimentos de infraestruturas de longa duração | 5 | 1 730 374 092 | 1 946 015 681 |
| Provisões | 18 | 1 701 241 | 40 313 289 |
| Financiamentos obtidos | 19 | 144 565 037 | 151 382 336 |
| Responsabilidades por benefícios pós-emprego | 20 | 270 784 682 | 274 600 485 |
| Outros passivos financeiros | 21 | 19 263 628 | 43 363 932 |
| Total do passivo não corrente | | 2 166 688 680 | 2 455 675 724 |
| Passivo corrente | | | |
| Investimentos de infraestruturas de longa duração | 5 | 1 169 078 940 | 1 056 477 888 |
| Fornecedores | 22 | 1 177 892 | 7 230 978 |
| Estado e outros entes públicos | 13 | 3 254 811 | 3 150 333 |
| Financiamentos obtidos | 19 | 659 648 495 | 605 259 449 |
| Outras dívidas a pagar | 23 | 59 576 911 | 63 896 392 |
| Total do passivo corrente | | 1 892 737 048 | 1 736 015 040 |
| Total do passivo em investimentos de infraestruturas de longa duração | | 2 899 453 031 | 3 002 493 569 |
| Total do passivo afeto à operação | | 1 159 972 697 | 1 189 197 195 |
| Total do passivo | | 4 059 425 728 | 4 191 690 764 |
| TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO | | 5 820 484 379 | 5 696 459 647 |

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

 Digitally signed by VITOR
MANUEL JACINTO
DOMINGUES DOS
SANTOS
Date: 2022.05.31 11:32:45
Metropolitano(+0100'+01'00')

Eng.º Vitor Manuel Jacinto Domingues dos Santos

MARIA HELENA
ARRANHADO
CARRASCO
CAMPOS
Digitally signed by
MARIA HELENA
ARRANHADO
CARRASCO
CAMPOS
Date: 2022.05.31
Metropolitano(+0100'+01'00')

Eng.ª Maria Helena Arranhado Carrasco Campos

O CONTABILISTA CERTIFICADO

PEDRO MIGUEL
GALANTE
ANTUNES PAIVA
Digitally signed by PEDRO
MIGUEL GALANTE ANTUNES
PAIVA
DN: cn=2022.05.30 17:58:38
+01'00'

Dr. Pedro Miguel Galante Antunes Paiva



Demonstrações Financeiras e seus Anexos

Relatório Consolidado

2021

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
Período findo em 31 de dezembro de 2021

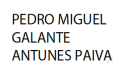
| RENDIMENTOS E GASTOS | Notas | Unid. monetária (Euro) | |
|---|---------|------------------------|---------------------|
| | | 2021 | 2020 |
| Vendas e serviços prestados | 24 | 66 889 972 | 66 808 955 |
| Subsídios à exploração | 25 | 38 044 153 | 21 740 836 |
| Ganhos / perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos | 26 | (4 601 985) | (4 138 648) |
| Trabalhos para a própria entidade | 5.1 e 6 | 5 825 053 | 4 652 146 |
| Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas | 11 | (2 530 223) | (2 613 840) |
| Fornecimentos e serviços externos | 27 | (32 717 165) | (36 134 918) |
| Gastos com o pessoal | 28 | (82 773 918) | (80 231 596) |
| Imparidade de inventários (perdas / reversões) | 11 | - | 299 936 |
| Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões) | 12 e 14 | 1 213 | 313 925 |
| Provisões (aumentos / reduções) | 18 | 40 500 | 70 000 |
| Aumentos / reduções de justo valor | 10 e 21 | 24 005 699 | 16 130 888 |
| Outros rendimentos | 29 | 7 017 606 | 2 727 645 |
| Outros gastos | 30 | (3 053 133) | (6 737 947) |
| Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos | | 16 147 772 | 17 252 620 |
| Gastos / reversões de depreciação e de amortização | 6 a 8 | (14 995 928) | (15 179 029) |
| Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões) | 6 a 8 | 1 187 407 | (318 005) |
| Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos) | | 2 339 251 | (32 749 653) |
| Juros e gastos similares suportados | 31 | (25 234 460) | (24 380 720) |
| Resultado antes de impostos | | (22 895 209) | (57 130 373) |
| Imposto sobre o rendimento do período | 32 | (5 361) | (1 018) |
| Resultado líquido do período | | (22 900 570) | (57 131 391) |

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

 Digitally signed by VITOR MANUEL JACINTO DOMINGUES DOS SANTOS
Presidente
Date: 2022.05.31 11:32:45
Metropolitano+4109

Eng.^o Vitor Manuel Jacinto Domingues dos Santos

O CONTABILISTA CERTIFICADO

 Digitally signed by PEDRO MIGUEL GALANTE ANTUNES PAIVA
Date: 2022.05.30 17:58:38
+0100

Dr. Pedro Miguel Galante Antunes Paiva

 Digitally signed by MARIA HELENA ARRANHADO CARRASCO CAMPOS
Date: 2022.05.31 11:32:45
Metropolitano+4109

Eng.^a Maria Helena Arranhado Carrasco Campos




| | Notas | Capital subscrito | Reservas legais | Outras reservas | Resultados transitados | Excedentes de revalorização | Ajustamentos / outras variações no capital próprio | Resultado líquido do período | Total | Total do capital próprio |
|---|-------|-------------------|-----------------|-----------------|------------------------|-----------------------------|--|------------------------------|---------------|--------------------------|
| Posição em 1 de janeiro de 2020 | | 3 093 575 218 | 21 597 | 1 501 878 | (1 866 801 728) | 37 234 076 | 2 306 279 | (16 873 277) | 1 250 964 043 | 1 250 964 043 |
| Alterações no período | | | | | | | | | | |
| Aplicação do resultado líquido do período findo em 31 de dezembro de 2019 | 17 | | | | (16 873 277) | | | 16 873 277 | - | - |
| Plano de benefícios definidos - ganhos e perdas atuariais | 20 | | | | | | (8 244 433) | | (8 244 433) | (8 244 433) |
| Outras alterações reconhecidas no capital próprio | 29 | | | | | | (1 243 100) | | (1 243 100) | (1 243 100) |
| | | - | - | - | (16 873 277) | - | (9 487 533) | 16 873 277 | (9 487 533) | (9 487 533) |
| Resultado líquido do período findo em 31 de dezembro de 2020 | | | | | | | | (57 131 391) | (57 131 391) | (57 131 391) |
| Resultado integral | | | | | | | | (66 618 924) | (66 618 924) | (66 618 924) |
| Operações com detentores de capital no período | | | | | | | | | | |
| Subscrições de capital | 17 | 320 423 764 | | | | | | | 320 423 764 | 320 423 764 |
| | | 320 423 764 | - | - | - | - | - | - | 320 423 764 | 320 423 764 |
| Posição em 31 de dezembro de 2020 | | 3 413 998 982 | 21 597 | 1 501 878 | (1 883 675 004) | 37 234 076 | (7 181 254) | (57 131 391) | 1 504 768 883 | 1 504 768 883 |
| Posição em 1 de janeiro de 2021 | | 3 413 998 982 | 21 597 | 1 501 878 | (1 883 675 004) | 37 234 076 | (7 181 254) | (57 131 391) | 1 504 768 883 | 1 504 768 883 |
| Alterações no período | | | | | | | | | | |
| Aplicação do resultado líquido do período findo em 31 de dezembro de 2020 | 17 | | | | (57 131 391) | | | 57 131 391 | - | - |
| Plano de benefícios definidos - ganhos e perdas atuariais | 20 | | | | | | (1 612 620) | | (1 612 620) | (1 612 620) |
| Outras alterações reconhecidas no capital próprio | 17 | | | | | | 26 898 049 | | 26 898 049 | 26 898 049 |
| | | - | - | - | (57 131 391) | - | 25 285 429 | 57 131 391 | 25 285 429 | 25 285 429 |
| Resultado líquido do período findo em 31 de dezembro de 2021 | | | | | | | | (22 900 570) | (22 900 570) | (22 900 570) |
| Resultado integral | | | | | | | | 2 384 859 | 2 384 859 | 2 384 859 |
| Operações com detentores de capital no período | | | | | | | | | | |
| Subscrição de capital | 17 | 253 904 909 | | | | | | | 253 904 909 | 253 904 909 |
| | | 253 904 909 | - | - | - | - | - | - | 253 904 909 | 253 904 909 |
| Posição em 31 de dezembro de 2021 | | 3 667 903 891 | 21 597 | 1 501 878 | (1 940 806 395) | 37 234 076 | 18 104 175 | (22 900 570) | 1 761 058 651 | 1 761 058 651 |

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO


 Digitally signed by VITOR MANUEL JACINTO DOMINGUES DOS SANTOS
 Presidente
 Date: 2022.05.31 11:32:45
 Metropolitan
 Eng.º Vitor Manuel Jacinto Domingues dos Santos


 Digitally signed by MARIA HELENA ARRANHADO CARRASCO CAMPOS
 Date: 2022.05.31 11:32:45
 Metropolitan
 Eng.ª Maria Helena Arranhado Carrasco Campos

O CONTABILISTA CERTIFICADO


 Digitally signed by PEDRO MIGUEL GALANTE ANTUNES PAIVA
 Date: 2022.05.30 17:58:38 +0100
 Dr. Pedro Miguel Galante Antunes Paiva

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DE FLUXOS DE CAIXA
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

Unid. monetária (Euro)

| | Notas | 2021 | 2020 |
|---|-------|---------------|---------------|
| Fluxos de caixa das atividades operacionais | | | |
| Recebimentos de clientes | | 80 429 312 | 66 669 577 |
| Pagamentos a fornecedores | | (46 919 571) | (47 940 571) |
| Pagamentos ao pessoal | | (85 286 826) | (82 455 389) |
| Caixa gerada pelas operações | | (51 777 085) | (63 726 382) |
| Recebimentos do 'Apoio à reposição da oferta de transportes públicos' | | 31 088 003 | 20 299 084 |
| Pagamento / recebimento do imposto sobre o rendimento | | 1 444 924 | - |
| Outros recebimentos / pagamentos | | 1 953 907 | 2 125 526 |
| Fluxos de caixa das atividades operacionais [1] | | (17 290 251) | (41 301 773) |
| Fluxos de caixa das atividades de investimento | | | |
| Recebimentos provenientes de: | | | |
| Investimentos financeiros | | 799 150 | 257 345 |
| Subsídios ao investimento | | 153 517 599 | 31 474 692 |
| Pagamentos respeitantes a: | | | |
| Ativos fixos tangíveis | | (150 753 911) | (73 905 447) |
| Fluxos de caixa das atividades de investimento [2] | | 3 562 837 | (42 173 409) |
| Fluxos de caixa das atividades de financiamento | | | |
| Recebimentos provenientes de: | | | |
| Financiamentos obtidos | | 119 187 522 | 203 813 049 |
| Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio | | 253 904 909 | 320 423 764 |
| Pagamentos provenientes de: | | | |
| Financiamentos obtidos | | (139 863 958) | (216 514 597) |
| Juros e gastos similares | | (141 972 295) | (206 705 313) |
| Fluxos de caixa das atividades de financiamento [3] | | 91 256 178 | 101 016 903 |
| Variação de caixa e seus equivalentes [4]=[1]+[2]+[3] | | 77 528 764 | 17 541 721 |
| Caixa e seus equivalentes no início do período | | 47 271 470 | 29 729 749 |
| Caixa e seus equivalentes no fim do período | 16 | 124 800 233 | 47 271 470 |

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Digitally signed by VITOR
MANUEL JACINTO
DOMINGUES DOS
SANTOS
Date: 2022.05.31 11:32:45
Metropolitano+0100 LISBOA

Eng.º Vitor Manuel Jacinto Domingues dos Santos

MARIA HELENA
ARRANHADO
CARRASCO
CAMPOS
Digitally signed by
MARIA HELENA
ARRANHADO
CARRASCO
CAMPOS
Date: 2022.05.31
11:32:45+0100

Eng.ª Maria Helena Arranhado Carrasco Campos

O CONTABILISTA CERTIFICADO

PEDRO MIGUEL
GALANTE
ANTUNES PAIVA
Digitally signed by PEDRO
MIGUEL GALANTE ANTUNES
PAIVA
Date: 2022.05.30 17:58:38
+0100

Dr. Pedro Miguel Galante Antunes Paiva



Demonstrações Financeiras e seus Anexos

Relatório
Consolidado
2021

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

1. NOTA INTRODUTÓRIA

O Metropolitano de Lisboa, E.P.E. (adiante designado por “ML” ou “Empresa”) é uma entidade pública empresarial, constituída em 1949, com sede social na Av. Fontes Pereira de Melo, n.º 28, em Lisboa, cujo atual regime jurídico e Estatutos foram aprovados pelo Decreto-Lei n.º 148-A/2009, de 26 de junho. Tem por objeto, a título principal, a prestação de atividades e serviços que incidem no transporte público por metropolitano de passageiros na cidade de Lisboa e nos concelhos limítrofes da Grande Lisboa, nos termos do contrato de concessão celebrado com o Estado Português em 23 de março de 2015.

O ML promoveu em 2021 a manutenção das medidas necessárias a mitigar os efeitos adversos e os impactes económicos e financeiros da pandemia COVID-19 na sua atividade. No entanto, os resultados de 2021 continuaram muito aquém do verificado no período homólogo de 2019, com decréscimos de mais de 50% na procura e de 44% no volume de negócios.

As demonstrações financeiras, que incluem o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio, a demonstração dos fluxos de caixa e o presente anexo, foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizadas para emissão em 31 de maio de 2022, estando, no entanto, ainda sujeitas a aprovação pelas tutelas setorial e financeira, nos termos do Regime Jurídico do Setor Público Empresarial.

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 não foram ainda objeto de aprovação formal pela Tutela. O Conselho de Administração procedeu ao registo contabilístico da aplicação dos resultados daquele exercício, conforme a proposta incluída no respetivo Relatório de Gestão, por considerar que as referidas demonstrações financeiras e aquela proposta de aplicação de resultados serão aprovadas sem alterações significativas.



Demonstrações Financeiras e seus Anexos

Relatório
Consolidado
2021

O Conselho de Administração declara que, tanto quanto é do seu conhecimento, a informação nestas demonstrações financeiras foi elaborada em conformidade com o referencial contabilístico aplicável, dando uma imagem verdadeira e apropriada da posição financeira do ML em 31 de dezembro de 2021 e do seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data.

Nos termos do Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, para além das presentes demonstrações financeiras individuais, a Empresa está sujeita à elaboração de demonstrações financeiras consolidadas.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. BASES DE APRESENTAÇÃO

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, com as alterações subsequentes e com a republicação efetuada pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho.

O ML não tem obrigatoriedade de aplicar o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), uma vez que de acordo com o disposto no n.º 3 do art.º 3º do Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, na redação dada pelo art.º 164º do Decreto-Lei n.º 33/2018, de 15 de maio, doravante DLEO, o subsistema da contabilidade financeira do SNC-AP não se aplica às entidades públicas reclassificadas (EPR) supervisionadas pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM), sem prejuízo do cumprimento das disposições relativas ao Plano de Contas Central do Ministério das Finanças, atento o disposto no art.º 26º do DLEO, e à contabilidade orçamental, prevista na Norma de Contabilidade Pública (NCP) 26 – Contabilidade e Relato Orçamental.

2.2. DERROGAÇÕES AO SNC

Não foram feitas derrogações às disposições do SNC.



Demonstrações Financeiras e seus Anexos

Relatório
Consolidado
2021

2.3. COMPARABILIDADE

A informação constante nas demonstrações financeiras é integralmente comparável com a do período anterior.

3. ADOÇÃO PELA PRIMEIRA VEZ DAS NCRF – DIVULGAÇÃO TRANSITÓRIA

A Empresa efetuou a transição para as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF) em 1 de janeiro de 2009, tendo as primeiras demonstrações financeiras de acordo com as NCRF sido apresentadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2010.

4. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras são as seguintes:

4.1. BASES DE MENSURAÇÃO

Os valores apresentados, salvo indicação em contrário, são expressos em euros (EUR). As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e de acordo com o regime contabilístico do acréscimo, a partir dos livros e registos contabilísticos, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

4.2. ATIVIDADES DE INVESTIMENTO EM INFRAESTRUTURAS DE LONGA DURAÇÃO (ILD)

A Empresa ao longo dos anos tem tido a responsabilidade de construção, renovação e gestão das infraestruturas de longa duração relativas ao funcionamento regular do serviço público de transporte coletivo de passageiros fundado no aproveitamento do subsolo da cidade de Lisboa e zonas limítrofes. Esta é uma atividade desenvolvida de acordo com as diretivas do Estado, cujo financiamento é garantido através de subsídios e empréstimos maioritariamente avalizados pelo Estado.

Nos termos do Decreto-Lei n.º 196/80, de 20 de junho, o Governo assumiu o princípio de que



Demonstrações Financeiras e seus Anexos

Relatório Consolidado
2021

competia ao Estado Português financiar as infraestruturas de longa duração construídas pela Empresa, definindo como tais os seguintes tipos de investimentos:

- Estudos para o desenvolvimento da rede;
- Galerias, estações e demais construções acessórias ou complementares;
- Via-férrea;
- Redes de alta e baixa tensão;
- Sistemas de telecomunicações e de controlo;
- Equipamentos de ventilação e bombagens;
- Acessos mecânicos.

Aquele princípio teve concretização prática através de subsídios concedidos pelo Estado Português, a fundo perdido, para os investimentos realizados até 31 de dezembro de 1980 e para os encargos financeiros até então incorridos com esses investimentos. Naquela data, o montante dos investimentos efetuados e o valor dos subsídios atribuídos eram coincidentes e tinham expressão contabilística nos ativos financiados pelo Estado e reservas para investimentos, respetivamente.

O Decreto-Lei supra mencionado continha uma cláusula que impunha a sua revisão até ao termo da sua vigência em 31 de dezembro de 1980. Contudo, e dado que essa revisão não ocorreu, a partir daquela data os fundos passaram a ser atribuídos com base em legislação pontual enquadrada nos Planos de Investimento do Setor Empresarial do Estado e sob a forma de dotações para capital estatutário ou subsídios genéricos para investimentos e saneamento financeiro passando, conseqüentemente, a não haver coincidência entre os investimentos realizados e os subsídios atribuídos.

A Empresa, até ao exercício de 2009, reconheceu no seu balanço os ativos e passivos afetos aos ILD's em consonância com a interpretação do Decreto-Lei n.º 196/1980, de 20 de junho, onde o Estado Português se comprometia a sanear económica e financeiramente a Empresa, nomeadamente em suportar os encargos com os investimentos em ILD's realizados até 31 de dezembro de 1978, sendo ainda referido naquele Decreto-Lei que para os investimentos a realizar após 1 de janeiro de 1979 o



Demonstrações Financeiras e seus Anexos

Relatório Consolidado
2021

Estado fixaria os montantes em dívida que assumiria, disposição esta que nunca veio a ser emitida. Nos exercícios de 2010 e 2011, a Administração entendeu como mais apropriado anular os ativos e passivos afetos aos ILD's, pelo que o total do balanço da Empresa naqueles exercícios foi diminuído de forma significativa. No exercício de 2012, no seguimento do Despacho n.º 1491/12 da Secretaria de Estado do Tesouro e Finanças, a Administração decidiu retomar o registo dos ativos e passivos associados aos ILD's no balanço da Empresa.

Assim, todos os fluxos resultantes desta atividade são registados no balanço nas rubricas de “Investimentos de infraestruturas de longa duração” e incluem os seguintes itens:

No ativo:

- As infraestruturas de longa duração (“ILD”) do domínio público construídas pela Empresa e sobre as quais tem o direito de acesso para a prestação dos serviços de “Transporte de passageiros” e “Gestão de infraestruturas”, as quais incluem as reavaliações livres efetuadas em anos anteriores;
- Os materiais adquiridos no âmbito da construção/reparação das ILD, com a natureza de inventários;
- Os montantes de subsídios recebidos para o cofinanciamento da construção de ILD a deduzir aos investimentos em ILD;
- Os gastos internos de funcionamento dos diversos serviços de gestão que não trabalham exclusivamente para o investimento;
- Os encargos financeiros diretamente suportados com os financiamentos contraídos para o financiamento da atividade de construção e reparação de ILD, correspondentes aos juros, taxa de aval e imposto do selo decorrentes da atividade desenvolvida por conta do Estado, que não tenham sido capitalizados no valor de custo dos ILD durante o seu período de construção;
- Os instrumentos financeiros derivados contratados pela Empresa, para fazer face às alterações na taxa de juro dos financiamentos obtidos para financiar a atividade dos ILD os quais se encontram,



Demonstrações Financeiras e seus Anexos

Relatório Consolidado
2021

reconhecidos pelo seu justo valor no ativo, nos casos em que o seu justo valor é positivo.

- De mencionar que os ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis apresentados na rubrica ILD não se encontram a ser depreciados/amortizados.

No passivo:

- Os saldos a pagar aos fornecedores de serviços de construção de ILD;
- Os empréstimos contraídos para o financiamento da atividade de construção e reparação das ILD, nomeadamente os avalizados pelo Estado;
- Os instrumentos financeiros derivados contratados pela Empresa, para cobrir o risco de alterações na taxa de juro dos financiamentos obtidos para financiar a atividade dos ILD os quais se encontram, reconhecidos pelo seu justo valor no passivo, nos casos em que o seu justo valor é negativo.

Os gastos com a manutenção e reparação que não aumentam a vida útil destes ativos são registados na demonstração dos resultados no período em que ocorrem, em resultado das mesmas resultarem da atividade de gestão de infraestruturas efetuada pela Empresa.

Em resultado da alteração da política de reconhecimento aquando da transição para o SNC, a Empresa procedeu à quantificação dos encargos financeiros relativos a juros, imposto do selo, taxa de aval e gastos de montagem dos financiamentos incorridos em anos anteriores, e não suportados pelo Estado, e alocou os mesmos à rubrica de “Investimentos de infraestruturas de longa duração”.



Demonstrações Financeiras e seus Anexos

Relatório Consolidado
2021

4.3. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os ativos fixos tangíveis são registados ao custo de aquisição ou produção, o qual inclui o custo de compra, encargos financeiros e quaisquer gastos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, quando aplicável, a estimativa inicial dos gastos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação/operação dos mesmos que a Empresa espera incorrer, deduzido de depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método das quotas constantes por duodécimos, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens:

| Classe de bens | Anos |
|-----------------------------------|---------|
| Edifícios e outras construções | 10 - 50 |
| Equipamento básico | |
| Material circulante de exploração | 15 - 28 |
| Material circulante de serviço | 20 |
| Outro equipamento básico | 4 - 20 |
| Equipamento de transporte | 4 |
| Equipamento administrativo | 3 - 10 |
| Ferramentas e utensílios | 4 - 8 |
| Outros ativos tangíveis | 3 - 4 |

Os gastos com a manutenção e reparação que não aumentam a vida útil destes ativos fixos são registados como gastos no período em que ocorrem. Os gastos com grandes reparações são incluídos no valor contabilístico do ativo sempre que se perspetive que estes originem benefícios económicos futuros adicionais.

Demonstrações Financeiras e seus Anexos

Relatório Consolidado
2021

Os ganhos ou perdas resultantes da alienação ou abate de um ativo fixo tangível são determinados como a diferença entre o justo valor do montante recebido na transação ou a receber e a quantia escriturada do ativo, líquida de depreciações acumuladas, sendo reconhecidos em resultados no período em que ocorrem.

4.4. LOCAÇÕES

As locações são classificadas como financeiras sempre que os seus termos transferem substancialmente todos os riscos e benefícios associados à propriedade do bem para o locatário. As restantes locações são classificadas como operacionais. A classificação das locações é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Os ativos adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as respetivas responsabilidades, são registados no início da locação pelo menor de entre o justo valor dos ativos e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação. Os pagamentos de locações financeiras são repartidos entre encargos financeiros e dedução da responsabilidade, por forma a ser obtida uma taxa de juro constante sobre o saldo pendente da responsabilidade.

Os pagamentos de locações operacionais são reconhecidos como gasto numa base linear durante o período de locação. Os incentivos recebidos são registados como uma responsabilidade, sendo o montante agregado dos mesmos reconhecido como uma redução ao gasto com a locação igualmente numa base linear durante o período de locação. Os incentivos recebidos são registados como uma responsabilidade, sendo o montante agregado dos mesmos reconhecido como uma redução ao gasto com locação, igualmente numa base linear.

As rendas contingentes são reconhecidas como gastos do período em que são incorridas.



Demonstrações Financeiras e seus Anexos

Relatório Consolidado
2021

4.5. ATIVOS INTANGÍVEIS

Os ativos intangíveis são registrados ao custo, deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas. Os dispêndios com atividades de pesquisa são registrados como gastos no período em que são incorridos. As amortizações de ativos intangíveis são reconhecidas numa base linear, de acordo com a seguinte vida útil estimada:

| Classe de bens | Anos |
|--|--------|
| Propriedade industrial e outros direitos | 3 - 10 |

4.6. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

As propriedades de investimento são mensuradas ao custo, deduzido de depreciações e perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método das quotas constantes por duodécimos, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

| Classe de bens | Anos |
|--------------------------------|---------|
| Edifícios e outras construções | 10 - 50 |
| Outros equipamentos | 4 - 20 |

Os gastos incorridos relacionados com propriedades de investimento, nomeadamente, manutenções, reparações, seguros e impostos, são reconhecidos como um gasto no período a que se referem.

As beneficiações ou benfeitorias em propriedades de investimento relativamente às quais existem expectativas de que irão gerar benefícios económicos futuros adicionais são capitalizadas na rubrica de “Propriedades de investimento”.



Demonstrações Financeiras e seus Anexos

Relatório Consolidado
2021

4.7. PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS EM SUBSIDIÁRIAS, ASSOCIADAS E EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS

As participações financeiras em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos são registadas pelo método da equivalência patrimonial, sendo inicialmente reconhecidas pelo custo e posteriormente ajustadas em função das alterações verificadas, após a aquisição, na quota-parte do investidor ou do empreendedor nos ativos líquidos da investida ou da entidade conjuntamente controlada. Os resultados do investidor ou empreendedor incluem a parte que lhe corresponda nos resultados da investida ou da entidade conjuntamente controlada. Os dividendos recebidos destas empresas são registados como uma diminuição ao valor do investimento financeiro.

Quando a proporção da Empresa nos prejuízos acumulados da participada excede o valor pelo qual o investimento se encontra registado, o investimento é relatado por valor nulo, exceto quando a Empresa tenha assumido compromissos de cobertura de prejuízos da participada, casos em que as perdas adicionais determinam o reconhecimento de um passivo. Se posteriormente a participada relatar lucros, a Empresa retoma o reconhecimento da sua quota-parte nesses lucros somente após a sua parte nos lucros igualar a parte das perdas não reconhecidas.

Os ganhos não realizados em transações com subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos são eliminados proporcionalmente ao interesse da Empresa nas mesmas, por contrapartida da correspondente rubrica do investimento. As perdas não realizadas são similarmente eliminadas, mas somente até ao ponto em que a perda não resulte de uma situação em que o ativo transferido esteja em imparidade.

Os restantes investimentos financeiros encontram-se registados ao custo de aquisição, o qual é inferior ao valor de mercado.



Demonstrações Financeiras e seus Anexos

Relatório Consolidado
2021

4.8. IMPARIDADE DE ATIVOS NÃO CORRENTES

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos da Empresa com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade. Caso exista algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos (ou da unidade geradora de caixa) a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso).

A quantia recuperável do ativo (ou da unidade geradora de caixa) consiste no maior de entre: (i) o justo valor deduzido de custos para vender; e (ii) o valor de uso. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados usando uma taxa de desconto que reflita as expectativas do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro (que no caso da Empresa se considerou que não existiria) e quanto aos riscos específicos do ativo (ou da unidade geradora de caixa) relativamente aos quais as estimativas de fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustadas.

Sempre que a quantia escriturada do ativo (ou da unidade geradora de caixa) seja superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados, salvo se tal perda compensar um excedente de revalorização registado no capital próprio. Neste último caso, tal perda será tratada como um decréscimo daquela revalorização.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando existem evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de depreciações) caso a perda por imparidade anterior não tivesse sido registada.

4.9. GASTOS COM FINANCIAMENTOS OBTIDOS

Os encargos financeiros relacionados com financiamentos obtidos são reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.



Demonstrações Financeiras e seus Anexos

Relatório
Consolidado
2021

Os encargos financeiros de financiamentos obtidos diretamente relacionados com a aquisição e construção de ativos são capitalizados, fazendo parte integrante do custo do ativo. O início da capitalização destes encargos começa após o início da preparação das atividades de construção do ativo e é interrompida após o início de utilização ou final de construção do ativo ou quando o ativo em causa se encontra suspenso. Quaisquer rendimentos gerados por financiamentos obtidos antecipadamente relacionados com um investimento específico são deduzidos aos encargos financeiros elegíveis para capitalização.

4.10. INVENTÁRIOS

Os inventários são mensurados pelo menor de entre o custo e o valor realizável líquido. As matérias-primas, subsidiárias e de consumo são registadas ao custo de aquisição, o qual não excede o respetivo valor de mercado.

O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os gastos estimados necessários para concluir os inventários e para efetuar a sua venda. Nas situações em que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, é registado uma perda por imparidade pela respetiva diferença.

O método de custeio dos inventários adotado pela Empresa consiste no custo médio ponderado.

4.11. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Empresa se torna parte das correspondentes disposições contratuais.

Os ativos e os passivos financeiros são assim mensurados de acordo com os seguintes critérios: (i) custo amortizado menos perdas por imparidade e (ii) justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados.



Demonstrações Financeiras e seus Anexos

Relatório Consolidado
2021

(i) Custo amortizado menos perdas por imparidade

São mensurados “ao custo amortizado menos perdas por imparidade” os ativos financeiros que satisfaçam as seguintes condições:

- Sejam à vista ou tenham uma maturidade definida;
- Tenham associado um retorno fixo ou determinável;
- Não contenham nenhuma cláusula contratual que possa resultar para o seu detentor em perda do valor nominal.

Com exceção dos passivos financeiros classificados como detidos para negociação, todos os passivos financeiros devem ser mensurados pelo custo amortizado.

O custo amortizado é determinado através do método do juro efetivo. O juro efetivo é calculado através da taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro na quantia líquida escriturada do ativo ou passivo financeiro (taxa de juro efetiva).

Nesta categoria incluem-se, conseqüentemente, os seguintes ativos e passivos financeiros:

a) Clientes e outros créditos a receber

Os saldos de clientes e de outros créditos a receber são registados ao custo amortizado deduzido de eventuais perdas por imparidade. Usualmente, o custo amortizado destes ativos financeiros não difere do seu valor nominal.

b) Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica de “Caixa e depósitos bancários” correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários e depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria vencíveis a menos de doze meses. Usualmente, o custo amortizado destes ativos financeiros não difere do seu valor nominal.



Demonstrações Financeiras e seus Anexos

Relatório Consolidado
2021

c) Fornecedores e outras dívidas a pagar

Os saldos de fornecedores e de outras dívidas a pagar são registados ao custo amortizado. Usualmente, o custo amortizado destes passivos financeiros não difere do seu valor nominal.

d) Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos são registados no passivo ao custo amortizado.

Eventuais despesas incorridas com a obtenção desses financiamentos, designadamente comissões bancárias e imposto do selo, assim como os encargos com juros e despesas similares, são reconhecidas pelo método do juro efetivo em resultados do exercício ao longo do período de vida desses financiamentos. As referidas despesas incorridas, enquanto não estiverem reconhecidas, são apresentadas a deduzir à rubrica de “Financiamentos obtidos”. Os juros incorridos e ainda não liquidados são apresentados na rubrica de “Outras dívidas a pagar”.

(ii) Ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados

Todos os ativos e passivos financeiros não classificados na categoria “ao custo amortizado” são incluídos na categoria “ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados”.

Tais ativos e passivos financeiros são mensurados ao justo valor, sendo as variações no respetivo justo valor registadas em resultados.

Nesta categoria incluem-se (i) os colaterais dados como garantia dos financiamentos, registados na rubrica do ativo ‘Outros ativos financeiros’; (ii) os instrumentos financeiros derivados, registados na rubrica do passivo ‘Outros passivos financeiros’, os quais não reúnem as condições para efeitos de contabilidade de cobertura de acordo com as disposições da NCRF 27 – Instrumentos Financeiros.

De acordo com o descrito, os ativos e passivos financeiros foram classificados como segue:



Demonstrações Financeiras e seus Anexos

Relatório Consolidado
2021

| Ativos financeiros | Notas | 2021 | | 2020 | |
|--------------------------------|-------|-------------------|--------------------|-------------------|-------------------|
| | | Justo valor | Custo amortizado | Justo valor | Custo amortizado |
| Não corrente | | | | | |
| Outros ativos financeiros | 10 | 52 218 573 | - | 54 065 280 | - |
| | | 52 218 573 | - | 54 065 280 | - |
| Corrente | | | | | |
| Clientes | 12 | - | 2 059 472 | - | 1 718 818 |
| Estado e outros entes públicos | 13 | - | 7 891 979 | - | 3 815 038 |
| Outros créditos a receber | 14 | - | 16 308 269 | - | 10 929 504 |
| Caixa e depósitos bancários | 16 | - | 124 800 233 | - | 47 271 470 |
| | | | 151 059 953 | - | 63 734 831 |
| | | 52 218 573 | 151 059 953 | 54 065 280 | 63 734 831 |

| Ativos financeiros | Notas | 2021 | | 2020 | |
|--------------------------------|-------|-------------------|--------------------|-------------------|--------------------|
| | | Justo valor | Custo amortizado | Justo valor | Custo amortizado |
| Não corrente | | | | | |
| Financiamentos obtidos | 19 | - | 144 565 037 | - | 151 382 336 |
| Outros passivos financeiros | 21 | 19 263 628 | - | 43 363 932 | - |
| | | 19 263 628 | 144 565 037 | 43 363 932 | 151 382 336 |
| Corrente | | | | | |
| Fornecedores | 22 | - | 1 177 892 | - | 7 230 978 |
| Estado e outros entes públicos | 13 | - | 3 254 811 | - | 3 150 333 |
| Financiamentos obtidos | 19 | - | 659 648 495 | - | 605 259 449 |
| Outras dívidas a pagar | 23 | - | 59 576 911 | - | 63 896 392 |
| | | | 723 658 109 | - | 679 537 152 |
| | | 19 263 628 | 868 223 146 | 43 363 932 | 830 919 489 |

4.12. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Caixa e equivalentes de caixa incluem numerário, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de liquidez elevada e com maturidades iniciais até três meses e descobertos bancários, sem risco significativo de alteração de valor. Os descobertos bancários são apresentados no balanço, no passivo corrente, na rubrica de 'Financiamentos obtidos'.

Demonstrações Financeiras e seus Anexos

Relatório Consolidado
2021

4.13. SUBSÍDIOS DO GOVERNO

Os subsídios do Governo apenas são reconhecidos quando existe uma certeza razoável de que a Empresa irá cumprir com as condições de atribuição dos mesmos e de que os mesmos irão ser recebidos.

Os subsídios do Governo associados à aquisição ou produção de ativos não correntes são inicialmente reconhecidos no capital próprio, sendo subsequentemente imputados numa base sistemática (proporcionalmente às depreciações dos ativos subjacentes) como rendimentos do exercício durante as vidas úteis dos ativos com os quais se relacionam.

Outros subsídios do Governo são, de uma forma geral, reconhecidos como rendimentos de uma forma sistemática durante os períodos necessários para os balancear com os gastos que é suposto compensarem. Subsídios do Governo que têm por finalidade compensar perdas já incorridas ou que não têm custos futuros associados são reconhecidos como rendimentos do período em que se tornam recebíveis.

4.14. PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

As provisões são registadas quando a Empresa tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um acontecimento passado, é provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada balanço e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.



Demonstrações Financeiras e seus Anexos

Relatório Consolidado
2021

4.15. BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

Plano de benefício definido

A Empresa tem um plano de benefício definido para complemento de reforma (velhice, invalidez e sobrevivência) adicional ao pago pela Segurança Social. As responsabilidades da Empresa relacionadas com este plano são determinadas através do método da unidade de crédito projetada, sendo as respetivas avaliações atuariais efetuadas em cada data de relato, o qual é efetuado de acordo com métodos e pressupostos atuariais internacionalmente aceites, de modo a conhecer o valor das responsabilidades na data de balanço e o gasto com pensões a registar no período.

A responsabilidade associada aos benefícios garantidos reconhecida no balanço, representa o valor presente da correspondente obrigação, ajustado por ganhos e perdas atuariais e pelo gasto dos serviços passados não reconhecidos e deduzido do justo valor dos ativos do plano.

Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos anualmente no capital próprio.

Os planos de benefícios concedidos que foram identificados pela Empresa para apuramento destas responsabilidades são:

- Complemento de pensões de reforma, invalidez e sobrevivência;
- Pré-Reformas.

Cuidados de saúde

A Empresa assumiu ainda responsabilidades pelo pagamento aos seus empregados, até à idade de reforma, de benefícios relacionados com cuidados de saúde, as quais não se encontram registadas no balanço em 31 de dezembro de 2021. Para fazer face a estas responsabilidades, a Empresa assegurou aos seus empregados no ativo, um seguro coletivo de saúde que lhes dá acesso a serviços médicos participados pela Empresa. Estes encargos são registados na demonstração dos resultados do período em que são pagos.



Demonstrações Financeiras e seus Anexos

Relatório Consolidado
2021

4.16. RÉDITO

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito reconhecido está deduzido do montante de devoluções, descontos e outros abatimentos e não inclui IVA e outros impostos liquidados relacionados com a venda.

O rédito proveniente da prestação de serviço público de transporte público resulta da repartição das receitas provenientes da venda dos títulos que permitem o acesso ao modo operado pelo Metropolitano de Lisboa, E.P.E.. É reconhecido, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito possa ser mensurado com fiabilidade;
- Seja provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Empresa;
- Os gastos incorridos ou a incorrer com a transação possam ser mensurados com fiabilidade.

Em abril de 2019, entrou em vigor o Programa de Apoio à Redução Tarifária (PART), nos termos previstos da Lei do Orçamento de Estado para 2019 (Lei n.º 71/2018, de 31 de dezembro) e de acordo com o Regulamento n.º 278-A/2019, de 27 de março.

O PART criou um “passe único metropolitano”, comum a todos os operadores de transporte que operavam na Área Metropolitana de Lisboa (AML), determinando, conseqüentemente, o fim da quase totalidade dos passes intermodais e combinados. Os passes “municipal” e “metropolitano” são disponibilizados a preços significativamente inferiores, para estimular a procura de transporte público. O programa PART simplificou igualmente o processo de apuramento mensal do rédito, estabelecendo que:

- As receitas da venda dos passes PART são da titularidade dos operadores que realizam a venda;
- AAML paga aos operadores compensações financeiras pelo cumprimento das obrigações de serviço público, de acordo com o modelo definido no Regulamento n.º 278-A/2019, de 27 de março, que garante a manutenção do equilíbrio financeiro dos Operadores, assegurando que não têm perda de receita face a um valor de referência pré-estabelecido;



Demonstrações Financeiras e seus Anexos

Relatório Consolidado
2021

- O valor dos pagamentos por conta mensais é estabelecido trimestralmente, correspondendo à diferença entre os montantes recebidos (receitas de vendas e subsídios do Estado) e o valor de referência estimado para cada Operador;
- O modelo define igualmente regras para a distribuição dos benefícios resultantes de um acréscimo (*upside*) da receita global do sistema de transportes da AML, decorrente de um aumento sustentado da utilização do transporte público, favorecendo os operadores com maior crescimento de procura;
- O cálculo do valor definitivo das compensações de cada Operador, tendo em conta o montante total real das vendas e validações realizadas no conjunto dos operadores da AML, é efetuado no primeiro trimestre do ano seguinte.

As compensações tarifárias, não reembolsáveis, são atribuídas pelo Estado à Empresa, para compensar a sua operação em cumprimento das obrigações de serviço público, as quais são registadas no período em que são atribuídas.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a Empresa e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

4.17. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

O imposto sobre o rendimento do período é calculado com base no resultado tributável da Empresa.

O imposto corrente a pagar é calculado com base no lucro tributável. O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis em outros exercícios, bem como gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis.

A Empresa não procedeu ao registo de impostos diferidos e a esta data não se encontram totalmente quantificados. Os ativos por impostos diferidos corresponderiam a prejuízos fiscais reportáveis e a



Demonstrações Financeiras e seus Anexos

Relatório Consolidado
2021

provisões não aceites fiscalmente e os passivos por impostos diferidos corresponderiam a depreciações de bens reavaliados não aceites fiscalmente e a mais-valias fiscais com tributação diferida.

4.18. CLASSIFICAÇÃO DO BALANÇO

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano da data de relato são classificados, respetivamente, como ativos e passivos não correntes.

4.19. TRANSAÇÕES E SALDOS EM MOEDA ESTRANGEIRA

As transações em moeda estrangeira (moeda diferente da moeda funcional da Empresa) são registadas às taxas de câmbio das datas das transações. Em cada data de relato, as quantias escrituradas dos itens monetários denominados em moeda estrangeira são atualizadas às taxas de câmbio dessa data.

As diferenças de câmbio apuradas na data de recebimento ou pagamento das transações em moeda estrangeira e as resultantes das atualizações atrás referidas são registadas na demonstração dos resultados do período em que são geradas.

As cotações de moeda estrangeira utilizadas para conversão de transações expressas em moeda diferente do euro ou para a atualização de saldos expressos em moeda estrangeira, foram as seguintes:

| País | Moeda | Cotação média 2021 | Cotação final 31/12/2021 | Cotação média 2020 | Cotação final 31/12/2020 |
|---------------------------|-------|--------------------|--------------------------|--------------------|--------------------------|
| Estados Unidos da América | USD | 1,18 | 1,13 | 1,14 | 1,23 |
| Reino Unido | GBP | 0,86 | 0,84 | 0,89 | 0,90 |

Fonte: Banco de Portugal



Demonstrações Financeiras e seus Anexos

Relatório Consolidado
2021

4.20. REGIME DO ACRÉSCIMO (PERIODIZAÇÃO ECONÓMICA)

A Empresa regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o princípio da especialização de exercícios, pelo qual os rendimentos e gastos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento do respetivo recebimento ou pagamento. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos gerados são registadas como ativos ou passivos.

4.21. POLÍTICA DE GESTÃO DE RISCO

No desenvolvimento da sua atividade a Empresa encontra-se exposta a uma variedade de riscos: risco de mercado (incluindo risco de taxa de câmbio, risco de taxa de juro e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global da Empresa é focado na imprevisibilidade dos mercados financeiros e procura minimizar os efeitos adversos que daí advêm para o seu desempenho financeiro.

A gestão de risco é controlada pelo departamento financeiro da Empresa, de acordo com políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. Nesse sentido, o Conselho de Administração tem definido os principais princípios de gestão de risco globais e bem assim políticas específicas para algumas áreas, como sejam a cobertura de risco de taxa de câmbio, risco de taxa de juro e risco de crédito.

a) Risco de taxa de câmbio

A atividade operacional da Empresa é desenvolvida em Portugal e conseqüentemente a grande maioria das suas transações são mantidas em Euros. A política de cobertura deste risco específico passa por evitar na medida, do possível, a contratação de serviços expressos em divisas estrangeiras.

b) Risco de liquidez

As necessidades de tesouraria são geridas de forma adequada, gerindo os excessos e défices de liquidez, sendo cobertas por financiamentos avalizados pelo Estado Português ou por este



Demonstrações Financeiras e seus Anexos

Relatório Consolidado
2021



concedidos através de indenizações compensatórias não reembolsáveis e dotações de capital.

c) Risco de taxa de juro

As receitas e “cash-flows” da Empresa são influenciadas pela variação de taxas de juro, na medida em que as disponibilidades da Empresa e os eventuais financiamentos concedidos, se encontram dependentes da evolução das taxas de juro em Euro, as quais têm, historicamente, uma volatilidade baixa.

Análise de sensibilidade da taxa de juro

A análise de sensibilidade abaixo foi calculada com base na exposição às taxas de juro para os instrumentos financeiros derivados existentes à data de relato. Para os ativos e passivos com taxa variável, foram considerados os seguintes pressupostos:

- As alterações nas taxas de juro do mercado afetam o montante de juros a receber ou a pagar, dos instrumentos financeiros indexados a taxas variáveis e, no caso de taxas fixas contratadas no período em análise, as alterações da taxa de juro afetam também esta componente;
- As alterações nas taxas de juro do mercado só influenciam o montante de juro a receber ou a pagar dos instrumentos financeiros com taxa fixa, se os mesmos forem registados pelo seu justo valor;
- As alterações nas taxas de juro do mercado afetam o justo valor dos derivados;
- O justo valor dos instrumentos financeiros derivados e de outros ativos e passivos financeiros é estimado descontando para o momento presente os fluxos de caixa futuros às taxas de juro de mercado existentes no final de cada ano; e,
- Para efeitos da análise da sensibilidade, essa análise é realizada com base em todos os instrumentos financeiros existentes durante o exercício.

As análises de sensibilidade pressupõem a alteração de uma variável mantendo todas as outras constantes. Na realidade, este pressuposto dificilmente se verifica, e as alterações em alguns dos pressupostos poderão estar correlacionadas.

Demonstrações Financeiras e seus Anexos

Relatório Consolidado
2021

Sob estes pressupostos, um aumento ou diminuição de 1% nas taxas de mercado para os instrumentos financeiros derivados, a 31 de dezembro de 2021, resultaria respectivamente num aumento de 59.157.597,1 euros e numa diminuição de 97.378.979,2 euros no resultado antes de imposto e antes da afetação à rubrica de ILD.

4.22. JUÍZOS DE VALOR CRÍTICOS E PRINCIPAIS FONTES DE INCERTEZA ASSOCIADAS A ESTIMATIVAS

Na preparação das presentes demonstrações financeiras foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados por referência à data de relato com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva, conforme disposto pela NCRF 4. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juízos de valor e estimativas efetuadas na preparação das demonstrações financeiras foram os seguintes:

- a) Vidas úteis e análise de imparidade dos ativos fixos tangíveis;
- b) Perdas por imparidade de contas a receber – são calculadas tendo em consideração o risco global de cobrança dos saldos a receber;
- c) Determinação do justo valor dos instrumentos financeiros derivados – no final de cada exercício é determinado pela entidade com a qual os mesmos foram contratados;



Demonstrações Financeiras e seus Anexos

Relatório Consolidado
2021

d) Determinação das responsabilidades com benefícios de reforma – no final de cada exercício é obtida a avaliação atuarial das responsabilidades com pensões preparada pelo atuário.

4.23. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionam informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço (“adjusting events”) são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos que proporcionam informação sobre condições ocorridas após a data de relato (“non adjusting events”) são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.



Demonstrações Financeiras e seus Anexos

Relatório Consolidado
2021

5. INVESTIMENTOS DE INFRAESTRUTURAS DE LONGA DURAÇÃO

O saldo apresentado na rubrica de “Investimentos de infraestruturas de longa duração” decorre da atividade de investimentos de infraestruturas efetuada pela Empresa, tendo a seguinte decomposição por rubricas de ativos e passivos:

| | Notas | 31-dez-2021 | 31-dez-2020 |
|------------------------------|-------|----------------------|----------------------|
| Ativo não corrente | | | |
| Ativos fixos tangíveis | 5.1 | 3 214 911 914 | 3 156 568 295 |
| Propriedades de investimento | 5.2 | 1 804 209 | 1 804 209 |
| Ativos intangíveis | 5.3 | 7 356 629 | 7 276 591 |
| Outros ativos financeiros | 5.4 | 14 556 063 | 13 650 808 |
| Clientes | 5.5 | - | 2 041 708 |
| Conta a receber do Estado | 5.6 | 3 212 263 064 | 3 210 869 766 |
| Subsídios | 5.7 | (1 050 348 548) | (1 001 509 526) |
| | | 5 400 543 332 | 5 390 701 851 |
| Total do activo | | 5 400 543 332 | 5 390 701 851 |
| Passivo não corrente | | | |
| Provisões | 5.8 | 8 590 197 | 6 190 197 |
| Financiamentos obtidos | 5.9 | 1 604 823 112 | 1 701 605 301 |
| Outros passivos financeiros | 5.4 | 116 960 782 | 238 220 183 |
| | | 1 730 374 092 | 1 946 015 681 |
| Passivo corrente | | | |
| Financiamentos obtidos | 5.9 | 997 631 809 | 969 097 803 |
| Fornecedores | 5.10 | 3 514 041 | 3 222 914 |
| Outras dívidas a pagar | 5.11 | 167 933 090 | 84 157 171 |
| | | 1 169 078 940 | 1 056 477 888 |
| Total do passivo | | 2 899 453 031 | 3 002 493 569 |
| Total ILD líquido | | 2 501 090 300 | 2 388 208 282 |

Demonstrações Financeiras e seus Anexos

Relatório Consolidado
2021

5.1. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

| | 31 de dezembro de 2021 | | | | | Total |
|---|------------------------------|--------------------------------|--------------------|---------------------------------|--|----------------------|
| | Terrenos e recursos naturais | Edifícios e outras construções | Equipamento básico | Ativos fixos tangíveis em curso | Adiantamentos por conta de ativos fixos tangíveis em curso | |
| Ativos | | | | | | |
| Saldo inicial | 13 511 055 | 2 662 794 728 | 459 111 558 | 19 222 052 | 2 708 933 | 3 157 348 327 |
| Aquisições | - | 446 671 | 428 790 | 40 062 186 | 22 483 741 | 63 421 389 |
| Alienações | - | - | - | - | - | - |
| Transferências | - | 9 546 232 | 2 613 137 | (12 241 918) | (4 945 219) | (5 027 768) |
| Abates | - | - | (12 308) | - | - | (12 308) |
| Saldo final | 13 511 055 | 2 672 787 632 | 462 141 178 | 47 042 320 | 20 247 455 | 3 215 729 639 |
| Perdas por imparidade | | | | | | |
| Saldo inicial | - | 780 032 | - | - | - | 780 032 |
| Aumentos | - | 37 693 | - | - | - | 37 693 |
| Reversões | - | - | - | - | - | - |
| Saldo Final | - | 817 725 | - | - | - | 817 725 |
| Total do ativo fixo tangível líquido (ILD) | 13 511 055 | 2 671 969 906 | 462 141 178 | 47 042 320 | 20 247 455 | 3 214 911 914 |



Demonstrações Financeiras e seus Anexos

Relatório Consolidado
2021

| | 31 de dezembro de 2020 | | | | | |
|---|------------------------------|--------------------------------|--------------------|---------------------------------|--|----------------------|
| | Terrenos e recursos naturais | Edifícios e outras construções | Equipamento básico | Ativos fixos tangíveis em curso | Adiantamentos por conta de ativos fixos tangíveis em curso | Total |
| Ativos | | | | | | |
| Saldo inicial | 13 511 055 | 2 653 301 758 | 450 151 959 | 18 662 425 | 1 259 504 | 3 136 886 699 |
| Aquisições | - | 727 141 | 718 908 | 17 390 120 | 1 504 010 | 20 340 179 |
| Alienações | - | - | - | - | - | - |
| Transferências | - | 8 765 829 | 8 240 692 | (16 830 492) | (54 580) | 121 448 |
| Abates | - | - | - | - | - | - |
| Saldo final | 13 511 055 | 2 662 794 728 | 459 111 558 | 19 222 052 | 2 708 933 | 3 157 348 327 |
| Perdas por imparidade | | | | | | |
| Saldo inicial | - | 597 082 | - | - | - | 597 082 |
| Aumentos | - | 185 650 | - | - | - | - |
| Reversões | - | (2 700) | - | - | - | (2 700) |
| Saldo Final | - | 780 032 | - | - | - | 780 032 |
| Total do ativo fixo tangível líquido (ILD) | 13 511 055 | 2 662 014 696 | 459 111 558 | 19 222 052 | 2 708 933 | 3 156 568 295 |

As adições ocorridas no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 na sub-rubrica “Ativos fixos tangíveis em curso”, no montante de 40.062.186 euros, referem-se essencialmente ao empreendimento da Linha Circular e à ampliação e remodelação da estação de Arroios, 29.710.204 euros e 4.847.066 euros, respetivamente.

As adições ocorridas no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 na sub-rubrica “Adiantamentos por conta de ativos fixos tangíveis em curso”, no montante de 22.483.741 euros, referem-se a adiantamentos concedidos no âmbito do empreendimento da Linha Circular e da implementação do sistema *Communications-Based Train Control* (CBTC) na Linha Azul, 19.190.961 euros e 3.292.780 euros, respetivamente; as transferências ocorridas na mesma rubrica, 4.945.219 euros, referem-se essencialmente aos mesmos projetos, 3.082.268 euros e 1.843.956 euros, respetivamente.



Demonstrações Financeiras e seus Anexos

Relatório Consolidado
2021

As transferências ocorridas no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 na sub-rubrica “Ativos fixos tangíveis em curso”, no montante de 12.241.918 euros, referem-se essencialmente ao reconhecimento no ativo fixo tangível da intervenção de ampliação e remodelação da estação de Arroios.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, foram capitalizados no custo dos ativos fixos tangíveis gastos departamentais no montante de 5.738.784 euros e 3.907.206 euros, respetivamente.

5.2. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

| | 31 de dezembro de 2021 | | | | | 31 de dezembro de 2020 | | | | |
|--------------------------------|------------------------|-------------------------|----------------------------------|------------------|-------------|------------------------|-------------------------|----------------------------------|------------------|-------------|
| | Montante bruto | Depreciações acumuladas | Perdas por imparidade acumuladas | Montante líquido | Justo valor | Montante bruto | Depreciações acumuladas | Perdas por imparidade acumuladas | Montante líquido | Justo valor |
| Praça General Humberto Delgado | 1 804 209 | - | - | 1 804 209 | 7 545 202 | 1 804 209 | - | - | 1 804 209 | 7 543 032 |
| | 1 804 209 | | | 1 804 209 | 7 545 202 | 1 804 209 | | | 1 804 209 | 7 543 032 |

5.3. ATIVO INTANGÍVEL

| | 31 de dezembro de 2021 | | | | 31 de dezembro de 2020 | | | |
|---------------------------------|--|------------------------|-----------------------------|-----------|--|------------------------|-----------------------------|-----------|
| | Despesas de investigação e desenvolvimento | Despesas de instalação | Ativos intangíveis em curso | Total | Despesas de investigação e desenvolvimento | Despesas de instalação | Ativos intangíveis em curso | Total |
| Ativos | | | | | | | | |
| Saldo inicial | 5 138 543 | 2 019 827 | 118 221 | 7 276 591 | 5 138 543 | 2 019 827 | 16 188 | 7 174 558 |
| Aquisições | | - | 80 038 | 80 038 | | - | 106 237 | 106 237 |
| Transferências | | - | - | - | | - | (4 204) | (4 204) |
| Saldo final | 5 138 543 | 2 019 827 | 198 259 | 7 356 629 | 5 138 543 | 2 019 827 | 118 221 | 7 276 591 |
| Total do ativo intangível (ILD) | 5 138 543 | 2 019 827 | 198 259 | 7 356 629 | 5 138 543 | 2 019 827 | 118 221 | 7 276 591 |



Demonstrações Financeiras e seus Anexos

Relatório Consolidado
2021

5.4. OUTROS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

Nesta rubrica incluem-se os *swaps* de taxa de juro relacionados com os financiamentos obtidos para fazer face aos investimentos em infraestruturas de longa duração. A discriminação por contrato de *swaps* é a seguinte:

| Outros ativos financeiros | | | | | | |
|---------------------------|----------|------------|-------------------|----------------|-------------|-------------|
| Swap | Entidade | Maturidade | Notional original | Notional atual | Justo valor | |
| | | | | | 31-dez-2021 | 31-dez-2020 |
| 40#METLIS CGDBI Jun2022 | CGDBI | 15/06/2022 | 12 545 916 | 5 913 283 | 50 000 | 420 000 |
| 66#METLIS CGDBI Dez2026 | CGDBI | 04/12/2026 | 100 000 000 | 100 000 000 | 14 506 063 | 13 230 808 |
| | | | | | 14 556 063 | 13 650 808 |

| Outros passivos financeiros | | | | | | |
|-----------------------------|----------|------------|-------------------|----------------|-------------|-------------|
| Swap | Entidade | Maturidade | Notional original | Notional atual | Justo valor | |
| | | | | | 31-dez-2021 | 31-dez-2020 |
| 32#METLIS BSN Jun2022 | BSN | 15/06/2022 | 40 000 000 | 14 666 667 | 353 604 | 1 155 422 |
| 38#METLIS BSN Jun2022 | BSN | 15/06/2022 | 4 280 559 | 11 826 567 | 10 869 952 | 58 263 897 |
| 52#METLIS BSN Jul2024 | BSN | 22/07/2024 | 100 000 000 | 100 000 000 | 14 904 060 | 21 409 134 |
| 58#METLIS ML Dez2026 | ML | 04/12/2026 | 30 000 000 | 30 000 000 | 45 711 032 | 79 202 910 |
| 59#METLIS CGD Dez2026 | CGD | 04/12/2026 | 30 000 000 | 30 000 000 | 45 122 134 | 78 188 820 |
| | | | | | 116 960 782 | 238 220 183 |

5.5. CLIENTES

Esta rubrica inclui, em 31 de dezembro de 2021, um montante de 2.041.708 euros referente a uma multa contratual debitada na sequência de atrasos na entrega da empreitada de ampliação e remodelação da estação do Areeiro, tendo sido registada uma perda por imparidade pela totalidade do montante referido.



Demonstrações Financeiras e seus Anexos

Relatório Consolidado
2021



5.6. CONTAA RECEBER DO ESTADO

Esta rubrica inclui os gastos, deduzidos de eventuais rendimentos, associados às atividades de investimento de infraestruturas de longa duração, tendo a seguinte decomposição:

| | 31-dez-2021 | 31-dez-2020 |
|---|---------------|---------------|
| Saldo inicial corrigido na transição para as NCRF | 289 555 301 | 289 555 301 |
| Juros, taxa de aval e imposto de selo | 2 787 190 643 | 2 668 112 090 |
| Gastos de emissão | 20 230 150 | 20 230 150 |
| Instrumentos financeiros derivados | 102 404 719 | 224 569 375 |
| Fornecimentos e serviços externos | 2 563 836 | 2 563 836 |
| Provisões | 10 954 197 | 8 554 197 |
| Perdas por imparidade em ativos fixos tangíveis | 817 725 | 780 032 |
| Perdas por imparidade em dívidas a receber | 2 041 708 | - |
| Alienação terreno | (3 495 216) | (3 495 216) |
| | 3 212 263 064 | 3 210 869 766 |

Saldo inicial corrigido na transição para as NCRF

Os encargos financeiros suportados com as ILD's que não foram passíveis de ser capitalizados até 31 de dezembro de 2008, encontravam-se a ser reconhecidos na demonstração dos resultados. Na transição para as NCRF, a Empresa decidiu recapturar o valor desses encargos financeiros para os poder acrescer à rubrica de ILD's seguindo o princípio descrito na Nota 4.2. Relativamente aos encargos financeiros incorridos entre 1995 e 2008, no montante de aproximadamente 1.017.000.000 euros, a Empresa procedeu à sua quantificação com base nos registos contabilísticos disponíveis. No que respeita aos encargos financeiros incorridos até 31 de dezembro de 1994, e por manifesta dificuldade de se proceder à sua quantificação, o Conselho de Administração optou por registar o valor de 289.555.301 euros, correspondente ao saldo líquido entre as rubricas ativas e passivas de ILD em 31 de dezembro de 2009.

Fornecimentos e serviços externos

Na sequência de um processo que decorreu num Tribunal de Londres, interposto por uma instituição

Demonstrações Financeiras e seus Anexos

Relatório Consolidado
2021

financeira ao Estado Português, no exercício de 2016 foram reconhecidos os honorários com advogados relativos aos instrumentos financeiros derivados que se encontravam afetos à atividade de ILD, no montante global de 2.563.836 euros.

Alienação de terreno

Esta sub-rubrica inclui o rendimento registado com a transferência para o Estado Português, através de dação em cumprimento, da parcela de terreno integrada no Terminal Fluvial do Cais do Sodré.

5.7. SUBSÍDIOS

| | 31-dez-2021 | 31-dez-2020 |
|--------------------|-----------------|-----------------|
| FEDER | (229 464 397) | (229 464 397) |
| PIDDAC | (184 639 717) | (183 839 717) |
| Fundo Coesão | (418 469 502) | (379 786 103) |
| Fundo Ambiental | (13 209 536) | (3 853 912) |
| Subsídios diversos | (204 565 396) | (204 565 396) |
| | (1 050 348 548) | (1 001 509 526) |

5.8. PROVISÕES

Esta rubrica inclui os movimentos (constituição/utilização/reversão) com provisões para processos judiciais em curso relacionados com atividade de ILD.



5.9. FINANCIAMENTOS OBTIDOS

| | Entidade financiadora | 31 de dezembro de 2021 | | | |
|-------------------------------------|-----------------------|------------------------|-------------|---------------|---------------|
| | | Límite | Corrente | Não corrente | Total |
| Empréstimos obrigacionistas: | | | | | |
| Emissão Metro 2025 | DBI, AG | 110 000 000 | - | 110 000 000 | 110 000 000 |
| Emissão Metro 2026 | JP Morgan | 400 000 000 | - | 400 000 000 | 400 000 000 |
| Emissão Metro 2027 | BNPP | 400 000 000 | - | 400 000 000 | 400 000 000 |
| | | | | 910 000 000 | 910 000 000 |
| Empréstimos bancários: | | | | | |
| ML I/3 | BEI | 124 699 474 | - | - | - |
| ML I/3B | BEI | 74 819 685 | 10 630 313 | - | 10 630 313 |
| ML II/C | BEI | 54 867 769 | 1 828 926 | - | 1 828 926 |
| ML V/B | BEI | 80 000 000 | - | - | - |
| ML V/C | BEI | 68 503 276 | 68 503 276 | - | 68 503 276 |
| Emp. LP 613,9 M EUR | DGTF (parte) | 507 957 564 | 253 978 782 | - | 253 978 782 |
| Emp. LP 648,6 M EUR | DGTF (parte) | 237 747 877 | 178 310 908 | - | 178 310 908 |
| Emp. LP 412,9 M EUR | DGTF (parte) | 282 974 244 | 282 974 244 | - | 282 974 244 |
| Emp. LP 32,6 M EUR | DGTF (parte) | 17 158 204 | 11 438 803 | 5 719 401 | 17 158 204 |
| Emp. LP 421,97 M EUR | DGTF (parte) | 262 008 399 | 131 004 199 | 131 004 199 | 262 008 399 |
| Emp. LP 131,88 M EUR | DGTF (parte) | 108 328 053 | 36 109 351 | 72 218 702 | 108 328 053 |
| Emp. LP 154,51 M EUR | DGTF (parte) | 137 118 041 | 22 853 007 | 114 265 034 | 137 118 041 |
| Emp. LP 100,86 M EUR | DGTF (parte) | 71 615 776 | - | 71 615 776 | 71 615 776 |
| | | | 997 631 809 | 394 823 112 | 1 392 454 921 |
| Outros empréstimos obtidos: | | | | | |
| Schuldschein | ABN AMRO | 300 000 000 | - | 300 000 000 | 300 000 000 |
| | | | - | 300 000 000 | 300 000 000 |
| Total de empréstimos obtidos | | | 997 631 809 | 1 604 823 112 | 2 602 454 921 |

| 31 de dezembro de 2020 | | | |
|------------------------|-------------|---------------|---------------|
| Límite | Corrente | Não corrente | Total |
| 110 000 000 | - | 110 000 000 | 110 000 000 |
| 400 000 000 | - | 400 000 000 | 400 000 000 |
| 400 000 000 | - | 400 000 000 | 400 000 000 |
| | | - | 910 000 000 |
| 124 699 474 | 21 204 453 | - | 21 204 453 |
| 74 819 685 | 23 504 930 | 10 630 313 | 34 135 243 |
| 54 867 769 | 3 657 851 | 1 828 926 | 5 486 777 |
| 80 000 000 | 80 000 000 | - | 80 000 000 |
| 80 000 000 | 11 496 724 | 68 503 276 | 80 000 000 |
| 507 957 564 | 253 978 782 | - | 253 978 782 |
| 237 747 877 | 178 310 908 | - | 178 310 908 |
| 282 974 244 | 282 974 244 | - | 282 974 244 |
| 17 158 204 | 8 579 102 | 8 579 102 | 17 158 204 |
| 262 008 399 | 87 336 133 | 174 672 266 | 262 008 399 |
| 108 328 053 | 18 054 675 | 90 273 377 | 108 328 053 |
| 137 118 041 | - | 137 118 041 | 137 118 041 |
| | 969 097 803 | 491 605 301 | 1 460 703 104 |
| 300 000 000 | - | 300 000 000 | 300 000 000 |
| | - | 300 000 000 | 300 000 000 |
| | 969 097 803 | 1 701 605 301 | 2 670 703 104 |



Demonstrações Financeiras e seus Anexos

Relatório Consolidado
2021



O empréstimo por obrigações “Metro 2025” foi contraído a 23 de dezembro de 2010 por um período de quinze anos, “bullet”, à taxa fixa, tendo sido dada a garantia pessoal do Estado. A lei aplicável é a Lei Portuguesa, à exceção do “subscription agreement” que é regido pela Lei Inglesa.

O empréstimo por obrigações “Metro 2026” foi contraído a 4 de dezembro de 2007 por um período de vinte anos, “bullet”, à taxa fixa, tendo sido dada a garantia pessoal do Estado. A lei aplicável é a Lei Portuguesa, à exceção do “subscription agreement” que é regido pela Lei Inglesa.

O empréstimo por obrigações “Metro 2027” foi contraído a 7 de dezembro de 2007, por um período de vinte anos “bullet”, à taxa fixa, com a garantia pessoal do Estado. A lei aplicável é a Lei Portuguesa, à exceção do “subscription agreement” que é regido pela Lei Inglesa. A emissão foi admitida à cotação na Euronext Lisbon.

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2011, a Empresa contratou com a Direção Geral do Tesouro e Finanças (DGTF) um financiamento no montante de 613.932.000 euros, dos quais 507.957.564 euros estão associados a responsabilidades com as ILD, pelo prazo de 5 anos, amortizável em 8 prestações iguais e semestrais, tendo-se vencido a primeira em maio de 2013.

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2012, a Empresa contratou com a DGTF um financiamento no montante de 648.581.846 euros, dos quais 237.747.877 euros estão associados a responsabilidades com as ILD, pelo prazo de 5 anos, amortizável em 8 prestações iguais e semestrais, tendo-se vencido a primeira em maio de 2014.

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, a Empresa contratou com a DGTF um financiamento no montante de 412.860.000 euros, dos quais 282.974.244 euros estão associados a responsabilidades com as ILD, pelo prazo de 7 anos, amortizável em 12 prestações semestrais de capital iguais e sucessivas, tendo-se vencido a primeira em maio de 2015.

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Empresa contratou com a DGTF um financiamento no montante de 32.584.270 euros, dos quais 17.158.204 euros estão associados a responsabilidades com as ILD, pelo prazo de 7 anos, amortizável em 12 prestações semestrais de capital iguais e sucessivas, tendo-se vencido a primeira em maio de 2019.

Demonstrações Financeiras e seus Anexos

Relatório Consolidado
2021

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Empresa contratou com a DGTF um financiamento no montante de 421.973.931 euros, dos quais 262.008.399 euros estão associados a responsabilidades com as ILD, pelo prazo de 7 anos, amortizável em 12 prestações semestrais de capital iguais e sucessivas, tendo-se vencido a primeira em maio de 2020.

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Empresa contratou com a DGTF um financiamento no montante de 131.884.780 euros, dos quais 108.328.053 euros estão associados a responsabilidades com as ILD, pelo prazo de 7 anos, amortizável em 12 prestações semestrais de capital iguais e sucessivas, tendo-se vencido a primeira em maio de 2021.

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Empresa contratou com a DGTF um financiamento no montante de 154.513.049 euros, dos quais 137.118.041 euros estão associados a responsabilidades com as ILD, pelo prazo de 7 anos, amortizável em 12 prestações semestrais de capital iguais e sucessivas, vencendo-se a primeira em maio de 2022.

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Empresa contratou com a DGTF um financiamento no montante de 100.855.699 euros, dos quais 71.615.776 euros estão associados a responsabilidades com as ILD, pelo prazo de 7 anos, amortizável em 12 prestações semestrais de capital iguais e sucessivas, vencendo-se a primeira em maio de 2023.

Desde 30 de novembro de 2014, tem sido sucessivamente autorizado o diferimento do pagamento do serviço da dívida dos empréstimos contraídos com a DGTF acima enunciados, sem cobrança de juros, tendo a última moratória sido autorizada através do Despacho n.º 254/2022-SET, de 8 de março, com diferimento para 31 de maio de 2022.

Em 31 de dezembro de 2021, os empréstimos classificados como não corrente, têm o seguinte plano de reembolsos:

| Ano | Montante |
|------------------|----------------------|
| 2023 | 99 371 412 |
| 2024 | 399 371 412 |
| 2025 | 206 511 711 |
| 2026 e seguintes | 899 568 577 |
| | 1 604 823 112 |



Demonstrações Financeiras e seus Anexos

Relatório Consolidado

2021

Em 31 de dezembro de 2021, os financiamentos obtidos que têm associados *covenants*, nomeadamente, os que se encontram associados ao “rating” da República Portuguesa ou que incluem cláusulas de detenção, são os seguintes:

| CONTRATO | Montante em dívida a 31-12-2021 (€) | DATA VENCIMENTO | NEGATIVE PLEDGE (SIM/NÃO) | PARI PASSU (SIM/NÃO) | OWNERSHIP CLAUSE (SIM/NÃO) | RATING DOWNGRADE (SIM/NÃO) | GROSS UP (SIM/NÃO) | CROSS DEFAULT | DESPESAS / IMPOSTO DO SELO (SIM/NÃO) | OUTRAS CLÁUSULAS RELEVANTES / COMENTÁRIOS |
|--|-------------------------------------|------------------------|---------------------------|----------------------|---|----------------------------|--------------------|---------------|--|--|
| Contrato de Financiamento celebrado com o Banco Europeu de Investimento, em 1997, sujeito à lei portuguesa e ao foro da Comarca de Lisboa ("ML I/3 B"), alterado em 10 de março de 2006 | 10 630 313,44 | 15 de junho de 2022 | NÃO | NÃO | NÃO | NÃO | NÃO | SIM | Despesas e Impostos suportados pelo ML | Garantia da República Portuguesa |
| Contrato de Financiamento celebrado com o Banco Europeu de Investimento, em 14 de julho de 1997, sujeito à lei portuguesa e ao foro da Comarca de Lisboa ("ML II/C") | 1 828 925,57 | 15 de junho de 2022 | NÃO | NÃO | NÃO | NÃO | NÃO | SIM | Despesas e Impostos suportados pelo ML | Garantia da República Portuguesa |
| Contrato de Financiamento celebrado com o Banco Europeu de Investimento, em 9 de maio de 2003, sujeito à lei portuguesa e ao foro da Comarca de Lisboa ("ML V/C"), alterado em 10 de março de 2006 | 68 503 276,05 | 15 de junho de 2022 | NÃO | NÃO | NÃO | NÃO | NÃO | SIM | Despesas e Impostos suportados pelo ML | Garantia da República Portuguesa |
| Schuldschein Loan Agreement celebrado com o ABN Amro Bank, NV em 20 de julho de 2004, sujeito à lei alemã e aos tribunais de Frankfurt am Main | 300 000 000,00 | 20 de julho de 2024 | SIM (cfr. Anexo D) | SIM | NÃO | NÃO | SIM | SIM | Despesas e Impostos suportados pelo ML | Garantia da República Portuguesa / Não alteração substancial da natureza ou do objecto social da empresa |
| EUR 110.000.000,00 7,30% Guaranteed Notes due 2025 . Deutsche Bank AG / dezembro 2010, sujeita à lei portuguesa e à jurisdição dos tribunais portugueses, excepto o Subscription Agreement, regulado pela lei inglesa e sujeito à jurisdição dos tribunais ingleses | 110 000 000,00 | 23 de dezembro de 2025 | NÃO | SIM | SIM - Perda da qualidade de Empresa Pública (participação do Estado inferior a 51%) | NÃO | SIM | SIM | Despesas e Impostos suportados pelo ML | Garantia da República / Não alteração substancial da natureza ou do objecto social da empresa |
| EUR 400.000.000,00 4,061% Guaranteed Notes due 2026 . JP Morgan Securities Ltd / dezembro 2006, sujeita à lei portuguesa e à jurisdição dos tribunais portugueses, excepto o Subscription Agreement, regulado pela lei inglesa e sujeito à jurisdição dos tribunais ingleses | 400 000 000,00 | 4 de dezembro de 2026 | NÃO | SIM | SIM - Perda da qualidade de Empresa Pública (participação do Estado inferior a 51%) | NÃO | SIM | SIM | Despesas e Impostos suportados pelo ML | Garantia da República / Não alteração substancial da natureza ou do objecto social da empresa |
| EUR 400.000.000,00 4,799% Guaranteed Notes due 2027. BNP Paribas / dezembro 2007, sujeita à lei portuguesa e à jurisdição dos tribunais portugueses, excepto o Subscription Agreement, regulado pela lei inglesa e sujeito à jurisdição dos tribunais ingleses | 400 000 000,00 | 7 de dezembro de 2027 | NÃO | SIM | SIM - Perda da qualidade de Empresa Pública (participação do Estado inferior a 51%) | NÃO | SIM | SIM | Despesas e Impostos suportados pelo ML | Garantia da República / Não alteração substancial da natureza ou do objecto social da empresa |
| TOTAL | 1 290 962 515 | | | | | | | | | |



Demonstrações Financeiras e seus Anexos

Relatório
Consolidado
2021

5.10. FORNECEDORES

A rubrica de fornecedores é composta, essencialmente, por dívidas correntes originadas no âmbito das obras de expansão e modernização/remodelação da rede.

5.11. OUTRAS DÍVIDAS A PAGAR

A rubrica de outras dívidas a pagar é composta pelo gasto com juros de empréstimos, juros de instrumentos financeiros derivados e taxas de aval a liquidar no decurso do período seguinte, bem como pela parte dos subsídios ao investimento recebidos ainda sem despesa executada.



Relatório Consolidado 2021

6. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

| 31 de dezembro de 2021 | | | | | | | | | |
|--------------------------------|------------------------------|--------------------------------|----------------------|---------------------------|----------------------------|-------------------------------|---------------------------------|--|----------------------|
| | Terrenos e recursos naturais | Edifícios e outras construções | Equipamento básico | Equipamento de transporte | Equipamento administrativo | Outros ativos fixos tangíveis | Ativos fixos tangíveis em curso | Adiantamentos por conta de ativos fixos tangíveis em curso | Total |
| Ativo | | | | | | | | | |
| Saldo inicial | 20 967 185 | 216 344 779 | 498 489 746 | 129 208 | 22 787 881 | 21 476 942 | 2 942 975 | 29 973 | 783 168 689 |
| Aquisições | - | 65 502 | 333 252 | - | 296 232 | 42 218 | 11 519 799 | 30 518 581 | 42 775 585 |
| Alienações | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Transferências | - | 230 822 | 19 787 348 | - | 45 079 | (17 305 193) | (2 758 056) | (8 462 954) | (8 462 954) |
| Abates | - | - | (1 883 069) | - | (104 017) | (9 618) | - | - | (1 996 705) |
| Saldo final | 20 967 185 | 216 641 104 | 516 727 276 | 129 208 | 23 025 175 | 4 204 349 | 11 704 718 | 22 085 600 | 815 484 614 |
| Depreciações acumuladas | | | | | | | | | |
| Saldo inicial | - | (208 146 100) | (438 394 283) | (129 208) | (21 724 515) | (16 325 998) | - | - | (684 720 106) |
| Depreciações do período | - | (706 962) | (12 942 173) | - | (419 523) | (67 277) | - | - | (14 135 936) |
| Alienações | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Transferências | - | - | (13 042 161) | - | - | 13 042 161 | - | - | - |
| Abates | - | - | 1 609 305 | - | 103 800 | 9 568 | - | - | 1 722 674 |
| Saldo final | - | (208 853 063) | (462 769 313) | (129 208) | (22 040 238) | (3 341 546) | - | - | (697 133 367) |
| Perdas por imparidade | | | | | | | | | |
| Saldo inicial | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Aumentos | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Reversões | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Saldo final | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| | 20 967 185 | 7 788 041 | 53 957 963 | - | 984 937 | 862 803 | 11 704 718 | 22 085 600 | 118 351 247 |

| 31 de dezembro de 2020 | | | | | | | | | |
|--------------------------------|------------------------------|--------------------------------|----------------------|---------------------------|----------------------------|-------------------------------|---------------------------------|--|----------------------|
| | Terrenos e recursos naturais | Edifícios e outras construções | Equipamento básico | Equipamento de transporte | Equipamento administrativo | Outros ativos fixos tangíveis | Ativos fixos tangíveis em curso | Adiantamentos por conta de ativos fixos tangíveis em curso | Total |
| Ativo | | | | | | | | | |
| Saldo inicial | 20 967 185 | 215 329 854 | 497 212 042 | 129 208 | 24 723 036 | 24 458 741 | 1 559 888 | 29 973 | 784 409 927 |
| Aquisições | - | 37 760 | 445 043 | - | 373 017 | 74 677 | 4 191 610 | - | 5 122 108 |
| Alienações | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Transferências | - | 977 165 | 1 809 081 | - | (2 282 811) | (3 056 476) | (2 808 523) | - | (5 361 564) |
| Abates | - | - | (976 421) | - | (25 361) | - | - | - | (1 001 782) |
| Saldo final | 20 967 185 | 216 344 779 | 498 489 746 | 129 208 | 22 787 881 | 21 476 942 | 2 942 975 | 29 973 | 783 168 689 |
| Depreciações acumuladas | | | | | | | | | |
| Saldo inicial | - | (207 420 149) | (426 361 129) | (129 208) | (21 914 840) | (15 943 282) | - | - | (671 768 609) |
| Depreciações do período | - | (725 951) | (12 810 445) | - | (538 751) | (382 716) | - | - | (14 457 864) |
| Alienações | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Transferências | - | - | - | - | 705 464 | - | - | - | 705 464 |
| Abates | - | - | 777 291 | - | 23 612 | - | - | - | 800 903 |
| Saldo final | - | (208 146 100) | (438 394 283) | (129 208) | (21 724 515) | (16 325 998) | - | - | (684 720 106) |
| Perdas por imparidade | | | | | | | | | |
| Saldo inicial | - | (130 518) | - | - | - | - | - | - | (130 518) |
| Aumentos | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Reversões | - | 130 518 | - | - | - | - | - | - | 130 518 |
| Saldo final | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| | 20 967 185 | 8 198 679 | 60 095 462 | - | 1 063 366 | 5 150 944 | 2 942 975 | 29 973 | 98 448 584 |

Demonstrações Financeiras e seus Anexos

Relatório Consolidado
2021

As adições ocorridas no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 na sub-rubrica “Ativos fixos tangíveis em curso”, no montante de 11.519.799 euros, referem-se essencialmente à implementação do sistema CBTC nos Parques de Material e Oficinas (PMO) e em 70 Unidades Triplas (UT’s) da atual frota, 6.360.817 euros e 2.102.138 euros, respetivamente.

As adições ocorridas no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 na sub-rubrica “Adiantamentos por conta de ativos fixos tangíveis em curso”, no montante de 30.518.581 euros, referem-se essencialmente à aquisição de 14 novas UT’s e à implementação do sistema CBTC nos PMO’s, 16.802.999 euros e 7.893.867 euros, respetivamente.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foi realizado um movimento de reclassificação de sobressalentes na sub-rubrica de “Equipamento básico”, por contrapartida de “Outros ativos fixos tangíveis”, no valor de 17.305.903 euros, e respetivas depreciações, no valor de 13.042.161 euros. O valor remanescente de transferências ocorridas em “Equipamento básico”, 2.482.155 euros, e abates, no valor de 1.883.069 euros, referem-se essencialmente a processos de intervenção de meio de vida útil do material circulante de exploração, nomeadamente reformulação do sistema de portas e bancos.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, foram capitalizados no custo dos ativos fixos tangíveis gastos departamentais no montante de 68.910 euros e 710.479 euros, respetivamente.



Demonstrações Financeiras e seus Anexos

Relatório Consolidado
2021

7. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

| | 31 de dezembro de 2021 | | | | | 31 de dezembro de 2020 | | | | |
|--------------------------------|------------------------|-------------------------|---------------------------------|------------------|-------------|------------------------|-------------------------|---------------------------------|------------------|-------------|
| | Montante bruto | Depreciações acumuladas | Perdas de imparidade acumuladas | Montante líquido | Justo valor | Montante bruto | Depreciações acumuladas | Perdas de imparidade acumuladas | Montante líquido | Justo valor |
| Imóveis arrendados a terceiros | 22 094 744 | 9 986 185 | 2 385 820 | 9 722 739 | 10 155 500 | 22 094 744 | 9 544 255 | 3 573 227 | 8 977 262 | 9 339 900 |
| Praça General Humberto Delgado | 22 309 373 | 18 678 818 | - | 3 630 555 | 93 297 798 | 22 309 373 | 18 665 173 | - | 3 644 200 | 93 270 968 |
| | 44 404 117 | 28 665 003 | 2 385 820 | 13 353 294 | 103 453 298 | 44 404 117 | 28 209 428 | 3 573 227 | 12 621 462 | 102 610 868 |

Os imóveis arrendados a terceiros detidos pela Empresa referem-se a 34 imóveis situados na zona metropolitana de Lisboa, para realojamento de famílias de baixos recursos afetadas pelo programa de expansão da rede e por edifício de escritórios em Lisboa, os quais se encontram a ser depreciados por um período de 50 anos.

O justo valor das propriedades de investimento teve por base uma avaliação por uma entidade especializada e independente.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 foram reconhecidos em resultados os seguintes rendimentos e gastos relacionados com propriedades de investimento:

| | 31 de dezembro de 2021 | | | | 31 de dezembro de 2020 | | | |
|--------------------------------|---------------------------------|----------------|-------------------------|-----------|---------------------------------|----------------|-------------------------|-----------|
| | Rendimentos de rendas (Nota 29) | Gastos diretos | Depreciações do período | Resultado | Rendimentos de rendas (Nota 29) | Gastos diretos | Depreciações do período | Resultado |
| Imóveis arrendados a terceiros | 579 860 | 143 620 | 441 930 | (5 689) | 593 215 | 148 921 | 441 482 | 2 811 |
| Praça General Humberto Delgado | - | 358 644 | 13 645 | (372 289) | - | 213 046 | 13 694 | (226 740) |
| | 579 860 | 502 264 | 455 575 | (377 979) | 593 215 | 361 967 | 455 176 | (223 929) |



Demonstrações Financeiras e seus Anexos

Relatório Consolidado
2021

8. ATIVOS INTANGÍVEIS

| | 31 de dezembro de 2021 | | | 31 de dezembro de 2020 | | |
|--------------------------------|--|-----------------------------|--------------------|--|-----------------------------|------------------|
| | Propriedade industrial e outros direitos | Ativos intangíveis em curso | Total | Propriedade industrial e outros direitos | Ativos intangíveis em curso | Total |
| Ativo | | | | | | |
| Saldo inicial | 2 799 477 | 2 400 | 2 801 877 | - | - | - |
| Aquisições | 213 251 | 82 210 | 295 461 | 493 575 | 2 400 | 495 975 |
| Transferências | 84 610 | (84 610) | - | 2 305 902 | - | 2 305 902 |
| Saldo final | 3 097 339 | - | 3 097 339 | 2 799 477 | 2 400 | 2 801 877 |
| Amortizações acumuladas | | | | | | |
| Saldo inicial | (971 452) | - | (971 452) | - | - | - |
| Amortizações do período | (404 417) | - | (404 417) | (265 988) | - | (265 988) |
| Transferências | - | - | - | (705 464) | - | (705 464) |
| Saldo final | (1 375 870) | - | (1 375 870) | (971 452) | - | (971 452) |
| | 1 721 469 | - | 1 721 469 | 1 828 025 | 2 400 | 1 830 425 |



9. PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

| | 31 de dezembro de 2021 | | | | | |
|----------------------------------|------------------------|-------------|-----------------|-------------------|--------------|-------------------------|
| | Ativo | Passivo | Capital próprio | Resultado líquido | Participação | Investimento financeiro |
| Subsidiárias | | | | | | |
| Ferconsult | 645 036 | 1 664 403 | (1 019 367) | 74 663 | 100% | - (a) |
| Metrocom | 3 850 398 | 629 112 | 3 221 287 | (24 241) | 100% | 3 221 287 |
| TREM | 40 557 | 49 725 549 | (49 684 992) | 70 323 | 90% | 26 981 675 (b) |
| TREM II | 1 338 969 | 108 605 997 | (107 267 028) | 4 879 240 | 90% | 12 362 602 (c) |
| Associadas | | | | | | |
| Publimetro | 3 642 687 | 3 670 874 | (28 186) | 559 048 | 40% | - (a) |
| Empreendimentos conjuntos | | | | | | |
| OTLIS (em liquidação) | 6 225 526 | 510 430 | 5 715 096 | 5 433 696 | 14,29% | 90 211 (d) |
| Ensitrans | 183 593 | 195 573 | (11 980) | (11 980) | 5% | - (a) |
| | | | | | | 42 655 774 |

| | 31 de dezembro de 2020 | | | | | |
|----------------------------------|------------------------|-------------|-----------------|-------------------|--------------|-------------------------|
| | Ativo | Passivo | Capital próprio | Resultado líquido | Participação | Investimento financeiro |
| Subsidiárias | | | | | | |
| Ferconsult | 1 823 036 | 2 917 066 | (1 094 030) | 285 758 | 100% | - (a) |
| Metrocom | 3 983 304 | 737 776 | 3 245 528 | 22 531 | 100% | 3 245 528 |
| TREM | 43 111 | 49 798 426 | (49 755 315) | 594 082 | 90% | 30 244 685 (b) |
| TREM II | 3 400 274 | 115 546 542 | (112 146 268) | 5 547 453 | 90% | - |
| Associadas | | | | | | |
| Publimetro | 3 027 078 | 3 614 312 | (587 234) | (633 109) | 40% | - (a) |
| Empreendimentos conjuntos | | | | | | |
| OTLIS | 3 989 890 | 1 594 236 | 2 395 655 | 510 430 | 14,29% | 342 236 |
| Ensitrans | 185 919 | 550 523 | (364 604) | (364 604) | 5% | - (a) |
| | | | | | | 33 832 449 |

Notas:

(a) Responsabilidade pelo potencial efeito do capital próprio negativo reconhecida na rubrica 'Provisões'.

(b) Responsabilidade pelo potencial efeito do capital próprio negativo, assumida a 100% na empresa-mãe, ajustada do reconhecimento de uma perda por imparidade de uma conta a receber de 50 M€ relativa ao reembolso pelo ML, enquanto fiador das obrigações do TREM, da última prestação do contrato de mútuo celebrado pelo ACE com uma entidade bancária, e da uniformização das demonstrações financeiras do TREM com as políticas contábilísticas do Grupo, nomeadamente quanto à depreciação do material circulante registado no seu ativo pelo método das quotas constantes.

(c) Responsabilidade pelo potencial efeito do capital próprio negativo, assumida a 100% na empresa-mãe, ajustada do reconhecimento de uma perda por imparidade de uma conta a receber de 52,8 M€ relativa ao reembolso pelo ML, enquanto fiador das obrigações do TREM II, da última prestação do contrato de mútuo (1ª tranche) celebrado pelo ACE com uma entidade bancária, e da uniformização das demonstrações financeiras do TREM II com as políticas contábilísticas do Grupo, nomeadamente quanto à depreciação do material circulante registado no seu ativo pelo método das quotas constantes.

(d) Proporção no capital próprio da OTLIS em 31/12/2021 ajustada da aplicação de resultados de 2020 e da contrapartida paga pela TML pela transmissão global do património da OTLIS.



Demonstrações Financeiras e seus Anexos

Relatório Consolidado
2021

10. OUTROS ATIVOS FINANCEIROS

| | 31-dez-2021 | 31-dez-2020 |
|---|-------------------|-------------------|
| Bank of America Leasing & Capital, LCC – Colateral | | |
| Saldo inicial | 29 096 203 | 31 593 901 |
| Varição justo valor | 11 791 | 172 245 |
| Diferenças cambiais | 2 427 681 | (2 669 943) |
| Saldo final | 31 535 674 | 29 096 203 |
| Wilmington Trust – Colateral | | |
| Saldo inicial | 24 966 310 | 26 501 456 |
| Desembolso | (5 809 761) | - |
| Varição justo valor | (106 395) | 704 444 |
| Diferenças cambiais | 1 627 257 | (2 239 590) |
| Saldo final | 20 677 410 | 24 966 310 |
| Fundo Compensação Trabalho | 5 489 | 2 767 |
| Total | 52 218 573 | 54 065 280 |

Em resultado das descidas do “rating” atribuído à Empresa, foi necessária a constituição de dois colaterais em 2009 e 2013, o primeiro a favor do Bank of America Leasing & Capital, LCC e o segundo a favor da Wilmington Trust. Relativamente a este último, o ML solicitou em junho de 2021, junto do Stichting CBL Finance IV, o desembolso do valor depositado em excesso (5,8 M€), àquela data, para cobertura da garantia no âmbito da operação TREM II – Leasing operacional de material circulante – ML 90.



Demonstrações Financeiras e seus Anexos

Relatório Consolidado
2021

11. INVENTÁRIOS

| | 31 de dezembro de 2021 | | | 31 de dezembro de 2020 | | |
|--|------------------------|-----------------------|------------------|------------------------|-----------------------|-------------------|
| | Montante bruto | Perdas por imparidade | Montante Líquido | Montante bruto | Perdas por imparidade | Montante Líquido |
| Matérias-primas, subsidiárias e de consumo | | | | | | |
| Materiais | 8 468 130 | - | 8 468 130 | 9 144 951 | - | 9 144 951 |
| Ferramentas | 35 390 | - | 35 390 | 48 844 | - | 48 844 |
| Produtos de limpeza | 83 518 | - | 83 518 | 24 358 | - | 24 358 |
| Material de escritório | 57 916 | - | 57 916 | 65 896 | - | 65 896 |
| Combustíveis | 14 996 | - | 14 996 | 27 934 | - | 27 934 |
| Títulos transporte | 766 954 | - | 766 954 | 1 014 608 | - | 1 014 608 |
| Outros materiais | 308 281 | - | 308 281 | 476 523 | - | 476 523 |
| Artigos promocionais/publicações | 36 213 | - | 36 213 | 32 988 | - | 32 988 |
| | 9 771 398 | - | 9 771 398 | 10 836 101 | - | 10 836 101 |

| | Matérias-primas, subsidiárias e de consumo | |
|--|--|------------------|
| | 2021 | 2020 |
| Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas | | |
| Saldo inicial | 10 836 101 | 8 037 681 |
| Compras | 1 614 634 | 2 370 960 |
| Regularizações | (149 114) | 3 041 300 |
| Saldo final | 9 771 398 | 10 836 101 |
| | 2 530 223 | 2 613 840 |

Demonstrações Financeiras e seus Anexos

Relatório Consolidado
2021

12. CLIENTES

| | 31-dez-2021 | 31-dez-2020 |
|---------------------------------|------------------|------------------|
| Publimetro | 1 275 503 | 1 640 838 |
| Ar Telecom | 463 383 | 463 383 |
| Câmara Municipal de Loures | 218 562 | - |
| Associação de Turismo de Lisboa | 217 534 | 32 793 |
| Câmara Municipal de Lisboa | 105 095 | - |
| Outros | 558 252 | 347 425 |
| | 2 838 329 | 2 484 439 |
| Perdas por imparidade | (778 856) | (765 621) |
| | 2 059 472 | 1 718 818 |

| Perdas por imparidade clientes | 31-dez-2021 | 31-dez-2020 |
|--------------------------------|-------------|-------------|
| Saldo inicial | (765 621) | (829 451) |
| Aumentos | (13 666) | (41 740) |
| Reversões | - | 101 267 |
| Utilizações | 431 | 4 303 |
| Saldo final | (778 856) | (765 621) |

13. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

| | 31 de dezembro de 2021 | | 31 de dezembro de 2020 | |
|---|------------------------|------------------|------------------------|------------------|
| | Ativo | Passivo | Ativo | Passivo |
| Imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas | 2 809 000 | 250 | 2 816 356 | 125 |
| Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares | 21 667 | 1 141 311 | 18 516 | 1 153 069 |
| Imposto sobre o valor acrescentado | 5 061 311 | 86 727 | 980 167 | - |
| Contribuições para a Segurança Social | - | 1 523 892 | - | 1 495 085 |
| Outros impostos | - | 502 632 | - | 502 054 |
| | 7 891 979 | 3 254 811 | 3 815 038 | 3 150 333 |

Demonstrações Financeiras e seus Anexos

Relatório Consolidado
2021

14. OUTROS CRÉDITOS A RECEBER

| | 31-dez-2021 | 31-dez-2020 |
|--|--------------------|-------------------|
| TREM II - Aluguer de Material Circulante, A.C.E. | 52 777 778 | - |
| TREM - Aluguer de Material Circulante, A.C.E. | 50 000 000 | 50 000 000 |
| Acréscimo de rendimentos | 12 608 172 | 4 796 467 |
| Receitas de tráfego | 1 265 279 | 2 721 705 |
| CP - Comboios de Portugal, E.P.E. | 790 120 | 779 357 |
| Ferconsult - Consultoria, Estudos e Projectos de Engenharia de Transportes, S.A. | 530 407 | 333 296 |
| Pessoal | 502 432 | 675 969 |
| Serviços Municipais Transportes Coletivos Barreiro | 125 159 | 325 165 |
| Compensação financeira 4_18, Sub23, Social + | - | 573 272 |
| Outros | 880 717 | 1 133 169 |
| | 119 480 063 | 61 338 400 |
| Perdas por imparidade | (103 171 794) | (50 408 896) |
| | 16 308 269 | 10 929 504 |

| Perdas por imparidade outros créditos a receber | 31-dez-2021 | 31-dez-2020 |
|---|---------------|--------------|
| Saldo inicial | (50 408 896) | (3 443 768) |
| Aumentos | (52 781 129) | (50 004 583) |
| Reversões | 18 230 | 258 981 |
| Utilizações | - | 2 780 474 |
| Saldo final | (103 171 794) | (50 408 896) |

O saldo de 52,8 milhões de euros a receber da subsidiária TREM II refere-se à transferência por parte do ML, na qualidade de fiador, do montante equivalente à última prestação do contrato de mútuo que esta tinha celebrado em setembro de 2001 com vista à aquisição de 19 carruagens. No entanto, e considerando a reduzida expectativa de realização daquela conta a receber, pelo facto do TREM II se encontrar sem atividade operacional, foi registada uma perda por imparidade relativamente à totalidade do montante a receber, estando a mesma incluída na demonstração de resultados na rubrica 'Ganhos / perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos'.



Demonstrações Financeiras e seus Anexos

Relatório Consolidado
2021

O valor de 12.608.172 euros registado como acréscimo de rendimentos compreende, no que se refere ao PART:

- (i) o montante de 1.622.440 euros (IVA não incluído) referente ao acerto da parte variável de 2020;
- (ii) o montante de 7.901.943 euros (IVA não incluído) que corresponde à estimativa para os meses de setembro a dezembro de 2021, ambos ainda por receber.

Relativamente à estimativa do programa PART para os meses de setembro a dezembro de 2021, a mesma é composta por duas componentes:

- (i) PART fixo que representa a compensação tarifária atribuída aos operadores aderentes da área metropolitana de Lisboa com um valor 2.680.316 euros (IVA não incluído), conforme divulgado na nota 24.
- (ii) PART variável atribuído no âmbito do apoio à reposição da oferta e que decorre do Decreto-Lei n.º 6-B/2021, de 15 de janeiro, que prolongou até ao final do ano de 2021 a vigência das regras de atribuição de financiamento e compensações aos operadores de transportes essenciais, no âmbito da pandemia COVID-19, com um valor de 5.221.627 euros (IVA não incluído), conforme divulgado na nota 25.

Ambos os cálculos acima evidenciados foram validados pela TML, têm por base o disposto no Decreto-Lei n.º 14-C/2020, de 7 de abril, e correspondem a uma compensação atribuída aos operadores com a finalidade de dar suporte financeiro para que estes prossigam com as diretivas do governo em termos de mobilidade, situação que os qualifica para o reconhecimento no corrente exercício, independentemente de parte do seu pagamento vir a ocorrer em períodos subsequentes.



Demonstrações Financeiras e seus Anexos

Relatório Consolidado
2021

15. DIFERIMENTOS

| | 31-dez-2021 | 31-dez-2020 |
|-----------------------------------|-------------------|-------------------|
| Trabalhos por conta de terceiros | 30 372 966 | 30 372 966 |
| Transtejo | 22 529 809 | 22 529 809 |
| Infraestruturas de Portugal | 7 208 573 | 7 208 573 |
| Águas do Tejo Atlântico | 634 584 | 634 584 |
| Encargos contratos <i>leasing</i> | 27 787 | 102 777 |
| Outros | 1 043 171 | 547 506 |
| | 31 443 924 | 31 023 249 |
| Perdas por imparidade | (634 584) | (634 584) |
| | 30 809 340 | 30 388 665 |

A sub-rubrica de ‘Trabalhos por conta de terceiros’ inclui os montantes relativos às obras efetuadas pela Empresa por conta de entidades do Setor Empresarial do Estado, encontrando-se o Conselho de Administração a promover diligências de forma a se proceder à regularização desta situação. De forma resumida:

- Transtejo: Na sequência do Despacho SET n.º 22-XII_93, de 24 de setembro, o ML foi incumbido de proceder ao estudo, conceção e construção do Interface do Terreiro do Paço. Os trabalhos foram efetuados mas não chegou a ser assinado qualquer protocolo com a Transtejo relativo às despesas incorridas e à metodologia de repartição adotada.
- Infraestruturas de Portugal: Na sequência do Despacho n.º 75-XII/92, de 17 de dezembro, e Ofício n.º 420 de 10/02/2000, do Secretário de Estado dos Transportes, o ML e a então REFER, E.P., celebraram em 29/09/2004, o Protocolo para a construção do Terminal Fluvial e do Interface do Cais do Sodré.
- Águas do Tejo Atlântico: Em setembro de 2009, com base no Despacho SET n.º 22-XII_93, de 24 de setembro, o ML e a então Simtejo assinaram um Protocolo enquadrando o ML como dono de obra da “construção da câmara de válvulas enterrada e da estação elevatória”.

Demonstrações Financeiras e seus Anexos

Relatório Consolidado
2021

16. CAIXA E EQUIVALENTES

| | 31-dez-2021 | 31-dez-2020 |
|-----------------------------|-------------|-------------|
| Caixa | 19 827 | 18 291 |
| Depósitos à ordem | 124 780 406 | 47 253 179 |
| Caixa e depósitos bancários | 124 800 233 | 47 271 470 |

17. INSTRUMENTOS DE CAPITAL PRÓPRIO

Em 31 de dezembro de 2021 o capital da Empresa, subscrito e realizado, ascendia a 3.667.903.891 euros, sendo detido na totalidade pelo Estado Português.

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foram efetuados aumentos de capital no montante global de 253.904.909 euros.

De acordo com a proposta de aplicação de resultados, o resultado líquido negativo do exercício de 2020, no montante de 57.131.391 euros, foi transferido para a rubrica 'Resultados transitados'.

A variação registada na rubrica 'Ajustamentos/outras variações no capital próprio' deve-se a:

(i) reconhecimento de 28.141.149 euros relativos ao subsídio atribuído pelo Fundo Ambiental para o projeto «Modernização dos Sistemas de Sinalização — 1.ª Fase»; (ii) perdas atuariais nas responsabilidades com benefícios pós-emprego (Nota 20); e (iii) imputação de subsídios ao investimento (Nota 29).



Demonstrações Financeiras e seus Anexos

Relatório Consolidado
2021

18. PROVISÕES

| | 31 de dezembro de 2021 | | | | |
|------------------------------|------------------------|----------|--------------|-------------|-------------|
| | Saldo inicial | Aumentos | Reversões | Utilizações | Saldo final |
| Processos judiciais em curso | 710 500 | 30 000 | (70 500) | - | 670 000 |
| Cobertura de prejuízos | | | | | |
| Ferconsult | 1 094 030 | - | (74 663) | - | 1 019 367 |
| TREM | - | - | - | - | - |
| TREM II | 38 257 379 | - | (38 257 379) | - | - |
| Publimetro | 233 150 | - | (221 875) | - | 11 275 |
| Ensitrans | 18 230 | 599 | - | (18 230) | 599 |
| | 40 313 289 | 30 599 | (38 624 417) | (18 230) | 1 701 241 |

| | 31 de dezembro de 2020 | | | | |
|------------------------------|------------------------|-----------|--------------|-------------|-------------|
| | Saldo inicial | Aumentos | Reversões | Utilizações | Saldo final |
| Processos judiciais em curso | 640 500 | 70 000 | - | - | 710 500 |
| Cobertura de prejuízos | | | | | |
| Ferconsult | 1 379 788 | - | (285 758) | - | 1 094 030 |
| TREM | 17 016 064 | - | (17 016 064) | - | - |
| TREM II | 36 767 795 | 1 489 584 | - | - | 38 257 379 |
| Publimetro | - | 233 150 | - | - | 233 150 |
| Ensitrans | 2 878 | 18 230 | - | (2 878) | 18 230 |
| | 55 807 026 | 1 810 964 | (17 301 822) | (2 878) | 40 313 289 |

A reversão da provisão constituída para fazer face às responsabilidades pelo potencial efeito do capital próprio negativo da subsidiária TREM II deve-se aos ajustamentos efetuados no registo da participação financeira pelo método da equivalência patrimonial, os quais se encontram divulgados na Nota 9.

Demonstrações Financeiras e seus Anexos

Relatório Consolidado
2021

19. FINANCIAMENTOS OBTIDOS

| | Entidade financiadora | 31 de dezembro de 2021 | | | 31 de dezembro de 2020 | | |
|-------------------------|-----------------------|------------------------|--------------------|--------------|------------------------|--------------------|--------------|
| | | Limite | Montante utilizado | | Limite | Montante utilizado | |
| | | | Corrente | Não corrente | | Corrente | Não corrente |
| Empréstimos bancários | | | | | | | |
| Emp. LP 613,9 M EUR | DGTF 2011 (parte) | 105 974 436 | 52 987 218 | - | 105 974 436 | 52 987 218 | - |
| Emp. LP 648,6 M EUR | DGTF 2012 (parte) | 410 833 969 | 308 125 476 | - | 410 833 969 | 308 125 476 | - |
| Emp. LP 412,9 M EUR | DGTF 2013 (parte) | 129 885 756 | 129 885 756 | - | 129 885 756 | 129 885 756 | - |
| Emp. LP 32,6 M EUR | DGTF 2017 (parte) | 15 426 066 | 10 284 044 | 5 142 022 | 15 426 066 | 7 713 033 | 7 713 033 |
| Emp. LP 421,97 M EUR | DGTF 2018 (parte) | 159 965 533 | 79 982 767 | 79 982 767 | 159 965 533 | 53 321 844 | 106 643 689 |
| Emp. LP 131,88 M EUR | DGTF 2019 (parte) | 23 556 727 | 7 852 242 | 15 704 485 | 23 556 727 | 3 926 121 | 19 630 606 |
| Emp. LP 154,51 M EUR | DGTF 2020 (parte) | 17 395 008 | 2 899 168 | 14 495 840 | 17 395 008 | - | 17 395 008 |
| Emp. LP 100,86 M EUR | DGTF 2021 (parte) | 29 239 923 | - | 29 239 923 | - | - | - |
| Suprimentos 49,3 M EUR | DGTF | 49 300 000 | 49 300 000 | - | 49 300 000 | 49 300 000 | - |
| Suprimentos 18,33 M EUR | DGTF | 18 331 823 | 18 331 823 | - | - | - | - |
| | | | 659 648 495 | 144 565 037 | | 605 259 449 | 151 382 336 |

As informações adicionais relativas aos financiamentos contraídos com a DGTF encontram-se divulgadas na Nota 5.9.

O Conselho de Administração da Empresa entende que a liquidação dos seus passivos, nomeadamente no que respeita a financiamentos obtidos reembolsáveis a curto prazo, continuará a ser cumprida, essencialmente através da obtenção de linhas adicionais de financiamento em coordenação com o seu acionista.

Financiamentos obtidos por maturidade

| Ano | Montante |
|------------------|-------------|
| 2023 | 40 930 543 |
| 2024 | 40 930 543 |
| 2025 e seguintes | 62 703 951 |
| | 144 565 037 |

Demonstrações Financeiras e seus Anexos

Relatório Consolidado
2021

20. BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO – PLANOS DE BENEFÍCIOS DEFINIDOS

Conforme mencionado na Nota 4.15, a Empresa assumiu o compromisso de conceder aos empregados prestações pecuniárias a título de complemento de reforma por velhice, invalidez e pensões de sobrevivência. Em 31 de dezembro de 2021, o número de empregados ativos e reformados/pensionistas ascendeu a 967 e 1.336, respectivamente (978 e 1.363 em 31 de dezembro de 2020).

As prestações anteriormente mencionadas correspondem a complementos das pensões garantidas pelo regime de Segurança Social e são determinadas em função do número de anos ao serviço da Empresa, de contribuições para a Segurança Social e pelo último salário auferido à data de reforma.

No exercício de 2004, a Empresa decidiu e acordou com os sindicatos que todos os empregados que passaram ao quadro após 31 de dezembro de 2003 já não seriam abrangidos por este plano de pensões.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foi efetuada uma avaliação atuarial dos ativos do plano e do valor presente da obrigação e benefícios definidos por uma entidade independente.

De acordo com os estudos atuariais reportados a 31 de dezembro de 2021 e 2020, o valor atual das responsabilidades da Empresa por serviços passados dos seus empregados no ativo e reformados foi estimado em:

| | 31-dez-2021 | 31-dez-2020 |
|----------------------|-------------|-------------|
| Trabalhadores ativos | 110 919 404 | 110 797 640 |
| Reformados | 159 865 278 | 163 802 846 |
| | 270 784 682 | 274 600 485 |

A diminuição verificada no total das Responsabilidades deve-se essencialmente ao aumento da taxa de rendimento, a qual passou de 1% para 1,1%.

O estudo atuarial reportado a 31 de dezembro de 2021 foi efetuado utilizando o método denominado por “Projected Unit Credit” e considerou os seguintes pressupostos e bases técnicas e atuariais:

Demonstrações Financeiras e seus Anexos

Relatório Consolidado
2021

| | 31-dez-2021 | 31-dez-2020 |
|--------------------------------|-------------|-------------|
| Tábuas de mortalidade | | |
| Tábua de Mortalidade Masculina | TV88/90 | TV73/77-1 |
| Tábua de Mortalidade Feminina | TV88/90 | TV88/90 |
| Tábuas de invalidez | EKV80 | EKV80 |
| Taxas | | |
| Taxa Técnica das Pensões | 1,10% | 1,00% |
| Taxa de Crescimento Salarial | 1,50% | 1,50% |
| Taxa de desconto | 1,10% | 1,00% |

A evolução nas responsabilidades da Empresa com pensões foi a seguinte:

| | 31-dez-2021 | 31-dez-2020 |
|---|--------------|--------------|
| Responsabilidades totais no início do período | 274 600 485 | 271 350 648 |
| Custos dos serviços correntes | 3 915 954 | 3 787 688 |
| Custo dos juros | 2 705 336 | 3 527 558 |
| Benefícios pagos no exercício | (12 049 714) | (12 309 842) |
| Perdas (ganhos) atuariais do exercício | 1 612 620 | 8 244 433 |
| Reponsabilidades totais no fim do período | 270 784 682 | 274 600 485 |

O custo dos serviços correntes e o custo dos juros do exercício de 2021, nos montantes de 3.915.954 euros e 2.705.336 euros, respetivamente, foram reconhecidos na demonstração dos resultados na rubrica “Gastos com o pessoal”.

A evolução dos ganhos/perdas atuariais, reconhecidos na rubrica ‘Ajustamentos/outras variações no capital próprio’ nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 é a seguinte:

| | 31-dez-2021 | 31-dez-2020 |
|--|--------------|--------------|
| Outras variações no capital próprio | | |
| Saldo inicial | (43 802 617) | (35 558 185) |
| Ganho atuarial | - | - |
| Perda atuarial | (1 612 620) | (8 244 433) |
| Saldo final | (45 415 238) | (43 802 617) |



Demonstrações Financeiras e seus Anexos

Relatório Consolidado
2021

Em 31 de dezembro de 2021, as perdas atuariais resultaram essencialmente da alteração da tábua de mortalidade para a população masculina, ainda que mitigada pela subida da taxa de desconto.

Em 31 de dezembro de 2021, a Empresa não tem constituído qualquer fundo para fazer face àquelas responsabilidades, encontrando-se as mesmas registadas no balanço.

21. OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS

Nesta rubrica incluem-se os *swaps* de taxa de juro relacionados com os financiamentos obtidos.

A discriminação por contrato de *swap* é a seguinte:

| Swap | Entidade | Maturidade | Notional original | Notional atual | Justo valor | |
|-----------------------|----------|------------|-------------------|----------------|-------------|-------------|
| | | | | | 31-dez-2021 | 31-dez-2020 |
| 26#METLIS BSN Set2022 | BSN | 23/09/2022 | 99 240 295 | 56 099 878 | 19 263 628 | 43 363 932 |
| | | | | | 19 263 628 | 43 363 932 |



Demonstrações Financeiras e seus Anexos

Relatório Consolidado
2021

22. FORNECEDORES

| | 31-dez-2021 | 31-dez-2020 |
|--|------------------|------------------|
| TML - Transportes Metropolitanos de Lisboa, EMT, S.A. | 435 111 | - |
| GEOCONTROLE - Geotecnia e Estruturas de Fundação, S.A. | 213 540 | - |
| Iberdrola Clientes Portugal, Unipessoal, Lda. | 193 753 | - |
| CP - Comboios de Portugal, E.P.E. | 70 006 | 10 |
| Stap - Reparação, Consolidação e Modificação de Estruturas, S.A. | 68 584 | - |
| LIMPERSADO - Limpeza, Máquinas e Transportes, S.A. | 57 549 | 130 835 |
| ISS Facility Services - Gestão e Manutenção de Edifícios, Lda. | 12 608 | 311 381 |
| CARRIS - Companhia Carris de Ferro de Lisboa, E.M., S.A. | 9 192 | 3 392 967 |
| Transportes Rodrigues & Lourenço, Lda. | 2 066 | 81 893 |
| 2045 Empresa de Segurança, S.A. | 915 | 970 432 |
| IP Património, S.A. | - | 148 845 |
| SISCOG, LINK, TECMIC, A.C.E. | - | 142 696 |
| Schmitt - Elevadores, Lda. | - | 98 038 |
| TST - Transportes Sul do Tejo, S.A. | - | 97 654 |
| Exide Technologies, Lda. | - | 92 250 |
| Siemens Mobility Unipessoal, Lda. | - | 89 569 |
| GRUPO 8- Vigilância e Prevenção Electrónica, Lda. | - | 80 039 |
| Otlis - Operadores de Transportes da Região de Lisboa, A.C.E. | - | 70 416 |
| Outros | 114 568 | 1 523 954 |
| | 1 177 892 | 7 230 978 |



Demonstrações Financeiras e seus Anexos

Relatório Consolidado
2021

23. OUTRAS DÍVIDAS A PAGAR

| | 31-dez-2021 | 31-dez-2020 |
|--|-------------------|-------------------|
| Acréscimo de gastos - Juros a liquidar | 28 445 860 | 27 257 350 |
| Acréscimo de gastos - Remunerações a liquidar | 10 130 175 | 10 220 080 |
| Subsídios - Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) | 5 512 000 | - |
| Fornecedores de investimentos | 4 496 286 | 5 263 649 |
| Rendimentos a reconhecer - Protocolos | 2 917 597 | - |
| Subsídios - Fundo Ambiental | 2 441 792 | 14 125 183 |
| Títulos de transporte | 1 655 677 | 206 641 |
| Adiantamentos de clientes | - | 239 510 |
| Outros | 3 977 523 | 6 583 979 |
| | 59 576 911 | 63 896 392 |

24. RÉDITO

| | 2021 | 2020 |
|--|-------------------|-------------------|
| Vendas | 47 919 | 27 282 |
| Prestação de serviços | | |
| Bilhetes | 19 141 087 | 16 848 492 |
| Passes | 32 485 054 | 33 208 552 |
| Cartões | 1 433 137 | 1 103 881 |
| Personalização Lisboa Viva | 262 819 | 157 201 |
| Compensação tarifária AML | 7 940 398 | 8 903 066 |
| Compensação financeira 4_18, Sub23, Social + | 3 574 453 | 3 458 364 |
| Espaços comerciais | 1 280 628 | 1 169 004 |
| Exploração publicidade | 149 946 | 1 349 782 |
| Outros | 574 532 | 583 329 |
| | 66 889 972 | 66 808 955 |

O rédito reconhecido em 2021 decorrente da compensação tarifária da AML inclui o montante de 2.680.316 euros referente aos pagamentos por conta (PART “fixo”) dos meses de setembro a dezembro de 2021, cujo recebimento se encontra pendente da aprovação de uma candidatura submetida no passado dia

Demonstrações Financeiras e seus Anexos

Relatório Consolidado
2021

31 de janeiro pela Transportes Metropolitanos de Lisboa, E.M.T., S.A. (TML) ao Fundo Ambiental, conforme divulgado na Nota 14. O Conselho de Administração está convicto que o referido montante, assente em cálculos validados pela TML, é devido nos termos da legislação em vigor e será recebido assim que forem disponibilizadas à AML/TML as verbas necessárias para realizar os pagamentos em falta. Este programa PART corresponde a uma compensação atribuída com a finalidade de dar suporte financeiro aos operadores de transporte aderentes na área metropolitana de Lisboa, na qual o ML se enquadra.

25. SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO

| | 2021 | 2020 |
|---|-------------------|-------------------|
| AML - Apoio à reposição da oferta de transportes públicos | 36 718 196 | 21 451 009 |
| PRR - Prolongamento da Linha Vermelha Alcântara | 1 135 080 | - |
| Fundo Ambiental - Prolongamento Rato/Cais do Sodré | 94 252 | 70 050 |
| PRR - Metro Ligeiro de Superfície Loures-Odivelas | 68 125 | - |
| Fundo Ambiental - Projeto Modernização Sistemas Sinalização (CBTC) | 28 500 | 132 977 |
| Município Lisboa - Projeto VoxPop - Pessoas, Processos & Tecnologia | - | 86 800 |
| | 38 044 153 | 21 740 836 |

A verba atribuída ao ML no âmbito do apoio à reposição da oferta, no montante global de 36.718.196 euros, decorre do Decreto-Lei n.º 6-B/2021, de 15 de janeiro, que prolongou até ao final do ano de 2021 a vigência das regras de atribuição de financiamento e compensações aos operadores de transportes essenciais, no âmbito da pandemia COVID-19. Neste montante, estão incluídos 5.221.627 euros referentes aos pagamentos por conta (PART “variável”) dos meses de setembro a dezembro de 2021, os quais estão pendentes de recebimento, conforme divulgado na Nota 24 e um acerto de 460.223 euros referente à parte variável do PART de 2020, no montante de 1.622.440 euros, conforme divulgado na Nota 14. Este programa PART corresponde a uma compensação atribuída com a finalidade de dar suporte financeiro aos operadores de transporte aderentes na área metropolitana de Lisboa, na qual o ML se enquadra.



Demonstrações Financeiras e seus Anexos

Relatório Consolidado
2021

26. GANHOS / PERDAS DE INVESTIMENTOS FINANCEIROS

| | 2021 | 2020 |
|--|--------------------|--------------------|
| Subsidiárias | | |
| Ferconsult – Consultoria, Estudos e Projectos de Engenharia de Transportes, S.A. | 74 663 | 285 758 |
| Metrocom – Exploração de Espaços Comerciais, S.A. | (24 241) | 22 531 |
| TREM – Aluguer de Material Circulante, A.C.E. | (3 263 010) | (2 739 251) |
| TREM II – Aluguer de Material Circulante, A.C.E. | (2 157 797) | (1 489 584) |
| Associadas | | |
| Publimetro – Publicidade em Meios de Transporte e Outros, S.A. | 221 875 | (272 790) |
| Empreendimentos conjuntos | | |
| OTLIS – Operadores de Transportes da Região de Lisboa, A.C.E. | 547 124 | 72 919 |
| Ensitrans – Engenharia e Sistemas de Transporte, A.E.I.E. | (599) | (18 230) |
| | (4 601 985) | (4 138 648) |

27. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

| | 2021 | 2020 |
|-----------------------------|---------------------|---------------------|
| Eletricidade | (7 067 753) | (8 538 914) |
| Rendas e alugueres | (5 194 304) | (6 523 042) |
| Conservação e reparação | (5 041 692) | (4 593 344) |
| Limpeza, higiene e conforto | (4 881 108) | (4 277 191) |
| Vigilância e segurança | (6 100 436) | (6 145 316) |
| Trabalhos especializados | (1 440 154) | (3 089 203) |
| Outros | (2 991 718) | (2 967 909) |
| | (32 717 165) | (36 134 918) |



Demonstrações Financeiras e seus Anexos

Relatório Consolidado
2021

28. GASTOS COM O PESSOAL

| | 2021 | 2020 |
|--|---------------------|---------------------|
| Remunerações dos órgãos sociais | (276 174) | (275 419) |
| Remunerações do pessoal | (59 139 857) | (56 827 711) |
| Benefícios pós-emprego | (6 625 935) | (7 315 831) |
| Encargos sobre remunerações | (13 675 211) | (12 916 436) |
| Seguros de acidentes de trabalho e doenças profissionais | (770 821) | (809 610) |
| Gastos de ação social | (1 049 103) | (943 682) |
| Seguros de saúde | (889 393) | (862 092) |
| Outros gastos com o pessoal | (347 426) | (280 816) |
| | (82 773 918) | (80 231 596) |

O número médio de colaboradores ao serviço da Empresa no exercício de 2021 foi de 1.513 (1.467 em 2020). O número de efetivos em 31 de dezembro de 2021 era de 1.516 (1.513 em 2020).

29. OUTROS RENDIMENTOS

| | 2021 | 2020 |
|---|------------------|------------------|
| Diferenças de câmbio favoráveis | 4 054 938 | 1 111 |
| Subsídios ao investimento | 1 243 100 | 1 243 100 |
| Correções relativas a períodos anteriores | 800 597 | 595 084 |
| Rendas de imóveis | 600 479 | 593 215 |
| Cedência de energia | 84 299 | 171 201 |
| Excesso estimativa para impostos | - | 353 |
| Outros | 234 193 | 123 580 |
| | 7 017 606 | 2 727 645 |

A sub-rubrica 'Subsídios ao investimento' inclui a imputação dos subsídios FEDER – PRODAC 1993 e QCA 1995 e 1997, os quais visaram financiar investimentos efetuados pela Empresa nos protótipos dos PMO's II e III e na série intercalar de 17 UT's, série complementar 95 de 20 UT's e PMO III. Estes rendimentos são imputados numa base sistemática de forma a balancear com os gastos de depreciação dos ativos fixos tangíveis que lhes estão associados.

Demonstrações Financeiras e seus Anexos

Relatório Consolidado
2021

30. OUTROS GASTOS

| | 2021 | 2020 |
|---|-------------|-------------|
| Correções relativas a períodos anteriores | (1 964 966) | (659 504) |
| Impostos | (491 884) | (521 092) |
| Perdas em investimentos não financeiros | (368 888) | (200 878) |
| Quotizações | (103 029) | (138 344) |
| Perdas em inventários | (56 621) | (222 543) |
| Diferenças de câmbio desfavoráveis | - | (4 909 534) |
| Outros | (67 744) | (86 052) |
| | (3 053 133) | (6 737 947) |

31. JUROS E GASTOS SIMILARES SUPOSTADOS

| | 2021 | 2020 |
|------------------------------|--------------|--------------|
| Juros swaps | (23 840 096) | (22 427 142) |
| Juros financiamentos obtidos | (1 195 836) | (1 689 330) |
| Outros juros | (198 528) | (264 248) |
| | (25 234 460) | (24 380 720) |

32. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

A Empresa é tributada em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) à taxa de 21%, acrescida de derrama à taxa máxima de 1,5% sobre o lucro tributável, atingindo desta forma uma taxa agregada de 22,5%.

Nos termos do artigo 88.º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC), a Empresa encontra-se sujeita a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas naquele artigo.

Demonstrações Financeiras e seus Anexos

Relatório Consolidado
2021

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais da Empresa estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. O Conselho de Administração entende que, as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos, não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021.

Os prejuízos fiscais gerados em exercícios iniciados em ou após de 1 de janeiro de 2014 podem ser reportados por um período de 12 anos e os prejuízos fiscais gerados nos exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2016 podem ser reportados por um período de 5 anos. Acresce que o n.º 1 do art.º 11.º da Lei n.º 27-A/2020, de 24 de julho, prevê que os prejuízos fiscais apurados nos períodos de tributação de 2020 e 2021 sejam deduzidos num ou mais dos 12 períodos de tributação seguintes, ainda que a empresa não se classifique como PME. Por outro lado, o n.º 3 desta disposição prevê que a contagem do prazo de reporte dos prejuízos fiscais vigentes no primeiro dia do período de tributação de 2020 fique suspensa durante esse período de tributação e o seguinte. Desta forma, a data limite de reporte dos prejuízos fiscais dedutíveis do ML é a seguinte: reporte dos prejuízos fiscais dedutíveis do ML é a seguinte: reporte dos prejuízos fiscais dedutíveis do ML é a seguinte:

| | 2021 | | 2020 | |
|-----------------|-------------|--------|------------|--------|
| | Montante | Limite | Montante | Limite |
| Gerados em 2014 | 3 496 721 | 2028 | 3 496 721 | 2028 |
| Gerados em 2017 | 39 093 595 | 2024 | 39 093 595 | 2024 |
| Gerados em 2018 | 21 012 509 | 2025 | 21 012 509 | 2025 |
| Gerados em 2019 | 12 972 374 | 2026 | 12 972 374 | 2026 |
| Gerados em 2020 | 41 815 801 | 2027 | - | - |
| | 118 390 999 | | 76 575 198 | |



Demonstrações Financeiras e seus Anexos

Relatório Consolidado
2021

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efetiva de imposto é a seguinte:

| | 2021 | 2020 |
|-----------------------------------|----------------|----------------|
| Resultado antes de impostos | (22 895 209) | (57 130 373) |
| Diferenças permanentes | 6 487 056 | 4 325 843 |
| Resultado tributável | (16 408 154) | (52 804 530) |
| Prejuízos fiscais deduzidos | - | - |
| Matéria coletável | - | - |
| Taxa nominal de imposto | 21,00% | 21,00% |
| Coleta | - | - |
| Tributações autônomas | (5 361) | (1 018) |
| Imposto sobre o rendimento | (5 361) | (1 018) |
| Taxa efetiva de imposto | - | - |

33. LOCAÇÕES

Em 31 de dezembro de 2021, a Empresa tinha um contrato de locação operacional celebrado com o TREM II, A.C.E., cujas responsabilidades, não reconhecidas no balanço, ascendiam a 56.099.875 euros.

Os pagamentos mínimos das locações operacionais em 31 de dezembro de 2021 e 2020 eram os seguintes:

| | 31-dez-2021 | 31-dez-2020 |
|------------------|-------------------|--------------------|
| Até 1 ano | 56 099 875 | 59 440 693 |
| Entre 1 e 5 anos | - | 56 099 875 |
| | 56 099 875 | 115 540 568 |



Demonstrações Financeiras e seus Anexos

Relatório Consolidado
2021

34. SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

| 2021 | Ativo | Passivo | Rendimentos | Gastos |
|----------------------------------|-----------|---------------|-------------|-------------|
| Acionista | | | | |
| Estado Português | - | 2 115 705 938 | - | - |
| Subsidiárias | | | | |
| Ferconsult | 530 407 | 14 732 | - | (1 418) |
| Metrocom | - | - | 1 294 544 | (3 670) |
| TREM | - | 275 951 | - | - |
| TREM II | - | 285 305 | - | (4 845 003) |
| Associadas | | | | |
| Publimetro | 1 275 503 | - | 852 416 | - |
| Empreendimentos conjuntos | | | | |
| OTLIS (em liquidação) | - | - | 555 161 | (17 435) |
| Ensitrans | - | - | - | - |
| Pessoal chave da gestão | | | | |
| Conselho de Administração | - | - | - | (228 503) |

| 2020 | Ativo | Passivo | Rendimentos | Gastos |
|----------------------------------|-----------|---------------|-------------|-------------|
| Acionista | | | | |
| Estado Português | - | 1 996 518 416 | - | - |
| Subsidiárias | | | | |
| Ferconsult | 333 296 | 18 563 | 17 265 | (1 475 295) |
| Metrocom | - | 320 | 1 262 208 | (3 407) |
| TREM | - | 275 951 | - | (678 282) |
| TREM II | - | 274 658 | - | (5 518 768) |
| Associadas | | | | |
| Publimetro | 1 640 838 | - | 1 754 189 | - |
| Empreendimentos conjuntos | | | | |
| OTLIS (em liquidação) | 145 410 | 70 849 | 3 326 261 | (89 629) |
| Ensitrans | - | - | - | - |
| Pessoal chave da gestão | | | | |
| Conselho de Administração | - | - | - | (293 156) |

Demonstrações Financeiras e seus Anexos

Relatório Consolidado
2021

As transações registadas com o Conselho de Administração em 2021 e 2020 referem-se às respetivas remunerações, não tendo sido concedidos benefícios pós-emprego, de longo prazo, de cessação de emprego ou de remuneração em capital próprio.

35. GARANTIAS PRESTADAS

| Entidade | Data Início | Beneficiário | 2021 | 2020 |
|-----------|-------------|--|-----------|-----------|
| | | | Montante | Montante |
| Banco BPI | 10-03-2006 | TRIB.ADM.F.LX-2ºJUÍZO | 7 494 | 7 494 |
| Banco BPI | 11-05-2006 | FINANÇAS 4ºBAIRRO FISCAL | 95 482 | 95 482 |
| Banco BPI | 30-06-2010 | TRIB.TRIBUT.2º.INST.LIS | - | 1 583 |
| Banco BPI | 17-08-2011 | MUNICÍPIO DE LISBOA | 7 661 | 7 661 |
| Banco BPI | 17-06-2014 | PETROGAL | 7 500 | 7 500 |
| Banco BPI | 03-07-2015 | Comarca de Lisboa Inst. Central 1 Trab | 438 047 | 438 047 |
| Banco BPI | 28-04-2016 | Comarca de Lisboa Inst. Central 1 Trab | 760 610 | 760 610 |
| | | | 1 316 795 | 1 318 377 |

36. PASSIVOS CONTINGENTES

Em 31 de dezembro de 2021, existem pedidos de indemnizações reclamados à Empresa, no montante de 18.049 euros, os quais se referem a processos de expropriações e danos causados pelos trabalhos relacionados com o plano de expansão da rede.

37. DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

Para efeitos do cumprimento do disposto na alínea b) do n.º 1 do art.º 66º-A do Código das Sociedades Comerciais, declara-se que os honorários totais faturados durante o exercício financeiro pela sociedade de revisores oficiais de contas, relativamente à revisão legal das contas anuais, ascenderam a 27.360 euros.



Demonstrações Financeiras e seus Anexos

Relatório Consolidado
2021

38. EVENTOS SUBSEQUENTES

5ª Vaga da Pandemia COVID-19

Desde meados de 2021, a adesão em massa à vacinação, aliada à manutenção de determinadas restrições e posturas preventivas, permitiu obter um maior grau de previsibilidade quanto ao comportamento da pandemia, facilitando o seu controlo e antecipação de cenários. Não obstante, no final de 2021 e início de 2022 verificou-se a evolução de uma quinta vaga. Contudo, em contraste com vagas anteriores, o padrão de restrições foi aliviado. Um leque de medidas, como o teletrabalho obrigatório, foram reaplicadas, evidenciando-se portanto uma menor mobilidade da população durante o mês de janeiro, ainda que, consequentemente, não se tenha assistido a uma desaceleração significativa da atividade económica.

Invasão da Ucrânia pela Rússia

Em 24 de fevereiro de 2022, a Rússia lançou uma operação militar de grande escala na Ucrânia. No seguimento da condenação do evento pela comunidade internacional, países ocidentais e Estados Membro da União Europeia, incluindo Portugal, têm vindo a aplicar sanções em vários setores de atividade à Federação Russa, incluindo-se a nível económico, por exemplo, a redução das trocas comerciais e a exclusão do sistema de pagamentos SWIFT. No contexto da economia global, os efeitos de uma guerra regional, não só na instância humanitária como também económica, extravasam massivamente para o resto do mundo. Em 2021, a Rússia figurava como um dos principais produtores de bens energéticos, sendo o terceiro principal fornecedor de gás natural a Portugal, pelo que, sem embargo da incerteza que caracteriza a magnitude do impacto económico do conflito, a substituição das importações de gás russo levará possivelmente a que se incorram em custos acrescidos, para além das restantes repercussões nas cadeias de valor globais, que elevarão os custos de bens e serviços.

Subida de Preços

Confirmando a rota ascendente que já vinha sendo traçada desde 2021, a estimativa para a variação do IHPC, relativa ao mês de março de 2022, fixou-se, de acordo o INE, nos 5,5%. A variação da componente



Demonstrações Financeiras e seus Anexos

Relatório Consolidado
2021

dos bens energéticos tem-se revelado um dos principais motores deste aumento, sofrendo esse agregado uma variação de 19,8%. De facto, o constrangimento e instabilidade das cadeias de abastecimento, sobretudo no setor energético, a exposição aos conflitos geopolíticos, nomeadamente a guerra na Ucrânia, e as implicações que lhes são adjacentes, geram um quadro económico de incerteza, provocando uma vincada volatilidade dos preços das commodities. No que se refere às flutuações do preço da energia, o seu aumento origina um efeito spillover no custo de bens e serviços, sobretudo em setores altamente dependentes de energia elétrica para a prossecução das suas operações, como é o caso do Metropolitano onde se prevê um elevado agravamento nos gastos de energia, que inevitavelmente, penalizará o rácio de eficiência operacional do ML.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO


Digitally signed by VITOR
MANUEL JACINTO
DOMINGUES DOS
SANTOS
Presidente Date: 2022.05.31 11:32:45
Metropolitano 0100 Lisboã

Eng.º Vitor Manuel Domingues dos Santos

O CONTABILISTA CERTIFICADO

PEDRO MIGUEL
GALANTE
ANTUNES PAIVA
Digitally signed by PEDRO
MIGUEL GALANTE ANTUNES
PAIVA
Date: 2022.05.30 17:58:38
+01'00'

Dr. Pedro Miguel Galante Antunes Paiva

MARIA HELENA
ARRANHADO
CARRASCO
CAMPOS
Digitally signed by
MARIA HELENA
ARRANHADO
CARRASCO CAMPOS
Date: 2022.05.31
11:05:39 +01'00'

Eng.ª Maria Helena Arranhado Carrasco Campos



| Rubricas | Notas | 31 dezembro 2021 | 31 dezembro 2020 |
|---|-------|----------------------|----------------------|
| ATIVO | | | |
| Ativo não corrente | | | |
| Investimentos de infraestruturas de longa duração | 5 | 5 400 543 332 | 5 390 701 851 |
| Ativos fixos tangíveis | 6 | 212 414 861 | 202 822 908 |
| Ativos sob direito de uso | 7 | 240 899 | 181 232 |
| Propriedades de investimento | 8 | 13 353 294 | 12 621 462 |
| Ativos intangíveis | 9 | 1 721 469 | 1 830 771 |
| Participações financeiras - método da equivalência patrimonial | 10 | 90 211 | 342 236 |
| Outros ativos financeiros | 11 | 52 218 573 | 54 065 280 |
| Ativos por impostos diferidos | | 8 996 | - |
| Total do ativo não corrente | | 5 680 591 634 | 5 662 565 741 |
| Ativo corrente | | | |
| Inventários | 12 | 9 771 398 | 10 836 101 |
| Clientes | 13 | 2 398 124 | 3 181 426 |
| Estado e outros entes públicos | 14 | 8 600 729 | 4 748 628 |
| Outros créditos a receber | 15 | 47 398 324 | 41 047 678 |
| Caixa e depósitos bancários | 16 | 128 371 394 | 51 625 304 |
| Total do ativo corrente | | 196 539 968 | 111 439 137 |
| Total do ativo em investimentos de infraestruturas de longa duração | | 5 400 543 332 | 5 390 701 851 |
| Total do ativo afeto à operação | | 476 588 271 | 383 303 026 |
| TOTAL DO ATIVO | | 5 877 131 602 | 5 774 004 878 |
| CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO | | | |
| Capital próprio | | | |
| Capital subscrito | 17 | 3 667 903 891 | 3 413 998 982 |
| Reservas legais | | 21 597 | 21 597 |
| Outras reservas | | 1 501 878 | 1 501 878 |
| Resultados transitados | | (1 940 806 395) | (1 883 675 004) |
| Excedentes de revalorização | | 37 234 076 | 37 234 076 |
| Ajustamentos / outras variações no capital próprio | 17 | (12 533 620) | (10 921 000) |
| | | 1 753 321 427 | 1 558 160 529 |
| Resultado líquido do período | | (22 901 284) | (57 133 727) |
| Total do capital próprio | | 1 730 420 142 | 1 501 026 801 |
| Passivo | | | |
| Passivo não corrente | | | |
| Investimentos de infraestruturas de longa duração | 5 | 1 730 374 092 | 1 946 015 681 |
| Provisões | 18 | 959 382 | 1 398 069 |
| Financiamentos obtidos | 19 | 144 565 037 | 207 482 211 |
| Passivos de locação | 7 | 98 312 | 2 661 |
| Responsabilidades por benefícios pós-emprego | 20 | 270 784 682 | 274 600 485 |
| Outros passivos financeiros | 21 | 48 789 088 | 45 860 577 |
| Total do passivo não corrente | | 2 195 570 592 | 2 475 359 685 |
| Passivo corrente | | | |
| Investimentos de infraestruturas de longa duração | 5 | 1 169 078 940 | 1 056 477 888 |
| Fornecedores | 22 | 1 935 236 | 9 046 753 |
| Estado e outros entes públicos | 14 | 3 411 610 | 3 550 718 |
| Financiamentos obtidos | 19 | 715 748 370 | 664 700 142 |
| Passivos de locação | 7 | 143 301 | 180 908 |
| Outras dívidas a pagar | 23 | 60 823 411 | 63 661 984 |
| Total do passivo corrente | | 1 951 140 868 | 1 797 618 392 |
| Total do passivo em investimentos de infraestruturas de longa duração | | 2 899 453 031 | 3 002 493 569 |
| Total do passivo afeto à operação | | 1 247 258 429 | 1 270 484 507 |
| Total do passivo | | 4 146 711 460 | 4 272 978 076 |
| TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO | | 5 877 131 602 | 5 774 004 878 |

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Digitally signed by VÍTOR
MANUEL JACINTO
DOMINGUES DOS
SANTOS
Presidente
Date: 2022.05.31 11:32:45
Metropolitano de Lisboa

Eng.º Vítor Manuel Jacinto Domingues dos Santos

MARIA HELENA
ARRANHADO
CARRASCO
CAMPOS
Digitally signed by
MARIA HELENA
ARRANHADO
CARRASCO CAMPOS
Date: 2022.05.31
11:05:39 +01'00'

Eng.ª Maria Helena Arranhado Carrasco Campos

O CONTABILISTA CERTIFICADO

PEDRO MIGUEL
GALANTE
ANTUNES PAIVA
Digitally signed by PEDRO
MIGUEL GALANTE ANTUNES
PAIVA
Date: 2022.05.30 17:58:38
+01'00'

Dr. Pedro Miguel Galante Antunes Paiva

Demonstrações Financeiras e seus Anexos

Relatório Consolidado
2021

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

Unid. monetária (Euro)

| RENDIMENTOS E GASTOS | Notas | 2021 | 2020 |
|---|---------|---------------------|---------------------|
| Vendas e serviços prestados | 24 | 67 430 724 | 67 524 950 |
| Subsídios à exploração | 25 | 38 044 153 | 21 740 836 |
| Ganhos / perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos | 26 | 927 081 | (331 929) |
| Trabalhos para a própria entidade | 5.1 e 6 | 5 825 053 | 4 923 254 |
| Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas | 12 | (2 530 223) | (2 613 840) |
| Fornecimentos e serviços externos | 27 | (27 999 647) | (29 017 161) |
| Gastos com o pessoal | 28 | (82 981 182) | (82 335 816) |
| Imparidade de inventários (perdas / reversões) | 12 | - | 299 936 |
| Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões) | 13 e 15 | (9 902) | 535 309 |
| Provisões (aumentos / reduções) | 18 | 40 500 | 240 363 |
| Aumentos / reduções de justo valor | 11 e 21 | 24 005 699 | 16 130 888 |
| Outros rendimentos | 29 | 7 227 154 | 3 045 838 |
| Outros gastos | 30 | (3 156 314) | (6 770 851) |
| Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos | | 26 823 095 | (6 628 223) |
| Gastos / reversões de depreciação e de amortização | 6 a 9 | (25 617 836) | (25 741 819) |
| Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões) | 6 a 9 | 1 187 407 | (318 005) |
| Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos) | | 2 392 665 | (32 688 047) |
| Juros e gastos similares suportados | 31 | (25 259 247) | (24 408 480) |
| Resultado antes de impostos | | (22 866 582) | (57 096 527) |
| Imposto sobre o rendimento do período | 32 | (34 703) | (37 200) |
| Resultado líquido do período | | (22 901 284) | (57 133 727) |
| Resultado líquido do período atribuível a: | | | |
| Detentores de capital da empresa-mãe | | (22 901 284) | (57 133 727) |
| Interesses que não controlam | | - | - |
| | | (22 901 284) | (57 133 727) |

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



 Digitally signed by VITOR MANUEL JACINTO DOMINGUES DOS SANTOS
 Presidente
 Date: 2022.05.31 11:32:45
 Metropolitan LISBOA

Eng.º Vitor Manuel Jacinto Domingues dos Santos


 Digitally signed by MARIA HELENA ARRANHADO CARRASCO CAMPOS
 Date: 2022.05.31
 CAMPOS Metropolitan LISBOA

Eng.ª Maria Helena Arranhado Carrasco Campos

O CONTABILISTA CERTIFICADO


 Digitally signed by PEDRO MIGUEL GALANTE ANTUNES PAIVA
 Date: 2022.05.30 17:58:38
 LISBOA

Dr. Pedro Miguel Galante Antunes Paiva

| | Notas | Capital subscrito | Reservas legais | Outras reservas | Resultados transitados | Excedentes de revalorização | Ajustamentos / outras variações no capital próprio | Resultado líquido do período | Total | Total do capital próprio |
|---|-------|-------------------|-----------------|-----------------|------------------------|-----------------------------|--|------------------------------|---------------|--------------------------|
| Posição em 1 de janeiro de 2020 | | 3 093 575 218 | 21 597 | 1 501 878 | (1 871 784 573) | 37 234 076 | 2 306 278 | (16 879 256) | 1 245 975 218 | 1 245 975 218 |
| Alterações no período | | | | | | | | | | |
| Aplicação do resultado líquido do período findo em 31 de dezembro de 2019 | | | | | (16 879 256) | | | 16 879 256 | - | - |
| Plano de benefícios definidos - ganhos e perdas atuariais | 20 | | | | | | (8 244 433) | (8 244 433) | (8 244 433) | (8 244 433) |
| Outras alterações reconhecidas no capital próprio | | | | | 4 988 825 | | (4 982 845) | 5 979 | 5 979 | 5 979 |
| | | - | - | - | (11 890 431) | - | (13 227 278) | 16 879 256 | (8 238 453) | (8 238 453) |
| Resultado líquido do período findo em 31 de dezembro de 2020 | | | | | | | | (57 133 727) | (57 133 727) | (57 133 727) |
| Resultado integral | | | | | (11 890 431) | | (13 227 278) | (40 254 471) | (65 372 181) | (65 372 181) |
| Operações com detentores de capital no período | | | | | | | | | | |
| Realizações de capital | | 320 423 764 | | | | | | | 320 423 764 | 320 423 764 |
| | | 320 423 764 | - | - | - | - | - | - | 320 423 764 | 320 423 764 |
| Posição em 31 de dezembro de 2020 | | 3 413 998 982 | 21 597 | 1 501 878 | (1 883 675 004) | 37 234 076 | (10 921 000) | (57 133 727) | 1 501 026 801 | 1 501 026 801 |
| Posição em 1 de janeiro de 2021 | | 3 413 998 982 | 21 597 | 1 501 878 | (1 883 675 004) | 37 234 076 | (10 921 000) | (57 133 727) | 1 501 026 801 | 1 501 026 801 |
| Alterações no período | | | | | | | | | | |
| Aplicação do resultado líquido do período findo em 31 de dezembro de 2020 | | | | | (57 133 727) | | | 57 133 727 | - | - |
| Plano de benefícios definidos - ganhos e perdas atuariais | 20 | | | | | | (1 612 620) | (1 612 620) | (1 612 620) | (1 612 620) |
| Outras alterações reconhecidas no capital próprio | 17 | | | | 2 336 | | | 2 336 | 2 336 | 2 336 |
| | | - | - | - | (57 131 391) | - | (1 612 620) | 57 133 727 | (1 610 284) | (1 610 284) |
| Resultado líquido do período findo em 31 de dezembro de 2021 | | | | | | | | (22 901 284) | (22 901 284) | (22 901 284) |
| Resultado integral | | | | | (57 131 391) | | (1 612 620) | 34 232 443 | (24 511 569) | (24 511 569) |
| Operações com detentores de capital no período | | | | | | | | | | |
| Realizações de capital | | 253 904 909 | | | | | | | 253 904 909 | 253 904 909 |
| | | 253 904 909 | - | - | - | - | - | - | 253 904 909 | 253 904 909 |
| Posição em 31 de dezembro de 2021 | | 3 667 903 891 | 21 597 | 1 501 878 | (1 940 806 395) | 37 234 076 | (12 533 620) | (22 901 284) | 1 730 420 142 | 1 730 420 142 |

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

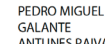

 Digitally signed by VITOR
 MANUEL JACINTO
 DOMINGUES DOS
 SANTOS
 Presidente
 Date: 2022.05.31 11:32:45
 Metropolitan+0100+115004

Eng.º Vitor Manuel Jacinto Domingues dos Santos


 Digitally signed by
 MARIA HELENA
 ARRANHADO
 CARRASCO
 CAMPOS
 Date: 2022.05.31
 Metropolitan+0100+115004

Eng.ª Maria Helena Arranhado Carrasco Campos

O CONTABILISTA CERTIFICADO


 Digitally signed by PEDRO
 MIGUEL GALANTE ANTUNES
 PAIVA
 Date: 2022.05.30 17:58:38
 +0100

Dr. Pedro Miguel Galante Antunes Paiva

Demonstrações Financeiras e seus Anexos

Relatório Consolidado
2021

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO RENDIMENTO INTEGRAL PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

Unid. monetária (Euro)

| | Notas | 2021 | 2020 |
|---|-------|--------------|--------------|
| Resultado líquido do período | | (22 901 284) | (57 133 727) |
| Outro rendimento integral do período | | | |
| Plano de benefícios definidos – perdas atuariais | 20 | (1 612 620) | (8 244 433) |
| Outras alterações reconhecidas no capital próprio | 17 | 2 336 | 5 979 |
| | | (1 610 284) | (8 238 453) |
| Total do rendimento integral do período | | (24 511 569) | (65 372 181) |
| Atribuível a: | | | |
| Detentores de capital da empresa-mãe | | 24 511 569 | 65 372 181 |
| Interesses que não controlam | | | |
| | | (24 511 569) | (65 372 181) |

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO


Digitally signed by VITOR
MANUEL JACINTO
DOMINGUES DOS
SANTOS
Presidente
Date: 2022.05.31 11:32:45
Metropolitano@0100 1.1500A

Eng.º Vitor Manuel Jacinto Domingues dos Santos

MARIA HELENA
ARRANHADO
CARRASCO
CAMPOS
Digitally signed by
MARIA HELENA
ARRANHADO
CARRASCO CAMPOS
Date: 2022.05.31
11:05:39 +01'00'

Eng.ª Maria Helena Arranhado Carrasco Campos

O CONTABILISTA CERTIFICADO

PEDRO MIGUEL
GALANTE
ANTUNES PAIVA
Digitally signed by PEDRO
MIGUEL GALANTE ANTUNES
PAIVA
Date: 2022.05.30 17:58:38
+01'00'

Dr. Pedro Miguel Galante Antunes Paiva



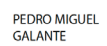
| | Notas | 2021 | 2020 |
|---|-------|---------------|---------------|
| Unid. monetária (Euro) | | | |
| Fluxos de caixa das atividades operacionais | | | |
| Recebimentos de clientes | | 81 855 785 | 67 079 254 |
| Pagamentos a fornecedores | | (47 646 380) | (46 620 972) |
| Pagamentos ao pessoal | | (85 645 404) | (84 161 972) |
| Caixa gerada pelas operações | | (51 435 999) | (63 703 691) |
| Recebimentos do 'Apoio à reposição da oferta de transportes públicos' | | 31 088 003 | 20 299 084 |
| Pagamento / recebimento do imposto sobre o rendimento | | 1 932 782 | (298 564) |
| Outros recebimentos / pagamentos | | 1 735 197 | 1 716 797 |
| Fluxos de caixa das atividades operacionais [1] | | (16 680 017) | (41 986 375) |
| Fluxos de caixa das atividades de investimento | | | |
| Recebimentos provenientes de: | | | |
| Investimentos financeiros | | 799 150 | 257 345 |
| Subsídios ao investimento | | 153 517 599 | 31 474 692 |
| Juros e rendimentos similares | | 20 053 | 71 272 |
| Pagamentos respeitantes a: | | | |
| Ativos fixos tangíveis | | (151 069 301) | (73 923 477) |
| Ativos intangíveis | | - | (700) |
| Fluxos de caixa das atividades de investimento [2] | | 3 267 501 | (42 120 868) |
| Fluxos de caixa das atividades de financiamento | | | |
| Recebimentos provenientes de: | | | |
| Financiamentos obtidos | | 119 187 522 | 203 813 049 |
| Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio | | 253 904 909 | 320 423 764 |
| Pagamentos provenientes de: | | | |
| Financiamentos obtidos | | (199 304 651) | (274 682 375) |
| Juros e gastos similares | | (83 625 243) | (149 935 057) |
| Fluxos de caixa das atividades de financiamento [3] | | 90 162 537 | 99 619 382 |
| Varição de caixa e seus equivalentes [4]=[1]+[2]+[3] | | 76 750 022 | 15 512 138 |
| Efeito das diferenças de câmbio | | (3 932) | |
| Caixa e seus equivalentes no início do período | | 51 625 304 | 36 113 165 |
| Caixa e seus equivalentes no fim do período | 16 | 128 371 394 | 51 625 304 |

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO


 Digitally signed by VITOR
 MANUEL JACINTO
 DOMINGUES DOS
 SANTOS
 Presidente
 Date: 2022.05.31 11:32:45
 Metropolitan
 +0100

Eng.º Vitor Manuel Jacinto Domingues dos Santos

O CONTABILISTA CERTIFICADO


 Digitally signed by PEDRO
 MIGUEL GALANTE ANTUNES
 PAIVA
 Date: 2022.05.30 17:58:38
 +0100

Dr. Pedro Miguel Galante Antunes Paiva


 Digitally signed by
 MARIA HELENA
 ARRANHADO
 CARRASCO
 CAMPOS
 Date: 2022.05.31
 11:25:58 +0100

Eng.ª Maria Helena Arranhado Carrasco Campos

Demonstrações Financeiras e seus Anexos

Relatório Consolidado
2021

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

1. NOTA INTRODUTÓRIA

O Metropolitano de Lisboa, E.P.E. (adiante designado por “ML” ou “Empresa”) é uma entidade pública empresarial, constituída em 1949, com sede social na Av. Fontes Pereira de Melo, n.º 28, em Lisboa, cujo atual regime jurídico e Estatutos foram aprovados pelo Decreto-Lei n.º 148-A/2009, de 26 de junho. Tem por objeto, a título principal, a prestação de atividades e serviços que incidem no transporte público por metropolitano de passageiros na cidade de Lisboa e nos concelhos limítrofes da Grande Lisboa, nos termos do contrato de concessão celebrado com o Estado Português em 23 de março de 2015.

O ML é a empresa-mãe do Grupo Metropolitano de Lisboa (“Grupo”) formado pelo ML e suas subsidiárias (Nota 3.2).

O Grupo promoveu em 2021 a manutenção das medidas necessárias a mitigar os efeitos adversos e os impactes económicos e financeiros da pandemia COVID-19 na sua atividade. No entanto, os resultados de 2021 continuaram muito aquém do verificado no período homólogo de 2019, com decréscimos de mais de 50% na procura e de 44% no volume de negócios.

As demonstrações financeiras consolidadas, que incluem a demonstração consolidada da posição financeira, a demonstração consolidada dos resultados por naturezas, a demonstração consolidada do rendimento integral, a demonstração consolidada das alterações no capital próprio, a demonstração consolidada dos fluxos de caixa e o presente anexo, foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizadas para emissão em XX de maio de 2022, estando, no entanto, ainda sujeitas a aprovação pelas tutelas setorial e financeira, nos termos do Regime Jurídico do Setor Público Empresarial.

As demonstrações financeiras consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 não foram



Demonstrações Financeiras e seus Anexos

Relatório
Consolidado
2021

ainda objeto de aprovação formal pela Tutela. No entanto, é expectativa do Conselho de Administração que as referidas demonstrações financeiras sejam aprovadas sem alterações significativas.

O Conselho de Administração declara que, tanto quanto é do seu conhecimento, a informação nestas demonstrações financeiras consolidadas foi elaborada em conformidade com o referencial contabilístico aplicável, dando uma imagem verdadeira e apropriada da posição financeira do Grupo em 31 de dezembro de 2021 e do seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as normas internacionais de contabilidade tal como adotadas na União Europeia, em vigor para exercícios iniciados em 1 de janeiro de 2021. Estas normas correspondem às Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS) emitidas pelo “International Accounting Standards Board” (“IASB”) e Interpretações emitidas pelo “International Financial Reporting Interpretations Committee” (“IFRIC”) ou pelo anterior “Standing Interpretations Committee” (“SIC”).

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adotadas pelo Grupo na preparação das demonstrações financeiras consolidadas são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados, salvo indicação contrária.

3.1. BASES DE APRESENTAÇÃO

Os valores apresentados, salvo indicação em contrário, são expressos em euros (EUR). As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e de acordo com



Demonstrações Financeiras e seus Anexos

Relatório Consolidado
2021

o regime contabilístico do acréscimo, a partir dos livros e registos contabilísticos das empresas incluídas na consolidação, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal, ajustados no processo de consolidação, de modo a que as demonstrações financeiras consolidadas estejam de acordo com normas internacionais de contabilidade tal como adotadas na União Europeia.

3.1.1. NOVAS NORMAS, ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES ADOTADAS PELO GRUPO

| Regulamento da UE | Norma do IASB ou Interpretação do IFRIC adotada pela UE | Data de emissão | Aplicação obrigatória nos exercícios iniciados em ou após |
|---------------------------|---|-----------------|---|
| Regulamento n.º 2097/2020 | IFRS 4 Contratos de seguro (será substituída pela IFRS 17): Extensão da exceção temporária de aplicação da IFRS 9 (alterações) | junho 2020 | 1-jan-2021 |
| Regulamento n.º 25/2021 | IFRS 9 Instrumentos Financeiros; IAS 39 Instrumentos financeiros: Reconhecimento e mensuração; IFRS 7 Instrumentos financeiros: Divulgações; IFRS 4 Contratos de seguro; e IFRS 16 Locações – Reforma das taxas de juro de referência – fase 2 (alterações) | agosto 2020 | 1-jan-2021 |
| Regulamento n.º 1421/2021 | IFRS 16 Locações: Concessões relacionadas com a COVID-19 ao nível das rendas para além de 30 de junho de 2021 (alterações) | março 2021 | 1-jan-2021 |

O Grupo implementou as alterações acima, não tendo havido um impacto significativo nas suas demonstrações financeiras consolidadas.



Demonstrações Financeiras e seus Anexos

Relatório Consolidado
2021

3.1.2. NOVAS NORMAS, ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES ADOTADAS PELA UE MAS SEM APLICAÇÃO EFETIVA AO EXERCÍCIO INICIADO EM 1 DE JANEIRO DE 2020 E NÃO APLICADAS ANTECIPADAMENTE

A UE adotou em 2021 uma nova norma e um conjunto de alterações emitidas pelo IASB, a aplicar em períodos subsequentes:

| Regulamento da UE | Norma do IASB ou Interpretação do IFRIC adotada pela UE | Data de emissão | Aplicação obrigatória nos exercícios iniciados em ou após |
|---------------------------|--|------------------------|---|
| Regulamento n.º 1080/2021 | IFRS 3 Concentrações de atividades empresariais: Referências para a Estrutura Conceptual (alterações) IAS 16 Ativos fixos tangíveis: Rendimentos anteriores ao uso esperado (alterações) IAS 37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes: Custos de cumprimento de contratos onerosos (alterações) Ciclo 2018-2020 de melhoria às normas IFRS: IFRS 1 Adoção pela primeira vez das normas internacionais de relato financeiro, IFRS 9 Instrumentos Financeiros, IFRS 16 Locações e IAS 41 Agricultura (alterações) | maio 2020 | 1-jan-2022 |
| Regulamento n.º 2036/2021 | IFRS 17 Contratos de Seguro (nova) | maio 2017 e junho 2020 | 1-jan-2023 |

Estas alterações são de aplicação efetiva para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2022 e não foram aplicadas na preparação das presentes demonstrações financeiras consolidadas. Não é expectável que estas alterações venham a ter um impacte significativo nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo.



Demonstrações Financeiras e seus Anexos

Relatório Consolidado
2021

3.1.3. NOVAS NORMAS, ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES EMITIDAS PELO IASB E IFRIC MAS AINDA NÃO ADOTADAS PELA UE

O IASB emitiu entre janeiro de 2020 e dezembro de 2021 as seguintes alterações que se encontram ainda em processo de adoção pela UE:

| Norma do IASB ou Interpretação do IFRIC | Data de emissão | Aplicação obrigatória nos exercícios iniciados em ou após |
|--|----------------------|---|
| IAS 1 Apresentação das Demonstrações Financeiras: Classificação de Passivos como correntes e não correntes (alterações) | janeiro e julho 2020 | 1-jan-2023 |
| IAS 1 Apresentação das Demonstrações Financeiras: Divulgação de Políticas Contabilísticas (alterações) | fevereiro 2021 | 1-jan-2023 |
| IAS 8 Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros: Definição de Estimativas Contabilísticas (alterações) | fevereiro 2021 | 1-jan-2023 |
| IAS 12 Impostos sobre o rendimento: Imposto diferido relacionado com Ativos e Passivos decorrentes de uma única transação (alterações) | maio 2021 | 1-jan-2023 |
| IFRS 17 Contratos de Seguro: Aplicação inicial da IFRS 17 e IFRS 9 – Informação comparativa (alterações) | dezembro 2021 | 1-jan-2023 |

A Administração está a avaliar o impacte da adoção futura desta nova norma e das alterações às normas já em vigor, não sendo expectável a esta data um impacte significativo nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo.

3.2. PRINCÍPIOS DE CONSOLIDAÇÃO

Participações financeiras em empresas subsidiárias

As demonstrações financeiras consolidadas incorporam as demonstrações financeiras da Empresa e das entidades por si controladas (as suas subsidiárias). Entende-se existir controlo quando a Empresa tem o poder de definir as políticas financeiras e operacionais de uma entidade, de forma a obter benefícios derivados das suas atividades, normalmente associado ao controlo, direto ou indireto, de



Demonstrações Financeiras e seus Anexos

Relatório
Consolidado
2021

mais de metade dos direitos de voto. A existência e o efeito de direitos de voto potenciais que sejam correntemente exercíveis ou convertíveis são considerados na avaliação do controle que a Empresa detém sobre uma entidade.

As subsidiárias são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas através do método de consolidação integral, desde a data em que a Empresa assume o controle sobre as suas atividades financeiras e operacionais e até ao momento em que esse controle cessa.

Os resultados das subsidiárias adquiridas ou alienadas durante o exercício são incluídos na demonstração consolidada do rendimento integral desde a data da sua aquisição ou até à data da sua alienação.

Os interesses nos ativos líquidos das subsidiárias que não pertencem ao Grupo (interesses que não controlam) são apresentados no capital próprio, separadamente do capital próprio atribuível aos acionistas da empresa mãe, na rubrica “Interesses sem controle”. Os interesses sem controle consistem na quantia desses interesses na data de aquisição e na proporção dos mesmos nas alterações no capital próprio das subsidiárias adquiridas após a data da sua aquisição.

O resultado líquido e cada um dos componentes do rendimento integral são atribuídos ao Grupo e aos interesses sem controle na proporção da sua detenção (interesse de propriedade), mesmo que isso resulte num saldo deficitário dos interesses sem controle. As transações (incluindo as eventuais mais ou menos valias derivadas de alienações entre empresas do Grupo), os saldos e os dividendos distribuídos entre empresas do Grupo são eliminados no processo de consolidação.

As alterações no interesse de propriedade do Grupo na subsidiária que não resulte numa perda de controle são registadas como transações de capital próprio.

Nas situações em que o Grupo detenha, em substância, o controle de outras entidades criadas com um fim específico, ainda que não possua participações de capital diretamente nessas entidades, as mesmas são consolidadas pelo método de consolidação integral. À data de referência destas demonstrações financeiras não existem entidades nesta situação.



Demonstrações Financeiras e seus Anexos

Relatório Consolidado
2021

As empresas que integram o perímetro de consolidação (método de consolidação integral), pela maioria dos direitos de voto, são as seguintes:

| Empresa | Sede | % de capital detida | |
|--|--------|---------------------|---------|
| | | 2021 | 2020 |
| Empresa-mãe: | | | |
| Metropolitano de Lisboa, E.P.E. | Lisboa | - | |
| Subsidiárias: | | | |
| Ferconsult - Consultoria, Estudos e Projectos de Engenharia de Transportes, S.A. | Lisboa | 100,00% | 100,00% |
| Metrocom - Exploração de Espaços Comerciais, S.A. | Lisboa | 100,00% | 100,00% |
| TREM - Aluguer de Material Circulante, A.C.E. | Lisboa | 100,00% | 100,00% |
| TREM II - Aluguer de Material Circulante, A.C.E. | Lisboa | 100,00% | 100,00% |

Empreendimentos conjuntos e associadas

O controlo conjunto de uma entidade resulta de uma forma particular de empreendimento conjunto, o qual se traduz na criação de uma entidade que, por via contratual, é conjuntamente controlada pelos vários empreendedores.

A classificação dos investimentos financeiros em empreendimentos conjuntos é determinada com base em acordos parassociais que regulam o controlo conjunto e exigem a unanimidade das decisões.

Uma associada é uma entidade na qual o Grupo exerce uma influência significativa, presumida quando os direitos de votos sejam superiores a 20%, ou quando o Grupo tem o poder de participar nas decisões de política financeira e operacional da entidade, sem todavia exercer controlo ou controlo conjunto dessas políticas.

As participações financeiras em empreendimentos conjuntos e associadas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas pelo método de equivalência patrimonial.



Demonstrações Financeiras e seus Anexos

Relatório Consolidado
2021

As entidades que se qualificam como empreendimentos conjuntos e associadas são as seguintes:

| Empresa | Sede | % de capital detida | |
|--|--------|---------------------|--------|
| | | 2021 | 2020 |
| Publimetro - Publicidade em Meios de Transporte e Outros, S.A. | Lisboa | 40,00% | 40,00% |
| Ensitrans - Engenharia e Sistemas de Transporte, A.E.I.E. | Lisboa | 50,00% | 50,00% |
| OTLIS - Operadores de Transportes da Região de Lisboa, A.C.E. | Lisboa | 14,29% | 14,29% |

No caso específico do Ensitrans – Engenharia e Sistemas de Transporte, A.E.I.E., apesar da percentagem detida pelo Grupo ser de 50%, o Conselho de Administração entende que não detém o controlo da mesma, pelo que reconheceu a sua participação de acordo com o método de equivalência patrimonial.

3.3. ATIVIDADES DE INVESTIMENTO EM INFRAESTRUTURAS DE LONGA DURAÇÃO (ILD)

A Empresa ao longo dos anos tem tido a responsabilidade de construção, renovação e gestão das infraestruturas de longa duração relativas ao funcionamento regular do serviço público de transporte coletivo de passageiros fundado no aproveitamento do subsolo da cidade de Lisboa e zonas limítrofes. Esta é uma atividade desenvolvida de acordo com as diretivas do Estado, cujo financiamento é garantido através de subsídios e empréstimos maioritariamente avalizados pelo Estado.

Nos termos do Decreto-Lei n.º 196/80, de 20 de junho, o Governo assumiu o princípio de que competia ao Estado Português financiar as infraestruturas de longa duração construídas pela Empresa, definindo como tais os seguintes tipos de investimentos:

- Estudos para o desenvolvimento da rede;
- Galerias, estações e demais construções acessórias ou complementares;
- Via-férrea;
- Redes de alta e baixa tensão;



Demonstrações Financeiras e seus Anexos

Relatório Consolidado
2021

- Sistemas de telecomunicações e de controlo;
- Equipamentos de ventilação e bombagens;
- Acessos mecânicos.

Aquele princípio teve concretização prática através de subsídios concedidos pelo Estado Português, a fundo perdido, para os investimentos realizados até 31 de dezembro de 1980 e para os encargos financeiros até então incorridos com esses investimentos. Naquela data, o montante dos investimentos efetuados e o valor dos subsídios atribuídos eram coincidentes e tinham expressão contabilística nos ativos financiados pelo Estado e reservas para investimentos, respetivamente.

O Decreto-Lei supra mencionado continha uma cláusula que impunha a sua revisão até ao termo da sua vigência em 31 de dezembro de 1980. Contudo, e dado que essa revisão não ocorreu, a partir daquela data os fundos passaram a ser atribuídos com base em legislação pontual enquadrada nos Planos de Investimento do Setor Empresarial do Estado e sob a forma de dotações para capital estatutário ou subsídios genéricos para investimentos e saneamento financeiro passando, consequentemente, a não haver coincidência entre os investimentos realizados e os subsídios atribuídos.

A Empresa, até ao exercício de 2009, reconheceu no seu balanço os ativos e passivos afetos aos ILD's em consonância com a interpretação do Decreto-Lei n.º 196/1980, de 20 de junho, onde o Estado Português se comprometia a sanear económica e financeiramente a Empresa, nomeadamente em suportar os encargos com os investimentos em ILD's realizados até 31 de dezembro de 1978, sendo ainda referido naquele Decreto-Lei que para os investimentos a realizar após 1 de janeiro de 1979 o Estado fixaria os montantes em dívida que assumiria, disposição esta que nunca veio a ser emitida. Nos exercícios de 2010 e 2011, a Administração entendeu como mais apropriado anular os ativos e passivos afetos aos ILD's, pelo que o total do balanço da Empresa naqueles exercícios foi diminuído de forma significativa. No exercício de 2012, no seguimento do Despacho n.º 1491/12 da Secretaria de Estado do Tesouro e Finanças, a Administração decidiu retomar o registo dos ativos e passivos associados aos ILD's no balanço da Empresa.



Demonstrações Financeiras e seus Anexos

Relatório Consolidado
2021

Assim, todos os fluxos resultantes desta atividade são registados no balanço nas rubricas de “Investimentos de infraestruturas de longa duração” e incluem os seguintes itens:

No ativo:

- As infraestruturas de longa duração (“ILD”) do domínio público construídas pela Empresa e sobre as quais tem o direito de acesso para a prestação dos serviços de “Transporte de passageiros” e “Gestão de infraestruturas”, as quais incluem as reavaliações livres efetuadas em anos anteriores;
- Os materiais adquiridos no âmbito da construção/reparação das ILD, com a natureza de inventários;
- Os montantes de subsídios recebidos para o cofinanciamento da construção de ILD a deduzir aos investimentos em ILD;
- Os gastos internos de funcionamento dos diversos serviços de gestão que não trabalham exclusivamente para o investimento;
- Os encargos financeiros diretamente suportados com os financiamentos contraídos para o financiamento da atividade de construção e reparação de ILD, correspondentes aos juros, taxa de aval e imposto do selo decorrentes da atividade desenvolvida por conta do Estado, que não tenham sido capitalizados no valor de custo dos ILD durante o seu período de construção;
- Os instrumentos financeiros derivados contratados pela Empresa, para fazer face às alterações na taxa de juro dos financiamentos obtidos para financiar a atividade dos ILD os quais se encontram, reconhecidos pelo seu justo valor no ativo, nos casos em que o seu justo valor é positivo.

De mencionar que os ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis apresentados na rubrica ILD não se encontram a ser depreciados/amortizados.

No passivo:

- Os saldos a pagar aos fornecedores de serviços de construção de ILD;



Demonstrações Financeiras e seus Anexos

Relatório Consolidado
2021

- Os empréstimos contraídos para o financiamento da atividade de construção e reparação das ILD, nomeadamente os avalizados pelo Estado;
- Os instrumentos financeiros derivados contratados pela Empresa, para cobrir o risco de alterações na taxa de juro dos financiamentos obtidos para financiar a atividade dos ILD os quais se encontram, reconhecidos pelo seu justo valor no passivo, nos casos em que o seu justo valor é negativo.

Os gastos com a manutenção e reparação que não aumentam a vida útil destes ativos são registados na demonstração dos resultados no período em que ocorrem, em resultado das mesmas resultarem da atividade de gestão de infraestruturas efetuada pela Empresa.

Em resultado da alteração da política de reconhecimento aquando da transição para o Sistema de Normalização C, a Empresa procedeu à quantificação dos encargos financeiros relativos a juros, imposto do selo, taxa de aval e gastos de montagem dos financiamentos incorridos em anos anteriores, e não suportados pelo Estado, e alocou os mesmos à rubrica de “Investimentos de infraestruturas de longa duração”.

3.4. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os ativos fixos tangíveis são registados ao custo de aquisição ou produção, o qual inclui o custo de compra, encargos financeiros e quaisquer gastos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, quando aplicável, a estimativa inicial dos gastos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação/operação dos mesmos que o Grupo espera incorrer, deduzido de depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método das quotas constantes por duodécimos, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens:



Demonstrações Financeiras e seus Anexos

Relatório Consolidado
2021

| Classe de bens | Anos |
|-----------------------------------|---------|
| Edifícios e outras construções | 10 - 50 |
| Equipamento básico | |
| Material circulante de exploração | 15 - 28 |
| Material circulante de serviço | 20 |
| Outro equipamento básico | 4 - 20 |
| Outros ativos fixos tangíveis | 3 - 10 |

Os gastos com a manutenção e reparação que não aumentam a vida útil destes ativos fixos são registados como gastos no período em que ocorrem. Os gastos com grandes reparações são incluídos no valor contabilístico do ativo sempre que se perspetive que estes originem benefícios económicos futuros adicionais.

Os ganhos ou perdas resultantes da alienação ou abate de um ativo fixo tangível são determinados como a diferença entre o justo valor do montante recebido na transação ou a receber e a quantia escriturada do ativo, líquida de depreciações acumuladas, sendo reconhecidos em resultados no período em que ocorrem.

3.5. LOCAÇÕES

Em conformidade com a IFRS 16, o Grupo avalia se um contrato contém uma locação, isto é, se o contrato prevê o direito de controlar o uso de um ativo específico, por um período de tempo definido em troca de um pagamento.

Contabilização nos locatários:

Ativos de locações

Na data de início da locação, o Grupo reconhece um ativo de locação pelo valor do seu custo o qual corresponde ao montante inicial do passivo da locação ajustado de quaisquer pagamentos entretanto efetuados e de quaisquer incentivos à locação recebidos e acrescido dos custos diretos adicionais



Demonstrações Financeiras e seus Anexos

Relatório Consolidado
2021

incurridos e de uma estimativa de remover e/ou restaurar o ativo subjacente e/ou o local onde se situa. O direito de uso é subsequentemente depreciado usando o método linear a partir da data de início até ao termo da locação. Adicionalmente, o ativo de locação é periodicamente reduzido de perdas por imparidade, se existirem, e ajustado por eventuais remensurações do passivo de locação.

Passivos de locações

Na data de início da locação, o Grupo reconhece passivos de locação mensurados ao valor presente dos pagamentos futuros da locação, os quais incluem pagamentos fixos deduzidos de quaisquer incentivos, de pagamentos variáveis da locação, e valores que se esperam pagar a título de valor residual garantido. Os pagamentos de locação incluem ainda o preço de exercício de opções de compra ou renovação razoavelmente certas de serem exercidas pelo Grupo ou pagamentos de penalidades de rescisão de locações, se o prazo da locação refletir a opção do Grupo de rescindir o contrato.

No cálculo do valor presente dos pagamentos futuros da locação o Grupo usa a sua taxa incremental de financiamento se a taxa de juro implícita na locação não for facilmente determinável. Subsequentemente, o valor dos passivos de locação é incrementado pelo valor dos juros e diminuído pelos pagamentos de locação.

Nos contratos de locação em que o Grupo é locatário e cujos ativos subjacentes tenham pouco valor e nos contratos de locação a curto prazo (12 meses ou inferior), o reconhecimento e mensuração da locação não é efetuado através do acima descrito, sendo as rendas da locação reconhecidas como um gasto numa base linear durante o período da locação na demonstração dos resultados na rubrica “Fornecimentos e serviços externos – Rendas e alugueres”.

Contabilização nos locadores:

A contabilização nos locadores não é alterada com a IFRS 16. Deste modo, as locações são contabilizadas como locação financeira ou locação operacional nos termos da anterior IAS 17:

- Locação financeira: se transferir substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à detenção do ativo subjacente;



Demonstrações Financeiras e seus Anexos

Relatório Consolidado
2021

- Locação operacional: se não transferir substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à detenção do ativo subjacente.

Aos locadores não é permitido o expediente prático de tratar a componente não-locação como uma locação.

Numa locação financeira, o locador reconhece um ativo financeiro ao custo amortizado no balanço e reconhece na demonstração dos resultados o proveito dos respectivos juros.

Numa locação operacional, o locador reconhece como um rendimento de forma linear os recebimentos da locação.

O Grupo é locador apenas em locações operacionais.

3.6. ATIVOS INTANGÍVEIS

Os ativos intangíveis são registados ao custo, deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

Os dispêndios com atividades de pesquisa são registados como gastos no período em que são incorridos.

As amortizações de ativos intangíveis são reconhecidas numa base linear, de acordo com a seguinte vida útil estimada:

| Classe de bens | Anos |
|--|--------|
| Propriedade industrial e outros direitos | 3 - 10 |

3.7. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

As propriedades de investimento são mensuradas ao custo, deduzido de depreciações e perdas por imparidade acumuladas.



Demonstrações Financeiras e seus Anexos

Relatório Consolidado
2021

As depreciações são calculadas após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método das quotas constantes por duodécimos, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

| Classe de bens | Anos |
|--------------------------------|---------|
| Edifícios e outras construções | 10 - 50 |
| Outros equipamentos | 4-20 |

Os gastos incorridos relacionados com propriedades de investimento, nomeadamente, manutenções, reparações, seguros e impostos, são reconhecidos como um gasto no período a que se referem. As beneficiações ou benfeitorias em propriedades de investimento relativamente às quais existem expectativas de que irão gerar benefícios económicos futuros adicionais são capitalizadas na rubrica de “Propriedades de investimento”.

3.8. PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS EM ASSOCIADAS E EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS

As participações financeiras em associadas e empreendimentos conjuntos são registadas pelo método da equivalência patrimonial, sendo inicialmente reconhecidas pelo custo e posteriormente ajustadas em função das alterações verificadas, após a aquisição, na quota-parte do investidor ou do empreendedor nos ativos líquidos da investida ou da entidade conjuntamente controlada. Os resultados do investidor ou empreendedor incluem a parte que lhe corresponda nos resultados da investida ou da entidade conjuntamente controlada. Os dividendos recebidos destas empresas são registados como uma diminuição ao valor do investimento financeiro.

Quando a proporção do Grupo nos prejuízos acumulados da participada excede o valor pelo qual o investimento se encontra registado, o investimento é relatado por valor nulo, exceto quando o Grupo



Demonstrações Financeiras e seus Anexos

Relatório Consolidado
2021

tenha assumido compromissos de cobertura de prejuízos da participada, casos em que as perdas adicionais determinam o reconhecimento de um passivo. Se posteriormente a participada relatar lucros, o Grupo retoma o reconhecimento da sua quota-parte nesses lucros somente após a sua parte nos lucros igualar a parte das perdas não reconhecidas.

Os ganhos não realizados em transações com associadas e empreendimentos conjuntos são eliminados proporcionalmente ao interesse do Grupo nas mesmas, por contrapartida da correspondente rubrica do investimento.

As perdas não realizadas são similarmente eliminadas, mas somente até ao ponto em que a perda não resulte de uma situação em que o ativo transferido esteja em imparidade.

Os restantes investimentos financeiros encontram-se registados ao custo de aquisição, o qual é inferior ao valor de mercado.

3.9. IMPARIDADE DE ATIVOS NÃO CORRENTES

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos do Grupo com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade. Caso exista algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos (ou da unidade geradora de caixa) a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso).

A quantia recuperável do ativo (ou da unidade geradora de caixa) consiste no maior de entre: (i) o justo valor deduzido de custos para vender; e (ii) o valor de uso. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados usando uma taxa de desconto que reflita as expectativas do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro (que no caso do Grupo se considerou que não existiria) e quanto aos riscos específicos do ativo (ou da unidade geradora de caixa) relativamente aos quais as estimativas de fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustadas.



Demonstrações Financeiras e seus Anexos

Relatório
Consolidado
2021

Sempre que a quantia escriturada do ativo (ou da unidade geradora de caixa) seja superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registrada de imediato na demonstração consolidada dos resultados, salvo se tal perda compensar um excedente de revalorização registrado no capital próprio. Neste último caso, tal perda será tratada como um decréscimo daquela revalorização.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registrada quando existem evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de depreciações) caso a perda por imparidade anterior não tivesse sido registrada.

3.10. GASTOS COM FINANCIAMENTOS OBTIDOS

Os encargos financeiros relacionados com financiamentos obtidos são reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

Os encargos financeiros de financiamentos obtidos diretamente relacionados com a aquisição e construção de ativos são capitalizados, fazendo parte integrante do custo do ativo. O início da capitalização destes encargos começa após o início da preparação das atividades de construção do ativo e é interrompida após o início de utilização ou final de construção do ativo ou quando o ativo em causa se encontra suspenso. Quaisquer rendimentos gerados por financiamentos obtidos antecipadamente relacionados com um investimento específico são deduzidos aos encargos financeiros elegíveis para capitalização.

3.11. INVENTÁRIOS

Os inventários são mensurados pelo menor de entre o custo e o valor realizável líquido. As matérias-primas, subsidiárias e de consumo são registadas ao custo de aquisição, o qual não excede o respetivo valor de mercado.



Demonstrações Financeiras e seus Anexos

Relatório Consolidado
2021

O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os gastos estimados necessários para concluir os inventários e para efetuar a sua venda. Nas situações em que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, é registado uma perda por imparidade pela respetiva diferença.

O método de custeio dos inventários adotado pelo Grupo consiste no custo médio ponderado.

3.12. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos na demonstração consolidada da posição financeira quando o Grupo se torna parte das correspondentes disposições contratuais.

Os ativos e os passivos financeiros são assim mensurados de acordo com os seguintes critérios: (i) custo amortizado menos perdas por imparidade e (ii) justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração consolidada dos resultados.

(i) Custo amortizado menos perdas por imparidade

São mensurados “ao custo amortizado menos perdas por imparidade” os ativos financeiros que satisfaçam as seguintes condições:

- Sejam à vista ou tenham uma maturidade definida;
- Tenham associado um retorno fixo ou determinável; e
- Não contenham nenhuma cláusula contratual que possa resultar para o seu detentor em perda do valor nominal.

Com exceção dos passivos financeiros classificados como detidos para negociação, todos os passivos financeiros devem ser mensurados pelo custo amortizado.

O custo amortizado é determinado através do método do juro efetivo. O juro efetivo é calculado através da taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante



Demonstrações Financeiras e seus Anexos

Relatório Consolidado
2021

a vida esperada do instrumento financeiro na quantia líquida escriturada do ativo ou passivo financeiro (taxa de juro efetiva).

Nesta categoria incluem-se, conseqüentemente, os seguintes ativos e passivos financeiros:

a) Clientes e outros créditos a receber

Os saldos de clientes e de outros créditos a receber são registados ao custo amortizado deduzido de eventuais perdas por imparidade. Usualmente, o custo amortizado destes ativos financeiros não difere do seu valor nominal.

b) Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica de “Caixa e depósitos bancários” correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários e depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria vencíveis a menos de doze meses. Usualmente, o custo amortizado destes ativos financeiros não difere do seu valor nominal.

c) Fornecedores e outras dívidas a pagar

Os saldos de fornecedores e de outras dívidas a pagar são registados ao custo amortizado. Usualmente, o custo amortizado destes passivos financeiros não difere do seu valor nominal.

d) Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos são registados no passivo ao custo amortizado.

Eventuais despesas incorridas com a obtenção desses financiamentos, designadamente comissões bancárias e imposto do selo, assim como os encargos com juros e despesas similares, são reconhecidas pelo método do juro efetivo em resultados do exercício ao longo do período de vida desses financiamentos. As referidas despesas incorridas, enquanto não estiverem reconhecidas, são apresentadas a deduzir à rubrica de “Financiamentos obtidos”. Os juros incorridos e ainda não liquidados são apresentados na rubrica de “Outras dívidas a pagar”.

Demonstrações Financeiras e seus Anexos

Relatório Consolidado
2021

(ii) Ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração consolidada dos resultados

Todos os ativos e passivos financeiros não classificados na categoria “ao custo amortizado” são incluídos na categoria “ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração consolidada dos resultados”.

Tais ativos e passivos financeiros são mensurados ao justo valor, sendo as variações no respetivo justo valor registadas em resultados.

Nesta categoria incluem-se (i) os colaterais dados como garantia dos financiamentos, registados na rubrica do ativo ‘Outros ativos financeiros’; (ii) os instrumentos financeiros derivados, registados na rubrica do passivo ‘Outros passivos financeiros’, os quais não reúnem as condições para efeitos de contabilidade de cobertura de acordo com as disposições da IAS 39 – Instrumentos Financeiros.

De acordo com o descrito os ativos e passivos financeiros, foram classificados como segue:

| Ativos Financeiros | 2021 | | 2020 | |
|--------------------------------|-------------|------------------|-------------|------------------|
| | Justo valor | Custo amortizado | Justo valor | Custo amortizado |
| Não correntes: | | | | |
| Outros ativos financeiros | 11 | 52 218 573 | - | 54 065 280 |
| | | 52 218 573 | - | 54 065 280 |
| Correntes: | | | | |
| Clientes | 13 | | 2 398 124 | 3 181 426 |
| Estado e outros entes públicos | 14 | | 8 600 729 | 4 748 628 |
| Outros créditos a receber | 15 | | 47 398 324 | 41 047 678 |
| Caixa e depósitos bancários | 16 | | 128 371 394 | 51 625 304 |
| | | - | 186 768 571 | - |
| | | 52 218 573 | 186 768 571 | 54 065 280 |
| | | | | 100 603 036 |



Demonstrações Financeiras e seus Anexos

Relatório Consolidado
2021

| Passivos Financeiros | 2021 | | 2020 | |
|--------------------------------|-------------|-------------------|-------------------|--------------------|
| | Justo valor | Custo amortizado | Justo valor | Custo amortizado |
| Não correntes: | | | | |
| Financiamentos obtidos | 19 | 144 565 037 | - | 207 482 211 |
| Outros passivos financeiros | 21 | 19 263 628 | 43 363 932 | 2 496 645 |
| | | 19 263 628 | 43 363 932 | 209 978 856 |
| Correntes: | | | | |
| Fornecedores | 22 | 1 935 236 | - | 9 046 753 |
| Estado e outros entes públicos | 14 | 3 411 610 | - | 3 550 718 |
| Financiamentos obtidos | 19 | 715 748 370 | - | 664 700 142 |
| Outros dividas a pagar | 23 | 60 823 411 | - | 63 661 984 |
| | | - | - | 740 959 596 |
| | | 19 263 628 | 43 363 932 | 950 938 453 |

3.13. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Caixa e equivalentes de caixa incluem numerário, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de liquidez elevada e com maturidades iniciais até três meses e descobertos bancários, sem risco significativo de alteração de valor. Os descobertos bancários são apresentados na demonstração consolidada da posição financeira, no passivo corrente, na rubrica de 'Financiamentos obtidos'.

3.14. SUBSÍDIOS DO GOVERNO

Os subsídios do Governo apenas são reconhecidos quando existe uma certeza razoável de que o Grupo irá cumprir com as condições de atribuição dos mesmos e de que os mesmos irão ser recebidos. Os subsídios do Governo associados à aquisição ou produção de ativos não correntes são inicialmente reconhecidos no capital próprio, sendo subsequentemente imputados numa base sistemática (proporcionalmente às depreciações dos ativos subjacentes) como rendimentos do exercício durante as vidas úteis dos ativos com os quais se relacionam.



Demonstrações Financeiras e seus Anexos

Relatório Consolidado
2021

Outros subsídios do Governo são, de uma forma geral, reconhecidos como rendimentos de uma forma sistemática durante os períodos necessários para os balancear com os gastos que é suposto compensarem. Subsídios do Governo que têm por finalidade compensar perdas já incorridas ou que não têm custos futuros associados são reconhecidos como rendimentos do período em que se tornam recebíveis.

3.15. PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

As provisões são registadas quando o Grupo tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um acontecimento passado, é provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada demonstração consolidada da posição financeira e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

3.16. BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

Plano de benefício definido

A Empresa tem um plano de benefício definido para complemento de reforma (velhice, invalidez e sobrevivência) adicional ao pago pela Segurança Social. As responsabilidades da Empresa relacionadas com este plano são determinadas através do método da unidade de crédito projetada, sendo as respetivas avaliações atuariais efetuadas em cada data de relato, o qual é efetuado de acordo com métodos e pressupostos atuarias internacionalmente aceites, de modo a conhecer o valor das responsabilidades na data de balanço e o gasto com pensões a registar no período.



Demonstrações Financeiras e seus Anexos

Relatório Consolidado
2021

A responsabilidade associada aos benefícios garantidos reconhecida na demonstração consolidada da posição financeira, representa o valor presente da correspondente obrigação, ajustado por ganhos e perdas atuariais e pelo gasto dos serviços passados não reconhecidos e deduzido do justo valor dos ativos do plano.

Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos anualmente no capital próprio.

Os planos de benefícios concedidos que foram identificados pela Empresa para apuramento destas responsabilidades são:

- Complemento de pensões de reforma, invalidez e sobrevivência;
- Pré-Reformas.

Cuidados de saúde

A Empresa assumiu ainda responsabilidades pelo pagamento aos seus empregados, até à idade de reforma, de benefícios relacionados com cuidados de saúde, as quais não se encontram registadas na demonstração consolidada da posição financeira em 31 de dezembro de 2021. Para fazer face a estas responsabilidades, a Empresa assegurou aos seus empregados no ativo, um seguro coletivo de saúde que lhes dá acesso a serviços médicos comparticipados pela Empresa. Estes encargos são registados na demonstração consolidada dos resultados do período em que são pagos.

3.17. RÉDITO

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito reconhecido está deduzido do montante de devoluções, descontos e outros abatimentos e não inclui IVA e outros impostos liquidados relacionados com a venda.

O rédito proveniente da prestação de serviço público de transporte público resulta da repartição das receitas provenientes da venda dos títulos que permitem o acesso ao modo operado pelo Metropolitano



Demonstrações Financeiras e seus Anexos

Relatório Consolidado
2021

de Lisboa, E.P.E.. É reconhecido, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito possa ser mensurado com fiabilidade;
- Seja provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Empresa;
- Os gastos incorridos ou a incorrer com a transação possam ser mensurados com fiabilidade.

Em abril de 2019, entrou em vigor o Programa de Apoio à Redução Tarifária (PART), nos termos previstos da Lei do Orçamento de Estado para 2019 (Lei n.º 71/2018, de 31 de dezembro) e de acordo com o Regulamento n.º 278-A/2019, de 27 de março.

O PART criou um “passe único metropolitano”, comum a todos os operadores de transporte que operavam na Área Metropolitana de Lisboa (AML), determinando, conseqüentemente, o fim da quase totalidade dos passes intermodais e combinados. Os passes “municipal” e “metropolitano” são disponibilizados a preços significativamente inferiores, para estimular a procura de transporte público. O programa PART simplificou igualmente o processo de apuramento mensal do rédito, estabelecendo que:

- As receitas da venda dos passes PART são da titularidade dos operadores que realizam a venda;
- AAML paga aos operadores compensações financeiras pelo cumprimento das obrigações de serviço público, de acordo com o modelo definido no Regulamento n.º 278-A/2019, de 27 de março, que garante a manutenção do equilíbrio financeiro dos Operadores, assegurando que não têm perda de receita face a um valor de referência pré-estabelecido;
- O valor dos pagamentos por conta mensais é estabelecido trimestralmente, correspondendo à diferença entre os montantes recebidos (receitas de vendas e subsídios do Estado) e o valor de referência estimado para cada Operador;
- O modelo define igualmente regras para a distribuição dos benefícios resultantes de um acréscimo (upside) da receita global do sistema de transportes da AML, decorrente de um aumento sustentado da utilização do transporte público, favorecendo os operadores com maior crescimento de procura;



Demonstrações Financeiras e seus Anexos

Relatório
Consolidado
2021

- O cálculo do valor definitivo das compensações de cada Operador, tendo em conta o montante total real das vendas e validações realizadas no conjunto dos operadores da AML, é efetuado no primeiro trimestre do ano seguinte.

As compensações tarifárias, não reembolsáveis, são atribuídas pelo Estado à Empresa, para compensar a sua operação em cumprimento das obrigações de serviço público, as quais são registadas no período em que são atribuídas.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para o Grupo e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

3.18. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

O imposto sobre o rendimento do período é calculado com base no resultado tributável do Grupo.

O imposto corrente a pagar é calculado com base no lucro tributável. O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis em outros exercícios, bem como gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis.

O Grupo apenas tem registado um ativo por imposto diferido relacionado com a expectativa de recuperação do prejuízo fiscal registado em 2021 na subsidiária Metrocom. No restante, não procedeu ao registo de impostos diferidos e a esta data não se encontram totalmente quantificados. Os ativos por impostos diferidos corresponderiam a prejuízos fiscais reportáveis e a provisões não aceites fiscalmente e os passivos por impostos diferidos corresponderiam a depreciações de bens reavaliados não aceites fiscalmente e a mais-valias fiscais com tributação diferida.



Demonstrações Financeiras e seus Anexos

Relatório Consolidado
2021

3.19. CLASSIFICAÇÃO DA DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DA POSIÇÃO FINANCEIRA

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano da data de relato, são classificados, respetivamente, como ativos e passivos não correntes.

3.20. TRANSAÇÕES E SALDOS EM MOEDA ESTRANGEIRA

As transações em moeda estrangeira (moeda diferente da moeda funcional do Grupo) são registadas às taxas de câmbio das datas das transações. Em cada data de relato, as quantias escrituradas dos itens monetários denominados em moeda estrangeira são atualizadas às taxas de câmbio dessa data.

As diferenças de câmbio apuradas na data de recebimento ou pagamento das transações em moeda estrangeira e as resultantes das atualizações atrás referidas são registadas na demonstração dos resultados do período em que são geradas.

As cotações de moeda estrangeira utilizadas para conversão de transações expressas em moeda diferente do euro ou para a atualização de saldos expressos em moeda estrangeira, foram as seguintes:

| País | Moeda | Cotação média 2021 | Cotação final 31/12/2021 | Cotação média 2020 | Cotação final 31/12/2020 |
|---------------------------|-------|--------------------|--------------------------|--------------------|--------------------------|
| Estados Unidos da América | USD | 1,18 | 1,13 | 1,14 | 1,23 |
| Reino Unido | GBP | 0,86 | 0,84 | 0,89 | 0,90 |
| Brasil | BRL | 6,38 | 6,31 | 5,89 | 6,37 |
| Argélia | DZD | 159,66 | 157,84 | 144,83 | 161,33 |

Fonte: Banco de Portugal / Exchange Rates UK



Demonstrações Financeiras e seus Anexos

Relatório Consolidado
2021

3.21. REGIME DO ACRÉSCIMO (PERIODIZAÇÃO ECONÓMICA)

O Grupo regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o princípio da especialização de exercícios, pelo qual os rendimentos e gastos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento do respetivo recebimento ou pagamento. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos gerados são registadas como ativos ou passivos.

3.22. POLÍTICA DE GESTÃO DE RISCO

No desenvolvimento da sua atividade o Grupo encontra-se exposto a uma variedade de riscos: risco de mercado (incluindo risco de taxa de câmbio, risco de taxa de juro e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global do Grupo é focado na imprevisibilidade dos mercados financeiros e procura minimizar os efeitos adversos que daí advêm para o seu desempenho financeiro.

A gestão de risco é controlada pelo departamento financeiro da Empresa, de acordo com políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. Nesse sentido, o Conselho de Administração tem definido os principais princípios de gestão de risco globais e bem assim políticas específicas para algumas áreas, como sejam a cobertura de risco de taxa de câmbio, risco de taxa de juro e risco de crédito.

a) Risco de taxa de câmbio

A atividade operacional do Grupo é desenvolvida em Portugal e conseqüentemente a grande maioria das suas transações são mantidas em Euros. A política de cobertura deste risco específico passa por evitar na medida, do possível, a contratação de serviços expressos em divisas.

b) Risco de liquidez

As necessidades de tesouraria são geridas duma forma adequada, gerindo os excessos e défices de liquidez, sendo cobertas por financiamentos avalizados pelo Estado Português ou por este concedidos através de indemnizações compensatórias não reembolsáveis e dotações de capital.



Demonstrações Financeiras e seus Anexos

Relatório Consolidado
2021



c) Risco de taxa de juro

As receitas e “cash-flows” do Grupo são influenciadas pela variação de taxas de juro, na medida em que as disponibilidades do Grupo e os eventuais financiamentos concedidos a outras empresas do Grupo, se encontram dependentes da evolução das taxas de juro em Euro, as quais têm, historicamente, uma volatilidade baixa.

Análise de sensibilidade da taxa de juro

A análise de sensibilidade abaixo foi calculada com base na exposição às taxas de juro para os instrumentos financeiros derivados existentes à data de relato. Para os ativos e passivos com taxa variável, foram considerados os seguintes pressupostos:

- As alterações nas taxas de juro do mercado afetam o montante de juros a receber ou a pagar, dos instrumentos financeiros indexados a taxas variáveis e, no caso de taxas fixas contratadas no período em análise, as alterações da taxa de juro afetam também esta componente;
- As alterações nas taxas de juro do mercado só influenciam o montante de juro a receber ou a pagar dos instrumentos financeiros com taxa fixa, se os mesmos forem registados pelo seu justo valor;
- As alterações nas taxas de juro do mercado afetam o justo valor dos derivados;
- O justo valor dos instrumentos financeiros derivados e de outros ativos e passivos financeiros é estimado descontando para o momento presente os fluxos de caixa futuros às taxas de juro de mercado existentes no final de cada ano; e,
- Para efeitos da análise da sensibilidade, essa análise é realizada com base em todos os instrumentos financeiros existentes durante o exercício.

As análises de sensibilidade pressupõem a alteração de uma variável mantendo todas as outras constantes. Na realidade, este pressuposto dificilmente se verifica, e as alterações em alguns dos pressupostos poderão estar correlacionadas.

Demonstrações Financeiras e seus Anexos

Relatório Consolidado
2021

Sob estes pressupostos, um aumento ou diminuição de 1% nas taxas de mercado para os instrumentos financeiros derivados, a 31 de dezembro de 2021, resultaria respectivamente num aumento de 59.157.597,1 euros e numa diminuição de 97.378.979,2 euros no resultado antes de imposto e antes da afetação à rubrica de ILD.

3.23. JUÍZOS DE VALOR CRÍTICOS E PRINCIPAIS FONTES DE INCERTEZA ASSOCIADAS A ESTIMATIVAS

Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados por referência à data de relato com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras consolidadas dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras consolidadas serão corrigidas de forma prospetiva, conforme disposto pela IAS 8. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juízos de valor e estimativas efetuadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas anexas foram os seguintes:

- a) Vidas úteis e análise de imparidade dos ativos fixos tangíveis;
- b) Perdas por imparidade de contas a receber – são calculadas tendo em consideração o risco global de cobrança dos saldos a receber;
- c) Determinação do justo valor dos instrumentos financeiros derivados – no final de cada exercício é determinado pela entidade com a qual os mesmos foram contratados.



Demonstrações Financeiras e seus Anexos

Relatório Consolidado
2021

d) Determinação das responsabilidades com benefícios de reforma – no final de cada exercício é obtida a avaliação atuarial das responsabilidades com pensões preparada pelo atuário.

3.24. ACONTECIMENTOS SUBSEQUENTES

Os acontecimentos após a data de relato que proporcionam informação adicional sobre condições que existiam à data de relato (“adjusting events”) são refletidos nas demonstrações financeiras consolidadas. Os eventos que proporcionam informação sobre condições ocorridas após a data de relato (“non adjusting events”) são divulgados nas demonstrações financeiras consolidadas, se forem considerados materiais.

4. INFORMAÇÃO POR SEGMENTOS OPERACIONAIS

De acordo com as divulgações exigidas pela IFRS 8 – Segmentos Operacionais, o Grupo Metropolitano de Lisboa identificou a área de negócio ‘Atividade de transporte de passageiros e gestão de infraestruturas’.

As informações sobre as outras áreas de negócio constam na categoria ‘Outros segmentos’.

As transações entre segmentos são realizadas em condições normais de mercado, seguindo as mesmas políticas contabilísticas adotadas pelo Grupo no tratamento de transações com entidades não relacionadas.

A informação financeira por segmento de negócio do Grupo, relativa aos períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, é a seguinte:



Demonstrações Financeiras e seus Anexos

Relatório Consolidado
2021

EXERCÍCIO 2021

| RENDIMENTOS E GASTOS | Transporte de passageiros e gestão de infraestruturas | Outros segmentos | Total Consolidado |
|--|---|-------------------|---------------------|
| Vendas e serviços prestados | 65 609 288 | 1 821 436 | 67 430 724 |
| Subsídios à exploração | 38 044 153 | - | 38 044 153 |
| Ganhos / perdas imputados de subsidiárias, associadas e empr. conjuntos | 768 401 | 158 681 | 927 081 |
| Trabalhos para a própria entidade | 5 825 053 | - | 5 825 053 |
| Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas | (2 530 223) | - | (2 530 223) |
| Fornecimentos e serviços externos | (27 663 987) | (335 660) | (27 999 647) |
| Gastos com o pessoal | (82 773 918) | (207 264) | (82 981 182) |
| Imparidade de inventários (perdas / reversões) | - | - | - |
| Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões) | 1 213 | (11 115) | (9 902) |
| Provisões (aumentos / reduções) | 40 500 | - | 40 500 |
| Aumentos / reduções de justo valor | 24 005 699 | - | 24 005 699 |
| Outros rendimentos | 7 003 746 | 223 407 | 7 227 154 |
| Outros gastos | (3 053 133) | (103 181) | (3 156 314) |
| Resultados operacionais intersegmentos | (8 925 931) | 8 925 931 | - |
| Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos | 16 350 859 | 10 472 236 | 26 823 095 |
| Gastos / reversões de depreciação e de amortização | (15 193 196) | (10 424 640) | (25 617 836) |
| Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões) | 1 187 407 | - | 1 187 407 |
| Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos) | 2 345 070 | 47 596 | 2 392 665 |
| Juros e gastos similares suportados | (25 240 994) | (18 254) | (25 259 247) |
| Resultado antes de impostos | (22 895 924) | 29 342 | (22 866 582) |
| Imposto sobre o rendimento do período | (5 361) | (29 342) | (34 703) |
| Resultado líquido do período | (22 901 284) | (0) | (22 901 284) |
| Resultado líquido do período atribuível a: | | | |
| Detentores de capital da empresa-mãe | (22 901 284) | - | (22 901 284) |
| Interesses que não controlam | | - | |
| | (22 901 284) | | (22 901 284) |

Demonstrações Financeiras e seus Anexos

Relatório Consolidado
2021

EXERCÍCIO 2020

| RENDIMENTOS E GASTOS | Transporte de passageiros e gestão de infraestruturas | Outros segmentos | Total Consolidado |
|--|---|-------------------|---------------------|
| Vendas e serviços prestados | 65 638 235 | 1 886 715 | 67 524 950 |
| Subsídios à exploração | 21 740 836 | - | 21 740 836 |
| Ganhos / perdas imputados de subsidiárias, associadas e empr. conjuntos | (218 102) | (113 827) | (331 929) |
| Trabalhos para a própria entidade | 4 652 146 | 271 108 | 4 923 254 |
| Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas | (2 613 840) | - | (2 613 840) |
| Fornecimentos e serviços externos | (28 374 426) | (642 735) | (29 017 161) |
| Gastos com o pessoal | (80 228 679) | (2 107 137) | (82 335 816) |
| Imparidade de inventários (perdas / reversões) | 299 936 | - | 299 936 |
| Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões) | 313 925 | 221 384 | 535 309 |
| Provisões (aumentos / reduções) | (70 000) | 310 363 | 240 363 |
| Aumentos / reduções de justo valor | 16 130 888 | - | 16 130 888 |
| Outros rendimentos | 2 647 311 | 398 527 | 3 045 838 |
| Outros gastos | (6 737 947) | (32 904) | (6 770 851) |
| Resultados operacionais intersegmentos | (10 236 853) | 10 236 853 | - |
| Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos | (17 056 570) | 10 428 346 | (6 628 223) |
| Gastos / reversões de depreciação e de amortização | (15 367 161) | (10 374 658) | (25 741 819) |
| Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões) | (318 005) | - | (318 005) |
| Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos) | (32 741 735) | 53 688 | (32 688 047) |
| Juros e gastos similares suportados | (24 385 140) | (23 340) | (24 408 480) |
| Resultado antes de impostos | (57 126 875) | 30 348 | (57 096 527) |
| Imposto sobre o rendimento do período | (1 018) | (36 182) | (37 200) |
| Resultado líquido do período | (57 127 893) | (5 835) | (57 133 727) |
| Resultado líquido do período atribuível a: | | | |
| Detentores de capital da empresa-mãe | (57 127 893) | (5 835) | (57 133 727) |
| Interesses que não controlam | | | |
| | (57 127 893) | (5 835) | (57 133 727) |

Demonstrações Financeiras e seus Anexos

Relatório Consolidado
2021

| 31 DE DEZEMBRO DE 2021 | Transporte de passageiros e gestão de infraestruturas | Outros segmentos | Total Consolidado |
|------------------------|---|------------------|-------------------|
| Ativos do segmento | 5 777 629 308 | 99 502 294 | 5 877 131 602 |
| Passivos do segmento | 4 059 456 296 | 59 114 014 | 4 118 570 311 |

| 31 DE DEZEMBRO DE 2020 | Transporte de passageiros e gestão de infraestruturas | Outros segmentos | Total Consolidado |
|------------------------|---|------------------|-------------------|
| Ativos do segmento | 5 662 817 371 | 111 187 507 | 5 774 004 878 |
| Passivos do segmento | 4 153 048 633 | 119 929 443 | 4 272 978 076 |



Demonstrações Financeiras e seus Anexos

Relatório Consolidado
2021

5. INVESTIMENTOS DE INFRAESTRUTURAS DE LONGA DURAÇÃO

O saldo apresentado na rubrica de “Investimentos de infraestruturas de longa duração” decorre da atividade de investimentos de infraestruturas efetuada pela Empresa, tendo a seguinte decomposição por rubricas de ativos e passivos:

| | Notas | 31-dez-2021 | 31-dez-2020 |
|------------------------------|-------|----------------------|----------------------|
| Ativo não corrente | | | |
| Ativos fixos tangíveis | 5.1 | 3 214 911 914 | 3 156 568 295 |
| Propriedades de investimento | 5.2 | 1 804 209 | 1 804 209 |
| Ativos intangíveis | 5.3 | 7 356 629 | 7 276 591 |
| Outros ativos financeiros | 5.4 | 14 556 063 | 13 650 808 |
| Clientes | 5.5 | - | 2 041 708 |
| Conta a receber do Estado | 5.6 | 3 212 263 064 | 3 210 869 766 |
| Subsídios | 5.7 | (1 050 348 548) | (1 001 509 526) |
| | | 5 400 543 332 | 5 390 701 852 |
| Total do ativo | | 5 400 543 332 | 5 390 701 852 |
| Passivo não corrente | | | |
| Provisões | 5.8 | 8 590 197 | 6 190 197 |
| Financiamentos obtidos | 5.9 | 1 604 823 112 | 1 701 605 301 |
| Outros passivos financeiros | 5.4 | 116 960 782 | 238 220 183 |
| | | 1 730 374 092 | 1 946 015 681 |
| Passivo corrente | | | |
| Financiamentos obtidos | 5.9 | 997 631 809 | 969 097 803 |
| Fornecedores | 5.10 | 3 514 041 | 3 222 914 |
| Outras dívidas a pagar | 5.11 | 167 933 090 | 84 157 171 |
| | | 1 169 078 940 | 1 056 477 888 |
| Total do passivo | | 2 899 453 031 | 3 002 493 569 |
| Total ILD líquido | | 2 501 090 300 | 2 388 208 282 |

Demonstrações Financeiras e seus Anexos

Relatório Consolidado
2021

5.1. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

| | 31 de dezembro de 2021 | | | | | Total |
|---|------------------------------|--------------------------------|--------------------|---------------------------------|--|----------------------|
| | Terrenos e recursos naturais | Edifícios e outras construções | Equipamento básico | Ativos fixos tangíveis em curso | Adiantamentos por conta de ativos fixos tangíveis em curso | |
| Ativos | | | | | | |
| Saldo inicial | 13 511 055 | 2 662 794 728 | 459 111 558 | 19 222 052 | 2 708 934 | 3 157 348 327 |
| Aquisições | - | 446 671 | 428 790 | 40 062 186 | 22 483 741 | 63 421 389 |
| Alienações | - | - | - | - | - | - |
| Transferências | - | 9 546 232 | 2 613 137 | (12 241 918) | (4 945 219) | (5 027 768) |
| Abates | - | - | (12 308) | - | - | (12 308) |
| Saldo final | 13 511 055 | 2 672 787 632 | 462 141 178 | 47 042 319 | 20 247 456 | 3 215 729 639 |
| Perdas por imparidade | | | | | | |
| Saldo inicial | - | 780 032 | - | - | - | 780 032 |
| Aumentos | - | 37 693 | - | - | - | 37 693 |
| Reversões | - | - | - | - | - | - |
| Saldo final | - | 817 725 | - | - | - | 817 725 |
| Total do ativo fixo tangível líquido (ILD) | 13 511 055 | 2 671 969 906 | 462 141 178 | 47 042 319 | 20 247 456 | 3 214 911 914 |
| | 31 de dezembro de 2020 | | | | | Total |
| | Terrenos e recursos naturais | Edifícios e outras construções | Equipamento básico | Ativos fixos tangíveis em curso | Adiantamentos por conta de ativos fixos tangíveis em curso | |
| Ativos | | | | | | |
| Saldo inicial | 13 511 055 | 2 653 301 758 | 450 151 959 | 18 662 425 | 1 259 504 | 3 136 886 699 |
| Aquisições | - | 727 141 | 718 908 | 17 390 120 | 1 504 010 | 20 340 179 |
| Alienações | - | - | - | - | - | - |
| Transferências | - | 8 765 829 | 8 240 692 | (16 830 492) | (54 580) | 121 448 |
| Abates | - | - | - | - | - | - |
| Saldo final | 13 511 055 | 2 662 794 728 | 459 111 558 | 19 222 052 | 2 708 934 | 3 157 348 327 |
| Perdas por imparidade | | | | | | |
| Saldo inicial | - | 597 082 | - | - | - | 597 082 |
| Aumentos | - | 185 650 | - | - | - | 185 650 |
| Reversões | - | (2 700) | - | - | - | (2 700) |
| Saldo final | - | 780 032 | - | - | - | 780 032 |
| Total do ativo fixo tangível líquido (ILD) | 13 511 055 | 2 662 014 696 | 459 111 558 | 19 222 052 | 2 708 934 | 3 156 568 295 |



Demonstrações Financeiras e seus Anexos

Relatório Consolidado
2021

As adições ocorridas no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 na sub-rubrica “Ativos fixos tangíveis em curso”, no montante de 40.062.186 euros, referem-se essencialmente ao empreendimento da Linha Circular e à ampliação e remodelação da estação de Arroios, 29.710.204 euros e 4.847.066 euros, respetivamente.

As adições ocorridas no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 na sub-rubrica “Adiantamentos por conta de ativos fixos tangíveis em curso”, no montante de 22.483.741 euros, referem-se a adiantamentos concedidos no âmbito do empreendimento da Linha Circular e da implementação do sistema *Communications-Based Train Control* (CBTC) na Linha Azul, 19.190.961 euros e 3.292.780 euros, respetivamente; as transferências ocorridas na mesma rubrica, 4.945.219 euros, referem-se essencialmente aos mesmos projetos, 3.082.268 euros e 1.843.956 euros, respetivamente.

As transferências ocorridas no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 na sub-rubrica “Ativos fixos tangíveis em curso”, no montante de 12.241.918 euros, referem-se essencialmente ao reconhecimento no ativo fixo tangível da intervenção de ampliação e remodelação da estação de Arroios.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, foram capitalizados no custo dos ativos fixos tangíveis gastos departamentais no montante de 5.738.784 euros e 3.907.206 euros, respetivamente.

5.2. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

| | 31 de dezembro de 2021 | | | | | 31 de dezembro de 2020 | | | | |
|--------------------------------|------------------------|-------------------------|----------------------------------|------------------|-------------|------------------------|-------------------------|----------------------------------|------------------|-------------|
| | Montante bruto | Depreciações acumuladas | Perdas por imparidade acumuladas | Montante líquido | Justo valor | Montante bruto | Depreciações acumuladas | Perdas por imparidade acumuladas | Montante líquido | Justo valor |
| Praça General Humberto Delgado | 1 804 209 | - | - | 1 804 209 | 7 545 202 | 1 804 209 | - | - | 1 804 209 | 7 543 032 |
| | 1 804 209 | | | 1 804 209 | 7 545 202 | 1 804 209 | | | 1 804 209 | 7 543 032 |



Demonstrações Financeiras e seus Anexos

Relatório Consolidado
2021

5.3. ATIVO INTANGÍVEL

| | 31 de dezembro de 2021 | | | Total |
|--|--|------------------------|-----------------------------|------------------|
| | Despesas de investigação e desenvolvimento | Despesas de instalação | Ativos intangíveis em curso | |
| Ativos | | | | |
| Saldo inicial | 5 138 543 | 2 019 827 | 118 221 | 7 276 591 |
| Aquisições | - | - | 80 038 | 80 038 |
| Transferências | - | - | - | - |
| Saldo final | 5 138 543 | 2 019 827 | 198 259 | 7 356 629 |
| Total do ativo intangível bruto (ILD) | 5 138 543 | 2 019 827 | 198 259 | 7 356 629 |

| | 31 de dezembro de 2020 | | | Total |
|--|--|------------------------|-----------------------------|------------------|
| | Despesas de investigação e desenvolvimento | Despesas de instalação | Ativos intangíveis em curso | |
| Ativos | | | | |
| Saldo inicial | 5 138 543 | 2 019 827 | 16 188 | 7 174 558 |
| Aquisições | - | - | 106 237 | 106 237 |
| Transferências | - | - | (4 204) | (4 204) |
| Saldo final | 5 138 543 | 2 019 827 | 118 221 | 7 276 591 |
| Total do ativo intangível bruto (ILD) | 5 138 543 | 2 019 827 | 118 221 | 7 276 591 |



Demonstrações Financeiras e seus Anexos

Relatório Consolidado
2021

5.4. OUTROS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

Nesta rubrica incluem-se os *swaps* de taxa de juro relacionados com os financiamentos obtidos para fazer face aos investimentos em infraestruturas de longa duração. A discriminação por contrato de swap é a seguinte:

| Outros ativos financeiros | | | | | | |
|---------------------------|----------|------------|-------------------|----------------|-------------|-------------|
| Swap | Entidade | Maturidade | Notional original | Notional atual | Justo valor | |
| | | | | | 31-dez-2021 | 31-dez-2020 |
| 40#METLIS CGDBI Jun2022 | CGDBI | 15/06/2022 | 12 545 916 | 5 913 283 | 50 000 | 420 000 |
| 66#METLIS CGDBI Dez2026 | CGDBI | 04/12/2026 | 100 000 000 | 100 000 000 | 14 506 063 | 13 230 808 |
| | | | | | 14 556 063 | 13 650 808 |

| Outros ativos financeiros | | | | | | |
|---------------------------|----------|------------|-------------------|----------------|-------------|-------------|
| Swap | Entidade | Maturidade | Notional original | Notional atual | Justo valor | |
| | | | | | 31-dez-2021 | 31-dez-2020 |
| 32#METLIS BSN Jun2022 | BSN | 15/06/2022 | 40 000 000 | 14 666 667 | 353 604 | 1 155 422 |
| 38#METLIS BSN Jun2022 | BSN | 15/06/2022 | 4 280 559 | 11 826 567 | 10 869 952 | 58 263 897 |
| 52#METLIS BSN Jul2024 | BSN | 22/07/2024 | 100 000 000 | 100 000 000 | 14 904 060 | 21 409 134 |
| 58#METLIS ML Dez2026 | ML | 04/12/2026 | 30 000 000 | 30 000 000 | 45 711 032 | 79 202 910 |
| 59#METLIS CGD Dez2026 | CGD | 04/12/2026 | 30 000 000 | 30 000 000 | 45 122 134 | 78 188 820 |
| | | | | | 116 960 782 | 238 220 183 |

5.5. CLIENTES

Esta rubrica inclui, em 31 de dezembro de 2021, um montante de 2.041.708 euros referente a uma multa contratual debitada na sequência de atrasos na entrega da empreitada de ampliação e remodelação da estação do Areeiro, tendo sido registada uma perda por imparidade pela totalidade do montante referido.



Demonstrações Financeiras e seus Anexos

Relatório Consolidado
2021



5.6. CONTA A RECEBER DO ESTADO

Esta rubrica inclui os gastos, deduzidos de eventuais rendimentos, associados às atividades de investimento de infraestruturas de longa duração, tendo a seguinte decomposição:

| | 31-dez-2021 | 31-dez-2020 |
|---|----------------------|----------------------|
| Saldo inicial corrigido na transição para as NCRF | 289 555 301 | 289 555 301 |
| Juros, taxa de aval e imposto de selo | 2 787 190 643 | 2 668 112 090 |
| Gastos de emissão | 20 230 150 | 20 230 150 |
| Instrumentos financeiros derivados | 102 404 719 | 224 569 375 |
| Fornecimentos e serviços externos | 2 563 836 | 2 563 836 |
| Provisões | 10 954 197 | 8 554 197 |
| Perdas por imparidade em ativos fixos tangíveis | 817 725 | 780 032 |
| Perdas por imparidade em dívidas a receber | 2 041 708 | - |
| Alienação terreno | (3 495 216) | (3 495 216) |
| | 3 212 263 064 | 3 210 869 766 |

Saldo inicial corrigido na transição para as NCRF

Os encargos financeiros suportados com as ILD's que não foram passíveis de ser capitalizados até 31 de dezembro de 2008, encontravam-se a ser reconhecidos na demonstração dos resultados. Na transição para as NCRF, a Empresa decidiu recapturar o valor desses encargos financeiros para os poder acrescer à rubrica de ILD's seguindo o princípio descrito na Nota 4.2. Relativamente aos encargos financeiros incorridos entre 1995 e 2008, no montante de aproximadamente 1.017.000.000 euros, a Empresa procedeu à sua quantificação com base nos registos contabilísticos disponíveis. No que respeita aos encargos financeiros incorridos até 31 de dezembro de 1994, e por manifesta dificuldade de se proceder à sua quantificação, o Conselho de Administração optou por registar o valor de 289.555.301 euros, correspondente ao saldo líquido entre as rubricas ativas e passivas de ILD em 31 de dezembro de 2009.

Demonstrações Financeiras e seus Anexos

Relatório Consolidado
2021

Fornecimentos e serviços externos

Na sequência de um processo que decorreu num Tribunal de Londres, interposto por uma instituição financeira ao Estado Português, no exercício de 2016 foram reconhecidos os honorários com advogados relativos aos instrumentos financeiros derivados que se encontravam afetos à atividade de ILD, no montante global de 2.563.836 euros.

Alienação terreno

Esta sub-rubrica inclui o rendimento registado com a transferência para o Estado Português, através de dação em cumprimento, da parcela de terreno integrada no Terminal Fluvial do Cais do Sodré.

5.7. SUBSÍDIOS

| | 31-dez-2021 | 31-dez-2020 |
|--------------------|-----------------|-----------------|
| FEDER | (229 464 397) | (229 464 397) |
| PIDDAC | (184 639 717) | (183 839 717) |
| Fundo Coesão | (418 469 502) | (379 786 103) |
| Fundo Ambiental | (13 209 536) | (3 853 912) |
| Subsídios diversos | (204 565 396) | (204 565 396) |
| | (1 050 348 548) | (1 001 509 526) |

5.8. PROVISÕES

Esta rubrica inclui os movimentos (constituição/utilização/reversão) com provisões para processos judiciais em curso relacionados com atividade de ILD.



5.9. FINANCIAMENTOS OBTIDOS

| | Entidade financiadora | Limite | 31 de dezembro de 2021 | | | 31 de dezembro de 2020 | | | |
|-------------------------------------|-----------------------|-------------|------------------------|----------------------|----------------------|------------------------|--------------------|----------------------|----------------------|
| | | | Corrente | Não corrente | Total | Limite | Corrente | Não corrente | Total |
| Empréstimos obrigacionistas: | | | | | | | | | |
| Emissão Metro 2025 | DBI, AG | 110 000 000 | | 110 000 000 | 110 000 000 | 110 000 000 | - | 110 000 000 | 110 000 000 |
| Emissão Metro 2026 | JP Morgan | 400 000 000 | | 400 000 000 | 400 000 000 | 400 000 000 | - | 400 000 000 | 400 000 000 |
| Emissão Metro 2027 | BNPP | 400 000 000 | | 400 000 000 | 400 000 000 | 400 000 000 | - | 400 000 000 | 400 000 000 |
| | | | | 910 000 000 | 910 000 000 | | - | 910 000 000 | 910 000 000 |
| Empréstimos bancários: | | | | | | | | | |
| ML A | BEI | | | | | | | | |
| ML B | BEI | | | | | | | | |
| ML I/2 | BEI | - | - | - | - | - | - | - | - |
| ML II | BEI | - | - | - | - | - | - | - | - |
| ML III | BEI | - | - | - | - | 54 867 769 | - | - | - |
| ML II/B | BEI | - | - | - | - | 99 759 579 | - | - | - |
| ML II/C | BEI | 54 867 769 | 1 828 926 | - | 1 828 926 | 54 867 769 | 3 657 851 | 1 828 926 | 5 486 777 |
| ML I/3 | BEI | 124 699 474 | - | - | - | 124 699 474 | 21 204 453 | - | 21 204 453 |
| ML I/3B | BEI | 74 819 685 | 10 630 313 | - | 10 630 313 | 74 819 685 | 23 504 930 | 10 630 313 | 34 135 243 |
| ML V/A | BEI | - | - | - | - | 150 000 000 | - | - | - |
| ML V/B | BEI | 80 000 000 | - | - | - | 80 000 000 | 80 000 000 | - | 80 000 000 |
| ML V/C | BEI | 68 503 276 | 68 503 276 | - | 68 503 276 | 80 000 000 | 11 496 724 | 68 503 276 | 80 000 000 |
| Emp. LP 613,9 M EUR | DGTF (parte) | 507 957 564 | 253 978 782 | - | 253 978 782 | 507 957 564 | 253 978 782 | - | 253 978 782 |
| Emp. LP 648,6 M EUR | DGTF (parte) | 237 747 877 | 178 310 908 | - | 178 310 908 | 237 747 877 | 178 310 908 | - | 178 310 908 |
| Emp. LP 412,9 M EUR | DGTF (parte) | 282 974 244 | 282 974 244 | - | 282 974 244 | 282 974 244 | 282 974 244 | - | 282 974 244 |
| Emp. LP 32,6 M EUR | DGTF (parte) | 17 158 204 | 11 438 803 | 5 719 401 | 17 158 204 | 17 158 204 | 8 579 102 | 8 579 102 | 17 158 204 |
| Emp. LP 421,97 M EUR | DGTF (parte) | 262 008 399 | 131 004 199 | 131 004 199 | 262 008 399 | 262 008 399 | 87 336 133 | 174 672 266 | 262 008 399 |
| Emp. LP 131,88 M EUR | DGTF (parte) | 108 328 053 | 36 109 351 | 72 218 702 | 108 328 053 | 108 328 053 | 18 054 675 | 90 273 377 | 108 328 053 |
| Emp. LP 154,51 M EUR | DGTF (parte) | 137 118 041 | 22 853 007 | 114 265 034 | 137 118 041 | 137 118 041 | - | 137 118 041 | 137 118 041 |
| Emp. LP 100,86 M EUR | DGTF (parte) | 71 615 776 | - | 71 615 776 | 71 615 776 | - | - | 71 615 776 | 71 615 776 |
| | | | 997 631 809 | 394 823 112 | 1 392 454 921 | | 969 097 803 | 491 605 301 | 1 460 703 104 |
| Outros empréstimos obtidos: | | | | | | | | | |
| Schuldschein | ABNAMRO | 300 000 000 | - | 300 000 000 | 300 000 000 | 300 000 000 | - | 300 000 000 | 300 000 000 |
| | | | - | 300 000 000 | 300 000 000 | | - | 300 000 000 | 300 000 000 |
| Total de empréstimos obtidos | | | 997 631 809 | 1 604 823 112 | 2 602 454 921 | | 969 097 803 | 1 701 605 301 | 2 670 703 104 |



Demonstrações Financeiras e seus Anexos

Relatório Consolidado
2021

O empréstimo por obrigações “Metro 2025” foi contraído a 23 de dezembro de 2010 por um período de quinze anos, “bullet”, à taxa fixa, tendo sido dada a garantia pessoal do Estado. A lei aplicável é a Lei Portuguesa, à exceção do “subscription agreement” que é regido pela Lei Inglesa.

O empréstimo por obrigações “Metro 2026” foi contraído a 4 de dezembro de 2007 por um período de vinte anos, “bullet”, à taxa fixa, tendo sido dada a garantia pessoal do Estado. A lei aplicável é a Lei Portuguesa, à exceção do “subscription agreement” que é regido pela Lei Inglesa.

O empréstimo por obrigações “Metro 2027” foi contraído em 7 de dezembro de 2007, por um período de vinte anos “bullet”, à taxa fixa, com a garantia pessoal do Estado. A lei aplicável é a Lei Portuguesa, à exceção do “subscription agreement” que é regido pela Lei Inglesa. A emissão foi admitida à cotação na Euronext Lisbon.

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2011, a Empresa contratou com a Direção Geral do Tesouro e Finanças (DGTF) um financiamento no montante de 613.932.000 euros, dos quais 507.957.564 euros estão associados a responsabilidades com as ILD, pelo prazo de 5 anos, amortizável em 8 prestações iguais e semestrais, tendo-se vencido a primeira em maio de 2013.

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2012, a Empresa contratou com a DGTF um financiamento no montante de 648.581.846 euros, dos quais 237.747.877 euros estão associados a responsabilidades com as ILD, pelo prazo de 5 anos, amortizável em 8 prestações iguais e semestrais, tendo-se vencido a primeira em maio de 2014.

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, a Empresa contratou com a DGTF um financiamento no montante de 412.860.000 euros, dos quais 282.974.244 euros estão associados a responsabilidades com as ILD, pelo prazo de 7 anos, amortizável em 12 prestações semestrais de capital iguais e sucessivas, tendo-se vencido a primeira em maio de 2015.

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Empresa contratou com a DGTF um financiamento no montante de 32.584.270 euros, dos quais 17.158.204 euros estão associados a responsabilidades com as ILD, pelo prazo de 7 anos, amortizável em 12 prestações semestrais de capital iguais e sucessivas, tendo-se vencido a primeira em maio de 2019.



Demonstrações Financeiras e seus Anexos

Relatório Consolidado
2021

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Empresa contratou com a DGTF um financiamento no montante de 421.973.931 euros, dos quais 262.008.399 euros estão associados a responsabilidades com as ILD, pelo prazo de 7 anos, amortizável em 12 prestações semestrais de capital iguais e sucessivas, tendo-se vencido a primeira em maio de 2020.

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Empresa contratou com a DGTF um financiamento no montante de 131.884.780 euros, dos quais 108.328.053 euros estão associados a responsabilidades com as ILD, pelo prazo de 7 anos, amortizável em 12 prestações semestrais de capital iguais e sucessivas, vencendo-se a primeira em maio de 2021.

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Empresa contratou com a DGTF um financiamento no montante de 154.513.049 euros, dos quais 137.118.041 euros estão associados a responsabilidades com as ILD, pelo prazo de 7 anos, amortizável em 12 prestações semestrais de capital iguais e sucessivas, vencendo-se a primeira em maio de 2022.

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Empresa contratou com a DGTF um financiamento no montante de 100.855.699 euros, dos quais 71.615.776 euros estão associados a responsabilidades com as ILD, pelo prazo de 7 anos, amortizável em 12 prestações semestrais de capital iguais e sucessivas, vencendo-se a primeira em maio de 2023.

Desde 30 de novembro de 2014, tem sido sucessivamente autorizado o diferimento do pagamento do serviço da dívida dos empréstimos contraídos com a DGTF acima enunciados, sem cobrança de juros, tendo a última moratória sido autorizada através do DDespacho n.º 254/2022-SET, de 8 de março, com diferimento para 31 de maio de 2022.

Em 31 de dezembro de 2021, os empréstimos classificados como não corrente, têm o seguinte plano de reembolsos:

| Anos | Montante |
|------------------|----------------------|
| 2023 | 99 371 412 |
| 2024 | 399 371 412 |
| 2025 | 206 511 711 |
| 2026 e seguintes | 899 568 577 |
| | 1 604 823 112 |



Demonstrações Financeiras e seus Anexos

Relatório Consolidado
2021

Em 31 de dezembro de 2021, os financiamentos obtidos que têm associados covenants, nomeadamente, os que se encontram associados ao “rating” da República Portuguesa ou que incluem cláusulas de detenção, são os seguintes:

| CONTRATO | Montante em Dívida a 31-12-2021 (€) | PRAZO | NEGATIVE PLEDGE (SIM / NÃO) | PARI PASSU (SIM / NÃO) | OWNERSHIP CLAUSE (SIM / NÃO) | RATING DOWNGRADE (SIM/NÃO) | GROSS UP (SIM / NÃO) | CROSS DEFAULT | DESPESAS/ IMPOSTO DO SELO (SIM/NÃO) | OUTRAS CLÁUSULAS RELEVANTES / COMENTÁRIOS |
|--|-------------------------------------|------------------------|-----------------------------|------------------------|---|----------------------------|----------------------|---------------|--|--|
| Contrato de Financiamento celebrado com o Banco Europeu de Investimento, em 1997, sujeito à lei portuguesa e ao foro da Comarca de Lisboa ("ML I/3 B"), alterado em 10 de março de 2006 | 10 630 313,44 | 15 de junho de 2022 | NÃO | NÃO | NÃO | NÃO | NÃO | SIM | Despesas e Impostos suportados pelo ML | Garantia da República Portuguesa |
| Contrato de Financiamento celebrado com o Banco Europeu de Investimento, em 14 de julho de 1997, sujeito à lei portuguesa e ao foro da Comarca de Lisboa ("ML II/C") | 1 828 925,57 | 15 de junho de 2022 | NÃO | NÃO | NÃO | NÃO | NÃO | SIM | Despesas e Impostos suportados pelo ML | Garantia da República Portuguesa |
| Contrato de Financiamento celebrado com o Banco Europeu de Investimento, em 9 de maio de 2003, sujeito à lei portuguesa e ao foro da Comarca de Lisboa ("ML V/C"), alterado em 10 de março de 2006 | 68 503 276,05 | 15 de junho de 2022 | NÃO | NÃO | NÃO | NÃO | NÃO | SIM | Despesas e Impostos suportados pelo ML | Garantia da República Portuguesa |
| Schuldschein Loan Agreement celebrado com o ABN Amro Bank, NV em 20 de julho de 2004, sujeito à lei alemã e aos tribunais de Frankfurt am Main | 300 000 000,00 | 20 de julho de 2024 | SIM (cfr. Anexo D) | SIM | NÃO | NÃO | SIM | SIM | Despesas e Impostos suportados pelo ML | Garantia da República Portuguesa / Não alteração substancial da natureza ou do objecto social da empresa |
| EUR 110.000.000,00 7,30% Guaranteed Notes due 2025 . Deutsche Bank AG / dezembro 2010, sujeita à lei portuguesa e à jurisdição dos tribunais portugueses, excepto o Subscription Agreement, regulado pela lei inglesa e sujeito à jurisdição dos tribunais ingleses | 110 000 000,00 | 23 de dezembro de 2025 | NÃO | SIM | SIM - Perda da qualidade de Empresa Pública (participação do Estado inferior a 51%) | NÃO | SIM | SIM | Despesas e Impostos suportados pelo ML | Garantia da República / Não alteração substancial da natureza ou do objecto social da empresa |
| EUR 400.000.000,00 4,061% Guaranteed Notes due 2026 JP Morgan Securities Ltd / dezembro 2006, sujeita à lei portuguesa e à jurisdição dos tribunais portugueses, excepto o Subscription Agreement, regulado pela lei inglesa e sujeito à jurisdição dos tribunais ingleses | 400 000 000,00 | 4 de dezembro de 2026 | NÃO | SIM | SIM - Perda da qualidade de Empresa Pública (participação do Estado inferior a 51%) | NÃO | SIM | SIM | Despesas e Impostos suportados pelo ML | Garantia da República / Não alteração substancial da natureza ou do objecto social da empresa |
| EUR 400.000.000,00 4,799% Guaranteed Notes due 2027 BNP Paribas / dezembro 2007, sujeita à lei portuguesa e à jurisdição dos tribunais portugueses, excepto o Subscription Agreement, regulado pela lei inglesa e sujeito à jurisdição dos tribunais ingleses | 400 000 000,00 | 7 de dezembro de 2027 | NÃO | SIM | SIM - Perda da qualidade de Empresa Pública (participação do Estado inferior a 51%) | NÃO | SIM | SIM | Despesas e Impostos suportados pelo ML | Garantia da República / Não alteração substancial da natureza ou do objecto social da empresa |
| TOTAL | 1 290 962 515 | | | | | | | | | |



Demonstrações Financeiras e seus Anexos

Relatório
Consolidado
2021

5.10. FORNECEDORES

A rubrica de fornecedores é composta, essencialmente, por dívidas correntes originadas no âmbito das obras de expansão e modernização/remodelação da rede.

5.11. OUTRAS DÍVIDAS A PAGAR

A rubrica de outras dívidas a pagar é composta pelo gasto com juros de empréstimos, juros de instrumentos financeiros derivados e taxas de aval a liquidar no decurso do período seguinte, bem como pela parte dos subsídios ao investimento recebidos ainda sem despesa executada.



Demonstrações Financeiras e seus Anexos

Relatório Consolidado
2021

6. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

| 31 de dezembro de 2021 | | | | | | | | | |
|--------------------------------|------------------------------|--------------------------------|----------------------|---------------------------|----------------------------|-------------------------------|---------------------------------|--|----------------------|
| | Terrenos e recursos naturais | Edifícios e outras construções | Equipamento básico | Equipamento de transporte | Equipamento administrativo | Outros ativos fixos tangíveis | Ativos fixos tangíveis em curso | Adiantamentos por conta de ativos fixos tangíveis em curso | Total |
| Ativo | | | | | | | | | |
| Saldo inicial | 20 967 185 | 216 366 552 | 809 600 857 | 129 208 | 22 829 011 | 21 476 942 | 3 423 755 | 29 973 | 1 094 823 483 |
| Aquisições | - | 659 866 | 333 252 | - | 296 232 | 42 218 | 11 519 799 | 30 518 581 | 43 369 949 |
| Alienações | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Transferências | - | 230 822 | 19 787 348 | - | 45 079 | (17 305 193) | (3 238 836) | (8 462 954) | (8 943 735) |
| Abates | - | - | (1 883 069) | - | (104 017) | (9 618) | - | - | (1 996 705) |
| Saldo final | 20 967 185 | 217 257 240 | 827 838 387 | 129 208 | 23 066 304 | 4 204 349 | 11 704 718 | 22 085 600 | 1 127 252 992 |
| Depreciações acumuladas | | | | | | | | | |
| Saldo inicial | - | (208 164 118) | (645 616 505) | (129 208) | (21 764 744) | (16 325 998) | - | - | (892 000 574) |
| Depreciações do período | - | (759 986) | (23 312 543) | - | (420 423) | (67 277) | - | - | (24 560 230) |
| Alienações | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Transferências | - | - | (13 042 161) | - | - | 13 042 161 | - | - | - |
| Abates | - | - | 1 609 305 | - | 103 800 | 9 568 | - | - | 1 722 674 |
| Saldo final | - | (208 924 104) | (680 361 905) | (129 208) | (22 081 367) | (3 341 546) | - | - | (914 838 131) |
| Perdas por imparidade | | | | | | | | | |
| Saldo inicial | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Aumentos | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Reversões | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Saldo final | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| | 20 967 185 | 8 333 136 | 147 476 482 | - | 984 937 | 862 803 | 11 704 718 | 22 085 600 | 212 414 861 |

Demonstrações Financeiras e seus Anexos

Relatório Consolidado
2021

| 31 de dezembro de 2020 | | | | | | | | | |
|--------------------------------|------------------------------|--------------------------------|----------------------|---------------------------|----------------------------|-------------------------------|---------------------------------|--|----------------------|
| | Terrenos e recursos naturais | Edifícios e outras construções | Equipamento básico | Equipamento de transporte | Equipamento administrativo | Outros ativos fixos tangíveis | Ativos fixos tangíveis em curso | Adiantamentos por conta de ativos fixos tangíveis em curso | Total |
| Ativo | | | | | | | | | |
| Saldo inicial | 20 967 185 | 217 218 059 | 808 781 953 | 129 208 | 25 553 157 | 24 515 259 | 1 559 888 | 29 973 | 1 098 754 681 |
| Aquisições | - | 37 760 | 445 043 | - | 373 017 | 74 677 | 4 672 390 | - | 5 602 888 |
| Alienações | - | (1 866 432) | (458 800) | - | (788 982) | (56 518) | - | - | (3 170 732) |
| Transferências | - | 977 165 | 1 809 081 | - | (2 282 811) | (3 056 476) | (2 808 523) | - | (5 361 564) |
| Abates | - | - | (976 421) | - | (25 371) | - | - | - | (1 001 792) |
| Saldo final | 20 967 185 | 216 366 552 | 809 600 857 | 129 208 | 22 829 011 | 21 476 942 | 3 423 755 | 29 973 | 1 094 823 483 |
| Depreciações acumuladas | | | | | | | | | |
| Saldo inicial | - | (209 302 964) | (623 671 781) | (129 208) | (22 742 540) | (15 999 296) | - | - | (871 845 790) |
| Depreciações do período | - | (727 587) | (23 180 816) | - | (540 065) | (383 009) | - | - | (24 831 477) |
| Alienações | - | 1 866 432 | 458 800 | - | 788 773 | 56 307 | - | - | 3 170 312 |
| Transferências | - | - | - | - | 705 464 | - | - | - | 705 464 |
| Abates | - | - | 777 291 | - | 23 625 | - | - | - | 800 916 |
| Saldo final | - | (208 164 118) | (645 616 505) | (129 208) | (21 764 744) | (16 325 998) | - | - | (892 000 574) |
| Perdas por imparidade | | | | | | | | | |
| Saldo inicial | - | (130 518) | - | - | - | - | - | - | (130 518) |
| Aumentos | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Reversões | - | 130 518 | - | - | - | - | - | - | 130 518 |
| Saldo final | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| | 20 967 185 | 8 202 434 | 163 984 351 | - | 1 064 267 | 5 150 944 | 3 423 755 | 29 973 | 202 822 908 |

As adições ocorridas no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 na sub-rubrica “Ativos fixos tangíveis em curso”, no montante de 11.519.799 euros, referem-se essencialmente à implementação do sistema CBTC nos Parques de Material e Oficinas (PMO) e em 70 Unidades Triplas (UT’s) da atual frota, 6.360.817 euros e 2.102.138 euros, respetivamente.



Demonstrações Financeiras e seus Anexos

Relatório Consolidado
2021

As adições ocorridas no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 na sub-rubrica “Adiantamentos por conta de ativos fixos tangíveis em curso”, no montante de 30.518.581 euros, referem-se essencialmente à aquisição de 14 novas UT’s e à implementação do sistema CBTC nos PMO’s, 16.802.999 euros e 7.893.867 euros, respetivamente.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foi realizado um movimento de reclassificação de sobressalentes na sub-rubrica de “Equipamento básico”, por contrapartida de “Outros ativos fixos tangíveis”, no valor de 17.305.903 euros, e respetivas depreciações, no valor de 13.042.161 euros. O valor remanescente de transferências ocorridas em “Equipamento básico”, 2.482.155 euros, e abates, no valor de 1.883.069 euros, referem-se essencialmente a processos de intervenção de meio de vida útil do material circulante de exploração, nomeadamente reformulação do sistema de portas e bancos.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, foram capitalizados no custo dos ativos fixos tangíveis gastos departamentais no montante de 68.910 euros e 710.479 euros, respetivamente.



Demonstrações Financeiras e seus Anexos

Relatório Consolidado
2021

7. LOCAÇÕES

7.1. ATIVOS SOB DIREITO DE USO

| | 31 de dezembro de 2021 | | 31 de dezembro de 2020 | |
|--------------------------------|---------------------------|------------------|---------------------------|------------------|
| | Equipamento de transporte | Total | Equipamento de transporte | Total |
| Ativos | | | | |
| Saldo inicial | 551 821 | 551 821 | 417 265 | 417 265 |
| Aquisições / Adições | 256 935 | 256 935 | 134 556 | 134 556 |
| Alienações | (14 915) | (14 915) | - | - |
| Saldo final | 793 841 | 793 841 | 551 821 | 551 821 |
| Depreciações acumuladas | | | | |
| Saldo inicial | (370 589) | (370 589) | (182 456) | (182 456) |
| Depreciações do período | (197 268) | (197 268) | (188 132) | (188 132) |
| Alienações | 14 915 | 14 915 | - | - |
| Saldo final | (552 942) | (552 942) | (370 589) | (370 589) |
| | 240 899 | 240 899 | 181 232 | 181 232 |

7.2. PASSIVOS DA LOCAÇÃO

| | 31-dez-2021 | 31-dez-2020 |
|------------------------------|----------------|----------------|
| Locações não corrente | | |
| Viaturas | 98 312 | 2 661 |
| Locações corrente | | |
| Viaturas | 143 301 | 180 908 |
| Total | 241 613 | 183 569 |



Demonstrações Financeiras e seus Anexos

Relatório Consolidado
2021

| Futuros pagamentos mínimos | 31 de dezembro de 2021 | | 31 de dezembro de 2020 | |
|--|-----------------------------|---------------------------------------|-----------------------------|---------------------------------------|
| | Pagamentos mínimos locações | Valor presente dos pagamentos mínimos | Pagamentos mínimos locações | Valor presente dos pagamentos mínimos |
| Até 1 ano | 147 105 | 143 301 | 182 897 | 180 908 |
| Entre 1 e 5 anos | 101 042 | 98 312 | 5 091 | 2 661 |
| Total | 248 147 | 241 613 | 187 988 | 183 569 |
| Efeito financeiro do desconto | (6 534) | - | (4 419) | - |
| Valor presente dos pagamentos mínimos | 241 613 | 241 613 | 183 569 | 183 569 |

8. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

| | 31 de dezembro de 2021 | | | | | 31 de dezembro de 2020 | | | | |
|--|------------------------|-------------------------|---------------------------------|-------------------|--------------------|------------------------|-------------------------|---------------------------------|-------------------|--------------------|
| | Montante bruto | Depreciações acumuladas | Perdas de imparidade acumuladas | Montante líquido | Justo valor | Montante bruto | Depreciações acumuladas | Perdas de imparidade acumuladas | Montante líquido | Justo valor |
| Imóveis arrendados a terceiros | 22 094 744 | 9 986 185 | 2 385 820 | 9 722 739 | 10 155 500 | 22 094 744 | 9 544 255 | 3 573 227 | 8 977 262 | 9 339 900 |
| Praça General Humberto Delgado | 22 309 373 | 18 678 818 | - | 3 630 555 | 93 297 798 | 22 309 373 | 18 665 173 | - | 3 644 200 | 93 270 968 |
| Valor presente dos pagamentos mínimos | 44 404 117 | 28 665 003 | 2 385 820 | 13 353 294 | 103 453 298 | 44 404 117 | 28 209 428 | 3 573 227 | 12 621 462 | 102 610 868 |

Os imóveis arrendados a terceiros detidos pela Empresa referem-se a 34 imóveis situados na zona metropolitana de Lisboa, para realojamento de famílias de baixos recursos afetadas pelo programa de expansão da rede e por edifício de escritórios em Lisboa, os quais se encontram a ser depreciados por um período de 50 anos.

O justo valor das propriedades de investimento teve por base uma avaliação por uma entidade especializada e independente.



Demonstrações Financeiras e seus Anexos

Relatório Consolidado
2021

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 foram reconhecidos em resultados os seguintes rendimentos e gastos relacionados com propriedades de investimento:

| | 31 de dezembro de 2021 | | | | 31 de dezembro de 2020 | | | |
|--|---------------------------------|----------------|-------------------------|------------------|---------------------------------|----------------|-------------------------|------------------|
| | Rendimentos de rendas (Nota 30) | Gastos diretos | Depreciações do período | Resultado | Rendimentos de rendas (Nota 30) | Gastos diretos | Depreciações do período | Resultado |
| Imóveis arrendados a terceiros | 579 860 | 143 620 | 441 930 | (5 689) | 593 215 | 148 921 | 441 482 | 2 811 |
| Praça General Humberto Delgado | - | 358 644 | 13 645 | (372 289) | - | 213 046 | 13 694 | (226 740) |
| Valor presente dos pagamentos mínimos | 579 860 | 502 264 | 455 575 | (377 979) | 593 215 | 361 967 | 455 176 | (223 929) |

9. ATIVOS INTANGÍVEIS

| | 31 de dezembro de 2021 | | | | 31 de dezembro de 2020 | | | |
|--------------------------------|-------------------------|--|-----------------------------|--------------------|-------------------------|--|-----------------------------|------------------|
| | Programas de computador | Propriedade industrial e outros direitos | Ativos intangíveis em curso | Total | Programas de computador | Propriedade industrial e outros direitos | Ativos intangíveis em curso | Total |
| Ativo | | | | | | | | |
| Saldo inicial | 19 451 | 2 799 477 | 2 400 | 2 821 328 | 18 751 | - | - | 18 751 |
| Aquisições | - | 213 251 | 82 210 | 295 461 | 700 | 493 575 | 2 400 | 496 675 |
| Transferências | - | 84 610 | (84 610) | - | - | 2 305 902 | - | 2 305 902 |
| Saldo final | 19 451 | 3 097 339 | - | 3 116 790 | 19 451 | 2 799 477 | 2 400 | 2 821 328 |
| Amortizações acumuladas | | | | | | | | |
| Saldo inicial | (19 105) | (971 452) | - | (990 558) | (18 060) | - | - | (18 060) |
| Amortizações do período | (346) | (404 417) | - | (404 763) | (1 046) | (265 988) | - | (267 034) |
| Transferências | - | - | - | - | - | (705 464) | - | (705 464) |
| Saldo final | (19 451) | (1 375 870) | - | (1 395 321) | (19 105) | (971 452) | - | (990 558) |
| | (0) | 1 721 469 | - | 1 721 469 | 346 | 1 828 025 | 2 400 | 1 830 771 |



Demonstrações Financeiras e seus Anexos

Relatório Consolidado
2021

10. PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

| | 31 de dezembro de 2021 | | | | | |
|----------------------------------|------------------------|-----------|-----------------|-------------------|--------------|-------------------------|
| | Ativo | Passivo | Capital próprio | Resultado líquido | Participação | Investimento financeiro |
| Associadas | | | | | | |
| Publimetro | 3 642 687 | 3 670 874 | (28 186) | 559 048 | 40% | - (a) |
| Empreendimentos conjuntos | | | | | | |
| Ensitrans | 183 593 | 195 573 | (11 980) | (11 980) | 50% | - (a) |
| OTLIS (em liquidação) | 6 225 526 | 510 430 | 5 715 096 | 5 433 696 | 14,29% | 90 211 (b) |
| | | | | | | 90 211 |

| | 31 de dezembro de 2020 | | | | | |
|----------------------------------|------------------------|-----------|-----------------|-------------------|--------------|-------------------------|
| | Ativo | Passivo | Capital próprio | Resultado líquido | Participação | Investimento financeiro |
| Associadas | | | | | | |
| Publimetro | 3 027 078 | 3 614 312 | (587 234) | (633 109) | 40% | - (a) |
| Empreendimentos conjuntos | | | | | | |
| Ensitrans | 185 919 | 550 523 | (364 604) | (364 604) | 50% | - (a) |
| OTLIS | 3 989 890 | 1 594 236 | 2 395 655 | 510 430 | 14,29% | 342 236 |
| | | | | | | 342 236 |

Nota:

(a) Responsabilidade pelo potencial efeito do capital próprio negativo reconhecida na rubrica 'Provisões'.

(b) Proporção no capital próprio da OTLIS em 31/12/2021 ajustada da aplicação de resultados de 2020 e da contrapartida paga pela TML pela transmissão global do patrimônio da OTLIS.



Demonstrações Financeiras e seus Anexos

Relatório Consolidado
2021

11. OUTROS ATIVOS FINANCEIROS

| | 31-dez-2021 | 31-dez-2020 |
|---|-------------------|-------------------|
| Bank of America Leasing & Capital, LCC – Colateral | | |
| Saldo inicial | 29 096 203 | 31 593 901 |
| Variação justo valor | 11 791 | 172 245 |
| Diferenças cambiais | 2 427 681 | (2 669 943) |
| Saldo final | 31 535 674 | 29 096 203 |
| Wilmington Trust – Colateral | | |
| Saldo inicial | 24 966 310 | 26 501 456 |
| Desembolso | (5 809 761) | - |
| Variação justo valor | (106 395) | 704 444 |
| Diferenças cambiais | 1 627 257 | (2 239 590) |
| Saldo final | 20 677 410 | 24 966 310 |
| Fundo Compensação Trabalho | 5 489 | 2 767 |
| Total | 52 218 573 | 54 065 280 |

Em resultado das descidas do “rating” atribuído à Empresa, foi necessária a constituição de dois colaterais em 2009 e 2013, o primeiro a favor do Bank of America Leasing & Capital, LCC e o segundo a favor da Wilmington Trust. Relativamente a este último, o ML solicitou em junho de 2021, junto do Stichting CBL Finance IV, o desembolso do valor depositado em excesso (5,8 M€), àquela data, para cobertura da garantia no âmbito da operação TREM II – Leasing operacional de material circulante – ML 90.



Demonstrações Financeiras e seus Anexos

Relatório Consolidado
2021

12. INVENTÁRIOS

| | 31 de dezembro de 2021 | | | 31 de dezembro de 2020 | | |
|--|------------------------|-----------------------|------------------|------------------------|-----------------------|-------------------|
| | Montante bruto | Perdas por imparidade | Montante Líquido | Montante bruto | Perdas por imparidade | Montante Líquido |
| Matérias-primas, subsidiárias e de consumo | | | | | | |
| Materiais | 8 468 130 | - | 8 468 130 | 9 144 951 | - | 9 144 951 |
| Ferramentas | 35 390 | - | 35 390 | 48 844 | - | 48 844 |
| Produtos de limpeza | 83 518 | - | 83 518 | 24 358 | - | 24 358 |
| Material de escritório | 57 916 | - | 57 916 | 65 896 | - | 65 896 |
| Combustíveis | 14 996 | - | 14 996 | 27 934 | - | 27 934 |
| Títulos transporte | 766 954 | - | 766 954 | 1 014 608 | - | 1 014 608 |
| Outros materiais | 308 281 | - | 308 281 | 476 523 | - | 476 523 |
| Artigos promocionais/publicações | 36 213 | - | 36 213 | 32 988 | - | 32 988 |
| | 9 771 398 | - | 9 771 398 | 10 836 101 | - | 10 836 101 |

| Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas | Matérias-primas, subsidiárias e de consumo | |
|--|--|------------------|
| | 2021 | 2020 |
| Saldo inicial | 10 836 101 | 8 037 681 |
| Compras | 1 614 634 | 2 370 960 |
| Regularizações | (149 114) | 3 041 300 |
| Saldo final | 9 771 398 | 10 836 101 |
| | 2 530 223 | 2 613 840 |



Demonstrações Financeiras e seus Anexos

Relatório Consolidado
2021

13. CLIENTES

| | 31-dez-2021 | 31-dez-2020 |
|---------------------------------|-------------|-------------|
| Publmetro | 1 275 503 | 1 640 838 |
| Ar Telecom | 463 383 | 463 383 |
| GIBB Portugal | 296 764 | 296 764 |
| Câmara Municipal de Loures | 218 562 | - |
| Associação de Turismo de Lisboa | 217 534 | 32 793 |
| Câmara Municipal de Lisboa | 105 095 | - |
| TPF Planege Cenor | - | 580 316 |
| Cosider Travaux Publics | - | 798 999 |
| OTLIS | - | 145 410 |
| Outros | 974 741 | 356 290 |
| | 3 551 581 | 4 314 792 |
| Perdas por imparidade | (1 153 457) | (1 133 366) |
| | 2 398 124 | 3 181 426 |

| Perdas por imparidade clientes | 31-dez-2021 | 31-dez-2020 |
|--------------------------------|-------------|-------------|
| Saldo inicial | (1 133 366) | (1 418 580) |
| Aumentos | (24 781) | (45 999) |
| Reversões | - | 326 910 |
| Utilizações | 4 690 | 4 303 |
| Saldo final | (1 153 457) | (1 133 366) |



Demonstrações Financeiras e seus Anexos

Relatório Consolidado
2021

14. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

| | 31 de dezembro de 2021 | | 31 de dezembro de 2020 | |
|---|------------------------|------------------|------------------------|------------------|
| | Ativo | Passivo | Ativo | Passivo |
| Imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas | 3 438 127 | 250 | 3 647 866 | 125 |
| Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares | 21 667 | 1 274 541 | 18 516 | 1 339 264 |
| Imposto sobre o valor acrescentado | 5 140 935 | 106 165 | 1 082 246 | 86 069 |
| Contribuições para a Segurança Social | - | 1 528 022 | - | 1 623 206 |
| Outros impostos | - | 502 632 | - | 502 054 |
| | 8 600 729 | 3 411 610 | 4 748 628 | 3 550 718 |

15. OUTROS CRÉDITOS A RECEBER

| | 31 de dezembro de 2021 | 31 de dezembro de 2020 |
|--|------------------------|------------------------|
| Transtajo | 22 529 809 | 22 529 809 |
| Infraestruturas de Portugal | 7 208 573 | 7 208 573 |
| CP – Comboios de Portugal, E.P.E. | 790 120 | 779 357 |
| Águas do Tejo Atlântico | 634 584 | 634 584 |
| Transportes Coletivos do Barreiro | 125 159 | 325 165 |
| Acréscimo rendimentos | 12 608 172 | 4 796 467 |
| Receitas de tráfego | 1 265 279 | 2 721 705 |
| Compensação financeira 4_18, Sub23, Social + | - | 573 272 |
| Outros | 3 339 610 | 2 760 679 |
| | 48 501 305 | 42 329 610 |
| Perdas por imparidade | (1 102 981) | (1 281 932) |
| | 47 398 324 | 41 047 678 |

| Perdas por imparidade clientes | 31-dez-2021 | 31-dez-2020 |
|--------------------------------|--------------------|--------------------|
| Saldo inicial | (1 281 932) | (4 433 179) |
| Aumentos | (3 351) | (4 583) |
| Reversões | 182 302 | 375 355 |
| Utilizações | - | 2 780 474 |
| Saldo final | (1 102 981) | (1 281 932) |

Demonstrações Financeiras e seus Anexos

Relatório Consolidado
2021

A rubrica “Outros créditos a receber” inclui os montantes relativos às obras efetuadas pela Empresa por conta de entidades do Setor Empresarial do Estado, encontrando-se o Conselho de Administração a promover diligências de forma a se proceder à regularização desta situação. De forma resumida:

- Transtejo: Na sequência do Despacho SET n.º 22-XII_93, de 24 de setembro, o ML foi incumbido de proceder ao estudo, conceção e construção do Interface do Terreiro do Paço. Os trabalhos foram efetuados mas não chegou a ser assinado qualquer protocolo com a Transtejo relativo às despesas incorridas e à metodologia de repartição adotada.
- Infraestruturas de Portugal: Na sequência do Despacho n.º 75-XII/92, de 17 de dezembro, e Ofício n.º 420 de 10/02/2000, do Secretário de Estado dos Transportes, o ML e a então REFER, E.P., celebraram em 29/09/2004, o Protocolo para a construção do Terminal Fluvial e do Interface do Cais do Sodré.
- Águas do Tejo Atlântico: Em setembro de 2009, com base no Despacho SET n.º 22-XII_93, de 24 de setembro, o ML e a então Simtejo assinaram um Protocolo enquadrando o ML como dono de obra da “construção da câmara de válvulas enterrada e da estação elevatória”.

O valor de 12.608.172 euros registado como acréscimo de rendimentos compreende, no que se refere ao PART:

- (i) o montante de 1.622.440 euros (IVA não incluído) referente ao acerto da parte variável de 2020;
- (ii) o montante de 7.901.943 euros (IVA não incluído) que corresponde à estimativa para os meses de setembro a dezembro de 2021, ambos ainda por receber.

Relativamente à estimativa do programa PART para os meses de setembro a dezembro de 2021, a mesma é composta por duas componentes:

- (i) PART fixo que representa a compensação tarifária atribuída aos operadores aderentes da área metropolitana de Lisboa com um valor 2.680.316 euros (IVA não incluído), conforme divulgado na nota 24.



Demonstrações Financeiras e seus Anexos

Relatório Consolidado
2021

(ii) PART variável atribuído no âmbito do apoio à reposição da oferta e que decorre do Decreto-Lei n.º 6-B/2021, de 15 de janeiro, que prolongou até ao final do ano de 2021 a vigência das regras de atribuição de financiamento e compensações aos operadores de transportes essenciais, no âmbito da pandemia COVID-19, com um valor de 5.221.627 euros (IVA não incluído), conforme divulgado na nota 25.

Ambos os cálculos acima evidenciados foram validados pela TML, têm por base o disposto no Decreto-Lei n.º14-C/2020, de 7 de abril, e correspondem a uma compensação atribuída aos operadores com a finalidade de dar suporte financeiro para que estes prossigam com as diretivas do governo em termos de mobilidade, situação que os qualifica para o reconhecimento no corrente exercício, independentemente de parte do seu pagamento vir a ocorrer em períodos subsequentes.

16. CAIXA E EQUIVALENTES

| | 31-dez-2021 | 31-dez-2020 |
|------------------------------------|--------------------|-------------------|
| Caixa | 25 817 | 22 147 |
| Depósitos à ordem | 127 824 725 | 50 024 153 |
| Depósitos a prazo | 520 852 | 1 579 004 |
| Caixa e depósitos bancários | 128 371 394 | 51 625 304 |



Demonstrações Financeiras e seus Anexos

Relatório Consolidado
2021

17. INSTRUMENTOS DE CAPITAL PRÓPRIO

Em 31 de dezembro de 2021 o capital da Empresa, subscrito e realizado, ascendia a 3.667.903.891 euros, sendo detido na totalidade pelo Estado Português.

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foram efetuados aumentos de capital no montante global de 253.904.909 euros.

A variação registada na rubrica 'Ajustamentos/outras variações no capital próprio' deve-se às perdas atuariais nas responsabilidades com benefícios pós-emprego (Nota 20).

18. PROVISÕES

| | 31 de dezembro de 2021 | | | | |
|------------------------|------------------------|----------|-----------|-------------|-------------|
| | Saldo inicial | Aumentos | Reversões | Utilizações | Saldo final |
| Processos judiciais | 710 500 | 30 000 | (70 500) | - | 670 000 |
| Impostos | 272 118 | - | - | - | 272 118 |
| Contratos onerosos | - | - | - | - | - |
| Cobertura de prejuízos | 415 452 | 5 990 | (221 875) | (182 302) | 17 265 |
| Outras provisões | - | - | - | - | - |
| | 1 398 069 | 35 990 | (292 375) | (182 302) | 959 382 |

| | 31 de dezembro de 2020 | | | | |
|------------------------|------------------------|----------|-----------|-------------|-------------|
| | Saldo inicial | Aumentos | Reversões | Utilizações | Saldo final |
| Processos judiciais | 640 500 | 70 000 | - | - | 710 500 |
| Impostos | 272 118 | - | - | - | 272 118 |
| Contratos onerosos | 282 673 | - | (282 673) | - | - |
| Cobertura de prejuízos | 28 779 | 415 452 | - | (28 779) | 415 452 |
| Outras provisões | 27 690 | - | (27 690) | - | - |
| | 1 251 760 | 485 452 | (310 363) | (28 779) | 1 398 069 |

Demonstrações Financeiras e seus Anexos

Relatório Consolidado
2021

19. FINANCIAMENTOS OBTIDOS

| | Entidade financiadora | 31 de dezembro de 2021 | | | 31 de dezembro de 2020 | | |
|----------------------------------|--------------------------|------------------------|--------------------|--------------------|------------------------|--------------------|--------------------|
| | | Limite | Montante utilizado | | Limite | Montante utilizado | |
| | | | Corrente | Não corrente | | Corrente | Não corrente |
| Empréstimos bancários | | | | | | | |
| Emp. LP 613,9 M EUR | DGTF 2011 (parte) | 105 974 436 | 52 987 218 | - | 105 974 436 | 52 987 218 | |
| Emp. LP 648,6 M EUR | DGTF 2012 (parte) | 410 833 969 | 308 125 476 | - | 410 833 969 | 308 125 476 | |
| Emp. LP 412,9 M EUR | DGTF 2013 (parte) | 129 885 756 | 129 885 756 | - | 129 885 756 | 129 885 756 | |
| Emp. LP 32,6 M EUR | DGTF 2017 (parte) | 15 426 066 | 10 284 044 | 5 142 022 | 15 426 066 | 7 713 033 | 7 713 033 |
| Emp. LP 421,97 M EUR | DGTF 2018 (parte) | 159 965 533 | 79 982 767 | 79 982 767 | 159 965 533 | 53 321 844 | 106 643 689 |
| Emp. LP 131,88 M EUR | DGTF 2019 (parte) | 23 556 727 | 7 852 242 | 15 704 485 | 23 556 727 | 3 926 121 | 19 630 606 |
| Emp. LP 154,51 M EUR | DGTF 2020 (parte) | 17 395 008 | 2 899 168 | 14 495 840 | 17 395 008 | - | 17 395 008 |
| Emp. LP 100,86 M EUR | DGTF 2021 (parte) | 29 239 923 | - | 29 239 923 | - | - | - |
| Suprimentos 49,3 M EUR | DGTF 2020 | 49 300 000 | 49 300 000 | - | 49 300 000 | 49 300 000 | - |
| Suprimentos 18,33 M EUR | DGTF 2021 | 18 331 823 | 18 331 823 | - | - | - | - |
| Emp. TREM LP 2000 (50 M EUR) | Banco Santander | 50 000 000 | - | - | 50 000 000 | - | - |
| Emp. TREM LP 2000 (50 M EUR) | Caixa Geral de Depósitos | 50 000 000 | - | - | 50 000 000 | - | - |
| Emp. TREM II LP 2001 (105 M EUR) | Banco Santander Totta | 52 777 778 | - | - | 52 777 778 | 28 100 890 | - |
| Emp. TREM II LP 2001 (105 M EUR) | Caixa Geral de Depósitos | 26 388 889 | - | - | 26 388 889 | 14 050 445 | - |
| Emp. TREM II LP 2001 (105 M EUR) | Caixa BI | 26 388 889 | - | - | 26 388 889 | 14 050 445 | - |
| Emp. TREM II LP 2002 (105 M EUR) | Banco Santander Totta | 52 777 778 | 28 049 938 | - | 52 777 778 | 1 619 456 | 28 049 938 |
| Emp. TREM II LP 2002 (105 M EUR) | Caixa Geral de Depósitos | 26 388 889 | 14 024 969 | - | 26 388 889 | 809 728 | 14 024 969 |
| Emp. TREM II LP 2002 (105 M EUR) | Caixa BI | 26 388 889 | 14 024 969 | - | 26 388 889 | 809 728 | 14 024 969 |
| Descobertos bancários | | - | - | - | - | 828 | - |
| | | | 715 748 370 | 144 565 037 | | 664 700 970 | 207 482 211 |

Demonstrações Financeiras e seus Anexos

Relatório Consolidado
2021



As informações adicionais relativas aos financiamentos contraídos com a DGTF encontram-se divulgadas na Nota 5.9.

O Conselho de Administração da Empresa entende que a liquidação dos seus passivos, nomeadamente no que respeita a financiamentos obtidos reembolsáveis a curto prazo, continuará a ser cumprida, essencialmente através da obtenção de linhas adicionais de financiamento em coordenação com o seu acionista.

Financiamentos obtidos por maturidade

| | 31-dez-2021 | 31-dez-2020 |
|-------------------|-------------|-------------|
| Até 1 ano | 715 748 369 | 664 700 142 |
| 1 a 2 anos | - | 56 099 875 |
| Superior a 2 anos | 144 565 037 | 151 382 336 |
| | 860 313 406 | 872 182 353 |

20. BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO – PLANOS DE BENEFÍCIOS DEFINIDOS

Conforme mencionado na Nota 3.15, a Empresa assumiu o compromisso de conceder aos empregados prestações pecuniárias a título de complemento de reforma por velhice, invalidez e pensões de sobrevivência. Em 31 de dezembro de 2021, o número de empregados ativos e reformados/pensionistas ascedia a 967 e 1.336, respetivamente (978 e 1.363 em 31 de dezembro de 2020).

As prestações anteriormente mencionadas correspondem a complementos das pensões garantidas pelo regime de Segurança Social e são determinadas em função do número de anos ao serviço da Empresa, de contribuições para a Segurança Social e pelo último salário auferido à data de reforma.

No exercício de 2004, a Empresa decidiu e acordou com os sindicatos que todos os empregados que passaram ao quadro após 31 de dezembro de 2003 já não seriam abrangidos por este plano de pensões.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foi efetuada uma avaliação atuarial dos ativos do plano e do valor presente da obrigação e benefícios definidos por uma entidade independente.

Demonstrações Financeiras e seus Anexos

Relatório Consolidado
2021



De acordo com os estudos atuariais reportados a 31 de dezembro de 2021 e 2020, o valor atual das responsabilidades da Empresa por serviços passados dos seus empregados no ativo e reformados foi estimado em:

| | 31-dez-2021 | 31-dez-2020 |
|----------------------|--------------------|--------------------|
| Trabalhadores ativos | 110 919 404 | 110 797 640 |
| Reformados | 159 865 278 | 163 802 846 |
| | 270 784 682 | 274 600 485 |

A diminuição verificada no total das Responsabilidades deve-se essencialmente ao aumento da taxa de rendimento, a qual passou de 1% para 1,1%.

O estudo atuarial reportado a 31 de dezembro de 2021 foi efetuado utilizando o método denominado por "Projected Unit Credit" e considerou os seguintes pressupostos e bases técnicas e atuariais:

| | 31-dez-2021 | 31-dez-2020 |
|--------------------------------|-------------|-------------|
| Tábuas de mortalidade | | |
| Tábua de Mortalidade Masculina | TV88/90 | TV73/77-1 |
| Tábua de Mortalidade Feminina | TV88/90 | TV88/90 |
| Tábuas de invalidez | EKV80 | EKV80 |
| Taxas | | |
| Taxa Técnica das Pensões | 1,10% | 1,00% |
| Taxa de Crescimento Salarial | 1,50% | 1,50% |
| Taxa de desconto | 1,10% | 1,00% |

A evolução nas responsabilidades da Empresa com pensões foi a seguinte:

| | 31-dez-2021 | 31-dez-2020 |
|--|--------------------|--------------------|
| Responsabilidades totais no início do período | 274 600 485 | 271 350 648 |
| Custos dos serviços correntes | 3 915 954 | 3 787 688 |
| Custo dos juros | 2 705 336 | 3 527 558 |
| Benefícios pagos no exercício | (12 049 714) | (12 309 842) |
| Perdas (ganhos) atuariais do exercício | 1 612 620 | 8 244 433 |
| Reponsabilidades totais no fim do período | 270 784 682 | 274 600 485 |

Demonstrações Financeiras e seus Anexos

Relatório Consolidado
2021

O custo dos serviços correntes e o custo dos juros do exercício de 2021, nos montantes de 3.915.954 euros e 2.705.336 euros, respetivamente, foram reconhecidos na demonstração dos resultados na rubrica “Gastos com o pessoal”.

A evolução dos ganhos/perdas atuariais, reconhecidos na rubrica ‘Ajustamentos/outras variações no capital próprio’ nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 é a seguinte:

| | 31-dez-2021 | 31-dez-2020 |
|--|--------------|--------------|
| Outras variações no capital próprio | | |
| Saldo inicial | (43 802 617) | (35 558 185) |
| Ganho atuarial | - | - |
| Perda atuarial | (1 612 620) | (8 244 433) |
| Saldo final | (45 415 238) | (43 802 617) |

Em 31 de dezembro de 2021, as perdas atuariais resultaram essencialmente da alteração da tábua de mortalidade para a população masculina, ainda que mitigada pela subida da taxa de desconto.

Em 31 de dezembro de 2021, a Empresa não tem constituído qualquer fundo para fazer face àquelas responsabilidades, encontrando-se as mesmas registadas no balanço.

21. OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS

Nesta rubrica incluem-se os *swaps* de taxa de juro relacionados com os financiamentos obtidos e a dívida não corrente dos subsídios ao investimento:

| | 31-dez-2021 | 31-dez-2020 |
|---|-------------|-------------|
| Swaps | 19 263 628 | 43 363 932 |
| Subsídios ao investimento - FEDER-QCA | 1 384 310 | 2 496 645 |
| Subsídios ao investimento - Fundo Ambiental | 28 141 149 | - |
| | 48 789 088 | 45 860 577 |



Demonstrações Financeiras e seus Anexos

Relatório Consolidado
2021

A discriminação por contrato de swap é a seguinte:

| Swap | Entidade | Maturidade | Notional original | Notional atual | Justo valor | |
|-----------------------|----------|------------|-------------------|----------------|-------------|-------------|
| | | | | | 31-dez-2021 | 31-dez-2020 |
| 26#METLIS BSN Set2022 | BSN | 23/09/2022 | 99 240 295 | 56 099 878 | 19 263 628 | 43 363 932 |
| | | | | | 19 263 628 | 43 363 932 |

22. FORNECEDORES

| | 31-dez-2021 | 31-dez-2020 |
|--|-------------|-------------|
| CJC Engenharia e Projectos, Lda. | 690 500 | 690 500 |
| TML - Transportes Metropolitanos de Lisboa, EMT, S.A. | 435 111 | - |
| GEOCONTROLE - Geotecnia e Estruturas de Fundação, S.A. | 213 540 | - |
| Iberdrola Clientes Portugal, Unipessoal, Lda. | 199 727 | 10 305 |
| CP - Comboios de Portugal, E.P.E. | 70 006 | 10 |
| Stap - Reparação, Consolidação e Modificação de Estruturas, S.A. | 68 584 | - |
| LIMPERSADO - Limpeza, Máquinas e Transportes, S.A. | 57 549 | 130 835 |
| ISS Facility Services - Gestão e Manutenção de Edifícios, Lda. | 34 044 | 331 436 |
| CARRIS - Companhia Carris de Ferro de Lisboa, E.M., S.A. | 9 192 | 3 392 967 |
| Transportes Rodrigues & Lourenço, Lda. | 2 066 | 81 893 |
| 2045 Empresa de Segurança, S.A. | 915 | 970 432 |
| RACE Refrigeration & Air Conditioning, SA | - | 216 060 |
| IP Património, S.A. | - | 148 845 |
| SISCOG, LINK, TECMIC, A.C.E. | - | 142 696 |
| Schmitt - Elevadores, Lda. | - | 98 038 |
| TPF - Consultores de Engenharia e Arquitetura, S.A. | - | 548 175 |
| CENOR - Consultores, S.A. | - | 290 672 |
| TST - Transportes Sul do Tejo, S.A. | - | 97 654 |
| Exide Technologies, Lda. | - | 92 250 |
| Siemens Mobility Unipessoal, Lda. | - | 89 569 |
| GRUPO 8- Vigilância e Prevenção Electrónica, Lda. | - | 80 039 |
| Otlis - Operadores de Transportes da Região de Lisboa, A.C.E. | - | 70 416 |
| Outros | 154 003 | 1 563 963 |
| | 1 935 236 | 9 046 753 |

Demonstrações Financeiras e seus Anexos

Relatório Consolidado
2021

23. OUTRAS DÍVIDAS A PAGAR

| | 31-dez-2021 | 31-dez-2020 |
|--|-------------------|-------------------|
| Acréscimo gastos – Juros a liquidar | 28 445 860 | 27 257 350 |
| Subsídios – Fundo Ambiental | 2 441 792 | 14 125 183 |
| Subsídios – Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) | 5 512 000 | - |
| Acréscimo gastos – Remunerações a liquidar | 10 156 852 | 10 237 114 |
| Fornecedores de investimentos | 4 506 566 | 5 263 649 |
| Subsídios ao investimento – FEDER-QCA | 1 112 335 | 1 112 335 |
| Subsídios ao investimento – FEDER-PRODAC | - | 130 765 |
| Outros | 8 648 006 | 5 535 588 |
| | 60 823 411 | 63 661 984 |



Demonstrações Financeiras e seus Anexos

Relatório Consolidado
2021

24. RÉDITO

| | 2021 | 2020 |
|--|------------|------------|
| Vendas | 47 919 | 27 282 |
| Prestação de serviços | | |
| Bilhetes | 19 141 087 | 16 848 492 |
| Passes | 32 485 054 | 33 208 552 |
| Cartões | 1 433 080 | 1 103 881 |
| Compensação tarifária AML | 7 940 398 | 8 903 066 |
| Compensação financeira 4_18, Sub23, Social + | 3 574 453 | 3 458 364 |
| Espaços comerciais | - | - |
| Exploração publicidade | 149 946 | 1 349 782 |
| Consultoria técnica | 34 326 | 259 768 |
| Contratos de arrendamento | 65 293 | 58 763 |
| Contratos de exploração | 1 721 817 | 1 568 184 |
| Outros | 837 352 | 738 815 |
| | 67 430 724 | 67 524 950 |

O rédito reconhecido em 2021 decorrente da compensação tarifária da AML inclui o montante de 2.680.316 euros referente aos pagamentos por conta (PART “fixo”) dos meses de setembro a dezembro de 2021, cujo recebimento se encontra pendente da aprovação de uma candidatura submetida no passado dia 31 de janeiro pela Transportes Metropolitanos de Lisboa, E.M.T., S.A. (TML) ao Fundo Ambiental, conforme divulgado na Nota 15. O Conselho de Administração está convicto que o referido montante, assente em cálculos validados pela TML, é devido nos termos da legislação em vigor e será recebido assim que forem disponibilizadas à AML/TML as verbas necessárias para realizar os pagamentos em falta. Este programa PART corresponde a uma compensação atribuída com a finalidade de dar suporte financeiro aos operadores de transporte aderentes na área metropolitana de Lisboa, na qual o ML se enquadra.

Demonstrações Financeiras e seus Anexos

Relatório Consolidado
2021



25. SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO

| | 2021 | 2020 |
|---|-------------------|-------------------|
| AML – Apoio à reposição da oferta de transportes públicos | 36 718 196 | 21 451 009 |
| PRR – Prolongamento da Linha Vermelha Alcântara | 1 135 080 | - |
| Fundo Ambiental – Prolongamento Rato/Cais do Sodré | 94 252 | 70 050 |
| PRR – Metro Ligeiro de Superfície Loures-Odivelas | 68 125 | - |
| Fundo Ambiental – Projeto Modernização Sistemas Sinalização (CBTC) | 28 500 | 132 977 |
| Município Lisboa – Projeto VoxPop – Pessoas, Processos & Tecnologia | - | 86 800 |
| | 38 044 153 | 21 740 836 |

A verba atribuída ao ML no âmbito do apoio à reposição da oferta, no montante global de 36.718.196 euros, decorre do Decreto-Lei n.º 6-B/2021, de 15 de janeiro, que prolongou até ao final do ano de 2021 a vigência das regras de atribuição de financiamento e compensações aos operadores de transportes essenciais, no âmbito da pandemia COVID-19. Neste montante, estão incluídos 5.221.627 euros referentes aos pagamentos por conta (PART “variável”) dos meses de setembro a dezembro de 2021, os quais estão pendentes de recebimento, conforme divulgado na Nota 24 e um acerto de 460.223 euros referente à parte variável do PART de 2020, no montante de 1.622.440 euros, conforme divulgado na Nota 15. Este programa PART corresponde a uma compensação atribuída com a finalidade de dar suporte financeiro aos operadores de transporte aderentes na área metropolitana de Lisboa, na qual o ML se enquadra.

26. GANHOS / PERDAS DE INVESTIMENTOS FINANCEIROS

| | 2021 | 2020 |
|--|----------------|------------------|
| Associadas | | |
| Publimetro – Publicidade em Meios de Transporte e Outros, S.A. | 221 875 | (272 790) |
| Empreendimentos conjuntos | | |
| OTLIS – Operadores de Transportes da Região de Lisboa, A.C.E. | 547 124 | 72 919 |
| Ensitrans – Engenharia e Sistemas de Transporte, A.E.I.E. | 158 082 | (132 057) |
| | 927 081 | (331 929) |

Demonstrações Financeiras e seus Anexos

Relatório Consolidado
2021

27. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

| | 2021 | 2020 |
|-----------------------------|---------------------|---------------------|
| Eletricidade | (7 121 721) | (8 586 358) |
| Vigilância e segurança | (6 100 436) | (6 189 701) |
| Conservação e reparação | (5 254 789) | (4 921 105) |
| Limpeza, higiene e conforto | (4 881 663) | (4 320 089) |
| Trabalhos especializados | (1 482 050) | (1 666 264) |
| Outros | (3 158 988) | (3 333 644) |
| | (27 999 647) | (29 017 161) |

28. GASTOS COM O PESSOAL

| | 2021 | 2020 |
|--|---------------------|---------------------|
| Remunerações dos órgãos sociais | (276 174) | (275 419) |
| Remunerações do pessoal | (59 304 584) | (58 508 115) |
| Benefícios pós-emprego | (6 625 935) | (7 315 831) |
| Encargos sobre remunerações | (13 712 271) | (13 296 566) |
| Seguros de acidentes de trabalho e doenças profissionais | (773 643) | (818 588) |
| Seguro de saúde | (1 049 103) | (890 103) |
| Gastos de ação social | (889 393) | (943 682) |
| Outros | (350 079) | (287 513) |
| | (82 981 182) | (82 335 816) |

O número médio de colaboradores ao serviço do Grupo no exercício de 2021 foi de 1.518 (1.515 em 2020). O número de efetivos em 31 de dezembro de 2021 era de 1.521 (1.517 em 2020).

Demonstrações Financeiras e seus Anexos

Relatório Consolidado
2021

29. OUTROS RENDIMENTOS

| | 2021 | 2020 |
|---|------------------|------------------|
| Diferenças de câmbio favoráveis | 4 054 938 | 1 111 |
| Subsídios ao investimento | 1 243 100 | 1 243 100 |
| Correções relativas a períodos anteriores | 904 317 | 793 059 |
| Rendas de imóveis | 586 619 | 579 355 |
| Cedência de energia | 161 605 | 199 840 |
| Juros | 36 051 | 81 201 |
| Excesso estimativa para impostos | - | 353 |
| Outros | 240 524 | 147 818 |
| | 7 227 154 | 3 045 838 |

A sub-rubrica 'Subsídios ao investimento' inclui a imputação dos subsídios FEDER – PRODAC 1993 e QCA 1995 e 1997, os quais visaram financiar investimentos efetuados pela Empresa nos protótipos dos Parques de Material e Oficinas (PMO) II e III e na série intercalar de 17 Unidades Triplas (UT's), série complementar 95 de 20 UT's e PMO III. Estes rendimentos são imputados numa base sistemática de forma a balancear com os gastos de depreciação dos ativos fixos tangíveis que lhes estão associados.

30. OUTROS GASTOS

| | 2021 | 2020 |
|---|--------------------|--------------------|
| Correções relativas a períodos anteriores | (2 021 108) | (671 870) |
| Impostos | (506 589) | (538 693) |
| Perdas em investimentos não financeiros | (368 888) | (200 878) |
| Quotizações | (105 429) | (141 044) |
| Perdas em inventários | (56 621) | (222 543) |
| Diferenças de câmbio desfavoráveis | (3 932) | (4 909 534) |
| Outros | (93 747) | (86 290) |
| | (3 156 314) | (6 770 851) |



Demonstrações Financeiras e seus Anexos

Relatório Consolidado
2021

31. JUROS E GASTOS SIMILARES SUPOSTADOS

| | 2021 | 2020 |
|------------------------------|--------------|--------------|
| Juros swaps | (23 840 096) | (22 427 142) |
| Juros financiamentos obtidos | (1 195 836) | (1 689 330) |
| Juros de locações (Nota 7) | (6 534) | (4 419) |
| Outros juros | (216 782) | (287 589) |
| | (25 259 247) | (24 408 480) |

32. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

As empresas do Grupo, com sede em Portugal, são tributadas em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (“IRC”), com base nos seus resultados individuais, à taxa de 21%, acrescida de derrama à taxa máxima de 1,5% sobre o lucro tributável, atingindo desta forma uma taxa agregada de 22,5%.

Nos termos do artigo 88.º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC), a Empresa encontra-se sujeita a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas naquele artigo.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais da Empresa estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. O Conselho de Administração entende que, as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos, não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021.



Demonstrações Financeiras e seus Anexos

Relatório Consolidado
2021

Os prejuízos fiscais gerados em exercícios iniciados em ou após de 1 de janeiro de 2014 podem ser reportados por um período de 12 anos e os prejuízos fiscais gerados nos exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2016 podem ser reportados por um período de 5 anos. Acresce que o n.º 1 do art.º 11.º da Lei n.º 27-A/2020, de 24 de julho, prevê que os prejuízos fiscais apurados nos períodos de tributação de 2020 e 2021 sejam deduzidos num ou mais dos 12 períodos de tributação seguintes, ainda que a empresa não se classifique como PME. Por outro lado, o n.º 3 desta disposição prevê que a contagem do prazo de reporte dos prejuízos fiscais vigentes no primeiro dia do período de tributação de 2020 fique suspensa durante esse período de tributação e o seguinte. Desta forma, a data limite de reporte dos prejuízos fiscais dedutíveis das empresas do Grupo ML é a seguinte:

| | 2021 | | 2020 | |
|-----------------|--------------------|--------|-------------------|-------|
| | Montante | Limite | Metrocom | TOTAL |
| Gerados em 2014 | 5 277 942 | 2028 | 5 277 942 | 2028 |
| Gerados em 2015 | 695 274 | 2029 | 695 274 | 2029 |
| Gerados em 2016 | 378 323 | 2023 | 378 323 | 2023 |
| Gerados em 2017 | 39 766 185 | 2024 | 39 766 185 | 2024 |
| Gerados em 2018 | 21 701 153 | 2025 | 21 701 153 | 2025 |
| Gerados em 2019 | 14 039 875 | 2026 | 14 039 875 | 2026 |
| Gerados em 2020 | 41 815 801 | 2027 | | |
| | 123 674 552 | | 81 858 752 | |



Demonstrações Financeiras e seus Anexos

Relatório Consolidado
2021

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efetiva de imposto nos exercícios de 2021 e 2020 é a seguinte:

| | 2021 | | | | 2020 | | | |
|-----------------------------|--------------|------------|----------|----------|--------------|------------|----------|----------|
| | ML | Ferconsult | Metrocom | TOTAL | ML | Ferconsult | Metrocom | TOTAL |
| Resultado antes de impostos | (22 895 209) | 113 001 | (33 237) | | (57 130 373) | 316 059 | 28 412 | |
| Diferenças permanentes | 6 487 056 | 378 511 | (9 600) | | 4 325 843 | 39 402 | 393 | |
| Resultado tributável | (16 408 154) | 491 512 | (42 837) | | (52 804 530) | 355 460 | 28 805 | |
| Prejuízos fiscais deduzidos | - | (344 059) | - | | - | (248 822) | - | |
| Matéria coletável | - | 147 454 | - | | - | 106 638 | 28 805 | |
| Taxa nominal de imposto | 21% | 21% | 21% | | 21% | 21% | 17 / 21% | |
| Coleta | - | (30 965) | 8 996 | | - | (22 394) | (5 449) | |
| Derrama municipal | - | (7 373) | - | | - | (5 332) | (432) | |
| Tributações autônomas | (5 361) | - | - | | (1 018) | (2 575) | - | |
| Imposto sobre o rendimento | (5 361) | (38 338) | 8 996 | (34 703) | (1 018) | (30 301) | (5 881) | (37 200) |
| Taxa efetiva de imposto | - | 33,93% | - | | - | 9,59% | 20,70% | |



Demonstrações Financeiras e seus Anexos

Relatório Consolidado
2021

33. SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

| 2021 | Ativo | Passivo | Rendimentos | Gastos |
|----------------------------------|-----------|---------------|-------------|-----------|
| Acionista | | | | |
| Estado Português | - | 2 115 705 938 | - | - |
| Associadas | | | | |
| Publimetro | 1 275 503 | - | 852 416 | - |
| Empreendimentos conjuntos | | | | |
| OTLIS (em liquidação) | - | - | 555 161 | (17 435) |
| Ensitrans | 12 761 | - | 34 326 | - |
| Pessoal chave da gestão | | | | |
| Conselho de Administração | - | - | - | (285 252) |

| 2020 | Ativo | Passivo | Rendimentos | Gastos |
|----------------------------------|-----------|---------------|-------------|-----------|
| Acionista | | | | |
| Estado Português | - | 1 996 518 416 | - | - |
| Associadas | | | | |
| Publimetro | 1 640 838 | - | 1 754 189 | - |
| Empreendimentos conjuntos | | | | |
| OTLIS (em liquidação) | 145 410 | 70 849 | 3 326 261 | (89 629) |
| Ensitrans | 5 381 | - | 315 655 | - |
| Pessoal chave da gestão | | | | |
| Conselho de Administração | - | - | - | (293 156) |

As transações registadas com o Conselho de Administração em 2021 e 2020 referem-se às respetivas remunerações, não tendo sido concedidos benefícios pós-emprego, de longo prazo, de cessação de emprego ou de remuneração em capital próprio.

Demonstrações Financeiras e seus Anexos

Relatório Consolidado
2021

34. GARANTIAS PRESTADAS

| Entidade | Data Início | Beneficiário | 2021 | 2020 |
|------------|-------------|--|------------------|------------------|
| | | | Montante | Montante |
| Banco BPI | 10-03-2006 | TRIB.ADM.F.LX-2ºJUÍZO | 7 494 | 7 494 |
| Banco BPI | 11-05-2006 | FINANÇAS 4º BAIRRO FISCAL | 95 482 | 95 482 |
| Banco BPI | 30-06-2010 | TRIB.TRIBUT.2º.INST.LIS | - | 1 583 |
| Banco BPI | 17-08-2011 | MUNICÍPIO DE LISBOA | 7 661 | 7 661 |
| Banco BPI | 17-06-2014 | PETROGAL | 7 500 | 7 500 |
| Banco BPI | 03-07-2015 | Comarca de Lisboa Inst. Central 1 Trab | 438 047 | 438 047 |
| Banco BPI | 28-04-2016 | Comarca de Lisboa Inst. Central 1 Trab | 760 610 | 760 610 |
| Banco BBVA | 19-02-1998 | Petrogal | 3 990 | 3 990 |
| Banco BBVA | 21-03-2007 | Fazenda Pública | 1 632 | 1 632 |
| Banco BBVA | 06-12-2010 | Fazenda Pública | 272 118 | 272 118 |
| Banco CGD | 02-06-2016 | COSEC | - | 29 582 |
| Banco CGD | 02-06-2016 | COSEC | 86 130 | 86 130 |
| | | | 1 680 665 | 1 711 830 |

35. PASSIVOS CONTINGENTES

Em 31 de dezembro de 2021, existem pedidos de indemnizações reclamados ao Grupo, no montante de 18.049 euros, os quais se referem a processos de expropriações e danos causados pelos trabalhos relacionados com o plano de expansão da rede.

36. DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

Para efeitos do cumprimento do disposto na alínea b) do n.º 1 do art.º 66º-A do Código das Sociedades Comerciais, declara-se que os honorários totais faturados durante o exercício financeiro pelas sociedades de revisores oficiais de contas, relativamente à revisão legal das contas anuais das empresas do Grupo, ascenderam a 37.060 euros.

Demonstrações Financeiras e seus Anexos

Relatório Consolidado
2021

37. EVENTOS SUBSEQUENTES

5ª Vaga da Pandemia COVID-19

Desde meados de 2021, a adesão em massa à vacinação, aliada à manutenção de determinadas restrições e posturas preventivas, permitiu obter um maior grau de previsibilidade quanto ao comportamento da pandemia, facilitando o seu controlo e antecipação de cenários. Não obstante, no final de 2021 e início de 2022 verificou-se a evolução de uma quinta vaga. Contudo, em contraste com vagas anteriores, o padrão de restrições foi aliviado. Um leque de medidas, como o teletrabalho obrigatório, foram reaplicadas, evidenciando-se portanto uma menor mobilidade da população durante o mês de janeiro, ainda que, conseqüentemente, não se tenha assistido a uma desaceleração significativa da atividade económica.

Invasão da Ucrânia pela Rússia

Em 24 de fevereiro de 2022, a Rússia lançou uma operação militar de grande escala na Ucrânia. No seguimento da condenação do evento pela comunidade internacional, países ocidentais e Estados Membro da União Europeia, incluindo Portugal, têm vindo a aplicar sanções em vários setores de atividade à Federação Russa, incluindo-se a nível económico, por exemplo, a redução das trocas comerciais e a exclusão do sistema de pagamentos SWIFT. No contexto da economia global, os efeitos de uma guerra regional, não só na instância humanitária como também económica, extravasam massivamente para o resto do mundo. Em 2021, a Rússia figurava como um dos principais produtores de bens energéticos, sendo o terceiro principal fornecedor de gás natural a Portugal, pelo que, sem embargo da incerteza que caracteriza a magnitude do impacto económico do conflito, a substituição das importações de gás russo levará possivelmente a que se incorram em custos acrescidos, para além das restantes repercussões nas cadeias de valor globais, que elevarão os custos de bens e serviços.



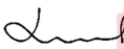
Demonstrações Financeiras e seus Anexos

Relatório Consolidado
2021

Subida de Preços


Confirmando a rota ascendente que já vinha sendo traçada desde 2021, a estimativa para a variação do IHPC, relativa ao mês de março de 2022, fixou-se, de acordo o INE, nos 5,5%. A variação da componente dos bens energéticos tem-se revelado um dos principais motores deste aumento, sofrendo esse agregado uma variação de 19,8%. De facto, o constrangimento e instabilidade das cadeias de abastecimento, sobretudo no setor energético, a exposição aos conflitos geopolíticos, nomeadamente a guerra na Ucrânia, e as implicações que lhes são adjacentes, geram um quadro económico de incerteza, provocando uma vincada volatilidade dos preços das *commodities*. No que se refere às flutuações do preço da energia, o seu aumento origina um efeito *spillover* no custo de bens e serviços, sobretudo em setores altamente dependentes de energia elétrica para a prossecução das suas operações, como é o caso do Metropolitano onde se prevê um elevado agravamento nos gastos de energia, que inevitavelmente, penalizará o rácio de eficiência operacional do ML.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO


Digitally signed by VÍTOR
MANUEL JACINTO
DOMINGUES DOS
SANTOS
Presidente
Date: 2022.05.31 11:32:45
+01'00'
Metropolitano de Lisboa

Eng.º Vitor Manuel Domingues dos Santos

O CONTABILISTA CERTIFICADO


Digitally signed by PEDRO
MIGUEL GALANTE ANTUNES
PAIVA
ANTUNES PAIVA
Date: 2022.05.30 17:58:38
+01'00'

Dr. Pedro Miguel Galante Antunes Paiva


Digitally signed by
MARIA HELENA
ARRANHADO
CARRASCO
CAMPOS
Date: 2022.05.31
11:05:39 +01'00'

Dr.ª Maria Helena Arranhado Carrasco Campos



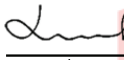
Demonstrações Financeiras e seus Anexos

Relatório Consolidado
2021

DECLARAÇÃO

Dispõe a alínea c) do n.º 1 do artigo 245º do Código de Valores Mobiliários (CVM) que cada uma das pessoas responsáveis dos emitentes deve fazer um conjunto de declarações aí previstas. No caso do Metropolitano de Lisboa, E.P.E. foi adotada uma declaração uniforme, com o seguinte teor:

Declaro, nos termos e para os efeitos previstos na alínea c) do n.º 1 do artigo 245º do Código de Valores Mobiliários que, tanto quanto é do meu conhecimento, a informação prevista na alínea a) foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados do Metropolitano de Lisboa, E.P.E. e das empresas incluídas no perímetro da consolidação, que o relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição da entidade e das empresas incluídas no perímetro da consolidação, e contém uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam. Nos termos da referida disposição legal, faz-se a indicação nominativa das pessoas subscritoras e das suas funções:


Digitally signed by VÍTOR
MANUEL JACINTO
DOMINGUES DOS
SANTOS
Presidente Date: 2022.05.31 11:32:45
Metropolitano de Lisboa

Vítor Domingues dos Santos

Presidente do Conselho de Administração

MARIA HELENA
ARRANHADO
CARRASCO
CAMPOS
Digitally signed by
MARIA HELENA
ARRANHADO
CARRASCO CAMPOS
Date: 2022.05.31
11:05:39 +01'00'

Maria Helena Campos

Vogal do Conselho de Administração

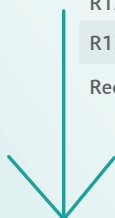


Previsionais

1 – Orçamento e Plano Orçamental Plurianual

Un.: Euros

| Rubricas | Designação | Orçamento | | | Plano orçamental plurianual | |
|---------------------------|--|--------------------|--------------------|--------------------|-----------------------------|----------|
| | | 2020 | 2021 | Soma | 2022 | 2023 |
| RECEITA CORRENTE | | 146 820 727 | 151 969 941 | 298 790 668 | 0 | 0 |
| R1 | Receita Fiscal | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| R11 | Impostos diretos | | 0 | 0 | | |
| R12 | Impostos indiretos | | 0 | 0 | | |
| R2 | Contrib. para sistemas de prot. social e subsist. de saúde | | 0 | 0 | | |
| R3 | Taxas, multas e outras penalidades | | 0 | 0 | | |
| R4 | Rendimentos de propriedade | | 0 | 0 | | |
| R5 | Transferências Correntes | 3 982 702 | 27 100 000 | 31 082 702 | 0 | 0 |
| R51 | Administrações Públicas | 3 982 702 | 17 100 000 | 21 082 702 | 0 | 0 |
| R511 | Administração Central – Estado | 3 959 702 | 17 100 000 | 21 059 702 | 0 | 0 |
| R512 | Administração Central – Outras entidades | 23 000 | 0 | 23 000 | 0 | 0 |
| R513 | Segurança Social | | 0 | 0 | | |
| R514 | Administração Regional | | 0 | 0 | | |
| R515 | Administração Local | | 0 | 0 | | |
| R52 | Exterior – UE | | | 0 | | |
| R53 | Outras | | | 0 | | |
| R6 | Venda de bens e serviços | 142 838 025 | 104 046 748 | 246 884 773 | 0 | 0 |
| R7 | Outras receitas correntes | | 20 823 193 | 20 823 193 | | |
| RECEITA DE CAPITAL | | 98 948 014 | 60 947 536 | 159 895 550 | 0 | 0 |
| R8 | Venda de bens de investimento | 30 634 620 | 550 000 | 31 184 620 | 0 | 0 |
| R9 | Transferências de Capital | 68 313 394 | 60 397 536 | 128 710 930 | 0 | 0 |
| R91 | Administrações Públicas | 59 668 498 | 37 644 200 | 97 312 698 | 0 | 0 |
| R911 | Administração Central – Estado | 59 668 498 | 37 644 200 | 97 312 698 | 0 | 0 |
| R912 | Administração Central – Outras entidades | | 0 | 0 | | |
| R913 | Segurança Social | | 0 | 0 | | |
| R914 | Administração Regional | | 0 | 0 | | |
| R915 | Administração Local | | 0 | 0 | | |
| R92 | Exterior – UE | 8 644 896 | 22 753 336 | 31 398 232 | 0 | 0 |
| R93 | Outras | | 0 | 0 | | |
| R10 | Outras receitas de capital | | 0 | 0 | | |
| R11 | Reposição não abatidas aos pagamentos | | 0 | 0 | | |
| | Receita efetiva [1] | 245 768 741 | 212 917 477 | 458 686 218 | 0 | 0 |
| | Receita não efetiva [2] | 454 904 913 | 367 625 166 | 822 530 079 | 0 | 0 |
| R12 | Receita com ativos financeiros | | 0 | 0 | | |
| R13 | Receita com passivos financeiros | 454 904 913 | 367 625 166 | 822 530 079 | 0 | 0 |
| | Receita total [3] = [1] + [2] | 700 673 654 | 580 542 643 | 1 281 216 297 | 0 | 0 |



Demonstrações Orçamentais

Un.: Euros

| Rubricas | Designação | Orçamento | | | Plano orçamental plurianual | |
|-------------------------------|--|--------------------|--------------------|--------------------|-----------------------------|----------|
| | | 2020 | 2021 | Soma | t+1 | t+2 |
| DESPESA CORRENTE | | 352 101 110 | 289 811 913 | 641 913 023 | 0 | 0 |
| D1 | Despesas com o pessoal | 83 000 000 | 84 002 460 | 167 002 460 | 0 | 0 |
| D11 | Remunerações certas e permanentes | 53 772 838 | 54 275 298 | 108 048 136 | 0 | 0 |
| D12 | Abonos variáveis ou eventuais | 4 437 456 | 4 437 456 | 8 874 912 | 0 | 0 |
| D13 | Segurança social | 24 789 706 | 25 289 706 | 50 079 412 | 0 | 0 |
| D2 | Aquisição de bens e serviços | 58 847 736 | 57 776 516 | 116 624 252 | 0 | 0 |
| D3 | Juros e outros encargos | 199 432 885 | 147 291 972 | 346 724 857 | 0 | 0 |
| D4 | Transferências correntes | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| D41 | Administrações Públicas | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| D411 | Administração Central – Estado | | 0 | 0 | | |
| D412 | Administração Central – Outras entidades | | 0 | 0 | | |
| D413 | Segurança Social | | 0 | 0 | | |
| D414 | Administração Regional | | 0 | 0 | | |
| D415 | Administração Local | | 0 | 0 | | |
| D42 | Instituições sem fins lucrativos | | 0 | 0 | | |
| D43 | Famílias | | 0 | 0 | | |
| D44 | Outras despesas correntes | | 0 | 0 | 0 | 0 |
| D5 | Subsídios | | 0 | 0 | | |
| D6 | Outras despesas correntes | 10 820 489 | 740 965 | 11 561 454 | 0 | 0 |
| DESPESA DE CAPITAL | | 127 704 836 | 150 866 772 | 278 571 608 | 0 | 0 |
| D7 | Investimento | 127 704 836 | 150 866 772 | 278 571 608 | 0 | 0 |
| D8 | Transferências de capital | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| D81 | Administrações Públicas | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| D811 | Administração Central – Estado | | 0 | 0 | | |
| D812 | Administração Central – Outras entidades | | 0 | 0 | | |
| D813 | Segurança Social | | 0 | 0 | | |
| D814 | Administração Regional | | 0 | 0 | | |
| D815 | Administração Local | | 0 | 0 | | |
| D82 | Instituições sem fins lucrativos | | 0 | 0 | | |
| D83 | Famílias | | 0 | 0 | | |
| D84 | Outras despesas correntes | | 0 | 0 | | |
| D9 | Outras despesas de capital | | 0 | 0 | | |
| | Despesa efetiva [4] | 479 805 946 | 440 678 685 | 920 484 631 | 0 | 0 |
| | Despesa não efetiva [5] | 216 514 597 | 139 863 958 | 356 378 555 | 0 | 0 |
| D10 | Despesa com ativos financeiros | | 0 | 0 | | |
| D11 | Despesa com passivos financeiros | 216 514 597 | 139 863 958 | 356 378 555 | 0 | 0 |
| Despesa total [6] = [4] + [5] | | 696 320 543 | 580 542 643 | 1 276 863 186 | 0 | 0 |
| Saldo total [3] - [6] | | 4 353 111 | 0 | 4 353 111 | 0 | 0 |
| Saldo global [1] - [4] | | -234 037 205 | -227 761 208 | -461 798 413 | 0 | 0 |
| | Despesa primária | 280 373 061 | 293 386 713 | 573 759 774 | 0 | 0 |
| | Saldo corrente | -205 280 383 | -137 841 972 | -343 122 355 | 0 | 0 |
| | Saldo de capital | -28 756 822 | -89 919 236 | -118 676 058 | 0 | 0 |
| | Saldo primário | -34 604 320 | -80 469 236 | -115 073 556 | 0 | 0 |



Demonstrações Orçamentais

Relatório Consolidado
2021

2 - Plano plurianual de investimentos

| Objetivo | Número do projeto | Designação do projeto | Rubrica orçamental | Forma de realização | Fonte de Financiamento | | | | Datas | | Fase de execução | Pagamentos | | | | | | | Total previsto [21] = [13] + ... + [20] | | | |
|--------------|---|-----------------------|--------------------|---------------------|------------------------|-----|------------|------|--------|------|------------------|-----------------------------------|---|-------------------------|----------|----------|----------|----------|--|--------------------------------------|---|---|
| | | | | | RG | PR | UE | EMPR | Início | Fim | | Realizados em períodos anteriores | Estimativa de realização do período t-1 | Períodos seguintesFonte | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | | | | 2021 | Ano 2022 | Ano 2023 | Ano 2024 | Ano 2025 | | Outros | | |
| [1] | [2] | [3] | [4] | [5] | [6] | [7] | [8] | [9] | [10] | [11] | [12] | [13] | [14] | [15] | [16] | [17] | [18] | [19] | [20] | previsto [21] = [13] + ... + [20] | | |
| 1 | Remodelação da Rede | D.7 | E | 22 066 441 | | | | | | | n.a. | | | | | | | | | | | |
| 2 | Expansão da Rede | D.7 | E | 5 761 850 | | | 27 753 336 | | 2020 | 2024 | 3 | | | | | | | | | | 0 | |
| 3 | Modernização e CBTC | D.7 | E/O | 37 507 367 | | | | | 2020 | 2027 | 3 | | | | | | | | | | 0 | |
| 4 | Leasing TREM | D.7 | O | 52 777 778 | | | | | 2020 | 2022 | n.a. | | | | | | | | | | 0 | |
| 5 | Outros | D.7 | E | | | | | | | | n.a. | | | | | | | | | | | |
| 6 | Expansão S. Sebastião/ Alcântara | D.7 | E | | | | 5 000 000 | | 2021 | 2026 | 1 | | | | | | | | | | | |
| 7 | Metro Ligeiro Superfície Odivelas/ Loures | D.7 | E | | | | 0 | | 2021 | 2026 | 1 | | | | | | | | | | | |
| Total | | | | | 118 113 436 | 0 | 32 753 336 | 0 | | | Total | | | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |



Demonstrações Orçamentais

Demonstrações de relato individual

1 - Demonstração de desempenho orçamental - Receita

| Rubricas | Recebimentos | FONTES DE FINANCIAMENTO - 2021 | | | | | TOTAL | 2020 |
|--|--|--------------------------------|--------------------|--------------------|--------------------|----------------|--------------------|--------------------|
| | | RP | RG | EU | EMPR | FUNDOS ALHEIOS | | |
| Saldo de gerência anterior | | | | | | | | |
| | Operações orçamentais [1] | 28 509 677 | 15 615 751 | 3 146 042 | | | 47 271 470 | 29 729 751 |
| | Restituição do saldo de operações orçamentais | | | | | | 0 | |
| | Operações de tesouraria [A] | | | | | | 0 | |
| RECEITA CORRENTE | | 107 002 484 | 8 483 263 | 72 020 000 | 0 | 0 | 187 505 747 | 90 028 074 |
| R1 | Receita Fiscal | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| R11 | Impostos diretos | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| R12 | Impostos indiretos | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| R2 | Contrib. para sistemas de prot. social e subsist. de saúde | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| R3 | Taxas, multas e outras penalidades | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| R4 | Rendimentos de propriedade | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 257 345 |
| R5 | Tranferências Correntes | 0 | 8 483 263 | 0 | 0 | 0 | 8 483 263 | 3 963 263 |
| R51 | Administrações Públicas | 0 | 8 483 263 | 0 | 0 | 0 | 8 483 263 | 3 963 263 |
| R511 | Administração Central - Estado | 0 | 3 963 263 | 0 | 0 | 0 | 3 963 263 | 3 963 263 |
| R512 | Administração Central - Outras entidades | 0 | 4 520 000 | 0 | 0 | 0 | 4 520 000 | 0 |
| R513 | Segurança Social | | | | | | 0 | 0 |
| R514 | Administração Regional | | | | | | 0 | 0 |
| R515 | Administração Local | 31 088 003 | 0 | 0 | 0 | 0 | 31 088 003 | 20 299 084 |
| R52 | Exterior - UE | | | | | | 0 | 0 |
| R53 | Outras | | | | | | 0 | 0 |
| R6 | Venda de bens e serviços | 69 247 992 | 0 | 0 | 0 | 0 | 69 247 992 | 62 705 203 |
| R7 | Outras receitas correntes | 6 666 489 | 0 | 0 | 0 | 0 | 6 666 489 | 2 803 179 |
| RECEITA DE CAPITAL | | 7 287 386 | 38 294 200 | 38 683 399 | 0 | 0 | 84 264 985 | 32 594 211 |
| R8 | Venda de bens de investimento | 1 444 226 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 444 226 | 485 327 |
| R9 | Tranferências de Capital | 0 | 38 294 200 | 0 | 0 | 0 | 38 294 200 | 31 474 692 |
| R91 | Administrações Públicas | 0 | 38 294 200 | 0 | 0 | 0 | 38 294 200 | 31 474 692 |
| R911 | Administração Central - Estado | 0 | 38 294 200 | 0 | 0 | 0 | 38 294 200 | 31 474 692 |
| R912 | Administração Central - Outras entidades | | 800 000 | | | | 800 000 | 3 146 042 |
| R913 | Segurança Social | | 37 494 200 | | | | 37 494 200 | 28 328 650 |
| R914 | Administração Regional | | | | | | 0 | |
| R92 | Exterior - UE | | | 38 683 399 | | | 38 683 399 | 0 |
| R93 | Outras | | | 38 683 399 | | | 38 683 399 | 0 |
| R11 | Reposição não abatidas aos pagamentos | 33 399 | 0 | 0 | 0 | 0 | 33 399 | 634 192 |
| | Receita efetiva [2] | 114 289 870 | 46 777 463 | 110 703 399 | 0 | 0 | 271 770 732 | 122 622 284 |
| | Receita efetiva [3] | 0 | 253 904 909 | 0 | 119 187 522 | 0 | 373 092 431 | 524 236 813 |
| R12 | Receita com ativos financeiros | | | | | | 0 | 0 |
| R13 | Receita com passivos financeiros | 0 | 253 904 909 | 0 | 119 187 522 | 0 | 373 092 431 | 524 236 813 |
| Receita total [4] = [1] + [2] + [3] | | 142 799 547 | 316 298 123 | 113 849 441 | 119 187 522 | 0 | 692 134 633 | 676 588 848 |
| Operações de tesouraria [B] | | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |

1 – Demonstração de desempenho orçamental – Despesa

| Rubricas | Pagamentos | FONTES DE FINANCIAMENTO – 2021 | | | | | TOTAL | 2020 |
|---------------------------|---|--------------------------------|--------------------|-------------------|--------------------|----------------|--------------------|--------------------|
| | | RP | RG | EU | EMPR | FUNDOS ALHEIOS | | |
| DESPESA CORRENTE | | 112 257 526 | 46 834 554 | 123 159 | 117 501 665 | 0 | 276 716 905 | 338 897 334 |
| D1 | Despesas com pessoal | 74 923 562 | 3 963 263 | 0 | 6 400 000 | 0 | 85 286 825 | 82 455 388 |
| D11 | Remunerações certas e permanentes | 44 322 710 | 3 963 263 | 0 | 6 400 000 | 0 | 54 685 973 | 52 519 087 |
| D12 | Abonos variáveis ou eventuais | 4 397 404 | 0 | 0 | 0 | 0 | 4 397 404 | 4 275 031 |
| D13 | Segurança social | 26 203 448 | 0 | 0 | 0 | 0 | 26 203 448 | 25 661 270 |
| D2 | Aquisição de bens e serviços | 34 803 237 | 68 837 | 115 673 | 11 931 823 | 0 | 46 919 570 | 47 940 571 |
| D3 | Juros e outros encargos | 0 | 42 802 453 | 0 | 99 169 842 | 0 | 141 972 296 | 206 705 313 |
| D4 | Transferências correntes | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| D41 | Administrações Públicas | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| D411 | Administração Central – Estado | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| D412 | Administração Central – Outras entidades | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| D413 | Segurança Social | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| D414 | Administração Regional | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| D415 | Administração Local | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| D42 | Instituições sem fins lucrativos | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| D43 | Famílias | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| D44 | Outras despesas correntes | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| D5 | Subsídios | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| D6 | Outras despesas correntes | 2 530 727 | 0 | 7 486 | 0 | 0 | 2 538 213 | 1 796 062 |
| DESPESA DE CAPITAL | | 20 397 406 | 92 090 239 | 38 266 267 | 0 | 0 | 150 753 912 | 73 905 446 |
| D7 | Investimento | 20 397 406 | 92 090 239 | 38 266 267 | 0 | 0 | 150 753 912 | 73 905 446 |
| D8 | Transferências de capital | | | | | | | |
| D81 | Administrações Públicas | | | | | | | |
| D811 | Administração Central – Estado | | | | | | | |
| D812 | Administração Central – Outras entidades | | | | | | | |
| D813 | Segurança Social | | | | | | | |
| D814 | Administração Regional | | | | | | | |
| D815 | Administração Local | | | | | | | |
| D82 | Instituições sem fins lucrativos | | | | | | | |
| D83 | Famílias | | | | | | | |
| D84 | Outras despesas correntes | | | | | | | |
| D9 | Outras despesas de capital | | | | | | | |
| | Despesa efetiva [5] | 132 654 933 | 138 924 793 | 38 389 426 | 117 501 665 | 0 | 427 470 817 | 412 802 780 |
| | Despesa não efetiva [6] | 0 | 139 863 958 | 0 | 0 | 0 | 139 863 958 | 216 514 597 |
| D10 | Despesa com ativos financeiros | | | | | | 0 | |
| D11 | Despesa com passivos financeiros | 0 | 139 863 958 | 0 | 0 | 0 | 139 863 958 | 216 514 597 |
| | Soma [7] = [5] + [6] | 132 654 933 | 278 788 751 | 38 389 426 | 117 501 665 | 0 | 567 334 775 | 629 317 377 |
| | Operações de tesouraria [C] | 0 | | | | | 0 | 172 143 |
| | Saldo para a gerência seguinte | | | | | | | |
| | Operações orçamentais [8] = [4] - [7] | 10 144 614 | 37 509 373 | 75 460 015 | 1 685 857 | 0 | 124 799 858 | 47 271 471 |
| | Operações de tesouraria [D] = [A] + [B] - [C] | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| | Saldo global [2] - [5] | -18 365 063 | -92 147 330 | 72 313 973 | -117 501 665 | 0 | -155 700 085 | -290 180 496 |
| | Despesa primária | 132 654 933 | 96 122 339 | 38 389 426 | 18 331 823 | 0 | 285 498 521 | 206 097 467 |
| | Saldo de capital | -13 110 020 | -53 796 039 | 417 132 | 0 | 0 | -66 488 927 | -41 311 235 |
| | Saldo primário | -18 365 063 | -49 344 876 | 72 313 973 | -18 331 823 | 0 | -13 727 789 | -83 475 183 |
| | Receita total [1] + [2] + [3] | 142 799 547 | 316 298 123 | 113 849 441 | 119 187 522 | 0 | 692 134 633 | 676 588 848 |
| | Despesa total [5] + [6] | 132 654 933 | 278 788 751 | 38 389 426 | 117 501 665 | 0 | 567 334 775 | 629 317 377 |

Demonstração de execução orçamental da receita

| Rubricas | Designação | Previsões corrigidas (1) | Receitas por cobrar de períodos anteriores (2) | Receitas líquidas (3) | Liquidações anuladas (4) | Receitas cobradas brutas (5) | Reembolsos e restituições | | Receitas cobradas líquidas | | | Receitas por cobrar no final do período (11) | Grau de execução orçamental | |
|---------------------------|--|-----------------------------|---|--------------------------|-----------------------------|---------------------------------|---------------------------|--------------|----------------------------|--------------------|---------------------------|---|---|--|
| | | | | | | | Emitidos (6) | Pagos (7) | 2020 (8) | 2021 (9) | Total (10) = (5) - (7) | | Períodos anteriores (12) = (8) / (2) x 100 | Período corrente (13) = (9) / (2) x 100 |
| RECEITA CORRENTE | | 149 752 553 | 0 | 187 505 747 | 0 | 187 505 747 | 0 | 0 | 0 | 187 505 747 | 187 505 747 | 0 | - | - |
| R1 | Receita fiscal | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | | |
| R11 | Impostos diretos | | | | | | | | 0 | | 0 | | | |
| R12 | Impostos indiretos | | | | | | | | 0 | | 0 | | | |
| R2 | Contrib. para sistemas de prot. social e subsist. de saúde | | | | | | | | 0 | | 0 | | | |
| R3 | Taxas, multas e outras penalidades | | | | | | | | 0 | | 0 | | | |
| R4 | Rendimentos da propriedade | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | - | - |
| R5 | Transferências correntes | 21 620 000 | 0 | 8 483 263 | 0 | 8 483 263 | 0 | 0 | 0 | 8 483 263 | 8 483 263 | 0 | - | - |
| R51 | Administrações públicas | 21 620 000 | 0 | 8 483 263 | 0 | 8 483 263 | 0 | 0 | 0 | 8 483 263 | 8 483 263 | 0 | - | - |
| R511 | Administração central - Estado | 17 100 000 | 0 | 3 963 263 | 0 | 3 963 263 | 0 | 0 | 0 | 3 963 263 | 3 963 263 | 0 | - | - |
| R512 | Administração central - Outras entidades | 4 520 000 | 0 | 4 520 000 | 0 | 4 520 000 | 0 | 0 | 0 | 4 520 000 | 4 520 000 | 0 | - | - |
| R513 | Segurança Social | | | | | | | | 0 | | 0 | | - | - |
| R514 | Administração Regional | | | | | | | | 0 | | 0 | | - | - |
| R515 | Administração Local | 31 088 008 | 0 | 31 088 003 | 0 | 31 088 003 | 0 | 0 | 0 | 31 088 003 | 31 088 003 | 0 | - | - |
| R52 | Exterior - UE | | | | | | | | | | 0 | | - | - |
| R53 | Outras | | | | | | | | | | 0 | | - | - |
| R6 | Venda de bens e serviços | 69 985 383 | 0 | 69 247 992 | 0 | 69 247 992 | 0 | 0 | 0 | 69 247 992 | 69 247 992 | 0 | - | - |
| R7 | Outras receitas correntes | 17 059 162 | 0 | 6 666 489 | 0 | 6 666 489 | 0 | 0 | 0 | 6 666 489 | 6 666 489 | 0 | - | - |
| RECEITA DE CAPITAL | | 469 571 976 | 0 | 457 357 416 | 0 | 457 357 416 | 0 | 0 | 0 | 457 357 416 | 457 357 416 | 0 | - | - |
| R8 | Venda de bens de investimento | 1 444 227 | 0 | 1 444 226 | 0 | 1 444 226 | 0 | 0 | 0 | 1 444 226 | 1 444 226 | 0 | - | - |
| R9 | Transferências de capital | 76 327 599 | 0 | 76 977 599 | 0 | 76 977 599 | 0 | 0 | 0 | 76 977 599 | 76 977 599 | 0 | - | - |
| R91 | Administrações públicas | 37 644 200 | 0 | 38 294 200 | 0 | 38 294 200 | 0 | 0 | 0 | 38 294 200 | 38 294 200 | 0 | - | - |
| R911 | Administração central - Estado | 37 644 200 | 0 | 38 294 200 | 0 | 38 294 200 | 0 | 0 | 0 | 38 294 200 | 38 294 200 | 0 | - | - |
| R912 | Administração Central - Outras entidades | | | | | | | | 0 | | 0 | 0 | - | - |
| R913 | Segurança Social | | | | | | | | 0 | | 0 | 0 | - | - |
| R914 | Administração Regional | | | | | | | | 0 | | 0 | 0 | - | - |
| R915 | Administração Local | | | | | | | | 0 | | 0 | 0 | - | - |
| R92 | Exterior - UE | 38 683 399 | 0 | 38 683 399 | 0 | 38 683 399 | 0 | 0 | 0 | 38 683 399 | 38 683 399 | 0 | - | - |
| R10 | Outras receitas de capital | | | | | | | | 0 | | 0 | 0 | - | - |
| R11 | Reposição não abatidas aos pagamentos | 33 399 | 0 | 33 399 | 0 | 33 399 | 0 | 0 | 0 | 33 399 | 33 399 | 0 | - | - |
| R12 | Ativos financeiros | 5 809 762 | | 5 809 761 | 0 | 5 809 761 | 0 | 0 | | 5 809 761 | 5 809 761 | 0 | | |
| R13 | Passivos financeiros | 385 956 989 | 0 | 373 092 431 | 0 | 373 092 431 | 0 | 0 | 0 | 373 092 431 | 373 092 431 | 0 | - | - |
| | Saldo da gerência anterior - operações orçamentais | 47 271 472 | | 47 271 470 | | 47 271 470 | | | | 47 271 470 | 47 271 470 | 0 | - | - |
| | | 666 596 001 | 0 | 692 134 633 | 0 | 692 134 633 | 0 | 0 | 0 | 692 134 633 | 692 134 633 | 0 | - | - |

Demonstração de execução orçamental da despesa

| Rubricas | Designação | Despesa por pagar de períodos anteriores | Dotações corrigidas | Cativos / descativos | Compromissos | Obrigações | Despesas pagas líquidas de reposições | | | Compromissos a transitar | Obrigações por pagar | Grau de execução orçamental | |
|---------------------------|--|--|---------------------|----------------------|--------------------|--------------------|---------------------------------------|--------------------|--------------------|--------------------------|----------------------|-----------------------------|------------------------|
| | | | | | | | Períodos anteriores | Período corrente | Total | | | Períodos anteriores | Período corrente |
| | | (1) | (2) | (3) | (4) | (5) | (6) | (7) | (8) = (6) + (7) | (9) = (4) - (5) | (10) = (5) - (8) | (11) = (6) / (2) x 100 | (12) = (7) / (2) x 100 |
| DESPESA CORRENTE | | 3 639 452 | 312 162 796 | 6 403 847 | 283 496 269 | 283 496 269 | 3 669 703 | 273 047 201 | 276 716 903 | 0 | 6 779 366 | 1,2 | 87,5 |
| D1 | Despesas com pessoal | 1 711 | 98 524 523 | 0 | 85 287 779 | 85 287 779 | 1 711 | 85 285 114 | 85 286 825 | 0 | 954 | 0,0 | 86,6 |
| D11 | Remunerações certas e permanentes | 0 | 65 248 439 | 0 | 54 685 974 | 54 685 974 | 0 | 54 685 973 | 54 685 973 | 0 | 1 | 0,0 | 83,8 |
| D12 | Abonos variáveis ou eventuais | 0 | 4 497 415 | 0 | 4 397 414 | 4 397 405 | 0 | 4 397 405 | 4 397 405 | 9 | 0 | 0,0 | 97,8 |
| D13 | Segurança social | 1 711 | 28 778 669 | 0 | 26 204 391 | 26 204 391 | 1 711 | 26 201 736 | 26 203 447 | 0 | 944 | 0,0 | 91,0 |
| D2 | Aquisição de bens e serviços | 3 629 088 | 61 749 647 | 6 403 847 | 53 223 182 | 53 223 182 | 3 629 088 | 43 290 482 | 46 919 570 | 0 | 6 303 612 | 5,9 | 70,1 |
| D3 | Juros e outros encargos | 8 653 | 147 291 972 | 0 | 141 972 295 | 141 972 295 | 8 653 | 141 963 643 | 141 972 295 | 0 | 0 | 0,0 | 96,4 |
| D4 | Transferências correntes | | | | | | | | | | 0 | | |
| D41 | Administrações Públicas | | | | | | | | | | 0 | | |
| D411 | Administração Central - Estado | | | | | | | | | | 0 | | |
| D412 | Administração Central - Outras entidades | | | | | | | | | | 0 | | |
| D413 | Segurança Social | | | | | | | | | | 0 | | |
| D414 | Administração Regional | | | | | | | | | | 0 | | |
| D415 | Administração Local | | | | | | | | | | 0 | | |
| D42 | Instituições sem fins lucrativos | | | | | | | | | | 0 | | |
| D43 | Famílias | | | | | | | | | | 0 | | |
| D44 | Outras despesas correntes | | | | | | | | | | 0 | | |
| D5 | Subsídios | | | | | | | | | | 0 | | |
| D6 | Outras despesas correntes | 0 | 4 596 654 | 0 | 3 013 013 | 3 013 013 | 30 251 | 2 507 962 | 2 538 213 | 0 | 474 800 | 0,7 | 54,6 |
| DESPESA DE CAPITAL | | 5 064 953 | 351 287 163 | 0 | 324 974 520 | 324 974 520 | 5 064 953 | 285 552 918 | 290 617 871 | 0 | 34 356 649 | 1,4 | 81,3 |
| D7 | Investimento | 5 064 953 | 211 423 204 | 0 | 185 110 561 | 185 110 561 | 5 064 953 | 145 688 960 | 150 753 913 | 0 | 34 356 648 | 2,4 | 68,9 |
| D8 | Transferências de capital | | | | | | | | | | 0 | - | - |
| D81 | Administrações Públicas | | | | | | | | | | 0 | - | - |
| D811 | Administração Central - Estado | | | | | | | | | | 0 | - | - |
| D812 | Administração Central - Outras entidades | | | | | | | | | | 0 | - | - |
| D813 | Segurança Social | | | | | | | | | | 0 | - | - |
| D814 | Administração Regional | | | | | | | | | | 0 | - | - |
| D815 | Administração Local | | | | | | | | | | 0 | - | - |
| D82 | Instituições sem fins lucrativos | | | | | | | | | | 0 | - | - |
| D83 | Famílias | | | | | | | | | | 0 | - | - |
| D84 | Outras despesas correntes | | | | | | | | | | 0 | - | - |
| D9 | Outras despesas de capital | | | | | | | | | | 0 | - | - |
| D10 | Ativos financeiros | | | | | | | | | | 0 | - | - |
| D11 | Passivos financeiros | 0 | 139 863 959 | 0 | 139 863 959 | 139 863 959 | 0 | 139 863 958 | 139 863 958 | 0 | 1 | 0,0 | 100,0 |
| | | 8 704 405 | 663 449 959 | 6 403 847 | 608 470 789 | 608 470 789 | 8 734 656 | 558 600 119 | 567 334 774 | 0 | 41 136 015 | 1,3 | 84,2 |

Demonstrações Orçamentais

Relatório Consolidado
2021

Execução plurianual de investimentos

| Objetivo | Número do projeto | Designação do projeto | Rubrica orçamental | Forma de realização | Fonte de Financiamento | | | | Datas | | Montante previsto | | Montante executado | | | Nível de execução financeira anual (%) | Nível de execução financeira global (%) | |
|----------|-------------------|---|--------------------|---------------------|------------------------|------------|------------|------|--------|------|-------------------|----------------|--------------------|----------------|-------------|--|---|-------|
| | | | | | RG | RP | UE | EMPR | Início | Fim | Ano t | Anos seguintes | Total | Anos seguintes | 2021 | | | Total |
| [1] | [2] | [3] | [4] | [5] | [6] | [7] | [8] | [9] | [10] | [11] | [12] | [13] | [14] = [12] + [13] | [15] | [16] | [17] = [15] + [16] | [17] | [18] |
| | 1 | Remodelação da Rede | D.7 | E | 8 970 251 | 1 150 450 | | | | | | | | | 10 120 701 | 10 120 701 | 45,86% | |
| | 2 | Expansão da Rede | D.2 | E | 48 565 | 62 506 | | | | | | | | | 111 071 | 111 071 | 0,33% | |
| | 2 | Expansão da Rede | D.7 | E | 297 569 | 2 478 142 | 38 266 267 | | | | | | | | 41 041 978 | 41 041 978 | 122,46% | |
| | 3 | Modernização e CBTC | D.2 | E/O | 20 272 | 15 939 | | | | | | | | | 36 211 | 36 211 | 0,10% | |
| | 3 | Modernização e CBTC | D.7 | E/O | 22 492 469 | 16 437 524 | | | | | | | | | 38 929 993 | 38 929 993 | 103,79% | |
| | 4 | Leasing TREM | D.7 | O | 52 777 778 | | | | | | | | | | 52 777 778 | 52 777 778 | 100,00% | |
| | 5 | Outros | D.7 | E | 7 552 171 | 331 291 | | | | | | | | | 7 883 462 | 7 883 462 | - | |
| | 6 | Expansão S. Sebastião/ Alcântara | D.2 | E | | | 68 509 | | | | | | | | 68 509 | 68 509 | 1,37% | |
| | 7 | Metro Ligeiro Superfície Odivelas/ Loures | D.2 | E | | | 54 650 | | | | | | | | 54 650 | 54 650 | - | |
| | | | | Total | 92 159 075 | 20 475 852 | 38 389 426 | 0 | Total | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 151 024 352 | 151 024 352 | 100,10% | |

Alterações orçamentais da receita

| Rubricas [1] | Designação [2] | Receita | | | | Previsões corrigidas [7]=[3]+[4]-[5]+[6] | Observações [8] |
|---------------------------|--|---------------------------|----------------------------|------------------------------|---------------------------|---|--------------------|
| | | Previsões iniciais [3] | Alterações orçamentais | | | | |
| | | | Inscrições/reforços [4] | Diminuições/anulações [5] | Créditos especiais [6] | | |
| RECEITA CORRENTE | | 151 969 941 | 31 100 293 | 37 837 683 | 4 520 000 | 149 752 551 | |
| R1 | Receita fiscal | | | | | | |
| R11 | Impostos diretos | | | | | | |
| R12 | Impostos indiretos | | | | | | |
| R2 | Contrib. para sistemas de prot. social e subsist. de saúde | | | | | | |
| R3 | Taxas, multas e outras penalidades | | | | | | |
| R4 | Rendimentos da propriedade | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | |
| R5 | Transferências correntes | 17 100 000 | 0 | 0 | 4 520 000 | 21 620 000 | |
| R51 | Administrações públicas | 17 100 000 | 0 | 0 | 4 520 000 | 21 620 000 | |
| R511 | Administração central - Estado | 17 100 000 | 0 | 0 | 0 | 17 100 000 | |
| R512 | Administração central - Outras entidades | 0 | 0 | 0 | 4 520 000 | 4 520 000 | |
| R515 | Administração Local | 0 | | 0 | 0 | 0 | |
| R6 | Venda de bens e serviços | 104 046 748 | 0 | 34 061 365 | 0 | 69 985 383 | |
| R7 | Outras receitas correntes | 20 823 193 | 0 | 3 776 319 | 0 | 17 046 874 | |
| RECEITA DE CAPITAL | | 60 947 536 | 894 227 | 0 | 15 930 063 | 77 771 827 | |
| R8 | Venda de bens de investimento | 550 000 | 894 227 | 0 | 0 | 1 444 227 | |
| R9 | Transferências de capital | 60 397 536 | 0 | 0 | | 60 397 536 | |
| R91 | Administrações públicas | 37 644 200 | 0 | 0 | 0 | 37 644 200 | |
| R911 | Administração central - Estado | 37 644 200 | 0 | 0 | 0 | 37 644 200 | |
| R912 | Administração Central - Outras entidades | | | | | 0 | |
| R913 | Segurança Social | | | | | 0 | |
| R914 | Administração Regional | | | | | 0 | |
| R915 | Administração Local | | | | | 0 | |
| R92 | Exterior - UE | 22 753 336 | 0 | 0 | 15 930 063 | 38 683 399 | |
| R93 | Outras | 0 | | | | 0 | |
| R10 | Outras receitas de capital | | | | | 0 | |
| | | | | | | 0 | |
| | Receita efetiva [1] | 212 917 477 | 31 994 520 | 37 837 683 | 20 450 063 | 227 524 378 | |
| | Receita não efetiva [2] | 367 625 166 | 153 970 332 | 100 855 699 | 18 331 823 | 433 261 861 | |
| R11 | Reposição não abatidas aos pagamentos | 0 | 33 399 | 0 | 0 | 33 399 | |
| R13 | Passivos financeiros | 367 625 166 | 100 855 699 | 100 855 699 | 18 331 823 | 385 956 990 | |
| | Saldo da gerência anterior - operações orçamentais | 0 | 47 271 472 | | | 47 271 472 | |
| | Receita total [3] = [1] + [2] | 580 542 643 | 185 964 853 | 138 693 382 | 38 781 886 | 666 596 001 | |



Demonstrações Orçamentais

Relatório Consolidado
2021

Alterações orçamentais da despesa

| Rubricas [1] | Designação [2] | Receita | | | | Previsões corrigidas [7]=[3]+[4]-[5]+[6] | Observações [8] |
|-----------------|-----------------------------------|---------------------------|----------------------------|------------------------------|---------------------------|---|--------------------|
| | | Previsões iniciais [3] | Alterações orçamentais | | | | |
| | | | Inscrições/reforços [4] | Diminuições/anulações [5] | Créditos especiais [6] | | |
| | | 289 811 913 | 51 966 145 | 47 947 085 | 18 331 823 | 312 162 796 | |
| D1 | Despesas com o pessoal | 84 002 460 | 9 483 186 | 1 361 123 | 6 400 000 | 98 524 523 | |
| D11 | Remunerações certas e permanentes | 54 275 298 | 5 888 110 | 1 314 969 | 6 400 000 | 65 248 439 | |
| D12 | Abonos variáveis ou eventuais | 4 437 456 | 59 959 | 0 | 0 | 4 497 415 | |
| D13 | Segurança social | 25 289 706 | 3 535 117 | 46 154 | 0 | 28 778 669 | |
| D2 | Aquisição de bens e serviços | 57 776 516 | 38 453 116 | 46 411 808 | 11 931 823 | 61 749 647 | |
| D3 | Juros e outros encargos | 147 291 972 | 174 154 | 174 154 | 0 | 147 291 972 | |
| D6 | Outras despesas correntes | 740 965 | 3 855 689 | 0 | 0 | 4 596 654 | |
| | | 150 866 772 | 40 106 369 | 0 | 20 450 063 | 211 423 204 | |
| D7 | Investimento | 150 866 772 | 40 106 369 | 0 | 20 450 063 | 211 423 204 | |
| | Despesa efetiva [4] | 440 678 685 | 92 072 514 | 47 947 085 | 38 781 887 | 523 586 001 | |
| | Despesa não efetiva [5] | 139 863 958 | 0 | 0 | 0 | 139 863 958 | |
| D11 | Despesa com passivos financeiros | 139 863 958 | 0 | 0 | 0 | 139 863 958 | |
| | Despesa total [6] = [4] + [5] | 580 542 643 | 92 072 514 | 47 947 085 | 38 781 887 | 663 449 959 | |
| | Saldo total [3] - [6] | 0 | 93 892 339 | 90 746 297 | 0 | 3 146 042 | |
| | Saldo global [1] - [4] | -227 761 208 | -60 077 994 | -10 109 402 | -18 331 823 | -296 061 623 | |
| | Despesa primária | 293 386 713 | 91 898 360 | 47 772 931 | 38 781 887 | 376 294 029 | |
| | Saldo corrente | -137 841 972 | -20 865 852 | -10 109 402 | -13 811 823 | -162 410 246 | |
| | Saldo de capital | -89 919 236 | -39 212 142 | 0 | -4 520 000 | -133 651 378 | |
| | Saldo primário | -80 469 236 | -59 903 840 | -9 935 248 | -18 331 823 | -148 769 651 | |



Demonstrações Orçamentais

Relatório Consolidado
2021

Alterações ao plano plurianual de investimentos

| Objetivo [1] | Número do projeto [2] | Designação do projeto [3] | Rubrica orçamental | Datas | | Pagamentos | | | | | Modificação (+/-) [13]=[7]-[6] | | | |
|-----------------|--------------------------|--|--------------------|---------------|------------|----------------------|--------------------------|--------------------|--------------------|--------------|-----------------------------------|--------------|----------------|-------------------|
| | | | | Início [4] | Fim [5] | 2021 | | Períodos seguintes | | | | | | |
| | | | | | | Dotação anual [6] | Dotação corrigida [7] | 2022 [8] | 2023 [9] | 2024 [10] | | 2025 [11] | Outros [12] | |
| | 1 | Remodelação da Rede | D.7 | | | 22 066 441 | 17 146 310 | 10 120 701 | | | | | | -4 920 131 |
| | 2 | Expansão da Rede | D.2 | 2020 | 2024 | | 137 209 | 111 071 | | | | | | 137 209 |
| | 2 | Expansão da Rede | D.7 | 2020 | 2024 | 33 515 186 | 73 688 493 | 41 041 978 | 0 | 0 | 0 | 0 | | 40 173 307 |
| | 3 | Modernização e CBTC | D.2 | 2020 | 2027 | | 53 965 | 36 211 | | | | | | 53 965 |
| | 3 | Modernização e CBTC | D.7 | 2020 | 2027 | 37 507 367 | 46 790 915 | 38 929 993 | 0 | 0 | 0 | 0 | | 9 283 548 |
| | 4 | Leasing TREM | D.7 | 2020 | 2022 | 52 777 778 | 52 777 778 | 52 777 778 | 0 | 0 | 0 | 0 | | 0 |
| | 5 | Outros | D.7 | | | 0 | 12 448 965 | 7 883 462 | | | | | | 12 448 965 |
| | 6 | Expansão S. Sebastião/Alcântara | D.2 | 2021 | 2026 | | 2 002 543 | 68 509 | | | | | | 2 002 543 |
| | 6 | Expansão S. Sebastião/Alcântara | D.7 | 2021 | 2026 | 5 000 000 | 2 997 457 | | | | | | | -2 002 543 |
| | 7 | Metro Ligeiro Superfície Odivelas/Loures | D.2 | 2021 | 2026 | | 666 680 | 54 650 | | | | | | 666 680 |
| | 7 | Metro Ligeiro Superfície Odivelas/Loures | D.7 | 2021 | 2026 | 0 | 4 333 320 | | | | | | | 4 333 320 |
| | | | | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | Total | 150 866 772 | 213 043 635 | 151 024 352 | 0 | 0 | 0 | 0 | 62 176 863 |



Demonstrações Orçamentais

Relatório
Consolidado
2021

Operações de tesouraria

| Código das contas | Designação | Saldo inicial | Recebimentos | Pagamentos | Saldo final |
|-------------------|--------------------------------|---------------|--------------|------------|-------------|
| RECEITA | | 0 | 71 896 841 | | 71 896 841 |
| R.17 | Operações Extraorçamentais | 0 | 71 896 841 | | 71 896 841 |
| R.17.02 | Outras operações de tesouraria | 0 | 71 896 841 | | 71 896 841 |
| R.17.02.00.00.00 | Ots operações de tesouraria | 0 | 71 896 841 | | 71 896 841 |
| DESPESA | | 0 | | 0 | 0 |
| D.12 | Operações Extraorçamentais | 0 | | 0 | 0 |
| D.12.02.00 | Outras operações de tesouraria | 0 | | 0 | 0 |
| D.12.02.00.00.00 | Ots operações de tesouraria | 0 | | 0 | 0 |
| | Total | 0 | 71 896 841 | 0 | 71 896 841 |



Parecer do Conselho Fiscal às Contas Individuais e Consolidadas

Metropolitano de Lisboa, E.P.E.

CONSELHO FISCAL

1 / 12

PARECER DO CONSELHO FISCAL

METROPOLITANO DE LISBOA, E.P.E.

RELATÓRIO CONSOLIDADO E CONTAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS 2021

1. ENQUADRAMENTO

Em cumprimento das disposições legais e estatutárias em vigor, em especial do Código das Sociedades Comerciais (CSC)¹ e dos Estatutos da Metropolitano de Lisboa, E.P.E. (ML)², cabe ao Conselho Fiscal (CF) exercer a sua ação fiscalizadora e emitir parecer sobre o Relatório Consolidado de Gestão³, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da ML e respetivas participadas (“Grupo ML”⁴) e a proposta de aplicação de resultados, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021⁵, atentas as respetivas Certificações Legais de Contas (CLC), emitidas pelo Revisor Oficial de Contas (ROC)⁶, os Relatórios de Auditoria do Auditor Externo⁷ e os correspondentes Relatórios Adicionais⁸.

O presente relatório e parecer têm em consideração o quadro normativo específico aplicável às empresas do Setor Empresarial do Estado (SEE), bem como as orientações transmitidas pelo Estado, enquanto detentor do capital estatutário, sobre o processo de prestação de contas referente a 2021, através do ofício circular da Direção-Geral do Tesouro e Finanças (DGTF) SAI_DGTF/2022/364, de 20 de janeiro, competindo, nessa medida, ao CF a verificação do cumprimento das orientações legais vigentes para o SEE, bem como da apresentação do Relatório Anual de Boas Práticas do Governo

¹ O n.º 2 do artigo 60.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, na sua atual redação, estabelece que os órgãos de fiscalização têm as competências genéricas previstas na lei comercial, sem prejuízo do disposto no citado Decreto-Lei.

² Aprovados através do Decreto-Lei n.º 148-A/2009, de 26 de junho.

³ Apresentado ao abrigo do n.º 6 do artigo 508.º-C do CSC.

⁴ As contas consolidadas incluem, através do método de consolidação integral, as empresas Metropolitano de Lisboa, E.P.E. (ML), Ferconsult – Consultoria, Estudos e Projetos de Engenharia de Transportes, S.A. (Ferconsult), Metrocom, S.A. - Exploração de Espaços Comerciais, S.A., TREM – Aluguer de Material Circulante, A.C.E. e TREM II – Aluguer de Material Circulante, A.C.E. As participações financeiras em empreendimentos conjuntos e em associadas (Ensitrans – Engenharia e Sistemas de Transporte, A.E.I.E., Publmetro – Publicidade em Meios de Transporte e Outros, S.A. e Otlis – Operadores de Transportes da Região de Lisboa, A.C.E., que, entretanto, foi extinta, tendo os seus serviços sido assumidos pela TML – Transportes Metropolitanos de Lisboa, E.M.T., S.A.) estão incluídos nas contas consolidadas através do método de equivalência patrimonial.

⁵ Documentos que foram remetidos, para esse efeito, a este órgão em 31 de maio de 2022, na sequência da respetiva aprovação, na mesma data, pelo Conselho de Administração.

⁶ Datadas de 31 de maio de 2022.

⁷ Emitidos ao abrigo e nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, e da alínea b) do n.º 1 do artigo 245.º do Código dos Valores Mobiliários.

⁸ Apresentados ao CF, pelo ROC e pelo Auditor Externo, nos termos previstos nos n.ºs 1 e 2 do artigo 24.º do Regime Jurídico de Supervisão e Auditoria, aprovado pela Lei n.º 148/2015, de 9 de setembro, na sua atual redação.



Metropolitano de Lisboa, E.P.E.

CONSELHO FISCAL

2 / 12

Societário, do qual deve constar a informação atual e completa sobre todas as matérias reguladas pelo capítulo II do mencionado diploma legal, conforme determina o n.º 1 do artigo 54.º do Regime Jurídico do Setor Público Empresarial (RJSPE)⁹.

Neste âmbito e para efeitos do presente documento, importa salientar o seguinte:

- a) A ML é uma entidade pública empresarial que se rege pelos respetivos Estatutos e pelo RJSPE;
- b) As Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas relativas a 2021, aprovadas pelo Conselho de Administração (CA), em 31 de maio de 2022, foram preparadas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC)¹⁰ e com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), respetivamente, e a informação não financeira foi elaborada de acordo com as diretrizes do *GRI Standards*;
- c) As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 não foram ainda objeto de aprovação formal pela Tutela, tendo o Conselho de Administração procedido ao registo contabilístico da aplicação dos resultados daqueles exercícios por considerar que as referidas demonstrações financeiras e as propostas de aplicação de resultados serão aprovadas sem alterações significativas;
- d) A ML é considerada, nos termos da Lei de Execução Orçamental, como entidade pública reclassificada, integrando, assim, o perímetro da consolidação da Administração Pública.

2. ATIVIDADE DESENVOLVIDA PELO CONSELHO FISCAL

O CF, nomeado em janeiro de 2017¹¹, acompanhou, no âmbito das suas competências, a atividade da ML ao longo de 2021, bem como os subsequentes procedimentos de encerramento e revisão das contas.

Em 2021, consideramos ser de destacar as seguintes atividades realizadas pelo CF:

- a) Análise da proposta de plano de atividades e orçamento para 2021 (“revisão Março/2021”), com a emissão do respetivo parecer;
- b) Análise da proposta de plano de atividades e orçamento para 2022 e emissão do respetivo parecer;

⁹ Aprovado através do já mencionado Decreto-Lei n.º 133/2013.

¹⁰ Aprovado através do Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho.

¹¹ O CF foi nomeado para o mandato 2017-2019, através de Despacho dos então Secretários de Estado do Tesouro e das Finanças e Adjunto e do Ambiente, de 25 de janeiro de 2017.



Metropolitano de Lisboa, E.P.E.

CONSELHO FISCAL

3 / 12

- c) Elaboração do relatório trimestral do CF de acompanhamento da execução referente ao 1.º trimestre de 2021;
- d) Consulta das atas das reuniões do CA;
- e) Realização de 21 reuniões do CF.

Já em 2022, e com especial enfoque nos procedimentos de encerramento e revisão das contas relativas ao exercício de 2021, são de realçar as seguintes atividades:

- a) Elaboração dos relatórios trimestrais do CF de acompanhamento da execução referentes aos 2.º e 3.º trimestre de 2021;
- b) Acompanhamento da revisão legal e da auditoria externa das contas anuais individuais e consolidadas, através da realização de diversos contactos e reuniões, no âmbito dos quais foram obtidos todos os esclarecimentos considerados necessários;
- c) Apreciação dos relatórios adicionais emitidos pelo ROC e pelos Auditores Externos, elaborados em cumprimento do Regime Jurídico da Supervisão de Auditoria, cujos conteúdos merecem a concordância deste órgão de fiscalização;
- d) Verificação da independência do ROC e do Auditor Externo;
- e) Consulta das atas das reuniões do CA;
- f) Análise do Relatório de gestão único apresentado em conformidade com o disposto no n.º 6 do artigo 508.º-C do CSC, das Demonstrações financeiras individuais e consolidadas de 2021 e respetivos anexos, do Relatório do governo societário e das Demonstrações não financeiras. Neste contexto, foram obtidos os esclarecimentos necessários às questões colocadas, junto da Direção Financeira, do ROC, dos Auditores Externos e do CA, relativamente a estes últimos em sede de reunião de aprovação dos documentos de prestação de contas, com a presença do ROC, dos Auditores Externos e de todos os membros do CF.

O CF contou com a total disponibilidade do CA, do ROC, dos Auditores Externos, da responsável pela Direção Financeira, bem como da generalidade dos colaboradores da ML que teve de contactar no âmbito do desempenho das suas competências, o que muito agradece.

3. APRECIÇÃO DO RELATÓRIO CONSOLIDADO E DA SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

3.1. O relatório consolidado apresentado pelo CA, em conformidade com o disposto no artigo 508.º-C do CSC, reflete adequadamente a atividade da ML e do Grupo ML durante o exercício de 2021,



Metropolitano de Lisboa, E.P.E.

CONSELHO FISCAL

4 / 12

encontrando-se as análises nele efetuadas coerentes com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas do referido exercício.

Dada a sua importância no desempenho global da ML e do Grupo ML, o CF realça, ainda que em síntese, os seguintes aspetos identificados naquele relatório:

- a) A pandemia COVID-19 teve impactes muito significativos na atividade da ML, nomeadamente pela forte redução da procura. Nesse contexto, a oferta foi sendo alvo de monitorização permanente a fim de se ajustar às necessidades que se iam verificando¹², tendo sido transportados apenas 81,3 M de passageiros (validações), o que corresponde a uma variação negativa de 53,2% (-92,4 M de passageiros) face a 2019 (pré-pandemia);
- b) Apesar das dificuldades decorrentes da situação de pandemia, a ML assegurou a continuidade dos vários trabalhos e projetos em curso, sendo de realçar: (i) expansão da rede – prolongamento das linhas amarela e verde; (ii) reabertura da estação de Arroios, após a conclusão das obras de remodelação e ampliação; (iii) instalação, renovação e revisão de vários sistemas fundamentais para o controlo e supervisão da rede; (iv) retoma do processo de aquisição do novo sistema de sinalização ferroviária e de 14 novas unidades triplas¹³; (v) futuras expansões da rede – prolongamento da linha vermelha e linha intermodal ocidental e oriental sustentável;
- c) A Ferconsult - Consultoria, Estudos e Projectos de Engenharia de Transportes, S.A. (Ferconsult, S.A.) em 2021, após concretizada no final de 2020 a integração dos seus trabalhadores na ML, não desenvolveu qualquer atividade de projetos e consultoria, tal como previsto no plano de reestruturação;
- d) Continuidade do processo iniciado em 2018 de recrutamento de novos colaboradores para as áreas comercial e de manutenção, bem como de técnicos superiores para outras áreas. Não obstante, em 2021, face a 2020, registou-se um aumento líquido de apenas três trabalhadores.

3.2. As demonstrações financeiras individuais, reportadas a 31 de dezembro de 2021, evidenciam uma melhoria da situação patrimonial da empresa face a 31 de dezembro de 2020, traduzida num

¹² Recorrendo à alteração do número de comboios em circulação nos diferentes períodos do dia e da semana, bem como alterando o número de carruagens por comboio em circulação, sem prejuízo do cumprimento do limite máximo legal de carga por comboio.

¹³ Na sequência da obtenção do visto do Tribunal de Contas, em maio de 2021, após um período de suspensão dos efeitos do contrato de adjudicação imposto pelo processo judicial entretanto extinto.



Metropolitano de Lisboa, E.P.E.

CONSELHO FISCAL

5 / 12

capital próprio de 1.761.058.651 € (+256.289.768 €), ascendendo o ativo total a 5.820.484.379 € (+124.024.732 €) e o passivo total a 4.059.425.728 € (-132.265.036 €).

Porém, tal evolução resulta essencialmente do aumento do capital social, 253,9 milhões de euros (M€) totalmente subscritos e realizados, dado que a empresa continua a gerar prejuízos, que em 2021 ascenderam a 22,9 M€, ainda que se registre uma melhoria face a 2020 (prejuízo de 57,1 M€).

O resultado operacional situou-se em 2,3 M€, registando-se uma evolução favorável de 35,1 M€ face a 2020 (-32,7 M€) pela conjugação do aumento dos rendimentos (+30,3 M€) e da redução dos gastos (-4,8 M€).

A variação dos rendimentos traduz os efeitos da situação de pandemia COVID-19 que afetou todo o ano de 2021, com decréscimos, face a 2019 (pré-pandemia), da procura em 54,2% (passageiros x km transportados) e, conseqüentemente, da receita de serviço público¹⁴ (-47,6 M€). Neste contexto, foi atribuída à ML uma compensação de 36,7 M€ (PART variável), valor inferior à quebra da receita de serviço público, verificando-se assim, em termos globais, -10,9 M€, face a 2019, nestas componentes dos rendimentos.

Os encargos financeiros continuam a ser muito elevados (25,2 M€), aumentando 0,9 M€ face a 2020, sendo que cerca de 94% destes encargos (23,8 M€) referem-se aos juros decorrentes de contratos *swaps*.

Em 31 de dezembro de 2021, o passivo remunerado da ML situou-se em 3.339,0 M€, representando uma redução de 1,2% (-39,0 M€ face a 31 de dezembro de 2020), sendo de realçar que os empréstimos do Tesouro ascendem já a 61,3% do total (57,6% em 31 de dezembro de 2020)¹⁵.

O investimento capitalizado em 2021 no ativo fixo da ML¹⁶ ascendeu a 87,4 M€ (aumento de 74,9%, +65,5 M€, face a 2020), sendo de destacar:

- Prolongamento Rato/Cais do Sodré (41,0 M€);
- Modernização das linhas azul, amarela e verde – Material circulante e Sinalização (31,4 M€);
- Remodelação e ampliação das estações Areeiro e Arroios (4,7 M€).

¹⁴ Considerando as receitas de títulos de transporte (passes e títulos ocasionais/bilhetes), as compensações financeiras relacionadas com os passes sociais 4-18/Sub23/social+ e a isenção de pagamento atribuída aos antigos combatentes, bem como os valores recebidos no âmbito do PART (AML).

¹⁵ Registando-se uma redução significativa do peso da dívida ao BEI (de 6,5% para 2,4%) e pequenas variações do peso dos empréstimos obrigacionistas (de 26,9% para 27,3%) e do financiamento *Schuldschein* (de 8,9% para 9,0%).

¹⁶ Formação Bruta de Capital Fixo.



Metropolitano de Lisboa, E.P.E.

CONSELHO FISCAL

6 / 12

Numa ótica de fluxos financeiros, em 2021, regista-se o aumento do saldo de caixa em 77,5 M€, o que foi possível através da obtenção de saldos positivos das atividades de financiamento (91,3 M€, com o valor dos aumentos de capital e dos financiamentos obtidos, embora globalmente inferior ao de 2020, a exceder o valor das amortizações da dívida e dos juros e gastos similares) e de investimento (3,6 M€, com os recebimentos de subsídios ao investimento a exceder os pagamentos totais em investimentos). A atividade operacional gerou um cash-flow negativo em 17,3 M€, sendo de realçar, porém, a evolução favorável face a 2020, em que o saldo foi de -41,3 M€.

3.3. As demonstrações financeiras consolidadas, reportadas a 31 de dezembro de 2021, refletem a posição financeira do conjunto de empresas incluídas na consolidação (Grupo ML), o resultado e o rendimento integral consolidado das suas operações, as alterações no capital próprio consolidado e os fluxos de caixa consolidados.

De realçar o peso muito significativo da ML no conjunto do Grupo ML, pelo que não se registam diferenças relevantes entre as contas individuais e consolidadas, evidenciando estas um ativo total de 5.877.131.602 €, um passivo total de 4.146.711.460 € e um capital próprio de 1.730.420.142 €. A diferença mais relevante decorre dos financiamentos à TREM II que no final de 2021 ascendiam a 56,1 M€.

O resultado líquido consolidado em 2021 ascendeu a 22,9 M€, demonstrando a insuficiência dos resultados operacionais (2,4 M€) para fazer face aos resultados financeiros (-25,3 M€).

3.4. Face ao exposto, no nosso entendimento, para a sustentabilidade económico-financeira da ML e do Grupo ML, é desejável o seguinte:

- a) Definir os termos e as condições que regulem o relacionamento entre o Estado Português e a ML no que respeita à posse e utilização das infraestruturas de longa duração (ILD);
- b) Manter o modelo de financiamento através do detentor do capital estatutário, tendo como principais objetivos a regularização da atual situação de insuficiência dos capitais próprios e a redução do passivo remunerado;
- c) Apesar das dificuldades decorrentes da situação de pandemia provocada pela COVID-19, a qual tem causado um forte impacto negativo sobre a economia mundial e nacional, continuar a desenvolver esforços no sentido da melhoria das condições de operacionalidade e da qualidade do serviço prestado, fatores determinantes para o crescimento da procura e, consequentemente, da receita tarifária.



Metropolitano de Lisboa, E.P.E.

CONSELHO FISCAL

7 / 12

4. CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E PARECER DOS AUDITORES EXTERNOS

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício de 2021 foram objeto da revisão do ROC, o qual, de acordo com as normas legais, emitiu as competentes CLC, bem como de auditoria externa. Nos documentos emitidos pelo ROC e pelos auditores externos foram expressas as reservas e ênfases julgadas adequadas, documentos que merecem, na sua generalidade, a concordância do CF e se consideram aqui como reproduzidos.

Ambas as CLC, relativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, datadas de 31 de maio de 2022, expressam uma opinião com reservas (três reservas por limitação do âmbito e duas ênfases).

As reservas são recorrentes, estando relacionadas com situações cuja resolução não depende exclusivamente da ML, designadamente:

- a) As demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 continuam a não apresentar alterações de classificação, reconhecimento e mensuração dos ativos concessionados, bem como outros efeitos decorrentes do contrato de concessão celebrado com o Estado Português, em 23 de março de 2015. Acresce que, por falta de informação suficiente, não é possível concluir sobre eventuais responsabilidades não registadas relativas à anulação administrativa do ato de adjudicação do concurso relativo à subconcessão da exploração do sistema de transporte do metropolitano de Lisboa e à anulação do correspondente contrato de subconcessão;
- b) Permanecem omissos os termos e condições que regem o relacionamento entre o Estado Português e a ML no que respeita à posse e utilização das ILD, não sendo possível concluir quanto à adequação da política contabilística adotada relativa à administração das atividades de investimento de ILD, bem como quanto aos seus efeitos sobre as demonstrações financeiras de 2021;
- c) O balanço inclui no ativo corrente, em 31 de dezembro de 2021, o montante de 29,7 M€ relativo a obras efetuadas pela ML por conta de entidades do sector empresarial do Estado, relativamente às quais, até à presente data, as quantias a faturar e as respetivas condições de pagamento, ou não foram formalizadas, ou foram-no de forma insuficientemente vinculadora.

Os Relatórios de Auditoria, relativo às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, emitidos nos termos requeridos pelo art.º 245º, n.º 1, alínea b) do Código dos Valores Mobiliários, datados de 31 de maio de 2022, expressam uma opinião com reservas (quatro reservas e três ênfases).



Metropolitano de Lisboa, E.P.E.

CONSELHO FISCAL

8 / 12

As CLC e os Relatórios de Auditoria são coincidentes quanto às matérias objeto de reserva, verificando-se apenas uma diferença quanto à respetiva forma de apresentação, já que à reserva da CLC identificada na alínea a) supra correspondem duas reservas do Relatório de Auditoria.

Neste contexto, urge a adoção de medidas que permitam a mitigação das insuficiências antes relatadas, com especial relevância para a definição dos termos e das condições que regulem o relacionamento entre o Estado Português e a ML.

5. AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS DISPOSIÇÕES LEGAIS E DAS ORIENTAÇÕES DO “ACIONISTA”

Com relevância para o presente ponto, destaca-se que, através do Despacho Conjunto das Finanças e Ambiente e Ação Climática, de 2 de julho de 2021, assinado por Suas Exa. os Secretários de Estado do Tesouro e da Mobilidade, foi aprovada a proposta de PAO da ML para 2021 e foi concedida autorização para: (i) a contratação de dez trabalhadores, devendo a empresa assegurar que o número de trabalhadores do final de 2021 não excede em mais de dez o verificado no final de 2020; (ii) o aumento dos gastos com pessoal até ao máximo de 4,3 M€¹⁷, justificado pela integração dos trabalhadores da Ferconsult, S.A., pelo efeito das contratações autorizadas em 2020 e 2021, e o efeito das reclassificações de categorias e valorizações remuneratórias decorrentes da aplicação dos instrumentos de regulação coletiva de trabalho em vigor e da atualização do Plano de Pensões; (iii) o aumento em 75 mil € (m€) dos encargos com deslocações, ajudas de custo e alojamento e os associados à frota automóvel (limitando estes gastos a 414,3 m€, em 2021); e (iv) o aumento do conjunto dos encargos com a contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria em 435 m€ (limitando estes gastos a 2,7 M€, em 2021).

Neste contexto, e atenta a informação constante no ponto VII do relatório de gestão, destaca-se:

a) Objetivos de Gestão e Orçamento para 2021

Não foram fixados objetivos de gestão para 2021, pelo que o relatório de gestão evidencia o grau de execução de indicadores de eficiência, investimento e endividamento projetados no PAO 2021, bem como o grau de execução do orçamento carregado no Sistema de Orçamento do Estado, justificando os principais desvios.

¹⁷ Limitando os gastos com pessoal a 85,8 M€, em 2021.



Metropolitano de Lisboa, E.P.E.

CONSELHO FISCAL

9 / 12

b) Eficiência Operacional

O peso dos gastos operacionais sobre o volume de negócios¹⁸ (95,2%) registou um desvio favorável em 5,9 p.p. face ao orçamentado e aprovado para 2021 (101,1%), relevando que, para o cálculo do referido rácio, foram subtraídos gastos (1,0 M€) e foram somadas perdas de receita (54,1 M€)¹⁹ justificadamente relacionados com a pandemia por COVID-19, bem como foram subtraídos os gastos decorrentes da integração dos trabalhadores da Ferconsult, S.A.²⁰ (1,8 M€).

Tendo em consideração os termos do Despacho de aprovação do PAO 2021, bem como as orientações emitidas sobre a matéria²¹, salienta-se que os gastos com pessoal registados em 2021 (82,8 M€) representam um desvio favorável de 3,0 M€ face ao orçamentado e aprovado para o período (85,8 M€) e representam um aumento de 2,5 M€ face ao período homólogo do ano anterior, decorrendo este último da integração dos trabalhadores da Ferconsult, S.A. (1,8 M€) e das progressões (1,1 M€).

Em 2021, o total dos gastos com deslocações, ajudas de custo, alojamento e com a frota automóvel (309,0 m€) e o total dos gastos com a contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria (1,4 M€), apresentaram execuções dentro dos limites orçamentados e aprovados para o período (375,6 m€ e 2,7 M€, respetivamente).

c) Evolução dos recursos humanos

A 31 de dezembro de 2021, a ML contabilizava um total de 1.516²² trabalhadores (1.513²³ trabalhadores, em 31 de dezembro de 2020) que corresponde a um aumento líquido de 3 trabalhadores face a 2020.

d) Estatuto do Gestor Público (EGP)²⁴

Tanto quanto é do conhecimento do CF, a ML deu cumprimento ao disposto no EGP no que respeita à não permissão de reembolso de despesas de representação pessoal, à não permissão de utilização de meios de pagamento para a realização de despesas ao serviço da empresa, ao

¹⁸ Os gastos operacionais (GO), para efeitos de aferição da eficiência operacional, correspondem aos custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas, aos gastos com fornecimentos e serviços externos e aos gastos com pessoal.

No cálculo do rácio GO/ Volume de negócios, poderão ser excluídas as receitas e as despesas justificadamente relacionadas com a pandemia por COVID-19.

¹⁹ Perdas de receita tarifária (bilhetes e passes) e não tarifária (venda e personalização de cartões, espaços comerciais e publicidade).

²⁰ A integração, com efeitos a dezembro de 2020, foi autorizada pelo Despacho n.º 602/2020-SET, de 8 de outubro.

²¹ Foram estabelecidas metas de manutenção/redução, face ao valor mais alto entre os montantes estimados para 2020 e os executados em 2019, dos seguintes gastos: i) com pessoal; ii) com deslocações, ajudas de custo, alojamento e associados à frota automóvel; e iii) com a contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria.

²² Não considerando os órgãos sociais.

²³ Não considerando os órgãos sociais.

²⁴ Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, na sua atual redação.



Metropolitano de Lisboa, E.P.E.

CONSELHO FISCAL

10 / 12

limite dos gastos com comunicações e ao limite estabelecido para combustível e portagens (fixado em ¼ do valor das despesas de representação).

No que respeita à reposição, por parte dos Administradores designados para o mandato 2017-2019, da diferença entre a remuneração auferida tendo por referência a classificação A e a classificação B atribuída à empresa, este órgão releva que o Administrador, à data, com os pelouros jurídico e capital humano não deu cumprimento integral ao determinado no Despacho do Senhor Ministro do Ambiente e da Transição Energética, de 18 de abril de 2019.

e) Limites ao crescimento do endividamento

O endividamento cresceu 3,37% face a 31 de dezembro de 2020, por aplicação da fórmula de cálculo constante nas orientações transmitidas pela DGTF, o que constitui uma ultrapassagem do limite de 2,07% aprovado no âmbito do PAO 2021. Importa realçar que o PAO 2021 (aprovado) teve como pressupostos (entre outros) a conversão da dívida respeitante a ILD (empréstimos DGTF) por incorporação em ativo do Estado (64,6 M€) e a conversão de passivo corrente em capital (33,2 M€) no valor global de 97,8 M€ que não se concretizaram.

f) Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado (UTE)

Através de Despacho²⁵ da Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública – IGCP, E.P.E., a ML foi dispensada do cumprimento do princípio da UTE nos anos de 2020 e de 2021, exclusivamente para os valores referentes às garantias bancárias que não possam ser substituídas por depósitos caucionados em contas na tesouraria do Estado. No final do período, a ML registava uma taxa de 71,7% de centralização dos saldos junto do IGCP.

g) Contratação Pública

No relatório de gestão, a ML, enquanto entidade adjudicante, explicita que aplicou o Código dos Contratos Públicos²⁶ que deu cumprimento a todos os normativos e regulamentos em matéria de contratação pública. Neste âmbito, o CF destaca que a ML celebrou um contrato de valor superior a 5 M€.

h) Prazo Médio de Pagamento e Pagamentos em Atraso

De acordo com os dados divulgados pela empresa, reportados a 31 de dezembro de 2021, o prazo médio de pagamentos era de 36 dias e os pagamentos em atraso de 114,6 m€.

²⁵ De 12 de novembro de 2020.

²⁶ Aprovado através do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação.



Metropolitano de Lisboa, E.P.E.

CONSELHO FISCAL

11 / 12

Embora não tenham sido celebrados contratos de gestão, este órgão releva que, em cumprimento do previsto no n.º 4 n.º artigo 67.º da LOE 2021, se verificou um agravamento dos pagamentos em atraso face a 31 de dezembro de 2020²⁷.

i) Divulgação de informação

Tanto quanto é do conhecimento do CF, a ML deu cumprimento às obrigações de divulgação de informação no respetivo sítio da internet e no sítio do SEE.

j) Contabilidade Orçamental

O SNC-AP é apenas aplicável à ML quanto ao cumprimento dos requisitos legais relativos à contabilidade orçamental e à utilização do plano de contas multidimensional, para efeitos de integração da informação no Sistema Central de Contabilidade e Contas Públicas. Neste enquadramento, a ML apresentou as demonstrações orçamentais referentes ao exercício de 2021, em anexo ao relatório de gestão, cujo processo ainda carece de alguma melhoria.

6. RELATÓRIO DE GOVERNO SOCIETÁRIO

Em cumprimento do previsto no artigo 54.º do RJSPE, a ML apresentou o RGS 2021, o qual obedece, na generalidade, à estrutura previamente definida pela Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Sector Público Empresarial (UTAM). Em anexo ao RGS 2021, a ML apresentou o relatório que inclui a informação exigida para as demonstrações não financeiras, prevista no n.º 2 do artigo 66.º-B do CSC.

Tendo em conta a análise que o CF fez ao conteúdo do RGS 2021, incluindo os respetivos anexos e o parecer expresso pelo ROC nas CLC neste domínio, o CF é de parecer que o RGS 2021 da ML, aprovado em reunião do Conselho de Administração de 31 de maio de 2022, inclui informação sobre as matérias reguladas no Capítulo II do RJSPE e traduz, na generalidade, a observância das disposições legais aplicáveis e o cumprimento das orientações em vigor.

Nestes termos, e em cumprimento do n.º 5 do artigo 420.º do CSC, somos de parecer que o RGS 2021 inclui os elementos que são exigíveis à ML nos termos previstos no artigo 29.º-H do Código dos Valores Mobiliários e das demais disposições legais que lhe são aplicáveis.

²⁷ Em 31 de dezembro de 2020, os pagamentos em atraso eram de 91,8 m€.



Metropolitano de Lisboa, E.P.E.

CONSELHO FISCAL

12 / 12

7. PARECER

Atento o acima exposto e tendo em consideração as Certificações Legais das Contas e os Relatórios do Auditor Externo, o Conselho Fiscal considera que o Relatório Consolidado e as Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas da ML evidenciam com clareza e rigor a evolução da atividade da empresa durante o exercício e refletem de forma verdadeira e apropriada a sua situação económica e financeira à data de 31 de dezembro de 2021.

Face ao exposto, e em cumprimento do disposto no n.º 6 do artigo 420.º do CSC, o Conselho Fiscal é de parecer que:

- a) Sejam aprovados o Relatório Consolidado e as Demonstrações Financeiras Individuais e consolidadas da ML, e respetivos anexos, respeitantes ao exercício de 2021, atentas as reservas e ênfases expressas nas correspondentes Certificações Legais das Contas;
- b) Seja aprovada a proposta de aplicação dos resultados apresentada pelo Conselho de Administração, no sentido de o prejuízo apurado pela ML no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, no valor de 22.900.570 €, ser integralmente transferido para a conta de resultados transitados.

Lisboa, 31 de maio de 2022.

O Conselho Fiscal

Presidente

Vogal efetiva

Vogal efetiva

(José Carlos Pereira
Nunes)

(Cristina Maria Pereira
Freire)

(Margarida Carla Campos
Freitas Taborda)





ALVES DA CUNHA, A. DIAS & ASSOCIADOS
SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, Lda.

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião com reservas

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do *ML – Metropolitano de Lisboa, E.P.E.* (a Entidade ou ML), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2021 (que evidencia um total de 5.820.484.379 euros e um total de capital próprio de 1.761.058.651 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 22.900.570 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos das matérias referidas na secção “Bases para a opinião com reservas”, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do *ML – Metropolitano de Lisboa, E.P.E.* em 31 de dezembro de 2021 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião com reservas

1. Na sequência da “atualização e unificação do quadro jurídico geral da concessão de serviço público atribuída ao ML”, através do Decreto-Lei n.º 175/2014, de 5 de dezembro, o Estado Português celebrou com o ML, em 23 de março de 2015, um contrato de concessão de serviço público de transporte por metropolitano de passageiros na Grande Lisboa. Este contrato compreende os direitos e obrigações destinados à realização do interesse público, bem como a universalidade dos bens afetos à concessão, particularmente os constantes no ativo da Entidade em 31 de dezembro de 2014, caracterizados como ativos concessionados. No entanto, as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 continuam a não apresentar alterações de classificação, reconhecimento e mensuração dos referidos ativos, bem como outros eventuais efeitos decorrentes da celebração do contrato de concessão. Saliente-se ainda que, em 28 de março de 2016, o ML procedeu, em simultâneo, à anulação administrativa do ato de adjudicação do concurso relativo à subconcessão da exploração do sistema de transportes do ML e à anulação do correspondente contrato de subconcessão, atos esses que estão a ser contestados judicialmente. Não obtivemos informações suficientes que nos permitissem concluir sobre os ajustamentos e eventuais responsabilidades não registadas pelo ML decorrentes dos factos mencionados e, consequentemente, sobre os efeitos destas matérias nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021.

2. Conforme divulgado nas notas 4.2 e 5 do anexo, o Governo assumiu, nos termos do Decreto-Lei n.º 196/80, de 20 de junho, o princípio de que competia ao Estado Português financiar as infraestruturas de longa duração (“ILD”) do ML, o qual, de acordo com os seus estatutos, é responsável pela administração dos bens do domínio público afetos às suas atividades. Não obstante a celebração, em 23 de março de 2015, entre o Estado Português e o ML, de um contrato de concessão de serviço público de transporte por metropolitano de passageiros na Grande Lisboa, permanecem omissos os termos e condições que regem o relacionamento entre as partes no que respeita à posse e utilização das ILD. Deste modo, o ML continua a registar todos os fluxos relacionados com as ILD em rubricas de balanço denominadas “Investimentos de infraestruturas de longa duração”, apresentadas no ativo e no passivo. Assim, em 31 de dezembro de 2021, o ativo não corrente compreende o montante de 5.400.543.332 euros referente a (i) créditos a receber do Estado (3.212.263.064 euros), (ii) a derivados mensurados ao justo valor (14.556.063 euros) e a (iii) ativos fixos tangíveis, intangíveis ou propriedades de investimento, os quais totalizam 2.173.724.204 euros e correspondem a custos suportados com a construção, administração e financiamento das ILD (líquidos de subsídios recebidos); o passivo engloba financiamentos, provisões e outras contas a pagar relacionados com os ILD, num total de 2.899.453.031 euros, do qual 1.730.374.092 euros está considerado como não corrente. De salientar ainda que, em consequência da referida omissão contratual, os ativos fixos tangíveis e intangíveis



classificados como ILD não se encontram a ser depreciados e amortizados, respetivamente. Desta forma, face à indefinição contratual que persiste nesta matéria, não nos é possível concluir quanto à adequação da política contabilística adotada pelo ML relativa à administração das atividades de investimento de infraestruturas de longa duração, bem como quanto aos seus efeitos sobre as demonstrações financeiras em apreço.

3. Conforme divulgado na nota 15 do anexo, o balanço inclui em 31 de dezembro de 2021, na rubrica “Diferimentos ativos – trabalhos por conta de terceiros”, o montante de 29.738.382 euros, líquido de perdas por imparidade, relativo a obras efetuadas no passado pelo ML por conta de entidades do setor empresarial do Estado, relativamente às quais as quantias a faturar e as respetivas condições de pagamento, até à presente data, ou não foram formalizadas, ou foram-no de forma insuficientemente vinculadora. Consequentemente, não nos é possível concluir quanto ao momento de realização e à adequada mensuração daqueles ativos.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

Ênfases

1. As operações do ML têm vindo a gerar prejuízos anuais consecutivos, sendo o financiamento indispensável à prossecução da sua atividade assegurado pelo Estado Português através de dotações de capital, atribuição de subsídios e concessão de empréstimos, estes últimos, desde 30 de novembro de 2014, objeto de sucessivas moratórias de capital e juros, o que contribuiu para que o passivo corrente seja substancialmente superior ao ativo corrente. Dado estarmos perante uma Entidade Pública Empresarial (EPE), com obrigações de serviço público decorrentes da atividade de transporte por metropolitano de passageiros, entendemos que não está colocada em causa a continuidade das operações da Entidade, embora esta se mantenha dependente do apoio financeiro do Estado Português, da estratégia nacional para o setor dos transportes e do êxito a obter nas operações a realizar no futuro, as quais, nesta data, também se encontram expostas às incertezas resultantes da evolução da pandemia Covid-19, bem como das consequências do conflito armado eclodido em fevereiro de 2022 entre a Rússia e Ucrânia.

2. Conforme divulgado na nota 1 do anexo, as demonstrações financeiras do ML relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, não foram ainda objeto da competente aprovação formal pelas tutelas financeira e setorial. O Conselho de Administração procedeu ao registo contabilístico da aplicação dos resultados daquele exercício, conforme a proposta incluída no respetivo Relatório de Gestão, por considerar que as referidas demonstrações financeiras e aquela proposta de aplicação de resultados serão aprovadas sem alterações significativas.

A nossa opinião não é modificada em relação a estas matérias.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias. Para além das matérias incluídas na secção “Bases para a opinião com reservas”, definimos as seguintes matérias relevantes de auditoria:

1. Mensuração de instrumentos financeiros derivados

O ML contratou instrumentos financeiros derivados para cobrir o risco de alterações na taxa de juro dos financiamentos obtidos para financiar a atividade das ILD. A mensuração destes instrumentos financeiros derivados



é, no final de cada exercício, efetuada de acordo com a valorização determinada pelas instituições financeiras com as quais foram contratados.

Em 31 de dezembro de 2021, o montante total dos instrumentos financeiros derivados refletidos no ativo ascende a 14.556.063 euros (incluídos na rubrica de Investimentos de infraestruturas de longa duração) e no passivo ascende a 136.224.411 euros (dos quais 116.960.782 euros, incluídos na rubrica de Investimentos de infraestruturas de longa duração). As notas 4.11, 5.4, e 21 do Anexo apresentam as divulgações relacionadas com esta matéria.

| Riscos de distorção material mais significativos | Síntese da resposta dada aos riscos de distorção material mais significativos |
|---|--|
| <p>Os instrumentos financeiros derivados são mensurados pelo justo valor, o qual é determinado com base em técnicas de valorização que envolvem a utilização de estimativas, julgamentos e pressupostos.</p> <p>Dada a incerteza associada às estimativas utilizadas e a complexidade envolvida na respetiva valorização, é nosso entendimento que o risco associado à mensuração dos instrumentos financeiros derivados é significativo.</p> | <p>Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Avaliação das metodologias e pressupostos considerados na determinação do justo valor; • Obtenção e análise das avaliações realizadas, designadamente pelo IGCP; e • Avaliação sobre se as correspondentes divulgações são adequadas. |

2. Mensuração de responsabilidades com benefícios pós-emprego

A Entidade tem um plano de benefício definido para complemento de reforma (velhice, invalidez e sobrevivência) adicional ao pago pela Segurança Social. As responsabilidades do ML relacionadas com este plano são determinadas através do método da unidade de crédito projetada, sendo as respetivas avaliações atuariais efetuadas em cada data de relato, de acordo com métodos e pressupostos atuariais internacionalmente aceites, de modo a conhecer o valor das responsabilidades na data do balanço e o gasto com pensões a registar no período.

O ML apresenta, em 31 de dezembro de 2021, responsabilidades por benefícios pós-emprego no montante de 270.784.682 euros. As notas 4.15 e 20 do Anexo apresentam as divulgações relacionadas com esta matéria.

| Riscos de distorção material mais significativos | Síntese da resposta dada aos riscos de distorção material mais significativos |
|--|---|
| <p>As responsabilidades com benefícios pós-emprego são mensuradas pelo justo valor, o qual é determinado através de julgamentos e estimativas relativamente a diversos pressupostos, nomeadamente taxa de desconto, taxa de inflação, taxa de crescimento dos salários e pensões e tábuas de mortalidade.</p> <p>Dada a incerteza associada às estimativas utilizadas e a complexidade envolvida na respetiva valorização, é nosso entendimento que o risco associado à mensuração das responsabilidades com benefícios pós-emprego é significativo.</p> | <p>Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Avaliação da razoabilidade dos pressupostos e estimativas utilizados no estudo atuarial efetuado por perito externo; • validação dos registos contabilísticos efetuados, tomando por base os valores indicados no relatório atuarial; • Avaliação da competência, independência e integridade do atuário contratado; e • Avaliação sobre se as correspondentes divulgações são adequadas. |

3. Reconhecimento do rédito e dos subsídios à exploração relacionados com as compensações tarifárias

O rédito da Entidade resulta fundamentalmente da venda de títulos de transporte metropolitano de passageiros e das compensações tarifárias atribuídas pelo Estado, pelo cumprimento de determinadas obrigações de serviço público.



A legislação que regula o financiamento do Programa de Apoio à Redução Tarifária (PART) foi alterada em 2020 por forma a reforçar financeiramente este mecanismo de compensação, designadamente, com a criação do PART "Variável" que visa compensar os operadores de transportes de passageiros da perda de receita derivada da quebra da procura, mantendo-se o cumprimento de determinados níveis de serviço. Por determinação da Área Metropolitana de Lisboa (AML)/ Transportes Metropolitanos de Lisboa (TML), e de acordo com a legislação em vigor, convencionou-se que a receita a garantir ao ML corresponderia a 90% da receita de 2019, ajustada das taxas de atualização tarifária de 2020 e 2021.

O ML apresenta, em 2021, vendas e serviços prestados, no montante de 66.889.972 euros e subsídios à exploração no montante de 38.044.153 euros, dos quais 36.718.196 euros são relativos à compensação especial no âmbito da pandemia COVID-19, apelidada de PART "Variável".

As notas 4.13, 4.16, 24 e 25 do Anexo apresentam as divulgações relacionadas com estas matérias.

| Riscos de distorção material mais significativos | Síntese da resposta dada aos riscos de distorção material mais significativos |
|--|---|
| <p>Quer pelo elevado número de movimentos financeiros, de registos no sistema de bilhética e da competente integração no sistema contabilístico, quer pela materialidade dos montantes envolvidos, entendemos considerar o rédito como uma matéria relevante da nossa auditoria.</p> <p>Em 2021 o financiamento das compensações tarifárias, ao abrigo do n.º 5 do Despacho 3515-A/2021, passou a estar dependente da aprovação de candidaturas a submeter pela AML ao Fundo Ambiental. Em 31 de dezembro de 2021, o ML tem registado nas suas contas uma estimativa dos valores por receber relativos ao PART "Fixo" no montante 2.680.316 euros e ao PART "Variável" no montante 5.221.627 euros, cuja candidatura, nessa data, ainda não tinha sido objeto de aprovação. Face à relevância dos montantes envolvidos e à complexidade dos pressupostos e julgamentos inerentes, estas estimativas constituem uma matéria relevante de auditoria.</p> | <p>Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Levantamento e avaliação dos procedimentos e controlos existentes no ciclo da receita e do sistema de bilhética; • Teste à operacionalidade dos controlos relevantes relacionados com a integração no sistema da receita na contabilidade; • Obtenção do suporte documental das compensações tarifárias recebidas e verificação da exatidão dos montantes contabilizados; • Verificação, para uma amostra de títulos de transporte, se as vendas registadas no sistema de bilhética do ML coincidiam com o sistema de informação da TML e recálculo da repartição efetuada pela TML relativamente à venda desses títulos. • Obtenção de confirmações externas dos operadores de transporte com os quais existe repartição de rendimentos; • Realização da revisão analítica através da análise das evoluções mensais/anuais por tipologia de serviço; • Realização de procedimentos de validação do corte de operações; • Indagações junto do órgão de gestão, sobre os pressupostos adotados na preparação das estimativas; • Indagações junto da TML quanto à confirmação dos montantes estimados pelo ML, bem como quanto à situação da aprovação da candidatura à data; • Recálculo das estimativas do PART "Fixo" e "Variável" tendo por base a informação disponibilizada pelos ofícios/Relatórios da TML/AML e a informação de vendas/receitas do ML; • Consulta do histórico das candidaturas aprovadas para financiamento do PART, nos termos do n.º 5 do Despacho 3515-A/2021, de 1 de abril, e consulta dos |



| Riscos de distorção material mais significativos | Síntese da resposta dada aos riscos de distorção material mais significativos |
|--|--|
| | <p>diversos Despachos dos membros do Governo do Ministério das Finanças, que nos foram disponibilizados pelo ML, com referências ao pagamento das compensações do PART;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Avaliação sobre se as correspondentes divulgações são adequadas. |

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão, denominado pela Entidade como “Relatório Consolidado”, relatório de governo societário e demonstração não financeira, nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devidas a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;



- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;
- das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública;
- declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos-lhes todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percebidas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, quais as medidas tomadas para eliminar as ameaças ou quais as salvaguardas aplicadas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras, e as verificações previstas nos números 4 e 5 do artigo 451.º do Código das Sociedades Comerciais na matéria de governo societário, bem como a verificação de que a informação não financeira foi apresentada.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre as demonstrações orçamentais

Auditámos as demonstrações orçamentais anexas da Entidade que compreendem a demonstração do desempenho orçamental, a demonstração da execução orçamental da receita (que evidencia um total de receita cobrada líquida de 692.134.633 euros), a demonstração da execução orçamental da despesa (que evidencia um total de despesa paga líquida de reposições de 567.334.775 euros) e a demonstração de execução do plano plurianual de investimentos relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

O Órgão de gestão é responsável pela preparação e aprovação das demonstrações orçamentais no âmbito da prestação de contas da entidade. A nossa responsabilidade consiste em verificar que foram cumpridos os requisitos de contabilização e relato previstos na Norma de Contabilidade Pública (NCP) 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Em nossa opinião, as demonstrações orçamentais anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a NCP 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas, exceto quanto ao seguinte: i) O sistema contabilístico da Entidade não está organizado de acordo com o Plano de Contas Multidimensional, nem o subsistema de contabilidade orçamental encontra-se organizado de acordo com a Classe “0” desagregada segundo as classificações económicas vigentes, conforme previsto na NCP 26, que permita obter e validar de forma automática e rigorosa as demonstrações orçamentais ou obter um balancete da classe “0”, bem como observar o cumprimento das regras de movimentação contabilística aplicáveis ao reconhecimento e mensuração das transações e outros acontecimentos inerentes à contabilidade orçamental, sendo o processo de



preparação das referidas demonstrações efetuado de forma manual e tendo por base um conjunto de mapas de suporte ao controlo da execução orçamental; e ii) não foram preparados e incluídos no Anexo às demonstrações orçamentais, tal como dispõe a NCP 26, elementos informativos relativos a “Contratação administrativa” e “Transferências e subsídios”.

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, exceto quanto aos possíveis efeitos das matérias referidas na secção “Bases para a opinião com reservas” do Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras, somos de parecer que o relatório de gestão, denominado pela Entidade como “Relatório Consolidado”, foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e demonstrações orçamentais e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Conforme referido no artigo 451, n.º 7 do Código das Sociedades Comerciais este parecer não é aplicável à demonstração não financeira incluída no denominado “Relatório Consolidado”.

Sobre o relatório de governo societário

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 4, do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de governo societário inclui os elementos exigíveis à Entidade nos termos do artigo 29.º-H do Código dos Valores Mobiliários, não tendo sido identificadas incorreções materiais na informação divulgada no mesmo, cumprindo o disposto nas alíneas c), d), f), h), i) e l) do n.º 1 do referido artigo.

Sobre a demonstração não financeira

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 6, do Código das Sociedades Comerciais, informamos que a Entidade preparou a informação não financeira, conforme previsto no artigo 66.º-B do Código das Sociedades Comerciais, tendo a mesma sido incluída no denominado “Relatório Consolidado” e no Relatório de Governo Societário.

Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10º do Regulamento (UE) n.º 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- Fomos nomeados como Revisor Oficial de Contas do ML – Metropolitano de Lisboa, E.P.E., pela primeira vez, por despacho de 18 de março de 2015 das tutelas setorial e financeira para um mandato compreendido entre 2015 e 2017. Na sequência de concurso público desencadeado pela Entidade e sob proposta, nos termos legais, do Conselho Fiscal, fomos nomeados Revisor Oficial de Contas para o triénio 2019-2021 pelo Despacho Conjunto do Secretário de Estado do Tesouro e do Secretário de Estado Adjunto e da Mobilidade, de 15 de outubro de 2019.
- O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude.
- Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização do ML – Metropolitano de Lisboa, E.P.E. nesta mesma data.
- Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 5.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e que mantivemos a nossa independência face à Entidade durante a realização da auditoria.
- Informamos que não prestámos ao ML quaisquer serviços distintos da auditoria.



Lisboa, 31 de maio de 2022

Alves da Cunha, A. Dias & Associados, SROC, Lda.
representada por José Luis Areal Alves da Cunha
ROC n.º 585 registado na CMVM com o n.º 20160240



ALVES DA CUNHA, A. DIAS & ASSOCIADOS
SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, Lda.

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Opinião com reservas

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas do *ML – Metropolitano de Lisboa, E.P.E.* (o Grupo), que compreendem a demonstração consolidada da posição financeira em 31 de dezembro de 2021 (que evidencia um total de 5.877.131.602 euros e um total de capital próprio de 1.730.420.142 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 22.901.284 euros), a demonstração consolidada dos resultados por naturezas, a demonstração consolidada do rendimento integral, a demonstração consolidada das alterações no capital próprio e a demonstração consolidada dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras consolidadas que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos das matérias referidas na secção “Bases para a opinião com reservas”, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada do *ML – Metropolitano de Lisboa, E.P.E.* em 31 de dezembro de 2021 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), tal como adotadas na União Europeia.

Bases para a opinião com reservas

1. Na sequência da “atualização e unificação do quadro jurídico geral da concessão de serviço público atribuída ao ML”, através do Decreto-Lei n.º 175/2014, de 5 de dezembro, o Estado Português celebrou com o ML, em 23 de março de 2015, um contrato de concessão de serviço público de transporte por metropolitano de passageiros na Grande Lisboa. Este contrato compreende os direitos e obrigações destinados à realização do interesse público, bem como a universalidade dos bens afetos à concessão, particularmente os constantes no ativo do ML em 31 de dezembro de 2014, caracterizados como ativos concessionados. No entanto, as demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2021 continuam a não apresentar alterações de classificação, reconhecimento e mensuração dos referidos ativos, bem como outros eventuais efeitos decorrentes da celebração do contrato de concessão. Saliente-se ainda que, em 28 de março de 2016, o ML procedeu, em simultâneo, à anulação administrativa do ato de adjudicação do concurso relativo à subconcessão da exploração do sistema de transportes do ML e à anulação do correspondente contrato de subconcessão. Não obtivemos informações suficientes que nos permitissem concluir sobre os ajustamentos e eventuais responsabilidades não registadas pelo Grupo decorrentes dos factos mencionados e, conseqüentemente, sobre os efeitos destas matérias nas demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2021.

2. Conforme divulgado nas notas 3.3 e 5 do anexo, o Governo assumiu, nos termos do Decreto-Lei n.º 196/80, de 20 de junho, o princípio de que competia ao Estado Português financiar as infraestruturas de longa duração (“ILD”) do ML, o qual, de acordo com os seus estatutos, é responsável pela administração dos bens do domínio público afetos às suas atividades. Não obstante a celebração, em 23 de março de 2015, entre o Estado Português e o ML, de um contrato de concessão de serviço público de transporte por metropolitano de passageiros na Grande Lisboa, permanecem omissos os termos e condições que regem o relacionamento entre as partes no que respeita à posse e utilização das ILD. Deste modo, o Grupo continua a registar todos os fluxos relacionados com as ILD em rubricas da demonstração consolidada da posição financeira denominadas “Investimentos de infraestruturas de longa duração”, apresentadas no ativo e no passivo. Assim, em 31 de dezembro de 2021, o ativo não corrente compreende o montante de 5.400.543.332 euros referente a (i) créditos a receber do Estado (3.212.263.064 euros), (ii) a derivados mensurados ao justo valor (14.556.063 euros) e a (iii) ativos fixos tangíveis, intangíveis ou propriedades de investimento, os quais totalizam 2.173.724.204 euros e correspondem a custos suportados com a construção, administração e financiamento das ILD (líquidos de subsídios recebidos); o passivo engloba financiamentos, provisões e outras contas a pagar relacionados com os ILD, num total de 2.899.453.031 euros, do



qual 1.730.374.092 euros está considerado como não corrente. De salientar ainda que, em consequência da referida omissão contratual, os ativos fixos tangíveis e intangíveis classificados como ILD não se encontram a ser depreciados e amortizados, respetivamente. Desta forma, face à indefinição contratual que persiste nesta matéria, não nos é possível concluir quanto à adequação da política contabilística adotada pelo ML relativa à administração das atividades de investimento de infraestruturas de longa duração, bem como quanto aos seus efeitos sobre as demonstrações financeiras consolidadas em apreço.

3. Conforme divulgado na nota 15 do anexo, a demonstração consolidada da posição financeira inclui em 31 de dezembro de 2021, na rubrica “Outros créditos a receber”, o montante de 29.738.382 euros, líquido de perdas por imparidade, relativo a obras efetuadas pelo Grupo por conta de entidades do setor empresarial do Estado, relativamente às quais as quantias a faturar e as respetivas condições de pagamento, até à presente data, ou não foram formalizadas, ou foram-no de forma insuficientemente vinculadora. Consequentemente, não nos é possível concluir quanto ao momento de realização e à mensuração daqueles ativos.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas” abaixo. Somos independentes das entidades que compõem o Grupo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

Ênfases

1. As operações do Grupo têm vindo a gerar prejuízos anuais consecutivos, sendo o financiamento indispensável à prossecução da sua atividade assegurado pelo Estado Português através de dotações de capital, atribuição de subsídios e concessão de empréstimos ao ML, estes últimos, desde 30 de novembro de 2014, objeto de sucessivas moratórias de capital e juros, o que contribuiu para que o passivo corrente consolidado seja substancialmente superior ao ativo corrente consolidado. Dado estarmos perante um Grupo cuja empresa-mãe é uma Entidade Pública Empresarial (EPE), com obrigações de serviço público decorrentes da atividade de transporte por metropolitano de passageiros, entendemos que não está colocada em causa a continuidade das operações do Grupo, embora esta se mantenha dependente do apoio financeiro do Estado Português, da estratégia nacional para o setor dos transportes e do êxito a obter nas operações a realizar no futuro, as quais, nesta data, também se encontram expostas às incertezas resultantes da evolução da pandemia Covid-19, bem como das consequências do conflito armado eclodido em fevereiro de 2022 entre a Rússia e Ucrânia.

2. Conforme divulgado na nota 1 do anexo, as demonstrações financeiras consolidadas do ML relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, não foram ainda objeto da competente aprovação formal pelas tutelas financeira e setorial. O Conselho de Administração procedeu ao registo contabilístico da aplicação dos resultados do ML naquele exercício, conforme a proposta incluída no respetivo Relatório de Gestão, por considerar que as demonstrações financeiras em causa e aquela proposta de aplicação de resultados serão aprovadas sem alterações significativas.

A nossa opinião não é modificada em relação a estas matérias.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras consolidadas como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias. Para além das matérias incluídas na secção “Bases para a opinião com reservas”, definimos as seguintes matérias relevantes de auditoria:



1. Mensuração de instrumentos financeiros derivados

O Grupo, especificamente o ML, contratou instrumentos financeiros derivados para cobrir o risco de alterações na taxa de juro dos financiamentos obtidos para financiar a atividade das ILD. A mensuração destes instrumentos financeiros derivados é, no final de cada exercício, efetuada de acordo com a valorização determinada pelas instituições financeiras com as quais foram contratados.

Em 31 de dezembro de 2021, o montante total dos instrumentos financeiros derivados refletidos no ativo consolidado ascende a 14.556.063 euros (incluídos na rubrica de Investimentos de infraestruturas de longa duração) e no passivo ascende a 136.224.411 euros (dos quais 116.960.782 euros, incluídos na rubrica de Investimentos de infraestruturas de longa duração). As notas 3.12, 5.4, e 21 do Anexo apresentam as divulgações relacionadas com esta matéria.

| Riscos de distorção material mais significativos | Síntese da resposta dada aos riscos de distorção material mais significativos |
|---|---|
| <p>Os instrumentos financeiros derivados são mensurados pelo justo valor, o qual é determinado com base em técnicas de valorização que envolvem a utilização de estimativas, julgamentos e pressupostos.</p> <p>Dada a incerteza associada às estimativas utilizadas e a complexidade envolvida na respetiva valorização, é nosso entendimento que o risco associado à mensuração dos instrumentos financeiros derivados é significativo.</p> | <p>Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Avaliação das metodologias e pressupostos considerados na determinação do justo valor; • Análise das avaliações realizadas, designadamente pelo IGCP; • Avaliação sobre se as correspondentes divulgações são adequadas. |

2. Mensuração de responsabilidades com benefícios pós-emprego

O Grupo, especificamente o ML, tem um plano de benefício definido para complemento de reforma (velhice, invalidez e sobrevivência) adicional ao pago pela Segurança Social. As responsabilidades do Grupo relacionadas com este plano são determinadas através do método da unidade de crédito projetada, sendo as respetivas avaliações atuariais efetuadas em cada data de relato, de acordo com métodos e pressupostos atuariais internacionalmente aceites, de modo a conhecer o valor das responsabilidades na data da demonstração consolidada da posição financeira e o gasto com pensões a registar no período.

O Grupo apresenta, em 31 de dezembro de 2021, responsabilidades por benefícios pós-emprego no montante de 270.784.682 euros. As notas 3.16 e 20 do Anexo apresentam as divulgações relacionadas com esta matéria.

| Riscos de distorção material mais significativos | Síntese da resposta dada aos riscos de distorção material mais significativos |
|--|---|
| <p>As responsabilidades com benefícios pós-emprego são mensuradas pelo justo valor, o qual é determinado através de julgamentos e estimativas relativamente a diversos pressupostos, nomeadamente taxa de desconto, taxa de inflação, taxa de crescimento dos salários e pensões e tábuas de mortalidade.</p> <p>Dada a incerteza associada às estimativas utilizadas e a complexidade envolvida na respetiva valorização, é nosso entendimento que o risco associado à mensuração das responsabilidades com benefícios pós-emprego é significativo.</p> | <p>Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Avaliação da razoabilidade dos pressupostos e estimativas utilizados no estudo atuarial efetuado por perito externo; • validação dos registos contabilísticos efetuados, tomando por base os valores indicados no relatório atuarial; • Avaliação da competência, independência e integridade do atuário contratado; • Avaliação sobre se as correspondentes divulgações são adequadas. |



3. Reconhecimento do rédito e dos subsídios à exploração relacionados com as compensações tarifárias

O rédito do Grupo resulta fundamentalmente da venda de títulos de transporte metropolitano de passageiros e das compensações tarifárias atribuídas pelo Estado, pelo cumprimento de determinadas obrigações de serviço público da empresa-mãe.

A legislação que regula o financiamento do Programa de Apoio à Redução Tarifária (PART) foi alterada em 2020 por forma a reforçar financeiramente este mecanismo de compensação, designadamente, com a criação do PART "Variável" que visa compensar os operadores de transportes de passageiros da perda de receita derivada da quebra da procura, mantendo-se o cumprimento de determinados níveis de serviço. Por determinação da Área Metropolitana de Lisboa (AML)/ Transportes Metropolitanos de Lisboa (TML), e de acordo com a legislação em vigor, convencionou-se que a receita a garantir ao ML corresponderia a 90% da receita de 2019, ajustada das taxas de atualização tarifária de 2020 e 2021.

O Grupo apresenta, em 2021, vendas e serviços prestados, no montante de 67.430.724 euros e subsídios à exploração no montante de 38.044.153 euros, dos quais 36.718.196 euros são relativos à compensação especial no âmbito da pandemia COVID-19, apelidada de PART "Variável".

As notas 3.14, 3.17, 24 e 25 do Anexo apresentam as divulgações relacionadas com estas matérias.

| Riscos de distorção material mais significativos | Síntese da resposta dada aos riscos de distorção material mais significativos |
|--|--|
| <p>Quer pelo elevado número de movimentos financeiros, de registos no sistema de bilhética e da competente integração no sistema contabilístico, quer pela materialidade dos montantes envolvidos, entendemos considerar o rédito como uma matéria relevante da nossa auditoria.</p> <p>Em 2021 o financiamento das compensações tarifárias, ao abrigo do n.º 5 do Despacho 3515-A/2021, passou a estar dependente da aprovação de candidaturas a submeter pela AML ao Fundo Ambiental. Em 31 de dezembro de 2021, o ML tem registado nas suas contas uma estimativa dos valores por receber relativos ao PART "Fixo" no montante 2.680.316 euros e ao PART "Variável" no montante 5.221.627 euros, cuja candidatura, nessa data, ainda não tinha sido objeto de aprovação. Face à relevância dos montantes envolvidos e à complexidade dos pressupostos e julgamentos inerentes, estas estimativas constituem uma matéria relevante de auditoria.</p> | <p>Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Levantamento e avaliação dos procedimentos e controlos existentes no ciclo da receita e do sistema de bilhética; • Teste à operacionalidade dos controlos relevantes relacionados com a integração no sistema da receita na contabilidade; • Obtenção do suporte documental das compensações tarifárias recebidas e verificação da exatidão dos montantes contabilizados; • Verificação, para uma amostra de títulos de transporte, se as vendas registadas no sistema de bilhética do ML coincidiam com o sistema de informação da TML e recálculo da repartição efetuada pela TML relativamente à venda desses títulos. • Obtenção de confirmações externas dos operadores de transporte com os quais existe repartição de rendimentos; • Realização da revisão analítica através da análise das evoluções mensais/anuais por tipologia de serviço; • Realização de procedimentos de validação do corte de operações; • Indagações junto do órgão de gestão, sobre os pressupostos adotados na preparação das estimativas; • Indagações junto da TML quanto à confirmação dos montantes estimados pelo ML, bem como quanto à situação da aprovação da candidatura à data; |



| Riscos de distorção material mais significativos | Síntese da resposta dada aos riscos de distorção material mais significativos |
|--|--|
| | <ul style="list-style-type: none"> • Recálculo das estimativas do PART “Fixo” e “Variável” tendo por base a informação disponibilizada pelos ofícios/Relatórios da TML/AML e a informação de vendas/receitas do ML; • Consulta do histórico das candidaturas aprovadas para financiamento do PART, nos termos do n.º 5 do Despacho 3515-A/2021, de 1 de abril, e consulta dos diversos Despachos dos membros do Governo do Ministério das Finanças, que nos foram disponibilizados pelo ML, com referências ao pagamento das compensações do PART; • Avaliação sobre se as correspondentes divulgações são adequadas. |

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras consolidadas

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira consolidada, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa consolidados do Grupo de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), tal como adotadas na União Europeia;
- elaboração do relatório consolidado de gestão, denominado pelo Grupo como “Relatório Consolidado”, relatório de governo societário e da demonstração não financeira consolidada, nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras consolidadas isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do Grupo.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma



distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;

- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluímos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- obtemos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou atividades dentro do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria;
- comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;
- das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública;
- declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos-lhe todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, quais as medidas tomadas para eliminar as ameaças ou quais as salvaguardas aplicadas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório consolidado de gestão, denominado pelo Grupo como "Relatório Consolidado", com as demonstrações financeiras consolidadas, e as verificações previstas nos números 4 e 5 do artigo 451.º do Código das Sociedades Comerciais na matéria de governo societário, bem como a verificação de que a informação não financeira foi apresentada.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, exceto quanto aos possíveis efeitos das matérias referidas na secção "Bases para a opinião com reservas" do Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas, somos de parecer que o relatório consolidado de gestão, denominado pelo Grupo como "Relatório Consolidado", foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis



em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre o Grupo, não identificámos incorreções materiais.

Conforme referido no artigo 451, n.º 7 do Código das Sociedades Comerciais este parecer não é aplicável à demonstração não financeira consolidada incluída no denominado “Relatório Consolidado”.

Sobre o Formato Eletrónico Único Europeu (ESEF)

As demonstrações financeiras consolidadas do *ML – Metropolitano de Lisboa, E.P.E.* referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 têm de cumprir os requisitos aplicáveis estabelecidos no Regulamento Delegado (UE) 2019/815 da Comissão, de 17 de dezembro de 2018 (Regulamento ESEF).

O órgão de gestão é responsável pela elaboração e divulgação do relatório anual em conformidade com o Regulamento ESEF.

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas, incluídas no relatório anual estão apresentadas em conformidade com os requisitos estabelecidos no Regulamento ESEF.

Os nossos procedimentos tomaram em consideração o Guia de Aplicação Técnica da OROC sobre o relato em ESEF e incluíram, entre outros:

- a obtenção da compreensão do processo de relato financeiro, incluindo a apresentação do relatório anual no formato XHTML válido
- a identificação e avaliação dos riscos de distorção material associados à marcação das informações das demonstrações financeiras, em formato XBRL utilizando a tecnologia iXBRL. Esta avaliação baseou-se na compreensão do processo implementado pela entidade para marcar a informação.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas, incluídas no relatório anual estão apresentadas, em todos os aspetos materiais, em conformidade com os requisitos estabelecidos no Regulamento ESEF.

Sobre o relatório de governo societário

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 4, do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de governo societário inclui os elementos exigíveis ao Grupo nos termos do artigo 29.º-H do Código dos Valores Mobiliários, não tendo sido identificadas incorreções materiais na informação divulgada no mesmo, cumprindo o disposto nas alíneas c), d), f), h), i) e l) do n.º 1 do referido artigo.

Sobre a demonstração não financeira consolidada

Dando cumprimento ao artigo 451.º n.º 6, do Código das Sociedades Comerciais, informamos que o Grupo preparou a informação não financeira, conforme previsto no artigo 66.º-B do Código das Sociedades Comerciais, tendo a mesma sido incluída no denominado Relatório Consolidado e no Relatório de Governo Societário.

Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10º do Regulamento (UE) nº 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) nº 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- Fomos nomeados como Revisor Oficial de Contas do *ML – Metropolitano de Lisboa, E.P.E.* (entidade-mãe do Grupo), pela primeira vez, por despacho de 18 de março de 2015 das tutelas setorial e financeira para um mandato compreendido entre 2015 e 2017. Na sequência de concurso público desencadeado pela Entidade e sob proposta, nos termos legais, do Conselho Fiscal, fomos nomeados Revisor Oficial de Contas para o triénio 2019-2021 pelo Despacho Conjunto do Secretário de Estado do Tesouro e do Secretário de Estado Adjunto e da Mobilidade de 15 de outubro de 2019.
- O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras consolidadas. No planeamento e execução da nossa



auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras consolidadas devido a fraude.

- Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização do *ML – Metropolitano de Lisboa, E.P.E.* nesta mesma data.
- Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 5.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e que mantivemos a nossa independência face ao Grupo durante a realização da auditoria.
- Informamos que não prestámos ao Grupo quaisquer serviços distintos da auditoria.

Lisboa, 31 de maio de 2022

Alves da Cunha, A. Dias & Associados, SROC, Lda.
representada por José Luís Areal Alves da Cunha
ROC n.º 585 registado na CMVM com o n.º 20160240

RELATÓRIO DE AUDITORIA

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião com reservas

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do Metropolitano de Lisboa, E.P.E. (adiante também designado por Metropolitano ou Empresa), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2021 (que evidencia um total de 5 820 484 379 euros e um total de capital próprio de 1 761 058 651 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 22 900 570 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração de fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos das matérias referidas na secção “Bases para a opinião com reservas”, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do Metropolitano de Lisboa, E.P.E em 31 de dezembro de 2021 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião com reservas

1. Conforme divulgado nas notas 4.2 e 5 do anexo às demonstrações financeiras, o Metropolitano considera que a responsabilidade pelo financiamento das infraestruturas de longa duração (ILD) que tem vindo a construir, renovar e explorar, pertence ao Estado Português, registando assim no seu ativo não corrente todos os custos de construção e gastos associados à construção e financiamento das ILD, numa rubrica designada “Investimentos de infraestruturas de longa duração”, no valor acumulado de cerca de 5 401 milhões de euros (31dez2020: cerca de 5 391 milhões de euros), incluindo ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento que não têm vindo a ser depreciados, líquidos de subsídios, no montante de cerca de 2 174 milhões de euros (31dez2020: cerca de 2 164 milhões de euros), bem como uma conta a receber do Estado de cerca de 3 212 milhões de euros (31dez2020: cerca de 3 211 milhões de euros). De igual modo, tem vindo a registar no passivo, em rubricas com a mesma designação de “Investimentos de infraestruturas de longa duração”, os financiamentos obtidos, outras dívidas a pagar e provisões relacionados com a construção, renovação e financiamento das ILD, incluindo cerca de 1 730 milhões de euros (31dez2020: cerca de 1 946 milhões de euros) no passivo não corrente e cerca de 1 169 milhões de euros (31dez2020: cerca de 1 056 milhões de euros) no passivo corrente. Não é claro o enquadramento legal ou contratual que tem vindo a ser assumido pelo Metropolitano da eventual obrigação do Estado de reembolsar a Empresa pela parte não subsidiada do investimento em ILD e pelos gastos associados ao seu financiamento, subsistindo assim uma importante incerteza quanto à recuperação dos valores investidos em ILD e à forma e valor de realização da referida conta a receber do Estado de cerca de 3 212 milhões de euros (31dez2020: cerca de 3 211 milhões de euros), o que configura uma limitação ao âmbito do nosso trabalho no que respeita à valorização dos referidos ativos e ao impacto desta política contabilística nas demonstrações financeiras do Metropolitano.

2. Através de contrato de concessão celebrado em março de 2015, o Estado Português atribuiu ao Metropolitano a concessão, até 1 de julho de 2024, do transporte público por metropolitano de passageiros na cidade de Lisboa e concelhos limítrofes, compreendendo a universalidade dos bens afetos à concessão, que se encontram evidenciados no ativo da Empresa, bem como os direitos e obrigações destinados à realização do interesse público. No entanto, as demonstrações



financeiras de 2015 a 2021 não refletem qualquer alteração na classificação, reconhecimento e mensuração dos ativos afetos à concessão, bem como outros eventuais efeitos decorrentes do contrato de concessão, não sendo possível quantificar os efeitos desta situação nas demonstrações financeiras, o que constitui uma limitação ao âmbito do nosso trabalho.

3. Em 28 de março de 2016, a Empresa procedeu à anulação administrativa da adjudicação da subconcessão da atividade a uma outra entidade, que havia sido efetuada em 2015. Tendo essa entidade contestado judicialmente a referida anulação, desconhece-se os eventuais efeitos caso a decisão judicial venha a ser desfavorável às pretensões do Metropolitano, o que constitui uma limitação ao âmbito do nosso trabalho.

4. No ativo, a rubrica “Diferimentos” inclui cerca de 30,4 milhões de euros (igual montante em 31 de dezembro de 2020) de obras efetuadas pela Empresa por conta de entidades do sector empresarial do Estado que ainda não foram faturadas, encontrando-se pendentes de formalização de protocolos para a sua regularização. Não estão disponíveis elementos que nos permitam concluir sobre a recuperabilidade destes montantes, o que constitui uma limitação ao âmbito do nosso trabalho.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Empresa nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

Ênfases

1. Muito embora tenha ocorrido no exercício de 2021 um aumento de capital social de cerca de 254 milhões de euros, subscrito e realizado, o total do capital próprio do Metropolitano continua a apresentar-se inferior a metade do capital social, pelo que são aplicáveis as disposições do Código das Sociedades Comerciais sobre a recomposição dos capitais e sobre a necessidade de divulgação externa do montante do capital próprio segundo o último balanço aprovado. Apesar do ativo corrente (cerca de 192 milhões de euros) ser significativamente inferior ao passivo corrente (cerca de 1 893 milhões de euros), o Metropolitano tem uma atividade desenvolvida de acordo com as diretivas do Estado, cujo financiamento é garantido através de subsídios e empréstimos maioritariamente avalizados pelo Estado e o Conselho de Administração da Empresa entende que a liquidação dos seus passivos, nomeadamente no que respeita a financiamentos obtidos passíveis de reembolso a curto prazo, continuará a ser cumprida, essencialmente através da obtenção de linhas adicionais de financiamento em coordenação com o seu acionista. O Conselho de Administração, no relatório de gestão, propõe medidas a serem tomadas pelos Acionistas que permitiriam dar cumprimento aos requisitos de capital.

2. Conforme divulgado na nota 1 do anexo às demonstrações financeiras, as demonstrações financeiras do exercício de 2020 não foram ainda objeto de aprovação formal pela Tutela. O Conselho de Administração decidiu proceder ao registo contabilístico da aplicação dos resultados daquele exercício, conforme a proposta incluída no respetivo relatório de gestão, por considerar que as referidas demonstrações financeiras e aquela proposta de aplicação de resultados serão aprovadas sem alterações significativas.

3. Conforme referido no relatório de gestão e nas notas 1 e 37 do anexo às demonstrações financeiras, o Metropolitano de Lisboa promoveu em 2021 a manutenção das medidas necessárias a mitigar os efeitos adversos e os impactos económicos e financeiros da pandemia Covid-19 na sua atividade. Adicionalmente, o início do exercício de 2022 tem sido caracterizado por diversos fatores adversos significativos, nomeadamente: (i) ocorreu uma quinta vaga da pandemia da Covid-19, a qual, porém, não originou uma desaceleração tão significativa da atividade económica; (ii) em 24 de fevereiro de 2022, a Rússia lançou uma operação militar de grande escala na Ucrânia, da qual resultará, sem embargo da incerteza que caracteriza a magnitude do seu impacto económico, que a substituição das importações de gás russo levará possivelmente a que se incorram em custos acrescidos, para além das restantes repercussões nas cadeias de valor globais, que elevarão os custos de bens e serviços, criando uma elevada instabilidade na atividade económica mundial e; (iii) confirmando a rota ascendente que já vinha sendo traçada desde 2021, a estimativa para a variação do Índice harmonizado de preços do Consumidor, relativa ao mês de março de 2022, fixou-se, de acordo o Instituto Nacional de Estatística, nos 5,5%, sendo que a variação da componente dos bens energéticos tem-se revelado um dos principais motores deste aumento. Em setores altamente dependentes de energia elétrica, como é o caso do Metropolitano, prevê-se um elevado agravamento nos gastos de energia, o que inevitavelmente penalizará o seu rácio de eficiência operacional. Na presente data, não é possível estimar com um grau de precisão mínimo os impactos destas situações na atividade da Empresa, estando o Metropolitano de Lisboa a fazer um levantamento dos respetivos impactos financeiros e operacionais, de forma a preparar um plano de resposta com vista a assegurar a continuidade das suas operações.

A nossa opinião não é modificada em relação a estas matérias.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

Para além das matérias mencionadas na secção “Bases para a opinião com reservas”, considerámos na auditoria as seguintes matérias relevantes:

| Matéria relevante de auditoria | Síntese da resposta de auditoria |
|---|--|
| 1. Valorização de instrumentos financeiros | |
| <p>Na sequência das operações de financiamento, o Metropolitano subscreveu instrumentos financeiros derivados, de mensuração complexa, relevados no ativo por cerca de 14,6 milhões de euros (31dez2020: cerca de 13,7 milhões de euros) e no passivo por cerca de 136,2 milhões de euros (31dez2020: cerca de 281,6 milhões de euros). Estes instrumentos financeiros foram registados de acordo com a valorização dos bancos com os quais foram contratados.</p> <p>As divulgações relacionadas com esta matéria constam das notas 4.11, 5.4, 21 do anexo às demonstrações financeiras.</p> | <p>A resposta de auditoria envolveu, em síntese, a realização dos seguintes procedimentos: (i) análise crítica dos pressupostos técnicos e financeiros utilizados nas respetivas mensurações; (ii) indagações junto do órgão de gestão quanto à consistência e validade técnica dos pressupostos e estimativas; (iii) a análise comparativa das várias avaliações efetuadas com referência a 31 de dezembro de 2021; (iv) consideração dos potenciais impactos decorrentes da pandemia da Covid-19 e da atual guerra na Ucrânia (v) conferência das divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras.</p> |

| Matéria relevante de auditoria | Síntese da resposta de auditoria |
|---|--|
| 2. Reconhecimento das prestações de serviços e dos subsídios à exploração | |
| <p>As Vendas e Prestação de serviços no montante de cerca de 66,9 milhões de euros (31dez2020: 66,8 milhões de euros) e os Subsídios à exploração no montante de cerca de 38 milhões de euros (31dez2020: 21,7 milhões de euros) incluem, conforme descrito na nota 4.16 do anexo às demonstrações financeiras, o reconhecimento da receita do Metropolitano de Lisboa em cada ano e encontram-se dependente de diversos fatores exógenos, nomeadamente no que se refere a: (i) leis e regulamentos diversos; (ii) dotações inscritas na Lei do Orçamento e; (iii) repartições de receita comunicadas por diversos operadores de transporte. Deste modo, existe o risco da receita ser incorretamente registada, considerando nomeadamente a dependência de fatores que a Empresa não controla, como sejam receitas comunicadas por outros operadores de transporte para efeitos dos cálculos de subsídios adicionais, dotações da Lei do Orçamento de Estado para atribuição de compensações com finalidade de dar suporte financeiro aos operadores de transporte, subsídios associados à Pandemia da Covid-19. As divulgações relacionadas com esta matéria constam das notas 4.16, 24 e 25 do anexo às demonstrações financeiras.</p> | <p>A resposta de auditoria envolveu, em síntese, a realização dos seguintes procedimentos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Levantamento e análise dos controlos relevantes identificados no ciclo da receita do Metropolitano de Lisboa; - Teste à operacionalidade dos controlos relacionados com a integração da receita na contabilidade; - Reuniões com a TML - Transportes Metropolitanos de Lisboa; - Asserções obtidas junto da TML - Transportes Metropolitanos de Lisboa; - Análise do relatório de auditoria de conformidade ao sistema intermodal de Lisboa, elaborado pela Inspeção-Geral de Finanças (IGF), enquanto autoridade de auditoria; - Análise dos pressupostos considerados no reconhecimento das especializações efetuadas; - Validação do reconhecimento das prestações de serviço e dos subsídios à exploração com os respetivos recebimentos, tendo em consideração os ofícios da Autoridade Metropolitana de Lisboa (AML) e; - Conferência detalhada das divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras. |
| 3. Mensuração de provisões e das responsabilidades por benefícios pós-emprego | |
| <p>A mensuração das provisões para processos judiciais em curso e das responsabilidades por benefícios pós-emprego reveste-se de grande complexidade, tendo em consideração o volume e natureza dos processos judiciais em curso, os pressupostos atuariais utilizados na mensuração das responsabilidades com benefícios pós-emprego e a exposição da Empresa, envolvendo um grau de incerteza elevado e um elevado nível de julgamento por parte do órgão de gestão. Assim, a validação dos pressupostos e cálculos subjacentes aos passivos reconhecidos é uma área significativa de auditoria.</p> <p>As divulgações relacionadas com esta matéria constam das notas 4, 18 e 20 do anexo às demonstrações financeiras.</p> | <p>A resposta de auditoria envolveu, em síntese, a realização dos seguintes procedimentos: (i) a compreensão e análise crítica dos pressupostos técnicos e financeiros utilizados na mensuração das provisões; (ii) indagações junto do órgão de gestão quanto à consistência e validade técnica dos pressupostos e estimativas e quanto à documentação que suporta os pressupostos; (iii) verificação detalhada dos cálculos dos especialistas externos relacionados com os encargos pós-emprego; (iv) análise das respostas dos advogados externos aos pedidos de informações efetuados e indagações adicionais junto dos responsáveis da Empresa; (v) consideração dos potenciais impactos decorrentes da pandemia da Covid-19 e da atual guerra na Ucrânia; e (vi) conferência detalhada das divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras.</p> |

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- (i) preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da

- Empresa de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- (ii) elaboração do relatório de gestão, incluindo o relatório de governo societário e a informação não financeira nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
 - (iii) criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
 - (iv) adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
 - (v) avaliação da capacidade da Empresa de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Empresa.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- (i) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- (ii) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Empresa;
- (iii) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- (iv) concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Empresa para dar continuidade às suas atividades. Se concluímos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas

conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Empresa descontinue as suas atividades;

- (v) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- (vi) comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;
- (vii) das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública;
- (viii) declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos-lhe todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, quais as medidas tomadas para eliminar as ameaças ou quais as salvaguardas aplicadas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras, e as verificações previstas nos números 4 e 5 do artigo 451º do Código das Sociedades Comerciais na matéria de governo societário, bem como a verificação de que demonstração não financeira foi apresentada.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451º, nº 3, alínea e) do Código das Sociedades Comerciais, exceto quanto aos possíveis efeitos das matérias referidas na secção “Bases para a opinião com reservas” do “Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras”, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Empresa, não identificámos incorreções materiais.

Sobre o relatório de governo societário

Dando cumprimento ao artigo 451º, nº 4, do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de governo societário inclui os elementos exigíveis ao Metropolitano de Lisboa nos termos do artigo 29º-H do Código dos Valores Mobiliários, não tendo sido identificadas incorreções materiais na informação divulgada no mesmo, cumprindo o disposto nas alíneas c), d), f), h), i) e l) do n.º 1 do referido artigo.

Sobre a demonstração não financeira

Dando cumprimento ao artigo 451º, nº 6, do Código das Sociedades Comerciais, informamos que a Empresa incluiu no seu relatório de gestão a demonstração não financeira prevista artigo 66º-B do Código das Sociedades Comerciais.

Sobre o formato eletrónico único europeu (ESEF)

As demonstrações financeiras do Metropolitano de Lisboa referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 têm de cumprir os requisitos aplicáveis estabelecidos no Regulamento Delegado (EU) 2019/815 da Comissão, de 17 de dezembro de 2018 (Regulamento ESEF).

O órgão de gestão é responsável pela elaboração e divulgação do relatório anual em conformidade com o Regulamento ESEF.

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras, incluídas no relatório anual estão apresentadas em conformidade com os requisitos estabelecidos no Regulamento ESEF.

Os nossos procedimentos tomaram em consideração o Guia de Aplicação Técnica da OROC sobre o relato em ESEF e incluíram, entre outros, a obtenção da compreensão do processo de relato financeiro, incluindo a apresentação do relatório anual no formato XHTML válido.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras, incluídas no relatório anual, estão apresentadas, em todos os aspetos materiais, em conformidade com os requisitos estabelecidos no Regulamento ESEF.

Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10º do Regulamento (UE) nº 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10º do Regulamento (UE) nº 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- (i) Fomos contratados como auditores externos do Metropolitano de Lisboa, E.P.E, pela primeira vez em 1 de janeiro de 2017 para o exercício de 2016 e desde essa data somos os seus auditores externos.
- (ii) O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude.
- (iii) Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização da Empresa nesta mesma data.
- (iv) Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77º, número 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face à Empresa durante a realização da auditoria.

- (v) Informamos que não prestámos à Empresa e às entidades sob o seu controlo quaisquer serviços distintos da auditoria.

Lisboa, 31 de maio de 2022

António José Correia de Pina Fonseca,
(ROC nº 949, inscrito na CMVM sob o nº 20160566)
em representação de BDO & Associados - SROC

RELATÓRIO DE AUDITORIA EMITIDO NOS TERMOS REQUERIDOS PELO ARTIGO 245º, Nº 1, ALÍNEA B) DO CÓDIGO DOS VALORES MOBILIÁRIOS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Opinião com reservas

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas do Metropolitano de Lisboa, E.P.E. (Grupo Metropolitano), que compreendem a demonstração consolidada da posição financeira em 31 de dezembro de 2021 (que evidencia um total de 5 877 131 602 euros e um total de capital próprio de 1 730 420 142 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 22 901 284 euros), a demonstração consolidada dos resultados por naturezas, a demonstração consolidada do rendimento integral, a demonstração consolidada das alterações no capital próprio e a demonstração consolidada de fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos das matérias referidas na secção “Bases para a opinião com reservas”, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada do Metropolitano de Lisboa, E.P.E. em 31 de dezembro de 2021 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.

Bases para a opinião com reservas

1. Conforme divulgado nas notas 3.3 e 5 do anexo às demonstrações financeiras consolidadas, o Grupo Metropolitano considera que a responsabilidade pelo financiamento das infraestruturas de longa duração (ILD) que tem vindo a construir, renovar e explorar, pertence ao Estado Português, registando assim no seu ativo não corrente todos os custos de construção e gastos associados à construção e financiamento das ILD, numa rubrica designada “Investimentos de infraestruturas de longa duração”, no valor acumulado de cerca de 5 401 milhões de euros (31dez2020: cerca de 5 391 milhões de euros), incluindo ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento que não têm vindo a ser depreciados, líquidos de subsídios, no montante de cerca de 2 174 milhões de euros (31dez2020: cerca de 2 164 milhões de euros), bem como uma conta a receber do Estado de cerca de 3 212 milhões de euros (31dez2020: cerca de 3 211 milhões de euros). De igual modo, tem vindo a registar no passivo, em rubricas com a mesma designação de “Investimentos de infraestruturas de longa duração”, os financiamentos obtidos, outras dívidas a pagar e provisões relacionados com a construção, renovação e financiamento das ILD, incluindo cerca de 1 730 milhões de euros (31dez2020: cerca de 1 946 milhões de euros) no passivo não corrente e cerca de 1 169 milhões de euros (31dez2020: cerca de 1 056 milhões de euros) no passivo corrente. Não é claro o enquadramento legal ou contratual, que tem vindo a ser assumido pelo Grupo Metropolitano, da eventual obrigação do Estado de reembolsar o Grupo Metropolitano pela parte não subsidiada do investimento em ILD e pelos gastos associados ao seu financiamento, subsistindo assim uma importante incerteza quanto à recuperação dos valores investidos em ILD e à forma e valor de realização da referida conta a receber do Estado de cerca de 3 212 milhões de euros (31dez2020: cerca de 3 211 milhões de euros), o que configura uma limitação ao âmbito e profundidade do nosso trabalho no que respeita à valorização dos referidos ativos e aos impactos destas políticas contabilísticas nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo Metropolitano.

2. Através de contrato de concessão celebrado em março de 2015, o Estado Português atribuiu ao Grupo Metropolitano a concessão, até 1 de julho de 2024, do transporte público, por metropolitano, de passageiros na cidade de Lisboa e concelhos limítrofes, compreendendo a universalidade dos bens afetos à

concessão, que se encontram evidenciados no ativo do Grupo Metropolitano, bem como os direitos e obrigações destinados à realização do interesse público. No entanto, as demonstrações financeiras consolidadas de 2015 a 2021 não refletem qualquer alteração na classificação, reconhecimento e mensuração dos ativos afetos à concessão, bem como outros eventuais efeitos decorrentes do contrato de concessão, não sendo possível quantificar os efeitos desta situação nas demonstrações financeiras consolidadas, o que constitui uma limitação ao âmbito e profundidade do nosso trabalho.

3. Em 28 de março de 2016, o Grupo Metropolitano procedeu à anulação administrativa da adjudicação da subconcessão da atividade a uma outra entidade, que havia sido efetuada em 2015. Tendo essa entidade contestado judicialmente a referida anulação, desconhece-se os eventuais efeitos caso a decisão judicial venha a ser desfavorável às pretensões do Grupo Metropolitano, o que constitui uma limitação ao âmbito e profundidade do nosso trabalho.

4. No ativo, a rubrica “Outros créditos a receber” inclui cerca de 30,4 milhões de euros (igual montante em 31 de dezembro de 2020) de obras efetuadas pelo Grupo Metropolitano por conta de entidades do sector empresarial do Estado que ainda não foram faturadas, encontrando-se pendentes de formalização de protocolos para regularização da situação. Não estão disponíveis elementos que nos permitam concluir sobre a recuperabilidade destes montantes, o que constitui uma limitação ao âmbito e profundidade do nosso trabalho.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas” abaixo. Somos independentes das entidades que compõem o Grupo Metropolitano nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

Ênfases

1. Muito embora tenha ocorrido no exercício de 2021 um aumento de capital social de cerca de 254 milhões de euros, subscrito e realizado, o total do capital próprio do Metropolitano continua a apresentar-se inferior a metade do capital social, pelo que são aplicáveis as disposições do Código das Sociedades Comerciais sobre a recomposição dos capitais e sobre a necessidade de divulgação externa do montante do capital próprio segundo o último balanço aprovado. Apesar do ativo corrente (cerca de 197 milhões de euros) ser significativamente inferior ao passivo corrente (cerca de 1 951 milhões de euros), o Grupo Metropolitano tem uma atividade desenvolvida de acordo com as diretivas do Estado, cujo financiamento é garantido através de subsídios e empréstimos maioritariamente avalizados pelo Estado e o Conselho de Administração do Grupo Metropolitano entende que a liquidação dos seus passivos, nomeadamente no que respeita a financiamentos obtidos passíveis de reembolso a curto prazo, continuará a ser cumprida, essencialmente através da obtenção de linhas adicionais de financiamento em coordenação com o seu Acionista. O Conselho de Administração, no relatório de gestão, propõe medidas a serem tomadas pelos Acionistas que permitiriam dar cumprimento aos requisitos de capital.

2. Conforme divulgado na nota 1 das notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas, as demonstrações financeiras consolidadas do exercício de 2020 não foram ainda objeto de aprovação formal pela Tutela. O Conselho de Administração decidiu proceder ao registo contabilístico da aplicação dos resultados daquele exercício, conforme a proposta incluída no respetivo relatório de gestão, por considerar que as referidas demonstrações financeiras consolidadas e aquela proposta de aplicação de resultados serão aprovadas sem alterações significativas.

concessão, que se encontram evidenciados no ativo do Grupo Metropolitano, bem como os direitos e obrigações destinados à realização do interesse público. No entanto, as demonstrações financeiras consolidadas de 2015 a 2021 não refletem qualquer alteração na classificação, reconhecimento e mensuração dos ativos afetos à concessão, bem como outros eventuais efeitos decorrentes do contrato de concessão, não sendo possível quantificar os efeitos desta situação nas demonstrações financeiras consolidadas, o que constitui uma limitação ao âmbito e profundidade do nosso trabalho.

3. Em 28 de março de 2016, o Grupo Metropolitano procedeu à anulação administrativa da adjudicação da subconcessão da atividade a uma outra entidade, que havia sido efetuada em 2015. Tendo essa entidade contestado judicialmente a referida anulação, desconhece-se os eventuais efeitos caso a decisão judicial venha a ser desfavorável às pretensões do Grupo Metropolitano, o que constitui uma limitação ao âmbito e profundidade do nosso trabalho.

4. No ativo, a rubrica “Outros créditos a receber” inclui cerca de 30,4 milhões de euros (igual montante em 31 de dezembro de 2020) de obras efetuadas pelo Grupo Metropolitano por conta de entidades do sector empresarial do Estado que ainda não foram faturadas, encontrando-se pendentes de formalização de protocolos para regularização da situação. Não estão disponíveis elementos que nos permitam concluir sobre a recuperabilidade destes montantes, o que constitui uma limitação ao âmbito e profundidade do nosso trabalho.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas” abaixo. Somos independentes das entidades que compõem o Grupo Metropolitano nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

Ênfases

1. Muito embora tenha ocorrido no exercício de 2021 um aumento de capital social de cerca de 254 milhões de euros, subscrito e realizado, o total do capital próprio do Metropolitano continua a apresentar-se inferior a metade do capital social, pelo que são aplicáveis as disposições do Código das Sociedades Comerciais sobre a recomposição dos capitais e sobre a necessidade de divulgação externa do montante do capital próprio segundo o último balanço aprovado. Apesar do ativo corrente (cerca de 197 milhões de euros) ser significativamente inferior ao passivo corrente (cerca de 1 951 milhões de euros), o Grupo Metropolitano tem uma atividade desenvolvida de acordo com as diretivas do Estado, cujo financiamento é garantido através de subsídios e empréstimos maioritariamente avalizados pelo Estado e o Conselho de Administração do Grupo Metropolitano entende que a liquidação dos seus passivos, nomeadamente no que respeita a financiamentos obtidos passíveis de reembolso a curto prazo, continuará a ser cumprida, essencialmente através da obtenção de linhas adicionais de financiamento em coordenação com o seu Acionista. O Conselho de Administração, no relatório de gestão, propõe medidas a serem tomadas pelos Acionistas que permitiriam dar cumprimento aos requisitos de capital.

2. Conforme divulgado na nota 1 das notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas, as demonstrações financeiras consolidadas do exercício de 2020 não foram ainda objeto de aprovação formal pela Tutela. O Conselho de Administração decidiu proceder ao registo contabilístico da aplicação dos resultados daquele exercício, conforme a proposta incluída no respetivo relatório de gestão, por considerar que as referidas demonstrações financeiras consolidadas e aquela proposta de aplicação de resultados serão aprovadas sem alterações significativas.

3. Conforme referido no relatório de gestão e nas notas 1 e 37 do anexo às demonstrações financeiras, o Grupo Metropolitano de Lisboa promoveu em 2021 a manutenção das medidas necessárias a mitigar os efeitos adversos e os impactos económicos e financeiros da pandemia Covid-19 na sua atividade. Adicionalmente, o início do exercício de 2022 tem sido caracterizado por diversos fatores adversos significativos, nomeadamente: (i) ocorreu uma quinta vaga da pandemia da Covid-19, a qual, porém, não originou uma desaceleração tão significativa da atividade económica; (ii) em 24 de fevereiro de 2022, a Rússia lançou uma operação militar de grande escala na Ucrânia, da qual resultará, sem embargo da incerteza que caracteriza a magnitude do seu impacto económico, que a substituição das importações de gás russo levará possivelmente a que se incorram em custos acrescidos, para além das restantes repercussões nas cadeias de valor globais, que elevarão os custos de bens e serviços, criando uma elevada instabilidade na atividade económica mundial e; (iii) confirmando a rota ascendente que já vinha sendo traçada desde 2021, a estimativa para a variação do Índice harmonizado de preços do Consumidor, relativa ao mês de março de 2022, fixou-se, de acordo o Instituto Nacional de Estatística, nos 5,5%, sendo que a variação da componente dos bens energéticos tem-se revelado um dos principais motores deste aumento. Em setores altamente dependentes de energia elétrica, como é o caso do Metropolitano, prevê-se um elevado agravamento nos gastos de energia, o que inevitavelmente penalizará o seu rácio de eficiência operacional. Na presente data, não é possível estimar com um grau de precisão mínimo os impactos destas situações na atividade da Empresa, estando o Metropolitano de Lisboa a fazer um levantamento dos respetivos impactos financeiros e operacionais, de forma a preparar um plano de resposta com vista a assegurar a continuidade das suas operações.

A nossa opinião não é modificada em relação a estas matérias.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras consolidadas como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

Para além das matérias mencionadas na secção “Bases para a opinião com reservas”, considerámos na auditoria as seguintes matérias relevantes:

| Matéria relevante de auditoria | Síntese da resposta de auditoria |
|--|--|
| 1. Valorização de instrumentos financeiros | |
| <p>Na sequência das operações de financiamento, o Grupo Metropolitano subscreveu instrumentos financeiros derivados, de mensuração complexa, relevados no ativo por cerca de 14,6 milhões de euros (31dez2020: cerca de 13,7 milhões de euros) e no passivo por cerca de 136,2 milhões de euros (31dez2020: cerca de 281,6 milhões de euros). Estes instrumentos financeiros foram registados de acordo com a valorização dos bancos com os quais foram contratados.</p> <p>As divulgações relacionadas com esta matéria constam das notas 3.12, 5.4, 21 anexas às demonstrações financeiras consolidadas.</p> | <p>A resposta de auditoria envolveu, em síntese, a realização dos seguintes procedimentos: (i) análise crítica dos pressupostos técnicos e financeiros utilizados nas respetivas mensurações; (ii) indagações junto do órgão de gestão quanto à consistência e validade técnica dos pressupostos e estimativas; (iii) a análise comparativa das várias avaliações efetuadas com referência a 31 de dezembro de 2021; (iv) consideração dos potenciais impactos decorrentes da pandemia da Covid-19 e da atual guerra na Ucrânia; e (v) conferência das divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras consolidadas.</p> |

| Matéria relevante de auditoria | Síntese da resposta de auditoria |
|---|--|
| 2. Reconhecimento das prestações de serviços e dos subsídios à exploração | |
| <p>As Vendas e Prestação de serviços no montante de cerca de 67,4 milhões de euros (31dez2020: 67,5 milhões de euros) e os Subsídios à exploração no montante de cerca de 38 milhões euros (31dez2020: 21,7 milhões de euros) incluem, conforme descrito na nota 3.17 das notas anexas às demonstrações financeiras, o reconhecimento da receita do Metropolitano de Lisboa em cada ano e encontram-se dependente de diversos fatores exógenos, nomeadamente no que se refere a: (i) leis e regulamentos diversos; (ii) dotações inscritas na Lei do Orçamento e; (iii) repartições de receita comunicadas por diversos operadores de transporte. Deste modo, existe o risco da receita ser incorretamente registada, considerando nomeadamente a dependência de fatores que o Grupo Metropolitano não controla, como sejam receitas comunicadas por outros operadores de transporte para efeitos dos cálculos de subsídios adicionais, dotações da Lei do Orçamento de Estado para atribuição de compensações com finalidade de dar suporte financeiro aos operadores de transporte, subsídios associados à Pandemia da Covid-19.</p> <p>As divulgações relacionadas com esta matéria constam das notas 3.17, 24 e 25 anexas às demonstrações financeiras consolidadas</p> | <p>A resposta de auditoria envolveu, em síntese, a realização dos seguintes procedimentos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Levantamento e análise dos controlos relevantes identificados no ciclo da receita do Metropolitano de Lisboa; - Teste à operacionalidade dos controlos relacionados com a integração da receita na contabilidade; - Reuniões com a TML - Transportes Metropolitanos de Lisboa; - Asserções obtidas junto da TML - Transportes Metropolitanos de Lisboa; - Análise do relatório de auditoria de conformidade ao sistema intermodal de Lisboa, elaborado pela Inspeção-Geral de Finanças (IGF), enquanto autoridade de auditoria; - Análise dos pressupostos considerados no reconhecimento das especializações efetuadas; - Validação do reconhecimento das prestações de serviço e dos subsídios à exploração com os respetivos recebimentos, tendo em consideração os escritórios da Autoridade Metropolitana de Lisboa (AML) e; - Conferência detalhada das divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras. |
| 3. Mensuração de provisões e das responsabilidades por benefícios pós-emprego | |
| <p>A mensuração das provisões para processos judiciais em curso e das responsabilidades por benefícios pós-emprego reveste-se de grande complexidade, tendo em consideração o volume e natureza dos processos judiciais em curso, os pressupostos atuariais utilizados na mensuração das responsabilidades com benefícios pós-emprego e a exposição do Grupo Metropolitano, envolvendo um grau de incerteza elevado e um elevado nível de julgamento por parte do órgão de gestão. Assim, a validação dos pressupostos e cálculos subjacentes aos passivos reconhecidos é uma área significativa de auditoria.</p> <p>As divulgações relacionadas com esta matéria constam das notas 3.15, 3.16, 18 e 20 anexas às demonstrações financeiras consolidadas.</p> | <p>A resposta de auditoria envolveu, em síntese, a realização dos seguintes procedimentos: (i) a compreensão e análise crítica dos pressupostos técnicos e financeiros utilizados na mensuração das provisões; (ii) indagações junto do órgão de gestão quanto à consistência e validade técnica dos pressupostos e estimativas e quanto à documentação que suporta os pressupostos; (iii) verificação detalhada dos cálculos dos especialistas externos relacionados com os encargos pós-emprego; (iv) análise das respostas dos advogados externos aos pedidos de informações efetuados e indagações adicionais junto dos responsáveis do Grupo Metropolitano; (v) consideração dos potenciais impactos decorrentes da pandemia da Covid-19 e da atual guerra na Ucrânia; e (vi) conferência detalhada das divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras consolidadas.</p> |

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras consolidadas

O órgão de gestão é responsável pela:

- (i) preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Grupo Metropolitano de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia;
- (ii) elaboração do relatório consolidado de gestão incluindo a demonstração não financeira consolidada e o relatório de governo societário e nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- (iii) criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras consolidadas isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- (iv) adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- (v) avaliação da capacidade do Grupo Metropolitano de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do Grupo Metropolitano.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- (i) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- (ii) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo Metropolitano;
- (iii) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- (iv) concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com

acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo Metropolitano para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo Metropolitano descontinue as suas atividades;

- (v) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- (vi) obtemos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou atividades dentro do Grupo Metropolitano para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria;
- (vii) comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;
- (viii) das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública;
- (ix) declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos-lhe todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percebidas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, quais as medidas tomadas para eliminar as ameaças ou quais as salvaguardas aplicadas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas e as verificações previstas nos números 4 e 5 do artigo 451º do Código das Sociedades Comerciais em matéria de governo das sociedades, bem como a verificação de que a demonstração não financeira consolidada foi apresentada.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório consolidado de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451º, nº 3, alínea e) do Código das Sociedades Comerciais, exceto quanto aos possíveis efeitos das matérias referidas na secção “Bases para a opinião com reservas” do Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas, somos de parecer que o relatório de gestão consolidado foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre o Grupo Metropolitano, não identificámos incorreções materiais.

Sobre o relatório de governo societário

Dando cumprimento ao artigo 451º, nº 4, do Código das Sociedades Comerciais, exceto quanto aos possíveis efeitos das matérias referidas na secção “Bases para a opinião com reservas” do Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas, somos de parecer que o relatório de governo societário inclui

os elementos exigíveis ao Grupo nos termos do artigo 29º-H do Código dos Valores Mobiliários, não tendo sido identificadas incorreções materiais na informação divulgada no mesmo, cumprindo o disposto nas alíneas c), d), f), h), i) e l) do nº 1 do referido artigo.

Sobre a demonstração não financeira

Dando cumprimento ao artigo 451º, nº 6, do Código das Sociedades Comerciais, informamos que o Grupo Metropolitano incluiu no seu relatório de gestão a demonstração não financeira prevista artigo 66º-B do Código das Sociedades Comerciais.

Sobre o formato eletrónico único europeu (ESEF)

A demonstração consolidada da posição financeira, a demonstração consolidada de resultados e do rendimento integral, a demonstração consolidada de alterações no capital próprio e a demonstração consolidada dos fluxos de caixa do Grupo referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 têm de cumprir os requisitos aplicáveis estabelecidos no Regulamento Delegado (EU) 2019/815 da Comissão, de 17 de dezembro de 2018 (Regulamento ESEF).

O órgão de gestão é responsável pela elaboração e divulgação do relatório anual em conformidade com o Regulamento ESEF.

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas acima elencadas, incluídas no relatório anual estão apresentadas em conformidade com os requisitos estabelecidos no Regulamento ESEF.

Os nossos procedimentos tomaram em consideração o Guia de Aplicação Técnica da OROC sobre o relato em ESEF e incluíram, entre outros:

- a obtenção da compreensão do processo de relato financeiro, incluindo a apresentação do relatório anual no formato XHTML válido;
- a identificação e avaliação dos riscos de distorção material associados à marcação das informações das demonstrações financeiras consolidadas, em formato XBRL utilizando a tecnologia iXBRL. Esta avaliação baseou-se na compreensão do processo implementado pela entidade para marcar a informação.

Em nossa opinião, as acima referidas demonstrações financeiras consolidadas, incluídas no relatório anual, estão apresentadas, em todos os aspetos materiais, em conformidade com os requisitos estabelecidos no Regulamento ESEF.

Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10º do Regulamento (UE) n.º 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10º do Regulamento (UE) nº 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- (i) Fomos contratados como auditores externos do Metropolitano de Lisboa, E.P.E, pela primeira vez em 1 de janeiro de 2017 para o exercício de 2016 e desde essa data somos os seus auditores externos.

- (ii) O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras consolidadas. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras consolidadas devido a fraude.
- (iii) Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização do Grupo Metropolitano nesta mesma data.
- (iv) Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77º, nº 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face ao Grupo Metropolitano durante a realização da auditoria.
- (v) Informamos que não prestámos ao Grupo Metropolitano quaisquer serviços distintos da auditoria.

Lisboa, 31 de maio de 2022

António José Correia de Pina Fonseca,
(ROC nº 949, inscrito na CMVM sob o nº 20160566)
em representação de BDO & Associados - SROC

Indicadores GRI e Tabela de Indicadores GRI

Relatório Consolidado
2021

a) ANÁLISE DE MATERIALIDADE e LIMITES DO RELATÓRIO

Conforme o IIRC – Estrutura Internacional para o Relatório Integrado (do inglês, *International Integrated Reporting Council*) podemos definir materialidade como sendo os assuntos ou os tópicos materiais que afetam (de forma significativa) a capacidade de uma organização de gerar valor no curto, no médio e no longo prazo. Ainda de acordo com o IIRC, “um relatório integrado é um documento conciso sobre como a estratégia, a *governance*, o desempenho e as perspectivas de uma empresa, no contexto de ambiente externo, levam à criação de valor no curto, no médio e no longo prazo.”

Este Relatório Consolidado visa comunicar às partes interessadas o caminho que o ML está a seguir com vista à sua sustentabilidade e de que forma está a contribuir para a sustentabilidade do meio envolvente. Para tal foram identificadas as partes interessadas (apresentadas neste relatório, no capítulo “Partes Interessadas”).

Com o intuito de reconhecer e priorizar, desde o início, todas as questões relevantes que possam constituir riscos e oportunidades para o negócio, procedeu-se a uma seleção dos aspetos materiais para o exercício de 2021.

A seleção dos aspetos materiais entrou em linha de conta com o Global Reporting Initiative (GRI) e com os impactos económicos, ambientais e sociais que estes têm na organização, bem como, de que forma estes podem influenciar nas avaliações e nas decisões das partes interessadas.

Assim, para este passo levou-se em linha de conta as formas de auscultação às partes interessadas (já apresentadas neste relatório).



Indicadores GRI e Tabela de Indicadores GRI

Relatório Consolidado 2021

Quadro 82 – Priorização dos aspetos materiais



Indicadores GRI e Tabela de Indicadores GRI

Relatório Consolidado
2021

As principais fontes utilizadas para a seleção das questões materiais incluem:

- Os padrões da *Global Reporting Initiative* (GRI);
- Os indicadores do Sistema de Gestão da Qualidade e Ambiente (SGQA) do grupo de empresas Metropolitano de Lisboa;
- A estratégia definida e os compromissos assumidos pela organização;
- Os factos ocorridos no ano de referência;
- Os requisitos da Diretiva 2014/95/UE, de 22 de outubro e o cumprimento legal do Decreto-Lei n.º 89/2017, de 28 de julho;
- A análise do contexto externo onde a empresa se insere.

Os temas materiais considerados podem ser atribuídos à abordagem de sustentabilidade METRO e às áreas estratégicas de atuação. É sobre estes temas materiais que o presente relatório relata com maior enfoque.

| Áreas estratégicas | Aspetos materiais |
|---|--|
| 1. Qualidade do serviço | Satisfação dos clientes Serviço ao Cliente |
| 2. Proteção ambiental | Eficiência energética Desempenho ambiental |
| 3. Desenvolvimento das pessoas | Valorização as pessoas Diversidade e igualdade de oportunidades |
| 4. Risco e transparência da governação | Gestão do Risco Corporate governance Ética, transparência e Compliance |
| 5. Inovação e desenvolvimento do negócio | Sustentabilidade do Negócio Investigação e desenvolvimento |
| 6. Relacionamento com as comunidades locais | Gestão de fornecedores Diálogo e envolvimento com as comunidades locais |



Indicadores GRI e Tabela de Indicadores GRI

Relatório Consolidado
2021



Quadro 83 – Alinhamento dos aspetos materiais com a estratégia

b) INDICADORES GRI

1) Desempenho Económico

| | 2019 | 2020 | 2021 |
|---------------------------------|--------------|--------------|--------------|
| Valor económico gerado (€) | 122 758 537 | 57 175 169 | 62 392 728 |
| Valor económico distribuído (€) | 338 218 349 | 329 809 774 | 260 516 511 |
| Valor económico acumulado (€) | -215 459 813 | -272 634 605 | -198 123 784 |

GRI 201-1 Valor económico direto gerado e distribuído

GRI 201-2 Implicações financeiras e outros riscos e oportunidades decorrentes de alterações climáticas

O Metropolitano de Lisboa tem uma estrutura resiliente face às alterações climáticas, nomeadamente ao risco de subida do nível da água do mar, dado garantir a inexistência de entradas abaixo da cota 4 metros.

A maior sensibilização da comunidade para as alterações climáticas e para a necessidade de descarbonização da economia pode levar a um aumento da procura do transporte público energeticamente eficiente, como o Metro bem como a medidas discriminatórias positivas.

GRI 201-3 Obrigações do plano de benefício definido e outros planos de reforma

O valor estimado em 2021 para as responsabilidades do plano é de 270.784.682 euros.

Não aplicável quanto à existência de um fundo separado para pagar as responsabilidades do Plano de Pensões.

Indicadores GRI e Tabela de Indicadores GRI

Relatório Consolidado
2021

GRI 201-4 Apoio financeiro recebido do Governo

| | 2019 | 2020 | 2021 |
|---|-----------------|------------------|------------------|
| Dotações de capital (€) | 549 784 212 | 320 423 764 | 253 904 909 |
| Compensações Financeiras / Ministério do Ambiente e da Ação Climática / AML (€) | (i) 7 066 144 | (iii) 32 521 300 | (v) 48 233 046 |
| Subsídio ao Investimento / PIDDAC / Fundo Ambiental / IMT (€) | (ii) 27 280 412 | (iv) 31 474 692 | (vi) 153 517 599 |
| Empréstimos DGTF (€) | 131 884 780 | 203 813 049 | 167 147 451 |

(i) Inclui PART: 3.102.881 €.

(ii) Inclui PIDDAC: 968.212 €; Fundo Ambiental: 26.264.200 € e IMT: 48.000 €.

(iii) Inclui PART: 28.558.037 €, dos quais 20.299.084 € são Subsídios à Exploração.

(iv) Inclui Fundo Ambiental: 28.328.650 € e Fundo de Coesão: 3.146.042 €.

(v) Inclui Recebimentos da AML: 44.566.434 € (PART: 7.848.238 €; COVID-19: 36.718.196 €) e Comparticipações Tarifárias: 3.666.613 €.

(vi) inclui PIDDAC: 800.000 €; Fundo Ambiental: 56.847.527 €; Fundo de Coesão: 38.683.399 € e PRR: 70.816.795 €.

GRI 202-1 Proporção entre o salário mais baixo e o salário mínimo local, discriminado por género

| | 2019 | 2020 | 2021 |
|---|-------|-------|-------|
| Rácio entre o Salário mais baixo e o salário mínimo local nas unidades operacionais importantes | 170,8 | 155,2 | 154,1 |

| | Ano 2020 | | Ano 2021 | |
|---|----------|--------|----------|--------|
| | MULHERES | HOMENS | MULHERES | HOMENS |
| Rácio entre o Salário mais baixo e o salário mínimo local nas unidades operacionais importantes | 155,19 | 161,35 | 157,92 | 154,07 |



Indicadores GRI e Tabela de Indicadores GRI

Relatório Consolidado
2021

GRI 202-2 Proporção de membros de direção contratados na comunidade local

| | 2019 | 2020 | 2021 |
|--|-------|-------|-------|
| % de gestão de topo ocupados por pessoas da comunidade local | 90,0% | 91,3% | 91,7% |

GRI 203-1 Investimentos em infraestruturas e apoio a serviços

Extensão do desenvolvimento de investimentos em Infraestruturas de Longa Duração suportados no valor de 52.820.071 euros.

Identificação dos impactos nas comunidades locais:

- O investimento na rede de transportes públicos coletivos é fundamental para garantir o acesso aos direitos constitucionais ao trabalho, à educação e à saúde, da população que dela depende;
- A melhoria da rede de transportes públicos promove a dispersão do emprego, beneficiando zonas mais afastadas do centro das cidades e contribuindo, assim, para a dinamização da economia e para a melhoria da qualidade de vida da população;
- A melhoria da oferta da rede de metro beneficia também a capacidade efetiva de todos os outros modos de transporte – ferrovia pesada e ligeira, transporte fluvial, tráfego viário e modos suaves. O “efeito de rede” é comum a todos os modos de transporte, mas o metro tem grande vantagem de contribuir para a diminuição da poluição atmosférica local e para o descongestionamento da rede viária.

Os investimentos e serviços atrás descritos são compromissos comerciais.

GRI 204-1 Proporção de gastos com fornecedores locais

| | 2019 | 2020 | 2021 |
|------------------------------------|------|------|------|
| Gastos com fornecedores locais (%) | 98,4 | 97,1 | 96,9 |

Indicadores GRI e Tabela de Indicadores GRI

Relatório Consolidado
2021

GRI 205-1 Operações avaliadas quanto a riscos relacionados à corrupção

| | 2019 | 2020 | 2021 |
|---|------|---------|------|
| Percentagem e número total de unidades de negócio alvo de análise de riscos à corrupção | 82% | (*) 64% | 100% |
| | 14 | 11 | 21 |
| Nº de casos de corrupção identificados | 0 | 0 | 0 |

(*) A partir de 01.12.2020 as unidades de negócio passaram a ser 20 (anteriormente eram 17).

GRI 205-2 Comunicação e capacitação em políticas e procedimentos de combate à corrupção GRI

| | 2019 | | 2020 | | 2021 | |
|---|------|--------|------|--------|-----------|--------|
| | N.º | % | N.º | % | N.º | % |
| Membros do órgão de governança aos quais foram comunicadas as políticas e procedimentos anticorrupção adotados pela organização | 19 | 86,4% | 23 | 88,5% | 24 | 88,9% |
| Colaboradores aos quais foram comunicadas as políticas e procedimentos anticorrupção adotados pela organização | 1435 | 100,0% | 1467 | 100,0% | 1515 | 100,0% |
| Parceiros de negócio aos quais foram comunicadas as políticas e procedimentos anticorrupção adotados pela organização | 0 | 0,0% | 0 | 0,0% | (**) 1003 | 100,0% |
| Membros do órgão de <i>governance</i> que receberam formação no combate à corrupção | 1 | 4,5% | 0 | 0,0% | 1 | 3,7% |
| Colaboradores que receberam formação no combate à corrupção | 0 | 0,0% | 0 | 0,0% | 5 | 0,3% |

(**) Coincide com o n.º de fornecedores nacionais do ML, com os movimentos contabilísticos 2020-2021 e com o e-mail associado.



Indicadores GRI e Tabela de Indicadores GRI

Relatório Consolidado 2021



205-3 Casos confirmados de corrupção e medidas tomadas

| | 2019 | 2020 | 2021 |
|-------------------------|------|------|------|
| Incidentes de corrupção | 0 | 0 | 0 |

GRI 206-1 Ações judiciais por concorrência desleal, práticas de confiança e monopólio

Não foram tomadas quaisquer ações legais nestas matérias.

2) Desempenho ambiental

GRI 301-1 Materiais utilizados, discriminados por peso ou volume

| Ano | Lâmpadas (un.) | Papel (Kg) | Betão (m³) | Aço (t) | Toners (un.) | Abraçadeiras (un.) | Cabo (m) |
|------|----------------|------------|------------|---------|--------------|--------------------|----------|
| 2019 | 19 110 | 27 227 | 258 | 19 | 143 | 34 913 | 3 522 |
| 2020 | 16 377 | 22 672 | 729 | 170,2 | 22 | 36 949 | 7 098 |
| 2021 | 12 934 | 12 612 | 6 182 | 716 | 23 | 41 690 | 9 213 |

GRI 301-2 Matérias-primas ou materiais reciclados utilizados

Dados não disponíveis.

GRI 301-3 Produtos e embalagens recuperados

Não aplicável.

Indicadores GRI e Tabela de Indicadores GRI

Relatório Consolidado
2021

GRI 302-1 Consumo de energia dentro da organização

| | 2019 | 2020 | 2021 |
|--------------------|----------------|----------------|---------------|
| Gasóleo (MWh) | 733 | 709 | 678 |
| Gasolina (MWh) | 2,70 | 4,47 | 4,66 |
| Gás natural (MWh) | 3 158 | 3 012 | 3 371 |
| Eletricidade (MWh) | 99 484 | 100 264 | 87 712 |
| Total (MWh) | 103 378 | 103 990 | 91 766 |

GRI 302-2 Consumo de energia fora da organização

| | 2019 | 2020 | 2021 |
|-------------------------------------|------|------|------|
| Eficiência energética (Pass.km/kWh) | 8,86 | 4,32 | 4,60 |



Indicadores GRI e Tabela de Indicadores GRI

Relatório
Consolidado
2021

GRI 302-3 Intensidade energética

GRI 302-4 Redução do consumo de energia

GRI 302-5 Redução nos requisitos de energia relacionados com produtos e serviços

Durante o ano de 2021 deu-se continuidade ao projeto de mudança de tecnologia de iluminação das estações e restantes instalações por solução energeticamente mais eficiente baseada em tecnologia LED. De igual forma concluiu-se a implementação do novo regime de funcionamento dos ventiladores permitindo ajustar as velocidades dos mesmos com as necessidades de renovação do ar após instalação das sondas de monitorização de qualidade do ar das estações.

GRI 303-1 Renovação de água por fonte

GRI 303-2 Fontes de água significativas afetadas pela retirada de água

A totalidade da água consumida pelo ML é de fornecimento público e provém da barragem de Castelo de Bode sendo que o consumo do ML não afeta, de forma relevante, a água armazenada nessa albufeira.

GRI 303-3 Percentagem e volume total de água reciclada e reutilizada

0 (zero).

GRI 304-1 Unidades operacionais próprias, arrendadas ou administradas dentro ou adjacentes de áreas protegidas e áreas de alto valor para a biodiversidade situadas fora de áreas protegidas



Indicadores GRI e Tabela de Indicadores GRI

Relatório
Consolidado
2021

GRI 304-2 Descrição de impactos significativos de atividades, produtos e serviços sobre a biodiversidade em áreas protegidas e áreas de alto valor para a biodiversidade situadas fora de áreas protegidas

GRI 304-3 Habitats protegidos ou restaurados

GRI 304-4 Número total de espécies incluídas na Lista Vermelha da IUCN e em listas nacionais de conservação de habitats situados em áreas afetadas por operações da organização, discriminadas por nível de risco de extinção

De acordo com o Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF) a cidade de Lisboa e os concelhos limítrofes (Amadora e Odivelas) estão fora das Áreas Protegidas e Classificadas do Departamento de Conservação da Natureza e Florestas Lisboa e Vale do Tejo do ICNF.

GRI 305-1 Emissões diretas de gases de efeitos estufa (GEE) (âmbito 1)

GRI 305-2 Emissões indiretas de gases de efeito estufa (GEE) provenientes da aquisição de energia (âmbito 2)

GRI 305-3 Outras emissões indiretas de gases de efeito estufa (GEE) (âmbito 3)

GRI 305-4 Intensidade das emissões de gases de efeitos estufa (GEE)



Indicadores GRI e Tabela de Indicadores GRI

Relatório Consolidado
2021

GRI 305-5 Redução das emissões de gases de efeitos estufa (GEE)

| | 2019 | 2020 | 2021 |
|--|--------|---------|--------|
| Emissões diretas de gases de efeitos estufa(t CO ₂ e) | 826 | 791 | 854 |
| Emissões indiretas de gases de efeitos estufa(t CO ₂ e) | 39 682 | 27 105 | 17 025 |
| Outras emissões indiretas GEE (t CO ₂ e) | 9,88 | 1,50 | 4,76 |
| Intensidade de GEE (g CO ₂ e/Pkm) | 45,0 | 62,6 | 42,2 |
| Total de emissões evitadas (t CO ₂ e) | 7 257 | -56 351 | -3 703 |

GRI 305-6 Emissões de substâncias que destroem a camada de ozono

0 (zero).

GRI 305-7 Emissões de óxidos de nitrogênio (NOx), óxidos de enxofre (SOx) e outras emissões atmosféricas significativas

| | 2019 | 2020 | 2021 |
|---|------|------|------|
| Emissões SO ₂ - gás acidificante (t) | 260 | 262 | 229 |
| Emissões NO ₂ - gás precursor do ozono (t) | 120 | 121 | 106 |



Indicadores GRI e Tabela de Indicadores GRI

Relatório Consolidado 2021

GRI 306-1 Descarga de água, discriminada por qualidade e destino

| Fonte | Qualidade | Destino | Tratamento efetuado | Estimativa Anual 2021 (m³) | |
|--|--|---|--|--|--------|
| PMO II (Lisboa) | Águas residuais de caráter industrial, provenientes de oficinas | As águas residuais são descarregadas nos coletores municipais de Lisboa | <p>ETAR de Alcântara – tratamento primário avançado, dispendo de uma capacidade de tratamento instalada para um caudal de ponta de 3,3 m³/s em tempo seco (com desinfeção final do efluente) e 6,6 m³/s em tempo de chuva (com tratamento físicoquímico).</p> <p>ETAR de Chelas – tratamento terciário, por lamas ativadas, incluindo filtração e desinfeção final do efluente, dispendo de uma capacidade de tratamento instalada para um caudal de 52.500 m³/dia.</p> <p>ETAR de Beirolas – tratamento terciário, por lamas ativadas, incluindo filtração e desinfeção do efluente, dispendo de uma capacidade de tratamento instalada para 54.500 m³/dia.</p> <p>ETAR de Bucelas – tratamento secundário por vala de oxidação, filtração em areia e desinfeção por UV, dispendo de uma capacidade de tratamento instalada para um caudal de ponta igual a 36,3 l/s e caudal médio diário de 1.575 m³/dia.</p> <p>ETAR de Frielas – tratamento secundário, por lamas ativadas, incluindo tratamento de afinação por biofiltração e desinfeção por UV, dispendo de uma capacidade de tratamento instalada para 70.000 m³/dia.</p> <p>ETAR de São João da Talha – tratamento secundário, por lamas ativadas, dispendo de uma capacidade de tratamento instalada para cerca de 16.000 m³/dia.</p> | 9 686 | |
| PMO III (Lisboa) | Águas residuais de caráter industrial, provenientes de oficinas | As águas residuais são descarregadas nos coletores municipais de Lisboa | | 16 661 | |
| Estações ML integradas no município de Lisboa | Águas residuais potencialmente industriais, provenientes de espaços comerciais (restauração) | As águas residuais são descarregadas nos coletores municipais de Lisboa | | <p>As águas residuais descarregadas nos coletores destes municípios são encaminhadas para as seguintes estações de tratamento de águas residuais:</p> <p>ETAR de Alcântara ETAR de Chelas ETAR de Beirolas ETAR de Bucelas ETAR de Frielas ETAR de São João da Talha</p> | 37 954 |
| Estações ML integradas no município de Loures | Águas residuais potencialmente industriais, provenientes de espaços comerciais (restauração) | As águas residuais são descarregadas nos coletores municipais de Loures | | | |
| Estações ML integradas no município da Odivelas | Águas residuais potencialmente industriais, provenientes de espaços comerciais (restauração) | As águas residuais são descarregadas nos coletores municipais de Odivelas | | | |
| Estações ML integradas no município da Amadora | Águas residuais potencialmente industriais, provenientes de espaços comerciais (restauração) | As águas residuais são descarregadas nos coletores municipais da Amadora | | | |
| | | | | | |
| <p>Síntese: Os locais do ML com produção de águas residuais industriais ou potencialmente industriais são:</p> <ul style="list-style-type: none"> · Parques de Materiais e Oficinas II e III – onde são produzidas águas residuais de caráter industrial (e que dentro do ML passam por sistemas de tratamento como separador de hidrocarbonetos); · Estações do ML – onde são produzidas águas que podem ter caráter potencialmente industrial, consoante as atividades desenvolvidas nas mesmas, como por exemplo, atividades no âmbito da restauração. <p>As águas residuais do ML são monitorizadas periodicamente, segundo um plano definido de acordo com as suas características. Estima-se, com base nos consumos de 2021 do ML, que o total de águas residuais descarregadas nos PMO foi de 26.347 m³ e que no total de todas as estações de metro foram descarregados cerca de 37.954 m³.</p> | | | <p>Estimativa do total e água residual descarregada nos PMO II e PMO III (caráter industrial)</p> | 26 347 | |
| | | | <p>Estimativa do total de água residual descarregada nas estações do ML (potencial caráter industrial)</p> | 37 954 | |

Estima-se que cerca de 80% da água consumida é descarregada como água residual.

Indicadores GRI e Tabela de Indicadores GRI

Relatório Consolidado
2021



| | 2019 | 2020 | 2021 |
|--|--------|--------|--------|
| Total de água residual, com potencial caráter industrial, descarregada pelo ML (m ³) | 77 491 | 62 912 | 64 301 |

GRI 306-2 Quantidade total de Resíduos, discriminados por tipo e método de disposição

| | 2019 | 2020 | 2021 |
|---|-------|-------|-------|
| Peso total de resíduos perigosos | 1,2% | 1,9% | 1,2% |
| Peso total de resíduos não perigosos | 98,8% | 98,1% | 98,8% |
| Peso total de resíduos para eliminação | 57,4% | 50,0% | 32,4% |
| Peso total de resíduos para recuperação | 42,6% | 50,0% | 67,6% |

| | 2019 | 2020 | 2021 |
|-------------------------------|-------|------|-------|
| Resíduos perigosos (t) | 28 | 19 | 19 |
| Resíduos não perigosos (t) | 2 385 | 982 | 1 613 |
| Resíduos para eliminação (t) | 1 385 | 500 | 528 |
| Resíduos para recuperação (t) | 1 028 | 501 | 1104 |

GRI 306-3 Número total e volume de derramamentos significativos

Em 2021 não se verificou nenhum derrame significativo.

GRI 306-4 Peso de Resíduos transportados, importados, exportados ou tratados considerados perigoso e percentagem de resíduos transportados internacionalmente

Todos os resíduos são integralmente geridos em território português.

Indicadores GRI e Tabela de Indicadores GRI

Relatório Consolidado
2021

GRI 306-5 Identificação, tamanho, status de proteção e valor da biodiversidade de corpos de água afetados por descargas e drenagem de água e / ou escoamento realizados pela organização

Não aplicável na medida em que todo o escoamento de água é encaminhado através de coletores municipais para as ETAR.

GRI 307-1 Incumprimento das leis e regulamentos ambientais

O Metropolitano de Lisboa tem uma metodologia definida que visa a garantia do cumprimento integral das leis e regulamentos ambientais. Esta metodologia assenta na existência de uma base de dados em permanente atualização com os requisitos legais aplicáveis ao ML, na identificação da necessidade de alterações em procedimentos ou equipamentos da Empresa face a alterações legislativas e na realização de uma auditoria anual de conformidade legal realizada por prestador de serviços especializado na matéria.

Em 2021, não foi identificada qualquer não conformidade legal em sede de inspeção pelas autoridades competentes, pelo que não houve lugar a sanções.

GRI 308-1 Percentagem de novos fornecedores selecionados com base em critérios ambientais

Nos processos aquisitivos do ML, sempre que aplicável, são definidos requisitos de caráter ambiental. O cumprimento desses requisitos é obrigatório pelo que os fornecedores que não os cumpram são de imediato excluídos do processo.

| | 2019 | 2020 | 2021 |
|---|------|------|------|
| Procedimentos utilizando critérios ambientais (%) | 9,8 | 12,5 | 10,8 |



Indicadores GRI e Tabela de Indicadores GRI

Relatório
Consolidado
2021

GRI 308-2 Impactos ambientais negativos reais e potenciais na cadeia de fornecedores e medidas tomadas a esse respeito

O ML desenvolveu uma metodologia de identificação e avaliação de aspetos e impactes ambientais que engloba, não só as atividades do ML, mas também todas as referentes à cadeia de fornecedores onde o ML tem possibilidade de influenciar. Da aplicação dessa metodologia resulta a inexistência de impactos ambientais significativos na cadeia de valor com exceção das emissões atmosféricas resultantes da produção de energia elétrica.

Para a minimização desse impacte o ML tem vindo a implementar medidas de eficiência energética nomeadamente ao nível dos sistemas de iluminação e do sistema de ventilação.

3) Desempenho social

GRI 401-1 Número total e taxas de novas contratações de empregados e rotatividade por faixa etária, género e região

| | 2019 | 2020 | 2021 |
|---------------------------------|--------------|--------------|--------------|
| Efetivos (mulheres) | 385 | 385 | 388 |
| Efetivos (homens) | 1 119 | 1 1 | 1 133 |
| Número total de efetivos | 1 504 | 1 517 | 1 521 |
| Admissões | 55 | 63 | 16 |
| Saídas | 21 | 15 | 20 |
| Taxa de rotatividade | 5,1% | 5,1% | 2,4% |



Indicadores GRI e Tabela de Indicadores GRI

Relatório Consolidado
2021



| IDADE | Ano 2020 | | Ano 2021 | |
|--------------------|----------|--------|----------|--------|
| | MULHERES | HOMENS | MULHERES | HOMENS |
| < 30 anos | 2,3% | 4,0% | 2,6% | 4,7% |
| Entre 30 e 50 anos | 51,7% | 41,5% | 52,1% | 41,7% |
| > 50 anos | 46,0% | 54,5% | 45,4% | 53,6% |

GRI 401-2 Benefícios concedidos a empregados de tempo integral que não são oferecidos a empregados temporários ou de tempo parcial, discriminados por unidades operacionais importantes da organização

Não há diferenciação na atribuição de benefícios entre colaboradores a tempo inteiro e a tempo parcial.

GRI 401-3 Taxa de retorno ao trabalho e retenção após licença maternidade/paternidade, discriminada por gênero

| | Mulheres | | | Homens | | |
|---|----------|--------|--------|--------|-------|-------|
| | 2019 | 2020 | 2021 | 2019 | 2020 | 2021 |
| Empregados com direito a licença parental | 385 | 385 | 388 | 1 119 | 1 132 | 1 133 |
| Empregados que tiraram licença parental no período | 3 | 2 | 4 | 24 | 23 | 18 |
| Empregados que retornaram ao trabalho após o término da licença parental | 3 | 1 | 3 | 21 | 22 | 15 |
| Empregados que retornaram ao trabalho e continuaram empregados 12 meses após o regresso motivado por licença parental | 3 | 1 | 3 | 21 | 22 | 15 |
| Taxa de retorno ao trabalho | 100,0% | 50,0% | 75,0% | 87,5% | 95,7% | 83,3% |
| Taxa de retenção de empregados que tiraram licença parental | 100,0% | 100,0% | 100,0% | 0,0% | 1 | 3,7% |

Indicadores GRI e Tabela de Indicadores GRI

Relatório Consolidado
2021

GRI 402-1 Prazo mínimo de notificação sobre mudanças operacionais e se elas são especificadas em acordos de negociações coletiva

O prazo para notificação é o estipulado no Código do Trabalho.

GRI 403- 1 Percentagem de empregados representados em Comitês formais de gestão – Comitês de Segurança e Saúde dos trabalhadores, que ajudem a monitorizar e aconselhar sobre Programas de Saúde e Segurança

| | 2019 | 2020 | 2021 |
|--|--------|--------|--------|
| Totalidade da mão-de-obra representada em comissões formais de segurança e saúde (%) | 100,0% | 100,0% | 100,0% |

GRI 403-2 Tipos e taxas de lesões, doenças ocupacionais, dias perdidos, absentismo e número de óbitos relacionadas ao trabalho, discriminados por região e género

| | 2019 | 2020 | 2021 |
|------------------------|-------|-------|-------|
| Índice de incidência | 55,05 | 31,36 | 45,60 |
| Índice de frequência | 34,62 | 23,00 | 33,69 |
| Índice de gravidade | 1,70 | 1,20 | 1,64 |
| Acidentes de trabalho | 136 | 60 | 75 |
| Dias perdidos | 3 878 | 2 409 | 3 364 |
| Número de óbitos | 0 | 0 | 0 |
| Taxa de absentismo (%) | 8,13 | 8,05 | 7,48 |



Indicadores GRI e Tabela de Indicadores GRI

Relatório Consolidado
2021



| | Ano 2020 | | Ano 2021 | |
|-----------------------------|----------|--------|----------|--------|
| | MULHERES | HOMENS | MULHERES | HOMENS |
| Acidentes de trabalho (n.º) | 6 | 54 | 11 | 64 |
| Dias perdidos | 16 | 2 241 | 476 | 2 888 |

GRI 403-3 Trabalhadores com alta incidência ou alto risco de doenças relacionadas à sua ocupação

Não existem trabalhadores nestas condições.

GRI 403-4 Tópicos de saúde e segurança cobertos por acordos formais com sindicatos

Manutenção de um serviço responsável pelo cumprimento das condições de segurança e saúde no trabalho, conforme o Acordo de Empresa (AE).

Cumprimento do Regulamento de segurança e saúde no trabalho (Anexo II do Acordo de Empresa).

GRI 404-1 Horas médias de formação por ano e por empregado

| | 2019 | 2020 | 2021 |
|---|-------|-------|-------|
| Dirigentes | 26,67 | 63,70 | 41,61 |
| Quadros superiores | 27,35 | 35,30 | 33,80 |
| Quadros médios | 10,92 | 9,78 | 6,57 |
| Quadros intermédios | 26,73 | 8,81 | 18,90 |
| Profissionais qualificados / altamente qualificados | 20,79 | 14,66 | 11,77 |
| Profissionais não qualificados / semiquilificados | 11,50 | 2,55 | 8,66 |
| Média | 20,61 | 17,56 | 16,47 |

Indicadores GRI e Tabela de Indicadores GRI

Relatório Consolidado
2021

| | Ano 2020 | | Ano 2021 | |
|---|----------|--------|----------|--------|
| | MULHERES | HOMENS | MULHERES | HOMENS |
| Dirigentes | 50,93 | 69,29 | 54,91 | 35,60 |
| Quadros superiores | 36,12 | 34,68 | 34,93 | 32,79 |
| Quadros médios | 6,43 | 11,87 | 6,94 | 6,31 |
| Quadros intermédios | 0,83 | 9,08 | 7,33 | 19,30 |
| Profissionais qualificados / altamente qualificados | 12,71 | 15,30 | 13,18 | 11,31 |
| Profissionais não qualificados / semiquificados | 4,80 | 0,67 | 17,46 | 1,33 |
| Média | 18,37 | 17,01 | 20,19 | 15,21 |

GRI 404-2 Programas de gestão de competências e aprendizagem contínua que contribuem para a continuidade da empregabilidade dos empregados em período de preparação para a reforma

| | 2019 | 2020 | 2021 |
|---------------------------|------|------|------|
| Executive MBA (Diretores) | 2 | 1 | 0 |
| Licenciatura | 8 | 6 | 10 |
| Mestrado | 3 | 1 | 0 |
| Doutoramento | 1 | 1 | 0 |



Indicadores GRI e Tabela de Indicadores GRI

Relatório Consolidado
2021

GRI 404-3 Percentagem de empregados que recebem regulamente análises de desempenho e de desenvolvimento de carreira, discriminado por género e categoria funcional

Em 2021 todos os empregados (100%), mulheres e homens, receberam análise de desempenho e de desenvolvimento de carreira.

GRI 405-1 Composição dos grupos responsáveis pela *governance* e discriminação de empregados por categoria, de acordo com género, faixa etária, associação a grupos minoritários e outros indicadores de diversidade

| ÓRGÃOS DE GOVERNANÇA | 2019 | | 2020 | | 2021 | |
|---------------------------|-----------|----------|-----------|----------|-----------|----------|
| | H | M | H | M | H | M |
| Conselho de Administração | 2 | 1 | 2 | 1 | 2 | 1 |
| Assessoria do CA | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 |
| Comissão de Fiscalização | 1 | 2 | 1 | 2 | 1 | 2 |
| Diretores | 12 | 5 | 15 | 6 | 15 | 6 |
| Total | 15 | 8 | 19 | 9 | 18 | 9 |

| DIRETORES | 2019 | | 2020 | | 2021 | |
|--------------------|-----------|----------|-----------|----------|-----------|----------|
| | H | M | H | M | H | M |
| Inferior a 30 anos | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Entre 30 e 50 anos | 4 | 4 | 3 | 4 | 3 | 3 |
| Superior a 50 anos | 8 | 1 | 12 | 2 | 12 | 3 |
| Total | 12 | 5 | 15 | 9 | 15 | 6 |



Indicadores GRI e Tabela de Indicadores GRI

Relatório Consolidado
2021



GRI 405-2 Rácio de salário-base e as remunerações de mulheres face aos homens

| | 2019 | 2020 | 2021 |
|--------------------------------------|--------|--------|--------|
| Quadros superiores | 105,5% | 106,6% | 108,9% |
| Quadros médios | 102,8% | 104,8% | 105,1% |
| Quadros intermédios | 100,2% | 100,3% | 98,3% |
| Profissionais altamente qualificados | 89,3 | 89,7% | 86,9% |
| Profissionais qualificados | 100,7% | 100,8% | 98,2% |

GRI 406-1 Incidentes de discriminação e ações corretivas tomadas

| | 2019 | 2020 | 2021 |
|--|------|------|------|
| Número de casos de discriminação | 0 | 0 | 0 |
| Número de queixas e reclamações relacionadas com os direitos humanos | 0 | 0 | 0 |

GRI 407-1 Operações e fornecedores identificados em que o direito de exercer a liberdade de associação e a negociação coletiva, possa estar a ser violada ou exista risco, e as medidas tomadas para apoiar esse direito

GRI 408-1 Operações e fornecedores identificados como de risco para a ocorrência de casos de trabalho infantil

Indicadores GRI e Tabela de Indicadores GRI

Relatório
Consolidado
2021

GRI 409-1 Operações e fornecedores com risco significativo para a ocorrência de trabalho

Não houve registo de incidentes em qualquer operação ou fornecedor.

A este nível, o ML assume os compromissos do respeito e proteção dos direitos humanos, da erradicação de todas as formas de exploração (trabalho forçado e trabalho infantil) e da erradicação de todas as práticas discriminatórias. Estes e outros princípios de legalidade e ética empresarial fazem parte do Código de Ética e de Conduta do ML⁴.

GRI 410-1 Pessoal de segurança que recebeu formação em políticas ou procedimentos da organização relativos a direitos humanos

| | 2019 | 2020 | 2021 |
|---|------|------|------|
| Pessoal de segurança que recebeu formação nas políticas ou procedimentos da organização relativos aos direitos humanos que sejam relevantes às operações. | 6,6% | 0,0% | 0,0% |

Neste âmbito, a Empresa não realiza formação a organizações de terceiros que fornecem pessoal de segurança.

GRI 411-1 Incidentes de violações envolvendo direitos de povos indígenas

Em 2021 não houve registo de incidentes.

GRI 412-1 Operações sujeitas a revisões de direitos humanos ou avaliações de impacto

O Metropolitano de Lisboa apenas opera no mercado português, pelo que é garantido o cumprimento de todo e qualquer assunto relacionado com direitos humanos, o qual se encontra salvaguardado pelas leis da República.

⁴ <https://www.metrolisboa.pt/institucional/informar/relatorios-e-documentos/>



Indicadores GRI e Tabela de Indicadores GRI

Relatório Consolidado
2021

GRI 412-2 Número total de horas de formação de colaboradores em políticas ou procedimentos de direitos humanos relevantes para as operações da organização, incluindo a percentagem de colaboradores formados

| | 2019 | 2020 | 2021 |
|--|-------|-------|-------|
| Total de horas de formação em políticas ou procedimentos de direitos humanos | 28,0 | 0,0 | 0,0 |
| Colaboradores formados, durante o período coberto pelo relatório, em políticas de direitos humanos | 0,13% | 0,00% | 0,00% |

GRI 412-3 Número total e percentagem de acordos e contratos de investimento significativos que incluam cláusulas de direitos humanos ou que foram submetidos a avaliações referentes a direitos humanos

O Metropolitano de Lisboa apenas opera no mercado português, pelo que é garantido o cumprimento de todo e qualquer assunto relacionado com direitos humanos, o qual se encontra salvaguardado pelas leis da República.

GRI 413-1 Operações com envolvimento da comunidade local, avaliações de impacto e programas de desenvolvimento

O Metropolitano de Lisboa em fase de expansão da rede ou obras de remodelação/conservação que obriguem a intervenções à superfície tem como prática o envolvimento com a comunidade local, quer em termos de juntas de freguesia, como moradores e comércio local.

GRI 413-2 Operações com impactos negativos reais e potenciais significativos nas comunidades locais

As obras de expansão da rede obrigam à instalação de estaleiros e a atividades ruidosas e potencialmente geradoras de poeiras e outros incómodos para os habitantes próximos. O Metropolitano de



Indicadores GRI e Tabela de Indicadores GRI

Relatório
Consolidado
2021

Lisboa implementa um conjunto de ações com vista a minimizar estes impactos negativos e assegura o cumprimento de todos os limites impostos pela legislação em vigor.

GRI 414-1 Novos fornecedores que foram selecionados usando critérios de práticas de trabalho
NC (Não calculado).

GRI 414-2 Principais impactos reais e potenciais para as práticas trabalhistas na cadeia de fornecedores e medidas tomadas a esse respeito

Não foram identificados impactos de maior relevância para as práticas trabalhistas na cadeia de fornecedores.

GRI 415-1 Contribuições políticas

O Metropolitano de Lisboa, enquanto entidade pública empresarial, está impossibilitado de aceitar toda e qualquer contribuição desta natureza.

GRI 416-1 Avaliação dos impactos de saúde e segurança das categorias de produtos e serviços

O Metropolitano de Lisboa na conceção do serviço prestado tem sempre como prioridade a garantia de segurança dos seus clientes. Essa avaliação é feita, também, em sede de estudo de impacto ambiental onde a Direção Geral de Saúde participa na Comissão de Avaliação e é objeto de supervisão permanente pela Direção de Segurança e Vigilância.

GRI 416-2 Incidentes de incumprimento quanto aos impactos de produtos e serviços em saúde e segurança

Não se encontram registados quaisquer incidentes decorrentes de incumprimentos nesta matéria.



Indicadores GRI e Tabela de Indicadores GRI

Relatório Consolidado
2021

GRI 417-1 Requisitos para informações e rotulagem de produtos e serviços

| | 2019 | 2020 | 2021 |
|--|-------|-------|-------|
| Percentagem de principais categorias de produtos e serviços avaliados | 87,5% | 87,5% | 87,5% |
| Índice de Satisfação do Cliente | 7,35 | 7,52 | 7,78 |
| Número total de reclamações registadas relativas à violação da privacidade de clientes | 0 | 0 | 0 |

GRI 417-2 Incidentes de não conformidade em relação à informação e rotulagem de produtos e serviços

Não aplicável.

GRI 417-3 Incidentes de não conformidade em relação a comunicações de marketing

0 (zero).

GRI 418-1 Reclamações substantivas relativas a violações da privacidade do cliente e perdas de dados do cliente

Em 2021, não foram registadas quaisquer reclamações relacionadas com a violação de privacidade e perda de dados de clientes.

A Empresa, desde o dia 25 de maio de 2018, tem um Encarregado de Proteção de Dados (DPO) por forma a garantir a conformidade do ML com a entrada em vigor do novo Regulamento Geral de Proteção de Dados (Regulamento (UE) 2016/679, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016).

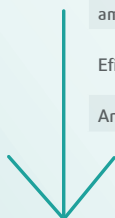
GRI 419-1 Incumprimento das leis e regulamentos na área socioeconómica

0 (zero).

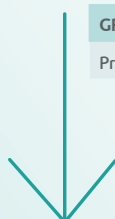


Quadro 84 – Tabela Resumo GRI (I)

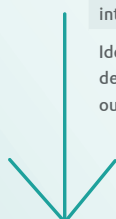
| INDICADOR | GRI Standards | Número(s) de página(s) e/ou URL(s) | OMISSÃO | OBS |
|---|---------------|--|---------|-----|
| GRI 102 Conteúdos Gerais 2016 | | | | |
| Perfil Organizacional | | | | |
| Nome da organização | 102-1 | Metropolitano de Lisboa, E.P.E. Pág. 19 | | |
| Atividades, Marcas, Produtos e Serviços | 102-2 | Pág. 19 | | |
| Localização da Sede da Organização | 102-3 | Avenida Fontes Pereira de Melo, 28, 1069-065 Lisboa, Pág. | | |
| Local das Operações | 102-4 | www.metrolisboa.pt | | |
| Natureza da propriedade e forma jurídica | 102-5 | Pág. 19 | | |
| Mercados atendidos | 102-6 | Pág. 19 | | |
| Porte da organização | 102-7 | Pág. 110 | | |
| Informações sobre empregados e outros trabalhadores | 102-8 | Pág. 110 | | |
| Cadeia de fornecedores | 102-9 | Pág. 27 | | |
| Mudanças significativas na organização e na sua cadeia de fornecedores | 102-10 | Pág. | | |
| Princípio ou abordagem da precaução | 102-11 | Pág. | | |
| Iniciativas externas | 102-12 | Pág. 117 | | |
| Participação em associações | 102-13 | Pág. 117 | | |
| Estratégia | | | | |
| Declaração do mais alto executivo | 102-14 | Pág. 8 | | |
| Principais impactos, riscos e oportunidades | 102-15 | Pág. 39 | | |
| Ética e integridade | | | | |
| Valores, princípios, normas e códigos de comportamento | 102-16 | Código de Ética e de Conduta do ML | | |
| Mecanismos para orientações e preocupações referentes a ética | 102-17 | Relatório de execução do PPRCIC | | |
| Governance | | | | |
| Estrutura de <i>Governance</i> | 102-18 | Pág. 44 | | |
| Delegação de autoridade | 102-19 | RGS 2021 As delegações de competências do CA concretizam-se por Deliberações aprovadas em reunião de CA | | |
| Responsabilidade de cargos e funções de nível executivo por tópicos económicos, ambientais e sociais | 102-20 | Pág. 48 | | |
| Consulta a <i>stakeholders</i> sobre tópicos económicos, ambientais e sociais | 102-21 | Pág. 27 | | |
| Composição do mais alto órgão de <i>governance</i> e dos seus comités | 102-22 | RGS 2021 | | |
| Presidente do mais alto órgão de <i>governance</i> | 102-23 | RGS 2021 | | |
| Seleção e nomeação para o mais alto órgão de <i>governance</i> | 102-24 | RGS 2021 | | |
| Conflitos de interesse | 102-25 | RGS 2021 | | |
| Papel desempenhado pelo mais alto órgão de <i>governance</i> na definição de propósito, valores e estratégias | 102-26 | RGS 2021 | | |
| Conhecimento coletivo do mais alto órgão de <i>governance</i> | 102-27 | Pág. 44 | | |
| Avaliação do desempenho do mais alto órgão de <i>governance</i> | 102-28 | RGS 2021 | | |
| Identificação e gestão dos impactos económicos, ambientais e sociais | 102-29 | Pág.395, 382 | | |
| Eficácia dos processos de gestão de risco | 102-30 | RGS 2021; Relatório de execução do PPRCIC | | |
| Análise dos tópicos económicos, ambientais e sociais | 102-31 | Reuniões de CA; RGS 2021 | | |



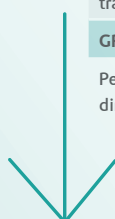
| INDICADOR | GRI Standards | Número(s) de página(s) e/ou URL(s) | OMISSÃO | OBS |
|--|---------------|--|---------|------|
| Governance (continuação) | | | | |
| Papel desempenhado pelo mais alto órgão de <i>governance</i> no relato de sustentabilidade | 102-32 | Pág. 44 | | |
| Comunicação de preocupações cruciais | 102-33 | Pág. 44 | | |
| Natureza e número total de preocupações cruciais | 102-34 | Pág. 44 | | |
| Políticas de remuneração | 102-35 | Pág. 44 | | |
| Processo para determinação da remuneração | 102-36 | Pág. 44 | | |
| Envolvimento dos <i>stakeholders</i> na remuneração | 102-37 | Pág. 44 | | |
| Proporção da remuneração total anual | 102-38 | Pág. 44 | | |
| Proporção do aumento percentual na remuneração total anual | 102-39 | Pág. 44 | | |
| Envolvimento dos <i>stakeholders</i> | | | | |
| Lista de grupos de <i>stakeholders</i> | 102-40 | Pág. 27 | | |
| Acordos de negociação coletiva | 102-41 | Pág. 400 | | |
| Identificação e seleção de <i>stakeholders</i> | 102-42 | Pág. 27 | | |
| Abordagem para o envolvimento de <i>stakeholders</i> | 102-43 | Pág. 27 | | |
| Principais preocupações e tópicos levantados | 102-44 | Pág. | | |
| Prática de relato | | | | |
| Entidades incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas | 102-45 | Pág. 19 | | |
| Definição do conteúdo do relatório e dos limites dos tópicos | 102-46 | Pág. 5 | | |
| Lista de tópicos materiais | 102-47 | Pág. 381 | | |
| Reformulações das informações | 102-48 | Pág. | | |
| Alterações no Relato | 102-49 | Pág. | | |
| Período coberto pelo relatório | 102-50 | Pág. 5 | | |
| Data do relatório mais recente | 102-51 | Relatório e Contas 2020 | | |
| Ciclo de emissão de relatórios | 102-52 | Anual | | |
| Contato para perguntas sobre o relatório | 102-53 | www.metrolisboa.pt relacoes.publicas@metrolisboa.pt | | |
| Declarações de relato em conformidade com as Normas GRI | 102-54 | Pág. 5 | | |
| Sumário de conteúdo da GRI | 102-55 | Pág. 405 | | |
| Verificação externa | 102-56 | Pág. | | |
| GRI 201: Desempenho económico 2016 | | | | |
| Valor económico direto gerado e distribuído | 201-1 | Pág.385 | | 5; 9 |
| Implicações financeiras e outros riscos e oportunidades decorrentes de alterações climáticas | 201-2 | Pág.385 | | 13 |
| Obrigações do plano de benefício definido e outros planos de reforma | 201-3 | Pág.385 | | |
| Apoio financeiro recebido do Governo | 201-4 | Pág.386 | | |
| GRI 202: Presença no mercado 2016 | | | | |
| Proporção entre o salário mais baixo e o salário mínimo local, com discriminação por género | 202-1 | Pág.386 | | |
| Proporção de membros da direção contratados na comunidade local | 202-2 | Pág.387 | | |
| GRI 203: Impactos Económicos Indiretos 2016 | | | | |
| Investimentos em infraestrutura e serviços fornecidos | 203-1 | Pág.387 | | 5; 9 |
| GRI 204: Práticas de compra 2016 | | | | |
| Proporção de gastos com fornecedores locais | 204-1 | Pág.387 | | |



| INDICADOR | GRI Standards | Número(s) de página(s) e/ou URL(s) | OMISSÃO | OBS |
|---|---------------|------------------------------------|---------|-----|
| GRI 205: Combate à corrupção 2016 | | | | |
| Operações avaliadas quanto a riscos relacionados à corrupção | 205-1 | Pág.388 | | 16 |
| Comunicação e formação em políticas e procedimentos de combate à corrupção | 205-2 | Pág.388 | | |
| Casos confirmados de corrupção e medidas tomadas | 205-3 | Pág.389 | | 16 |
| GRI 206: Concorrência desleal 2016 | | | | |
| Ações judiciais por concorrência desleal, práticas de truste e monopólio | 206-1 | Pág.389 | | |
| GRI 301: Materiais 2016 | | | | |
| Materiais utilizados, por peso ou volume | 301-1 | Pág.389 | | |
| Materiais reciclados utilizados (input) | 301-2 | Pág.389 | | |
| Produtos recuperados e os respetivos materiais das embalagens | 301-3 | Pág.389 | | |
| GRI 302: Energia 2016 | | | | |
| Energia consumida na organização | 302-1 | Pág.390 | | 13 |
| Energia consumida fora da organização | 302-2 | Pág.390 | | 13 |
| Intensidade energética | 302-3 | Pág.391 | | 13 |
| Redução do consumo de energia | 302-4 | Pág.391 | | 13 |
| Redução das necessidades energéticas dos produtos e serviços | 302-5 | Pág.391 | | 13 |
| GRI 303: Água 2018 | | | | |
| Captação de água por fonte | 303-1 | Pág.391 | | |
| Recursos de água afetados significativamente pela captação de água | 303-2 | Pág.391 | | |
| Reutilização e reciclagem de água | 303-3 | Pág.391 | | |
| GRI 304: Biodiversidade 2016 | | | | |
| Locais das operações (alugados ou propriedade da empresa) que desempenham atividades dentro ou em zonas adjacentes a áreas protegidas ou áreas com elevado valor de biodiversidade fora de áreas protegidas | 304-1 | Pág.391 | | |
| Impactos significativos dos produtos e serviços na biodiversidade | 304-2 | Pág.392 | | |
| Habitats protegidos ou recuperados | 304-3 | Pág.392 | | |
| Espécies pertencentes à lista vermelha da IUCN, ou da lista de conservação nacional no local das operações. | 304-4 | Pág.392 | | |
| GRI 305: Emissões 2016 | | | | |
| Emissões GEE diretas (âmbito 1) | 305-1 | Pág.392 | | 13 |
| Emissões GEE indiretas (âmbito 2) | 305-2 | Pág.392 | | 13 |
| Outras emissões GEE (âmbito 3) | 305-3 | Pág.392 | | 13 |
| Intensidade de emissões GEE | 305-4 | Pág.392 | | 13 |
| Redução das emissões GEE | 305-5 | Pág. 393 | | 13 |
| Emissões de substâncias destruidoras da camada do ozono | 305-6 | Pág. 393 | | 13 |
| Óxidos de nitrogénio (NOx), óxidos de enxofre (SOx) e outras emissões significativas | 305-7 | Pág. 393 | | 13 |
| GRI 306: Efluentes e Resíduos 2016 | | | | |
| Descargas de água, discriminadas por qualidade e destino | 306-1 | Pág. 394 | | 13 |
| Quantidade total de resíduos por tipo e por método de tratamento | 306-2 | Pág. 395 | | 13 |
| Número total e volume de derramamentos significativos | 305-3 | Pág. 395 | | 13 |
| Peso de Resíduos transportados, importados, exportados ou tratados considerados perigosos e percentagem de resíduos transportados internacionalmente | 305-4 | Pág. 395 | | 13 |
| Identificação, tamanho, status de proteção e valor da biodiversidade de corpos de água afetados por descargas e drenagem de água e / ou escoamento realizados pela organização | 305-5 | Pág. 396 | | 13 |



| INDICADOR | GRI Standards | Número(s) de página(s) e/ou URL(s) | OMISSÃO | OBS |
|--|---------------|------------------------------------|---------|-----|
| GRI 307: Conformidade ambiental 2016 | | | | |
| Não conformidade com leis e regulamentos ambientais | 307-1 | Pág. 396 | | |
| GRI 308: Avaliação Ambiental de Fornecedores 2016 | | | | |
| Novos fornecedores selecionados com base em critérios ambientais | 308-1 | Pág. 396 | | |
| Impactos ambientais negativos na cadeia de fornecedores e medidas tomadas | 308-2 | Pág. 397 | | |
| GRI 401: Emprego 2016 | | | | |
| Novas contratações e rotatividade de empregados | 401-1 | Pág. 397 | | 5 |
| Benefícios oferecidos a empregados em tempo integral que não são fornecidos a empregados temporários ou de período parcial | 401-2 | Pág. 398 | | |
| Licença de maternidade/paternidade | 401-3 | Pág. 398 | | 5 |
| GRI 402: Relações de trabalho 2016 | | | | |
| Prazo mínimo de aviso sobre mudanças operacionais | 402-1 | Pág. 399 | | |
| GRI 403: Saúde e Segurança do Trabalho 2018 | | | | |
| Sistema de gestão de saúde e segurança do trabalho | 403-1 | Pág. 399 | | |
| Identificação de periculosidade, avaliação de riscos e investigação de incidentes | 403-2 | Pág. 399 | | |
| Serviços de saúde do trabalho | 403-3 | Pág. 400 | | |
| Participação dos trabalhadores, consulta e comunicação aos trabalhadores referentes a saúde e segurança do trabalho | 403-4 | Pág. 400 | | |
| Capacitação de trabalhadores em saúde e segurança do trabalho | 403-5 | Pág. 110 | | |
| Promoção da saúde do trabalhador | 403-6 | Pág. 110 | | |
| Prevenção e mitigação de impactos de saúde e segurança | 403-7 | Pág. 110 | | |
| Trabalhadores cobertos por um sistema de gestão de saúde e segurança do trabalho | 403-8 | Pág. 110 | | |
| Acidentes de trabalho | 403-9 | Pág. 110 | | |
| Doenças profissionais | 403-10 | Pág. 110 | | |
| GRI 404: Capacitação e Educação 2016 | | | | |
| Médias de horas de capacitação por ano, por empregado | 404-1 | Pág. 400 | | 5 |
| Programas para o aperfeiçoamento de competências dos empregados e de assistência para transição de carreira | 404-2 | Pág. 401 | | |
| Porcentagem de empregados que recebem avaliações regulares de desempenho e de desenvolvimento de carreira | 404-3 | Pág. 402 | | 5 |
| GRI 405: Diversidade e igualdade de oportunidades 2016 | | | | |
| Diversidade em órgãos de <i>governance</i> e empregados | 405-1 | Pág. 402 | | 5 |
| Proporção entre o salário base e a remuneração recebidos pelas mulheres e aqueles recebidos pelos homens | 405-2 | Pág. 403 | | 5 |
| GRI 406: Não Discriminação 2016 | | | | |
| Casos de discriminação e medidas corretivas tomadas | 406-1 | Pág. 403 | | 5 |
| GRI 407: Liberdade Sindical e Negociação Coletiva 2016 | | | | |
| Operações e fornecedores em que o direito à liberdade sindical e à negociação coletiva pode estar em risco | 407-1 | Pág. 403 | | |
| GRI 408: Trabalho Infantil 2016 | | | | |
| Operações e fornecedores com risco significativo de casos de trabalho infantil | 408-1 | Pág. 403 | | |
| GRI 409: Trabalho Forçado ou Análogo ao Escravo 2016 | | | | |
| Operações e fornecedores com risco significativo de casos de trabalho forçado ou análogo ao escravo | 409-1 | Pág. 404 | | |
| GRI 410: Práticas de Segurança 2016 | | | | |
| Pessoal de segurança capacitado em políticas ou procedimentos de direitos humanos | 410-1 | Pág. 404 | | |



| INDICADOR | GRI Standards | Número(s) de página(s) e/ou URL(s) | OMISSÃO | OBS |
|---|---------------|------------------------------------|---------|-----|
| GRI 411: Direitos de Povos Indígenas 2016 | | | | |
| Casos de violação de direitos de povos indígenas | 411-1 | Pág. 404 | | |
| GRI 412: Avaliação de Direitos Humanos 2016 | | | | |
| Operações submetidas a avaliações de direitos humanos ou avaliações de impacto nos direitos humanos | 412-1 | Pág. 404 | | |
| Capacitação de empregados em políticas ou procedimentos de direitos humanos | 412-2 | Pág. 405 | | |
| Acordos e contratos de investimentos significativos em que incluem cláusulas sobre direitos humanos ou que foram submetidos a avaliação de direitos humanos | 412-3 | Pág. 405 | | |
| GRI 413: Comunidades Locais 2016 | | | | |
| Operações com envolvimento, avaliações de impacto e programas de desenvolvimento voltados para a comunidade local | 413-1 | Pág. 405 | | |
| Operações com impactos negativos (reais e potenciais) nas comunidades locais | 413-2 | Pág. 405 | | |
| GRI 414: Avaliação Social de Fornecedores 2016 | | | | |
| Novos fornecedores selecionados com base em critérios sociais | 414-1 | Pág. 406 | | 5 |
| Impactos sociais negativos na cadeia de fornecimento e medidas tomadas | 414-2 | Pág. 406 | | 5 |
| GRI 415: Políticas Públicas 2016 | | | | |
| Contribuições políticas | 415-1 | Pág. 406 | | |
| GRI 416: Saúde e Segurança do Consumidor 2016 | | | | |
| Avaliação dos impactos na saúde e segurança causados por categorias de produtos e serviços | 416-1 | Pág. 406 | | |
| Casos de não conformidade em relação aos impactos de saúde e segurança causados por produtos e serviços | 416-2 | Pág. 406 | | |
| GRI 417: Marketing e Rotulagem 2016 | | | | |
| Requisitos para informações e rotulagem de produtos e serviços | 417-1 | Pág. 407 | | |
| Casos de não conformidade em relação a informações e rotulagem de produtos e serviços | 417-2 | Pág. 407 | | |
| Casos de não conformidade em relação a comunicação de marketing | 417-3 | Pág. 407 | | |
| GRI 418: Privacidade do Cliente 2016 | | | | |
| Reclamações comprovadas relativas a violação da privacidade e perda de dados de clientes | 418-1 | Pág. 407 | | |
| GRI 419: Conformidade Socioeconómica 419 | | | | |
| Não conformidade com leis e regulamentos da área socioeconómica | 419-1 | Pág. 407 | | |



Glossário de Termos e respectivas Fontes

Relatório
Consolidado
2021

Absentismo

Resulta da contabilização do tempo de ausência classificado como absentismo. Este conceito advém da falta de presença do Colaborador e em oposição à realização de trabalho efetivo.

Acidente

É a ocorrência anormal que contém evento danoso. Danos e perdas, ainda que desprezíveis, sempre ocorrem.

Acidente de trabalho

É o acidente que se verifique no local e no tempo de trabalho e produza direta ou indiretamente lesão corporal, perturbação funcional ou doença de que resulte a morte ou redução na capacidade de trabalho ou de ganho. Os acidentes de trabalho englobam os acidentes em serviço e os acidentes ocorridos nos trajeto de ida e regresso para o local de trabalho.

Benchmarking

Processo sistemático e contínuo de avaliação dos produtos, serviços e processos de trabalho de organizações que são reconhecidas como representantes das melhores práticas, com a finalidade de introduzir melhorias na Organização.

Capacitação

Refere-se a todos os tipos de formação profissional e treinamentos, licença remunerada para estudos fornecida pela organização para os seus colaboradores, capacitação ou educação realizados externamente e pagos, total ou parcialmente, pela organização e capacitação de temas específicos.



Glossário de Termos e respectivas Fontes

Relatório
Consolidado
2021

Carruagens x km

Produto do número de circulações pelo número de carruagens de cada circulação e pelo percurso percorrido (serviço público).

Colaboradores

Todos aqueles que mantêm contrato de trabalho (sem termo, a termo certo e a termo incerto) com a Empresa, à exceção dos estagiários.

Compliance

Corresponde a uma atuação de acordo com determinadas regras ou diretrizes estabelecidas.

Desenvolvimento Sustentável

Conceito desenvolvido pela Comissão Brundtland no âmbito do Relatório da Comissão Mundial do Ambiente e do Desenvolvimento sustentável das Nações Unidas o “Nosso Futuro Comum”, publicado em 1987, no qual desenvolvimento sustentável é entendido como “o desenvolvimento que satisfaz as necessidades presentes, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades”. A noção de desenvolvimento sustentável tem implícito um “compromisso de solidariedade com as gerações do futuro”, no sentido de assegurar a transmissão do “património” capaz de satisfazer as suas necessidades. Implica a integração equilibrada dos sistemas económico, sociocultural e ambiental, e dos aspetos institucionais relacionados com o conceito muito atual de “boa governação”.

Eficácia

Medida em que as atividades planeadas foram realizadas e conseguidos os resultados planeados.



Glossário de Termos e respectivas Fontes

Relatório
Consolidado
2021

Eficiência

Relação entre os resultados obtidos e os recursos utilizados.

Eficiência energética

Número de passageiros x km transportados por unidade energia consumida.

Emissões diretas

Emissões que ocorrem em fontes que são propriedade ou controladas pela Empresa.

Emissões indiretas

Emissões que são consequência das atividades da Empresa, mas que ocorrem em fontes que não são propriedade, nem controladas pela mesma.

Entidade

Corresponde normalmente a uma Organização ou a uma operação, quer seja legalmente constituída ou não.

Estudo de Clima da Empresa

Questionário de Satisfação feito aos colaboradores da empresa, anualmente.

Fornecedores locais

Organização ou pessoa que fornece materiais, produtos e serviços localizados em Portugal.



Glossário de Termos e respectivas Fontes

Relatório
Consolidado
2021

Gases com efeito de estufa (GEE)

Gases existentes na atmosfera terrestre, naturais e antropogénicos, que absorvem e reemitem radiação infravermelha. Os seis principais GEE, abrangidos pelo Protocolo de Quioto, são os seguintes: dióxido de carbono (CO₂), metano (CH₄), óxido nitroso (N₂O), hidrofluorcarbonos (HFC), perfluorcarbonos (PFC) e hexafluoreto de enxofre (SF₆).

Global Reporting Initiative (GRI)

Instituição global e independente que desenvolve uma estrutura mundial de diretrizes de relato, permitindo às empresas preparar relatórios sobre o seu desempenho económico, ambiental e social.

Impacte Ambiental

Qualquer alteração no ambiente, adversa ou benéfica, resultante, total ou parcialmente, dos aspetos ambientais de uma organização.

Indicador

Fórmula de cálculo ou métrica que traduz determinada relação ou ponto de situação em relação a determinada meta, ou objetivo, pré-estabelecida.

Índice de duração

Número médio de dias perdidos por acidente de trabalho

Índice de frequência

Número de acidentes com baixa ocorridos num ano, por cada milhão de horas x homem trabalhadas



Glossário de Termos e respectivas Fontes

Relatório
Consolidado
2021

Índice de gravidade

Número de dias úteis perdidos por ano, por cada mil horas x homem trabalhadas

Índice de incidência

Número de acidentes com baixa, por cada ano de trabalho e por cada mil trabalhadores

Lugares x km

Produto do número de carruagens x km pela capacidade média de cada carruagem.

Monitorização

Conjunto de ações que visam controlar o pleno funcionamento da performance da organização ou das suas metas, processos, indicadores ou outros em matéria de desempenho económico, ambiental e social.

Norma ISO 9001

Norma Internacional da “International Organization for Standardization” sobre sistemas de gestão da qualidade.

Norma ISO 14001

Norma da série ISO 14000 referente a Requisitos do Sistema de Gestão Ambiental. Especificações e linhas de orientação para a sua utilização.



Glossário de Termos e respectivas Fontes

Relatório
Consolidado
2021

Óbito

A morte de um trabalhador ocorrida no período coberto pelo relatório atual, decorrente de uma lesão ou doença relacionada ao trabalho sofrida ou contraída na condição de empregado da organização.

Ocorrências por milhão de passageiros transportados

Número de ocorrências de criminalidade envolvendo passageiros por cada milhão de passageiros transportados.

Organização

Conjunto de pessoas e de instalações inseridas numa cadeia de responsabilidades, autoridades e relações.

Partes Interessadas

Normalmente designadas por *stakeholders*, são entidades afetadas ou que afetam a empresa.

Passageiro x km

Unidade de medida correspondente à deslocação de um passageiro num veículo, na distância de um quilómetro, quando esse veículo assegura o serviço a que se destina.

Passageiros transportados

Número de passageiros transportados, em modo metro, incluindo os passageiros fraudulentos.



Glossário de Termos e respectivas Fontes

Relatório
Consolidado
2021

Passageiros das validações

Número de passageiros transportados, em modo metro, possuidor de título válido, não inclui os passageiros fraudulentos.

Reciclagem

Reprocessamento de resíduos através da sua transformação biológica, física ou química num processo de produção, para o fim inicial ou para outros fins, nomeadamente como matéria-prima, excluindo a valorização energética.

Reclamações

Manifestação de insatisfação que terceiros formalizam, verbalmente ou por escrito, ao ML. Quaisquer queixas de Clientes dirigidas aos serviços, quer pessoalmente (verbal ou por escrito), quer por telefone, correio, correio eletrónico ou qualquer outra forma escrita.

Resíduos

Quaisquer substâncias ou objetos de que o detentor se desfaz ou tem intenção ou obrigação de se desfazer.

Serviço

Resultado de um processo estabelecido entre o prestador e o cliente no quadro de um contrato, incluindo as características que permitam a sua avaliação.



Glossário de Termos e respectivas Fontes

Relatório
Consolidado
2021

Sistema de gestão

Sistema para o estabelecimento da política e dos objetivos e para a concretização desses objetivos.

Sistema de Gestão da Qualidade

Sistema de gestão para dirigir e controlar uma organização no que respeita à qualidade.

Sistema de Gestão Ambiental

Parte do sistema de gestão de uma organização utilizada para desenvolver e implementar a sua política ambiental e gerir os seus aspetos ambientais.

Sustentabilidade

Capacidade de suprir aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem às suas necessidades.

Taxa de Absentismo

Percentagem obtida pelo quociente da divisão de horas de ausência pelo potencial de trabalho.

Taxa de rotatividade

É o movimento de entrada e saída de funcionários em uma empresa, demonstrado por meio de uma taxa de rotatividade.



Glossário de Termos e respectivas Fontes

Relatório
Consolidado
2021

Tramitação

Conjunto dos requisitos legais para a formação de um processo.

Valorização

Quaisquer operações que visem o reaproveitamento de resíduos (incluindo os processos de reutilização, reciclagem, regeneração, valorização energética, entre outros).



Siglas e Acrónimos

Relatório Consolidado 2021

| Siglas/Acrónimos | Significado |
|------------------------|--|
| ACE | Agrupamento Complementar de Empresas |
| AE I | Acordo de Empresa I |
| AE II | Acordo de Empresa II |
| AML | Área Metropolitana de Lisboa |
| APA | Agência Portuguesa do Ambiente |
| ATM | Multibanco |
| AVAC | Aquecimento, Ventilação e Ar-Condicionado |
| AVE | <i>Advertising Value Equivalent</i> |
| CBTC | <i>Communications Based Train Control</i> |
| CCDR | Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional |
| CITV | Circuito Interno de TV |
| CLC | Certificação Legal de Contas |
| CML | Câmara Municipal de Lisboa |
| CSC | Código das Sociedades Comerciais |
| DGPC | Direção Geral do Património Cultural |
| DPO | Encarregado de Proteção de Dados |
| EBIT | <i>Earnings Before Interests</i> |
| EBITDA | <i>Earnings before interest, taxes, depreciation and amortization</i> |
| EGP | Estatuto do Gestor Público |
| Grupo Comet | <i>The Community of Metros</i> |
| GWh | Giga-Watt hora |
| I.P. | Instituto Público |
| ICNF | Instituto da Conservação da Natureza e da Floresta |
| IDI | Investigação, Desenvolvimento e Inovação |
| ILD | Infraestruturas de Longa Duração |
| IMT | Instituto da Mobilidade e dos Transportes, I.P. |
| IP | Infraestruturas de Portugal |
| IPSS | Instituto Particular de Solidariedade Social |
| ISEG | Instituto Superior de Economia e Gestão |
| ISEL | Instituto Superior de Engenharia de Lisboa |
| ISO 14001 | Sistemas de Gestão Ambiental - Requisitos e Linhas de orientação para sua utilização |
| ISO 45001 | Sistemas de Gestão e Segurança no Trabalho - Requisitos e linhas de orientação para a sua utilização |
| ISO 5001 | Sistemas de Gestão de Energia - Requisitos e linhas de orientação para a sua utilização |
| ISO 9001 | Sistemas de Gestão de Qualidade - Requisitos |
| LIOS | Linha Intermodal Sustentável |
| LKO | Lugares x km |
| MAVT | Máquina Automática de Vendas de Títulos |
| MKBF | <i>Mean Kilometers Between Failure</i> (Quilometragem média entre falhas) |
| ML | Metropolitano de Lisboa |
| ML90, ML95, ML97, ML99 | As quatro séries de material circulante do ML |
| MLS | Metro Ligeiro de Superfície |
| MTBF | <i>Mean Time Between Failures</i> (Período Médio Entre Falhas) |
| MWh | Megawatt hora |
| n.d. | Não Disponível |
| ODS | Objetivos de Desenvolvimento Sustentável |
| OTLIS | Operadores de Transportes da Região de Lisboa, A.C.E. |



Siglas e Acrónimos

Relatório Consolidado 2021

| Siglas/Acrónimos | Significado |
|------------------|--|
| p.p. | Ponto Percentual |
| PAO | Plano de Atividades e Orçamento |
| PART | Programa de Apoio à Redução Tarifária |
| PESTAL | Análise de Contexto Política, Económica, Social, Tecnológica, Ambiental e Legal |
| PISA 2030 | Plano Integrado de Sustentabilidade Ambiental 2030 |
| Pkm | Passageiros x km |
| PKT | Passageiros x km Transportados |
| PMO | Parque de Material e Oficinas |
| PMO I | PMO de Sete Rios |
| PMO II | PMO de Calvanas |
| PMO III | PMO de Carnide |
| PMP | Prazo médio de Pagamento |
| PNPA | Plano Nacional de Promoção de Acessibilidades |
| PRR | Plano de Recuperação e Resiliência |
| RCM | Resolução do Conselho de Ministros |
| ROC | Revisor Oficial de Contas |
| ROI | Return on Marketing Investment |
| s / n / n.a. | Sim / Não / Não Aplicável |
| S.A. | Sociedade Anónima |
| SADI | Sistema Automático de Detecção de Incêndios |
| SAP | Sistema Integrado de Gestão Empresarial (Systems Applications and Products in Data Processing) |
| SAP BPC | SAP Business Planning and Consolidation |
| SCIE | Segurança Contra Incêndios em Edifícios |
| SEAMB | Secretario de Estado do Ambiente |
| SEE | Setor Empresarial do Estado |
| SETF | Secretaria de Estado do Tesouro e Finanças |
| SIGO | Sistema de Informação de Gestão Orçamental |
| SOE | Sistema do Orçamento de Estado |
| SSIT | Sistema de Supervisão de Instalações Técnicas |
| SWOT | <i>Strenghts, Weaknesses, Opportunities and Threats</i> |
| TML | Transportes Metropolitanos de Lisboa |
| UA | Universidade de Aveiro |
| UE | União Europeia |
| UTAM | Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Setor Público Empresarial |
| UTE | Unidade da Tesouraria do Estado |
| V.Abs. | Valor Absoluto |
| Var. | Variação |





Obrigado



Metropolitano de Lisboa